

MULHERES, NEGRAS E GESTORAS: PORQUE SIM!

Organizadoras
Letícia Godinho
Renata Seidl

SÉRIE
Sempre
-vivas 2

BLACK
LIVES
MATTER

Mulheres, negras e gestoras: porque sim!, porque é necessário!

14 mulheres, 14 biografias repletas de complexidades. Este livro reúne histórias potentes que nos dão a oportunidade de apropriarmos melhor da nossa História: mineira, brasileira. E como bem sugere a deputada Andreia de Jesus, pode ser lido de duas formas: a partir de suas semelhanças ou a partir de suas especificidades. E são duas formas complementares, pois as entrevistadas entrelaçam vivências, sentimentos e memórias ao contexto familiar, social, cultural, político e histórico nos quais elas viveram e vivem.

As reflexões aqui contadas são fruto de trajetórias pessoais, sociais e profissionais associadas a um tempo, a um espaço, a um território. Nesse sentido, os relatos são matéria e nos fazem seguir do particular ao geral, do micro para o macro, num movimento sutil, como o das lentes das antigas máquinas fotográficas.

Como disse Lélia Gonzalez, mulher negra e mineira, citada por algumas entrevistadas, "a emoção, a subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam na renúncia à razão, mas, ao contrário, num modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão."

A cada entrevista somos convidadas a lembrar de nossas próprias trajetórias e instigadas a pensar em como queremos nosso futuro e o que fazemos, hoje, para transformar nossa realidade a partir dessa outra razão.

Por meio de seu grupo interdisciplinar Egedi (Grupo de Estudos sobre Estado, Gênero e Diversidade), a FJP orgulha-se, portanto, e enormemente em trazer a público o segundo volume da série Sempre Vivas, uma coleção de biografias coletivas sobre mulheres, agora, mulheres negras que ocuparam ou ocupam postos como gestoras públicas.

Lembrando que, para as organizadoras do livro, registrar é resistir, e eu acrescentaria, é também reagir.

Carolina Proietti Imura
Diretora de Políticas Públicas da Fundação João Pinheiro

APENAS 12%
das prefeituras
BRASILEIRAS são
COMANDADAS por
MULHERES

Dessas MULHERES
apenas 3%
são
NEGRAS

MULHERES, NEGRAS E GESTORAS: PORQUE SIM!

Letícia Godinho e Renata Souza-Seidl
Organizadoras

Belo Horizonte
Fundação João Pinheiro | 2021



Governo do Estado de Minas Gerais

Governador / Romeu Zema Neto
Vice-Governador / Paulo Eduardo Rocha Brant
Secretária de Estado de Planejamento e Gestão / Luísa Cardoso Barreto

Fundação João Pinheiro

Presidente / Helger Marra Lopes
Vice-Presidente / Mônica Moreira Esteves Bernardi

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Diretora geral / Maria Isabel Araújo Rodrigues
Diretora adjunta / Carla Bronzo Ladeira

Diretoria de Políticas Públicas

Diretora geral / Carolina Proietti Miura
Coordenador geral / Marcos Arcanjo de Assis

Fundação João Pinheiro

Alameda das Acácias, 70, São Luiz Belo Horizonte – MG. CEP 31275-150
Telefones: (31) 3448-9580 e 3448-9581
E-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br
Site: http://www.fjp.mg.gov.br

M956	Mulheres, negras e gestoras : porque sim! / organizado por Letícia Godinho e Renata Souza-Seidl. – Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, 2021.
	340 p. : il. + 1 livreto. – (Sempre-vivas ; 2)
	ISBN 978-65-88757-02-4
	1. Biografia. 2. Negras. I. Godinho, Letícia. II.. Seidl, Renata III. Fundação João Pinheiro. IV. Série.
	CDU 92 CDD 920

Ficha catalográfica elaborada por Ana Paula da Silva CRB-6 / 2390

Todos os direitos reservados à Fundação João Pinheiro. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, por qualquer meio, desde que citada a fonte.

Este livro foi impresso com recursos da Emenda Parlamentar n. 43.783 – por indicação da deputada estadual Andréia de Jesus / Psol-MG.

EQUIPE TÉCNICA

Organização e coordenação técnica

Letícia Godinho e Renata Souza-Seidl

Equipe de Pesquisadoras

Ana Paula Salej
Jessyka de Jesus Lopes Martins
Letícia Godinho
Maria Clara Souza Mendes
Maria José Nogueira
Marina Alves Amorim
Matheus Arcelo Fernandes Silva
Mônica Costa Silva
Nícia Raies
Rosânia Rodrigues de Sousa
Renata Souza-Seidl
Sérgio Luiz Felix da Silva

Estagiário

Guilherme dos Reis Leão Costa

Coordenação editorial – Série Sempre-Vivas

Marina Alves Amorim, Ana Paula Salej e Letícia Godinho

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Agência Braspúb e Empreendimentos - Designers: Gabriela Reis / Walyson Gomes

Grafite utilizado na capa

Viber (Minas de Minas Crew)

Revisão e normalização – Coordenação de editoração da Fundação João Pinheiro

Ana Paula da Silva
Deysiane Marques Franco

Apoio administrativo

Gislene Aparecida de Andrade Cruz
Rayana Maciel Caldeira Alves

Conselho Editorial – Fundação João Pinheiro

Alexandre Queiroz Guimarães

Bruno Lazzarotti Diniz Costa

Ester Carneiro do Couto

Fernando Martins Prates

Leonardo Barbosa de Moraes

Letícia Godinho de Souza

Marcos Antonio Nunes

Maria José Nogueira

Nelson Antonio Quadros Vieira Filho

Olinto José Oliveira Nogueira

Raimundo de Sousa Leal Filho

Simone Cristina Duflath

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a toda a equipe técnica da Fundação João Pinheiro, especialmente à Ana Paula da Silva, Deysiane Marques Franco, Etianne Costa, Gislene Aparecida de Andrade Cruz e Rayana Maciel Caldeira Alves, cujo suporte foi fundamental para a realização desta obra; às pareceristas do Conselho Editorial da Fundação, pela leitura atenta e comentários valiosos. À equipe da *Gabinetona*, pelo financiamento e apoio constante.

A Débora Menezes Alcântara e Michele Lopes da Silva Alves, intelectuais que contribuíram de forma decisiva para nosso aprofundamento teórico, amadurecimento de hipóteses e questões de investigação; a Merilane Emanuele Cardoso e Camila Natália Ferreira Teófilo Alves, gestoras públicas que generosamente colaboraram com a discussão do instrumento de pesquisa.

Às Minas de Minas, que cederam gratuitamente o grafite utilizado na capa.

Às mulheres que aceitaram o convite para participar da obra: Cleide Barcelos, Cleide Hilda de Lima Souza, Daniela Thiffany, Diva Moreira, Elaine Dias, Iara Félix Pires Viana, Larissa Amorim Borges, Macaé Maria Evaristo, Magda Andrade Neves, Maria do Carmo Ferreira da Silva, Nila Rodrigues Barbosa, Patrícia Maria de Souza Santana, Xica da Silva, Yone Gonzaga, assim como à geração de mulheres que as antecederam, cuja luta reverenciamos e homenageamos.



SUMÁRIO

NOTA DE ABERTURA

Maria Isabel Araújo Rodrigues e Mônica Moreira Esteves Bernardi

14

APRESENTAÇÃO

Andreia de Jesus

16

PRÓLOGO

organizadoras

20

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Letícia Godinho, Renata Souza-Seidl e Ana Paula Salej

23

CAPÍTULO 2

MACAÉ MARIA EVARISTO

Macaé Maria Evaristo dos Santos, Renata Souza-Seidl e Letícia Godinho

41

CAPÍTULO 3

LARISSA AMORIM BORGES

Larissa Amorim Borges, Jessyka Martins e Matheus Arcelo Fernandes Silva

63

CAPÍTULO 4

NILA RODRIGUES BARBOSA

Nila Rodrigues Barbosa, Marina Alves Amorim e Mônica de Cássia Costa Silva

82

CAPÍTULO 5

DANIELA TIFFANY 104

Daniela Tiffany do Prado de Carvalho, Leticia Godinho e Renata Souza Seidl

CAPÍTULO 6

PATRÍCIA MARIA DE SOUZA SANTANA 121

Patrícia Maria de Souza Santana, Mônica de Cássia Costa Silva e Marina Alves Amorim

CAPÍTULO 7

IARA FELIX PIRES VIANA 142

Iara Felix Pires Viana, Matheus Arcelo Fernandes Silva e Jessyka Martins

CAPÍTULO 8

MARIA DO CARMO FERREIRA DA SILVA 163

Maria do Carmo Ferreira da Silva, Leticia Godinho e Renata Souza-Seidl

CAPÍTULO 9

CLEIDE BARCELOS 183

Cleide Barcelos, Sérgio Luiz Felix da Silva e Rosânia Sousa

CAPÍTULO 10

YONE GONZAGA 202

Yone Maria Gonzaga, Ana Paula Salej e Maria Clara Mendes

CAPÍTULO 11

ELIANE DIAS 225

Eliane Dias, Rosânia Sousa e Sérgio Luiz Felix da Silva

CAPÍTULO 12

XICA DA SILVA 244

Francisca Maria da Silva, Maria Clara Mendes e Ana Paula Salej

CAPÍTULO 13

MAGDA ANDRADE NEVES VILAÇA 260

Magda Andrade Neves Vilaça, Jessyka Martins e Maria José Nogueira

CAPÍTULO 14

CLEIDE HILDA DE LIMA SOUZA 281

Cleide Hilda de Lima Souza, Maria Clara Souza Mendes e Matheus Arcelo Fernandes Silva

CAPÍTULO 15

DIVA MOREIRA 297

Diva Moreira, Maria José Nogueira e Jessyka Martins

CAPÍTULO 16

ALGUMAS NOTAS CONCLUSIVAS 318

Renata Souza-Seidl e Letícia Godinho

NOTA DE ABERTURA

Mulheres, negras e gestoras: porque sim!, é uma obra que compõe a Série Sempre-Vivas, coleção de biografias coletivas de mulheres, realizada pelo Grupo de Pesquisa Estado, Gênero e Diversidade (Egedi) da Fundação João Pinheiro (FJP).

Criado em dezembro de 2014, o Egedi marca a transversalidade dos trabalhos da FJP ao reunir de forma exitosa pesquisadoras e pesquisadores da Escola de Governo, Diretoria de Políticas Públicas e Diretoria de Estatística e Informações.

Ana Paula Salej; Jessyka Martins; Letícia Godinho; Maria Clara Mendes; Maria José Nogueira; Marina Alves Amorim; Matheus Arcelo Fernandes Silva; Mônica Costa Silva; Nícia Raies Moreira de Souza; Renata Souza Seidl; Rosânia Rodrigues de Sousa e Sérgio Luiz Felix da Silva deram vida a esta incrível obra. Com formações diversas e multirracial, estas pesquisadoras e pesquisadores conferem uma marca ao Egedi, que é o seu cuidado com a diversidade e a diferença.

A pesquisa, que deu origem à obra, foi elaborada com o apoio de emenda parlamentar executada no âmbito do orçamento do Estado de Minas Gerais, na qual o Egedi conseguiu aprovação em consulta pública entre 211 iniciativas da sociedade civil e do poder público nas áreas de Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Mobilidade, Políticas Urbanas, Política Habitacional, Políticas Indígenas, Políticas para Comunidades Quilombolas, Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais, Políticas Sociais, Segurança Alimentar e Nutricional, Promoção da Igualdade de Gênero, Promoção da Igualdade Racial e Étnica, Saúde e Segurança Cidadã. A consulta pública foi realizada pela *Gabinetona*, mandato coletivo, aberto e popular representado pelas vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, pela deputada estadual Andréia de Jesus e pela deputada federal Áurea Carolina.

Organizada pela Pesquisadora Letícia Godinho e pela Pesquisadora e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Renata Souza Seidl, a obra gira em torno da igualdade racial e de gênero, focando no trabalho e trajetória de mulheres negras mineiras que ocupam ou ocuparam posições de destaque na administração pública. Por meio de história oral, a obra mergulha na trajetória de mulheres negras na gestão pública, reconstruindo e analisando seus percursos de vida, lutas e de trabalho na administração pública em Minas Gerais. Aqui deixamos o convite aos leitores e leitoras para este instigante e rico mergulho!

Maria Isabel Araújo Rodrigues

Diretora da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro

Mônica Moreira Esteves Bernardi

Vice-Presidente da Fundação João Pinheiro

APRESENTAÇÃO

Existem duas formas de ler este livro que você tem em mãos: as histórias dessas mulheres negras na administração pública podem ser lidas pelo que têm de similar, mas também em suas especificidades. Suas trajetórias pessoais e profissionais, os pensamentos que elaboraram, nos permitem olhar para nossa ancestralidade em comum e para a diversidade com que a elaboramos. Essas duas leituras se complementam e são igualmente importantes.

Somos irmanadas no enfrentamento de tantas barreiras colocadas pelo machismo e pelo racismo, elementos estruturais da nossa sociedade. Entre nós, esse reconhecimento sequer precisa de palavras: nos vemos nos olhares umas das outras. Mas é importante que as palavras existam, como faz esta publicação, para que essa memória seja registrada e nunca invisibilizada. Com frequência, somos as primeiras. Eu mesma fui a primeira da família a concluir o ensino superior, cheguei à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) onde nunca houvera uma deputada negra. Sabemos da responsabilidade que isso traz e também da solidão e violência permanente que sofremos nesses espaços. As incontáveis práticas de violência política de raça e gênero nos colocam barreiras e visam interromper nossas trajetórias. Nossos corpos, histórias e símbolos resistem diante do racismo e colonialismo ainda presentes em nossas instituições. Por isso, construímos redes e nos aquilombamos. Este livro é também um quilombo.

A Fundação João Pinheiro (FJP) foi muito feliz ao dar visibilidade às origens e às histórias familiares de cada uma das entrevistadas. Nossa força e resistência vêm da nossa capacidade de costurar público e privado, pessoal e político, ancestralidade e transformação. Nossa atuação tem corpo, é situada, nos opomos aos pretensos universais da branquitude e da masculinidade.

Para nós, estar na administração pública não é apenas um emprego – embora isso não seja menos importante em um país onde as mulheres negras ainda têm os piores indicadores no mercado de trabalho. Mas estamos falando de uma dedicação ao que é público, ao que beneficia o conjunto da sociedade. Da base da pirâmide onde estamos, nossa visão é holística. Assegurar maior participação das mulheres negras na política é uma medida de reparação histórica, promoção da democracia racial e uma forma de garantir a pluralidade de corpos que historicamente estiveram afastados dos espaços de poder.

Temos muito em comum, mas não somos iguais – ainda bem! Nas próximas páginas, você verá as histórias de vida de 14 mulheres. Mais jovens e mais velhas, com diferentes interesses, áreas de formação e perspectivas. Suas histórias se entrelaçam – e a minha com as delas – mas não se confundem. A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie fala dos perigos da história única, de se retratar uma população como uma coisa só, muitas e muitas vezes. Ela nos lembra que contar histórias é poder. Quando as mulheres aqui presentes assumem suas narrativas, elas tomam de volta um pedaço do poder que nos foi arrancado.

Por tudo isso, é uma honra ter contribuído com a execução deste livro por meio do aporte de uma emenda parlamentar impositiva selecionada no edital público *“Emenda com a Gente”* que tem o compromisso de destinar recursos públicos a sujeitos que não são prioridades das políticas públicas. Estamos ocupando também os espaços simbólicos, fazendo a reintegração de posse da História. A força do encontro das mulheres nestas páginas certamente moverá ainda mais estruturas!

Andréia de Jesus

Deputada Estadual / Psol – Minas Gerais

enquanto

HOMENS
BRANCOS

são maioria no
serviço público federal e

tem
maior RENDA

MULHERES
NEGRAS

são maioria

no serviço público

MUNICIPAL

e têm

RENDIMENTOS
INTERIORES

PRÓLOGO

O presente livro aborda o tema das mulheres negras no seu percurso de vida, de ascensão social e de trabalho na administração pública. Escrito com base em entrevistas realizadas no ano de 2020, com 14 mulheres que ocuparam posições de destaque na gestão pública, o livro busca compartilhar suas histórias particulares de enfrentamento, superação, derrotas e conquistas. Partindo dessas trajetórias individuais, o objetivo é construir, ao mesmo tempo, uma biografia coletiva que retrata questões comuns enfrentadas pelas mulheres negras em sua luta por um lugar na administração pública brasileira e, afinal, pela igualdade racial.

Registrar, rememorar, fazer história é ato de resistência. Às mulheres, e sobretudo às mulheres negras, tem-se negado sistematicamente o direito de escrever e fazer parte da “História” – essa, que pretensamente universal, foi e é, de fato, escrita a partir de mãos e olhares masculinos, brancos e eurocêntricos. Logo, escrever sobre as trajetórias de lutas e conquistas de mulheres negras na gestão pública, como as protagonistas dessas histórias, tem como pretensão, também, discutir as marcas da colonialidade, do machismo e do racismo que estruturam a sociedade e o Estado brasileiro, incluindo suas formas de intervenção.

As perguntas que mobilizaram a investigação que deu origem ao livro foram: Quem são as mulheres negras que estão na administração pública? Onde estão, que cargos ocupam? Que dificuldades enfrentam para acessar, manter suas carreiras e ocupar cargos importantes de assessoramento e gestão? De que modo suas trajetórias pessoais e profissionais se relacionam, que enfrentamentos tiveram de fazer ao longo de suas vidas e como isso se reflete no acesso ao Estado e no trabalho que ali desenvolvem? Que ideias mobilizam para sustentar ações e projetos no interior da administração pública? Como se instituem como sujeitas políticas em uma ordem social que lhes é amplamente desfavorável? Supusemos importante considerar essas questões para evidenciar as lutas comuns combatidas por essas mulheres; para que, como sociedade, possamos produzir políticas públicas mais efetivas para garantir sua participação plena na sociedade e na vida pública.

Importante para materializar, ainda que de modo modesto, o reconhecimento e a valorização do enorme impacto da vida e do trabalho dessas mulheres.

Também partimos do suposto de que narrar as experiências vividas por mulheres negras em cargos de poder contribui para o processo de transformação social de outra forma importante. Ao colocar uma lupa sobre trajetórias de mulheres negras em cargos da gestão pública, o livro pretende não apenas ampliar a visibilidade do tema, de uma forma geral. Entendemos que, por meio da exemplaridade, é possível colocar em marcha alavancas de motivação e acreditação sobre o campo de possibilidades que emoldura nossas existências; sobre as utopias que temos como sociedade.

Importa destacar que a pesquisa que deu origem ao livro foi realizada em Minas Gerais, estado de onde vêm as mulheres aqui biografadas. Um estado cuja população que excede 21 milhões de habitantes, multirracial, de maioria negra¹ – descendente de africanos vítimas da política escravocrata que foi base de seu desenvolvimento social e econômico. O estado brasileiro que mais importou população africana escravizada, chegando a 560.728 pessoas ao final do século XIX². A história de Minas Gerais está, portanto, marcada pelo ciclo da exploração do ouro, do diamante e da economia de agroexportação, que se deu com base no trabalho escravizado da população preta nas minas e nas fazendas agrocafeeiras; em específico, na exploração sexual e no trabalho servil das mulheres dessa população no interior das Casas Grandes. Mas, também, uma história em que se manifesta o quilombismo, a resistência e o fortalecimento da identidade e da cultura negra, a partir de uma atuação importante de seus movimentos, incluindo os das mulheres pretas. Esse pano de fundo se encontra evidenciado nas biografias narradas e impacta, de modo notório, as trajetórias contadas neste livro.

Em termos metodológicos, o livro constitui uma *biografia coletiva*, cujo método parte da definição de uma população, a partir de determinados critérios, para se analisar características comuns de sua vivência histórica, por meio de um estudo coletivo de suas vidas. Para tanto, constrói-se um roteiro biográfico que servirá para investigá-la em sua dinâmica social, privada, pública ou ideológica, entre outras³.

O convite feito às mulheres que compõem esta biografia coletiva buscou expressar a diversidade em termos geracionais e de experiências profissionais e setores de que se ocuparam.

¹ São 53,5% de pretos e pardos, segundo dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2020).

² MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. **Estudos Econômicos**, Instituto de Pesquisas Econômicas USP, v. 13, n. 1, 1983

³ AMORIM, Marina; SALEJ, Ana Paula; GODINHO, Letícia. **Projeto editorial Série Sempre-vivas**. Belo Horizonte: FJP, 2016.

Assim, as biografias da obra trazem 14 histórias de mulheres que atuaram e ainda atuam em diferentes âmbitos da gestão pública, como educação, assistência social, cultura, patrimônio, segurança pública, política prisional, prefeitura municipal, assessoramento legislativo, política para mulheres, igualdade racial e diversidade sexual; e de distintas gerações e lugares de Minas Gerais, embora a maioria tenha construído percurso de vida e trabalho na capital do estado.

A partir das narrativas de suas próprias histórias, cada um dos capítulos do livro foi escrito, cujos títulos trazem seus nomes: Macaé Evaristo, Larissa Borges, Nila Rodrigues, Daniela Tiffany, Patrícia Santana, Iara Viana, Maria do Carmo Ferreira (Cacá), Cleide Barcelos, Yone Gonzaga, Eliane Dias, Xica da Silva, Magda Neves, Cleide Hilda e Diva Moreira. Os textos resultam de uma construção a muitas mãos, as das biografadas e da equipe de pesquisadoras e pesquisadores, mas cuidando de manter evidentes as vozes das primeiras. Esperamos, com isso, trazer à tona seu protagonismo e registrar, como *memória viva*, tanto a riqueza inerente às suas experiências, bem como a significação dos acontecimentos narrados tal qual imputada pelas próprias entrevistadas. Também colaborar com a discussão dos impactos da combinação de *raça, classe e gênero* no percurso de ascensão das mulheres negras às instâncias de poder e de decisão públicas, do racismo estrutural, do caráter e importância das políticas de igualdade racial, assim como a crítica aos mitos da “democracia racial” e à “meritocracia” na atuação do Estado.

O projeto foi financiado com recursos oriundos de emenda parlamentar e selecionado a partir da chamada pública aberta pela *Gabinetona*, que visou a orientar a destinação de parte dos recursos das emendas individuais acessadas pelas deputadas Andreia de Jesus e Áurea Carolina (Psol).

A obra constitui o segundo volume da série *Sempre Vivas*, uma coleção de biografias coletivas de mulheres projetada pelo Egedi. O grupo, criado em 2014, tornou-se ao longo do tempo cada vez mais multirracial – o que lhe permitiu discutir, de forma muito mais rica e democrática, ainda que mais desafiadora, os eixos de gênero e raça em sua articulação com a gestão e as políticas públicas.

As organizadoras

Belo Horizonte, fevereiro de 2021.

#VidasNegrasImportam

1

INTRODUÇÃO

Letícia Godinho
Renata Souza-Seidl
Ana Paula Salej

1. Introdução

Para realizar uma investigação sobre quem são as mulheres negras que estão no serviço público, mobilizamos nesta pesquisa uma literatura produzida na articulação entre as teorizações das intelectuais e autoras negras e o movimento de mulheres negras e metodologias que pudessem lhes garantir um papel central na elaboração da pesquisa e da obra. A breve recuperação dessa literatura, dos poucos números existentes que reforçam a persistência de desafios e do debate que cerca a escolha metodológica, orientada para o fortalecimento da presença das biografadas, são os elementos que a leitora encontra nessa introdução. Ela foi construída de forma a compartilhar escolhas e sentidos, evidenciando a trajetória de construção da obra.

1.1. Um breve diálogo com a literatura

Embora a presença de mulheres negras no serviço público constitua uma pauta posta há muito no campo da política e das organizações de mulheres negras, trata-se de uma temática ainda pouco trabalhada na academia. São escassos os espaços encontrados em teses, revistas científicas e livros para a reflexão sobre as condições em que mulheres negras conseguem acessar, ascender e ocupar lugares de decisão no interior da administração pública.

É possível encontrar no *feminismo negro* uma discussão importante dos fatores e estruturas que determinam as condições de vida das mulheres negras, sua inserção no mundo do trabalho e na vida pública, entre outras questões. Em sua origem, essa literatura busca desnudar as estruturas sociais racistas e sexistas mais amplas, que organizam e emolduram o cenário dos enfrentamentos cotidianos dessas mulheres e do povo negro em geral.

São as contribuições desse campo teórico-prático que também explicam, com efeito, a falta de centralidade e a pouca importância atribuída às teorias e discussões trazidas pelas intelectuais negras, em um país pobre, de maioria negra e feminina. Ele evidencia por quais mecanismos um regime social amplamente opressor promove o silenciamento sistemático dessa população nos diversos campos do saber – acadêmico, midiático, social e político. Trata-se do *epistemicídio* de que fala Sueli Carneiro (2019), processo pelo qual suas perspectivas ou “lugares de fala” são prontamente desmerecidos, ignorados ou suprimidos (Djamila RIBEIRO, 2017)¹.

As bases do pensamento feminista negro se encontram nos primeiros movimentos de mulheres negras, reunidas pela preocupação em conceber formas de libertação de sua população do cativo, da pobreza, da exploração degradante e da coisificação do corpo negro. Interessadas, além disso, na criação de novas referências teóricas e metodológicas para dar conta das realidades próprias das mulheres negras. Por um lado, o feminismo “tradicional” não estaria atento às formas de vida e desafios particulares das mulheres negras, dado que fundado sob a perspectiva das mulheres brancas – que, ao se pretender abrangente, acabou assumindo formas até mesmo opressoras. Por outro, também o movimento negro estaria permeado por uma perspectiva limitada, a do homem negro, que abria pouco espaço para o reconhecimento das mulheres dessa população. Assim, diante da invisibilidade da militância das mulheres negras e o apagamento de suas pautas, caberia a elas *enegrecer* a agenda do movimento feminista e *generificar* a do movimento negro, promovendo a *complexificação* das suas concepções e práticas políticas (Sueli CARNEIRO, 2003 *apud* Cristiano RODRIGUES, 2010; ver também Ana Cláudia PEREIRA, 2016; Patrícia Hill COLINS, 2019; Michele SILVA, 2007). Em seu projeto emancipatório:

Denunciam a violência machista dentro do próprio Movimento Negro e demais movimentos sociais, nas relações domésticas, nas disputas internas; quer sejam no emprego, nos movimentos, nos sindicatos e nos partidos. Elas reeducam homens e mulheres negros, brancos, de outros pertencimentos étnico-raciais, e também elas mesmas (Nilma Lino GOMES, 2017, p 73).

1 Nota da editoração: Por opção das autoras, a primeira citação de cada referência será feita com nome e sobrenome para evidenciar a existência (hoje majoritária) de cientistas mulheres, em um contexto em que se supõe que “o autor” de um texto científico é sempre um homem.

Faz parte das fundações desse esforço teórico, prático e político a articulação das dimensões de gênero, raça e classe. As autoras e ativistas negras estariam preocupadas em evidenciar não apenas como desigualdades se sobrepõem em camadas calcificadas de vulnerabilidade que se somam e predestinam suas experiências de vida; mas mostrar como essa tripla articulação assumiria formas históricas, complexas e próprias, como no conceito de *interseccionalidade*, cunhado por Kimberlé Greenshaw (2002). No Brasil, a indissociabilidade dessa tripla opressão teria como origem o processo colonial, que conformaria um capitalismo patriarcal-racista dependente, segundo o diagnóstico absolutamente original e preciso de Lélia Gonzalez (1988; 1984).

Estabelece-se nessa perspectiva, também, a reivindicação crucial da *presença* – da experiência vivida, encarnada, seja pessoalmente, seja a de seus pares, na constituição das ideias e pautas postuladas no movimento e no pensamento feminista negro:

Ao reivindicar os diferentes pontos de análises e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica. [...] O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social (RIBEIRO, 2017, p. 32 e 36).

Além das organizações propriamente vinculadas às questões raciais e grupos representativos de mulheres negras, as mulheres negras participam, de modo fundamental, de outros movimentos significativos da sociedade civil brasileira negra e periférica, como o movimento de favelas, os movimentos de trabalhadoras domésticas, as associações comunitárias, as comunidades religiosas afro-brasileiras, o movimento estudantil, entre outros. Tais movimentos se encontram presentes no pano de fundo da trajetória das mulheres participantes desta biografia coletiva, ainda que uma parte das biografadas não esteja ativamente ligada a nenhum deles.

Contrariando os cenários fixados para essa população, as práticas e pautas do movimento de mulheres negras e da teoria feminista negra descortinam o contexto de vida dessas mulheres e apontam para temas fundamentais em torno da reflexão sobre seu lugar e papel na administração pública – por exemplo, sobre o tema da meritocracia ou sobre o processo de elaboração de políticas públicas de igualdade racial e de gênero. Ao ocuparem de forma gradativa, ainda que muito incipiente, os espaços de formação, trabalho e vocalização, as mulheres negras e gestoras enfatizam, na prática e na teoria, as implicações da ausência de representatividade e a importância de sua garantia, seja na academia, seja no processo de elaboração e condução das políticas públicas.

1.2. Em que condições as mulheres negras acessam a administração pública, ascendem e ocupam postos de decisão?

As estatísticas disponíveis expressam alguns dos desafios enfrentados pelas mulheres negras no mercado de trabalho. A seguir, o diálogo com alguns dos dados disponíveis, igualmente escassos.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), do total da população brasileira, as pessoas negras constituem a maior parte da força de trabalho no país. Em 2018, eram 57,7 milhões de pessoas, 25,2% a mais do que a população não negra. Em contrapartida, elas formavam cerca de $\frac{2}{3}$ de todas as pessoas desocupadas (64,2%) e subutilizadas (66,1%) na força de trabalho, naquele ano.

Outros dados informam acerca da maior precarização do mercado trabalho do ponto de vista das pessoas negras e suas consequências. Em 2018, enquanto 34,6% das pessoas brancas ocupadas estavam em ocupações informais, entre as negras, esse percentual atingia 47,3%. Dos cargos gerenciais, a maioria foi ocupado por pessoas brancas – 68,6% contra 29,9% de negros e pardos (IBGE, 2019).

No caso das mulheres negras, elas constituem o maior grupo étnico da população brasileira, representando 28% dessa; também sua maior força de trabalho. Elas têm uma menor taxa de participação na população economicamente ativa (PEA), maior desocupação e jornada média semanal inferior – todos esses indicativos de posições de trabalho mais frágeis (Mariana MARCONDES *et al.*, 2013).

Além do acesso mais precário ao mercado de trabalho, a vulnerabilidade dessa população se reflete na ocupação de posições de menor prestígio e remuneração. São maioria entre as trabalhadoras domésticas – quase 60% de todos os trabalhadores nessa posição. Na realidade, são maioria nos serviços sociais de forma geral, incluindo funções domésticas, de saúde e de educação. São posições relacionadas ao “cuidado” e que reforçam o papel “de servir”, destinados às mulheres negras. Além disso, cerca de 13% das mulheres negras ocupadas exercem atividades para o próprio consumo ou sem remuneração (*idem*).

Em Minas Gerais, a população negra e parda somou 52,3% da população e representou a maior taxa de desocupação em 2018, 12,2%. Em contrapartida, as pessoas brancas apresentaram taxa de 8,3% de desocupação. O rendimento médio da população negra equivaleu em 2018 a 65,7% do rendimento médio da população branca, nesse estado (IBGE, 2019).

As mulheres negras eram maioria entre as empregadas domésticas com carteira assinada (63,3%, dentre as trabalhadoras com carteira assinada e 67,7% sem carteira assinada), e entre os trabalhadores familiares auxiliares (34,5%). Em contraposição, eram minoria entre os empregadores, apenas 9,6% (IBGE, 2019).

Acerca das tendências que caracterizam especificamente o cenário da administração pública, uma delas é que as mulheres em geral apresentam maior participação nesse setor. No entanto, no setor público federal, o mais bem remunerado, a participação dos homens é maior. As mulheres negras são o grupo com menor participação nesta esfera, representando apenas 7,5% do universo de trabalhadoras e trabalhadores, menos da metade de sua participação no serviço público de forma geral (Tatiana SILVA; Josenilton SILVA, 2014).

Os rendimentos no serviço público reproduzem essa hierarquia das ocupações. Nela, os homens brancos se situam no topo, seguidos dos homens negros, das mulheres brancas e das mulheres negras. Entre os profissionais com ensino superior, as mulheres negras recebem, em média, menos da metade de um profissional branco (40%). Essa desigualdade encontra explicação não apenas nas discriminações de gênero e raça, mas também na forma de inserção na ocupação. As mulheres, especialmente as negras, estão sub-representadas dentre as servidoras e servidores com vínculo com a administração, bem como nas atividades e nos cargos de direção e de maior prestígio (Ana Paula VOLPE *et al.*, 2012). Além disso, cerca de 65% das mulheres negras empregadas no serviço público se encontram na esfera municipal, que tem os piores rendimentos médios.

No setor público de Minas Gerais, foi possível observar um crescimento do número e da participação de mulheres e homens negros empregados no período entre 2014 e 2019, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (Pnad contínua)². Em 2019, as mulheres negras representaram cerca de 35,5% dos trabalhadores do setor público de Minas Gerais, o equivalente a 420 mil pessoas; as mulheres brancas constituíram 25%; os homens negros, 25%, e os homens brancos, 16% dessa população.

Apesar da representação das mulheres negras no setor público se mostrar alta, quando analisada em termos da distribuição das ocupações, observa-se que, segundo os dados de 2019 para Minas Gerais, as mulheres negras ocupadas na administração pública estavam assim distribuídas: a grande maioria no grupo das profissionais das ciências e intelectuais

² Agradecemos à Nícia Raies, pesquisadora da Fundação João Pinheiro, a realização do levantamento das estatísticas para o estado de Minas Gerais, junto à PnadC / IBGE.

(37% de todas as mulheres negras no setor público)³; em seguida, no grupo das técnicas e profissionais de nível médio (21%); dentre as trabalhadoras do apoio administrativo (13,5%) e nas ocupações elementares (11,5%). Apenas 3,8% das mulheres negras ocupavam a posição de diretoras e gerentes no serviço público, o equivalente à taxa de homens negros, superior à das mulheres brancas (2,9%) e inferior ao dos homens brancos (4,9%) (IBGE, 2020).

Em termos de capacidades, a média de anos de estudo das mulheres negras ocupadas na administração pública de Minas Gerais (13,6) foi inferior apenas à das mulheres brancas (14). Homens brancos e homens negros empregados apresentaram, em média, 13 e 12,2 anos de estudo, respectivamente. Apesar disso, as mulheres negras tiveram o pior rendimento médio, bem como a pior renda domiciliar *per capita*. Elas receberam 46% do rendimento dos homens brancos, 62,5% dos homens negros e 75% das mulheres brancas (IBGE, 2020).

Dialogando com esses dados, investigações de caráter qualitativo abordam as condições e experiências no acesso ao trabalho e em seu ambiente, denunciando os persistentes obstáculos e discriminações em função da raça, do gênero e da classe. Pesquisas realizadas em contextos geográficos distintos apontam muitas convergências nessa relação, o que induz à interpretação de que, mesmo em ambientes e contextos diferentes, as mulheres negras estão sujeitas a fatores discriminatórios muito similares e, portanto, estruturantes (Sueli CARNEIRO, 2019; Carmen DIOP, 2011; Irene BROWNE, 2000; J. Camille HALL; Joyce EVERETT; Johnnie HAMILTON-MASON, 2012).

Essas pesquisas evidenciam fortemente que mulheres negras – ainda que superqualificadas – sofrem discriminação no acesso ao emprego, em seu *status* profissional, nas formas de contratação, além de relatarem constrangimentos cotidianos nas relações de trabalho. Enfatizam que mulheres negras escolarizadas são sistematicamente discriminadas no trabalho e não desenvolvem as carreiras que poderiam e deveriam desenvolver. Em termos de precariedade e desemprego, os diplomas não as protegem: sofrem com excesso de trabalho, com longos períodos de desemprego e estão muito mais propensas à precariedade de condições de trabalho e rendimentos.

As formas e condições precarizadas de trabalho dificultam ou até mesmo as privam da filiação a coletivos trabalhistas (sindicatos e associações), o que dificulta em consequência o acesso a direitos (trabalhistas, previdência social, entre outros). Por outro lado,

integram o repertório de discriminações: o não reconhecimento de sua competência para ocupar determinados postos de trabalho; a ocupação *simbólica* de um posto de trabalho – ou seja, sem poder de decisão ou de funções correspondentes; o recorrente descrédito; a apropriação da autoria de suas ideias; desvios de função; e assédio moral e sexual.

Os relatos das pesquisas indicam que sua reação ao racismo institucional que permeia tais contextos passa pelo desenvolvimento de estratégias e de um saber prático; esses, muitas vezes, assumem a forma do “comportar-se de acordo com as regras” das quais são vítimas, para poderem persistir nas organizações. Outras vezes, geram formas de enfrentamento e influenciam mudanças do ambiente de trabalho.

1.3. Os desafios metodológicos da pesquisa

Explicitar a metodologia utilizada para concretizar esta obra, que reúne histórias de mulheres negras que ocuparam ou ocupam cargos de relevância na gestão pública, significa compartilhar a escolha de um caminho para garantir a maior presença das biografadas na obra. Essas histórias, que podem assumir formas variadas (Sumaya MORAES, 2009), aqui tomaram a forma de *biografias*. A partir de testemunhos orais, fomentados por um roteiro pré-definido, as biografias foram redigidas por meio da técnica da *transcrição*, em um processo dialógico tecido entre pesquisadoras e biografadas.

O uso da história oral e da biografia como método de investigação e os desafios inerentes à *escrita de si* são aspectos importantes da pesquisa e, portanto, serão exploradas abaixo. As peculiaridades inerentes as escolhas metodológicas reforçam a importância da explicitação dos procedimentos relacionados ao desenvolvimento da pesquisa e do texto propriamente dito, o que fazemos a seguir. Por fim, tecemos algumas considerações acerca de uma escrita que se pretende feminista e enegrecida, enfim, decolonial. Esperamos com isso evidenciar como as escolhas realizadas, algumas delas poucos “tradicionais”, buscam convergir com a perspectiva assumida por nossa investigação.

1.3.1. A história oral e o uso da biografia na pesquisa social

[...] é possível constatar que a história oral é um campo de trabalho e uma metodologia que [...] se caracteriza pela interdisciplinaridade e pelas muitas possibilidades de emprego, desde a história política, passando pela história dos movimentos sociais, pela história de trabalhadores, de instituições, até a história da memória, por exemplo; que ela se insere no campo da história do tempo presente; que está intimamente ligada às noções de biografia e história de vida; que a fonte oral tem especificidades que a diferenciam de outras fontes históricas (Verena ALBERTI, 1997, p. 18).

3 Esse grupo inclui as professoras de todos os níveis da educação (ensino fundamental, médio e superior).

A explicação acima de Alberti indica que o uso da história oral é uma metodologia convergente com o objetivo deste livro: uma temática cuja literatura não apenas é bastante escassa, mas carece de fontes alternativas disponíveis. O livro busca retratar memórias e histórias do tempo presente, e seu forte viés político está evidenciado.

A história oral possui íntima relação com o método biográfico. A *biografia*, assim como a autobiografia e os diários, são gêneros tradicionais do campo literário, compostos por relatos da vida de uma pessoa (ALBERTI 2000), e que se consolidaram como tais a partir de meados do século XVIII (Yuri BATISTA, 2018, p. 1). Nas ciências sociais, Sumaya Moraes (2009) explica que a biografia teve seu uso ampliado como método de investigação ao longo do século XX, ao ser reconhecida, entre outros fatores, por assegurar a articulação de uma história individual à história social. A incorporação de temas contemporâneos na pesquisa histórica, a partir da década de 1970, aportou não apenas interesse pela história oral, mas valorizou também a biografia (ALBERTI, 2000). Ambos os métodos consideram as experiências individuais como importantes na compreensão do passado, e são assim ferramentas contundentes de revalorização do papel das sujeitas na história.

O ato de interpretar sua própria história é também o de compreender os fatos como “colocações e deslocamentos no espaço social” (Pierre BOURDIEU, 1996, p. 190). Elas não se constituem sozinhas e fazem parte de uma trama de muitas outras histórias. O relato pessoal expressa “uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em dada sociedade” (MORAES, 2009, p. 2). É por isso que a biografia representa a possibilidade de uma teoria da ação social e histórica, que estabelece uma relação entre as dimensões psicológica e social. Ela garante, a quem se utiliza dessa abordagem, o reconhecimento das singularidades, sem desconsiderar as dimensões socioculturais (MORAES, 2009).

Ao considerar cada sujeita como portadora de um projeto de vida vinculado à história social, o método biográfico também ganha relevância quando se trata de construir ou reconstruir a identidade de um grupo. As biografias coletivas concentram características de determinado grupo, ilustram formas típicas de comportamento. Mesmo características excepcionais ou exclusivas servem para mostrar o que é estrutural e estatisticamente próprio ao grupo, ao permitir identificar possibilidades latentes da cultura e deduzir, “em negativo”, o que seria mais frequente (ALBERTI, 2000, p. 3).

Na expectativa de valorizar a contribuição dos relatos pessoais na compreensão de elementos comuns à realidade das mulheres biografadas, a presente obra foi concebida como uma biografia coletiva. Isso significa que os relatos apresentados são importantes em si, mas também em seu conjunto. Do ponto de vista coletivo, isso significa que é possível

focar nas “características comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas” (Lawrence STONE, 2011, p. 115). Os vários tipos de informações sobre as biografadas, justapostos, combinados e examinados (por exemplo, no capítulo que encerra o livro) constituem resultados importantes desse tipo de investigação.

Do ponto de vista individual, por sua vez, cada capítulo é um registro da singularidade e potência de cada trajetória narrada. As histórias narradas expressam acontecimentos únicos, encarnando um tempo vivido. Nesse sentido, disponibilizar essas biografias adquire também uma importância político pedagógica, em que se valoriza a expressão das vivências e a concretude das experiências individuais, a atitude crítica, reflexiva e inventiva (MORAES, 2009), no contexto de práticas de ensino hegemonicamente ancoradas em teorias e ideais “genéricos”, pretensamente universais. A biografia nos desafia a enfrentar “um outro saber”, segundo Bruce Albert (2015, p. 513), “ao mesmo tempo próximo e inacessível”. Impele-nos à reconciliação com *o outro, a outra*, que são também o não-genérico, o não-universal e, por isso mesmo, múltiplo. Também com nossas próprias vidas, saberes e memórias.

1.3.2. Os dilemas em torno da *escrita de si*

Nos capítulos deste livro, a presença da biografada como primeira coautora e a escrita em primeira pessoa pode criar a expectativa de que a obra reúna *autobiografias*. Essa questão remete, com efeito, a uma controvérsia importante, colocada tanto no campo da literatura quanto das ciências humanas e sociais. São “os bastidores da primeira pessoa”, de que trata Philippe Lejeune (1980 *apud* ALBERT, 2015), entre muitas outras autoras. No caso de um texto escrito em primeira pessoa, mas em coautoria, quem seria a “verdadeira” autora do texto? Qual o papel das coautoras, as biógrafas – são transcritoras passivas de memórias que lhes são transmitidas ou desempenham um papel ativo no processo de rememoração e construção da narrativa?

Escrito em 1983, *As escritas de si*, de Michel Foucault busca refletir sobre a autoria em textos como cartas, diários e quaisquer outras formas de registrar ações, pensamentos ou sentimentos próprios. Conclui que esses gêneros textuais funcionariam para suas autoras como um processo de desabafo ou expurgo de algo que deseja compartilhar. Proporcionam um maior conhecimento da pessoa sobre si mesma, e uma possibilidade de refletir sobre sua própria personalidade e seu lugar na sociedade (SILVA; MOREIRA, 2016).

Mas o autor não trata da escrita em coautoria, em que autoras e personagem de uma biografia não são necessariamente uma e só pessoa. A esse respeito, a discussão feita por Pierre Bourdieu sobre o *relato de vida* nos parece útil. Bourdieu (1996) ressalta que, nesse método, a investigada se coloca à disposição da investigadora, que é quem lhe propõe certa estrutura: por exemplo, uma ordem para a sucessão dos acontecimentos, que nem sempre vão seguir estritamente a ordem cronológica dos eventos narrados; os temas a serem discutidos e aprofundados, entre outras.

Assim, se no relato de vida “clássico”, pede-se a um informante privilegiado que conte sua vida para daí retirar matéria para o texto; em formas alternativas de pesquisa e escrita, não se pretende ausentar a redatora ou coautora⁴. Na verdade, o que caracterizaria as formas biográficas clássicas seria justamente “a ficção de uma ausência de ficção”, ou seja, “a ilusão de um face-a-face sem mediações” entre biografada e leitora, de acordo com Bruce Albert (2015, p. 535).

Nessa mesma perspectiva, Alberti (1996) explica a diferença entre autobiografia e história oral, justificando o uso da coautoria nesse método. Apesar de ambas serem expostas na primeira pessoa do biografado:

[...] enquanto na autobiografia há apenas um autor, na entrevista de história oral há no mínimo dois autores – o entrevistado e o entrevistador. Assim, mesmo que o entrevistador fale pouco, para permitir ao entrevistado narrar suas experiências, a entrevista que ele conduz é parte de seu próprio relato – científico, acadêmico – sobre ações passadas (ALBERTI, 1996, p. 4).

Acerca dos textos que compõem esta biografia coletiva, construímos a compreensão de que autora, narradora e personagem não são uma só. Biógrafas e biografadas estabelecem um processo de interação dialógica que transformam a obra e lhe dão múltipla autoria. Tal construção não resultou simples, mas revela nossa opção por um caminho que, além de valorizar a biografada como mulher preta e protagonista da história que se conta, também pretende evidenciar que a abordagem construída é resultado de uma interação que produz *uma* escrita de si específica, distinta daquela que poderia ter sido construída por si só.

4 Se, nos escritos da antiguidade, o anonimato da autora era algo comum e bem-aceito; contemporaneamente, a necessidade de se demarcar a voz autoral se erige pela necessidade de dar respaldo ao texto. Não se admite que a proprietária da voz se ausente; ela deve referendar ou sustentar as razões que permeiam sua atividade criadora (BATISTA, 2018, p. 2). Mais do que isso: de acordo com Bourdieu, “a identidade é registrada através do nome próprio, é o atestado visível para que o indivíduo possa ser reconhecido com um ser social e tenha suas funções na sociedade, para que de fato sua existência possa ser confirmada” (SILVA; MOREIRA, 2016, p. 14).

Assim, quem assina os capítulos como primeira coautora é a biografada, cada uma das autoras dos relatos que constituem a fonte concreta desta biografia; sua voz. As biógrafas, de cuja iniciativa vem a investigação, comparecem como coautoras – *transcriadoras* presentes, cuja inexistência não se pretende simular. Esse encontro entre o *relato* e o *científico* pode ser considerado como o resultado da organização da memória viva e da disponibilidade e confiança das biografadas de seguirem um roteiro construído, a princípio, pelas biógrafas.

Contudo, tal construção, para ser legítima, precisa obedecer a certos princípios éticos. O encontro entre biógrafas e biografadas deve estar fundado em uma espécie de “pacto tácito”, defendido por Albert (2015), que se erige em resposta à confiança depositada pela primeira no desvelar de suas memórias. Assim, deve-se não apenas fazer justiça aos relatos em si, mas ao seu sentido político. Em outras palavras, nesse gênero de pesquisa, nós, pesquisadoras, convertemo-nos em aliadas políticas de nossas interlocutoras, como fundamento desse engajamento.

Por fim, se *espalhar a palavra* – no caso, alheia – implica sempre em transformá-la, há um conjunto de procedimentos e soluções narrativas que garantem a integridade da escrita, os quais explicitamos a seguir.

1.3.3. Procedimentos metodológicos

Júlia Matos e Adriana Senna (2011) advertem que, na utilização do método e da fonte da história oral, deve-se estar atenta à explicitação das opções metodológicas e procedimentais que constituíram a investigação. Os procedimentos fundamentais para a realização desta obra dizem respeito à revisão da literatura, à produção do roteiro, à seleção das biografadas, à realização das entrevistas, ao tratamento dos dados e à produção e análise do texto.

Dessas várias etapas, a primeira foi a revisão de textos de autoras brasileiras e estrangeiras em torno da temática da participação das mulheres negras no mundo do trabalho e do serviço público, bem como sobre o *feminismo negro* e os movimentos de mulheres negras no Brasil. Os encontros regulares de estudos e discussão do Egedi, iniciados em agosto de 2019, duraram 11 meses e antecederam à construção do roteiro das entrevistas.

Nesse esforço de estudo e amadurecimento de hipóteses e questões para a investigação, foram fundamentais as contribuições de Débora Menezes Alcântara⁵ e Michele Lopes da Silva Alves⁶.

A revisão embasou a construção do roteiro das entrevistas, que abordou as seguintes dimensões: 1. origens, história familiar; 2. trajetória escolar e universitária – desafios, diferenciais e formas de acesso; 3. trajetória profissional – tipos de acesso, experiências e postos ocupados, estratégias, violências simbólicas sofridas e resiliência; 4. formação da identidade individual e coletiva, políticas públicas de igualdade racial e religiosidade; 5. uma reflexão livre sobre si própria. No processo de discussão do roteiro, as importantes contribuições de Merelane Emanuele Cardoso⁷ e Camila Natália Ferreira Teófilo Alves⁸ possibilitaram seu aprofundamento.

Na etapa seguinte, foram definidos critérios para a seleção das mulheres a serem biografadas. Nessa escolha, o que se buscou foi um conjunto diverso em termos geracionais, de experiências profissionais e setores ocupados por elas na administração pública. Assim, o livro reúne biografias de mulheres que atuaram e ainda atuam em diferentes âmbitos da gestão pública: educação, assistência social, cultura, patrimônio, segurança pública, política prisional, prefeitura municipal, assessoramento legislativo, política para mulheres, igualdade racial e diversidade sexual. As mulheres pertencem a distintas gerações e são provenientes de diversos lugares de Minas Gerais, embora a maioria tenha construído seus percursos de vida e trabalho na capital do estado.

Tendo em vista as medidas de isolamento social implementadas a partir da pandemia de Covid-19, tivemos que optar por realizar as entrevistas de história oral de modo remoto (por aplicativo de videochamada). As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, tendo havido prévio conhecimento e autorização por parte das biografadas, e realizadas entre agosto e setembro de 2020. As 11 pesquisadoras-biógrafas que compuseram a equipe da pesquisa foram divididas em duplas para a realização dos encontros remotos com as

5 Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (DCP/UFMG) e integra o Centro de Estudos Republicanos (Cerbrás) da UFMG.

6 Professora do Instituto Federal do Piauí (IFPI) – Campus Cocal. Integra o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFPI – Cocal; o Programa Ações Afirmativas na UFMG da Faculdade de Educação (FaE) da UFMG, entre outros grupos de pesquisa.

7 Assistente social, foi Secretária Municipal de Cidadania Desenvolvimento e Assistência Social do município de São João Del-Rey em Minas Gerais.

8 Servidora da Defensoria Pública de Minas Gerais, co-idealizadora e coordenadora do projeto *Samba das Pretas* em Belo Horizonte.

biografadas. Cada dupla ficou responsável por organizar a entrevista, bem como a escrita da biografia de duas a três mulheres. Foram necessários mais de um encontro, de duas a quatro sessões, dependendo de cada caso. Em horas totais, o *corpus* reuniu 44 horas de gravação.

O procedimento seguinte foi a da *transcrição* dos relatos. Na transcrição da oralidade, o conteúdo gravado foi convertido para a forma textual; a palavra é transportada em seu “estado bruto” (Leandro ALONSO, 2016). Nesse processo, foram preservadas as repetições de palavras, expressões próprias e trejeitos. Resultaram desse esforço quase 700 páginas transcritas. Na etapa seguinte, o relato oral gerado a partir da transição literal passa a ser reorganizado. São retiradas frases sem continuidade discursiva, ou cujo significado não fosse estritamente necessário ao relato; características do registro oral são suavizadas para ganhar maior fluidez no registro escrito. No entanto, optamos por preservar algumas marcas de oralidade e buscamos manter o estilo e a voz própria de cada uma delas.

A primeira versão do texto se consolidou com a *transcrição*. Essa é a fase em que são incorporados os “elementos extratextuais”: é o momento da “operacionalização da cultura”, da conversão da fala em “linguagem ressignificada” (ALONSO, 2016, p. 17-ss). Nesse processo, a partir de um vasto e imenso conjunto de relatos, as redatoras escolheram os eixos centrais da história a ser contada, em um procedimento central ao método da história oral, de acordo José Meihy e Fabíola Holanda (2013 *apud* ALONSO, 2016): o de apreender as visões, construções narrativas e idealizações, sobressaídas da exposição dos fatos. Um esforço de seleção e composição, que combina uma preocupação tanto estética quanto política na produção do texto.

Fez parte dessa etapa a escolha do que Alonso chama de “tons vitais” da entrevista, frases escolhidas para serem utilizadas como epígrafes das seções dos capítulos. Esse é um “elemento fundamental na prática de transcrição, porque contribuiu para encontrar os nexos narrativos, os eixos centrais dos documentos construídos e as vinculações temáticas apresentadas pelos interlocutores” (ALONSO, 2016, p. 16).

Finalmente, importa dizer que buscamos compor a narrativa a partir da abordagem epistemológica e metodológica escolhida. As coautoras costuraram a história contada em cada uma das biografias, usando como fios condutores os conteúdos objetivos e subjetivos das trajetórias relatadas, as escolhas, valores e vivências no desenrolar da vida profissional. Do ponto de vista do conjunto das biografias, buscou-se sistematicidade e harmonia temática entre os capítulos, mantendo-se, assim, certa coerência na obra e tornando-a capaz de confrontar a principal pretensão do livro: reconstruir itinerários de mulheres, negras

e gestoras públicas, buscando compreender como foram percorridos, em um contexto de luta pelos direitos da população negra. Para tanto, reuniões coletivas foram realizadas em vários momentos para a leitura e redação dos textos, buscando resolver dúvidas e dirimir incertezas sobre as mensagens a transmitir.

As primeiras versões dos textos foram encaminhadas às biografadas para validação. Em todos os casos, isso implicou em correção de imprecisões e edição de passagens sensíveis. Em muitos, foi necessária a reconstrução de trechos completos. Essa etapa final tem importância fundamental em uma pesquisa como esta, em que se opta por um método colaborativo e a biografada e primeira autora é, ao mesmo tempo, depoente, agente social e “objeto do estudo”.

Produz-se, com isso, uma inversão nos termos da lógica tradicional da pesquisa, em que as pesquisadas são tomadas como “objeto” do olhar das pesquisadoras. Em vez de simplesmente “colher dados”, fomos sendo reeducadas por aquelas que aceitaram participar e escrever conosco. Além disso, acreditamos que assim foi possível evitar um olhar complacente sobre a população negra, predominante na literatura até muito recentemente, evitando o apagamento de seu protagonismo.

1.3.4. O método é pessoal, é político e tem corpo: como retratá-lo em uma escrita feminista e enegrecida

*Eu disse: O meu sonho é escrever!
Responde o branco: ela é louca.
O que as negras devem fazer...
É ir pro tanque lavar roupa.
Carolina Maria de Jesus*

No processo da pesquisa, aprendemos como o acesso ao conhecimento não é puramente intelectual, mas passa efetivamente pelo *corpo*. Nesta pesquisa, não atingimos apenas os limites de nossas próprias razões, buscando acessar as das biografadas. Em um encontro marcado por uma equipe composta na metade por pessoas brancas e por dois homens, não apenas interesse intelectual e convergências teórico-políticas marcaram a interpelação das biografadas. Seja ao confrontar com as ações odiosas da branquitude ou reconhecer irmãs negras nos relatos, o processo foi intensamente movimentado e sentido por nossas corporeidades. Essa desestabilização, contudo, ajudou a manter viva a atenção sobre o objetivo de construir um ponto de vista diverso – e, sobretudo, mais realista – de nossa *história*.

Também por isso, procuramos manter a forma da escrita feminista e enegrecida. Assim como nas demais expressões sociais, a língua original do colonizador é generificada e racializada, ou seja, tradicionalmente excludente. Logo, um traço importante da escrita deste livro é o uso do feminino para desnaturalizar a ideia do masculino como representante da neutralidade e dos demais gêneros na linguagem. Sempre que possível, usou-se “a autora”, e não “o autor”; “pessoa”, e não “sujeito”. As referências bibliográficas utilizadas são citadas a partir de seus primeiros nomes, e não apenas sobrenomes, para evidenciar a existência (hoje majoritária) de cientistas mulheres, em um contexto em que se supõe que “o autor” de um texto científico é sempre um homem. Do ponto de vista do enegrecimento, evitamos palavras que pudessem ser negativamente associadas à negritude, ou que são excludentes por reforçarem o ideal da branquitude (como “esclarecer”).

Não custa voltar aos motes, já triviais, mas que fazem convergir os movimentos e teorias feministas e antirracistas: “o pessoal é político”, “o corpo é político”. “Acusadas” de não serem capazes de formular um pensamento teórico, universal, as mulheres sempre usaram da estratégia de contar suas histórias pessoais para vocalizar suas perspectivas, visões de mundo, enfim, dar visibilidade ao corpo que materializa e condiciona suas existências singulares. Por isso, toda a escrita do livro busca valorizar um ponto de vista pessoalizado – daí, mais um motivo para o uso da primeira pessoa, não apenas nos capítulos que contém as biografias. Isso também ajuda a explicar a inserção de fotos do acervo pessoal das biografadas.

Por fim, no fazer deste livro descobrimos um caminho em que a história oral e a biografia encontram a tradição e o pensamento feminista negro. Aí, a narração de histórias é fonte primordial de uma memória e sabedoria oral e escrita do povo negro, que também é estratégia de reflexão, de pedagogia ancestral e política. São, enfim, as “escrevivências”, de que fala Conceição Evaristo:

Quando usei o termo escrevivência [...] se é um conceito, ele tem como imagem todo um processo histórico que as africanas e suas descendentes escravizadas no Brasil passaram. Na verdade, ele nasce do seguinte: quando eu estou escrevendo e quando outras mulheres negras estão escrevendo, me vem muito na memória a função das mulheres africanas escravizadas dentro das casas-grandes, a função que essas mulheres tinham de contar história para adormecer os da casa grande. A prole era adormecida com as mães pretas contando histórias. Então, eram histórias para adormecer. Quando eu digo que os nossos textos tentam borrar essa imagem, nós não escrevemos para adormecer os da casa-grande, pelo contrário, pra acordá-los dos seus sonos injustos. E essa escrevivência, ela vai partir, toma como mote de criação, justamente a vivência. A vivência do ponto de vista pessoal mesmo ou a vivência do ponto de vista coletivo (EVARISTO, 2017 *apud* Mariana SOUSA; Maria BARBOSA, 2020).

Assim, nos capítulos que se seguem sobre as trajetórias individuais de vida e de trabalho de mulheres negras na administração pública, não apenas a dimensão profissional é considerada. As origens familiar e social são apresentadas, mostrando tanto seu papel formador, ético e político, quanto condicionante do acesso à escolarização – principal mola de ativação de mobilidade social. O contexto de formação escolar e universitária é exposto e interpretado, ora como fonte de processos de aniquilamento cognitivo e confiança, ora como berço de ativismo e reconstituição identitária. Outras dimensões são relatadas: a do ativismo, atravessador de toda a trajetória adulta e sobretudo profissional; o das relações sexuais e românticas, como caminho profundamente tortuoso; a da religião, promotora de um religamento com um passado e com uma herança apagados, mas também de um futuro coletivo.

Com isso, espera-se contribuir para a discussão sobre a complexa trama desse contrato de exclusão racial-sexual-classista que as atinge de frente, e potencializar saídas para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, para nós todas.

Referências

ALBERT, Bruce. Postscriptum – Quando eu é um outro (e vice-versa). *In*: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALBERTI, Verena. Ensaio bibliográfico: obras coletivas de história oral. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 206-219, jun. 1997.

ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ORAL, 2., Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1996.

ALONSO, Leandro Seawright. O corpus documental em história oral: teoria, experiência e transcrição. **Revista Observatório**, Palmas-TO, v. 2, n. 1, p. 54-75, 2016.

BATISTA, Yuri Andrei. O autor e a autobiografia: morte, vida e outros espaços. **Memento**, Três Corações, v. 9, n. 1, jan./jul. 2018.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO; FERREIRA (org.). **Usos e abusos da história oral**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.183-191.

BROWNE, Irene (ed.). **Latinas and african american women at work: race, gender, and economic inequality**. New York: Russell Sage Foundation, 2000.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.49, 117-132, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. *In*: CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

COLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**. [São Paulo]: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao negro. **Estudos feministas**, v. 171, n. 1, 2002.

DIOP, Carmen. Les femmes noires diplômées face au poids des représentations et des discriminations en France. **Hommes & migrations**, Paris, n. 1292, p. 92-102, juil./août. 2011.

EVARISTO, Conceição. **Estação Plural**, TVBRASIL, São Paulo, 2017. Entrevista concedida a Ellen Oléria, Fernando Oliveira e Mel Gonçalves. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xn2gj1hGsoo>. Acesso em: 27 dez 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. São Paulo: Editora Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.92-93, p.69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p.223-244, 1984.

HALL, J. Camille; EVERETT, Joyce E.; HAMILTON-MASON, Johnnie. Black women talk about workplace stress and how they cope. **Journal of Black Studies**, Thousand Oaks, v. 43, n. 2, June 29, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, v.41).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** – PNAD Contínua: ano de referência: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LEJEUNE, Philippe. **Je est um autre**: l'autobiographie, de la littérature aux médias. Paris: Seuil, 1980.

MARCONDES, Mariana Mazzini *et al.* **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília, DF: Ipea, 2013.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, v.2, n.1, p.95-108, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2013.

MORAES, Sumaya Mattar. Memória e reflexão: a biografia como metodologia de investigação e instrumento de (auto) formação de professores de arte. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 18., Salvador, 2009. **Anais [...]**. Salvador: Anpap, 2009.

PEREIRA, Ana Claudia Jaquette. **Pensamento social e político do movimento de mulheres negras**: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v.22, n.3, p.445-456, 2010.

SILVA, Michele Lopes. **Mulheres negras em movimento**: trajetórias de vida, atuação política e construção de novas pedagogias em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SILVA, Sheila dos Santos; MOREIRA, Maria Elisa Rodrigues. Escritas de si e espaço biográfico – revisão teórico-crítica. 2016. **Memento**, Três Corações, v. 7, n. 2, 19 p., jul./dez. 2016.

SILVA, Tatiana Dias; SILVA, Josenilton Marques da. **Reserva de vagas para negros em concursos públicos**: uma análise a partir do Projeto de Lei 6.738/2013. Brasília, DF: Ipea, 2014. (Nota técnica, n.17).

SOUSA, Mariana Alves; BARBOSA, Maria Valéria. Mulheres negras ocupando espaços por meio de narrativas e “escrevivências”. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 33, n.2, jul./dez. 2020.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p.115-137, jun. 2011.

VOLPE, Ana Paula Sampaio *et al.* Igualdade racial. *In*: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise: n.20. Brasília, DF: Ipea, 2012. cap. 8, p. 313-367.

2

MACAÉ MARIA EVARISTO

Macaé Maria Evaristo dos Santos
Renata Souza-Seidl
Letícia Godinho

1. Origens

Eu nasci em 1965. Um ano depois do golpe, no interior de Minas Gerais, em São Gonçalo do Pará – um município bem pequeno, de 10 mil habitantes, com população de maioria branca e bastante conservadora. Minha família é uma das poucas famílias negras do município e eram muito pobre.

Meus avós tiveram apenas minha mãe. Eram agricultores, trabalhavam na roça, conseguiram comprar uma pequena fazendinha. A família do meu pai era do Quilombo do Pimentel, que fica na região de Pedro Leopoldo e Santa Luzia. Quando vão para Belo Horizonte, vão morar no Pendura Saia, favela que ficava na região Centro-Sul da cidade. Eles vão passar por todo o processo de especulação imobiliária, que tira as famílias negras que lá moravam, para entrar ali um bairro de classe média alta, que hoje é o Cruzeiro. Então, eu vim dessa conjuntura familiar.

Mãe: *mulher não pode depender de homem*

Minha mãe, Maria Antônia Cesária Evaristo, é professora formada no Magistério de nível médio. Estudou com muita dificuldade. Encontramos uma foto dela na escola primária; é a única menina negra da turma. Ela fez o magistério em Pará de Minas, único lugar onde foi aceita – porque, naquela época, mesmo que meus avós estivessem pagando seus estudos, algumas escolas não aceitavam pessoas negras.

Minha mãe sempre lutou muito e tinha uma meta para as quatro filhas. Construiu um projeto para todas nós: o projeto das filhas estudarem e serem emancipadas. “Mulher não pode depender de homem!”, era seu pavor. Porque, para meninas negras, principalmente no interior, quando a mãe ficava viúva e muito pobre, a sociedade também tinha um roteiro pensado: quando meu pai morreu, muita gente pediu à minha mãe para que nos desse. Mas minha mãe sempre respondeu: “Não! Não vou dar nenhuma das minhas filhas! Podemos viver de pão e água, mas vamos ficar juntas”. Dar as filhas para outro cuidar era muito comum. Na verdade, isso se transformaria em trabalho infantil, um “cuidado” em troca de trabalho.

Minha mãe persistiu muito e nós todas estudamos. Todas têm formação de nível superior, e duas, mestrado. Cumprimos o roteiro que a minha mãe planejou para nós, de termos nosso trabalho, sermos donas do nosso nariz, tocar nossa vida.

Pai: *militante do movimento negro*

De certa forma, também seguimos a tradição do meu pai, de ter um engajamento na luta antirracista. Para a gente, esse sempre foi um debate fundamental. Meu pai, Osvaldo Catarino Evaristo, era autodidata, aprendeu várias coisas sozinho: lia muito, pintava e fazia esculturas. Participou das aulas de artes livres dentro do parque municipal e também chegou a escrever no Jornal Estado de Minas.

Meu pai foi um homem negro, que, naquela época, vai escrever e fazer várias coisas. Foi militante do movimento negro em Belo Horizonte, participou da Associação Cultural José do Patrocínio, uma das primeiras associações negras daqui. Foi muito cedo como pracinha para a II Guerra, onde ficou surdo. Tinha um problema no ouvido por causa das explosões das bombas e há a suposição de que tenha morrido pelas coisas que aconteceram a ele lá.

A infância

Quando meu pai e minha mãe se casam, vão morar no interior. Minha primeira irmã morreu muito cedo, antes dos seis meses – éramos cinco filhas, na verdade. E eu vou ser criada no interior. Quando meu pai morreu, eu tinha dez anos e minha irmã caçula, um mês. Então, costumo dizer que a partir daí eu quebro a minha infância, porque passo a ter que assumir uma série de responsabilidades domésticas, em especial o cuidado das minhas irmãs caçulas. Eu tinha uma irmã com um mês e outra, que tinha que trabalhar. Minha mãe trabalhava, às vezes, de manhã, de tarde e de noite, e eu que cuidava. No tempo em que eu não estava na escola, estava cuidando da casa e da irmã caçula. Na adolescência, tinha gente que achava que minha irmã era minha filha.

Apesar de muita pobreza, de ter perdido o pai muito cedo, da família ter passado por muita dificuldade, mesmo tendo que ajudar na família e trabalhar, a infância no interior nos propiciou uma coisa muito legal, que é o encontro, a brincadeira. Como educadora, me incomoda o fato das crianças de hoje viverem emparedadas, sem possibilidade de expansão – que é uma coisa que vivi plenamente no interior. A gente tinha quintal, tinha rua, tinha praça. Era um lugar muito pobre, com esgoto a céu aberto, problemas de energia elétrica, de água; mas tinha espaço. Andei de pé no chão, subi em árvore, pude brincar e me divertir muito.

Do meu primeiro casamento eu tenho duas filhas, Mariana e Marina, duas mulheres maravilhosas. Mariana se formou em Direito e agora faz Letras para não fugir à regra da família de ser professora. Marina é intérprete de Língua Brasileira de Sinais e, agora, também faz licenciatura em Letras-Libras. Sobre afetos e relacionamentos eu falo na minha biografia¹. Se tem uma coisa que eu nunca desisti foi do amor. Com meu primeiro namorado, que é um homem negro e pai das minhas filhas, fui casada por 14 anos. Depois nos separamos e me apaixonei de novo várias vezes. Atualmente, estou em um relacionamento estável. Meu companheiro, Carlos Tibúrcio Crispim, conhecido como Marraia, é sambista e não é intelectual de óculos. Coloquei uma regra pra mim: nunca mais namore intelectual de óculos. Namore gente que gosta de música, de cantar, da noite e que te valorize como pessoa.

A religiosidade: *o sagrado é um aspecto importante e forte, mesmo a gente querendo negar e abafar*

Nós, as mulheres do meu núcleo familiar, por morarmos no interior vivemos um certo isolamento da família do meu pai – a cidade ficava a 120 km de Belo Horizonte. E, naquela época, década de 1960, por causa da pobreza, essa distância espacial era a mesma coisa que se morássemos

1 SILVA, Jailson de Sousa; SILVA, Eliane Sousa. **Macaé Evaristo**: uma força negra na cena pública. Rio de Janeiro: Eduniperiferias, 2020.

na Austrália. Não tinha telefone nem rede social, a gente se via a cada dois anos. Para minha mãe, uma mulher do interior, sair de lá com quatro filhas e viajar para a capital era um acontecimento! Isso dá uma conformação diferente para o nosso núcleo familiar e isso teve um impacto na questão religiosa.

Por sermos de uma cidade do interior, bastante conservadora, minha mãe e minha avó eram católicas; portanto, essa foi a base religiosa em que fui criada. Minha avó era muito religiosa, minha mãe nem tanto; mas ia à missa, sempre contribuiu com as festas da igreja. Somente descobri e me reaproximei das religiões afro-brasileiras, do Candomblé e da Umbanda, muito depois de sair da minha cidade natal. Hoje, consigo olhar para trás e enxergar a opressão e o racismo religioso do interior. Consigo ver como as mulheres negras do Candomblé eram vistas na minha cidade. Eram como mulheres que você deveria temer, com quem não deveria conversar, nem frequentar suas casas. Me lembro de uma senhora chamada Maria Baiana, que andava toda de branco e de turbante, uma mulher bonita e elegante. Não sabia o porquê, mas as pessoas falavam que a gente tinha que ter medo dela.

Outra história triste da minha cidade, é de uma senhora que foi expulsa por conta do adoecimento de uma menina jovem, pertencente a uma família rica da cidade. A menina sofre um acometimento, que ninguém sabia dizer o que era, e morre. Então, uma pessoa acusa essa senhora, uma mulher negra, de ter feito um feitiço e causado a morte da menina. Vários homens na cidade se reúnem, vão até a casa dessa senhora negra. Ela é tirada da sua casa e vai apanhando pelas ruas da cidade; eles a obrigam a ir até o cemitério para procurar o feitiço supostamente enterrado, onde acham um terço. A mulher é levada até o trevo da cidade, tiram sua roupa e a deixam lá, proibindo de voltar à cidade. Essa cena, não me contaram; eu vi, devia ter uns sete anos. Então, consigo compreender o pavor que as pessoas e as famílias negras tinham. Elas tinham que se desprender! Quando você está numa situação minoritária, tem que abrir mão das suas tradições e da sua religiosidade. E, claro, aderir à religião do opressor. Era a única forma de se salvar naquela conjuntura. Isso aconteceu em Minas Gerais, na década de 1970, a 120 quilômetros de Belo Horizonte.

Quando a gente fala da religiosidade, tem também muito desse processo de opressão nas nossas vidas. Mas, também, posso dizer que hoje sou mais próxima do Candomblé. Não sou iniciada, mas tenho uma filha que é. As novas gerações estão nos reconectando com essa espiritualidade, que hoje é forte e presente. A forma como a gente se relaciona com o sagrado é forte, mesmo querendo negar, abafar. É possível ver no ambiente de outras famílias: minha primeira sogra é católica e super religiosa; mas é benzedeira, foi parteira, e os netos agora começam a manifestar

também essa espiritualidade. Uma força que é inegável. Você pode tentar silenciar, mas ela vai emergir, e com força.

2. Na escola: *a educação como divisor de águas*

Eu sempre tive boas professoras, elas têm sido minha grande inspiração. Eu me lembro de todas as professoras que tive nos anos iniciais do Ensino Fundamental, cada uma com sua peculiaridade. Lembro da professora que me alfabetizou; da minha professora do segundo ano primário com quem aprendi tudo que sei de matemática. Da minha mãe, que foi minha professora no terceiro ano. Da professora da quarta série que adorava literatura, nos fez ler os livros do Orígenes Lessa e depois nos levou para conhecer o autor – o máximo para a gente, a coisa mais chique e maravilhosa! Também na Universidade Católica, cursando Serviço Social, tive mulheres maravilhosas como professoras. Todas inspiraram minha atuação, o que penso sobre educação e a forma como a encaro. A educação é, para mim, um divisor de águas, marca fortemente minha trajetória.

Minha trajetória escolar acompanha a expansão da escola pública, porque quando fiz os anos iniciais do Ensino Fundamental, somente esses eram públicos. Quando fui para a quinta série – o Ginásio, como era chamado na época – o ensino público ainda não era universalizado. Havia as escolas das comunidades, da Rede Cenecista², uma espécie de cooperativa, em que as famílias pagavam para as crianças estudarem. Quando chego ao quinto ano do ensino fundamental, a escola era comunitária. Logo depois os anos finais será estadualizado. Da mesma forma, quando chego ao Ensino Médio, ainda não era em uma escola pública, mas da comunidade; estudo um ou dois anos, para depois também se estadualizar. Minha mãe, que era professora, fez parte dessa história, lutando para a expansão do ensino público na minha cidade. Minha mãe achava que eu devia fazer dois cursos no Ensino Médio, que só o Magistério era pouco, já que eu queria continuar a estudar depois. Então, fiz o curso técnico em Química, em uma escola privada de Divinópolis; e o Magistério, na escola noturna, na minha cidade.

A vivência escolar do ponto de vista da ausência e da solidão da mulher negra

Da mesma forma que minha mãe, a minha vivência escolar foi bastante solitária, do ponto de vista da presença negra na escola. A maioria das crianças que frequentava a escola era de

2 A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (Cnec), fundada por Felipe Tiago Gomes, é uma rede educacional filantrópica, surgida em 1943, para atender crianças e jovens que não possuíam ofertas de estudos pelo poder público ou não tinham condições financeiras para ingressar em colégios privados, sobretudo em regiões interiorizadas do país. O modelo envolvia a comunidade na construção do projeto.

famílias brancas. Ser uma criança negra na escola é difícil. Você vai ser chamado de “cabelo de bombрил”. Para isso, minha mãe tinha uma pedagogia muito própria: ela nos ensinava a fazer *bullying* com as pessoas brancas, como mecanismo de defesa. Falava: “Se te chamarem de ‘cabelo de bombрил’, você chama de ‘macarrão da Santa Casa’”. Eu choro de rir até hoje. “Se te chamarem de ‘nega, fedorenta’, você fala assim: ‘calango da barriga branca’”. A minha mãe ensinava a gente, nessa ordem: primeiro, a nos protegermos; depois, a como responder: “Você não vai aceitar. Vai responder na mesma moeda”. Acho que eu posso fazer um livro como o da Márcia Tiburi: em vez de *Como Falar com um Fascista*, vou escrever *Como as crianças podem se defender do racismo*. A gente precisa ensinar às nossas crianças estratégias, mecanismos de resposta a essas situações de racismo, porque na infância isso é terrível, mexe com sua autoestima. No geral, as professoras não faziam nenhuma intervenção. E quando faziam, diziam assim: “Por que você está achando ruim? Você é nega mesmo!”, legitimando o algoz. É um processo difícil para uma criança operar isso, dar conta de elaborar essas situações.

Depois, na adolescência, surge com muita força outra questão: a da solidão da mulher negra. Ser uma mulher negra, em uma cidade do interior de maioria branca, é não ter a possibilidade de viver a sua adolescência, tanto do ponto de vista da sua sexualidade, quanto de viver o amor romântico. Você não encontra pares para exercer isso. Você não será vista como uma pessoa “aceitável” do ponto de vista de uma mulher com quem se pode relacionar. O amor romântico, se é que serve para alguém, não é pensado para nós, não está posto para nós. Eu tinha muitos amigos na adolescência; andava com os homens, mas era uma relação de amizade. E é isso de que lembro. Não tive uma relação de romance, eu não estava no universo “namorável” para esses meninos. Eu era a amiga legal e divertida. Então, na adolescência, as meninas negras sofrem imensamente com isso; torna-se um lugar de silenciamento, de ocultação, de sublimação. O ideário de relacionamento na sociedade brasileira é profundamente marcado por um conceito de heteronormatividade branca. A gente lê milhares de livros na nossa adolescência, indicados pelas escolas, inúmeros são romances. Quem são os personagens? Não tem uma mulher negra como personagem de romance que seja amada. Eu era uma leitora compulsiva; li muito na minha adolescência, mas nunca encontrei essa mulher nos livros de literatura. Não tinha um filme que tivesse casais negros. Isso na adolescência também contribui para que esse processo seja doloroso. A gente não existe. E quando existe, é numa situação de subalternidade e de humilhação constante.

O que se pode encontrar em uma mulher negra é uma grande tentativa, em geral, de exploração e apropriação do seu corpo. Você vai sofrer assédio, vai ser chamada a se prostituir, a vender seu corpo. Não vai ser reconhecida do ponto de vista da sua humanidade. Hoje, uma parte da juventude negra consegue traduzir e falar sobre isso, principalmente nas redes sociais. Muitas

blogueiras negras que estão construindo uma forma de elaborar essas questões; mas isso não existiu para a minha geração.

3. *Fora das fraldas: o início da trajetória profissional, universitária, pessoal, tudo junto.*

Em 1982, após me formar no Ensino Médio, surge a pressão: eu queria continuar a estudar, mas tinha uma questão objetiva, ter condição para estudar. Minha mãe não tinha a menor condição de pagar a faculdade para as quatro filhas. Assim, no ano seguinte, vou participar de vários processos seletivos para arrumar um emprego.

Na minha cidade, a oportunidade de emprego que existia era trabalhar em uma fábrica de fraldas. Na seleção, dobro fralda pra caramba, mais que muita gente que estava comigo. Mas na hora de ser escolhida, sou preterida – nem precisa perguntar o porquê. No final desse mesmo ano, 1983, surge um concurso para professor na prefeitura de Belo Horizonte e faço a inscrição. Sou aprovada e muito bem classificada. Em março de 1984, sou nomeada e começo a trabalhar como professora da rede municipal de Belo Horizonte, em uma escola no Bairro Tupi, zona norte do município. Até me estruturar, vou morar com uma tia; depois, em uma república. Minha meta era: trabalhar para pagar o cursinho, para poder fazer o vestibular e o curso superior.

A experiência na universidade

Minha mãe queria que eu fizesse Medicina, era seu grande sonho. Já eu queria fazer Farmácia, era modinha na minha época. Mas quando chego em Belo Horizonte, vejo que precisaria ter um conhecimento mais sólido e uma vida mais estruturada para disputar uma vaga na Universidade Federal, em condições de igualdade. Faço o vestibular na UFMG, passo bem na primeira etapa, mas não entro para o curso de Farmácia, por uma diferença milimétrica. Então, minha opção era fazer Serviço Social na PUC³. Ainda bem que eu fiz, fui muito feliz! Tinha muito mais a minha cara.

Quando entrei na universidade, em 1985, passo a estudar de manhã e trabalhar à tarde. Naquela época, não tinha metrô; eu pegava um ônibus. Eu chegava cedinho na PUC, estudava até 11h30, saía enlouquecida para chegar no Bairro Tupi. Houve época em que eu precisei trabalhar no chamado “turno da fome”.

Naquele momento, faltava tanta vaga para estudantes nas escolas públicas, que elas tinham três jornadas diurnas: das 7 às 11, de 11 às 15, e de 15 às 19 horas. O “turno da fome” se chamava assim, porque você não tem horário de almoço: começa a trabalhar às 11 e vai até as 15 horas. No

3 Pontifícia Universidade Católica da Minas Gerais.

geral, a gente trabalhava em dois horários. Foi muita luta para a gente desmontar essa estrutura, e avançar na construção das escolas nas comunidades.

O ativismo como parte da trajetória

Meu primeiro contato com o ativismo político vai se dar no interior, no âmbito dos movimentos de igreja, com as Comunidades Eclesiais de Base (Cebbs), as pastorais de juventude e os agentes de pastorais negros. Na minha cidade do interior tinha muitos grupos de jovens que me despertaram para a política. Ainda na adolescência, ganhei de um amigo um livro maravilhoso que se chama *Si me permiten hablar*, um livro sobre a história da líder Domitila Barros Chungara, que foi uma líder operária, muito humilde e que trabalhava na mineração. Ela vai travar uma grande luta na Bolívia e dedicar toda sua vida à luta pelos direitos das pessoas na mineração e pelas famílias pobres. O livro me marcou profundamente, porque era a história de uma mulher do povo, sobre a luta contra o imperialismo e a organização das mulheres.



Macaé no Conselho dos Secretários Estaduais de Educação, 2018.

Crédito: Luiz Rocha

Minha trajetória começa com esse grupo de jovens, conhecendo pessoas e acessando leituras que me traziam uma visão de mundo mais ampla. Do ponto de vista familiar, meu pai era ativista, mas convivi pouco com ele. Depois, relatei-me com minha prima, a Conceição Evaristo. Ela conviveu com meu pai na juventude e me contava muitas coisas sobre ele que eu não sabia. E tinha a minha mãe também, professora, com suas lutas pelas melhorias das escolas da minha cidade e para a gente estudar.

Quando venho para Belo Horizonte, me torno professora na periferia, começando a ver milhares de situações de desigualdade de acesso. Começo a trabalhar, em 1984, na Escola Sebastiana Novais, bairro Tupi, região Norte, um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano da cidade, onde muitas crianças ainda ficavam sem escola. Quando se fala em dormir na fila, era literalmente isso ou ficar sem vaga. A quinta série era a pior; não tinha mesmo

para todo mundo, muita gente ficava sem escola. Era um *deficit* de vagas absurdo para o Ensino Fundamental.

Vamos localizar isso do ponto histórico. O desmonte da escravidão no Brasil se faz penalizando as pessoas que tinham sido escravizadas. Quem teve reparação foram os proprietários, os escravizadores. A população negra não teve acesso à reforma agrária, a nenhum tipo de financiamento público e foi proibida de estudar. Decretos ainda da época da monarquia, do final do século XIX, proíbem a escolarização de pessoas negras. A primeira Constituição da República proíbe a escolarização de pessoas negras. Pessoa negra podia estudar só se tivesse mais de 14 anos, no período noturno, e se o professor aceitasse. Então, essa situação permanece até o final do século XX. Isso é importante para a gente entender o que é o racismo estrutural, a perversidade da desmontagem do sistema escravista no Brasil e a maneira como o Estado vai ser, o tempo todo, utilizado de uma forma patrimonialista.

Mas no pós-ditadura militar e no pós-Constituição de 1988, que vai ser um marco, não dava mais para os governos se omitirem. A constituição estampa o direito à educação; e garante aos povos indígenas, uma educação específica e diferenciada. Um pouco antes, ainda no contexto da ditadura militar, da luta pela redemocratização, vou começar a participar de uma série de movimentos. Eram várias as agendas nos territórios, junto às associações de moradores, em que a gente se organizava para lutar por melhorias para a comunidade. Na época, participei, por exemplo, dos mutirões de construção das casas do Jardim Felicidade. Também, de grupos de trabalhadores da área de saúde e da educação. A gente buscava ampliar o acesso à educação, eleger diretor de escola, ter colegiado. As diretoras eram indicadas por políticos, e as poucas vagas que havia nas escolas eram direcionadas para as pessoas que chegavam com o cartão do vereador ou do deputado. Então me engajo no movimento popular, tudo ao mesmo tempo: dando aula, estudando na PUC, namorando, tendo filho, enfim, tudo junto.

Na PUC, vou me encontrar não só com o movimento estudantil, mas também com o MNU – Movimento Negro Unificado, e o Grucon, que era o Grupo de União e Consciência Negra, do qual vou participar. Também vou conhecer os APNs, que eram as Associações de Pastorais Negras, fortemente organizadas em Belo Horizonte. Esses grupos vão ser muito importantes nesse início da minha formação, no meu despertar para um olhar para além da trajetória individual, para a necessidade da gente se engajar nas lutas coletivas. Esses encontros vão se articular à minha atuação comunitária no Bairro 1º de Maio, Tupi e no Jardim Felicidade; no movimento negro da universidade, também me encontro com vários padres Jesuítas que tinham trabalhos de base, trabalhos comunitários na mesma região em que eu trabalhava.

Nesse contexto, passo a conhecer a luta antirracista de uma maneira mais orgânica. À medida que você vai participando, vai discutindo e percebendo que o engajamento no movimento social é educador. Aqui, lembro do livro da Nilma Lino Gomes⁴: *Movimento Negro Educador*. É o movimento que educa, como diria o Paulo Freire; ele nos educa e educa a sociedade, traz à tona esses temas, para denunciá-los e forçar a construção de políticas públicas de superação dessas situações.

Na PUC me encontro também com a política. Na Faculdade de Serviço Social, conheci o Patrus Ananias⁵, que foi meu professor. Vou ter contato com vários nomes que lutaram contra a ditadura, que estavam envolvidos em um novo cenário político e na construção do Partido dos Trabalhadores (PT). Vivo toda a efervescência do começo do Partido, as primeiras eleições do PT em Belo Horizonte e o envolvimento com essa pauta. Além disso, é da minha geração do Serviço Social que vai emergir todo o debate sobre o Sistema Único de Assistência Social. Sou da geração que vivenciou o debate, a luta e a construção de várias políticas sociais nos governos do campo democrático e popular, do Partido dos Trabalhadores.

4. A trajetória profissional: mulher, negra e gestora pública

Minha trajetória tem um diálogo profundo com o meu fazer profissional. Fui traçando meus caminhos em função das pautas em que acredito. Olho para trás e penso que fui muito feliz, porque sempre trabalhei em escolas e projetos com os quais tinha identidade, sintonia, uma proposta de educação progressista, emancipatória, freiriana. Eu acredito nessa educação e tento levar essa concepção para todos os lugares onde vou. Por isso, cada vez mais, fui fazendo a opção de me implicar em projetos dessa natureza, de trabalhar em escolas de periferia, estar perto das comunidades, trabalhar junto às associações comunitárias, mesmo que fosse com uma agenda na escola e outra militante, depois do horário de trabalho, no sábado ou domingo.

Em 1984, ingressei como professora da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Trabalho muitos anos como Professora Regente de alfabetização de crianças, jovens e adultos. Depois, assumo alguns lugares de Coordenação Pedagógica em escolas. Fui eleita Diretora da

4 Pedagoga, professora da Universidade Federal de Minas Gerais e primeira mulher negra do Brasil a se tornar reitora de uma universidade pública federal, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), em 2013. Em 2015-16, foi Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, no governo Dilma Rousseff.

5 Professor aposentado da PUC-Minas e político brasileiro. Foi vereador e prefeito de Belo Horizonte, deputado federal, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (governo Lula) e Ministro do Desenvolvimento Agrário do Brasil (governo Dilma Rousseff).

Escola Estadual Edson Pisani, a escola da Vila Fátima que fica na comunidade do Cafezal, bem lá dentro do aglomerado da Serra⁶.

Trabalhei também em um dos primeiros programas de alfabetização de adultos, instituído na década de 1990, em Belo Horizonte. Começou com a alfabetização das mulheres que trabalhavam na varrição de rua pela SLU⁷. A maioria era analfabeta e a prefeitura resolveu instituir um programa de alfabetização de adultos para elas, o que foi incrível. Significava alfabetizar uma mulher e ela lhe dizer: “As pessoas sempre me perguntaram onde era a rua dos Tupinambás; há anos, eu varro todos os dias a rua dos Tupinambás e não sabia informar. E, hoje, li a placa *Rua dos Tupinambás*”. Então, é isso: o direito à educação, à diversidade é o direito a compreender o lugar em que você está.

Outras pautas vão entrando, como a do combate ao racismo na educação. No início dos anos 1990, nós conseguimos criar o Núcleo de Gênero e Raça dentro da Secretaria de Educação. Talvez essa tenha sido a primeira iniciativa do país, muito antes da Lei 10.639⁸. Em 1990, Belo Horizonte constituiu um grupo com as professoras Nilma Lino Gomes, Rosa Vani e eu. Fomos procurar o Miguel Arroyo, que era Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Educação, para dizer a ele que não era possível trabalhar a Escola Plural sem considerar as desigualdades educacionais provocadas pelo racismo que ainda existiam dentro das escolas. E a gente defendeu então que dentro da Secretaria de Educação houvesse uma área para pensar essas políticas. Ele nos pede para fazer um projeto – a proposta de criação de um Núcleo de Gênero e Raça para a educação. E a gente consegue instituí-lo, pela primeira vez, dentro da Secretaria de Educação.

Em 1997, em função da minha experiência como Professora e como Diretora da Escola Municipal Edson Pisani, fui chamada para trabalhar no primeiro programa de implementação de

6 O Aglomerado da Serra é a maior favela de Minas Gerais, localizada na Zona Sul da capital Belo Horizonte.

7 Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte.

8 A Lei 10639/03 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, ao incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”.

escolas indígenas de Minas Gerais, com um curso de formação de Magistério para professores e jovens indígenas, selecionados por suas comunidades. Era uma articulação entre a Fundação Nacional do Índio, o Instituto Estadual de Florestas, a Universidade Federal de Minas Gerais e a Secretaria de Estado da Educação. Parte dos formadores do curso eram professores da universidade; mas, quando começaram o curso, sentiram falta de gente com experiência em escola de educação básica. Então, foi montada uma equipe só com esses professores, coordenada pela professora Lucinha Álvarez, hoje professora da Faculdade de Educação da UFMG. Ela me chama para compor a equipe que iria formar os primeiros professores.

A gente já entra no curso “causando”: era uma formação de professores indígenas, e estava na legislação que devia ser uma experiência específica e diferenciada; mas os professores preparavam um curso igual para todo mundo. E a gente chegou dizendo: “Olha, mas Xacriabá é Xacriabá, Pataxó é Pataxó, Maxakali é Maxakali, Krenak é Krenak. Pode ter uma linha geral, mas a gente precisa individualizar, de forma que a conversa faça sentido pra cada uma das etnias”. Enfim, iniciei o trabalho com a educação escolar indígena e vou seguir militando nesse campo. Já tem pelo menos 20 anos que estou nessa jornada da educação indígena. Atuei aqui em Minas, na Bahia, no Mato Grosso do Sul e no Acre. Trabalhei com os Ticuna no Amazonas. Os cursos começaram a acontecer no país inteiro, alguns, por iniciativa da articulação de instituições governamentais; outras, por iniciativa do próprio movimento indígena.

Em 2003, com o governo Lula, o coordenador desse programa em Minas vai ser chamado para montar a primeira coordenação para pensar a educação indígena no Ministério da Educação (MEC). Então ele me indica para assumir a coordenação e a articulação do programa aqui em Minas Gerais. Não foi um período fácil, porque lá no governo federal estava entrando o Lula; aqui, no governo estadual, o Aécio. Viam nosso grupo como “*todo de esquerda*”, “*tudo petista*”. Aquelas coisas de início de governo. Enfim, o desafio naquele momento era garantir a manutenção do programa e avançar na criação de uma Licenciatura Intercultural Indígena na UFMG, com o apoio do MEC. Enfrentamos inúmeras dificuldades, mas conseguimos viabilizar o curso. Fico nesse programa, por pelo menos mais uns dois anos, até se iniciar a primeira turma de Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena.

Vou para a Secretaria de Educação, a convite da Professora Maria do Pilar, em 2005, para ser sua assessora. Depois, vou gerenciar a política educacional, como Secretária Municipal de Educação, de 2009 a 2012. Quando deixo a Secretaria, sou convidada para cuidar da área de educação escolar indígena, educação para as relações étnico-raciais e a educação do campo no MEC. Primeiro, atuo como diretora dessa área; depois, sou chamada para assumir a Secretaria Nacional de Diversidade e Inclusão (Secadi) de 2012 a 2014.

Eu vivi a Secadi muitos anos antes dela existir de fato. Do ponto de vista do movimento popular, a gente fez a Marcha dos Zumbis dos Palmares⁹ e a articulação para a Conferência de Durban¹⁰; vi o Lula aprovar a Lei 10.639/2003. A Secadi foi criada a partir de uma pressão dos movimentos negro, indígenas, movimentos do campo, da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a fim de que o Ministro da Educação, na época Cristóvão Buarque, criasse no MEC uma Secretaria para tratar dessa agenda da diversidade e inclusão. Porque, até então, só tinha a Secretaria de Educação Básica (SEB), no MEC, que cuidava da educação de uma maneira geral; e, como tudo o que é universal – mais ou menos como roupa de tamanho único – não dava conta das especificidades.

Em 2013, vou me tornar Secretária da Secadi, em um momento muito tenso. A secretaria foi criada em 2004, naquela efervescência das políticas de diversidade e de novas narrativas. Mas, em 2013, a Secadi já estava na linha de fogo da agenda conservadora porque fazia políticas para diversidade sexual, quilombolas, indígenas, educação de jovens e adultos e combate ao racismo. É nesse momento que o Deputado Marco Feliciano vai ser eleito Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

A experiência de ser gestora em Brasília foi muito importante. É um outro universo ser gestora municipal e ser gestora nacional, porque são níveis de conflitos, disputas e enfrentamentos de naturezas muito diferentes. Em 2014-2015, Dilma é reeleita Presidente do Brasil. O Cid Gomes assume o Ministério da Educação e me convida para continuar como Secretária, mas também recebo o convite do Governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, para ser Secretária de Estado de Educação. Minha opção é voltar para Minas Gerais, porque minha família estava aqui. No Ministério da Educação, estava uma tensão muito grande com o Congresso, com os grupos conservadores ganhando musculatura; a gente enfrentou as manifestações de 2013. Mas tinha no Ministério da Educação um projeto, uma proposta e um pensamento educacional progressista, em sintonia do ponto de vista da construção de uma agenda.

9 A Marcha Zumbi dos Palmares aconteceu em 20 de novembro de 1995, aniversário de 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência escravista e da consciência negra no Brasil. A marcha reuniu 30 mil pessoas em Brasília para denunciar o preconceito, o racismo e a ausência de políticas públicas para a população negra brasileira. Na ocasião, o presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu a marcha e assinou o decreto que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, primeiro passo para o reconhecimento das injustiças históricas sofridas pelo povo negro e sua inscrição na agenda política do governo brasileiro. A marcha abriu caminho para que, no ano seguinte, fosse realizado o seminário internacional “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos”¹, cujo debate foi central para a posterior formulação das políticas de ação afirmativa no Brasil.

10 A Conferência de Durban foi a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela ONU, entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001, na cidade de Durban, África do Sul.

Quando venho para Minas Gerais, também é um momento tenso e uma conjuntura totalmente diferente, um pouco sem identidade. E já chego com uma “pedreira”, o desmonte da Lei 100¹¹. Tenho que fazer concurso público e nomear professores; ou seja, chego com uma estrutura dissolvida. Um esforço imenso. Não posso reclamar, a gente tem que trabalhar, ter resultado, mas foi muito difícil. O estado de Minas Gerais vivia uma dificuldade histórica: completamente falido e com uma estrutura imensa. A Secretaria de Educação estadual tem um número de funcionários que nos faz pensar que deve ser a maior empresa do mundo. E uma estrutura operacional, arcaica, burocrática, morosa e conservadora. Os desafios foram grandes: instaurar uma política de participação, de escuta e de produção de diálogo. Então, na minha gestão como Secretária de Estado de Educação, será a primeira vez que vai ter uma indígena coordenando a área de educação indígena dentro da Secretaria; a primeira vez que tem alguém do campo coordenando uma área de educação no campo. Essas pessoas vão enfrentar muitos embates, dificuldades e preconceitos. Todo dia foi se trabalhando para desconstruir uma relação historicamente muito ruim, agressiva, das estruturas centrais das burocracias do estado com as escolas.

Em todos esses lugares, vou ser a primeira secretária negra: racismo e racismo estrutural

Pessoa negra vai sofrer racismo; toma uma dose todo dia. Então, se eu sofri racismo? Sim. Pela invisibilidade, pelo não reconhecimento do meu lugar e também por manifestações explícitas. É preciso falar do racismo junto com o machismo. A gente está falando e os homens passam por cima da gente. Primeiro você fala, ninguém dá ouvidos. Passa dois minutos, um homem fala e: “Nossa que ideia original!”. Ou a pessoa vem contar para você a ideia que você mesma deu, como se fosse dele, achando o máximo.

Quando eu era Secretária de Educação em Belo Horizonte, o chefe de gabinete, que era um homem branco, um dia me falou: “Macaé, é tão estranho! Eu não te vejo como mulher”. Fico pensando no porquê de ele não me ver como mulher: por que uma mulher não podia ser alguém hierarquicamente superior a ele? Por que era uma mulher *negra* hierarquicamente superior a ele? Ou, então, não me via como mulher por que não podia gostar de uma mulher negra? Obviamente, o que ocorre em nível pessoal é pesado. Tento passar por esses espaços e não carregar essa estrutura violenta para mim. Gosto da leveza, da alegria e de festa, não quero perder minha essência para estar nesses lugares. Mas quando se faz política educacional, o enfrentamento do racismo é

11 A Lei Complementar Estadual 100/2007 admitiu quase 100 mil servidores sem cargos públicos, dos quais cerca de oitenta mil sem a observância de concurso público. Em 2014, um ano antes do início do governo Pimentel, ela foi considerada parcialmente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.876, tornando nulo o provimento de cargo efetivo.

na burocracia. Porque na burocracia, o racismo e o machismo não estão somente te atingindo; estão atingindo milhares de pessoas que estão com você. Por exemplo: você faz uma política para comprar *kits* de literatura para serem colocados nas mochilas dos estudantes, cada um vai ganhar livros novos no começo do ano. Mas a gente vê gestores que tiram os livros do *kit* escolar; porque, na cabeça deles, não se dá esses livros novos para as crianças daquela comunidade. Esse é o racismo da estrutura que a gente tenta enfrentar e criar mecanismos para que as crianças não sejam privadas dos livros.

Vou dar outro exemplo. Quando se instituíram as Unidades Municipais de Educação Infantil (Umeis) em Belo Horizonte, uma política que vinha desde a gestão do Patrus e que era uma inversão de prioridades: pela primeira vez, fazer unidades escolares bem pensadas para a infância. Mas essas escolas vão ser construídas nas periferias, dentro das vilas e favelas. Um primeiro debate, muito forte internamente, foi o da distribuição das vagas. O Grupo de Gênero e Raça teve uma atuação muito forte para destinar 100% das vagas para as crianças mais pobres. Mas isso virou um rebuliço; inclusive, com o argumento de que precisava ter classe média na Umei, porque se não tivesse diversidade, não teria ensino de qualidade. Ora, cadê as crianças faveladas dentro das escolas privadas? As pessoas entendem como o racismo se traduz ali, na hora que você está desenhando a política, que ele vem disfarçado dos discursos acadêmicos de legitimação. Mas o que está ali, na essência, é: “Vão fazer uma escola dessas e colocar lá dentro da favela? E ainda vão dar 100% das vagas para aquelas crianças faveladas?”.

Outro exemplo: foi feito o concurso público para as professoras dessas escolas. Os primeiros aprovados são, em geral, pessoas portadoras de uma melhor formação, que vêm das universidades públicas. Então, as primeiras professoras de educação infantil das Umeis, aprovadas nesse concurso, são mulheres brancas, que, pela primeira vez, vão para as unidades municipais de educação infantil para serem professoras de crianças negras. Nesse contexto, o primeiro grande dilema instaurado foi um drama em relação ao número de luvas que as professoras precisavam usar: “Como vou pegar nessa criança?”. É óbvio que você precisa de luvas para trocar uma criança. Mas o problema foi tão superdimensionado que foi preciso prover uma infinidade de luvas! A gente não estava vivendo em época de pandemia, não tinha nada.

Sempre houve creches comunitárias e nunca tinha tido esse debate no ambiente educacional. Mas era a primeira vez que havia mulheres não negras cuidando de crianças negras. Então, a situação ganha relevância, porque se tratava de pegar no corpo negro, no cabelo das crianças negras. Nosso cabelo e nossa pele eram tidos como coisas sujas. É esse nível de enfrentamento, que acontece quando a gente está fazendo as políticas públicas, que me atinou. A gente precisa

fazer uma reprogramação para não entrar em depressão. E, às vezes, a gente entra mesmo; adoece, porque é muito duro.

Vou falar de mais um fato. No Ministério da Educação, na Secadi, criamos um programa estratégico para viabilizar uma ligação Brasil/África, uma articulação com vários países africanos. Eu participei de um grande encontro com vários ministros e gestores de países africanos, reitores de universidades africanas. Nessa conjuntura, a Secadi e os movimentos populares estavam reivindicando a instituição de um programa de desenvolvimento acadêmico para estudantes negros. Havia uma avaliação e grande pressão, do movimento negro, afirmando que as regras do programa Ciências Sem Fronteiras excluía um número significativo de estudantes negros. Então, a gente estava batalhando para instituir um outro programa, de aperfeiçoamento acadêmico, para possibilitar a mobilidade estudantil para os estudantes negros, pardos, indígenas, que tinha que ser articulado com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e, em alguma medida, com a Secretaria de Educação Superior (Sesu). E a gente da Secadi encontrou uma grande resistência em outros setores do Ministério da Educação.

Eu participava dessa agenda com os reitores, ao longo de alguns dias, na Bahia. Fechamos apoios e acordos bilaterais. A ideia era fazer um grande guarda-chuva para toda a agenda do Ministério da Educação com os países africanos. Um dos pontos que a gente queria era viabilizar parcerias em projetos de formação e pesquisa, articulando as universidades de países africanos com universidades brasileiras. Era esse um dos eixos do programa.

Na volta para Brasília, no caminho até o aeroporto, todos dentro de uma van, um dos eminentes do alto escalão conta uma piada super racista. Eu e o diretor da área de educação do campo e indígena éramos as duas únicas pessoas negras nessa van, onde tinha todo o alto escalão do governo, todos brancos. E uma das pessoas com quem a gente estava “brigando” por causa do programa para estudantes negros na pós graduação, conta a piada racista. Alguém faz um comentário e ele fala: “Parece que você não é daqui”. Na África do Sul, tem uma piada muito comum dos estádios de futebol. Na época do *apartheid*, os brancos assistiam ao futebol nas arquibancadas e os negros, debaixo dessas arquibancadas. Então, tinha um cara, que não era da África do Sul, doido pra fazer xixi. Outro cara fala para ele: você pode fazer aqui embaixo mesmo. E disse: “Bem se vê que você não é daqui. Porque quem é daqui escolhe um negro para poder urinar, e você urinou em vários”. Eu me lembro que, nessa época, falei com esse diretor que trabalhava comigo: “Olha, essa piada vai custar esse programa”. Essa pessoa vai assinar o decreto instituindo o programa para os jovens negros na universidade. E o programa saiu. Teve gente que chegou a ir para o exterior financiado por esse programa. Toda vez que eu conto essa piada, eu choro. Falar de racismo é isso.

A questão das cotas e o lugar das pessoas negras na paisagem

Vivi, na faculdade, o fato de ser a única mulher negra em uma turma de Serviço Social. Entrei na universidade em um momento que o curso superior ainda era para pouquíssimas pessoas negras. E a universidade pública, um universo mais excludente ainda. Na minha turma da manhã, não tinha outras pessoas negras, eu era a única. A maioria das meninas negras, quando conseguiam entrar na universidade, só conseguiam estudar à noite, pelo mesmo motivo pelo qual passo depois a estudar à noite: preciso trabalhar, de manhã e de tarde, e tenho filhas para criar. Nos últimos dois semestres, já casada e com filhas, quando passo para a turma da noite, aí sim vou ter colegas negras.

Então, penso na minha própria situação. Lá atrás, se houvesse um sistema de cotas, possivelmente eu teria tido acesso ao curso de Farmácia. Quando fiz o curso superior, não se falava em cotas. Quem sempre teve essa agenda e colocou a educação em um lugar muito importante para a emancipação da população negra foi o movimento negro. Desde a Frente Negra até o Movimento Negro Unificado (MNU), o Coletivo de Educadores Negros (Coen) - e vários grupos dos quais a gente participa, a agenda da educação é prioritária e sempre teve esse reconhecimento¹².

No final das contas, quando a gente compara a nota de corte entre cotistas e não cotistas, a diferença é muito pequena. E o resultado na saída, ou seja, do ponto de vista da aprendizagem ao longo do curso e da competência dessas pessoas, mostra que a diferença desaparece. Então, o vestibular existe para criar um funil, para segregar. A ideia de meritocracia é um discurso construído na desmontagem do sistema escravista para legitimar o patrimonialismo institucional – a apropriação do Estado por determinados grupos. As pessoas não põem na balança o esforço individual. Quando você compara a trajetória de um estudante de rede privada e um estudante da rede pública, do ponto de vista do esforço individual, isolando-o, fazendo grupos de controle em relação às condições adicionais que um e outro tem, quem tem mérito é o aluno da rede pública. Ele é quem tem mérito, porque consegue subverter todos os percalços do caminho.

Então, para mim, as políticas de cotas e as ações afirmativas são uma questão de justiça social.

Quando se está falando de políticas públicas voltadas para a população negra, a gente precisa pensar do ponto de vista sistêmico, intervir no conjunto: investir e ter financiamento para creche e para pré-escola; ampliar o tempo das crianças em atividades educativas; ter renda digna

12 A Frente Negra Brasileira (FNB) foi um movimento negro brasileiro, fundado em 16 de setembro de 1931, e reconhecido como partido político em 1936 até o golpe de 1937. O Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978, é considerado um marco do ativismo negro brasileiro, pois assinala sua retomada após ter sido desmantelado pela ditadura militar; é até hoje uma das entidades mais importantes do país.

para as famílias, para que elas possam suportar e manter suas crianças fora do trabalho infantil, frequentando as escolas. E a gente tem que ter cotas nas instituições de ensino superior públicas, nos institutos federais, na Fundação João Pinheiro – que, do contrário, seria um curso para jovens brancos, de classe média alta, que teriam lugar cativo no serviço público do Estado de Minas Gerais.

Então, esse debate é também sobre o lugar das pessoas negras na “paisagem”. Temos que ter o direito a nos ver na paisagem. Não é possível que as pessoas achem natural chegar em um país como o Brasil, com 52% da população negra, entrar em um restaurante e não ter nenhuma pessoa negra. Não é possível chegar a uma empresa e, da portaria até o chefe, não ter nenhuma pessoa negra. Como as pessoas não se incomodam? A gente precisa de mais ações. Durante 500 anos, só entraram pessoas brancas. A gente não está pedindo 500 anos do contrário. Defendo políticas afirmativas, porque nosso país se estruturou sobre uma desigualdade planejada. Sobre a exclusão e a hierarquização de uma parte das pessoas, para que outras pudessem acumular as riquezas.

Eu era secretária da Secadi no momento em que aprovamos a Lei de Cotas e pude trabalhar fortemente em sua implementação. Em 2013, criamos o programa Bolsa Permanência para garantir que estudantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas, pudessem se manter na universidade, para dar condições mínimas para esse estudante estar na universidade. Um jovem quilombola que entra em um curso de Odontologia, em uma universidade federal não tem o que comer, onde dormir, onde morar.

Precisamos de ação afirmativa e não podemos reduzi-las às cotas. Cotas são importantíssimas, mas têm que vir subsidiadas com uma série de outras ações, inclusive apoio emocional para esses jovens, dentro e fora das instituições. A primeira turma de cotistas das universidades brasileiras foi massacrada dentro das instituições. Se o movimento social não tivesse capacidade de auto-organização, para dar suporte para a juventude negra, o racismo teria destruído emocionalmente essas pessoas. E a burocracia tem uma grande capacidade de reproduzir e estabelecer mecanismos de exclusão.

Interseccionalidade e feminismo

Todas essas pautas são interseccionais: não tem jeito de eu tratar de uma questão etnorracial e não entender o que é a pauta de uma mulher negra. As mulheres negras foram as primeiras a chamar a atenção para isto: nas nossas pautas a gente vive um duplo processo de exclusão. Porque o movimento feminista – precisamos dizer, o movimento tradicional branco – está muito distante da agenda da mulher negra. Quando as feministas brancas estavam lutando para ir para o mercado de trabalho, as mulheres negras já trabalhavam há muito tempo, na maioria das vezes, em condições horríveis de subemprego. São as mulheres negras que trabalhavam, e ainda trabalham, na rua: era

a doceira, a baiana que vende a cocada, a que vende o angu, o tropeiro, o acarajé. Sempre foi uma forma de sobrevivência e, inclusive, de luta por emancipação, porque não só trabalhavam, mas muitas vezes usavam esse recurso para ajudar a comprar a alforria de outras pessoas que estavam escravizadas.

No movimento negro, as mulheres vão trazer o debate do machismo dos homens negros, porque o movimento negro também padecia dessa discussão. Os homens negros não deixam de ser machistas. Então, as mulheres negras vão dizer que a nossa luta tem que ser interseccional. Também não adianta lutar pelos direitos das mulheres e não compreender o genocídio dos homens negros; ou não compreender que no feminicídio das mulheres negras, elas são mortas principalmente por seus companheiros, homens negros.

Não dá para a gente não entender que mulheres brancas, muitas vezes, usam o seu lugar de privilégio para excluir as mulheres negras. Por exemplo, nas relações de trabalho, muitas vezes serão privilegiadas ao ocupar determinadas vagas e postos. Outra questão é a do lugar das mulheres negras no trabalho doméstico. Quem, durante anos, garantiu que mulheres brancas pudessem estar no mercado de trabalho? Mulheres negras que ficavam dentro de suas casas, cuidando de seus filhos, muitas vezes sem condição de criar os próprios. Outro dia, fiz uma live com o Mestre de Capoeira Saúva, aqui da região metropolitana de BH. Ele contou que sua mãe era empregada doméstica: “Macaé, durante toda a minha infância, nunca passei nenhum Aniversário e nenhum Natal com a minha mãe porque ela era empregada doméstica. Em todos os meus Aniversários, ela estava trabalhando. E não era liberada no dia do Natal porque tinha que limpar a casa em que trabalhava para fazer o Natal para os filhos dessa senhora. Ela nunca pôde passar o Natal com os próprios filhos”.

Os homens negros

Uma das últimas coisas que escrevo na minha biografia é essa preocupação que também tenho em relação aos homens negros, o lugar que eles têm hoje. Primeiro, pensar do ponto de vista do extermínio da juventude negra, de seus corpos: são os homens negros que estão sendo completamente massacrados. Do ponto de vista das trajetórias, vejo que nós, mulheres, conseguimos fazer uma jornada acadêmica em maior número: há muito mais mulheres do que homens negros bem-sucedidos academicamente. Associado a isso, tem a discussão que a gente tem feito sobre as masculinidades e o lugar delas, e me preocupo com os homens negros nesse sentido. De certa forma, hoje eles ocupam um “não lugar”. Não tem um lugar para esses homens. Isso também acaba sendo traduzido nessa violência enorme que as mulheres negras vivem, pois são esses quem mais violentam as mulheres negras. Se a gente pensar do ponto de vista dos dados sobre o feminicídio no Brasil, ele diminui entre mulheres brancas e aumenta entre mulheres

negras. Então, esses lugares da masculinidade negra e os lugares na sociedade que os homens negros atualmente ocupam, ou não ocupam; é um tema que a gente precisa olhar, cuidar, destacar, pesquisar e entender melhor.

Descobri-me mulher negra desde quando nasci

Venho de uma família que se identifica como negra. Eu, junto com minha mãe, também participei de encontros do movimento negro com mulheres negras de outras gerações, como a Dona Efigênia Pimenta, a Conceição Leal de Uberaba, a Diva Moreira de Belo Horizonte. Tem um grupo de mulheres negras em Minas Gerais, da geração da minha mãe, mais idosas, que se articulavam, faziam encontros, pressionavam os governos para ter políticas. Então, tenho uma origem que faz esse debate. Entretanto, o que eu acho que é mais difícil na nossa trajetória é a gente lidar ou dar conta de externalizar o sofrimento produzido pelo racismo.

Tem um livro que se chama *Tornar-se Negro*¹³. A autora fala do tornar-se negro no sentido de você ir assumindo, se reconhecendo cada vez mais na sua negritude. Mas também assumindo o compromisso de uma atuação, no sentido de usar nosso corpo e nossa voz para dizer como é duro esse processo. Não vou dizer que para mim foi diferente.

Hoje, é importante esse ativismo, todo esse movimento de falar que as mulheres negras podem estar onde quiserem, que a gente precisa abrir espaços, que precisa de espaço de poder e de representatividade. É uma luta no campo simbólico, que se dá no simbólico, mas quer repercutir nas estruturas materiais. Por isso a gente faz uma luta que é com o corpo, com a pele e com uma estética, porque a gente quer desconstruir uma cultura política que não nos enxerga, que não nos quer na paisagem.

As virtudes e pontos fortes das mulheres negras

Gosto de prestar atenção no que está acontecendo no mundo e nas coisas que as mulheres falam. A “filósofa” Jojô Todinho fala assim: “Qualquer tentativa de negação de racismo aqui no Brasil, diante da minha pessoa, ela acaba”. Ela fala assim: “Por quê? Porque eu sou uma mulher negra, tenho o peito grande, sou gorda, falo palavrão, entendeu?” Ela vai elencar uma série de características para falar como a presença dela desconcerta e, ao mesmo tempo, denuncia o racismo que a gente tem aqui no Brasil. Esses dias, andei prestando atenção tentando dialogar com essa figura que é uma mulher suburbana, que não tinha nada, que vai se fazer sozinha, a partir do *funk*. Ela fala: “As pessoas ficam me questionando, ‘a Jojô Todinho, mulher de um sucesso

só’. Pô, gente, eu toquei no Oriente Médio. Uma mulher preta da periferia! Eu tive um *hit*, você sabe o que que é isso? De onde eu vim, ter um *hit* que toca em tudo quanto é lugar do mundo é uma coisa impensável!”. E aí, ela diz isso: “Sabe o que fiz com isso, gente? Reformei a casa da minha avó”. Então, quando penso nas mulheres negras, falo que revolucionaram. A Lélia Gonzales disse: “Uma sobe e puxa a outra”. E a Ângela Davis diz que quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta. Eu acredito nisso. Hoje a gente está vivendo um momento em que a rede social nos deu uma arma bastante poderosa, apesar de ter um monte de defeito, que é a capacidade de nos articularmos para além do nosso território restrito.

Por exemplo, hoje discuto educação, relações raciais em tudo quanto é lugar do Brasil. Nós, mulheres negras, nos encontramos em diferentes lugares e temos feito um movimento de somar, de fortalecermos umas às outras e os bons projetos. De reforçar práticas para ir revertendo e contrapondo um discurso que também é muito forte. Então, é necessário criar um movimento, uma força, para além desses lugares, que se institui pela constituição de redes e pelo nosso ativismo, pela nossa ação civil.



Macaé em atuação na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Fevereiro de 2021.
Crédito: Bernardo Dias / Acervo CMBH.

13 *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (Ed. Graal, RJ-1983), de Neusa Santos Souza, foi um marco nos estudos psicanalíticos e sociológicos acerca da identidade negra brasileira.

Uma mensagem e um motivo para ser lembrada

Eu tenho uma marca: falo que sou geneticamente feliz. E no meu livro, explico essa questão da felicidade, a relação disso com a religiosidade, com o samba, o Congado, o Candomblé. É a ideia dos Erês, que são os orixás crianças, que conseguem tudo de uma maneira muito feliz e muito alegre. Terminei meu livro assim: “Penso que estou ajudando as novas gerações a descobrir, a aprender e aprendendo com elas. O que é lindo, embora sofrido. Mas acima de tudo eu sou feliz. A alegria dos Erês me mantém viva”.

Quero ser lembrada como uma mulher feliz. Não de uma felicidade ingênua, mas de uma mulher que viveu muitas dores, muitas esperanças e que mantém a alegria como uma pulsão para ficar de pé e enfrentar os desafios. E que fez da educação e do combate ao racismo a sua agenda prioritária.

Quero ser lembrada, também, de uma maneira muito afetiva pelas pessoas. Gosto de dizer que fui Secretária em diferentes espaços da gestão e que tenho a felicidade de poder voltar a eles. Às vezes, é muito difícil ocupar um cargo na gestão pública e poder voltar aos lugares, ser bem recebida. Em qualquer desses espaços, os funcionários têm um carinho enorme por mim, reconhecem meu trabalho. Isso diz, para mim, de uma tentativa de trazer para esses lugares da política um olhar sobre a humanidade das pessoas e de possibilitar a construção de projetos coletivos.

Larissa Amorim Borges
Jessyka Martins
Matheus Arcelo Fernandes Silva

3

LARISSA

AMORIM BORGES

1. A minha história começa antes de mim

A minha história começa antes de mim, porque tem a ver com as minhas ancestrais. Das minhas origens mais antigas de que tenho notícia e reverencio, por parte da minha mãe Maria Oldete Amorim, me lembro: da minha tataravó Lia, que era indígena, do norte de Minas, que por amor decidiu sair da aldeia para viver com um homem quilombola. Lia foi mãe de Dindinha Patu (Patrocínia) e avó de minha avó Genoveva Rosa de Amorim, que teve como território de vida e sonhos as margens do Rio Trinta e do Rio Mocambo, em Claros dos Poções¹. Já do lado do meu pai, José Evangelista Borges, a pessoa mais antiga de que eu tenho notícia e reverencio é minha tataravó: Maria Segunda, que é de origem portuguesa. Essa família veio da região de São José dos Ferros para Belo Horizonte no final da década de 1940. Minha avó, Maria Trindade, foi uma das primeiras moradoras do Alto Vera Cruz². No Alto, ela pariu Zico, Márcia, Regina, Marta Antônio do Espírito Santo, Roberto, Ronaldo, Paulo Sérgio (Gugu) e Raquel.

1 Município localizado no Norte de Minas Gerais.
2 Bairro da região leste da capital Belo Horizonte.

Minha mãe, Maria Odete Amorim Borges, chegou em Belo Horizonte com sete anos. Ela vinha de uma família muito pobre, que vivenciava a questão da seca, e minha avó, Genoveva Rosa de Amorim, mandava as filhas para trabalhar em casa de família. Ela tentava protegê-las da violência, da fome. A partir dessa dinâmica, minha mãe veio primeiro, por ser a filha mais velha. Depois vieram as outras irmãs, Maria Livanete, Maria Arlete, Maria Margareth, Maria Elizete. Os filhos do sexo masculino, João de Deus, Américo, Toni, Alexandre, saíram da lavoura para a construção civil.

Quando minha mãe chegou na capital, foi trabalhar em uma casa de uma família bem rica, que tinha muitos filhos e boa parte das terras de Belo Horizonte; ela era pequena e tinha que fazer o serviço todo. Enquanto limpava a biblioteca, se encantou com os livros e com nove anos ela aprendeu a ler sozinha, naquele contato com os livros. Quando ela entrou para a escola, já sabia ler. Continuando os estudos, fez o segundo grau, formou em técnica de enfermagem e trabalhou até recentemente no Pronto Socorro do João XXIII³. Meus pais estudaram no colégio Loyola, em um projeto de educação para jovens e adultos (EJA). Eles trabalhavam de dia e estudavam à noite. Se conheceram lá e depois se casaram.

Sou a primeira filha de três irmãs: eu, a Lorena e a Laiara. Lorena já tem três filhos, o João, o Ryan, que são adolescentes e agora, mais recentemente, o Luís. E eu tenho o Enzo e a Elis.

Nasci em Belo Horizonte em 15 de julho de 1981. Antes de eu nascer, quando minha mãe estava grávida de sete meses, ela e meu pai foram para uma festa. Na volta, pegaram uma carona e bateram o carro. Minha mãe teve traumatismo de bacia, craniano e os médicos disseram que se o bebê nascesse, seria com problema. Nasci sem problema nenhum, muito saudável e estou aqui até hoje. Cheguei ao mundo bem pequena, minha avó Maria conta que eu cabia na palma da mão dela – mas ela tem uma palma bem grande.

Sempre tive uma relação muito próxima com essa avó, Maria Trindade, porque ela cuidava muito de mim para minha mãe trabalhar. Minhas tias e tios sempre ajudando, estando perto. Tive uma infância rodeada de tios e primos, sou a primeira neta por parte de pai e segunda neta por parte de mãe. Antes de mim, tem um primo que considero como irmão, que é o Bruno Rafael Amorim, e a gente se dá superbem. Sempre fui a primeira menina dos dois lados, cercada de todas as atenções, mimos e carinhos. Minha infância foi muito isso, brincar no terreiro, na casa de vó.

3 O Hospital João XXIII é um hospital público estadual de pronto socorro, localizado em Belo Horizonte.

A rua era meu alívio: violência doméstica e a aproximação com o movimento negro

Apesar de haver muito amor, carinho e cuidado ao meu redor durante a infância e adolescência, silenciada e presente, a violência doméstica que acompanhou minha família por várias gerações também estava lá. Ainda não compreendo a complexidade da ausência de palavras e da explosão de sentimentos que se materializava em agressões. Em consequência do racismo e do machismo, várias gerações da nossa família foram profundamente feridas por agressões físicas e simbólicas. Herdeiro do que se passou antes, meu avô, João Borges, tinha um tronco no meio da casa. Ele amarrava meus tios neste tronco para bater. Era espancamento e tortura cotidiana. Estamos nos curando deste passado. Nosso desejo é compartilhar outras vivências e deixar heranças de amor e emancipação para as gerações presentes e futuras.

Meus pais avançaram em relação às gerações anteriores, mas a violência doméstica esteve muito presente em nosso núcleo familiar. Vivenciamos graves violências durante anos, sem falar sobre ela. Só na adolescência, quando minha Tia Elizete veio conversar, nos encorajou, demonstrando que algo deveria e poderia ser feito. Foi aí que a gente conseguiu dialogar e tomar uma atitude, mas foram muitos anos de agressão, uma violência silenciada.

Meu pai não é de beber, então não era por causa de alcoolismo. Tinha a ver com a pobreza simbólica e com a incapacidade de lidar com as situações, então eu não sei nomear, de fato, do que se tratava. Mas eu sei que não era por conta de alcoolismo, só para deixar destacado, porque muitas vezes as pessoas vão justificar a violência doméstica em função do consumo de álcool ou de alguma droga; mas isso não se aplica no caso da minha família.

Nesse sentido, quando minha tia falou que aquilo que a gente vivia era violência, a gente começou a pensar quem poderia ajudar e como a gente ia fazer. Eu tinha participado de um projeto chamado “Criança negra, criança linda”, onde me contaram uma história da capoeira, dos escravos que tinham usado a capoeira para se libertar e eu falei: “descobri, achei a solução, vou entrar na capoeira e vou colocar as minhas irmãs, que ninguém vai bater na nossa cara nunca mais”.

Larissa em Manifestação do dia 8 de Março, logo após a posse do Conselho Estadual da Mulher, em 2017.

Crédito: Acervo Pessoal



A partir daí, arrumei um emprego de distribuir panfleto de campanha eleitoral no Partido dos Trabalhadores para arrumar dinheiro e comprar um tênis para entrar na capoeira. Com o salário, comprei o tênis e, na primeira aula, o professor falou: “tira o tênis”. Fiquei espantada, porque não sabia que não precisava; já tinha visto roda de capoeira em algum lugar, acelerava meu coração, mas eu não sabia que não precisava de tênis. Essa primeira aula me ensinou, que muitas vezes estabelecemos condições que atrasam e/ou dificultam a superação de situações de violência, opressão e ausência de amor.

Nós três entramos na capoeira e foi muito bom. Mas foi desafiador, porque assim que a gente começou a rodar perna, a briga lá em casa ficou mais complicada. Começamos a não aceitar, passivamente, a violência. Passamos a revidar as agressões. E ele ficou ainda mais agressivo. Traçamos estratégias para quando a situação esquentasse. E chegamos em um ponto de pensar em matar meu pai.

No ápice deste processo, conhecemos mulheres do movimento de mulheres negras, Graça Saboia e Denise Pacheco⁴, que demonstraram que não era assim, que não se resolve a violência com mais violência. E foi a Vanessa Beco que me apresentou o *Hip Hop* e o Feminismo Negro. Com o apoio delas percebemos que tinham que ter outros caminhos.

Neste período, a Lorena engravidou, casou e teve o João, aos 16 anos. Agora, meu sobrinho já está com 19. Um ano depois de ter o João, ela teve o Ryan, que está com 17. Os dois foram muito amados e desejados desde o primeiro instante. E mudaram muito nossas vidas. Lorena mudou para um apartamento no mesmo bairro. Eu e a Laiara ficamos, continuamos a viver com meus pais. Fui me envolvendo cada vez mais com os movimentos sociais eu comecei a ficar cada vez mais na rua e menos em casa. A rua era meu alívio, eu ia em casa só quando não tinha jeito. Era uma maneira de lutar um pouco contra o que me oprimia em casa; como eu não dava conta de fazer o enfrentamento ali, eu fazia onde eu podia. A gente falava para minha mãe separar, mas isso não fazia sentido para ela. Então, decidimos ir embora.

A violência não é a principal parte da minha história, não. Mas sinto que é importante falar sobre isso, porque ficamos silenciadas por muitos anos e falar cura, liberta. Quero que outras mulheres saibam que isso pode acontecer com qualquer uma de nós, em qualquer momento de nossas vidas. Mas a violência não nos define. Quero que saibam e sintam que é possível superar.

4 Graça Saboia foi gestora de políticas para mulheres e de promoção da igualdade racial no município de Belo Horizonte. Foi militante da Juventude Operária Católica (JOC) e da Secretaria de Combate ao Racismo do PT. Denise Pacheco é gestora de políticas de saúde e promoção da igualdade racial com atuação municipal, estadual e federal e no PT.

Seja qual for sua condição atual, é possível mudar a realidade para uma vida livre de violência e repleta de prosperidade e amor.

A Laiara arrumou emprego de atendente numa pizzaria, ela ganhava 17 centavos por hora de trabalho. Em um mês ela foi atrás, arrumou fiador, alugou apartamento e levou as coisas dela. Depois, a gente pegou minhas coisas também, que cabiam dentro de uma caixa de televisão. Essa mudança aconteceu no início do mês de novembro de 2005; minha mãe não deu conta de ir com a gente e fomos viver a nossa vida.

Quando mudamos, uma amiga da Laiara foi morar com a gente. Dividíamos o aluguel e as contas. Tudo que tínhamos eram 120 reais. Com este dinheiro compramos um fogão usado, uma geladeira velha, dessas bem antigas; com os dez reais de troco, compramos três cadeirinhas. Compramos um tapete a prestação, Lorena deu de presente umas panelas e minha mãe fez umas almofadas.

Tínhamos três copos, três pratos, três colheres e muitos sonhos. Foi muito libertador para gente poder fazer essa mudança. Era um período, também, em que eu estava estudando, fazendo a faculdade, meu curso demorou muitos anos para acabar. Como não tinha dinheiro, fazia um semestre e trancava o outro, e eu fui vivendo de estágios e oficinas. Neste período, pude me dedicar muito para o desenvolvimento das ações da organização de Mulheres Negras Ativas e outros projetos dentro da cultura *hip hop*, como o *Atitude de Mulher* e o *Hip Hop Chama*. Foi uma fase muito legal, em que pude militar muito e me desenvolver artisticamente como *MC* na cultura *hip hop*; também pude experimentar a arte da palhaçaria, a dança afro e também conheci outros lugares do Brasil e do mundo, levada pela militância.

Depois que a gente saiu de casa, meu pai espancou minha mãe e ela saiu de casa levada pelo Samu⁵. Nesse caso, a gente teve que intervir e chamar a polícia. Depois disso, ela ficou com a gente um tempo, mas decidiu voltar para casa em que morava com meu pai. Eles estão juntos até hoje. Os dois estão felizes do jeito deles, mas foi muito desafiador, entender e aceitar.

Nessa época, conheci a Suely Virgínia. Terapeuta floral que trabalha na perspectiva junguiana, ela é incrível e acompanha nossa família até hoje. Ela foi me ajudando a tentar compreender essa história de outra forma. É a história da minha mãe e ela pode fazer as escolhas dela. Na minha história, eu faço minhas escolhas e o que eu quiser. O apoio da Suely tem sido muito libertador, ajudou-me bastante a lidar com isso. Eu fiquei muitos anos sem falar com meu pai. Agora a gente já conversa, temos construído uma outra relação.

5 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

Para além dessas questões, o período da juventude foi ótimo, participei do Fórum Social Mundial, conferências, colaborei para organizar eventos nacionais, internacionais, locais e dediquei-me muito ao processo de formação. Essa construção do feminismo negro foi muito positiva e libertadora. A partir daí, pensei, a gente tinha que espalhar essa palavra: “todo mundo precisa conhecer isso”. Então, fui me dedicando a isto: a colaborar para fazer as pessoas conhecerem essa *coisa* que me salvou, que poderia ser útil a outras mulheres. Tanto pensando no movimento negro quanto na questão do feminismo. Minha juventude foi uma dedicação às outras mulheres negras, à arte e ao combate ao racismo.

Relações pessoais

Sempre que a situação de violência ocorria em casa, a minha relação com as pessoas, namorados, ficantes, tornava-se um caos. Quando eu arranjava um namorado, minha avó, Dona Genoveva, chegava a rir. Porque eu contava para ela: “vó, conheci um namorado bonito até, mas eu falei com ele e não sei se ele vai voltar”. E eu tinha falado: “olha, eu não aceito violência física de forma alguma. Se em algum momento você levantar a mão para mim, tentar me agredir de alguma forma, eu te mato! Estou te avisando para a gente começar a brincadeira sem ninguém enganar ninguém. Então, eu te mato se, em algum momento, você tentar me agredir”.

E não era uma brincadeira, era sério. A vivência da violência cria barreiras para as relações, deixa marcas que a gente vai aprendendo a curar com a vida. Então, com muita terapia, boas amizades e terreiro estou aos poucos curando essa ferida. Levei um tempo para entender que cada pessoa é uma, as escolhas que meu pai e minha mãe fizeram não são as minhas escolhas.

Minha juventude foi ótima! Namorei bastante com pessoas muito legais, e outras nem tanto, mas todas, inclusive eu, em algum momento tiveram atitudes “que é melhor nem comentar”. Pensei em constituir família várias vezes, mas não rolou. Eu acho que vários fatores influenciam essa construção da afetividade das mulheres negras, e eu não casei. Só que mais recentemente, por volta de 2010, fui morar com o Daniel em Brasília. Decidimos ter filhos, acabamos nos separando e agora eu namoro com a Kelma.

Hoje, eu estou muito feliz, *super sapa bi*, que era uma coisa que eu não imaginava. Tinha certeza que eu era hétero; mas, um dia, quando distraí das normas de gênero, me apaixonei por uma mulher negra incrível que também se chama Larissa. Nossa história não foi muito longa. Mas abriu um outro universo de possibilidades e potências na minha existência. Desde então, tenho me conhecido mais e experimentado a vida de formas mais intensas, mais profundas e mais prazerosas. O amor entre as mulheres é transformador.

2. Da rainha da pipoca ao doutorado: a escolarização

Minha mãe sempre achou muito importante a gente estudar. Ela sempre diz: “São as mulheres é que vão mudar o mundo”. Por isso, ela sempre procurou boas escolas, na medida do possível. Antes, jardim de infância era só particular, então ela faz um esforço para a gente entrar na escolinha bem cedo. Lembro que se chamava Pequeno Príncipe e tinha uma roda gigante. Toda quinta-feira, era dia da roda gigante. Também me lembro que tinha muita árvore frutífera no quintal.

Essa escolinha era muito boa, mas foi lá que vivi a primeira situação de racismo em escola. Teve um evento da Rosa Juvenil e eu não pude ser a rosa, tive que ser um das dezenas de margaridas. Eu queria ser a rosa e não podia, porque tinha que ser uma menina mais clara. Depois, teve a Rainha da Pipoca e minha família vendeu muitos votos, mas quando chegou lá na hora da apuração, uma outra menina estava ganhando, porque a diretora havia feito mais cartelas de votos para a família dela. Então, Meu Tio Américo, que trabalhava na construção civil, pegou todo o dinheiro que ele tinha e falou: “Não, minha sobrinha que vai ser a rainha da pipoca, faz mais cartelas aí que eu vou comprar todos os votos”. Comprou todas as cartelas e aí eu fui a Rainha da Pipoca! Pretinha, e Rainha da Pipoca! Lembro até hoje que a minha mãe fez um vestido vermelhinho, um chapeuzinho todo colado de pipoca e lá fui eu.

Depois do jardim, eu estudei em escola pública, a Escola Estadual Getúlio Vargas, na maior parte do tempo; na terceira série, morei um tempo com minha avó Maria e nessa época estudava na Escola Estadual Necésio Tavares, no Alto Vera Cruz. Eu ia para a escola com umas roupinhas arrumadinhas, cabelo arrumadinho. Minha tia Márcia fazia trancinha no meu cabelo ou cachinhos. No começo, minha mãe teve que fazer *preguinha* no uniforme para mim, porque eu era muito magrinha, e ela achava que eu não ficava bem. E, então, ela mesma fez uma sainha de *preguinha*, e ela mesma costurou a minha mochila com um pano que ganhou no hospital. Eu adorava aquela mochila que ela mesma tinha feito.

Ainda quando estava no Pequeno Príncipe, a diretora da escola era negra, tia Sônia. No Getúlio, tive a tia Neide, que era minha professora no primeiro ano, que é negra. A gente sempre se encontra. Quando entrei no doutorado, fui atrás dela: “Tia Neide, entrei no doutorado”. E foi muito bom poder dar esse retorno, foi a professora que me ensinou a ler, a gente até hoje tem uma relação; é a minha vizinha, mora aqui perto. Sempre que ela encontra a minha mãe ou meu pai, pergunta sobre mim.

Também tive uma professora negra que se chamava Luci, ela morava aqui no bairro, muito especial. Teve uma vez que arrumei uma briga na aula da Luci, porque tinha uma menina, Ana Paula, que também era negra, e ela acabava comigo. Aí, um dia ela, me perturbou tanto – eu não

vou lembrar a agressão especificamente, mas era uma agressão que me doía muito –, tanto, que eu voei em cima dela, arranquei o cabelo dela e foi uma coisa horrorosa. Todo mundo ficou muito assustado, porque eu não sou de brigar. Mas a violência que se repetia insistentemente, que ninguém via nem resolvia, me fez explodir.

Depois, eu tive também a Dona Norma, outra professora negra muito legal. Ela morava aqui pertinho, agora ela está com problema de saúde e não mora mais aqui no bairro. Essas pessoas eram referências importantes. Não conversavam com a gente sobre questão racial, mas a presença delas fazia uma diferença para a gente se sentir confortável e pertencente nos espaços.

Teve um período na escola também, logo depois que a gente entrou para a capoeira, que eu e a minha irmã Lorena resolvemos criar um grupo de consciência negra. A gente foi pedir ajuda com o pessoal da Pastoral do Negro (APN) e montamos um grupo, Kilombo. Foi nesse período que conhecemos o pessoal do Movimento Negro Unificado (MNU). A Ângela, do MNU, trabalhava aqui no meu bairro e foi um dos primeiros contatos que a gente teve com o movimento negro. Era uma época em que estava tendo muito racismo na escola e a gente queria fazer alguma coisa. Esse movimento durou pouco tempo, mas foi importante ter conseguido fazer algo, a “Juntas na escola contra o racismo”, quando agente ainda não tinha isso previsto nas diretrizes nacionais.

Já no segundo grau, eu fui para a Nilton Rocha, que é uma escola estadual no bairro 1º de Maio. E foi maravilhoso, porque lá a gente montou grêmio. Havia uma professora negra maravilhosa que dava aula de literatura. Ela fazia um amigo-oculto literário muito incrível. Foi nesse amigo-oculto que veio o meu primeiro amor. Trocando cartas no amigo-oculto literário eu me apaixonei por um menino, o amigo negro, o Fábio e ele também se apaixonou por mim. Minha amiga Andreia Peterson que nos ajudou. Foi tão lindo!

Ainda teve a experiência do grêmio. Foi uma vivência muito legal na escola, com amigos e uma interação muito boa. Depois desse período, eu tinha escrito uma redação dizendo que eu queria ser *hacker*. Quando minha mãe viu isso, passou a buscar alternativas para me dar essa possibilidade. Ela arrumou outro emprego no Hospital Odilon Behrens para poder pagar a minha escola. Era um período em que o meu pai estava desempregado, então ela era responsável pela renda toda da família. O salário dela era praticamente todo para pagar escola.

Com isso, eu fiz os dois últimos anos do segundo grau em um colégio técnico particular com formação em informática gerencial. E foi muito impactante para mim, porque nesse período eu comecei a viver muitas situações de racismo. Lá tinha uma professora negra, também de literatura. Mas, além dela, de mim e do porteiro, tinha um aluno negro na escola. Lembro que me sentia mais aliviada na hora do recreio, porque ficava lá em cima olhando esse menino lá embaixo. A

gente nunca conversou, mas não tinham outras pessoas negras na escola. Somada a essa falta de pessoas negras, tinham várias piadas e várias atitudes racistas e machistas, e eu não entendia; percebia e sentia, mas não sabia nomear. Eu me perguntava: “Porque no Nilton Rocha eu conseguia conversar com todo mundo, relacionar-me com todo mundo, e na escola particular eu não estava conseguindo conversar com ninguém?” Só tive uma amiga e uma colega nesta escola, que também eram discriminadas por outros marcadores.

Nesse período, eu alisava os cabelos e eles começaram a cair. Com isso, minha mãe me levou para cortar o cabelo. Só que a pessoa que cortou, fez uma coisa que deixou ainda mais estranho. Depois do corte, fui para a aula. Cheguei na escola e o melhor professor foi o primeiro a fazer piada do meu cabelo, e foi devastador. Após o episódio, saí da aula e raspei a cabeça. Fiquei muito tempo usando o cabelo raspado. Nesse período, eu aprofundei a minha inserção no movimento negro e fui entender mais sobre o que estava *pegando*, sobre o que era o racismo mesmo.

Depois, eu fui fazer um estágio na Coordenadoria Municipal de Assuntos da Comunidade Negra (Comacon). Já nesse processo de envolvimento com o movimento negro, quando eu passei no vestibular, estávamos organizando o Encontro da Juventude Negra e Favelada no Alto do Vera Cruz. Realizamos o evento durante o dia, à noite dormimos todos na casa da minha avó e fomos juntos fazer a prova da PUC⁶. No segundo dia, cada um foi para a sua casa e eu acabei saindo atrasada.

Quando cheguei no metrô, pensei: “Não dá mais tempo”. Eu nem ia descer do vagão, mas depois eu desci do metrô lá no bairro Coração Eucarístico. Subi devagar, pensando: “O que eu vou falar para minha mãe, sobre essa prova?”. Mas quando eu cheguei na esquina, a porta estava aberta e o moço falou: “Corre, corre que dá tempo, corre!”. E aí eu fui correndo, desesperada e consegui entrar e fazer a prova. Só que nem olhei o resultado, porque eu achei que eu não ia passar. E mesmo se eu passasse, também eu não iria poder pagar.

Foi aí que um amigo meu do partido, o Wagão, me ligou e falou: “Parabéns, Larissa!”. Respondi: “Obrigada, mas você errou a data, o meu aniversário não é hoje”. E ele: “Não, não é isso não, você passou no vestibular, você não viu?”. Fiquei espantada: “Eu passei no vestibular?”. Ele tinha visto o resultado no jornal, na época era publicado. Não tinha tanta internet igual tem agora. E eu tinha passado no vestibular, em Psicologia. Com isso, a minha mãe pegou dinheiro emprestado e tudo o que tinha e pagou a matrícula. Depois, a gente foi se virando para eu conseguir estudar.

Quando decidi pela Psicologia, estava na área de Tecnologia, fazia sites e programação – estava nessa área. Mas a partir das reflexões do movimento negro, sempre somos convidados a

6 Pontifícia Universidade Católica.

pensar assim: “Qual área de estudo é fundamental e estratégica?”. Então, a gente tem que estudar sempre, precisa estudar o máximo que puder. E não só o estudo formal, mas também outras buscas de conhecimento. Acessar a universidade e outros espaços, pensando em quais lugares a gente pode ser útil, do ponto de vista do debate racial. Nesse sentido, fui pensar em que lugares que eu gostaria de contribuir e nas áreas que eu sentia afinidade, que eram Psicologia e Ciências Sociais, e eu não encontrei muitas referências negras.

Nesse processo de escolha, inclusive, eu fui em *campus* conversar com os alunos para saber como eram os cursos e acabei optando pela psicologia. Depois que entrei, que fiquei conhecendo as referências negras na área, como a Neuza Souza Santos, que é a autora do *Tornar-se Negro* – não a conheci pessoalmente, mas conheci o trabalho dela – e também o trabalho do professor José Thiago Reis Filho, que é um professor da PUC no *campus* São Gabriel, que trabalhava com as questões da Psicanálise.

Além das poucas referências negras, decidi entrar na Psicologia, porque achei que seria muito importante para o enfrentamento ao racismo e suas sequelas. Eu senti que precisa pensar nessa área a partir desse pensamento e do enfrentamento ao racismo, a partir da perspectiva das pessoas negras, e é por isso que eu vim para a Psicologia.

Durante a faculdade, o racismo apertou. Porque, de fato, tem esse recorte de classe e raça. Com isso, eu estava quase desistindo, quando alguém me falou para não desistir e procurar a professora Márcia Mansur. E aí eu fui lá, falei com ela que estava muito difícil a relação com os colegas, com os professores, que eu não estava me sentindo pertencente àquele espaço, que eu não estava me sentindo acolhida. Depois dessa conversa, ela me ajudou a fazer a transferência para o *campus* da PUC no São Gabriel e organizar a grade do curso. Tinham algumas pessoas que eu já conhecia do movimento social que estudavam lá, e isso foi facilitado. Facilitando assim a minha presença lá, eu consegui estudar e formar. Foram muitos anos de luta. Depois, resolvi entrar no mestrado.

Quando eu me formei, havia acabado de fazer a minha iniciação no terreiro. Só que na colação de grau, eu não podia ficar com a cabeça destampada. Então, eu fui com meu chapeuzinho branquinho e fiquei lá. Na época, não sabia fazer turbante direito. Foi uma experiência muito interessante, porque minha família nunca tinha ido à formatura de alguém em uma faculdade, porque ninguém tinha formado ainda. Então, a gente não sabia como seria, o que é que levava, com que roupa ia, essas coisas. Mas foi todo mundo, foi minha avó, minhas tias, meus primos.

Todo mundo que pôde ir, foi. E quando separa as letras, para o pessoal receber o abraço das famílias, eu corri lá para a minha letra; todo mundo recebendo flores, só que a minha família não sabia como funcionavam as coisas e nada de aparecer. De repente, eu escuto um *zum, zum, zum*,

e aí se abre um vão, com a minha família segurando o arranjo de flores da cerimônia, que fica lá embaixo do palco. Eles pegaram aquele negócio e levaram lá para mim de presente. E, então, eu fui a que ganhei mais flores na minha formatura.

E isso foi muito especial, porque eles estiveram comigo em momentos muito importantes da minha formação. Lembro-me que eu não conseguia gente para fazer trabalho junto comigo. Assim, teve um trabalho de que recordo, que fiquei muito revoltada. Era, inclusive, sobre trabalho doméstico. Aí fizemos eu, minha mãe e a minha avó. Sentamos e fizemos o trabalho juntas, porque eu não tinha grupo e elas falaram: “A gente faz o trabalho com você”. E elas fizeram e foi muito especial, a minha família me apoiou muito, apesar da confusão, das brigas e das *tretas*.

Já no mestrado, foi o momento em que eu falei assim: “Eu já fiz tanta coisa, eu preciso pensar um pouco sobre esse trajeto”. E no doutorado está sendo desafiador desenvolver, por causa da articulação prática cotidiana entre maternidade, pandemia, desemprego, tratamento de endometriose e depressão... Então, eu estou um pouco devagar. Mas já combinei com a orientadora um prazo para finalizar em março do ano que vem. Aí eu não sei se com a pandemia a gente vai ter um período a mais, mas eu vou terminar, quero concluir e fazer um negócio bem-feito! Estou estudando Mulheres Negras em Espaços de Poder na América Latina. Temos muito a pesquisar neste tema.

3. Entre a militância e a gestão: a construção da trajetória profissional

Como comecei a contar anteriormente, sempre fui muito dedicada na militância, atuante na pauta da juventude, dos direitos da criança e do adolescente. Por estar ativa nessas pautas, primeiro eu fui convidada para trabalhar na Coordenadoria da Juventude. Quando a Coordenadoria de Juventude em Belo Horizonte foi criada, foi a minha primeira experiência de gestão pública. Já tinha feito estágio na Coordenadoria de Igualdade Racial, mas era um estágio mais voltado para Programa SOS Racismo, que consistia em realizar o atendimento e o encaminhamento dos casos de racismo, que ocorriam na cidade e essa política foi muito importante.

Por estar mais envolvida no âmbito da militância, durante muito tempo eu relutei em entrar para a gestão. Porque a gente sempre tinha uma percepção de que se entrou para a gestão é *pelego* – a pessoa se vendeu. Mas eu já tinha feito tudo o que eu podia para combater o racismo e o machismo na militância, e a coisa que eu nunca tinha tentado era continuar essa luta a partir da gestão pública. Decidi que seria interessante tentar a luta a partir desse outro lugar.

Percebi que é um lugar diferente da militância, que exige um conhecimento técnico, conhecimento político, exige articulação e, também, uma sagacidade de integrar vários saberes e limites. Essa decisão foi se consolidando ao pensar: “Com a bagagem que eu tenho do movimento social pode ajudar a traduzir nossas demandas em políticas públicas? Eu posso mesmo colaborar nessa tradução?”. Sinto que foi muito positivo esse caminho.

Depois da experiência na política municipal de juventude, fui convidada para trabalhar em Brasília, no plano Juventude Viva. Fui atuar na Secretaria Nacional de Juventude. Depois, fui para a Seppir, com ações afirmativas. Após engravidar, recebi um convite para trabalhar aqui na Subsecretaria de Política das Mulheres. Quando eu saí, fui para a Gabinetona⁷. Agora estou em casa, com as crianças, para terminar minha tese de doutorado.

Falando um pouco mais da minha experiência como subsecretária, focamos na questão do comitê de gênero e raça. Não conseguimos institucionalizar na época, precisava de um decreto do governador, que a gente não conseguiu. Recebemos muito apoio da deputada Marília Campos, que foi incisiva no cuidado com essa pauta e mandou recursos para alguns projetos e ações importantes, como a Casa Tina Martins e projetos de promoção da autonomia das mulheres. A gente teve projeto de formação de pedreiras, bombeiras, eletricistas, bombeiras hidráulicas. E, também, teve o curso de formação – as mulheres nos presídios aprendiam a fazer marcenaria, aprendiam a fazer brinquedos, para poder ter uma renda quando saíssem. A ideia era gerar uma rede de distribuição desses brinquedos e oferecer, para elas, as ferramentas para quando elas saíssem da unidade.



Além disso, conseguimos fazer algumas campanhas publicitárias, dizendo que o Estado tem um compromisso com a diversidade das mulheres. Não só mulher branca e hétero, mas também as lésbicas, negras, jovens, meninas, a mulher do campo, da cidade, da terceira idade. O objetivo era pensar na complexidade dessas vivências e que pensar que o Estado precisa dar resposta para todas elas. Então foi uma experiência muito difícil e desafiadora.

Larissa em frente ao Palácio da Liberdade, após evento do Governo do Estado de Minas Gerais, enquanto era Subsecretária de Políticas para as Mulheres.

Crédito: Acervo Pessoal

7 Projeto de ocupação cidadã da política institucional, que reúne diferentes mandatos parlamentares em um mandato coletivo, com ações e estratégias compartilhadas; e inclui dezenas de ativistas, trabalhadoras e pesquisadoras em diálogo e cooperação.

O assédio moral

Além dos desafios de gestão, a questão do assédio moral no trabalho permeou muito essa vivência. Inclusive, foi no momento em que eu tive muitas pessoas brancas sobre a minha coordenação. Algumas, logo que eu cheguei, já foram embora. Por exemplo, o pessoal formado aí na escola⁸ não quis ficar. E então, a gente ficou só com uma formada e as outras foram para outras áreas. Elas disseram que não era por questão racial, que elas tinham outras questões. Mas, para mim, foi muito sintomática a saída dessas pessoas. Ao mesmo tempo, a equipe era composta por uma subsecretária e duas superintendentes que não aceitavam meu comando. E tinha o aval do secretário, com questões partidárias.

Com isso, muitas vezes, os combinados que a gente fazia com a equipe não eram respeitados. Teve uma reunião em que eu convoquei a equipe toda: “Gente, quem tiver algum compromisso marcado, eu preciso de todo mundo aqui, porque é planejamento estratégico, é muito importante”. E uma servidora simplesmente marcou uma outra coisa e foi. Eu questionei: “Cadê fulana? Fulana, precisamos de você aqui”. Quando falei isso, ela me desrespeitou no *WhatsApp* da secretaria. Quando recorri ao secretário, ele tirou o corpo fora. E quando fui aplicar uma advertência, ela não quis assinar. Mudaram-na para outra área e ficou por isso mesmo.

Vivi vários atravessamentos desse tipo, mas eu também tive pessoas parceiras, que toparam e se dispuseram a estar comigo e fazer um trabalho sério. A gente fez um planejamento estratégico, desenhou cada passo, não conseguimos fazer tudo o que planejamos, mas ter esse mapa foi fundamental para conseguir seguir. Fui fazendo o que era possível, porque sem vontade política, a política pública não avança. E a minha percepção é de que, como o projeto estava indo bem, ficando tão bem organizado, eles ficaram com medo de a gente aparecer mais que a própria secretaria. Porque a nossa subsecretaria tinha um planejamento estratégico, conseguia apresentar relatório de gestão, relatório de atividades mensais, conseguia ter um diálogo com a sociedade – o que a própria secretaria não tinha.

Em vez de *colar junto*, eles começaram a abafar. Por exemplo, a gente não podia usar os mecanismos de comunicação da secretaria, sempre tinham impedimentos. Coisas simples ficamos tentando formalizar durante a gestão inteira, como o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, que era um decreto do governador. Eu, como subsecretária, não podia ir e pedir ao governador para assinar, mas o secretário poderia. E eu tenho certeza que esse documento nunca saiu da secretaria. São coisas que a gente vai vivendo na gestão, atravessamentos que estão presentes na gestão pública. Mas eu considero que foi uma experiência muito saudável e positiva.

8 Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro.

Os aprendizados

Nesse percurso da minha trajetória profissional, entrei muito jovem e agora eu não sou jovem mais. Eu entrei Larissa de *dread* e saí Larissa careca. Isso é uma coisa importante, abrindo um parêntese: eu fiz o *dread* em 2005, assim que eu saí da casa da minha mãe, foi antes do 20 de novembro de 2005. E eu tive esse *dread* até agora, 15 de julho de 2020, quando eu cortei. Foi um símbolo muito importante para mim, da resistência, dessa identidade feminina, dessa luta feminista, dessa oportunidade que a gente tem de construir e fazer aquilo que sonha, que acredita.

Quando eu entrei para a gestão pública, estava cheia de sonhos, muita disposição e energia de vida. Vontade de fazer dar certo e um desejo de estudar e de conhecer as coisas. Então, nesses espaços, eu sempre buscava alternativas e foi muito positivo. Mas eu cansei, a gente vê muitas coisas feias estando do lado da gestão. Acho que é um ponto importante da construção humana, que as pessoas às vezes acessam uma migalha de poder e já demonstram monstros horrorosos. A gente vai conhecendo as pessoas por um outro lado. Tanto as que tem poder, tanto as que não tem poder. Temos a oportunidade de ver um lado bonito, mas também o lado feio das pessoas, das relações. Eu fiquei muito impactada de ver a parte feia, mas eu não vi só parte feia.

Eu estou no Psol⁹ desde 2019, mas eu comecei a frequentar o PT com 16 anos. Conheço e entendo que se a *branquitude* do partido não tivesse operado tanto, se as masculinidades tóxicas do partido não tivessem operado tanto, a gente poderia ter avançado muito mais na construção de muitas políticas públicas. Inclusive, as políticas da promoção de igualdade racial, a de igualdade das mulheres. Por mais que elas tenham avançado nesse período do que em qualquer outra gestão, avançaram pouco diante do que poderiam ter sido se tivessem orçamento e prioridade política, por exemplo.

Eu sinto que precisamos recuperar o nosso fôlego para poder criar um outro ciclo virtuoso. Porque este em que estamos vivendo, agora, é tóxico, é extremamente deletério, mas também demonstra as fragilidades das construções que a gente tinha feito. Eram muito boas, demoramos muitos anos para fazer, mas que não demoraram nem seis meses para desfazer, a maioria delas.

Como que a gente pode construir políticas públicas que vão ter uma continuidade, uma vida mais longa do que as que a gente construiu no período anterior? Por mais impactante que tenha sido qualquer uma das políticas, não houve dificuldade para desfazer. Então, o meu momento é este de reflexão mesmo, de pensar em que rumos a gente vai dar para essa política, para essas gestões. E para as nossas relações políticas e as nossas questões, porque não pode ser só isso.

9 Partido Socialismo e Liberdade.

4. *Estou chegando de bonde: construção da identidade individual e coletiva*

Quando penso na construção da minha identidade, acho que a nossa sensibilidade é um ponto forte. Porque a gente acaba tendo muito que desenvolver a capacidade para fazer leitura dos ambientes, das situações. Desde pequena, em casa você é a princesinha da família, mas chega na escola é aquela violência toda. Você precisa entender o que está acontecendo e se posicionar a partir do que você leu naquela situação. Então, tem essas urgências da vida, da gente conseguir fazer a leitura das situações, da conjuntura, da realidade. E, com isso, você acaba também sendo obrigada a ser forte na maioria das vezes, mas não perdemos nossa sensibilidade por isso. Somos bem sensíveis, temos nossas fragilidades e eu acho que a mulher negra tem uma capacidade de se reinventar. A gente tanto reinventa a vida quanto se reinventa. Isso é muito potente, é uma das nossas maiores forças.

Temos o nosso cabelo, que às vezes está em uma trança, às vezes em um *dread*, às vezes é um *blackpower*, tem muitas possibilidades. A gente cria muitas alternativas mesmo onde a maioria das pessoas não vê potência, não vê beleza. A gente é essa beleza, cria essa beleza, gera essa potência. Acho que um dos nossos pontos fortes, também, é a nossa ancestralidade. Eu acho que a gente é herdeira de muitas tecnologias, saberes, metodologias. Trazemos em nosso DNA a herança de tantas mulheres que tiveram que se reinventar. Que reinventaram a vida e conseguiram superar opressões. E antes disso, a gente é herdeira do legado que é anterior ao processo de colonização, a gente é herdeira de rainhas, imperatrizes, mulheres que governaram muitos povos, muito antes das mulheres no Ocidente. Saímos para trabalhar fora, quando já governavam vários Impérios. Então, tem uma outra relação com o mundo.

Outro dia, estava pensando nisso. Se não tivéssemos que enfrentar o racismo, como a nossa vida estaria melhor, porque iríamos gastar energia com outras coisas. Mas antes de fazer qualquer outra coisa, nós precisamos enfrentar o racismo para sobreviver, enfrentar o machismo para sobreviver. Além de todas as coisas, a gente precisa antes garantir que sobrevivamos, tanto



Larissa em um dos muitos momentos de diálogo vivenciados em defesa das mulheres e da população negra.

Crédito: Acervo Pessoal

materialmente quanto simbolicamente. Porque tem uma violência simbólica que tenta me destruir o tempo inteiro, então você tem que lidar com isso tudo para, depois, fazer outras coisas. As pessoas brancas já partem para fazer outras coisas. Quando eles chegam na corrida, a gente já está cansado. Por isso que há tanta desigualdade. Se não tivéssemos que enfrentar tanta desigualdade, estaríamos em outro patamar.

O enfrentamento ao racismo

Eu acho que tem várias possibilidades para o enfrentamento ao racismo. Uma é matar todos os brancos, mas fazendo isso a gente ainda teria que lidar com esse imaginário cultural que ainda está em todas as pessoas. Ainda que a gente eliminasse todos os homens brancos, teríamos, por muito tempo, as consequências e impactos dessa vivência. Então, essa é uma opção possível, mas ela não é das mais legais, acho que nós não queremos fazer isso. Temos alternativas mais inteligentes que as deles. É possível criar um mundo em que caiba todo mundo. Mas é preciso inventar coisas que a gente não inventou e pensar em coisas que a gente não pensou.

Acho que as próximas gerações vão dar conta de pensar isso. As atuais estão fazendo tudo que podem para acabar com o racismo. No meu caso, por exemplo, ministrei oficinas, cantei *rap*, dei palestras, fui para a gestão pública, tive filho, várias coisas – e, ainda assim, não foi suficiente. Mas são contribuições! E eu acho que também precisa que outras pessoas comecem a contribuir com essa luta, sobretudo as pessoas brancas, porque elas não têm contribuído. Elas criaram toda essa dinâmica de violência racial e de gênero, porque o capitalismo moderno se alimenta disso, estrutura-se nisso e elas continuam se beneficiando disso.

A gente precisa de contribuições cotidianas de todas as pessoas, porque tem a ver com as macrorrelações, as grandes estruturas; mas também tem a ver com as microrrelações, com a nossa postura do dia a dia. É uma grande combinação de sujeitos, sonhos, elementos. Outra coisa, é que a gente precisa sonhar mais. Gastar mais tempo de nossas vidas imaginando esse mundo sem racismo, sem machismo, sem opressão, para se sentir nesse lugar. Porque a gente precisa construir esse repertório intelectual, cultural, afetivo, de um mundo sem violência, sem opressão. Precisamos e podemos construir esse imaginário para que se torne real. Acho, primeiro, que surgem as coisas no nosso imaginário, sonhos e desejos. Depois, materializamos isso na vida, no mundo.

Não estamos tendo tempo nem de sonhar, de tanto que temos que enfrentar o racismo, o machismo e a violência de gênero toda hora. E a violência lesbofóbica toda hora. Esses dias, a minha filha Elis, que está com dois anos, pediu para cantar parabéns para ela. Na hora do “com quem será”, ela disse que ia casar com a vizinha, uma amiguinha dela. Para mim, isso era uma coisa

inimaginável. Agora, estou nessa vivência, namorando uma mulher e minha filha está cantando essa possibilidade desde pequena.

Na hora eu achei lindo, mas eu também pensei que, dependendo das pessoas que estivessem ali naquele momento, ela poderia ser reprimida. Como uma coisa ingênua, que é um desejo simples, pode se tornar um alvo, um gatilho para uma série de opressões. Hoje, temos que proteger e estimular as crianças, e a gente mesmo, a sonhar e a criar escudos, ao mesmo tempo, para que não sejamos atacados pelos nossos sonhos, pelas possibilidades que criamos.

Acho que é importante a gente celebrar nossa chegada, mas também referenciar quem veio antes. Muitas vezes, chegamos nos lugares achando que somos as primeiras, mas se a gente for procurar nas memórias que foram apagadas, alguma pessoa negra passou por ali antes. Quando eu entrei na Psicologia, eu conheci Neusa Souza Santos, Zé Tiago, Virgínia Bicudo¹⁰ e outras figuras que já estavam, e aí, entre essas, conheci Lucinha do Amma Psique¹¹. Ela é uma linda, uma pessoa muito maravilhosa que trabalha com o combate ao racismo institucional. Sobre tudo no meu período em Brasília, ela fez toda diferença. Eu pedia ajuda, contava o que tinha acontecido, que não estava entendendo. Aí a gente tentava, juntas, fazer a leitura, quando acontecia algo que me incomodava e eu não estava sabendo o que era. Íamos juntas tentando identificar e nomear o que estava acontecendo, as pessoas envolvidas, para trocar as estratégias. Então, Lucinha foi e é uma pessoa muito importante na minha trajetória. Até antes da gestão, já fazíamos coisas juntas.

A Sueli Virgínia também. Conheci Sueli quando fiz uma palestra e ela assistiu. Ela tem um trabalho muito lindo sobre os sentimentos. Trabalha com os florais a partir da perspectiva junguiana. Ela tem um trabalho autoral, estudos que foi desenvolvendo na relação dela com as comunidades quilombolas e outras populações negras. Ela é uma pessoa importante. Tem a questão do terreiro também, sempre importante. Quando eu tenho uma decisão para tomar, pergunto para os meus ancestrais que caminho seguir. “É desse lado, desse jeito, é dessa forma?” Então, muitas vezes, eu sinto que isso não vem. E quando não vem, eu tenho uma dúvida, eu vou consultar, porque mesmo que eu ache que o caminho seja esse, acho importante ter esse respaldo com quem veio antes.

Tive muitas parcerias, pessoas que dificultaram meu caminho, mas outras que – Nossa Senhora! – foram um presente em minha trajetória, tanto em ensinamento quanto de parceria.

10 Virgínia Leone Bicudo (1910-2003) foi pioneira no debate de estudos raciais no campo clínico, e também uma das pessoas mais importantes na disseminação da Psicanálise no Brasil. Sua dissertação, *Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos* em São Paulo, de 1942, foi o primeiro estudo sobre o tema defendido no país que debate a existência do preconceito racial mesmo com a diminuição das diferenças sociais.

11 Instituto criado em 1995 por um grupo de psicólogas que busca o enfrentamento do racismo tanto pela via política quanto pela prática clínica.

Áurea Carolina¹² é uma que sempre me abre portas. Às vezes, o pessoal convida e ela não pode, ou pode e acha legal, ela me chama para ir também, e se não pode me diz: “*vai lá!*”. A Vanessa Beco¹³ é uma pessoa que me orienta sempre. É uma inspiração. Foi a primeira que falou comigo sobre feminismo negro. Me apresentou Lélia Gonzalez¹⁴ e Luiza Bairros¹⁵. Uma vez, fui fazer uma oficina lá na Bahia, só para conhecer a Luiza Bairros. Aí, o pessoal me chamou para dar oficina e eu disse: “vou até de graça”. Era com a equipe dela e foi muito *massa*. Foi o primeiro contato que eu tive com Luiza Bairros. A gente se reencontrou e trabalhou juntas em Brasília, mas o primeiro encontro com ela foi assim: “vou lá porque preciso conhecer ela”, e foi sensacional.

Fui conhecendo muita gente legal nesse percurso, gente que me apoia, em quem posso confiar. A Geíse Pinheiro Cunha é maravilhosa, agora está no interior da Bahia. A gente se conheceu quando eu entrei no mestrado. Uma pessoa que tem uma capacidade de leitura, uma capacidade crítica, uma generosidade. E a gente foi fazendo parcerias. Lá em Brasília, também conheci a Petra, uma pessoa que já trabalhava na gestão. Tinha acompanhado vários ministros e várias ministras e nos tornamos superamigas. Eu fui encontrando muitos amigos e muitos parceiros no caminho. E isso fez toda diferença. Nos momentos mais difíceis, eu encontrei gente legal, nossa! Gente que pode estender a mão, sabe?

É isso, a gente tem referência e também vai se tornando referência, é uma troca. Oferecemos e a gente recebe. Às vezes, de onde você menos espera, vem. Na experiência aqui do estado, especificamente, teve duas pessoas fundamentais. A Eliane Dias¹⁶, a gente se conhecia de vista do movimento LGBTQIA+ e a gente foi se conectando, na época eu nem era sapatão. Foi uma parceria, um reencontro de almas. E a Andrea de Socorro Luiz¹⁷, ela foi a pessoa que ficou na pasta, depois

12 Áurea Carolina de Freitas e Silva é uma política brasileira, integrante do Psol, cientista social e mestra em Ciência Política. Foi vereadora de Belo Horizonte/MG em 2016, e é deputada federal desde 2018.

13 Vanessa Beco é servidora pública da área de educação, ativista do movimento negro, feminista e da cultura *hip hop* em Belo Horizonte. Integrante do coletivo Negras Ativas e do Fórum das Juventudes da Grande BH.

14 Lélia Gonzalez (1935 – 1994) foi uma importante intelectual negra e ativista, nascida em Belo Horizonte. Graduada em História e Filosofia, mestra em Comunicação e doutora Antropologia Social, foi professora da PUC-RJ, pioneira nos estudos que articularam gênero, raça e classe. Escreveu os livros *Festas populares no Brasil* e *Lugar de negro* (com Carlos Hasenbalg), entre outros inúmeros ensaios e artigos.

15 Luiza Helena de Bairros (1953-2016) foi ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil entre 2011 e 2014. Graduada em Administração, mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora em Sociologia pela Michigan State University, além de atuar na administração pública, trabalhou junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), PUC-RJ e UFBA. Organizadora de diversos livros e autora de artigos sobretudo sobre a condição das mulheres negras.

16 Biografada também nesta obra.

17 Atua no serviço público estadual e esteve à frente da Coordenadoria Estadual de Política para as Mulheres, entre 2018 e 2019.

da mudança de gestão. Agora ela não está mais, mas ela ficou e também foi uma parceira muito incrível, de se dedicar a essa pauta, de colaborar para que a gente entendesse que ela era a pessoa que estava lá há mais tempo no governo do estado; ela já era servidora e tinha entrado em várias secretarias. Ela foi dando dicas, mostrando caminho. Também pedi ajuda a muita gente, na época da gestão do estado. Por exemplo, fui atrás da Ana Paula Salej e do Max Melquiades, da Fundação João Pinheiro, pedindo ajuda.

Após experienciar todo esse suporte, quando chego e tem pessoas negras no espaço, minha postura é sempre de tentar acolher e ouvir a todas as pessoas. Fico feliz quando chego em algum lugar pela primeira vez e quero que todo mundo possa chegar também. Quero chegar aos espaços e ter outras pessoas negras se sentindo confortáveis ali. Às vezes, as pessoas negras e se sentem como intrusos. As pessoas brancas tentam nos tratar da pior forma possível, com desrespeito, deslealdade, intriga, é uma coisa horrorosa.

Precisamos ter esse cuidado com as pessoas, elas têm defeitos, qualidades, seus desejos, também têm suas frustrações. Cabe à gestão tentar harmonizar todos esses elementos. Porque o coração da gestão pública precisa ser a garantia dos direitos das pessoas reais, que trabalham na gestão e que não trabalham na gestão. A pessoa vem para o trabalho e ela traz o conhecimento técnico, político, mas ela também carrega o problema que está na casa dela, os preconceitos que herdou, as convicções que construiu ao longo da vida. Muitas vezes, o desafio é tentar harmonizar, fazer com que quem você é colabore para uma construção que nós combinamos, pactuamos, que vamos fazer juntos.

Isso é um grande desafio, porque nem sempre as pessoas estão dispostas ou sabem trabalhar a partir dos pactos. Tem gente que só sabe trabalhar com: “Fulano mandou e eu obedeco, mas eu só obedeco a fulano”, que é branco, que é homem, que é rico, que é da elite. Pensam: “Gente pobre eu também não obedeco”. Precisamos refletir sobre como a gente constrói uma outra relação de poder. E essa coisa de chegar nos espaços e desconstruir a ideia de ser o negro único. É falar: “estou chegando de bonde”. Por mais que outras pessoas fisicamente não estejam aqui comigo no momento, eu sei quantas trouxas de roupa minha avó lavava no rio Arrudas para eu conseguir fazer minha faculdade. Quantos ônibus lotados minha mãe pegou para eu conseguir acabar de estudar.

Com isso, se fisicamente naquele momento eu sou a primeira ou estou sozinha, energeticamente, estruturalmente, eu estou acompanhada de uma multidão. A gente sabe o tanto de sangue que foi derramado para gente conseguir estar aqui respirando plenamente. Não é nunca uma construção individual, precisamos chegar nos espaços e permanecer neles com dignidade.

4

NILA

RODRIGUES

BARBOSA

Nila Rodrigues Barbosa
Marina Alves Amorim
Mônica de Cássia Costa Silva

1. Ser mulher negra

Eu me identifico como mulher negra, e o que me fez ser uma foi o racismo. Na escola, foi lá que me disseram que eu não era branca. Tenho essa cena muito nítida na minha mente, desde o dia em que ela aconteceu. Eu entrei para a Escola Polivalente, com meu cabelinho alisado, o uniforme passadíssimo e tal. Eu estava no sexto ano. No Polivalente, as carteiras eram colocadas em grupos. Era aula de português, a professora era uma mulher ultrafrágil – fisicamente, na postura, em se colocar como professora. Ela se chamava Graça. Um *playboy* chamado Marcílio se levantou da carteira e foi em direção ao meu grupo. Ele tocou em mim, no meu cabelo; levantou o meu cabelo, como se eu não fosse nada. Aí, o Marcílio falou: “Quem você acha que você é? Você nunca vai ser uma de nós!”. E ele foi apontando as pessoas brancas. Ele continuou, em seguida: “Você é igual a ela!” E apontou para a

Rose, minha amiga. “Você é preta! Não adianta você alisar esse cabelo, não. Você é igual a Rose”. Eu assustei com aquilo e danei a chorar. Mas eu chorava muito: molhei o rosto todo, a camisa, caíram lágrimas na mesa. Então, foi nesse momento que a minha ficha caiu. Nunca mais, naquela escola, eu fui uma menina branca.

O pessoal que estava assentado no meu grupo ficou com os olhos arregalados. Mas, em geral, as pessoas riram, deram gargalhadas altas, diante do que o Marcílio fez comigo. Eu, chorando, chorando, olhei para a professora, e ela não fez nada! Ficou parada, olhando também, sem lugar. Eu pensei: “Gente, ninguém vai me salvar dessa situação?” Porque eu não sabia lidar com ela. Aí, a minha amiga Rose levantou e disse: “Marcílio, põe uma coisa na sua cabeça: eu não sou a preta aí que você falou, eu sou preta queimadinha pelos raios solares; e você não tem nada de cor!” Então, ele parou e voltou para o lugar dele. Foi a Rose que me levou para o banheiro, que me ajudou a me recompor e que me disse: “Não fica preocupada com isso não. Sempre acontece comigo. Acontece todo dia”.

Quando cheguei à universidade, em 1984, eu me apaixonei por um poeta maravilhoso, um estudante do Curso de Letras que fazia o Ciclo Básico comigo. E eu achei que, porque me apaixonei, tinha que ignorar que, visivelmente, ele era gay. Eu me apaixonei por essa pessoa linda, que fazia poesias e músicas românticas, inclusive, para mim. A gente começou a conversar muito. Quando ele falou que era poeta, eu falei: “Ah, quero ler tudo!” Ele ficou feliz. Acho que tudo que ele escrevia, trazia para eu ler. Ele fez música e poesia para mim. A minha paixão só foi aumentando, obviamente. Ele que me apresentou os restaurantes universitários. O lugar onde eu trabalhava nessa época, uma loja de piscina na Avenida Professor Moraes, tinha outra saída ampla para o quarteirão fechado da Rua Cláudio Manuel. O poeta era *office boy*. Ele sentava no chão, em frente a porta da Cláudio Manuel, e ficava lá sentado me esperando para almoçar. Aquela beldade ficava lá sentada, olhando para mim, esperando eu sair para almoçarmos. Por que que eu estou falando desse cara? Logo vocês vão entender.

Cidinha da Silva, também estudante do curso de História da Fafich¹, conseguiu uma bolsa de pesquisa em um projeto do Nepem², coordenado pela Silvana Coser. Cidinha me ligou, então, dizendo que queria falar comigo, se ela podia ir no lugar em que eu trabalhava. Eu já trabalhava na Prefeitura nessa época. Eu perguntei para o meu chefe; ele falou que podia. Conversando com Cidinha, ela me disse que a conversa era sobre mulheres negras na universidade. Aí, eu perguntei: “Ué, Cidinha, eu não sou negra. O que eu tenho a ver com isso?”. Ela respondeu: “Ok, Nila, você não é negra, mas posso fazer uma entrevista com você? Eu tô precisando fazer as entrevistas”. Eu disse

1 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

2 Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Fafich/UFMG.

que tudo bem, então. Ela armou, é lógico, né? Cidinha me via como uma mulher negra, e eu não me via. Ao fim e ao cabo, era isso. Ela fez as perguntas. Ela perguntou sobre a família, perguntou a cor. Eu respondi: “Meu pai é branco, minha mãe é branca, todo mundo é branco”. Daí, chegou no meu avô. Não tinha como eu falar que ele era branco. Meu avô materno não era branco; ele era preto. Cidinha: “Ah, tá. Então, tem umas pessoas pretas na família?”. Eu: “Tem, claro que tem!”.

Mais adiante, Cidinha me perguntou: “Você já se apaixonou por alguém?”. Eu respondi: “Claro, Cidinha! Lógico que sim! Lá na faculdade, você sabe, eu me apaixonei pelo poeta, desde que eu o conheci”. Cidinha: “Você acha que ele é uma pessoa branca?”. Eu: “É. Ele é uma pessoa branca”. Porque ele é branco mesmo. Cidinha: “Por que você acha que você nunca namorou com ele?”. Eu: “Acho que eu não namorei, primeiro, porque ele é um pouco indeciso”. Cidinha: “Mas você já saiu com o poeta para algum lugar?”. Eu: “Não”. Cidinha: “Tipo assim, barzinho, essas coisas, você já saiu com ele?”. Eu: “Não”. A gente saía da faculdade, ia a pé para o Centro, e cada um tomava o seu ônibus. Dávamos umas voltas na Savassi, saindo da Fafich, comíamos um hambúrguer em trailers que ainda existiam na Savassi naquela época, e íamos embora. Cidinha: “Mas ele nunca te chamou para sair? Ele não sai?”. Eu: “Ele já falou de festa de aniversário, de clube”. Cidinha: “Então, por que você acha que ele nunca te convidou para sair? Você cogitaria pensar que, talvez, ele nunca tivesse te convidado para os passeios por que os lugares onde ele vai não é frequentado por pessoas negras?”. Aí, veio a cena do Marcílio, lá na escola, dizendo que eu não era branca. É lógico que ela viu a mudança no meu rosto. Eu: “Não, eu nunca pensei nisso. Mas ele é muito meu amigo!”. Cidinha: “Amigos saem, divertem-se”. Realmente, ele nunca havia saído comigo para lugar nenhum, e ele falava das saídas com os amigos, das baladas. Eu disse: “Eu não consigo responder isso”. Cidinha falou assim: “Eu sei. E essa é a última pergunta”. Depois, ela falou: “Olha, você é uma mulher negra. Você precisa conviver com isso. Não é ruim ser uma pessoa negra. Só é difícil”. Foi Cidinha que falou de forma amável, amorosa, solidária e feminista que tudo que eu era, as coisas que eu fazia, o tanto que eu estudava, o tanto que eu trabalhei desde os 14 anos, essas coisas todas, era porque eu sou negra. Porque as minhas condições não foram iguais, foram piores. Foi muito difícil para ela também, como deve ter sido para Rose, a minha amiga da escola.

Depois, é lógico que a gente teve uma ou duas conversas sobre isso novamente. E eu fui conversando com ela, fui me percebendo, sem crise, sem violência, que eu poderia me olhar no espelho e me ver como uma pessoa bonita. Isso a Rose, minha amiga da escola, sempre teve. Ela nunca andou curvada, era ativa. Mesmo quando não tinha o que responder, a resposta dela calava as pessoas brancas. Ela sabia o que era e vivia o que era, mas esse não era o meu caso – até então. A partir daí, comecei, realmente, a encarar essa questão de ser uma mulher negra, com os seus percalços.

Então, eu sou uma mulher negra. Mas quem é essa mulher negra? É aquela mulher não-branca, criada pela família como sendo branca, mas que não é tratada como branca pelos brancos.

2. Os pais e a irmã

Eu nasci no dia 12 de fevereiro de 1961. Estou com 59 anos hoje. Sou filha de um pedreiro chamado Nicanor Rodrigues Barbosa, que morreu há uns quatro anos, e de Nilza Alves Barbosa. Eu os considero negros, mas eles nunca se posicionaram assim. A minha mãe e o meu pai, na verdade, não se julgavam negros. Pior, eles eram racistas. O cabelo, por exemplo, eu não conseguia convencer a minha mãe de que eu não queria alisar. Então, eu silenciava, o cabelo era esticado, eu ficava com aqueles machucados na cabeça.

Por isso que, quando fui percebida como negra na escola, eu não tinha os elementos para assumir essa identidade. Foi o racismo que me fez ser uma mulher negra. A mãe que eu tive, essa que vivia me separando dos negros, evitando mesmo que eu estabelecesse relações mais íntimas com pessoas negras, logicamente, ela ia alisar o meu cabelo, ela ia me fazer as roupas mais bonitas, e ela ia tentar comprar para mim sapatos caros, exatamente para eu me diferenciar dos negros, ao me distanciar de algo que os identificava naquela época: a pobreza.

Meus pais moravam em Belo Horizonte, mas quase na divisa com Contagem, no Bairro das Indústrias, do lado da fábrica da Mannesmann. Era um bairro operário, que estava se iniciando, na periferia da cidade. Era uma favelinha mesmo. A maioria das pessoas que morava lá, inicialmente, trabalhava na construção da Mannesmann. Eram pedreiros, carpinteiros *etc.* Depois, passou a ser o bairro das pessoas que trabalhavam na Mannesmann: mecânicos, eletricitas, o pessoal das caçambas, quem trabalhava com os fornos. Meu pai conseguiu comprar um lote nesse bairro e fazer a casa. Quando eu nasci, já tinha o lote, a casa estava começada, era um barracão de três cômodos.

Eu sempre achei aquele lugar um bairro cinza. Nunca quis trabalhar ali, nem continuar morando ali. Eu sempre quis sair daquele lugar. E eu, finalmente, consegui, mas quando já tinha 38 anos. Minha mãe desenhou uma trajetória de estudo para as filhas, mas não planejou a nossa saída do Bairro das Indústrias, embora nem eu, nem a minha irmã, tenhamos cumprido o destino de continuar lá. Porque aquele é o lugar da minha mãe, tanto que até hoje ela mora lá. Ela não quer sair dali, e ela nunca vai querer isso. Afinal, é a casa dela. Ela enfrentou fila para pegar empréstimo para a construção. Meu pai construiu a casa, e ela ajudou na construção.

Meu pai trabalhava demais, muito mesmo. Eram 14, 15 horas de trabalho por dia, de segunda a domingo. Minha mãe trabalhava demais também para o ajudar. Teve uma época na vida do meu pai em que ele precisou ser tudo que estava dentro da capacidade dele. Então, ele era pedreiro,

carpinteiro, cisterneiro, bombeiro hidráulico. Não gostava de fazer acabamento em obra, mas, quando precisava de um dinheiro extra, ele pegava esse tipo de serviço. E minha mãe ajudava em tudo. Meu pai sempre foi doido para parar de trabalhar para os outros e passar a trabalhar por conta própria. No início da década de 1980, ele conseguiu isso, virou construtor. Antes de eu e minha irmã começarmos a trabalhar, vivíamos do dinheiro que ele ganhava como pedreiro.

Na minha família, eu sou a primogênita e tenho uma irmã mais nova. Desnecessário dizer que sou a filha revoltada, insubordinada e egoísta da família. Eu sempre fui muito difícil, mas é legal ser assim. Minha irmã é um ano mais nova do que eu. É advogada bem-sucedida, trabalha na Prefeitura de Belo Horizonte. Ela é uma pessoa muito boa. Todo mundo gosta dela. Sofreu muito preconceito, mas preconceito mesmo, porque nasceu com o lábio leporino. Viver nas décadas de 1960 e 1970, como menina e moça de periferia, foi difícil. A gente cresceu muito unida. Eu diria mais: nós somos cúmplices. Hoje, ela ainda me ajuda muito com os meus filhos.

3. O ex-companheiro e os filhos

Quando consegui sair do Bairro das Indústrias, eu já tinha trinta e oito anos. Consegui me mudar porque fiquei grávida, depois de quatro meses de namoro. Eu consegui me desvencilhar daquele laço de amor que me prendia, quando consegui vislumbrar outra coisa. Eu casei. Quer dizer, na verdade, eu costumo falar que eu não casei, sabe? Porque eu era amasiada. Uma união sempre instável, mas, eventualmente, muito amorosa. Eu pude contar com a solidariedade do pai dos meus filhos, muitas vezes.

Hoje, sou solteira. Mas o casamento durou até muito. Esse não era um casamento que ia durar. Dando um jeito de sair de casa e mudar a vida, eu apruntei esse casamento. Então, é compreensível que ele não durasse muito. Durou até demais, na verdade, porque, quando eu me separei, meu menino já tinha 18 anos e minha menina, 14. Estava bom, né? Não foi uma relação que o pai dos meus filhos optou por ter. Eu sou uma mulher mais velha do que ele, e era bem mais espertinha. Primeiro, ele não escolheu ter filho. Depois, ele não escolheu casar, amasiar, seja o que for; e ele não escolheu sair de casa.

O cara com quem eu me casei era *office boy* e eu trabalhava na Lagoa do Nado. Tinha uma diretoria e duas chefias que atuavam, uma, para dentro da Lagoa do Nado e, outra, para fora. Isso no momento em que aconteceu a descentralização da cultura em Belo Horizonte, para áreas fora do Centro, reconhecidas pelo fazer cultural, no Governo do Patrus Ananias. Foi por meio da Lagoa do Nado, por exemplo, que nasceu o Centro Cultural São Bernardo e o Centro Cultural da Pampulha. Eu passei a trabalhar na Lagoa do Nado, para a descentralização, em um determinado momento. Então, eu atuei para a criação do Centro Cultural da Pampulha, quando ele começou a ser uma

ideia para ser levada ao Orçamento Participativo. Nesse processo de construção, nós fizemos oficinas. Um oficineiro que era *expert* em confecção de bonecos foi dar uma dessas oficinas, e eu o acompanhava. Eu ia duas vezes por semana acompanhar essa oficina, à noite. Eu saía da Lagoa do Nado e ia para o Bairro Urca, perto do Portão 2 do Zoológico. A oficina durou três meses e, quando acabou, fomos comemorar. Uma liderança do bairro, que fez a oficina conosco, convidou a mim e ao oficineiro para tomar uma cerveja e comer alguma coisa. Fomos com essa liderança, a noiva dele, eu e o oficineiro. Lá pelas tantas, passa uma pessoa com uma mochila nas costas. Era um cara preto lindo. Eu achei. Ele estava subindo a rua, cabisbaixo, quando a noiva da liderança olha e diz: “É o Preto!”. A liderança levantou e gritou: “Preto, vem cá? Vem tomar uma cerveja com a gente?”. O cara era irmão dele. A conversa caminhou, e, pouco tempo depois, a gente começou a namorar. Namoro vai, namoro vem, eu fiquei grávida quatro meses depois.

Aí, eu precisei levá-lo em casa. Não queria fazer isso, desejava que tudo ficasse entre nós, mas eu fiquei grávida, e, uma vez assim, era a minha chance de sair de casa. Meus pais não poderiam ir contra os seus próprios princípios. Afinal, eles eram muito católicos. Mas eu não ia casar, né? Eu nunca pensei em casar. Eu só pensei em estar com ele, não somente porque ele era muito bonito, porque ele era 12 anos mais jovem, e porque a gente tinha um relacionamento sexual muito interessante. Eu sei que não foi nada de anormal, para a minha família, o fato de eu começar a falar em sair de casa e tal, já que eu estava esperando um filho. Esse foi um momento em que o pai dos meus filhos foi solidário comigo. Eu falei com ele: “Eu preciso sair de casa. Essa é uma ótima chance! Eu não quero parar de trabalhar, e não quero que a minha mãe cuide dos meus filhos. Qual é a minha ideia? Eu vou falar para os meus pais que nós vamos morar juntos, eu vou arrumar um lugar, a gente vai e pronto. Se você não quiser ficar, não faz mal, eu fico”. Porque era um laço de amor. Como que eu ia largar minha mãe, essa mulher que me preparou para ser uma mulher independente, mas para eu ficar junto dela, naquele lugar? Então, eu me desvencilhar desse laço de amor foi a maior epopeia da minha vida. E eu devo isso a duas pessoas: ao meu filho e ao pai dele. Esse homem preto, que tinha, inclusive, o apelido de Preto – porque é o mais escuro da família.

O único lugar que eu arrumei e que eu conseguia pagar o aluguel foi no Jaraguá. Era um desses prédios esquisitos que tinha lá no bairro e já não tem mais. Então, era um prédio feio; o prédio mais feio do Jaraguá era esse. Tinha um bar debaixo do apartamento, que funcionava até de madrugada. Ele pintou o chão do apartamento de amarelo ovo. Eu comprei as mobílias e pagava o aluguel. Ele foi ficando! O Sandro foi crescendo e o Preto foi sendo pai. Depois, eu quis mudar do Jaraguá, quis ter a minha casa. A minha irmã me emprestou o dinheiro. Aí, nós fomos procurar casa. Ele achava um saco e que aquele lugar em que morávamos estava muito bom. Mas eu não gostava de lá. Eu sei que foi uma sorte achar algo pertinho de onde eu trabalhava, pertinho da Lagoa do Nado. Então, nós viemos morar onde eu moro até hoje, mas a gente já não estava muito bem. Eu

sempre agi muito igual à minha mãe, nesse amasiamento que eu tive. Eu mandava, decidia, não perguntava. Eu nunca discutia e ele foi a reboque. Isso não segura um relacionamento duradouro.

Agora, a maternidade sempre foi desejada por mim. Eu sempre achei as mães interessantes, que a maternidade era um troço legal. Então, eu sempre tive na minha cabeça que eu ia ser mãe. Nunca aconteceu, até esse momento. Também nunca havia acontecido uma intimidade sexual, antes de eu conhecer o pai dos meus filhos. Então, o relacionamento sexual aconteceu com esse cara preto, e, quatro meses depois, eu fiquei grávida. Eu tenho dois filhos, o Sandro e a Luíza. A Luíza, minha filha caçula, é a mulher que, desde que nasceu, sabe que pode mandar, se ela quiser. E o Sandro, meu menino, desde que nasceu, também, sabe que a liberdade é essencial.

4. A trajetória escolar e acadêmica

Minha mãe nunca me ensinou a lavar, passar, cozinhar, e também não me ensinou uma coisa que ela fazia muito bem: costurar. Mas ela sempre falava: “Você tem que estudar!”. Ela fazia questão e, por isso, fazia questão de assumir todo o resto sozinha. E era uma época em que estudar era difícil, principalmente, em um bairro operário. Então, a minha mãe é daquelas que saía de casa uma hora da madrugada para enfrentar fila até de manhã, com a intenção de conseguir uma vaga em uma boa escola pública e fazer a matrícula. Ela sempre procurava a melhor escola. Depois, se não conseguia, procurava a segunda melhor, e ia diminuindo o nível da escola. Minha mãe sempre enfrentou essas coisas para a gente estudar.

Já o meu pai, nunca se preocupou tanto com a nossa formação. Houve um momento em que ele falou assim para a minha mãe: “Se essas meninas virarem alguma coisa, é mérito seu; mas, se essas meninas não forem nada, é mérito seu também”. Meu pai achava que eu podia casar ou ter começado a passar uma roupa para fora cedo. Quando a minha irmã passou no vestibular de Direito na PUC³, é que a conversa do meu pai mudou. Ele passou a achar os estudos algo muito importante também. Afinal, pedreiro com filha advogada? Ele se achou o máximo! Continuou trabalhando e fez o que estava ao alcance dele para ela se formar.

Eu comecei a estudar na Escola Dom Bosco. Era um colégio de freiras. Fiquei lá pouco tempo, não sei se nem um ano inteiro. Depois, estudei até concluir a chamada 4ª série na Escola Estadual Diogo de Vasconcelos. Em seguida, fui para a Escola Polivalente, lá na região do Barreiro. Depois, o então 2º grau, eu cursei em um colégio que se chamava AEC⁴, uma escola particular localizada na Rua Curitiba. A gente pagava alguma coisa, mas tinha bolsa. Por fim, já trabalhando nas Lojas

3 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

4 Colégio da Associação dos Empregados do Comércio.

Americanas, eu fui terminar o 2º grau no Colégio Brasileiro, na Avenida Paraná. Também era uma escola particular, mas a gente não pagava a mensalidade integral por ter bolsa.

Com a intenção de ingressar no ensino superior, eu fiz cursinho extensivo no Colégio Promove, na Rua São Paulo. Quando eu e minha irmã fomos para o cursinho, algumas pessoas falavam assim: “Olha, isso não é para gente igual nós, que nascemos nesse bairro. A gente tem que trabalhar. Tal pessoa ganha muito bem, trabalha na padaria. Eu parei de estudar. Cê vai fazer vestibular?!”. Quando falavam para a minha mãe, entrava por um ouvido e saía pelo outro. Eu acho que ela nem escutava, na verdade. Já eu, pensava: “Por que não é para nós? De que nós vocês estão falando? Eu não sou igual a esse povo, e eu vou sair daqui”. Conseguimos uma bolsa de estudos. Minha mãe ficou sabendo desse cursinho. Tinha uma prova e a gente fez. Conseguimos um desconto de 60%. A gente tinha que trabalhar para pagar os 40%.

Eu não sabia qual curso escolher e fui conversar com o Rubinho, que era, na época, o diretor do Promove. Vendo meu incômodo diante da resistência das pessoas frente ao meu projeto de ingressar na universidade, ele me falou do Curso de História e de Sociologia. Eu optei pela História. Quando eu falei com os meus pais que eu ia prestar vestibular para esse curso, eles fizeram uma cara! Perguntaram: “Mas História? O que é um curso desse? Você vai contar histórias para os outros?”. E concluíram: “Nila não tem jeito mesmo!”. Eu sou a filha revoltada, maldosa, que não tem respeito pelos pais e pelos mais velhos, né? Foi recentemente, quando eu lancei o livro sobre os quilombolas, que a minha mãe disse: “Legal”. Mas o meu pai morreu pensando assim: “Ela fez História, trabalha na área da cultura”. Quando perguntavam para ele, dizia: “Ela trabalha na Secretaria da Cultura, ela fez História”. O importante sempre foi a filha advogada. A minha mãe tem um certo orgulho. Ela tem os meus dois livros lá na casa dela: “Eu vou ler o seu livro! Ele é muito interessante!”. Ela diz que vai ler, mas já faz um bom tempo que eles estão lá.

Eu prestei vestibular para História na UFMG⁵ e passei para a segunda entrada. Eu passei na primeira prova que fiz, depois de ter feito um ano de cursinho. Olhei umas dez vezes aquela lista de aprovados afixada lá na Reitoria, para ver se eu tinha passado, e eu tinha conseguido mesmo. E não ia pagar nada. Então, ia dar para eu fazer o meu curso. Eu estava trabalhando, já na loja de piscinas. Ia entrar de aviso prévio, estava prestes a ficar desempregada, mas eu não estava nem ligando, pois eu queria muito ir para a faculdade.

É preciso dizer que o meu primeiro título é o bacharelado. Gente, foi uma confusão para eu e a Marcelina, minha colega e amiga, fazermos esse bacharelado. Uma briga nojenta! Queríamos fazer o bacharelado e fomos nos matricular. Aí, falaram: “Vocês não podem fazer”. Eu perguntei:

5 Universidade Federal de Minas Gerais.

“Como assim, não podemos fazer?”. E responderam: “Vocês não podem fazer porque entraram na segunda entrada. Quem entra na segunda vai ser professor; quem entra na primeira entrada vai ser pesquisador”. Eu perguntei novamente: “Onde está escrito que quem entra na segunda entrada não pode fazer bacharelado?”. E responderam: “Não está escrito, mas é assim”. A Marcelina, então, falou: “Se não está escrito, não é assim! Você faz a nossa matrícula agora, senão vou chamar a polícia!” Resultado: fizeram a matrícula, mas os professores questionavam: “Por que vocês estão cursando essa disciplina? Vocês não são da turma da noite?” A gente respondia: “Sim, somos, mas nós queremos ser pesquisadoras”. Teve quem disse assim para mim, por exemplo: “Ah, mas você não pode ser pesquisadora. Porque você não teve bolsa de iniciação científica, não foi monitora”. É porque eu sou de uma época em que as universidades ainda eram habitadas pelas elites, e essas pessoas é que pegavam monitoria, bolsa de pesquisa *etc.* O pessoal da noite não tinha vez, e eu estudava à noite. Tanto que, quando eu comecei a trabalhar na Prefeitura, eu pedi para ser à tarde, a fim de poder estudar de manhã e entrar no circuito. Mas, mesmo assim, eu tentei, tentei, e não consegui nada.

Depois de concluir a graduação, fiquei um período sem estudar, trabalhando na área de patrimônio e história. Depois, fiz uma especialização em estudos africanos e afro-brasileiros, na PUC Minas, onde ganhei uma bolsa. Em seguida, eu tentei o mestrado na UFBA⁶, passei em segundo lugar e fiz. Agora, falta o doutorado!

O meu mestrado foi feito em uma contingência difícil. Eu estava casada, com os filhos pequenos, passei na UFBA e falei: “Ah, eu vou fazer!”. O pai dos meus meninos disse: “Não, tudo bem, pode ir.” Mas eu não tinha pedido para ir, né? Eu só comuniquei que ia, e que a minha mãe ia ajudar. A partir de então, o nosso relacionamento não foi mais o mesmo. Eu lá em Salvador, sozinha, vindo para cá quando dava. Então, foi barra ficar lá sem os meninos, e foi barra para ele ficar aqui com os meninos também. A minha mãe deu a maior força durante o mestrado. Ela saía de casa, todos os dias, e vinha para a minha casa para ficar com os meninos. E só saía daqui quando o pai das crianças voltava do serviço. Ele trabalhava 8 horas por dia, de terça a domingo. Ele era porteiro do Zoológico, nessa época. No final de semana, a minha irmã e a minha comadre também pegavam as crianças. Então, os filhos ficaram, assim, sendo jogados de um lado para o outro. Até hoje, eles falam como se tivessem sido abandonos pela mãe. Parece que ficaram traumatizados, embora eles, agora, estejam bem.

6 Universidade Federal da Bahia.

5. A Formação Étnico-Racial

Eu não aprendi nada sobre África na escola, nem no denominado 2º grau. Eu não lembro da África ser sequer mencionada, nem mesmo o Egito. Então, comecei a construir o meu conhecimento sobre África apenas na universidade.

Primeiro, veio a Disciplina História Antiga, eu não me lembro se no primeiro ou no segundo período. Eu fui aluna do professor Daniel Vale Ribeiro. Foi aí que eu ouvi falar do Egito pela primeira vez. Acho que na Disciplina História Contemporânea 2, já no final do Curso de História, com a Professora Vera⁷, eu retomei o estudo da África. Essa professora propôs, também, uma disciplina optativa focada em África e Ásia. Nesse caso, a aula era no sábado e tinha pouquíssimos estudantes, de 8 a 12 pessoas. Como o conteúdo era muito grande, parte dele foi trabalhado em uma pesquisa. Ela orientou que escolhêssemos entre África e Ásia. Eu, obviamente, escolhi a África porque eu queria estudar a questão do tráfico de escravizados. Quando esse assunto aparecia no curso, era em História Econômica, e eu não gostava da perspectiva teórica utilizada. Era o final da década de 1980, uma mudança teórico-metodológica muito grande estava em curso. Começava a se falar, aqui, em História dos Vencidos, História das Mentalidades, e eu me interessava muito por essas novas perspectivas. Eu tinha cursado, também, a Disciplina História de Minas, com a Professora Maria Auxiliadora de Faria. Então, avaliei que eu tinha que fazer aquela optativa, porque estava faltando alguma peça no meu quebra-cabeça. A questão dos Congados e dos Reinados, que perpassam história de Minas Gerais e Belo Horizonte, fala de protagonismo de escravizados. Eu precisava esmiuçar isso, eu havia visto somente por alto.

Eu lembro que não tinha, na biblioteca da Fafich, nada muito interessante sobre a África, na época. A Professora Vera sugeriu que eu entrevistasse um africano que estava estudando no Instituto Santo Inácio. Era na Pampulha, eu morava no Bairro das Indústrias e estudava no Santo Antônio, mas eu fui. Essa pessoa me apresentou vários livros. Mas eram livros em inglês, em francês; nem em espanhol estava traduzido ainda. Como eu conseguia ler alguma coisa de francês, eu fiz o trabalho aproveitando parte do que ele me apresentou. Foi nessa disciplina, fazendo o trabalho, que entendi a ligação da África com o Brasil, em geral, e, especificamente, com Minas Gerais. Foi aí que eu percebi que havia um caminho possível de pesquisa que fugia da questão do tráfico de mercadoria humana. Mas se eu conseguia compreender que, alguma coisa, esses africanos fizeram, vindo para cá, eu ainda não conseguia sistematizar, nessa altura, o que esse pessoal fez, de fato.

Algumas pessoas e alguns autores foram muito importantes na minha formação étnico-racial. Eu não trabalhei diretamente com a Lígia Estanislau, mas ela foi a primeira pessoa com

7 Nila não se recorda do sobrenome dessa professora.

quem eu convivi que escrevia, para um público mais amplo, a partir do seu lugar de mulher negra. Quando a Lígia encarou a cultura belo-horizontina em uma perspectiva negra, ela abriu os meus olhos para as minhas próprias interrogações, durante toda a minha formação, durante toda a minha vida. Foi com ela que eu entendi que eu poderia trabalhar com isso. Trata-se de uma socióloga, professora da UFMG, que foi trabalhar na Prefeitura de Belo Horizonte. E ela expõe a Belo Horizonte negra do patrimônio cultural para todo mundo. Belo Horizonte foi fundada por pessoas negras. O Estado manda fazer, e as pessoas negras é que vêm construir. O planejamento da cidade é, então, implodido. As pessoas negras que construíram Belo Horizonte foram morar na periferia, mas vinham construir, vender as hortaliças, fazer trabalhos diversos, visitar. E elas não vieram construir a cidade para os brancos e sumiram; elas deixaram marcas na cidade, e, assim, elas ficaram por aqui. Eu lia os relatórios que a Lígia escrevia.

Lembro de discursos e de conversas de Marcos Cardoso, dentro da própria Secretaria Municipal de Cultura, quando ele foi trabalhar lá, na década de 1990. Jorge dos Anjos é um artista que eu vi pela primeira vez pelos olhos de Marcos Cardoso. O Congado, eu acho que é muito importante citar. Eu sinto por Dona Isabel Casemira um carinho muito grande. Ela falou coisas muito interessantes, quando a gente organizou o Tricentenário de Zumbi. Ressaltou a importância de Nossa Senhora do Rosário, e eu percebi o quanto a Santa era deles, do Reinado, do Congado. “Essa é nossa, dos pretos!” Como uma virgem branca pode ser falada assim?

Outra pessoa que foi muito importante: Erisvaldo Santos. No curso de especialização que fiz na PUC, eu comecei a ler, sistematicamente, autores negros, e também encontrei autores negros. Erisvaldo foi meu professor. Ele é babalorixá. Foi ele que me disse que a presença dos negros na História do Brasil deve ser vista na perspectiva da reinvenção. Como assim, reinvenção?! Os negros vieram sem nada para cá. Chegaram aqui e tiveram que se reinventar. E eles continuam se reinventando, a cada vez que nasce um. Aí, eu comecei a ler Erisvaldo Santos.

Eu conheci Joseph Ki-Zerbo⁸ naquela pesquisa que eu fiz na faculdade, por meio do africano que estava no ISI⁹ e eu entrevistei, nos anos 1980. Mas, depois de concluído o trabalho, eu deixei esse autor de lado. Nesse curso, retomei-o e conheci outros autores muito interessantes. Há um texto do Ki-Zerbo que trabalha qual a História da África deve ser contada, e por quem essa história deve ser contada. Quando você vai fazer a história negra de Belo Horizonte ou dar uma perspectiva negra para a história de Belo Horizonte, que é o que eu faço, por mais que você trabalhe com autores ocidentais e brancos, você parte da sua perspectiva, ou seja, da sua reinvenção como pessoa negra.

8 Ki-Zerbo (1922-2006) foi um historiador e político de Burkina-Faso. Publicou **A História da África Negra** e editou o Volume I da **História Geral da África**, publicada pela Unesco.

9 Instituto Santo Inácio.



Lançamento dos livros de Lori Figueiró em Belo Horizonte, no auditório da Escola de Design da UEMG.

Crédito: Lori Figueiró

Eu fui criada como uma menina branca. Minhas bonecas eram loiras. Na época, não tinha boneca preta, e, se tivesse, meus pais não teriam comprado. Quando eu me deparo com o racismo é que eu comecei a desconfiar de tudo isso. Quando parei de alisar o cabelo, é que já tinha autoestima suficiente para enfrentar o racismo. O que eu entendi do que o Erisvaldo defende é que, se você não se reinventar como pessoa negra, você não vai sair do lugar de subalternidade, você vai ser sempre um coitadinho para você mesmo. Racismo, então, não é para a gente ficar no lugar, racismo é para ser enfrentado. “E você (no caso, eu) vai enfrentar o racismo como?” Erisvaldo me fez compreender isso a partir de mim, da minha vivência, da minha reinvenção e da minha produção. Eu não sou uma daquelas pessoas que viviam na África. Eu sou desse lugar de violência, de desmerecimento da humanidade das pessoas negras, que é o racismo.

Outra coisa que eu descobri naquele curso: Conceição Evaristo¹⁰. *Becos da Memória* é a história de Belo Horizonte, na década de 1960, 1970. Ela fala das mulheres brancas que não lavam as suas toalhinhas sujas de menstruação. Não é à toa que a minha mãe nunca me ensinou a lavar roupa, embora fosse racista. Quando eu leio esse livro, eu penso assim: “Nossa, ainda bem que a minha mãe não me ensinou a lavar e a passar roupa!”. São as minúcias do racismo, algo que é entranhado nas nossas vidas, nas nossas veias.

E eu descobri a Conceição Evaristo no momento em que eu trabalhava no Museu Abílio Barreto, discutindo patrimônio cultural com o José Neves Bittencourt. Ou seja, no momento em que eu estou discutindo a verdade em patrimônio cultural, que é o que o José Neves representa. Ele se propôs ao diálogo. Será que eu sou a única pessoa que enxergou que o Abílio Barreto era racista? Ninguém cita isso, pelo menos.

6. A trajetória profissional na Prefeitura de Belo Horizonte

Eu trabalhei 30 anos na Prefeitura de Belo Horizonte. Quando entrei na PBH, eu já estava na universidade – e eu sabia muito bem que eu iria ser uma historiadora.

Comecei trabalhando na Secretaria de Planejamento, em 1987, dando graças a Deus de não ter ido parar na Secretaria de Administração, na Secretaria de Fazenda. A Secretaria de Planejamento era minúscula, na época, com muitos cargos de chefia. Eu trabalhava com o orçamento municipal, que estava sob a responsabilidade de um departamento ainda mais minúsculo. Eu era a única pessoa que não tinha um cargo de chefia naquele departamento. Antes do estágio probatório acabar, eu já tinha deixado a Secretaria de Planejamento. Não fiquei lá nem dois anos.

Eu me mobilizei e consegui ser colocada pela Prefeitura à disposição da Fundação Tancredo Neves, na qual já era estagiária. O meu cargo na administração municipal era de 6 horas. Então, eu trabalhava meio período. No contraturno, fazia estágio na Fundação Tancredo Neves. Na verdade, eu havia sido selecionada para uma vaga de estágio na Fundação João Pinheiro, mas a FJP me emprestou para a Fundação Tancredo Neves¹¹, no âmbito de um convênio do Governo do Estado. Como a Fundação Tancredo Neves também tinha um convênio com a Prefeitura para a cessão de pessoal, conseguindo a autorização da Prefeitura, eu poderia trabalhar lá o dia inteiro, meio período como estagiária e meio período como servidora cedida. Isso terminou acontecendo. Trabalhei lá

10 Importante escritora negra nascida em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1946; doutora em Literatura Comparada.

11 Entidade privada e sem fins lucrativos, criada em 1987 com o objetivo de preservar a memória e o legado político de Tancredo Neves .

uns dois anos, mais ou menos. Mesmo depois que eu concluí o estágio, continuei trabalhando recebendo pela Prefeitura.

Na Fundação Tancredo Neves, na prática, eu era auxiliar de pesquisa. Eu trabalhei com o acervo de jornal, o acervo de fax e telex, organizei muita coisa. Foi criado, nessa época, o Memorial Tancredo Neves, em São João del Rey. Eu também trabalhei na separação de acervo para a inauguração desse memorial. Com o fim do convênio entre a Fundação e a Prefeitura, eu retornei para a Prefeitura.

Como havia trabalhado com o orçamento municipal, eu procurei pela pessoa que trabalhava com o orçamento da Secretaria de Cultura, em uma tentativa de conseguir trabalhar nessa secretaria. Foi assim que eu descobri que estavam criando o Arquivo da Cidade de Belo Horizonte, e procurando pessoal para trabalhar lá. Eu cheguei até a Norma de Góes Monteiro, que estava à frente da iniciativa. Era o início do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH): o arquivo ocupava uma sala, mal tinha mesa de trabalho para todo mundo; eram só dois computadores, um para a diretora e outro para o restante das pessoas. Quando a Norma pegou o meu currículo e viu a minha formação, observou a minha formação e que eu trabalhava na Fundação Tancredo Neves. Ela falou assim: “É uma pena que você chegou aqui só agora. Senão, eu tinha lhe dado a Chefia de Serviço de Pesquisa e Informação. Porque a pessoa que ocupou a vaga não tem a formação que você tem. Então, você vai assumir a Chefia da Seção de Pesquisa”. Eu voltei para a Prefeitura como Chefe de Seção. Acima de mim, tinha a Chefe de Serviço, depois, a Diretora do Arquivo.

Em 1997, Belo Horizonte não tinha história sistematizada, a não ser aquela escrita pelo Abílio Barreto. Era o centenário da cidade. Na UFMG, estavam desenvolvendo vários estudos sobre Belo Horizonte. No arquivo, a gente foi tentando buscar a documentação para reconstruir a história da cidade.

Ao mesmo tempo, era o Governo Patrus Ananias. Em termos de preservação de patrimônio cultural, até então, mesmo que se preservasse alguma coisa, o que não era ocupado por empresários, era ocupado por pessoas orientadas para não dar prejuízo ao empresariado. Isso mudou. Trata-se do tempo em que o Patrimônio Cultural era dirigido por Lígia Estanislau, em que a Secretaria de Cultura estava sob a gestão de Antonieta Cunha. Marcos Cardoso, uma pessoa que é uma referência do movimento negro em Belo Horizonte, trabalhava na Secretaria de Cultura, nessa época, com a Ação Cultural. Foi a Ação Cultural da Secretaria de Cultura, junto com o Centro Cultural Lagoa do Nado, que promoveu a descentralização cultural. Aí, emerge uma perspectiva da cidade que incluía os negros.

No recém-criado arquivo da cidade, inicialmente, a ideia era fazer um arquivo administrativo em uma concepção mais ampliada, que abarcasse toda a história da cidade, mas sob o ponto de vista da administração oficial. Para isso, era preciso construir uma linha do tempo para a percepção do processo histórico-administrativo da cidade. Fui incumbida de pensar em um projeto para o arquivo que tentasse construir essa linha do tempo para Belo Horizonte.

Quando a Norma montou a primeira equipe do APCBH¹², ela trouxe gente do Arquivo Nacional para dar aulas para a gente. Teoricamente, esse lugar foi importante para mim. Trabalhávamos com a teoria mais atualizada de arquivo. Do ponto de vista da formação, foi muito interessante. Inclusive, eu fiz um curso de especialização em organização de arquivo. Esse curso aconteceu na Universidade Federal de Juiz de Fora. Era todo final de semana, de sexta a sábado. Foi um curso pago pela Prefeitura.

Eu saí do arquivo, porque eu não me dei bem com uma pessoa que a Norma levou para trabalhar lá. Quando isso aconteceu, Ligia Estanislau já estava doente, e fora do Patrimônio Municipal. Esse lugar estava sendo ocupado por Leonardo Castriota, que estava trabalhando nos dossiês de algumas regiões da cidade, e a gente estava atuando nessa frente. O Dossiê Lagoinha, por exemplo, é dessa época. E o que são aquelas pessoas da Lagoinha? O que são aqueles blocos carnavalescos? O que é a cultura daquele lugar? O momento em que o Dossiê Lagoinha está em desenvolvimento é o mesmo em que eu estou de saída do Arquivo.

Quando eu decidi sair, um geógrafo que trabalhava comigo me falou de uma vaga no Parque Lagoa do Nado. Ele me colocou em contato com a diretora na época, Abilde Carneiro. E eu terminei indo trabalhar lá, ocupando um cargo do mesmo nível do que o que eu ocupava no Arquivo: Chefe de Seção de Formação Cultural. Eu cuidava da atividade cultural da Lagoa do Nado – *shows*, oficinas, exposições. Era responsável por tudo isso. As festas da Lagoa do Nado duravam três dias, e eram deliciosas. Tinha uma Associação que representava o movimento de preservação do lugar, o pessoal que ficava fiscalizando a atuação da Prefeitura. Eu que cuidava, também, dessa relação com a comunidade. Depois, quando a pessoa que era Chefe de Serviço saiu, ou seja, quando a pessoa que era minha chefe direta saiu, eu me tornei Chefe de Serviço. Aí, passei a trabalhar para a descentralização cultural da cidade, na criação do Centro Cultural da Pampulha. O Centro Cultural São Bernardo já tinha sido criado nessa época. Venhamos e convenhamos, uma coisa é conversar com o povo e ver quais são as demandas das pessoas para a gestão municipal. Outra, é você construir teoricamente esse caminho, porque você tem que subsidiar a política pública.

O que é a Lagoa do Nado? Ela surgiu de um movimento de jovens de classe média que queriam preservar uma antiga fazenda, que foi de um dos prefeitos de Belo Horizonte, o Américo Renné Gianetti. Esses jovens tinham uma força de movimento muito grande. Tanto tinham que eles fizeram o parque acontecer; um espaço municipal na Região Norte de Belo Horizonte, com 300 mil metros quadrados. Quando a Lagoa do Nado se transforma em um parque municipal, ela tem que se abrir para a comunidade. Administrativamente, junto ao parque, é criado o Centro Cultural Inter-regional Lagoa do Nado. Eu cheguei quando ocorreu essa abertura. Os dois equipamentos estão localizados na Zona Norte, mas têm intercâmbios com outras regiões da cidade. Com Alto Vera Cruz e com o Barreiro, por exemplo. Com o São Bernardo, que foi um posto de policiamento ostensivo. Ali, pessoas eram torturadas; ali, faziam as pessoas confessarem. Quando o São Bernardo deixou de ser isso, foram cantores e contadores de história que ocuparam o espaço. Na esmagadora maioria, negros.

Houve uma Reforma Administrativa na Prefeitura no ano de 2000. Isso acabou com vários cargos; um deles era o meu. Foi quando eu saí da Lagoa do Nado e fiquei muito mal. Na verdade, houve uma mudança de Governo. Ela significou, por um lado, uma mudança ideológica e, por outro, uma mudança estrutural. Nesse processo, na minha avaliação, não foi só o pessoal que foi negociado, foi também a política. A política de descentralização cultural da Prefeitura, por exemplo, foi drasticamente negociada. A Lagoa do Nado continuou trabalhando, a duras penas, e esse Departamento de Ação Cultural da Secretaria de Cultura, que atuava junto com a Lagoa do Nado, perdeu *status* e sobreviveu por puro suor de quem trabalhava no lugar. Bancar a descentralização cultural, depois de 2000, foi barra pesada. Eu saí da Lagoa do Nado, então, em um momento bem triste, bem *deprê* mesmo.

Eu fui para a Regional Pampulha, sem cargo comissionado, como assistente administrativo, que era o cargo que, na origem, eu ocupava na Prefeitura. Trabalhava no recém-criado Departamento de Cultura da Regional, que surgiu com essa reforma administrativa que eu mencionei. Esse departamento durou pouco tempo.

Nessa altura, uma pessoa com quem eu tinha trabalhado na Fundação Tancredo Neves e no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte era professora da Rede Municipal de Belo Horizonte, e estava cedida para o Museu Histórico Abílio Barreto. Ela me indicou para a Thaís Pimentel, que dirigia o museu. Eu fui trabalhar no Abílio Barreto, e fiquei lá um tempão. Foi no museu que eu conheci a Marina Amorim, o José Neves Bittencourt, o Thiago Costa, um monte de gente. Havia um movimento de formação, muito parecido com aquele que eu conheci no Arquivo da Cidade.

José Neves propiciava muita leitura e discussão. Para eu ser a historiadora que eu sou, foi fundamental. Quem é o José? Ele é um cara de museu, do Museu Histórico Nacional, que estava

12 Arquivo público da cidade de Belo Horizonte.

trabalhando no Museu Abílio Barreto cedido. Ele escrevia e publicava. Trata-se de uma referência no campo. Eu devo a ele uma formação na área de museologia, e um aprimoramento da minha formação na área de história e patrimônio. Foi a partir desse encontro que eu passei a publicar textos teóricos. Eu entendo que esse meu aprendizado, da época que eu trabalhava no Abílio, foi a coroação da minha formação em política pública, ocorrida dentro da Prefeitura também. Então, de fato, o encontro com o José Neves foi muito importante para mim. Ele me fez ler e discutir muito. A cada briga nossa, e a gente brigava bastante, eu saía com pelo menos dois livros. Ele deu livros da biblioteca dele para mim. Foi esse processo que me fez uma pessoa com uma boa capacidade teórica. E eu comecei a escrever e não parei, desde então. Escrevíamos demais dentro do museu e para certas revistas, como os Anais do Museu Histórico Nacional.

Eu chamei a atenção do José Neves, porque discordei dele. Ele foi colocado ali para trazer o melhor de uma teoria sobre o museu para o Abílio Barreto. Mas, uma vez, ele falou: “Essas coisas que você fala não têm sentido. Belo Horizonte é uma cidade republicana, e essa questão dos negros não existe aqui”. Eu disse: “Claro que tem essa questão de negros em Belo Horizonte! Saia do Museu e vá a pé até o Centro. O que você verá são mulheres negras saindo das casas dos patrões para ir para própria casa. Eu vejo todas elas, algumas conversam comigo como se eu fosse também alguém que tivesse trabalhando em uma dessas casas, em um desses apartamentos. É claro que tem a questão negra na cidade! É lógico que tem essa questão negra!”. Isso foi pouco tempo antes de ele conseguir bancar que eu montasse a exposição Uma Questão de Raça: o negro no Museu da Cidade”. Então, eu chamei a atenção do José porque eu discordava dele. E eu o convenci que aquilo que eu estava pensando estava certo, ou pelo menos merecia ser verificado teoricamente.

A minha exposição deu muito o que falar, inclusive, dentro do próprio museu. Houve muito problema, para ser mais exata. Hoje em dia é que algumas pessoas começam a assimilar o que eu trouxe. Isso foi na época em que a Thaís Pimentel ainda era a diretora. Mas eu era aquilo que destoava, entendeu? Porque tinha consciência de que eu era uma mulher negra. E tinha consciência de que eu era uma mulher negra historiadora. O museu não trazia essa questão da representação dos negros na cidade. Aquela exposição que eu fiz expôs isso. E é uma mulher negra que fez aquela exposição.

Eu saí do Abílio Barreto porque eu passei no mestrado. Bem, na verdade, na época, eu estava coordenando o grupo responsável por conceber uma nova exposição permanente para o casarão museu. A ideia era trabalhar o advento da nova capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, trazendo as narrativas do lugar à época da construção e da fundação da cidade, mas também as contradições dessas narrativas. Eu tive problemas com o então diretor da instituição, conflitos graves dos quais eu não gosto nem de lembrar. Dessa maneira, eu saí de lá porque tinha sido aprovada no mestrado,

na Bahia. Eu tinha férias prêmio e férias anuais acumuladas, além de crédito no banco de horas. Eu juntei tudo isso e fui para Salvador fazer o meu mestrado. Mas eu atravessava uma situação muito difícil, naquele momento, profissionalmente. Inclusive, eu perdi uma amizade de 25 anos, por conta do que aconteceu. Foi trágica a coisa. Quando eu passei no mestrado, foi a minha sorte. Senão, acho que eu tinha era saído da Prefeitura. Voltando da Bahia, esse Diretor do Museu Abílio Barreto, com quem eu havia me indisposto, havia se tornado Presidente da Fundação Municipal de Cultura. Então, eu voltei para o Museu, mas não foi possível ficar lá. Aliás, não foi possível ficar em nenhum lugar da Fundação. Eu fui parar no Departamento de Recursos Humanos da Regional Pampulha. Foi horrível a minha saída da Cultura, eu chorei bastante.

Quando eu trabalhava na Regional Pampulha, foi criada a Coordenadoria de Igualdade Racial, na Secretaria de Políticas Sociais. E essa coordenadoria criou o Grupo Gestor de Igualdade Racial, nas Regionais. Cada Regional tinha um responsável. Na Regional Pampulha, cada departamento deveria ter uma pessoa nesse grupo, coordenado pela Rosane Pires. Eu fui indicada para ser a representante do Departamento de Recursos Humanos. Esse tal Grupo Gestor de Igualdade Racial da Regional Pampulha, do qual eu participei, foi muito bom. A gente conseguiu fazer discussões e coisas interessantes. Era muito ruim trabalhar com recursos humanos, eu não gostava de fazer isso – eu cuidava do vale-transporte dos servidores *etc.*. Mas eram muito boas as reuniões e as atividades do Grupo Gestor.

A Diretora de Recursos Humanos na Regional Pampulha me falou de uma seleção da Fundação Municipal de Cultura para o Centro Cultural Venda Nova: “Acontecem umas reuniões de gestão na Prefeitura, e tem uma pessoa da Fundação de Cultura que eu gosto muito. Essa pessoa lhe conhece, e ela disse que está tendo seleção para gestão de centro culturais e que seria interessante que você se candidatasse. Parece que, agora, estão buscando alguém para o Centro Cultural Venda Nova. Estão recebendo os currículos”. Nessa altura, a Fundação já estava sob nova gestão, aquele cara com quem eu havia me desentendido já tinha saído de lá. E estavam buscando alguém justamente para atuar em Venda Nova. A história de Venda Nova é caríssima para mim!

A Sílvia Esteves, companheira de Lena¹³, era diretora dos centros culturais. E Edilaine Carneiro, que eu conheci como pesquisadora no acervo do Arquivo Público Mineiro, também tinha um cargo no Planejamento na Fundação Municipal de Cultura. Eu me candidatei para a vaga de gestora do Centro Cultural Venda Nova, e foram elas que me entrevistaram. Fizeram uma entrevista, até dura, sobre a minha carreira na Prefeitura, a questão da história e do planejamento. Uma semana depois, disseram que eu havia sido selecionada, que só dependia da liberação da minha chefe para eu

13 Regina Helena Alves da Silva, professora aposentada do Departamento de História da Fafich/ UFMG.

assumir o posto. Ela me liberou e fui trabalhar como gestora em Venda Nova, em janeiro de 2012. E foi *massa*, superinteressante!

Claro, tive muitos problemas. Com a equipe, para começar. Havia uma pessoa que achava que tinha que ser a coordenadora, porque era concursada da Fundação, arte-educadora e jogava capoeira. Com ela, enfrentei problemas muito sérios. Teve também um furto. Levaram um monte de equipamento do Projeto Arena da Cultura. Tive que fazer boletim de ocorrência policial, depoimentos na Corregedoria da Prefeitura, essas coisas todas. Mas, mesmo assim, foi muito interessante. Quando aquele ex-diretor do Museu Abílio Barreto passou a ocupar a Fundação Municipal de Cultura novamente, eu perdi o meu cargo e saí do Centro Cultural Venda Nova.

De volta à Prefeitura como Assistente Administrativo na Área de Recursos Humanos, agora na área central da administração municipal, eu fazia o atendimento geral dos servidores, a abertura de processos. Todos os servidores da Prefeitura passavam por ali, em algum momento. Eu atendia, durante as minhas seis horas de trabalho. Fui para esse lugar achando que era o pior do mundo. E não era, porque dava para fazer muita coisa para o povo, *povinho* mesmo. A maioria, era gente preta que trabalhava como auxiliar de serviço, assistente administrativo, ou seja, nos piores cargos da Prefeitura, e precisava melhorar o salário em alguma coisa, mas não tinha o mínimo de informação sobre os seus direitos como servidor. Foi muito interessante no final das contas.

Depois, eu fui para Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial, como Assistente Administrativo. Uma pessoa da Gerência de Relações Étnico-raciais da Secretaria de Educação ouviu falar de mim, quando eu ainda trabalhava no Museu Abílio Barreto. Ela sabia da minha Especialização em Estudos Africanos e Afrobrasileiros porque ela conhecia Erisvaldo, e eu fui orientanda de monografia de Erisvaldo. Foi ele que falou com ela que eu trabalhava na Prefeitura. Aí, essa pessoa me indicou para a coordenadoria, considerando que, ela estando na educação, eu seria alguém com quem ela poderia dialogar lá dentro, para além da própria coordenadora.

Coincidentemente, foi quando o livro meu *Quilombolas* ficou pronto. O pessoal da editora falou que poderia me entregar o livro no Centro. Aí, entregaram na Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial e eu fui trazendo aos poucos para casa. Quando a Diretora viu o livro, ela se interessou por mim. A vice, que também era do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, teve um problema de saúde. Eu assumi o posto. Primeiro, o cargo era de gestão, Gestor 2; depois, o cargo passou a ser de assessoria, Assessor 1, também em função de uma reforma administrativa.

Essa mulher com quem eu trabalhei, quando fui para a coordenadoria, sofria com racismo explícito, na secretaria que abrigava a coordenadoria, para começar. E, obviamente, na hora de

estabelecer cortes no orçamento, cortavam sempre na pasta dela. Ela precisou bancar a política com a Secretaria de Educação, com os outros. Ela bancou essa política, muitas vezes, sem orçamento, estando presente em eventos, em palestras, em discussões. Além disso, ela foi colocada no posto pelo Márcio Lacerda, depois de ter passado pela Secretaria de Governo do seu Governo. Então, de um lado, ela teve que enfrentar o Movimento Fora Lacerda e, de outro, que lidar com o afastamento do próprio movimento negro. Porque o movimento não participou dessa gestão e poucos dialogavam com ela. Quem estava lá, na gestão da coordenadoria, até tinha o respeito do movimento, mas não tinha o seu apoio. Tanto que o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, nesse período, foi seu aguerrido combatente.

Depois, apesar da mudança de Governo, eu continuei na Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial sem cargo, até me tornar servidora do conselho. No Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, eu fiquei até me aposentar. Nessa época, ele estava mal. Eu o mantive na marra, para ser sincera. Teve uma eleição e eu que recebi e mantive contato direto com os novos conselheiros para que eles bancassem a política, quando não tinha política em nível da coordenadoria, porque demorou para que a nova gestora fosse indicada. Então, atividades, seminários, tudo que esse conselho promoveu, eu banquei com apoio dos novos conselheiros, porque a política tinha que continuar acontecendo.

7. Uma leitura da história da administração municipal em Belo Horizonte

Quando o PT¹⁴ assume a Presidência da República, o partido contava com o apoio dos negros, no País como um todo. Há, então, um compromisso do Lula, desde a campanha eleitoral, e ele não pode deixar de cumprir esse compromisso. Quando ele cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Seppir, é importantíssimo. Mas tudo isso já estava acontecendo em Belo Horizonte, desde 1998. Foi na Gestão Célio de Castro, depois da Gestão Patrus Ananias, que foi construída a Secretaria Especial de Assuntos para a Comunidade Negra. A Diva Moreira dirigiu essa secretaria. Marcos Cardoso foi trabalhar lá; outras pessoas negras militantes da cidade, também. Quando Lula assume o compromisso e o honra, o que ele faz na esfera federal já estava acontecendo em Belo Horizonte. BH é pioneira, em política de promoção da igualdade racial. Essa secretaria, na verdade, ficou mais como uma ideia. Porque ela, depois da morte do prefeito, virou uma seção; depois, virou uma coordenadoria; e, agora, voltou a ser uma diretoria. Então, a secretaria desceu de nível, mas, além dos negros, passou a abarcar também os indígenas e os ciganos.

14 Partido dos Trabalhadores.

Eu não cheguei a ir trabalhar nessa secretaria quando ela surgiu porque, a meu ver, tinha a ver com o movimento negro atuante na cidade. E eu nunca fui do movimento. O meu perfil sempre foi outro. Eu não sou da ação política, nunca fui. E eu não tive a formação política que essas pessoas tiveram, na luta diária. Porque eu não sou uma pessoa preta. Então, por exemplo, eu não passei por muita coisa que eu via o Marcos Cardoso passar, no Curso de Filosofia, quando eu estava fazendo a graduação na Fafich. A exclusão que ele sofreu foi, certamente, muito maior do que a que eu sofri. Ele era um homem preto periférico. Quando eu fui trabalhar na Lagoa do Nado, a política de promoção da igualdade racial estava na pauta, mas o central era construção de uma política pública de cultura. A verdade é que, para que a promoção da igualdade racial aconteça, você tem que criar condições para que ela seja efetivada em todos os níveis do Governo. E é isso que a gente fazia, também, na Lagoa do Nado.



Da mesma forma, quando a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08 acontecem no âmbito federal, a Secretaria Municipal de Educação já tem alguma experiência. É por isso que Belo Horizonte é uma das cidades em que essa lei encontrou chão propício e foi se disseminando, mesmo com todos os problemas. O que eu quero dizer é que essa cidade já tinha uma política de igualdade racial, muito antes da política federal ser uma realidade. Ela foi pioneira, e alimentou a Gestão do PT em Brasília, por um lado; e, por outro, é por isso que as iniciativas federais frutificaram aqui.

Na educação, especificamente, teve que ser de forma heroica? Teve. Teve que contar muito com a agência municipal de igualdade racial? Teve. Porque, quando os gestores estão em um nível muito baixo, não é fácil bancar uma política para todos os níveis de Governo. Essa era a realidade na Secretaria Municipal de Educação. Para chegar lá na ponta, isto é, no aluno preto da escola pública municipal, foi

*Lançamento dos livros de Nila Rodrigues em Araçuaí/MG.
Crédito: Lori Figueiró*

um ato heroico e que aconteceu com a articulação dos órgãos. Eu cheguei na Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial, na Gestão Márcio Lacerda. Trabalhava com uma mulher negra, que sofria racismo explícito – não tinha nada de implícito. E a Coordenadora atuava de forma muito articulada com a pessoa do núcleo étnico-racial da Secretaria de Educação. Eu também acompanhei esse movimento, então.

Eu não tive uma formação que me permitisse entender que foi a luta do movimento negro o que garantiu que eu tivesse condições de poder me assumir sem ser linchada, sem ser xingada e menosprezada. Eu custei a entender isso. Porque, se eu tinha autoestima suficiente para enfrentar o racismo, é graças à luta do movimento negro, inclusive dessa cidade, da qual eu não participei. Então, eu usufrui de algumas das vitórias dessa militância. Da mesma forma, se, quando do advento das leis 10.639/03 e 11.645/08, Belo Horizonte tem terreno para isso, é por conta do movimento negro. O movimento negro foi construindo, na cidade, e ocupou o Governo. A Secretaria da Diva, por exemplo, é verdade, teve lá seus problemas, críticas podem sempre ser feitas aos montes. Mas ela aconteceu e implantou a política, isso é inegável. Mesmo com todos os desmerecimentos que essa política sofreu e sofre, ela persistiu e persiste. Isso é central. Outro ponto: as leis que eu mencionei chegaram tarde para mim, mas não chegaram tarde para os meus filhos, nem para as outras crianças que eu vi aos montes nos centros culturais de Belo Horizonte.

Para concluir, os centros culturais, de certa forma, precisam ser encarados como o esteio dessa política, pois é isso que eles são. Os meninos que frequentavam esses centros, lá atrás, eram alunos das escolas públicas. Quando passa a ser obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas, eles estavam já, pelo menos, concluindo o Ensino Fundamental. Então, a nova legislação chegou tarde para eles também, mas eles viveram os centros culturais, puderam fortalecer a sua identidade étnico-racial. O *boom* dos centros culturais foi a partir de 1999 e, antes disso, já havia ação cultural na cidade, promovida pela Prefeitura, para valorizar a cultura negra. A política cultural em Belo Horizonte, dessa forma, pode ser considerada como a origem da política de igualdade racial na cidade. Porque, aqui, a cultura popular da cidade negra, é muito negra. E a cultura popular é o foco da política cultural, que foi construída em Belo Horizonte, nos anos 1990.

5

DANIELA TIFFANY

Daniela Tiffany do Prado de Carvalho
Letícia Godinho
Renata Souza Seidl

1. Origens

Eu nasci em Belo Horizonte. Mas só nasci. Minha mãe morava em Ouro Preto, meu pai é de lá. Minha mãe dava aula no Polivalente, em Ouro Preto, e veio para BH só para que eu nascesse. Morei em Ouro Preto até os sete anos. De Ouro Preto, me mudei para Conselheiro Lafaiete, eu e minha mãe fomos morar com a minha avó. Depois, moramos em Juiz de Fora; com doze anos, voltei para Belo Horizonte, onde estou desde então.

Sou filha única. Até os três anos, meu pai morava com a gente. Ouro Preto era um lugar muito bom para crescer, eu ficava muito solta. Era um ambiente protegido, todo mundo me conhecia, e conhecia minha mãe. Ela conta que, com seis anos de idade, eu era “guia turístico”. Ia para a praça conversar com turistas; ficava ouvindo os guias falando casos e histórias e ia aprendendo. Morava no Bairro Antônio Dias, perto da mina do Chico Rei; então, eu levava o povo da praça para a mina, para contar a história do Chico Rei. A dona da mina gostou da minha iniciativa e me dava uns trocados para incentivar.

Sou filha única de uma mulher negra e de um homem branco. Isso é algo importante da minha trajetória, porque o lugar da mestiçagem me confundiu, muito, sobre a relevância da pauta racial em minha vida.

A avó: contraditória e fascinante!

Minha avó materna se casou três vezes, com dois homens negros e um homem branco, e foi esse homem branco que criou minha mãe e seus irmãos, em um total de oito filhos. Ela teve experiências de vida muito difíceis com os dois primeiros maridos e quando se casa com esse homem branco, ele vira uma referência muito importante de ascensão social e de uma vida sem violência. Então, essa questão do embranquecimento é muito presente na minha família: está vinculado tanto a uma melhora de vida, quanto à questão de viver sem violência. Minha avó prescrevia para as filhas se casarem com homens brancos, reforçando que os homens negros seriam absolutamente prejudiciais.

Minha avó era uma pessoa contraditória e fascinante! Porque ao mesmo tempo em que ela era super “quadrada”, às vezes machista e racista, em outros aspectos da vida, tinha práticas muito avançadas. Minha avó foi fazer curso de Direito com 54 anos de idade. Meu tio a desafiou; mas, mesmo assim, ela fez o vestibular, e passou, junto com ele e a minha tia mais velha. O primeiro lugar em que advogou foi no Leprosário, na época, muito mobilizada que estava com essas causas. Então, ela tinha umas práticas muito interessantes, de uma mulher que questionou, a vida inteira, o fato de não poder estudar, de não poder estar nos espaços públicos. Era algo que ela queria muito. E tinha certo ressentimento mesmo, de muito nova ter sido obrigada a se casar. Então, ela também ensinou para as filhas que fossem independentes, ensinou o valor de fazerem concurso público, de terem o próprio dinheiro e de não dependerem dos homens. Fui criada com essa perspectiva: de que *elas* eram as protagonistas, e os homens, coadjuvantes.

Minha mãe e meu pai: referência e perda

Minha mãe se separou do meu pai quando eu era muito nova, eu tinha três anos. Por causa do incentivo da minha avó a minha mãe fez faculdade de Letras, foi professora e depois, também fez Direito. Portanto, para mim, estudar sempre foi uma coisa muito enfatizada. Lembro-me que na infância eu tinha muitos livros. Minha mãe contava que começava a ler pra mim, depois cansava; não queria ficar lendo historinha, então me incentivou a ler muito cedo. Ler e estudar sempre foi uma coisa muito natural para mim e acho que foi um grande diferencial, pois nunca tive dúvida de que ia fazer um curso superior.

Por mais que eu me identifique com a trajetória das mulheres da minha família, sempre quis ter a minha trajetória. Por exemplo, minha mãe se recusou várias vezes a ocupar espaço de direção

na escola, falava que ia perder a liberdade. Ela queria ter a possibilidade de questionar – e era considerada muito briguenta. Por isso, teve muitas dificuldades. Quando foi dar aula do Colégio Estadual Central, sofreu várias formas de discriminação racial, e por mais que fosse uma mulher de muitos enfrentamentos, sempre se recusou a estar nesse espaço da gestão – mais formal, da linha frente. Isso trouxe muito desgaste e, ao mesmo tempo, muitas perdas financeiras.

Eu, por outro lado, falava: “Não. Quero estar no espaço que decide”. Sempre tive esse perfil. Na escola, por exemplo, fui líder de turma em quase todos os anos; fui presidente da comissão de formatura; muita coisa nesse sentido. Na faculdade, passei na UFMG, em um momento em que ainda não tinha as cotas raciais. Entrei no vestibular de 1999, minha turma tinha 32 alunos, e apenas 4 eram negros (sendo que uma era de Cabo Verde). E eram alunos muito bem de vida, de forma geral, com poder aquisitivo muito alto. Quando a gente começou a organizar a formatura, queriam fazer uma festa supercara, que ia excluir todo mundo que não tinha condição de pagar. Fiquei muito indignada com aquilo e fiz um movimento! Mudamos a composição da comissão, para todo mundo poder participar, com preço justo. Virei presidenta da comissão de formatura. Uma amiga falava: “Essa é a melhor configuração: uma presidenta que é pobre e o povo que organiza, rico”. Então, eu sempre fui muito movida por isso. E acho que é resultado desse acúmulo de coisas.

A família da minha mãe é uma referência muito forte para mim, porque perdi meu pai muito cedo. Meu pai foi assassinado. Quando eu ainda tinha oito meses, foi preso, por alguns anos, e isso me marcou muito. Acho, inclusive, que algumas escolhas profissionais têm a ver com isso. E quando eu tinha dezesseis anos, ele foi assassinado; se envolveu numa briga. É algo interessante, mas também contraditório: porque se, por um lado, era valor para a família da minha mãe um homem branco de olho claro; para a família do meu pai, casar-se com uma mulher negra era praticamente uma contaminação. Então, apesar de a minha mãe ser uma pessoa que trabalhava, de ter uma vida muito organizada, o fato dela não ter grana, não ter determinado *status*, enfim, era mal visto pela família do meu pai. Eu ficava nesse lugar meio estranho.



Daniela e sua mãe, Graça. Ouro Preto, 1981.

Crédito: Acervo Pessoal

2. A escolarização

O motivo de a gente sair de Ouro Preto, é que, como fui alfabetizada mais cedo, entrei para o grupo escolar achando tudo muito atrasado, não queria ficar na escola. E fugia. Minha mãe começou a ficar preocupada, falava que eu era muito respondona, então resolveu me mudar para a casa da minha avó, para que ela me pusesse disciplina. Mas foi uma infância muito boa! De soltar pipa, de brincar muito. De ser uma criança! Era muito bom... mas até esse momento, quando virou um problema, uma coisa conflituosa. Mas ser uma criança esperta me ajudou a ter confiança. Por exemplo, eu mudei muito de escola, mas essa confiança me ajudava a chegar nas escolas novas. Nunca fui uma criança travada, inibida, eu sabia que eu ia dar conta das coisas! Saber que era boa aluna, que dava conta dos exercícios, sempre foi uma ferramenta que me ajudou a chegar.

Mesmo com todas as dificuldades que a gente tinha para estudar, minha mãe sempre que pôde tentou me colocar em escola particular. Mas depois acontecia que não tinha jeito de pagar, aquela coisa toda. Por isso, mudei muito de escola ao longo da vida estudantil, mas sempre com essa perspectiva de que eu ia fazer faculdade. Acho que isso fez toda a diferença. Fico lembrando as pessoas com quem eu convivía, que tinham como horizonte se formar no segundo grau, no máximo. E para mim, não era o suficiente.

A faculdade: *Para além de Freud, Skinner e Lacan*

Quando meu pai morreu, foi a primeira vez que pensei em fazer Psicologia. Na época, queria trabalhar com dependentes químicos, aquela coisa de salvar os outros. Lembro que, na missa de sétimo dia do meu pai, ouvi na igreja um depoimento de uma mulher que tinha perdido o pai, também assassinado. Ela resolveu visitar um homem preso lá na Nelson Hungria¹, se apresentar para ele e falar aquelas coisas... assim, de filme. Lembro que chorei muito com essa história. Ela conta que, depois que foi embora, recebeu uma carta dele se desculpando; falando do que tinha feito e o quanto a visita dela fez ele repensar. Ele já tinha matado algumas pessoas, mas, com a visita dela, pensou no que tinha feito pela primeira vez. Um tempo depois, ele morreu. E ela leu essa carta, que me marcou muito. Fiquei com isso de “cadeia” na minha cabeça, era uma coisa que me interessava muito.

O primeiro vestibular que fiz, logo que saí do terceiro ano de uma escola pública, foi para Direito – porque lá em casa muita gente fez Direito. Mas depois fiz um ano de cursinho e, no último minuto, resolvi fazer Psicologia. O pessoal ficou meio decepcionado, achava que era uma perda de potencial: “Para que você vai ser psicóloga? Você é advogada!”. Essa coisa do *status* e tudo mais.

¹ Unidade prisional localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais.

Fui fazer faculdade. Eu questionava a perspectiva clínica na Psicologia para mim – de estar com uma pessoa dentro de um consultório, discutindo questões da vida. Por mais significativo que isso fosse, queria pensar como as pessoas chegavam a determinados espaços, como pensar em políticas que atendessem a muita gente. Sempre pensei muito no contexto. Até os estágios que fiz tinham a ver com isso. Era no Morro das Pedras²; ou era atendendo gente que vinha com algumas questões sociais e que não eram “a neurose da neurose”. Era para pensar como a gente pode mudar uma lógica, um sistema que produz determinados sofrimentos. Acho que é um pouco esse o motivo desse percurso, uma inquietação muito grande. O curso em si, me atendia pouco; então, fui fazer estágio fora, iniciação científica, vários projetos de extensão, para tentar entender como a Psicologia poderia me ajudar para além daquilo que me estava sendo apresentado, para além do Freud, do Skinner e do Lacan. E foi muito bom, acho que fez uma grande diferença uma formação que extrapolava um pouco o currículo.

Fui a primeira da minha família a fazer uma faculdade pública, eu tive essa sorte. Na época, tinha que ser universidade pública mesmo. Não tinha Fies³; a universidade particular era muito distante para mim. Entrei na UFMG em 1999 e não havia cotas ainda. Na verdade, participei desse debate na UFMG, do início das conversas mais efetivas sobre o tema. Na minha sala, éramos 4 alunos negros, sem nenhum debate racial, durante todo o meu curso, muito diferente do que é hoje: a universidade não fazia esse debate; a Psicologia era basicamente clínica.

Nesse contexto da universidade, tudo era muito desigual. Minha turma tinha muita gente com muito dinheiro, muita grana mesmo. Me lembro que, no primeiro semestre, algumas alunas da minha turma estavam indignadas com o banheiro da Fafich: “Eu devia ir pra uma universidade privada, porque essa aqui é nojenta..”. E eu achava ótimo até o fedor da universidade! Era uma coisa muito intrigante viver essa realidade. Às vezes, quando ia em festa na casa de colega, o apartamento da pessoa era um andar inteiro no Mangabeiras⁴. Eu falava: “Gente, de onde vem esse povo?”. Mas, por outro lado, também foi muito bom me situar nesse contexto.

A universidade foi um divisor de águas na minha vida. Lógico que me incomodavam, às vezes, algumas precariedades, mas estar numa faculdade pública era a coisa mais fenomenal do mundo. Não queria luxo nenhum! Fui bolsista da FUMP; era considerada “carente nível dois” - isso é horrível, não é? Mas tinha todos os benefícios do bandejão e recebia uma ajuda de custo.

2 Região (favela) de Belo Horizonte de alta vulnerabilidade social.

3 Política de financiamento estudantil, do governo federal, para o ensino superior.

4 Bairro de alto poder aquisitivo da cidade de Belo Horizonte.

Em um ambiente embranquecido

Até o período da faculdade, eu me relacionava principalmente com pessoas brancas. Morei com um colega de turma que era branco. Eu reproduzia toda aquela lógica, sem saber que isso tinha a ver com várias questões a respeito da miscigenação e do racismo introjetado. Era uma perspectiva de que eu era uma mulher universitária, que meus pares eram homens que também estavam cursando um curso superior e eram predominantemente brancos. Estava num ambiente muito, muito embranquecido. Mas também eu não enxergava os homens negros da forma como hoje. Moro atualmente com meu companheiro, ele é negro. E isso tem a ver com meu amadurecimento sobre a questão.

A universidade melhorou muito, mas eu não atribuía nada do que passei ao atravessamento racial, como tenho consciência agora. Fiz anos de terapia. Toda a minha autoconfiança, que tive da infância até os 07 anos, foi se perdendo na adolescência, principalmente no início da idade adulta. Eu era muito insegura em relação a minha aparência. O “ser boa aluna” foi virando, na adolescência, um problema: eu já não era a aluna esperta, era *nerd*. Era a aluna feinha que tira nota boa. Isso prejudicava muito minha autoestima. Eu não sabia me arrumar, não tinha isso de uma valorização da beleza negra.

O cabelo era um problema; aí, alisava o cabelo. A forma do seu corpo era um problema. Tudo era problema. E ficava muito ali desejando ser escolhida por alguém. Não *eu* escolhendo, não *eu* participando ativamente. Depois de fazer muita terapia, mesmo com muitas terapeutas engajadas em questões sociais, até 28 anos de idade, nunca tinha dado a importância da pauta racial à minha vida. Várias questões que sentia, que vivia, poderiam ser denominadas como efeito do racismo. Eu achava que era da minha personalidade, da minha baixa autoestima.

Eu tinha um amigo na universidade, o Cristiano Rodrigues, que falava que queria ser doutor. Eu não entendia o que era ser doutor. Quando entrei para a faculdade, não sabia que existia mestrado e doutorado. Minha questão era formar rápido e começar a trabalhar, porque sempre tive muita consciência de que o que vivia já era muito, em termos de poder. Só comecei a trabalhar depois de formada, e isso no mundo em que vivia era muito privilégio. Não podia falar assim: “Vou sair, formar, fazer um mestrado”. E o Cris era alguém muito impressionante para mim, porque foi a primeira pessoa negra que eu ouvi na vida dizendo que queria ser doutor.

Quando fui fazer o curso de Especialização na Fundação João Pinheiro, em Segurança Pública e Justiça Criminal, com aquele tanto de polícia, foi muito bom. E o professor Eduardo Batittuci foi muito importante, porque foi meu orientador e a primeira pessoa quem me falou: “Acho que você devia fazer um mestrado”. E eu respondo: “Mas como? O que é isso? Para quê?” Mas eu cismo muito

com dar aula, quero dar aula, então resolvi que ia fazer um mestrado. Depois dessa especialização, voltei a fazer disciplina isolada com a professora Sandra Azeredo. Mas aí já queria outro referencial, não queria um curso só com Foucault; queria a mulherada preta para ser minha referência teórica.

3. Trajetória profissional

Eu me formei e permaneci um tempo sem saber onde ia trabalhar, o que ia fazer. Tentei ficar um tempo no consultório, mas não me adaptei. Então teve um processo seletivo do Instituto Elo⁵, para trabalhar com uma política voltada a pessoas egressas do sistema prisional. Ninguém fez um processo seletivo mais feliz do que eu! Eu amava, era apaixonada com cadeia – um trem mais maluco! Fiz o processo seletivo, mas não entrei de primeira.

Demorei a conseguir trabalho, mas depois que entrei, tive três promoções em três anos. Eu havia entrado para a política de prevenção à criminalidade, no governo do estado, no final de 2005. Fui trabalhar com os egressos do sistema prisional em Ribeirão das Neves. Minha mãe ficou desesperada: “Minha filha não tem jeito! Fez Psicologia e depois vai trabalhar com preso!”. Mas sempre fui muito insistente, queria aquilo mesmo. Como era uma conquista muito importante, me dedicava muito além do solicitado. Era uma técnica apaixonada: eu ia, conhecia a cadeia, lia muito... Eu sempre fui assim, ávida por esmiuçar o problema e resolvê-lo na fonte. Em pouco tempo, virei uma referência como técnica.

Depois, mudei de Centro de Prevenção⁶, virei supervisora desse programa – tudo muito rápido, em três anos. Mas ficava muito inquieta de não ter uma experiência dentro do sistema prisional. Para mim, não adiantava ficar do lado de fora da penitenciária tentando conseguir carteira de identidade para o preso quando saía; queria resolver lá dentro. Então, como fazer?

Foi nesse momento que fiz o curso de Especialização na Fundação João Pinheiro. Quando concluí, em 2008, me candidatei para uma vaga para trabalhar no Complexo Penitenciário Feminino Estêvão Pinto, para Diretora de Atendimento e Ressocialização. Eu tinha 28 anos de idade e uma enorme vontade de trabalhar lá, mas nem imaginava o que era o dia a dia de uma unidade prisional. Mas eu era tão apaixonada por aquilo, que as pessoas acreditavam comigo que seria possível.

Lembro que comecei em outubro e a diretora que estava lá na época ficou apavorada: “Quem mandou para cá essa menina? O povo está ficando louco”. A unidade estava passando por uma

5 Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que à época era responsável pela execução da política de prevenção à criminalidade no âmbito estadual.

6 Centro de Prevenção à Criminalidade – unidade de referência operacional da execução da política de prevenção, no âmbito estadual.

intervenção, mudança de diretoria, a situação estava supertensa. Um dia a diretora me chamou e falou: “Olha, quero te dar uma orientação, para você não andar sozinha na unidade, porque as presas estão muito descontentes com a troca de funcionária. A pessoa que você substituiu era muito querida, então toma cuidado”. E eu: “Não vou ficar aqui intimidada, não. Vim para realizar meu (pretensioso) sonho de transformar sua unidade”. E aí, no final do ano, a gente fez uma festa de Natal e eu desci para o pátio, sozinha com as presas, e não quis que a segurança entrasse junto. A diretora quase surtou. Falei: “Ou eu fico aqui dentro, junto com elas, ou não tem jeito. Não tem jeito de não ter respeito.”

Isso era muito importante para mim. Trabalhava 14 horas por dia. Mas foi passando o tempo e fui percebendo que não era mais possível. Primeiro, fui percebendo que estava num contexto muito complicado, em que a realidade estava muito além de poder fazer uma política legal para aquelas mulheres. Então, comecei a ficar desgostosa, mas muito inquieta também. Recebi uma proposta para assumir outro trabalho, ia ficar longe de cadeia. Estava, também, um pouco intoxicada com essa que era uma pauta meio universal na minha vida. E fui fazer outra coisa.

Assumi a coordenação de Recursos Humanos de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), ao mesmo tempo em que, muito inquieta, queria voltar a estudar, mas também precisava elaborar essa questão prisional. A sensação que eu tinha era de que estava muito imersa nela. Queria sair, mas não podia simplesmente não fazer nada com aquilo tudo que tinha vivido. Trabalhar na Piep⁷ foi algo que me deu também uma sensação de privilégio: porque pouca gente teve a oportunidade de estar lá, vivenciando o cotidiano de uma unidade prisional. Era algo que eu queria muito e me trouxe uma experiência diferenciada sobre uma realidade pouco conhecida.

Então fiz o projeto do Mestrado na UFMG, com a Cláudia Mayorga, uma pessoa que já tinha sido minha professora na graduação, de quem tinha uma boa referência. Na época, eu já tinha saído da Oscip e voltado para o governo do estado, trabalhando como gerente da política de penas alternativas, dentro da política de prevenção.

Ascensão profissional e racismo: *Tornar-se negra*

Na minha trajetória profissional, tive três promoções em três anos. Comecei como técnica, depois virei supervisora e depois diretora. Foi tudo muito rápido. E comecei, nesse movimento de ascensão, a viver muitos conflitos. As pessoas falavam que eu era muito brava, que era muito nervosa, muito isso, muito aquilo. Assim: “Você é competente, *mas...*” e eu não entendia o que era aquilo. Então comecei a ler livro de gestão, de como evitar conflitos, aquelas coisas de autoajuda. E

7 Nome por que é conhecido Complexo Penitenciário Feminino Estêvão Pinto, em Belo Horizonte.

continuava sem entender. Foi quando assumi o cargo no RH da Oscip, depois que deixei a Diretoria da Estevão Pinto.

Quando assumi, ocupei o lugar de uma mulher branca. Quando foram dar a notícia para ela, na minha frente, para que me passasse o trabalho, ela me olhou de um jeito... do tipo: “Não acredito que é você que vai me substituir”. Acho que ficou ofendida. A maneira como essa mulher me olhou deu uma sensação muito literal desta questão: de que vários dos conflitos e do mal-estar que eu vivia tinham a ver com estar ocupando lugares que não atribuíam a mim. Que as pessoas não queriam estar subordinadas a mim. Algumas falavam que era pela cara de novinha, isso e aquilo. Mas a questão racial começou a me pegar.

Estava muito mal, destroçada, quando meu companheiro na época, que estava fazendo uma matéria na UFMG, leu um livro da Neusa Santos Souza, “Tornar-se Negro”. Disse: “Dani, você tem que ler!”. Li o livro numa sentada e fiquei muito mal. Chorei tanto, tanto, tanto... porque pensei: como não tinha me dado conta desse ideal da branquitude? Porque o que ia acontecendo, era que em cada cargo que eu assumia, ia fazendo todo um esforço de alisar mais o cabelo, de ir de salto alto, de me vestir de “quase executiva”. Ia tentando usar esses artifícios para poder ser alguém respeitável. E quanto mais ia fazendo isso, mais fui entendendo que ia ficando uma caricatura, uma imitação de alguma coisa que eu não era.

Quando entendi, fez muita diferença, mas foi um sofrimento. A vontade que tinha era de voltar em todas as minhas terapeutas e perguntar: “Por que a gente nunca chegou a esse ponto?”. Isso mudou completamente a minha trajetória. Pedi demissão desse trabalho, depois de um tempo, e voltei para a universidade, para cursar a matéria dessa professora. Fui ler vorazmente todas as escritoras negras que podia e isso foi mudando minha percepção sobre várias temáticas.

Inclusive, uma crítica que se faz muito a quem é miscigenado, como eu, é: “Nunca tive que me tornar negra. Nunca tive esse privilégio de me tornar negra, porque enfrento o racismo desde sempre”. Eu vivia vários atravessamentos pelo racismo. E posso dizer que tive que ir mesmo criando essa consciência do que significava ser negra. Por mais que entendesse que era uma questão na minha vida, nomear que era racismo o que me atravessava, que precisava fazer o enfrentamento, foi uma construção muito tardia para mim. Me causou muito sofrimento não nomear essas coisas, porque as trazia para dentro de mim, duvidava de mim, achava que tinha que me superar e assim por diante.

Eu tinha um chefe, gosto muito dele, é meu amigo hoje; mas ele me matava de raiva. Por exemplo, quando eu era diretora do Programa de Inclusão de Egressos, tinha uma gestora, branquinha, advogada, que usava *scarpin*, daquelas meninas que o povo acha lindo estar

trabalhando num projeto social, porque resolveu trabalhar na periferia. As pessoas achavam por si só que ela já estava fazendo muita coisa. Eu, por outro lado, me empenhava muito para coordenar bem um programa complicado e com poucos recursos. E, às vezes, tinham uns conflitos brabos! Eu tinha esses embates, porque tinha a sensação de que estava ali fazendo um exercício enorme de conteúdo, que era isso que eu tinha. Em todos os espaços que eu cheguei, sem falsa modéstia, foi porque estudei, corri atrás, me dediquei. Mas via muita gente sendo promovida com muito menos critérios e exigências. Principalmente, pessoas brancas, nem sempre tão comprometidas com as complexidades do trabalho.

Eu queria que elas entrassem numa cadeia, que sentissem o cheiro fétido das celas; entendessem de onde as pessoas estão vindo, para não virem com soluções simplistas. Por exemplo: quando alguém morria na política de egresso, eu fazia o programa parar: “Por que que morreu? Quem é essa pessoa? Em que a gente falhou?” E as pessoas falavam: “ Ah, morreu porque estava envolvido.” É lógico que estava envolvido! Senão, não tinha chegado para gente. Mas eu estava falando dos meus, e eles, dos outros. Eu era muito brava nessa época; depois, fui ficando mais estratégica, principalmente ao entender quais brigas comprar.

Quando cheguei a supervisora do programa de egressos, e teve uma possibilidade anterior de me tornar diretora, a superintendente me falou: “Dani, acho que você tem todas competências técnicas para assumir este cargo, mas você tem um temperamento muito difícil”. Aí vem aquela conversa que odeio sobre “forma e conteúdo”: “O que você coloca é muito bom, mas a forma como você coloca, não é”. Então, esperei cinco anos, mais ou menos, para voltar e assumir a diretoria do programa. Tinha que saber manejar minha força, senão poderia muito facilmente ficar estigmatizada. Até porque, muitas vezes, eu era a única negra. Na hora em que sentavam à mesa os diretores, coordenadores, e todos mais, eu era a única.

Devastação

No meio do processo seletivo para o mestrado, entre a escrita do projeto e as provas, descobri que estava com câncer de mama. E estava me separando. “Meu Deus, como vou fazer isso?”. Descobri em outubro, fui conversar com a Cláudia, minha orientadora, e ela falou: “Não desiste; vai para a entrevista, depois a gente pensa como faz”. Lembro que eu fui ao médico e tinha que começar a quimioterapia: “A única condição que tenho é que quero ir para a entrevista com cabelo”. Então, ele fez um cálculo: eram catorze dias para o cabelo começar a cair, mais ou menos.

Fiz a entrevista e passei no mestrado. E logo nesse momento, me convidaram para ser Diretora do Programa de Egressos (Presp), que era o programa de que já tinha sido supervisora. Então, eu estava com um diagnóstico de câncer, uma aprovação no mestrado e a Diretoria de um

Programa no qual queria muito trabalhar. Foi um momento maluco da vida, mas muito interessante também. Porque eu já estava, junto com tudo isso, cheia de leituras das mulheres negras, fazendo o processo de transição capilar. Assim: vou fazer uma mudança progressiva na vida. E veio tudo de uma vez. Devastou tudo. Eu me separei, mudei de casa, troquei de trabalho, fui fazer o mestrado. E já que não tinha cabelo, comecei a usar turbante. Falo que eu morri e voltei, nesse processo inteiro. E o mestrado foi muito esse processo de cura, de encontro comigo e com as mulheres com as quais eu estava conversando para fazer a dissertação. A sensação que eu tinha era de “quero viver”. E viver uma vida muito diferente, com outras questões. Foi um processo fortalecedor. E o resultado, a escrita, as entrevistas... foi uma maneira d’eu me ressignificar; de entender qual era a minha linguagem, qual era a história que queria contar, qual era o meu processo. Acho que foi um momento de cobrar uma autoria minha, um protagonismo na minha vida. “Quero ter a narrativa da minha história, até do pior que me acontece. Eu quero ser uma narrativa!” Essa perspectiva de saber como ia contar minha história me ajudou a ser muito respeitosa com a maneira como as mulheres contavam as histórias delas. Estava interessada no que elas falavam; nos silêncios – como elas me revelavam ou omitiam coisas.

4. Identidade e ancestralidade

Rasga tudo e começa de novo!

O que fez muita diferença para mim foi conseguir ampliar meu arcabouço para nomear as coisas de uma maneira política, e não introjetá-las. Sempre pensava que era uma questão ou de adequação ou de personalidade. O câncer foi o exemplo máximo disso: “Minha filha, para de tentar se adequar no mundo. Está errado! Você vai morrer tentando e não vai dar certo. Rasga tudo e começa de novo!”. Não foi à toa. Essa metáfora, de saber que matou boa parte das células do seu corpo e que a partir daí fez sangue novo – foi isso. Matar esse fantasma, exorcizar.

Junto com isso, veio a religião também. Ao mesmo tempo que eu ia para o médico, ia para a macumba. E a macumba falava: “Não, minha filha, é isso mesmo. É uma questão ancestral, vamos rever isso tudo”. Eu chegava no médico e ele falava: “Não acredito; o efeito da quimioterapia demora quatro dias nas pessoas. Por que em você dura dois?”. Respondia: “Porque fui lá no terreiro e fiz uma macumba”.

Fui buscando meus caminhos e as respostas. E é também uma resposta política essa busca das religiões de matriz africana, da ancestralidade, da cura e de entender essa dor. Tive um câncer na mama esquerda, entendi que essa dor era ancestral, vinha das mulheres da minha família que tinham problemas no útero. O sistema reprodutivo sempre dança quando são muitas as violências.

Neste momento, tive muitas conversas com a minha mãe, conversas difíceis. Quando fiquei doente, minha mãe se sentiu culpada. Porque durante meu cursinho pré-vestibular, estudava lá de manhã e à tarde, e não tinha grana para almoçar todo dia na rua. Então, eu levava as coisas e minha mãe fazia muito hambúrguer para comer no intervalo – e minha mãe ficou com uma culpa enorme. Pensou que eu tinha tido câncer porque comia hambúrguer demais. Um dia falou isso muito sentida para mim. “Não, mãe, não foi isso. São outras questões!” E aí a gente teve um momento de falar das nossas dores, dela falar das dores dela. No fundo, tinha a ver com a sensação de que ela não podia prover tudo o que queria. Ela tentou me dar o máximo, mas se pudesse, facilitaria ainda mais alguma coisa para mim. Foi um momento de encontro muito profundo nosso, em vários aspectos.

Minha família vem com várias histórias de negação da questão racial. Minha avó se casou três vezes e tinha uma espiritualidade muito forte. Ela já foi da umbanda. Foi da umbanda muitos anos, mas também, em determinado momento da vida, atribuiu às religiões de matriz africana todos os preconceitos. Em uma perspectiva de ter certa ascensão social, negou isso. Me lembro de, muito pequenininha, de na casa dela ter sempre Preto Velho, Menina de Angola. Mas isso virou meio que um tabu. Um recurso que a gente usa, mas que não apresenta. Uma coisa meio ambígua mesmo.

Sempre fui muito intuitiva, minha avó sempre falava. Quando era pequena, era metida a ler a sorte dos outros, e o povo falava que eu acertava. Então, esse algo místico sempre esteve presente. Mas fiz todo o rito da religião católica: batizado, primeira comunhão e crisma. E na faculdade, minhas inquietações se juntavam à inquietação relacionada à espiritualidade. Então fui em tudo: do Ayahuasca até a Igreja Evangélica. Budismo. Seicho-no-ie. Ia caçando as religiões, até que encontrei.

Em 2005, tive uma mentoria espiritual forte, uma pessoa que me ajudou muito e ela atendia incorporada. Fiquei com ela uns 5 anos e foi uma figura muito importante na minha vida. Depois que ela morreu, fui buscar uma casa, tendo essa experiência nas casas de umbanda, até que encontrei a casa do Pai Ricardo de Moura no CCPJO⁸. Batizei e entrei formalmente para a religião.

Quando batizei, tive que ficar certo tempo usando só branco, Ojá na cabeça, ficar de Guia, de Contraegum⁹, um monte de coisas. E lá vou eu para Assembleia Legislativa, onde trabalho, toda parafernada de coisas. Para mim não teve nada melhor, mas se fosse há um tempo, talvez sentiria constrangimento. Hoje me dá uma satisfação e orgulho de falar: “Eu posso estar nesse espaço. Mereço estar neste espaço e não quero esconder nada”. Mas também entendo que é um privilégio,

8 Pai Ricardo de Moura coordena a Associação de Resistência Cultural Afro-brasileira “Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente” (CCPJO), que atua desde 1966 no complexo da Pedreira Prado Lopes, em Belo Horizonte.

9 Ojá, guia e contregum: utilitários que fazem parte do ritual de batismo do Candomblé.

pois se tivesse outra formação, se eu fosse caixa de banco, não poderia fazer isso. Posso me expressar de determinadas formas hoje, porque ocupo lugares privilegiados, senão não poderia. E não poderia sequer ir com uma conta dos meus guias para o trabalho.

A religião como força, compromisso com uma comunidade, com algo que vai além de mim



Daniela e seu companheiro, Caio. Festa dos Pretos Velhos. Belo Horizonte, 2019.

Crédito: Acervo Pessoal

Por outro lado, também começo a fazer certo uso disso. Quero estar nesse espaço como uma mulher negra de umbanda. E aí percebo que é um movimento muito inverso daquele que eu tinha de querer ser comum, de pensar: “Qual é a roupa que a chefe de RH usa? Então vou comprar essa roupa, para poder dizer que estou pertencente”. Hoje, é muito mais como *eu* quero me apresentar. Então, a religião é um recurso muito importante, que ressignificou várias coisas. Significa força, compromisso com uma comunidade, com algo que vai além de mim.

Uma vez resolvemos ir atrás das pessoas que tinham o sobrenome Prado, porque a gente só tem até o registro da avó da minha mãe. Ela ficou sabendo que sua bisavó havia sido criada em uma certa fazenda, então a família inteira foi para esse lugar, no interior de São Paulo, para entender de onde vieram essas pessoas. Entramos no museu do local, onde tinha a referência à família Prado. Minha avó estava super contente e feliz: “vou achar quem foram os meus ancestrais, os meus antepassados”. Mas só tinham pessoas brancas no registro. O guia do museu explicou: “Não, minha senhora, quando os escravos foram libertos, muitos acabaram ficando com o sobrenome das fazendas de onde vieram, para ter referência da fazenda. Mas

aqui, a senhora não vai encontrar o registro, o nome dessas pessoas. Só tem da família que era dona da fazenda”. Minha avó começou a passar mal, quis ir embora.

Então, você não saber de onde veio, porque, como veio, é o apagamento de uma história. Por isso, a religião também é algo, nesse sentido, para além de uma fé. É algo que te conecta com uma dimensão daquilo que não conheço, mas tenho certeza que é meu.

5. Feminismo e feminismo negro

Custei a me nomear feminista.

Na faculdade mesmo, lia as feministas clássicas, pois fiz estágio na Delegacia de Mulheres, trabalhando com violência contra a mulher, por um ano. Então, a gente usava muito esse referencial das feministas, que abordavam a temática da violência contra as mulheres. Mas não me identificava com elas de jeito algum. “O que que essas mulheres estão falando?”. Essa teoria da divisão sexual do mercado de trabalho, eu não sabia fazer o contraponto, mas não me identificava com ela. Então, não acho que sou uma feminista, de uma maneira geral, não. O que estão trazendo, teorizando sobre a violência, não me ajudava em nada quando entrava na sala para atender mulheres que estavam apanhando, com situações muito complicadas. Eu tinha até com uma certa antipatia. Lembro de uma professora, a Karin Ellen Von Smigay, uma das grandes referências no feminismo até fora do Brasil; tinha muitas discussões com ela em sala de aula, porque para mim não fazia muito sentido.

Fui me identificando primeiro a partir da literatura. Ao ler Conceição Evaristo, Toni Morrison, Alice Walker... Lembro que quando li “*O Olho Mais Azul*”, falei: “gente, ela está perto de mim!”. Fui lendo mulheres que falavam de uma complexidade, dos atravessamentos de gênero e raça, e da relação com os homens negros também. É como se eu fosse descobrindo a minha comunidade. Aí descobri bell hooks, parece que eu sou amiga da bell hooks! E ela tem uma escrita que não é rebuscada por academicismos, é supercriticada por falar da experiência dela o tempo todo. Mas quando fala, eu penso: “é isso!” O conceito de ser insubmissa é tão interessante, me deu uma série de recursos que, aí, me fizeram aproximar de um feminismo, que é o feminismo negro. Mas também não acho que o feminismo negro seja universal. Tem que existir o feminismo negro e tudo o mais!

Isso tem a ver com a questão dos coletivos. Meu percurso sempre foi muito solitário, e ao fazer uma autocrítica, fui tentar entrar em coletivos. Mas é uma dificuldade muito grande para eu ficar. Fui percebendo que a minha participação oficial em alguns coletivos me colocavam diante de alguns compromissos que eu não estava querendo assumir. Uma certa prescrição de ser assim, de comprar briga com determinadas coisas, ou então fazer defesas cegas de coisas que não estava a fim de fazer. Por exemplo, a gente não poder denunciar os homens do nosso coletivo que estão

sendo machistas, “porque a polícia já criminaliza esses homens, o mundo já criminaliza esses homens, então nós mulheres negras não podemos criminalizar”. Mas os caras estão surfando na onda de fazer o que querem e bem entendem! Não, não vou. Então, tem o uso que é feito desses espaços de militância, e que se é chamado por uma coesão grupal, que muitas vezes não te permite fazer os enfrentamentos que se tem que fazer.

Um outro exemplo: as candidaturas negras. Quero apoiar as candidaturas, principalmente das mulheres negras, mas não pode ser um fechamento natural, automático. Às vezes, você não se identifica com as posturas ou propostas.

Cooptada por uma mulher branca?

Hoje assessoro uma deputada que não é negra, mas consigo estabelecer com ela uma boa relação de trabalho e reconhecimento. Por outro lado, nem sempre consigo com uma mulher negra, que estou querendo apoiar, que considere relevante o que estou sugerindo ou falando. Considero isso pouco proveitoso, quando poderíamos nos fortalecer ainda mais.

Hoje, no Legislativo, fico feliz com a possibilidade de transitar, de ter conhecido várias mulheres de diferentes lugares e coletivos, ter ampliado um pouco minha perspectiva do que é o feminismo. De participar do movimento do parto humanizado, ao mesmo tempo, estar discutindo a ocupação das mulheres, as mulheres na mineração. Diferentes pautas, vários olhares, lugares – é uma das coisas mais ricas do trabalho de assessoria parlamentar.

Vim de uma lógica do Poder Executivo, em que me especializei muito em um assunto. E no trabalho parlamentar, fui entendendo que existem vários feminismos, várias formas de pensar. Que as mulheres organizadas lá em Santa Maria do Suaçuí, a partir de uma questão local, relacionada ao hospital, criaram um coletivo de mulheres para disputar a eleição; e agora tem uma candidata a vereadora em uma cidade extremamente machista. Elas não tem nenhuma referência de leitura, do que é o feminino branco, o feminismo negro; desconhecem conceitos elaborados e violências que estão descritas na Lei Maria da Penha. Mas essas mulheres fazem um enfrentamento na vida real que tem muita riqueza! E a gente precisa reconhecer isso. Porque, muitas vezes, a gente é muito arrogante; centralizado e está em um lugar em que se sente no direito de nomear a experiência das pessoas e qualificá-las.

Eu nunca tinha visto Marília Campos na minha vida; ela também não me conhecia. Estava querendo uma coisa diferente, tinha acabado de defender o mestrado, então fui conversar com a Marília. Foi uma conversa muito honesta: “Nunca trabalhei no Legislativo, mas essa é a minha proposta. Se você quiser, quero aprender, estou querendo mudar de área”.

No início, foi um tormento. Era desconhecida no contexto político-partidário e muitas pessoas não entendiam porque a Marília tinha me escolhido. Eu era uma forasteira. Tenho muito respeito pela Marília nesse aspecto, porque não cheguei com sobrenome, com retaguarda, mas pela recomendação de uma colega que conhecia o meu trabalho. Foi uma oportunidade muito boa, de participar dos movimentos mais organizados, mas de não estar em nenhum, ao mesmo tempo. Transitar por eles me fez muito bem, ainda que representando um mandato. Sou assessora da Marília, mas as pessoas me reconhecem pelo meu nome. É a Daniela Tiffany. Fui conseguindo transitar por diferentes grupos, tanto no movimento negro como no de mulheres. E para além deles também.

O sentido do trabalho é servir e fazer diferença na vida das pessoas

Acho que ainda não fiz nada na vida. Tenho a sensação de que estou em treinamento. Tenho essa exigência grande comigo de fazer mais. Por exemplo, onde estou hoje é um lugar de que gosto, aprendo, mas não é meu espaço de protagonismo. Não estou nesse espaço de poder. Tenho satisfação pelas coisas que fiz, pela capacidade de contribuir e influenciar, mas anseio pelo que ainda posso fazer. Quero aprender mais e usar toda a minha experiência para fazer algo que ainda nem imagino. Quero estar pronta para alguma coisa que vá fazer diferença na vida de pessoas, de pessoas anônimas. Quando era mais nova, achava que seriam coisas grandes. Hoje não, talvez sejam menores, mas que eu tenha a sensação de que impactou a vida de alguém. Na gestão pública mesmo, porque queria que em algum momento pudesse fazer algo que meu trabalho fosse mais significativo do que a minha pessoa. Esse é o diferencial do que é servir, do serviço público.

Em algum momento, ser uma referência - isso é uma vaidade que eu tenho. Mas se num determinado lugar alguém falar: “Aqui foi realizado um trabalho que ajudou alguém e tal”, e ninguém nem souber que fui eu que fiz; mas se o trabalho estiver ali, vou me sentir satisfeita.

6. Mulher negra: Resistência e imortalidade

A descoberta do racismo é muito dolorosa. Na hora que falei que o nome disso é racismo, foi uma dor tão profunda que parecia que eu não ia mais parar de doer. Meu corpo inteiro doía. Essa dor maldita, não nomeada, é uma dor que te atravessa, te deixa impotente. Você tenta comunicar e não consegue dizer o que é. Ao mesmo tempo que foi a coisa mais difícil, me deu uma sensação de muita força, como se eu tivesse entrado numa corrente de resistência: se sobrevivo a isso, sobrevivo a muita coisa. É uma dor tão forte, que te deixa menos temerosa à dor. E te dá uma sensação de que tem que seguir adiante. Não tem escolha.

“O que você tem que fazer daqui para frente?” Penso na minha filha. E que não vou conseguir poupar de algumas dores. Então, como comunicar para ela que vai doer? E como dar para ela esses recursos?

Assim eu vejo as mulheres do meu terreiro, por exemplo. Você vai conversar com elas e estão sangrando, perderam alguém, a vida está difícil. Mas é para fazer alguma coisa? Então vamos fazer. E fazer bem-feito, pelos outros. Então, um ponto forte das mulheres negras é entender que o que não te mata, o que não te destrói, te fortalece. Não é com todas as mulheres negras, não é uma questão universal, mas é o espírito, está para além de nós. Minha mãe me fala uma coisa muito bonita: “Vamos, minha filha, está doendo, mas levanta, vai fazer. Não quero nem saber, vai dar um jeito”.

Apesar de ser muito cuidadosa no que é prático da vida, minha mãe é durona, nunca foi muito de adular. Mas foi interessante quando ficou sabendo que eu estava grávida. Um dia virou para mim e disse assim: “Ser avó é a melhor coisa que existe. Por que quando a gente é mãe, tem medo. E quando é avó, a gente tem a sensação de que fica imortal”. Que a gente imortaliza! É ela falando dessa coisa, dessa sensação de ancestralidade pela chegada da neta.

Se minha filha vivenciar um mundo menos opressivo; com mais chance do que eu de fazer determinadas escolhas; de ter acesso a determinadas coisas que sinto muito não ter descoberto mais cedo... Se a Joana tiver os horizontes mais alargados, a luta da minha avó valeu a pena, a luta da minha mãe valeu a pena. Então, é essa a perspectiva de que não se encerra em mim; de que eu estou fazendo para um outro que vai colher daqui a duas gerações. Acho isso um ponto forte das mulheres negras.



Consigo pegar aspectos que poderiam ter sido elementos de grande derrota na minha vida, de grande fraqueza e falar: “Não! Vou fazer alguma coisa com isso e vai render algum fruto”. Aprendi isso com as mulheres lá de casa, vendo a história de vida da minha mãe e da minha avó. São mulheres que podiam ter se dobrado muito antes, e continuaram. Cabe a mim, ir mais além.

Palestra sobre mulheres e poder. Barbacena, 2018.
Crédito: Acervo Pessoal

6

PATRÍCIA MARIA DE SOUZA SANTANA

Patrícia Maria de Souza Santana
Mônica de Cássia Costa Silva
Marina Alves Amorim

1. História familiar e pessoal

Pais e irmãos

Eu nasci em Belo Horizonte, no dia 17 de dezembro de 1964. Foi no Hospital São Francisco, no bairro Concórdia, onde morei durante parte da minha vida. Minha mãe conta que chovia muito no dia do meu nascimento, faltou luz e era dia de jogo do Atlético. Não tinha médico, quem fez meu parto foi uma parteira – ainda tinha essa prática de ter parteira no hospital.

Meus pais são vivos até hoje, graças a Deus. A minha mãe nasceu em 1938. Ela é filha de um pai retirante nordestino, que veio do interior de Pernambuco no *pau de arara*. Naquela época, nas grandes secas do Nordeste, as famílias tinham o hábito de doar os filhos para outras famílias, para tentar garantir a sua sobrevivência. Meu avô não aceitou aquela situação e

acabou fugindo, bem rapazinho. Foi andando por vários lugares até chegar aqui em Minas Gerais. Primeiro, chegou em Nova Lima e foi trabalhar na Mina de Morro Velho. Depois, veio para Belo Horizonte. Ele trabalhou como carcereiro e aprendeu a ler com os presos. Então, entrou para o Corpo de Bombeiros e ficou até se aposentar. Minha mãe conviveu pouco com a minha avó, que faleceu quando ela tinha 7 anos.

Minha mãe, hoje aposentada, estudou até o quarto ano “de grupo”, como se dizia antigamente. Ela era dona de casa, teve quatro filhos. Durante muito tempo, para complementar a renda, lavava roupa, fazia faxina. Depois de um período, minha mãe viu que não dava para sobreviver assim e resolveu trabalhar fora. Naquela época, isso era tabu. Meu pai não gostava, chegou a dizer que isso era humilhação. Mas ela enfrentou tudo e foi trabalhar. A partir daí, houve uma mudança nas nossas vidas. Não que ela tivesse ganhado muito dinheiro, mas isso criou um outro tipo de mentalidade. Minha mãe nos incentivou muito a não depender de ninguém. Ela falava: “Não dependam de ninguém, muito menos dos homens para sobreviver, para comprar um shampoo, um absorvente. Então, estude, faça um concurso público”. A presença dela, nesse sentido, é muito forte, para mim e para meus irmãos também. Minha mãe tem o modo dela: é uma pessoa que não gosta muito de ler, mas tem essa sabedoria da vida que foi construindo. Ela falava que queria ter sido cantora. E quando éramos crianças, a gente ensaiava teatro, cantava as cantigas da infância dela.

Meu pai nasceu em 1937. Ficou órfão de pai muito cedo, com apenas dois anos. Aos 11, já era arrimo de família e ajudava minha avó a sustentar a casa. Ele trabalhou como serralheiro e se aposentou muito tarde, com mais de 70 anos. Meu pai também só estudou até o quarto ano “de grupo”, mas gostava muito de ler. Lia livros e jornais todos os dias, inclusive aos domingos. Naquela época, tinha o Jornal Diário da Tarde e, aos finais de semana, o Estado de Minas, que líamos juntos. Ele é um dos responsáveis pelo meu hábito de leitura. Falava uma coisa da qual eu nunca me esqueci: que se pudesse, teria estudado Geografia. Até hoje, ele lê muito e tem um conhecimento do mundo, uma posição política que construiu por si próprio.

Somos quatro irmãos: três mulheres e um homem. E mais duas irmãs fora do casamento dos meus pais. Eu sou a terceira filha. Depois de mim, tem o irmão caçula.

A minha irmã mais velha é formada em Letras. Ela foi a responsável por uma série de coisas na nossa vida, porque foi a primeira a começar a trabalhar, em um cargo público. Ela era datilógrafa, fez concurso e trabalhou na já extinta Delegacia Regional do Ministério da Educação, e contribuiu muito financeiramente para as despesas da casa. A vida era muito difícil. A gente não passava fome, mas era uma família muito pobre. Ela introduziu em nossas vidas as coisas culturais, como teatro e shows.

Minha outra irmã, a gente fala que é a mais inteligente da casa, é professora da PUC¹. Muito dedicada aos estudos, estudou no Cefet², uma escola que foi construída para atender filhos de operários, mas cuja seleção foi ficando tão difícil que as pessoas tinham que pagar curso preparatório. Minha avó pagou este curso para ela entrar e foi uma vitória muito grande para a nossa família.

O meu irmão teve uma trajetória escolar diferente. Era um menino inteligente, brincava demais e, por questões que não sabíamos muito bem, demorou para concluir o ensino fundamental. Começou a trabalhar muito cedo como *office boy* e se casou muito cedo também. Mais tarde, fez o curso superior e se formou em Geografia e atualmente é professor da rede pública.

Meu pai teve um relacionamento com uma moça de Montes Claros e teve duas filhas. Ela veio a falecer quando as meninas eram pequenas. Minha mãe ficou com a menor, que tinha 5 anos. Minha avó paterna ficou com a mais velha, de 8. Foi um período difícil, porque elas não se adaptavam, não estudaram. A mais nova ficou um tempo sumida e só recentemente reapareceu.

Marido e filhos

Sou casada e conheci meu marido em uma reunião do Grupo de União e Consciência Negra, uma história meio inusitada. Ele era frei franciscano e fazia parte do grupo dos agentes pastorais negros. Ainda estava no convento quando começamos a namorar. Por causa de uma divergência política interna, ele e os outros noviços saíram do convento. Depois de uns dois anos de namoro, resolvemos morar juntos. Eu tinha 24 anos e ele, 27. Casamos dois anos depois, tanto no civil quanto no religioso. Ele é professor e um homem negro. Estudou Filosofia e História na PUC e leciona na rede pública. Tivemos dois filhos: um menino e uma menina.

Meu filho Victor nasceu em 1992. Ele mora em Franca, interior de São Paulo. Quando estava terminando o ensino médio profissionalizante na área tecnológica, disse que não queria seguir esse o caminho e foi fazer Medicina. Ele foi aprovado em 2015 em uma universidade municipal de São Paulo – Uni Facef. Ele iria se formar neste ano de 2020, mas com a pandemia só se formará no ano que vem. Da turma dele, é um dos poucos estudantes negros. Entraram 4 e só continuam 3, em uma turma de muitos estudantes. Ele está seguindo o sonho, persistindo e, no ano que vem, vou ter um filho médico. O Victor não é muito da militância. Seu envolvimento fora da universidade tem a ver com o fato de ser espírita. Sempre participou das atividades da casa espírita, do coral, da mocidade e, mesmo em Franca, continua seguindo a religião. Ele tem uma visão social muito grande, sabe da importância e do significado de ser um futuro médico negro.

¹ Pontifícia Universidade Católica.

² Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

A minha filha Maíra nasceu em 1999. Sempre muito esperta, inteligente, curiosa com as coisas. Também escolheu o curso do ensino superior que ela queria. Ela sempre gostou da área internacional e fez Relações Internacionais na UFMG. Mas, no terceiro período, descobriu que não era o curso que queria. Então, foi estudar para fazer outro vestibular. Hoje, ela cursa Design Gráfico na UEMG³. Fez militância no movimento estudantil, é do movimento negro feminista. Atualmente, a Maíra faz uma militância diferente, não tão engajada, em um grupo específico.

A construção da identidade a partir do território: o bairro Concórdia

Meus pais são do Concórdia, um bairro operário com forte presença da cultura negra. É um pouco a história da minha avó paterna, nascida em 1912, que saiu da favela Barroquinha, na Barroca, no entorno da Avenida do Contorno. Nos processos de construção de Belo Horizonte, não era permitido ter favela no cinturão da Contorno. Então, a família da minha avó, que já era mocinha, foi transferida para o Concórdia. Naquele tempo, era considerado longe, distante, mas hoje é bem perto do Centro. Ela falava que o bairro era pasto da cavalaria. Era tudo difícil, as pessoas tinham que andar muito para chegar aos lugares onde trabalhavam. Mas foi lá que eles ficaram, constituíram-se e organizaram-se. A minha mãe também é do Concórdia, mas do outro lado, porque é uma região bem grande.

Como era um bairro de pessoas negras, a presença e a convivência com essa cultura eram muito fortes. A gente participava das festividades da cultura afro, do congado⁴. Saíam sempre as guardas no mês de maio e acompanhávamos do portão, participávamos, subíamos a rua para ver. E o boi, que existe até hoje? A gente adorava brincar! Ao mesmo tempo, corríamos com medo. Acompanhávamos todas as celebrações no terreiro da Dona Cassimira, antes de ser da Dona Isabel⁵. Ficava em uma rua logo após a nossa.

Na minha rua, a gente contava nos dedos o número de pessoas brancas. O jeito solidário das famílias foi muito marcante em nossas vidas. Antigamente, as pessoas passavam muita dificuldade mesmo, faltava água, comida, muita coisa, mas as famílias se ajudavam, existia uma rede de solidariedade muito grande, uma luta diária para sobreviver. Lembro muito da minha mãe, minha

3 Universidade do Estado de Minas Gerais.

4 Congado. É uma mistura das festas trazidas pelos africanos escravizados com a religiosidade cristã colonial. Suas origens remontam a um rito africano, no qual os súditos faziam um Cortejo aos Reis Congos, a fim de agradecer os seus governantes.

5 O Reinado Treze de Maio é um dos mais tradicionais representantes da tradição do Reinado, na cidade de Belo Horizonte e no estado de Minas Gerais. Sua história remonta ao ano de 1944, no Bairro Concórdia, com a fundação da “Guarda de Moçambique Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário” pela Preta Vêia Maria Cassimira das Dôres, ou Vovó Cassimira. Sua filha, Isabel Casimiro das Dores Gasparino, foi Rainha Conga de Minas Gerais e vice-presidente da guarda. Fonte: <https://santaterezatem.com.br/2018/05/11/festa-do-reinado-13-de-maio-de-n-s-do-rosario/>

avó, minha madrinha, que era benzedeira, no Dia de Cosme e Damião, fazia saquinhos de doce para distribuir. Era uma rede de solidariedade muito forte, que tem muito a ver com a cultura do bairro também.

No Concórdia, tem um catolicismo meio popular, de cultivar os santos populares. Mas na questão religiosa, não tivemos a influência afro-brasileira do bairro. Fomos todos criados na tradição católica. Fizemos a primeira comunhão, depois crisma, essas coisas todas. Minha mãe era “filha de Maria”, meu pai era “coroinha”⁶ de igreja. Mas tinha preconceito. Mesmo sendo uma família negra, tinha aquela ignorância de nos manter distantes da religião de matriz africana, que seria o Candomblé. A gente intuía que tinha familiares que faziam parte da Umbanda, mas era muito silenciado. Cresci sem essa influência e, depois de adulta, resenti-me de não ter tido tanto contato, em um bairro com essa tradição tão forte. Eu me ressinto um pouco, porque acho que ficou faltando um pedaço. Se eu tivesse um pouco dessa criação dentro do Candomblé, da própria Umbanda, do que tinha no bairro, talvez eu me sentiria mais completa. Mas não foi assim, o caminho foi todo católico.

A construção da identidade a partir das referências: a influência da família e das artistas negras

A formação da minha identidade negra vem desde criança. Sempre tive muito incentivo em casa, muitos elogios a mim, aos meus cabelos. Minha mãe fazia penteados, tranças, cachos. Minha tia, já falecida, foi uma grande referência. Uma mulher negra muito bonita, que andava muito bem arrumada. Minha madrinha ouvia muita música negra, Tim Maia, Martinho da Vila, Jorge Ben e os cantores americanos. Sempre que tinha festa na casa dela, chegavam aquelas mulheres negras que pareciam de cinema, de cabelo *black*, com aquelas batas. Elas nos influenciaram, apesar de não termos muita noção dessa influência. Aquela estética bonita, afirmativa e as músicas ficaram guardadas na minha memória.

Quando criança, cortava e alisava o cabelo. Não podia ter cabelão com trança, porque falavam que não era bom. *Tacava* alisante, rolinho, ferro quente, *henê*⁷, tudo que você imaginar, para o cabelo ficar arrumado – e cabelo arrumado era alisado. Já adolescente, a minha irmã mais velha resolveu assumir o cabelo crespo. Quando saiu toda a química do cabelo, eu me lembro dela falando de como gostou de tomar banho, lavar o cabelo e sair ao ar livre, sentindo o vento bater nele molhado. Cabelo molhado? Nem pensar naquela época! Tinha que estar esticado, alisado. Eu também decidi parar de alisar o cabelo. Aos 15 anos, comecei eu mesma a fazer umas tranças. Aos

6 Ritos e atividades da tradição da igreja católica.

7 Produto cosmético capaz de colorir e alisar o cabelo a partir de processo químico.

16 anos, já fui me modificando. Aos 17, tinha conseguido tirar toda química e deixá-lo crespo. Esse foi o primeiro movimento. E, curiosamente, quem mais falou e tripudiou do nosso cabelo crespo foram as pessoas da família, não os colegas da escola. A gente chegava na casa da minha vó e os vizinhos falavam: “Uai, vocês não vão arrumar o cabelo mais não? O cabelo de vocês era tão bonito”. E eu respondia: “Ué, mas tá arrumado!”.

Eu e minhas irmãs paramos de alisar e íamos ao salão *black* para fazer cortes diferentes. Começamos a gostar e não nos víamos mais de cabelo alisado. Pouco depois, comecei a participar do movimento negro e encontrei um espaço de reafirmação de tudo aquilo que já estávamos vivendo sozinhas. Tinham as tranças, os coques para cima e tive a possibilidade de ser assim também. Nas oficinas, a gente conversava muito sobre autoestima e a importância de se assumir como é.

No início da década de 1980 começaram as campanhas para o censo demográfico. Nele, a população negra não aparecia, porque não se declarava. Havia uma campanha nossa, do Movimento Nacional: “Declare sua cor, não esconda sua raça para o censo do IBGE”. E começou o processo das pessoas se afirmarem como pretas ou pardas – levou anos para começar essa autodeclaração.

A Clara Nunes teve um papel fundamental na minha vida e na construção da minha identidade negra, principalmente quando ela voltou da África, toda diferente esteticamente. Deixou o cabelo crespo e começou a cantar músicas mais ligadas às referências das religiões de matriz africana. A Zezé Motta também foi uma inspiração quando fez aquela novela como par romântico do Marcos Paulo, e houve uma grande rejeição. A gente ouvia no ônibus “como pode o Marcos Paulo beijar aquela macaca?”. A gente não interferia, mas sentia aquele peso e ficava com uma indignação muito grande. Teve a Sandra de Sá, que foi classificada em um festival com músicas que falavam de questões raciais. A gente começou a ver como eram bonitas aquelas mulheres. Começamos a nos inspirar nas pessoas de dentro da própria militância, que eram lideranças, artistas. Eram referências na questão da estética e a gente começou a se vestir e a se produzir de uma forma diferente. Mais coloridas, com tecidos africanos, brincos e colares – que sempre gostei muito. A estética também é política. Eu não tinha a consciência da estética enquanto política, mas era isso de se mostrar como é, com orgulho, sem vergonha. Era um movimento político. Quem contribuiu muito no início foi minha própria irmã e o movimento negro em si. Minha irmã mais velha começou a conviver com alguns colegas que faziam essa discussão racial. Os filmes, os livros. A escola contribuiu *zero*, muito pouco, teve pequena participação nesse processo.

2. Trajetória Escolar

Meus pais sempre nos incentivaram a estudar. Diziam que não podiam dar nada, mas que garantiriam que continuaríamos estudando. Meu pai comprava material escolar e sabe Deus como fazia para pagar. Naquela época, no início da década de 1970, tinha que comprar tudo: livros e cadernos. Não existia esse programa de distribuição de material escolar, tal como hoje. Minha mãe matriculou a gente no pré-primário, em uma escolinha no bairro que funcionava dentro de uma igreja metodista. Lá havia uma espécie de pátio, duas salinhas, uns brinquedinhos. Pagavam uma mensalidade, mas era irrisória. A professora morava no bairro, era muito carinhosa e atenciosa. Não havia preocupação com a alfabetização como hoje, em que se ensina as crianças a lerem muito precocemente. Era socialização, brincadeira, desenho, tudo muito gostoso.

Como eu era muito independente, ia sozinha para escola. A aula começava 13h05 e às 12 horas eu já estava na porta da escola. Minha mãe não interferia para falar: “Ó tá muito cedo para você ir”. Eu achava que tinha que sair cedo de casa, porque não gostava de chegar atrasada. Dá para ter uma ideia do tanto que eu gostava de estudar.

Nos primeiros anos do ensino fundamental, estudei na Escola Estadual Benjamin Guimarães, que também ficava no bairro. Era um pouco mais longe, mas também ia sozinha e chegava cedo. Eu adorava estudar, nunca faltava. Não lembro de ter faltado até a terceira série, pois mesmo doente eu ia para a escola. Aprendi a ler cedo, fui uma das primeiras da turma a aprender, gostava de ler histórias. Escrevi uma redação que participou de um concurso da Secretaria de Educação e foi



Primeiro Ano na escola do bairro Concórdia.
Crédito: Acervo Pessoal

publicada em uma revista. Não tivemos acesso a essa revista, mas nunca me esqueci disso. Eu adorava a professora da primeira série. Era uma professora branca, que recebia todas as crianças na porta da sala e dava um beijo e um abraço. Mas, na quarta série, tive uma professora de que não gostava, houve muito conflito com ela. Não externalizado, porque naquela época eu não abria a boca, era muito quieta, calada, tinha medo de ser chamada à atenção, mas achava ela brava, muito ruim, xingava as crianças e puxava as orelhas.

Em 1976, aos 11 anos, eu fui para a Escola Estadual Olegário Maciel, no centro da cidade. Minha mãe pediu para minha irmã mais velha me levar um dia. Ela me levou, mas não me buscou e disse: “Você viu o caminho e agora vai voltar sozinha”. Acho que essa foi a forma que a minha mãe encontrou de a gente crescer independente. Lembro que fiquei um pouco perdida, dei uma volta danada para voltar para casa.

Era o período da ditadura militar, portanto a escola era administrada por militares. Mas foi uma experiência boa. Eu me lembro da professora Isabel, de Práticas Industriais, que era muito atenciosa. Os alunos costumavam ser invisíveis na sala de aula, principalmente os negros. Era praticamente impossível haver algo mais próximo com professor, mas essa professora Isabel tinha uma relação muito carinhosa comigo. Também me lembro de outra professora à qual tinha uma admiração muito grande, de Português, negra e casada com um interventor da escola. Ela foi a responsável pelo meu gosto pela leitura, incentivava-me a ler.

Quando fiz 13 anos, fui transferida equivocadamente para o turno da noite. Não era para estar à noite com 13 anos de idade, era para estar de manhã. Cheguei à escola e não vi o meu nome na lista do turno da manhã. Minha mãe foi à escola, mas não deram muita explicação. Então, descobri que meu nome estava no turno da noite. A aula acabava às 23 horas. Uma menina de 13 anos andar naquele baixo Centro era perigoso, mas eu continuei. Minha mãe trabalhava fora, meu irmão era muito pequeno e eu decidi ficar à noite mesmo para ajudar a cuidar dele e fazer as coisas em casa, mesmo sendo muito jovem.

No turno da noite, estudavam as pessoas que reiteradamente repetiam de ano, o que não era meu caso. Convivi com estudantes mais velhos que eu, com uma outra cultura, todos completamente diferentes do que era comum no diurno. A maioria fumava, matava aula e eu era aquela mesma menina quieta e calada. Acabei me tornando um destaque na sala, porque os alunos não estavam nem aí e eu sempre gostei de estudar. Tirava as melhores notas e fazia tudo. Virei a referência. Acho que, por causa disso, eu não sofri tanto com a discriminação racial dos colegas nesse período. Eles me respeitavam, porque eu era calada, tímida, tirava notas boas e, sempre que precisavam, eu estava lá para ajudar.

Éramos poucos estudantes negros, mesmo no noturno. Apesar de ter um pouco mais de negros, a maioria era branco. Ainda não havia a democratização do ensino, em que todos têm acesso à escola pública. Era preciso fazer uma prova de seleção para ser admitido, então a maioria não era de meninos negros. Tive uns dois professores negros nessa escola. No ensino fundamental como um todo, foram quatro professores negros. E até hoje eu me lembro de todos, porque eles acabam sendo a referência para mim.

No ensino médio, eu fiz prova de seleção no Estadual Central e no Instituto de Educação, pensando em cursar magistério. Passei no Estadual Central, e voltei para o turno diurno. Foi uma experiência muito rica e bacana, porque o Estadual Central era a escola da liberdade. Lá circulava uma outra cultura, mais engajada politicamente, apesar de ser ditadura. Tinha cultura, tinha auditório, levavam peças de teatro, shows, palestras, biblioteca muito rica, a convivência com colegas de diversos lugares, porque vinham pessoas do interior estudar em Belo Horizonte. Tudo muito diferente.

No ensino médio, o gargalo de estudantes negros ficou ainda pior. Para se ter ideia, no primeiro ano havia no máximo seis estudantes negros. No segundo, uns três. E no terceiro, uns três também. Hoje, a gente faz essa reflexão sobre a juventude negra e como isso é um reflexo desde lá de trás. Eles começavam a trabalhar muito cedo e não chegavam ao ensino médio. O racismo ali presente, expulsando estudantes negros, interrompendo sua escolarização.

Essa fase foi rica, de fortalecimento, de vontade de entrar na faculdade. Quando eu estava no terceiro ano, havia a possibilidade de fazer teste vocacional. Eram vários encontros com estagiários de Psicologia, até traçar um perfil de qual seria a tendência para fazer a faculdade. E para mim deu tudo área de Humanas: Serviço Social, Letras, Direito e História.

Eu resolvi fazer História. Prestei o vestibular e fui aprovada na UFMG. Estudei no prédio antigo da Fafich⁸, no bairro Santo Antônio. Foi outro mundo que se abriu, outra realidade completamente diferente, outras cabeças, vivências, outras coisas. Nessa época, eu já morava no Bairro São Gabriel. Minha família já tinha se mudado para lá quando eu tinha oito anos, mas eu fiquei com a minha avó no bairro Concórdia até os 11 anos, quando me mudei para o São Gabriel, um bairro de difícil acesso; e eu já estava no curso superior, no período noturno, muito pesado e difícil. Tinha que trabalhar de dia para pagar os *xerox* e as passagens.

Chegar à universidade foi um divisor de águas para mim, devido a tudo que ela proporcionou e eu aproveitava tudo: debates, cursos e fui monitora de Sociologia do ciclo básico, uma oportunidade acadêmica boa. Depois, engajei-me no projeto de educação para adultos na Faculdade de Engenharia,

8 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

tinha bolsas também, tudo para complementar a renda. Apesar de vários colegas falarem que queriam fazer pesquisa, eu tinha tudo muito definido para mim. Queria fazer licenciatura, ser professora de escola pública. Essa era a forma de dar uma contribuição e ter um engajamento social mais forte. Identifiquei-me bastante com a área da pedagogia, da educação, participei com muito vigor, gostava de tudo.

3. Engajamento político e militância

Meu engajamento político começou em 1981, no Estadual Central. Eu já tinha um envolvimento com as pastorais dentro da igreja católica, que mantinham uma forma de diferente atuar. Era a época das Comunidades Eclesiais de Base, da Teologia da Libertação. Fui pendendo para essa versão mais politizada das pastorais, fui da Pastoral da Juventude e depois da Pastoral Universitária. Os grupos de jovens tinham esse caráter da convivência. E como eu descobri que, a partir desses grupos, eu podia fazer parte de movimentos mais políticos, eu saí um pouco da questão religiosa e tendi às questões políticas. Devo muito da minha formação política a esses grupos da igreja. Com 16 anos, eu fiz curso sobre desemprego com o Eduardo Suplicy⁹, na Igreja São José. Eu ia para as discussões sobre Política e Igreja, Fé e Política, movimento que existe até hoje, em que se discutiam todas as tendências políticas no Brasil e a importância da vinculação da igreja com a política. Eu participava dos seminários, cursos e comecei a fazer essa leitura sobre política.

Entrei para a universidade em 1984; em 1987, então, eu comecei o engajamento com o movimento negro. Eu fazia parte do Centro de Estudos Históricos, uma espécie de Diretório Acadêmico. Faltava um ano para o centenário da abolição e começamos a conversar sobre o que poderíamos organizar para as comemorações. Fizemos, junto com um professor de Antropologia, um seminário chamado “O Negro na História, Racismo e Ensino”. Esse professor ajudou a convidar pessoas que eram referências no Brasil. Então, comecei a frequentar o Grupo União e Consciência Negra (Grucon). Fui convidá-los para o seminário e nunca mais saí, e ali iniciei a minha militância no movimento negro.

Foi fundamental na minha vida, eu passei a ter uma outra visão da História, de mim mesma, da importância dessa discussão. Abriu outro portal de engajamento. Foi lá que tive contato com várias lideranças que são referências para mim e são meus amigos até hoje. Eu tinha 22 anos, era estudante de História e foi muito importante.

⁹ Política brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), do qual é um dos fundadores; economista e professor universitário. Foi senador e atualmente é vereador da cidade de São Paulo.

Eu fiz parte de algumas organizações do movimento negro. Já professora, iniciei um engajamento muito forte na educação para as relações raciais. Nos anos 1990, começamos um grupo de educadoras negras e a constituição do Centro de Referência da Cultura Negra, uma organização que já não existe mais. Paralelo a isso, eu fazia parte do N’zinga Coletivo de Mulheres Negras, que tem mais de 30 anos. Existe até hoje, mas acabei me desligando depois de um tempo. E hoje, integro a Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais, que é um movimento que vem, desde 2015, com a Marcha Nacional das Mulheres Negras. Em 2018, aconteceu uma rearticulação dessa rede aqui em Minas Gerais, a partir de Belo Horizonte, com vários encontros e reuniões, e em setembro conseguimos fazer o Encontro Estadual de Mulheres Negras de Minas Gerais. Neste ano de 2020, com a pandemia, a rede se congrega mais virtualmente. É uma rede que integra outras organizações de mulheres negras do Estado.

Dentro da universidade, eu faço parte do Programas Ações Afirmativas na UFMG. A minha trajetória acadêmica, inclusive o mestrado e o doutorado, foi feita na UFMG, na Faculdade de Educação, onde está localizado o Programas Ações Afirmativas. Não é uma organização do movimento negro, mas é uma organização muito forte e potente dentro da universidade.

4. Trajetória Profissional

Em 1986, eu havia feito um concurso federal e comecei a trabalhar no extinto Inamps¹⁰. Era um cargo com salário baixo, mas tinha plano de saúde, auxílio-creche, benefícios que me fizeram ficar durante 10 anos por lá. Eu trabalhava 6 horas no Inamps e comecei a lecionar no período noturno, em 1989, ano seguinte à minha formatura. Era uma escola municipal em Betim. Era muito difícil, porque era longe, no período noturno, eu demorava para chegar em casa. Até tentei fazer o bacharelado logo que me formei na licenciatura, mas não consegui conciliar, porque já estava casada, dando aula, trabalhando.

Foi uma primeira experiência nesse sentido, porque eu já tinha trabalhado por três anos com educação de adultos e era muito diferente. Ensinei a adolescentes que tinham uma trajetória escolar de muita dificuldade. Senti um impacto. Mas fui criando um *know how* para ser professora de adolescentes, o que não é fácil sem a ajuda das pessoas. Eu ia tentando. Às vezes dava certo, outras não. Penso que deveria haver outra forma de receber professores que estão iniciando a carreira.

Em 1990, eu entrei para a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Eu fiz um concurso logo que me formei na faculdade e fui chamada. Comecei em uma na Escola Municipal localizada no

¹⁰ O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).

Bairro Céu Azul. Também no período noturno, e estava ocorrendo o processo da primeira eleição direta para a direção da escola. Foi aí que consegui fazer um engajamento muito grande com uma das pessoas que iria se candidatar e ela tinha um projeto muito bacana para a escola. Comecei a me engajar politicamente com a educação pública. Havia muitas discussões sobre projetos e políticas pedagógicas. Mas não foi uma fase fácil, porque quando a gente está começando, leciona as disciplinas que estão “sobrando” na escola. Naquela época, ainda havia a disciplina de Moral e Cívica e de OSPB (Organização Social e Política Brasileira). E eu era professora de Moral e Cívica, OSPB e História do ensino fundamental, do ensino médio científico e do ensino médio magistério. Era muita complexidade para uma professora iniciante. Eu tinha 25 anos, para vocês terem uma ideia.

Mas fui aprendendo, conversando muito com os próprios estudantes, às vezes eles mesmos sentavam e conversavam, faziam críticas: “Olha, tem que melhorar isso e mudar aquilo”. Sofri muito, pensei até em desistir, mas segui em frente e consegui fazer algumas coisas importantes.

Quando meu filho nasceu, em 1992, eu tive que sair dessa escola e ir para outra no período diurno, também na região de Venda Nova. Nessa, eu consegui fazer um trabalho mais efetivo, talvez por ter sido uma das melhores experiências profissionais como professora que tive na vida. Acompanhei um grupo de alunos da 5º a 8º série que era mais ativo. Mantemos um vínculo até hoje, foi uma experiência muito importante. Eles já estão com trinta e tantos anos. Nessa escola, eu era professora de História e consegui trabalhar um pouco as temáticas de racismo, consciência negra e todas essas discussões que eu sempre tinha tentado fazer antes. Atuei na coordenação de área de Geografia e História, que foi uma experiência muito boa também.

Eu resolvi me candidatar à diretoria da escola, junto com outra colega, uma professora negra. Foi um processo bem difícil, a gente sofreu racismo e toda forma de preconceito e discriminação. Essa colega, que se candidatou comigo, até o fato de ela ter cinco filhos foi levado para os debates:



Aula-oficina sobre relações raciais. Belo Horizonte, 2005.

Crédito: Acervo Pessoal

“Como uma mãe de cinco filhos iria dar conta de ser diretora de uma escola?”. A gente perdeu e foi um processo bem traumático, mas que me ensinou muitas coisas.

Na chapa vencedora, a nova diretora que iria assumir acabou desistindo. Precisavam fazer uma recomposição e indicar alguém para assumir como vice-diretora. E indicaram o meu nome. Eu já tinha toda proposta de ter uma escola mais voltada para as questões sociais, para as condições dos estudantes, que eram muito difíceis, a tentativa de implantar alguns projetos institucionais para discutir identidade negra e racismo.

Passados dois anos como vice-diretora, eu me candidatei a diretora, fui eleita e fiquei mais dois anos. Entre vice-diretora e diretora, foram quatro anos só nessa escola, na gestão. Uma escola pública, com pouco recurso financeiro. Foi um momento complicado, mas nós conseguimos projetos muito importantes. Demos um acolhimento maior para os estudantes, pensamos na inclusão, na democratização das possibilidades de participação. Por exemplo, naquela época até para fazer excursões a gente tinha que pagar para aqueles alunos que não tinham condições financeiras. Hoje em dia, isso mudou. Mas naquela época a gente tinha que dar um jeito. A gestão teve essa marca, essa proposta de abranger o maior número possível de estudantes, de tentar não excluir ninguém.

Em 2001, quando eu fui para o mestrado, pedi licença de um dos meus cargos e, no outro, fui trabalhar na Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Era um projeto de formação de professoras que trabalhavam em creches, para garantir que elas tivessem certificação em Educação Infantil. Fiquei por três anos e, depois, a convite da equipe da Secretaria, fui coordenar o Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero. Isso foi em 2004, já tinha um ano que a lei 10.639/03¹¹ tinha sido promulgada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Havia uma movimentação nacional para a efetivação dessa lei. Eu fiquei quatro anos na coordenação do núcleo. Era uma frente ampla, de muitos trabalhos, de muitas ações e, principalmente, com muito investimento na formação de professores na temática: garantia de material pedagógico para ser distribuído nas escolas; organização de espaços de discussão e formação, tanto de estudantes, quanto de professores; tentativa de fixar a discussão e a temática racial dentro da política pedagógica da Secretaria de Educação; de enfrentamento ao próprio racismo institucional presente ali, naquele espaço; discussões mais amplas com a população negra e com os movimentos da cidade.

Logo em seguida a essa experiência da Secretaria de Educação, ao final de 2007, eu recebi um convite da Regional Norte para assumir, junto com outra colega, a direção da Escola Municipal Florestan Fernandes. A escola havia sofrido um processo de intervenção e a direção foi afastada.

11 Estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica.

Fiquei na direção dessa escola por quatro anos. Também não foi fácil, era um local muito marcado pelos problemas na gestão. Havia um grupo de professores muito instável, que não ficava na escola. A maioria dos estudantes eram negros, com famílias chefiadas por mulheres, a maioria beneficiária do Bolsa-Família e com o entorno muito marcado pela violência. Era complexo. Foram muitos enfrentamentos e vários desafios. Durante essa gestão, implementamos, a partir de 2008, um projeto institucional na temática étnico-racial e promoção da igualdade racial. Um projeto que teve reconhecimento nacional e recebeu várias premiações.

Depois que acabou essa experiência, eu não quis me candidatar ao cargo novamente. Voltei para a sala de aula e estou nela até hoje. Eu me aposentei de um cargo e atualmente estou como Coordenadora do Programa de Escola Integrada, que iniciou em 2018 e terminará neste ano de 2020. Eu voltei para a sala de aula de 2012 até 2017. Essa é a minha trajetória na Prefeitura de Belo Horizonte.

Enfrentamento do preconceito, racismo e machismo no ambiente profissional

Na minha trajetória profissional, o primeiro contato foi com o machismo. Eu comecei a lecionar relativamente nova. E quando eu comecei a dar aula no período noturno, os meus alunos tinham uma idade muito próxima à minha. Foi preciso aprender a lidar com toda aquela questão do assédio. O racismo, eu enfrentei muito de perto quando comecei a lecionar na segunda escola da prefeitura, em Venda Nova. Como eu era muito propositiva e fazia de tudo para realizar alguns projetos, percebia um clima que tinha a ver com a minha insistência de realizar projetos na temática racial. Mas nada tão explicitado assim, algo que a gente lê nas entrelinhas. O que eu considero ser uma particularidade do nosso racismo. Mas quando eu fui para a Secretaria de Educação com a proposta de pensar em um projeto para a implementação da lei 10.639/03, aí eu senti o racismo mais forte e presente. O que não é só das pessoas, mas da instituição em si. Como o racismo institucional está instaurado, eram frequentes os boicotes às atividades que a gente fazia.

Uma das primeiras ações amplas, abertas, voltadas para as cidades, com os professores das escolas, foi a Primeira Mostra de Literatura Afro-Brasileira, em 2004. Construímos essa mostra a muitas mãos e conseguimos organizar uma programação muito bonita, que congregava os professores e os alunos. Convidamos escritores do Brasil inteiro, ilustradores, com realização de debates, palestras, filmes, oficinas e tudo que vocês poderiam imaginar. Mas percebi, nos dias que iam se seguindo na programação, uma defasagem muito grande no número de participantes. Quando nos reunimos para fazer a avaliação, constatamos que houve boicote na divulgação por parte de pessoas e equipes que ficaram com a função de fazer a divulgação, de incentivar as escolas a participarem. Fomos percebendo que as pessoas deixavam para divulgar em cima da hora, e

muitas das pessoas que deveriam estar lá, presentes, não estavam. Entendemos que o trabalho ia ser muito maior do que o que estávamos fazendo.

Nesse momento, começamos a aprofundar mais sobre o racismo institucional. Iniciamos uma formação de gestores dentro da Secretaria de Educação, voltada para a temática racial. Fizemos um planejamento, uma formação bem organizada, para sensibilizar os gestores que estavam na Secretaria de Educação, nas nove regionais que estavam à frente das diretorias pedagógicas de educação, equipes de formadores que estavam nos centros de formação dos professores. Montamos um planejamento para formar, sensibilizar com conteúdo, com teoria e com possibilidades práticas para poder enfrentar o racismo. Firmamos um acordo com a Secretaria para realizar a formação em um formato de curso, com toda uma proposição de enfrentamento ao racismo institucional. Seguimos, mas enfrentávamos muitas situações em que o racismo se revelava de forma velada.

Outra situação foi com relação a um projeto que elaborei, porque naquele período havia muito recurso vindo do MEC, do FNDE¹², destinado às Secretarias para a promoção de cursos mais consistentes, com carga horária maior. Eu elaborei um projeto de formação para professores e bibliotecários da rede municipal, uma formação com carga horária de mais de 120 horas. Estava tudo certo, passou por todos os trâmites. No MEC, estava praticamente aprovado e uma pessoa responsável pelo projeto me ligava insistentemente dizendo: “olha, está tendo problemas na questão do orçamento, tem que pedir a pessoa responsável por isso para poder rever”. Eu respondia: “Mas a gente já pediu”. Aí, dizia: “Você tem um dia para resolver isso, senão vai perder o projeto”. Depois descobri que a pessoa responsável por isso não tinha dado a mínima atenção. Tinha passado vários outros projetos de outras áreas e outras temáticas e o nosso estava lá, *empacado*. Eu tive que fazer uma pressão interna muito grande, contatar pessoas para conseguir *desencalhar*, vamos dizer assim, esse projeto, resolver o problema que tinha sido apontado pelo MEC e conseguir realizar o curso.

O racismo não é explícito. Eu até preferia que fosse, porque a gente enfrentaria mais diretamente. Mas são esses meandros, melindres, coisas que ficam nas entrelinhas e que nos prejudicam muito. E era muito recorrente por parte de algumas gerências, em um nível hierárquico superior, falarem: “Ah, vocês só falam disso, só falam em racismo, querem ver racismo em tudo. Tudo de vocês é isso”.

Depois, enfrentei uma situação muito emblemática, porque uma das coisas que conduzimos como política pública foi a composição de um conjunto de obras teóricas e literárias chamadas de *Kit* de Literatura Africana e Afro-brasileira, a partir de 2004. Começou com uns 20 títulos, foi

12 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

aumentando, até que em um dos últimos que eu participei tinham mais de 120 títulos, enviados para todas as escolas da rede. Tem duas questões interessantes sobre esse *kit*: a primeira, é que eles chegavam em muitas escolas e as diretoras falavam que queriam devolver, porque as professoras delas não iriam ler aquele tipo de material. Ou ficavam empoeirando em um canto das salas das direções, sendo que o lugar deles deveriam ser as bibliotecas, com toda orientação para que as bibliotecárias dessem visibilidade aos *kits*. Descobrimos que muitos ficavam encaixotados. E a outra questão foi com relação ao livro *Manual de sobrevivência do negro no Brasil*, de Maurício Pestana. Era cheio de quadrinhos, de desenhos e em uma das páginas, ele aborda a violência policial. Uma professora de uma das escolas denunciou o livro como desrespeitoso à Polícia Militar.

Começou todo um processo de embate com a Polícia Militar, e ninguém queria assumir aquela discussão. Como se tratava de uma política da Secretaria de Educação, quem deveria fazer uma conversa, seria quem estava em uma instância superior. No fim, eu tive que fazer a discussão. Primeiro, fizemos uma reunião interna com um grupo que discutia a violência nas escolas e tinha uma relação mais estreita com a polícia. Era uma política da Secretaria de Educação. Eles disseram: “Pois é, a questão com esse livro está atrapalhando a relação que estamos construindo com a polícia, que estava correndo muito bem, uma relação amigável”. Eu respondi: “independentemente de vocês estarem com essa proximidade, é um fato real. A polícia é responsável pela violência racial também. A gente tem casos historicamente comprovados de violência explícita da polícia por motivação racial”.

Fizemos essa discussão interna, foi muito tenso e eu percebi que, naquele grupo, eu não teria apoio. Então fomos, juntamente com uma representante da Secretaria de Educação, fazer uma conversa com um tenente coronel da Polícia Militar, na Praça da Liberdade. Eu sabia que a pessoa que me acompanhava não falaria nada, e a discussão ficou toda comigo. Foi uma coisa! Não sei de onde eu tirei força. Mas, em nenhum momento, eu abri mão da minha posição, apesar de estar à frente da alta patente da polícia. Isso é muito intimidador. Ele todo paramentado, com aquelas medalhas, em um ambiente que é aquela coisa toda disciplinar da polícia, e eu expus toda a minha posição. Falei que o livro abordava a questão da violência policial e que eles deveriam concordar que, historicamente, a polícia tinha uma contribuição muito forte nesse processo do racismo, por reproduzir e produzir essa violência, tendo como alvo, principalmente, as pessoas negras, a juventude negra. Já, naquela época, há 15 anos, fazia-se essa discussão.

Foi muito intenso, porque havia até uma posição de retirar os livros das escolas. Mas, ao mesmo tempo, além de ter feito aquela conversa, eu fiz uma articulação nacional. Disparei e-mail para todo mundo, para o Ministério da Justiça, para todas as organizações do movimento negro, expondo a situação. Houve uma articulação extramunicipal que fez com que o governador na época

falasse: “Não, a gente não vai instaurar a censura aqui no nosso Estado, então esse livro fica. Não vamos mexer com isso”. Mas foi tudo muito tenso, porque foi como se todo o projeto em torno do que o livro representava, o que estava por trás de toda uma política de implementação da lei 10.639/03 fosse uma posição minha. Não foi um assumir institucional da Secretaria da Educação. Eu, Patrícia, tive que fazer um enfrentamento praticamente sozinha naquele momento.

É o que chamamos de racismo, primeiro em instância estrutural; mas tem essa outra instância, que é o racismo institucional. E que se mostra muito forte, emblemático e recorrente. No momento das definições das políticas pedagógicas, a gente queria aprofundar na questão da alfabetização, e na secretaria havia todo um investimento nesse setor. Dizíamos: “Se olharmos as pesquisas, a maioria que não está alfabetizada são meninos negros, então essa discussão tem que entrar”. E aí eles já colocavam de lado: “Ah! Vocês veem racismo em tudo, tudo tem que colocar”.

Eu ia tentando estratégias para enfrentar o racismo institucional. Uma delas, era conquistar pessoas-chave dentro de outros núcleos, como o de Alfabetização, Juventude, Meio Ambiente etc. E essas pessoas se tornavam um pouco as defensoras dessa discussão, dentro dos seus núcleos. Mas eu ousei fazer uma avaliação que se esse racismo institucional tivesse sido enfrentado com mais profundidade, hoje, em Belo Horizonte, teríamos caminhado muito mais. Porque, parece, há uma situação que vai e volta. E problemas recorrentes, principalmente na questão da equidade, que são muito difíceis de enfrentar. Existe uma desigualdade educacional enorme, que atinge os estudantes negros e brancos diferentemente. Mas foi um processo desafiador, quase pioneiro. Um grupo anterior já tinha uma experiência, uma oportunidade de avançar. E quando começou esse projeto do Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero, nós fomos com uma equipe grande, disposta e investindo muito, mas o racismo institucional impediu um avanço maior. Os meninos negros continuam sendo os mais prejudicados, o racismo nas relações interpessoais continua sendo recorrente, inclusive na relação professor e aluno, e as dificuldades de algumas escolas em assumir um projeto institucional como está previsto em lei.

A implantação de um projeto referência na promoção da igualdade racial nas escolas de Belo Horizonte: o legado

Na segunda escola em que fui diretora, a vice-diretora também era negra. Quando entramos para nos apresentar, escutamos: “Olha, duas diretoras negras”, em um tom depreciativo. E foi isso também que acabou nos estimulando a criar o projeto institucional na escola, em 2008, para a promoção da igualdade racial, que atualmente é um projeto referência não só em Belo Horizonte, como no Brasil. Mas, também, eu vi estranhamento da nossa presença ali dentro. Ter duas diretoras negras é pouco comum ainda, infelizmente. Apesar de serem cargos que não têm altos salários, nem prestígio, ainda são ocupados por pessoas brancas. A gente conseguiu institucionalizar, na escola,

um projeto voltado para as relações raciais e para a promoção da igualdade racial. Eu deixei o cargo de direção em 2011. Nós estamos em 2020 e esse projeto continua, mesmo já tendo passado por mais três gestões diferentes.

Eu tenho muito orgulho de ter conseguido aprimorar esse projeto, que é feito durante o ano inteiro, não em uma data específica. Que todos os estudantes participam, todos os professores realizam, a comunidade se engaja. O projeto foi premiado. Só na época da minha gestão, ele recebeu dois prêmios: um na categoria Professor, em 2010, e outro na categoria Gestão. E, ainda, recebeu um selo da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, em 2011, como escola que promove a igualdade racial. Foi a única escola que recebeu este selo em Minas Gerais. Ganhou, também, o selo “BH Sem Racismo”, da prefeitura de Belo Horizonte, por várias vezes. É um projeto que tem vários filmes produzidos sobre ele. Houve cobertura do Canal Futura, da TV Minas, rádios, publicações em revista e um artigo publicado na revista eletrônica da ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores e Pesquisadoras Negras.

E tem o retorno positivo dos estudantes. De vez em quando, a gente tem contato com os estudantes da época. Eles me falam como foi importante, como os impactou. Eu acho que esse é o meu maior orgulho. Não os prêmios, mas o reconhecimento dos estudantes, que começaram a descobrir sua identidade racial e a se posicionar a partir das experiências que viveram naquele período. Isso não é pouca coisa! Eu tenho um depoimento de uma ex-aluna que se formou em Nutrição recentemente e ela disse como os projetos da escola influenciaram na definição de sua carreira, no processo de se assumir negra, de assumir a estética negra e de ter um posicionamento quanto a questões raciais. A gente também instituiu um concurso de cabelo crespo e cacheado, há cinco anos. Várias estudantes trazem depoimentos sobre o processo de assumir o cabelo crespo, a partir do concurso. Os professores também falam como foi marcante na experiência profissional e de vida, como o projeto os influenciou a fazer esse trabalho em outras escolas nas quais trabalham. Apesar de todos os desafios, porque quando a gente conta é bonito, mas o processo foi muito desafiador. Então, eu penso que o mais bacana disso tudo é marcar a vida das pessoas.

O protagonismo e a força das mulheres negras na educação

As pesquisas vão revelando que as temáticas raciais chegam às escolas por meio da atuação das pessoas negras. E, mesmo que se torne um projeto institucional, são originadas pelas pessoas negras. Colegas negros e negras têm histórias semelhantes à minha e isso faz uma diferença enorme. Inclusive, o meu mestrado foi sobre a trajetória de professoras negras e como essas trajetórias impulsionam as professoras a ter posicionamento frente à discussão racial, tanto nos relacionamentos pessoais quanto nos profissionais. De serem as primeiras a provocarem essa discussão e esses movimentos em suas escolas. Eu acredito nessa força, sim! E eu acredito, que se

fizer de novo essa pesquisa que eu fiz nas escolas de Belo Horizonte, há mais ou menos vinte anos, eu penso que o resultado vai ser o mesmo. Só de ver nos seminários, nos relatos de experiências, como o protagonismo das professoras negras é forte. É um legado que elas deixam, uma marca. E isso tem que se tornar conhecimento, inclusive para que essas experiências possam se transformar em conteúdo para os projetos de formação, que estão lá nas universidades, na formação continuada. O que nos leva a ter uma política, ou uma ação de sucesso, no enfrentamento das questões raciais dentro das escolas. E que esses projetos tenham significados políticos amplos, que não sejam restritos ao individual, que tenham repercussões sociais. Não é para a gente desistir. É para lutar por esses projetos de mundo mais justo, melhor e menos desigual. E que sejam colocados em prática.

5. Ser mulher negra: uma vida dedicada à luta antirracista

Como as mulheres negras lidam com seus desafios? Primeiro, é se reconhecendo como capaz, como potente de realizar e produzir coisas. Mesmo que a nossa família não diga, o mundo à nossa volta nos diz o contrário. Eu acho que, ainda hoje, persiste essa mentalidade, embora com alguns avanços. Mas a minha geração teve que enfrentá-la, mesmo tendo um pouquinho mais de oportunidade que a geração da minha mãe, por exemplo. Não estou falando nem de sonho, mas dos projetos que temos em mente, de vida e de carreira profissional. É um encontro da gente mesmo, de nos descobrir. E é um processo que não se dá da noite para o dia. Até hoje, estou nesse processo, tenho dificuldade de me reconhecer em alguns lugares, tenho dificuldade de me reconhecer como uma intelectual negra, uma escritora negra. E isso vai sendo construído em um diálogo interno, íntimo e na relação com outras mulheres, que vêm trazendo essas pautas. Pensadoras que só agora estão sendo traduzidas no Brasil, como a bell hooks¹³, que fala que as mulheres negras são intelectuais por si só, mesmo não sendo no saber acadêmico, mas no próprio saber de sobrevivência e manutenção da vida. É um pensamento intelectual, inclusive. Isso demorou muito para chegar até nós. Penso que as próximas gerações vão poder se beneficiar muito.

Segundo, são as oportunidades que não são dadas. A minha família foi uma exceção dentro do meu bairro, pelo fato de meus irmãos e eu termos conseguido fazer o curso superior. Não é só porque a gente batalhou, pois as oportunidades são muito desiguais. E para os outros colegas, amigos de bairro e de caminhada, de trajetória, a vida foi muito diferente. As barreiras sociais e

13 bell hooks nasceu em 1952 em Hopkinsville, uma cidade rural do estado de Kentucky, no sul dos Estados Unidos. Formou-se em literatura inglesa na Universidade de Stanford, fez mestrado na Universidade de Wisconsin e doutorado na Universidade da Califórnia. Seus principais estudos estão dirigidos à discussão sobre raça, gênero e classe e às relações sociais opressivas, com ênfase em temas como arte, história, feminismo, educação e mídia de massas. É autora de mais de trinta livros de vários gêneros, como crítica cultural, teoria, memórias, poesia e infantil. Fonte: <https://editoraelefante.com.br/quem-e-bell-hooks>

raciais são várias. E isso vale tanto para o homem quanto para a mulher – mas acho que para a mulher são mais fortes. Eu descobri formas e estratégias para driblar o acúmulo de jornada. Se eu fosse pensar, eu não teria feito mestrado, doutorado, nada disso. Quando eu fiz estes cursos, já estava mais velha. Terminei o mestrado com 39 anos e o doutorado com 50. Quando eu fiz o mestrado, meus filhos eram pequenos, só tive dispensa de um horário. No outro continuei trabalhando, foi muito difícil, não tive bolsa. Para as mulheres, é muito difícil. E para as mulheres negras, é ainda mais. Ter que conciliar as tarefas e esse acúmulo de trabalho, isso é um grande desafio. Só querendo fazer mesmo que a gente consegue terminar.

As ações afirmativas estão beneficiando algumas gerações. As gerações posteriores à minha já garantiram as vagas e as bolsas, e espero que essa política continue por mais algum tempo. Ela será reavaliada em breve, mas é fundamental ter políticas de ações afirmativas para os grupos mais discriminados no Brasil, especialmente a população negra e indígena. Outra coisa muito desafiadora para mim e para várias mulheres negras da minha geração é o fato de o meio acadêmico ser muito masculino. Principalmente no curso de História, você via poucas mulheres seguindo a trajetória de fazer um mestrado. Eu demorei para fazer mestrado, porque achava que não tinha condições, que eu não tinha competência, que esse negócio não era para mim. Quando eu via uma pessoa fazendo mestrado, achava uma coisa do outro mundo. Claro que a área da educação é predominantemente feminina, mas quanto maiores as exigências acadêmicas, ela vai se tornando mais masculina. Acho que isso é um desafio muito grande.

E a questão de a gente fazer as pazes com a gente mesmo. De se assumir no processo. Como mulher negra, inteligente, que pode, que tem condição, capacidade, repertório, conteúdo e argumento. E, para complementar, eu penso que o que tem nos ajudado é essa coisa do coletivo. Não dá para ficar no campo do individual. Quando você tem possibilidade de discutir coletivamente, fica menos difícil. Não é que deixa de ser difícil não, só fica menos difícil. Esse agrupamento e movimentos de mulheres, as formas de se reunir, de conversar e até desabafar, de qualificar todo esse contexto com reflexões das experiências e as reflexões teóricas também, faz muita diferença e tem que ser ampliado. Cada vez mais, grupos de mulheres de todas as idades vêm surgindo e se organizando. Antes, em Belo Horizonte, dava para contar nos dedos quantos movimentos existiam. Hoje, tem uma infinidade deles, protagonizados por jovens negras que se organizam em grupos de estudos e de discussão, em movimentos políticos, não apenas no meio acadêmico, mas nos bairros, nas comunidades. Tem as mulheres quilombolas e as mulheres indígenas, que estão se organizando para trazer essas discussões para a pauta. E as inspirações, como eu falei, na adolescência a gente se inspirava nas artistas, hoje em dia a gente se inspira, também, nessas mulheres que chegaram antes e que estão aí, representando muito bem todo esse esforço e esses legados, que nos fazem pensar: “É possível chegar lá e ter uma posição”. Não no sentido de posição econômica, mas uma

posição importante dentro da sociedade em que a gente vive, trazendo uma contribuição para o grupo do qual fazemos parte, para a nossa população.

Eu gosto muito do exemplo de uma professora do Rio de Janeiro, Giovana Xavier, da UFRJ¹⁴. Ela fala que a gente sempre trata as pensadoras negras como exceção. E cada vez que elas vão se revelando, a gente chega à conclusão que há uma constelação dessas pensadoras, não é uma ou outra. Quanto mais se pesquisa, mais se descobre essas mulheres negras de destaque. Ao longo de séculos, surgiram mulheres importantíssimas que deram contribuições enormes. Isso também é muito reconfortante. Fazer parte dessa constelação de mulheres que está fazendo a diferença, que estão se movendo, mesmo que seja um pouquinho. A gente fala: “Não move a estrutura, mas balança um pouquinho”.

E eu gostaria de ser lembrada como uma professora negra que dedicou a vida a toda à discussão racial e por toda a minha trajetória, que começou muito cedo. Por uma vida de entrega e também de muito envolvimento. Quero ser lembrada como a professora negra que se envolveu e dedicou uma vida às questões de justiça racial e de luta antirracista.



Diretora da Escola Municipal Florestan Fernandes.
Belo Horizonte, 2008.

Crédito: Wanderson Carlos da Silva Ferreira Oliveira

14 Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Formada em história, mestra (UFF), doutora (Unicamp) e pós-doutora (New York University).

7

Iara Felix Pires Viana
 Matheus Arcelo Fernandes Silva
 Jessyka Martins

IARA FELIX PIRES VIANA

1. Iara, rainha das águas: origem familiar

Eu sou a caçula de oito irmãos homens e venho de uma família muito humilde. Morávamos na favela do Perrella, no bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte, que tem uma geografia muito peculiar e onde, de alguma forma, a gente conseguiu lidar com aquele cenário de precariedade e alta vulnerabilidade. A minha família, especialmente meu pai, mas a minha mãe também, era muito engajada no quesito conhecimento, reforçando a necessidade de estudar. E, muito marcadamente, verbalizado com relação à cor da pele. Meu pai não dizia com todas as letras sobre a questão do racismo, ou do racismo estrutural, mas ele dizia: “Você precisa se achar bonita e você precisa estudar. Porque você precisa ser melhor do que qualquer pessoa. A concorrência está dada e você será muito cobrada”. Ele estava tentando me dizer que eu ia enfrentar uma série de racismos ao longo da vida, mas não

conseguia conceituar isso. Meu pai tinha o quarto ano de grupo escolar, mas era um engenheiro, na prática. Lidava com as obras e com os engenheiros, fazendo os cálculos para eles, inclusive. Hoje, tenho consciência de que o racismo e a branquitude, ao operarem em conjunto, lançam venenos mortais sobre a construção da identidade negra e tentam limitar, imobilizar os indivíduos negros, principalmente as crianças e as mulheres.

Quando eu tinha cerca de nove anos de idade, com as grandes enchentes que tiveram em Belo Horizonte, a nossa casa, com as nossas coisas, foram todas embora. Nós não perdemos ninguém da família, mas perdemos tudo. Fomos para um abrigo e, de lá, fomos conduzidos a morar no conjunto habitacional Morro Alto, em Vespasiano, zona norte de Belo Horizonte. Esse processo representou uma mudança muito drástica, porque a enchente aconteceu em dezembro de 1982 e, em janeiro de 1983, a gente já estava morando no Morro Alto. Tivemos que nos adaptar a essa nova realidade, começar do zero. Mas meu pai nunca trabalhou conosco essa questão da perda e ou da desistência, eu acho que isso me acompanhou durante minha vida inteira.

Ao relembrar a escolha de meu nome, meu pai sempre falava dele como uma potência muito grande. Ele achava que, enquanto menina – e, nesse sentido, olhando para o sujeito e as masculinidades do meu pai – ele pensava: “é menina, ela precisa ter um nome forte e guerreira: rainha das águas”. E água é algo que ninguém freia, então ele não queria que nada nem ninguém me freasse nesse mundo. Queria que eu passasse, nem que fosse por cima, que eu desse vários saltos nas barreiras da vida.

A história da minha mãe dá um livro

Minha mãe é uma mulher muito sofrida, ela não conheceu pai e mãe. Ela é órfã e veio de Baixo Guandu, no Espírito Santo, para Belo Horizonte, aos seis anos de idade. Doadada, por um padre, a uma família da elite belo-horizontina, que vivia na Avenida Augusto de Lima e eram um dos donos do late clube. Antes, ela vivia nos fundos de uma igreja, num orfanato masculino. Ela se recorda que morava no fundo dessa igreja com uma senhora, que chamava de mãe, e era essa senhora quem limpava a igreja, ou seja, era a faxineira. Lembra também que o padre ia todas as noites nesse quartinho e a abençoava, dava um beijo nessa mãe dela e ia dormir.

Já em Belo Horizonte, colocaram a minha mãe num colégio interno. Acreditavam que trouxeram a menina do interior e que ela precisava ser educada. Minha mãe saiu desse colégio interno com 15 anos, já com um pretendente para se casar. Foi o primeiro casamento, não era o meu pai ainda. Sofre muito com esse primeiro marido: 15 anos de idade, recém-saída de um colégio interno, com um pretendente que ela nem namorou – não tinha como dar certo. Contudo, antes de se separar, ela teve quatro filhos. Ao se separar, o marido e a sogra exigem que ela deixe

os filhos com eles, sob a alegação de que ela não teria onde ficar. Minha mãe sempre diz que o erro dela foi ter saído de casa naquela noite, para ir morar na casa de uma patroa, onde ela repetiu o ciclo – era doméstica, faxineira, assim como sua suposta mãe do abrigo. Nas idas e vindas para visitar os filhos, com todos os conflitos postos e estratégias para não rever o ex marido, ela conhece um segundo marido, o Senhor Bené, que ainda não é o meu pai.

Nesse segundo casamento, o ciclo de violência se intensifica e ela volta a sofrer muita violência doméstica, principalmente após o terceiro filho desse relacionamento. Neste momento, em que ela já estava ameaçada de morte, em meio a vários boletins de ocorrência; o companheiro sempre alcoolizado, ora na cadeia, ora em casa; ela decide fugir. Sai de casa com todos os filhos e a roupa do corpo, em uma madrugada, enquanto ele dormia, e vai para a rua. Ela ficava em frente ao hospital da Santa Casa, como se estivesse marcando uma consulta na fila; as pessoas chegavam para marcar consulta e ela vendia o lugar na fila e tinha assim garantido um dinheirinho para tomar um café e dar um pão para os meus irmãos.

Nesse período, meu pai, o Sr. José Viana, que era casado e morava na Serra, quando ia trabalhar, passava em frente à Santa Casa todos os dias; minha mãe, muito bonita, por sinal, chamou a atenção dele, acho que por vários motivos. Vendo ela com as crianças ali, todos os dias, ele resolveu parar e perguntar: “Está tudo bem com senhora, está precisando de alguma coisa?”. E minha mãe, séria,

Iara com sua mãe, Elizabeth, em seu casamento com Rosane Pires.

Crédito: Acervo Pessoal



responde: “Não, não estou precisando de nada. Estou aqui marcando uma consulta. O senhor tá precisando de uma consulta? Eu posso vender o meu lugar”. Então, ele perguntou se ela estava morando na rua com as crianças, e minha mãe já ficou com medo, com receio de perder seus filhos pela segunda vez; mas ele a acalmou e disse que só queria ajudar, só precisava saber como. E desse encontro de cinco minutos nasce um grande amor.

A partir daí, meu pai se separou de um casamento já comprometido e, de fato, abraça a minha mãe. Foram 24 horas para organizar um barracão que comportasse minha mãe com os três filhos que estavam com ela na rua. Minha mãe conta que ela não sentia cheiro de coisa nova há muitos dias, quando ele chegou com um fogão, quatro talheres, quatro pratos, quatro copos e uma cesta básica, para organizar minimamente a subsistência deles nesse novo lar. Eles se apaixonam e se casam. Com ela, meu pai teve a mim e um irmão, Edson Viana, hoje já falecido. E assim foi um casamento que durou para vida. Hoje, já não temos mais meu pai, a diferença de idade deles era muito grande, mas não parecia quando estavam juntos. Eu lembro como se fosse hoje: um romantismo *danado* em casa; nos domingos, fazendo almoço para a gente, uma musiquinha sempre rolando, o amor no ar o tempo inteiro. E, com isso, a minha mãe nunca mais viveu esse cenário de perdas, de dor e de violência, e ela começou a perceber que era possível ser gente, ser mulher e como uma mulher devia ser tratada.

A gente tentou por algum tempo identificar a família dela. Meu pai viajou com ela algumas vezes para Baixo Guandu e descobriram que o padre era o pai dela. E a mãe era de fato aquela senhora que limpava a igreja; mas como o padre Alonso era uma pessoa muito forte em Baixo Guandu, muito considerado religiosamente, pediu muito, quando a minha mãe chegou, que a gente não levasse adiante aquela história. Mas que ele sabia de fato qual era a relação que os unia e qual foi a relação que os separou.

Eu quase sempre trago num primeiro plano o meu pai, quando vou narrar a minha história. Justamente porque ele chega em um cenário para a vida da minha mãe como se fosse o grande príncipe encantado, munido de um escudo protetor para todas as mazelas e violências que ela tinha sofrido até a chegada dele. E isso foi muito transparente na nossa família. Falávamos disso: esconder os problemas não era permitido. Era preciso narrar as dificuldades, justamente para conseguir saneá-las. Isso meu pai colocava muito em pauta, nos almoços de domingo ou nas sessões espíritas que ele fazia em nossa casa.

Acho que é por isso que ele sempre aparece em primeiro plano. Contudo, a relação de força e de luta estabelecida é desta mulher que eu trago, da minha mãe, nossa matriarca, hoje com 76 anos. A minha necessidade de pular, saltar os obstáculos que a vida nos impõe, seja por ser mulher, mulher negra, de periferia, advém da minha mãe. Mesmo porque, considerando todos os cenários

de privilégios do mundo masculino, querendo ou não, meu pai também estava neste lugar. Por mais cuidadoso e sempre muito amoroso que tenha sido, ainda assim, ele falava a partir desse lugar que o constituiu enquanto homem, negro.

A construção das relações pessoais

A minha iniciação, o meu aprendizado era com os meus pares – os meus irmãos em casa. E como a liberdade sempre foi posta para todos nós, a gente podia ser o que a gente quisesse, desde a mais tenra idade. Nesse contexto, chega uma fase da minha vida, ainda muito jovem, em que me identifico como lésbica. Eu tinha 12 anos e trato isso no seio familiar com muita naturalidade, me recordo como se fosse hoje. Meus irmãos levavam as namoradas em casa e eu já tinha uma namoradinha na escola; um belo dia, próximo ao meu aniversário, eu falei assim: “Olha, eu quero trazer a minha namorada aqui em casa”. Foi um susto, a minha mãe fez uma cara de maior espanto e meu pai, visivelmente muito tranquilo, naturalizando aquele processo, diz: “Então traz a sua amiga aí”.

Respondi estrategicamente: “Vou trazer a minha *amiga*”. E a apresentei para minha mãe como minha amiga, já que meu pai disse que era a minha amiga. Mas eu já tinha dito que não era. E ficou demarcada essa fase, essa idade em que eu me declaro formalmente. Nunca me relacionei com homens; minha identidade de gênero ia se constituindo e meus amigos, escola, familiares iam aprendendo a não mais questionar quem era a Iara. Esse relacionamento, ainda imaturo, claro, não vai para frente e de fato nos tornamos amigas.

Já na finalização do ensino fundamental, adentrando o ensino médio, eu me apaixono por minha professora de educação física e é o meu primeiro relacionamento, de fato, com uma mulher. E essa relação durou cerca de seis anos e, com todo o ritual, ela foi à minha casa, eu fui à casa dos pais dela, assim como meus irmãos faziam e eram orientados pelo meu pai. Depois de um certo tempo, meu pai disse para minha mãe: “Mulher, a gente não tem que ficar com *grilo* com isso. O pecado é odiar; amar não é pecado, seja em qualquer situação”. Mas a minha mãe ficava muito preocupada com as violências externas postas, questões que meu pai não conseguia ver – ou acreditava que me blindaria a vida toda.

Vivi intensamente minha adolescência e amadureci, conheci outras pessoas. Mas foi recentemente, há cerca de sete anos, que eu conheci Rosane Pires – minha companheira – em uma reunião de trabalho na Cidade Administrativa. Eu estava na ponta da mesa com a Secretária de Estado de Educação, à época, Macaé Evaristo, assessorando-a. Era uma reunião com o Movimento Social Negro de Minas Gerais, do qual a Rosane Pires fazia parte. Era uma mesa grande, com quase quarenta pessoas, eu num extremo e ela, na outra ponta. Nossos olhares se cruzaram ali naquele

momento. Mas eu acho que não dei muita atenção para isso. Talvez, com meu olhar “masculino”, não prestei atenção no significado daqueles olhares. A sensibilidade veio da Rosane, que, ao final da reunião, perguntou sobre mim para a minha secretária, Flávia Tambor.

Como o Movimento Social Negro era muito ligado à própria secretária, a Rosane tinha o telefone pessoal da professora Macaé. E, duas semanas depois, num dia em que a gente estava indo para uma reunião com o Governador, no carro oficial, a secretária recebe uma ligação, atende e, olhando para mim, responde ao telefone e sorri. Ela começa a conversar com essa pessoa, que até então eu nem imaginava quem fosse. Era Rosane Pires, e ela perguntou sobre mim, sobre a minha orientação sexual e, a partir dali, eu passei a desconfiar que aqueles olhares significaram um flerte. A secretária Macaé passa meu contato a ela e a gente começa a conversar sobre trabalho, a campanha Afroconsciência, que minha superintendência lançaria à época.

Isso vai ficando tão forte, que, em um ano, a gente se casa, com a certeza de que foi o encontro do século. Nosso casamento se tornou um ato político, foi um grande evento, no qual estavam a ministra Nilma Lino Gomes, que foi nossa madrinha de casamento; a própria Macaé e tantas outras mulheres do movimento social negro e LGBTQI, que nos fortaleceu na caminhada enquanto mulheres negras e lésbicas. Um casamento de fato bem marcante, cuja cerimônia, em 21 de maio, foi ao ar livre, celebrada por nossa mãe de Santo Glória D’Oxum, com direito a muitas folhagens de

Família Pires Viana completa: Iara, Àile, Ayala Vitória e Rosane.
Crédito: Acervo Pessoal



mariôs, tapete dourado e ambiente aromatizado, tudo nos moldes e preceitos do Candomblé, que é a nossa religião.

Quando nos conhecemos, uma das coisas que nos conectaram foram nossos desejos em comum. Eu sempre tive desejo de ter uma filha e a Rosane também, que já tem um filho, Àile Pires, que hoje é nosso filho. Com isso, decidimos que, após o casamento, entraríamos na fila de adoção. E a maternidade foi um ponto crucial inclusive para minha mãe olhar para a Rosane de forma diferente da que ela olhava para os meus outros relacionamentos. Porque ela, minha mãe, esperava netos, para que fechássemos o ciclo de nossa família Viana; mas certamente não sabia como me cobrar isso. A relação da minha mãe com a chegada da nossa filha Ayala é algo mágico, porque ela tem vários netos e bisnetos, que somam mais de vinte; mas com a chegada da Ayala, é como se ela tivesse fechado o ciclo da família dela. Ela, a matriarca, com os filhos, netos e bisnetos, a geração não vai parar ali. A minha filha, hoje com onze anos, fala: “A minha melhor amiga é a minha vó Beth”. É a pessoa para quem ela liga, quer contar os segredos, segredos que às vezes ela nem quer contar para mim ou Rosane.

Religiosidade

Quando me aproximo da Rosane, a gente se casa no Candomblé, e a Mãe Glória, que faz nosso casamento, é a Mãe de Santo de um terreiro de Candomblé Banto, em Santa Luzia. Na verdade, a gente percebe o quanto as coisas já estavam conectadas, o quanto a ancestralidade já nos mostrava isso. Meu pai teve um Terreiro de Umbanda no Bairro Serra antes de conhecer minha mãe. Depois que ele se encontram, em função da separação, da saída da sua casa e as circunstâncias, ele dá uma pausa. Mas ele retoma os trabalhos em nossa casa, já no Conjunto Morro Alto, com sessões espíritas – eu inclusive amava participar de todos os rituais. Quando eu conheço a Mãe Glória e as pessoas da Casa, percebo que tinha ali várias Filhas de Santo do meu pai, ou seja, Mães de Santo que também tinham sido iniciadas por ele. E essas pessoas me reconhecem e lembram desse período de quando meu pai tinha o terreiro. Então, é como se a gente se tornasse um único Quilombo.

E esse é o caminho que tenho trilhado; mas eu vivi também todo o cenário católico, devido à influência da minha mãe do colégio interno de freira. Então, todos lá em casa fizeram a primeira comunhão e crismaram. Independente disso, com meu pai, a religião de Matriz Africana foi sempre muito forte. E aqui, eu, Rosane e nossos filhos, a gente de fato comunga do Candomblé, nosso casamento foi feito nesse lugar. A Ayala, quando chegou para gente, também foi batizada lá e sua madrinha é a Preta Velha de Moçambique. Apresentamos também para ela o que é a bíblia, o que é a igreja católica, e certamente ela será livre para fazer as suas escolhas religiosas. Mas confesso que é no candomblé que eu, minha esposa e filhos sentimos de fato um acolhimento, liberdade e respeito. Ser quem somos dentro de um templo. Quando eu entro numa igreja católica, de braço

dado com a Rosane, com a minha filha e o meu filho, por exemplo, eu ainda sinto um certo incômodo. Se eu estou num terreiro de Candomblé isso não acontece. Os olhares são outros; na verdade, nem existem olhares. Então, é onde a gente se sente mais à vontade para estar, para se conectar com a nossa ancestralidade e com a nossa história.

2. Escolarização

Quando fomos para o conjunto Morro Alto, ficamos de novo à margem, antes do Ribeirão Arrudas, agora de um município elitista: Vespasiano. E meu pai sempre teve uma análise muito interessante dessa conjuntura. Ele analisava o espaço, como as coisas aconteciam e fazia muitas leituras políticas, mesmo sem ter estudo, mas com um letramento de resistência muito próprio. E com isso passou a liderar associações comunitárias, brigando para ter uma escola no bairro, com uma infraestrutura adequada próxima às nossas casas. Por cerca de seis meses, toda a população do Conjunto Morro Alto fica sem estudar. Com essa pressão da associação, rapidamente a administração municipal instala salas de aulas aleatórias para dar uma resposta à associação comunitária.

Com isso, eu volto para os estudos, três dos meus irmãos também e a gente vai caminhando até a construção da Escola Estadual Deputado Renato Azeredo. Essa foi a primeira identidade que eu tive com uma escola grande, no conjunto Morro Alto. Fomos criando ali laços muito fortes com o território, como um todo que vai se fortalecendo e crescendo, e a gente nesse meio, sabendo que seria nós por nós mesmos. Na escola, eu era muito ativa, participava de grêmios, jogos, duelos de danças e tinha uma postura de muito reivindicar. E isso chama atenção da diretora da escola; à época, a professora Edith Bueri Nassif, que era uma advogada da elite de Vespasiano, que estava fazendo a gestão dessa escola no conjunto Morro Alto. E acho que até no sentido de tentar controlar um pouco as minhas intervenções na escola, ela fala assim: “Se você passar no vestibular, você vai dar aula nessa escola”.

Ao escutar isso, encarei e optei por tratar o convite como mais um desafio. Estudei muito para o vestibular, sem qualquer possibilidade de cursinho e sem informações sobre o processo de entrada em uma universidade. Fazia perguntas, muitas perguntas para os meus professores e assim fui aprovada no vestibular, em 1996, no IGC da UFMG¹. Escolhi Geografia, porque eu tive uma professora da disciplina, Maione Lauar, por quem acho que desenvolvi uma paixão platônica em função do quanto ela conseguia nos fazer viajar para além dos muros da escola. Ela dava aula acreditando na gente, acreditando em nosso percurso, o que não acontecia com todos os nossos professores. Era a única professora que saía com a gente do espaço da sala de aula. As aulas no

1 Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.

pátio, com essa professora, parecia nos tirar do bairro durante os cinquenta minutos de aula, eu achava aquilo fantástico. E o conteúdo me chamava muito atenção, pelo viés geopolítico e social que carregava; então foi o curso que eu me apaixonei e me encantei.

Ao me preparar, não tive cursinho, acesso à internet; não era como hoje, não tive nada. Tive que me debruçar por cerca de três meses, estudando com xerox, apostila de cursinho, pedindo emprestado um ou outro livro. E tinha que passar na universidade federal, porque não tinha como pagar. Encarei o desafio e lá estava meu nome na primeira chamada. Depois de ter passado, bato na porta do gabinete da diretora da escola e digo que havia passado no vestibular. Ela me respondeu: “Então, você começa a dar aula na próxima semana”.

Fiquei apreensiva, deu frio na barriga, mas eu olhei para o financeiro naquele momento. Jovem, precisando de *grana*, para pagar até o xerox da universidade, era importante pegar umas aulas. Mas ela me colocou *de cara* no ensino médio. Comecei a dar aula para os meus colegas, afinal, tinha amigos em todo o ensino médio. E foi desafiador demais; mas, ao mesmo tempo, como ela sempre dizia e disse inclusive no dia da formatura: “Iara, você deu uma virada de chave na Escola Estadual Deputado Renato Azeredo. Nós tínhamos professores mais velhos e você era a jovem, era a juvenzinha do rolê, naquela época com a linguagem e engajamento que os estudantes precisavam”.

A minha linguagem com os meninos era outra; mas percebi também que eu tinha que assumir uma postura diferente. Era amiga deles, mas estava professora, e tentei alinhar esse discurso à *parceria* estabelecida, que é o que eu chamo até hoje de *os grandes combinados*, que foi um grande aprendizado para a vida. Eu não li isso em livro nenhum, mas foi o possível para iniciar a minha carreira no cenário educacional.

Então, a minha carreira se inicia como professora, como uma possibilidade naquele momento e que, na verdade, vou amadurecendo. Me apaixono por essa proposta, porque descubro que é possível fazer diferente. É possível atingir as pessoas e modificar cursos na vida dessas pessoas. Porque foi isso que meus pais fizeram por mim. Poderiam ter feito qualquer outra coisa, inclusive serem omissos. A gente tinha perdido tudo; certamente, eles poderiam ter outras prioridades, mas não. Com educação, a gente vai mudando o curso da vida, inclusive o nosso. O curso do Ribeirão Arrudas mudou o curso de nossa vida. A educação vai mudar também o seu curso de vida nesse cenário.

3. A trajetória profissional: *eu comecei a dar aulas e não parei mais*

Depois dessa primeira experiência na Escola Estadual Deputado Renato Azeredo, não paro mais. Antes de prestar um concurso público para o magistério, lecionei em diferentes escolas da periferia da zona norte. Essas realidades distintas começam a me incomodar, somadas a uma série de questões administrativas da escola. Como exemplo, vivenciava momentos na sala dos professores com o diretor ou o vice-diretor, que falavam: “Chegou essa ordem aqui da Secretaria de Estado de Educação”, e eu questionava: “Pôxa, mas a gente também é secretaria, não dá para opinar nessas coisas, nessas tomadas de decisões? É sempre assim? De cima para baixo?” Essas provocações na hora do recreio com o vice-diretor, com o diretor, me fizeram acreditar que eu devia subir um pouquinho mais e tentar a vice-direção dessa escola. E fui procurar saber como funcionavam os trâmites para as eleições em escolas públicas. Mas depois recuava, pensava: “ Não, vou continuar na sala de aula, que é onde eu tenho contato com gente, com os estudantes”.

Enquanto isso, ainda à margem, morando no Conjunto Morro Alto, era aguçada pela grande Escola Estadual Machado de Assis, que se localizava no centro da cidade. Era incômodo histórico nunca ter tido a oportunidade de entrar nela. Eu ficava curiosa e me perguntando, por que uma escola, que era pública, era tão diferente em termos estruturais da escola do conjunto do Morro Alto? Se fazíamos parte da mesma rede, com profissionais tão potentes, por que essa diferença? É geográfica, é periférica, é segregação de novo? Decidi que queria romper essa barreira e dar aula nessa escola para entender como funcionava.

E só se entrava nessa escola por meio de concurso. Então, eu tinha que esperar um concurso surgir e passar em primeiro lugar, porque só tinha uma vaga para essa escola. E assim o fiz, passei em primeiro lugar e assumi. Em 2005, entro para o quadro efetivo da Escola Estadual Machado de Assis de cabeça erguida, nomeada para o cargo de professora de Geografia do ensino médio. Lembro como se fosse hoje. Meu primeiro dia, a diretora Iris Martinha Salomão me recebeu, viu a papelada, me apresentou o quadro de horário, as turmas e me conduziu para aquele lugar: a sala dos professores, que é um mundo à parte.

Na hora em que entro na sala dos professores, todos os olhares para mim. O sentimento foi de grandes interrogações; questionavam que corpo estranho era esse que chegava na escola. Ali todos se conheciam de muitos anos. Eram professoras que se tratavam assim: “Ah, você é da família dos Fonseca, você é da família dos Viana, você é da família dos Iças”. Só sobrenomes. Ou seja, Vespasiano, apesar de muito perto de Belo Horizonte, tem uma lógica do coronelismo e dessa relação. Para mim, era como se eu não tivesse uma identidade, já que eu não estava vindo de

nenhum desses lugares que constituiu Vespasiano. E, é claro, com os meus demais marcadores: mulher, lésbica, negra, periférica e moradora do conjunto Morro Alto. Pronto. É como se tivesse caído uma bomba em cima da Escola Estadual Machado de Assis.

E com todo o traquejo adquirido na vida e na escola Renato Azeredo, quando eu levo essa experiência para o Machado de Assis, nas tratativas com os jovens, meus colegas professores e direção começam a perceber que vários estudantes, que não eram meus alunos, queriam estar na minha aula. Certamente, porque eu me sentia muito à vontade em escutar primeiro para depois começar uma aula. Talvez, ali, nem dava uma aula de geografia propriamente dita, mas ia tratar da geografia humana, que era lidar com a função social da escola, de fato. “Professora, fiquei invocado e destruí meu videogame todo”. “Você ficou invocado e quebrou o seu videogame, mas era com o jogo mesmo que você se irritou ou tá com raiva de outra coisa?” “Ah, vamos conversar depois um pouquinho professora?” Então, essa cumplicidade e esse afeto foi tomando uma proporção muito grande com o público atendido ali.

A chegada à gestão

De uma certa forma, na hora em que eu fui percebendo que estava mais tranquila essa relação com o grupo de professores e recebendo as mesmas demandas que vinham de cima para baixo, eu pensei: “Já cheguei até a Escola Machado de Assis, mas deixa eu subir um pouco mais e ver como funciona o administrativo da educação de perto”. Conversei com a diretora atual e falei que queria me candidatar para a vice-direção, no turno no qual eu trabalhava. A gente tinha cerca de 2700 matrículas e um corpo de servidores gigantesco; ela viu como uma estratégia me convidar para ocupar este lugar. Ou seja, uma diretora histórica daquela escola, na verdade, *concede* a minha participação na gestão, sabendo, que se eu organizasse uma chapa e saísse sozinha como diretora, talvez ela não conseguisse se reeleger. A escola aspirava um clima de mudanças.

Então, ela agiu estrategicamente; mas eu também precisava da chancela dela para iniciar esse processo. Tudo isso com muita transparência. Vencemos, não teve nem outra chapa para concorrer, porque já sabiam que a gente ia ganhar. Eu fico como vice-diretora por três mandatos seguidos, oito anos. E no terceiro mandato, já entendendo um pouco mais as manobras da Secretaria de Educação, o jogo político, as mudanças de gestões de governo e como isso afeta as políticas públicas no campo educacional, falei: “Gente, vou ser diretora dessa escola para alcançar as reuniões de gabinete”. A vice-diretora não participava delas, apenas o diretor. Então, eu recebia as informações que a diretora trazia para mim e muitas vezes eu me perguntava, “será que ela questionou isso”?

Dito isso, fiz a mesma conversa com ela, transparente, e disse que queria assumir a direção. Ela ficou meio receosa, mas percebeu que eu estava decidida no que faria. Montei uma chapa com

pessoas que já tinham experiência na administração escolar; uma delas inclusive era vice conosco no turno da noite. A gente concorreu e ganhou com muitos votos dos estudantes. Quando venço essas eleições, é um grande *boom* em Vespasiano, porque saiu no jornalzinho da cidade, interior mesmo, e começam as ligações para saber quem é, quais são as mudanças, a política, quais são os projetos político-pedagógicos para aquela escola.

O medo de mudar todo um contexto cultural em função de uma nova carinha e preta que aparece naquele lugar foi latente. Todos os quadros de fotos das direções anteriores no Machado de Assis – uma escola antiga, que tem cerca de 60 anos –, são de pessoas brancas. Começa com uma série de homens, homens, homens... depois tem as mulheres no cenário do magistério, mas todas brancas; e hoje tem o meu rosto lá, bonitinho, pretinho. É o único.

Eu assumo esse lugar da gestão já sabendo que, em uma escola daquele tamanho, eu tenho que me articular com o prefeito, com o vice-prefeito, com a secretária municipal. Um diretor de uma escola estadual desse porte tem que fazer todas essas articulações, reuniões, negociar calendário escolar, verificar os recursos que estão sendo repassados do estado para o município, a questão do transporte e da alimentação, assim como se atentar para as diferentes realidades. E nessas tratativas eu fui adquirindo experiência de gestão e vivenciando-as.

Minha primeira atuação foi questionar: não podíamos mais continuar concebendo a Escola Estadual Machado de Assis como uma escola privada. E eu precisava comunicar à população vespasianense, que elas podiam bater na porta da Escola e perguntar se há vaga. E que o seu filho poderia se matricular naquela escola. Com isso, as turmas começaram a mudar de cor. Eu tinha um cenário alto de pessoas brancas na escola e, a partir dessa reorganização e comunicação à sociedade, comecei a receber estudante até do conjunto Morro Alto na Escola Machado de Assis.

Nesta caminhada, administrando uma escola daquele tamanho, eu recebia muitas demandas diretamente do gabinete da Superintendência e até da Secretária Estadual de Educação, mas com poucas orientações e diretrizes do que tinha que ser feito. E isso me incomodava muito. Acabava que a gente se sentia um pouco solitária; na escola, eu tinha que dar conta de todo esse pacote ou desistia. E desistir, jamais! Foi então que percebi que eu precisava enfrentar um novo desafio: comecei a pleitear uma vaga para trabalhar no administrativo da Secretaria de Estado de Educação. Fiz um outro concurso para Analista Educacional em 2013 e, nesse mesmo período, eu retomo à academia entrando para o mestrado interdisciplinar em Estudos do Lazer, Cultura e Educação, na UFMG.

No mestrado, claro, eu fui estudar mulheres negras no baile *funk*. Sempre gostei muito de dançar e questionava muito a ausência de infraestrutura para o exercício das sociabilidades

juvenis, principalmente para as meninas e mulheres. Assim, fui pesquisar exatamente esse público, os bailes *funk proibidos* de Belo Horizonte e, é óbvio, meu *locus* de pesquisa foi o Morro Alto, não tinha que ser diferente. Eu tinha que falar deste lugar.

Nesse contexto, saio da direção da escola após o término do mandato, deixo meu cargo como professora no Machado de Assis e tomo posse em um segundo cargo público – o de analista educacional, na Cidade Administrativa. Eu fiz o concurso especificamente para a Cidade Administrativa, porque meu interesse era mesmo atuar na Superintendência de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino.

Estudei o organograma da Secretaria, sabia quantas diretorias tinham, quantas superintendências e quem estava à frente delas. Foi quase um georreferenciamento de toda a equipe. E aí, para a posse, tem um fluxo; você escolhe o horário em que vai trabalhar e eles dão uma olhada no seu currículo. Como eu já estava no mestrado, trabalhando esse viés da Geografia Humana e Social, eles me apontam a vaga dentro da Diretoria de Modalidades e Temáticas Especiais, dentro da Superintendência da Modalidade e Temáticas. Quando chego nessa Diretoria, a Superintende me fala o quanto gostou do meu perfil e, numa segunda reunião que a gente teve, apresentei alguns pontos e experiências que eu tinha das escolas em que passei: “Nossa, mas eu acho que, com a experiência que você tem de gestão, seria muito bom você assumir essa diretoria”. Eu levei um susto, porque à época era o acompanhamento do Programa Escola Viva Comunidade Ativa, o que significava administrar cerca de 1200 escolas em 47 regionais de ensino, olhando bem de perto, trabalhando quase de mão dada com esses diretores. Aceitei o convite e o desafio!

Esse foi o primeiro desafio no administrativo da Secretaria de Estado. Olhando para mim, visivelmente, eu sou de esquerda. Não tem jeito. Mas isso aconteceu ao chegar em uma gestão que não é de esquerda. Me lembro, como se fosse hoje, de uma conversa que tive com uma amiga e hoje minha comadre, Daniela Tiffany², que é importante ter muito jogo de cintura, mesmo sem ter cintura, para viver entre uma gestão e outra, compreendendo o que são demandas técnicas e o que são demandas políticas. Caso contrário, a cabeça da gente é facilmente cortada.

Foi difícil. Até então, eu estava em campos de gestão muito confortáveis para mim. Na escola, estava conduzindo um grupo de pessoas, que resolveu “dar uma oportunidade à novata”. Estava trocando com eles, mas, ao mesmo tempo, imersa em uma rede de desconfianças sobre o meu potencial profissional, mesmo tendo o controle total. Agora era diferente, eu tinha pessoas hierarquicamente acima, que poderiam impedir qualquer tipo de atuação; então fui percebendo que precisava atuar de outra forma. Mas eu tinha muita curiosidade de entender a administração

2 Gestora pública também biografada nesta obra.

pública e de ter tido acesso a essa formação nessa época. Eu teria feito Administração Pública, mas eu não sabia da existência desse curso. E, é claro, não saberia mesmo. No circuito de que eu fazia parte, não tinha como saber.

Eu precisava saber sobre administração pública e ter “maldade” política. Não só para descobrir o que eu precisava, mas também para fazer caminhar políticas públicas. E aí assumi essa diretoria, fiz um planejamento, um plano de trabalho com diretrizes. E começo, então, a entender um pouco mais dos documentos administrativos, dos trâmites e fluxos. A superintendente, à época, me chama pelo meu *Lattes*³, olha basicamente para o tema trabalhado, para a desenvoltura que eu tive na escola, para as cartas de apresentação que eu tinha. E, mesmo sabendo que eu não tinha experiência necessária para assumir um cargo comissionado dentro da Cidade Administrativa, eu tive que correr atrás disso. O carro andando e eu trocando a roda ao mesmo tempo. E entendendo que a rede não era a escola no conjunto Morro Alto ou a Escola Machado de Assis. Que a rede era 3664 escolas, mais de 200 mil servidores, 1,7 milhão de estudantes.

Eu pensei, “isso é o mundo” e com uma diversidade gigantesca de atendimento. Tem o norte de Minas muito diferente do sul de Minas. Tem regiões periféricas no colar metropolitano, que se diferenciam muito. Uma escola na favela do Cafezal é completamente diferente de uma escola da favela da Pedreira Padro Lopes, em Belo Horizonte. Ou seja, tinha que ter esse mapeamento, olhar para a parte prática e burocrática do administrativo. E, ao mesmo tempo, lidar com a luta ali dentro, por permanência, por política pública de estado. Eram coisas que pensei: “Vai ser impossível casar isso tudo? Não tem jeito! Como faço isso?”.

Foi preciso ir fazendo um minixército, retomando alguns saberes, a mesma estratégia que adotei na Escola Machado de Assis. Fui convencendo pessoas de que era possível fazer diferente, ser um bom gestor, um bom administrador público, mas com sensibilidade. Não precisaríamos ser apenas números e planilhas para mostrar que éramos administradores. Dava para fazer as duas coisas, e sem romantizar. Olhar para realidade e para os números, trabalhar com indicadores. Mas importante ter esse olhar, inclusive, porque sempre chega o momento em que você tem que escolher bem e essa escolha deve ser coletiva.

Fiquei nessa diretoria e foi muito bom, uma experiência muito importante para mim. Então, a gente passa por uma troca de gestão. Professora Macaé Evaristo, mulher negra, assume a Secretaria Estadual de Educação e eu sou convidada a assumir essa Superintendência, pelo trabalho desenvolvido na diretoria. Ela queria alguém efetivo e não alguém indicado. Aumentou substancialmente o meu trabalho e a minha responsabilidade. Eu tinha cerca de 70 pessoas para

3 Currículo oficial do Ministério da Educação.

coordenar internamente na secretaria, mais as 47 Superintendências Regionais de Ensino do estado, com cerca de quase 15 pessoas em cada uma delas. Ou seja, era um grupo considerável.

No processo, percebi que tinham pessoas muito potentes com discussões fora da secretaria. Mas, dentro da secretaria, parecia que elas vestiam o uniforme, colocava o crachá e: “aqui eu sou servidor”. E, assim, a motivação naquele lugar era baixa. Quando eu pergunto para a secretária Macaé se de fato eu teria autonomia para dar uma reorganizada na equipe ou para conduzir algumas pautas que até então eu não tinha visto na Secretaria Estadual de Educação, já com meus quase 15 anos de escola, ela disse: “Tem sim. Basta fazer a proposta, apresentar aqui no setor de planejamento e a gente vai validando as ações e vendo os recursos”.

Assim, comecei a trabalhar de perto com as modalidades, com a educação escolar quilombola, educação escolar do campo, educação escolar indígena, educação de jovens e adultos e fui percebendo que não conhecia a rede de educação de Minas Gerais. Esse público sempre esteve aqui, mas a gente nunca falou deles aqui nas escolas urbanas. Por quê? Porque, de fato, algumas políticas nem os alcançavam. Eles não tinham os marcos regulatórios estaduais que poderiam garantir as suas especificidades, ou seja, precisávamos de provocar o governo para a elaboração de políticas públicas “de Estado” e não de governo. Para que qualquer governo que passar por aqui não mudar o curso do rio ou deixá-lo secar. Acho que essa foi uma entrada interessante, nesse momento que eu tinha uma maior maturidade profissional. Consegui perceber que tinha que abalar um pouco as estruturas, mas, ao mesmo tempo, não só no viés da militância, tinha que mostrar algo de concreto.

Seria instituir marcos regulatórios que ficariam para sempre. Um deles, que eu tenho muito orgulho de lembrar, foi instituir decretos e resoluções específicas, e escrever o texto da lei que colocou professores indígenas e professores quilombolas nas escolas. Você quer dar aula no quilombo porque você acha legal, ótimo; mas a prioridade do professor para atuar nessa escola se torna prioritariamente de direito dos sujeitos quilombolas.

E, com isso, a gente conseguiu instituir um marco regulatório e temos cerca de 88% de professores quilombolas atuando nas escolas quilombolas hoje. Indígenas, 100%. Isso fez uma alteração no plano material e imaterial das mais de 500 comunidades quilombolas do nosso estado. Deu um certo reboleto à época, porque tinham servidores que estavam nessa escola há muito tempo, mas a professora Macaé bancou. Muitas queixas, do tipo: “Veio essa lei do nada e quer tirar a gente daqui?”. Eu tive que construir uma narrativa: “Não estamos tirando o seu direito, você vai ter sua vaga garantida em outra escola. Mas essa mudança, especificamente, é importante que aconteça”. Esse movimento histórico, de negação, silenciamento e o próprio racismo institucional não permitiam a criação da identidade dessas escolas. Esse fortalecimento da comunidade conduzindo um espaço de poder, que é a escola, tem feito muita diferença. E aí, um

outro desafio estava por vir, porque eu tinha que provar que essa alteração faria diferença positiva nos resultados educacionais.

Então, montei uma equipe, construí um grupo de trabalho para acompanhar o Ideb dessas escolas, para saber, de fato, se quando eu tenho uma unidade escolar com professores quilombolas, servidores da cantina, da secretaria, da direção da escola, essa identidade fortalece o aprendizado? E os resultados de Ideb de fato melhoram? Não deu outra, o engajamento foi tanto que os números subiram absurdamente. Inclusive de matrículas na Educação de Jovens e Adultos. Então, a gente teve escolas quilombolas que tiveram resultados de Ideb mais altos que escolas urbanas e isso não é pouca coisa no campo simbólico e no campo do direito à educação.

Isso me trouxe uma segurança administrativa e, é claro, acerca do lugar que eu hierarquicamente ocupava. Afinal, eu apresentei uma entrega, pensada com a minha equipe. E era isso que importava, uma entrega com resultado positivo. O governador ou secretária poderiam anunciar naquele momento: “As escolas podem optar por fortalecer a sua identidade, que está regulada por decreto, e assim conseguem aumentar o Ideb”. Até o texto da manchete já estava pronto.

Isso foi com um grande empenho da equipe; a gente precisava dar um destaque para essa equipe, que cuidava das modalidades de ensino, mas não era vista. Era invisível, assim como eram essas escolas. Isso me fortaleceu enquanto rede dentro da própria secretaria e nas 47 regionais de ensino. As regionais, que tinham essas escolas que subiram o Ideb, foram vistas até no jornal da cidade. Então, foi uma organização, um planejamento em cadeia, com resultado positivo para vários segmentos. E aí eu fui gostando disso: “Pôxa, esse negócio de gestão em rede é bacana, hein?” Eu não podia ficar só na escola, mesmo.

Na gestão atual, vem um novo formato, um governo novo, uma nova secretária que não era de Minas; na reunião de posse desta secretaria, estavam lá os superintendentes da gestão anterior e ela pede para ouvir cada um de nós. Foi bem interessante, porque foi uma reunião que eu adentrei apreensiva. Era tudo muito novo, a gente saindo de um governo de esquerda e entrando num governo de direita, liberal. Mas como eu já tinha aprendido lá atrás com a Daniela Tiffany, de que a gente tinha que passar pelas gestões enquanto administradores e ser estratégico – continuar fazendo as entregas pautando da forma que fosse possível para que as coisas acontecessem –, dei meu jeito.

Entrei com esse aprendizado para essa reunião, falei um pouco o que era a minha pasta. Eu fui a única para quem a secretária, Júlia Santana, fez uma pergunta: “Qual o seu maior medo nessa mudança?”. Eu falei: “o meu maior medo é ter de novo o que eu encontrei aqui quando cheguei, ausência de políticas públicas para esses segmentos populacionais, que parecem e são tratados

como uma minoria, mas quando você olha os números educacionais, vê que são maioria”. Encerrei a minha fala ali. Na semana seguinte, ela me chamou no gabinete e me fez a proposta, falando que a minha visão estratégica era importante e que ela teria alguns enfrentamentos também para dentro do governo nesse campo das minorias, das políticas educacionais; mas que eu tinha uma forma muito suave de tratar as lutas, que na verdade não afastava as pessoas, mas sim, agregava.

Com isso, ela me fez a proposta: “Eu quero que você seja Assessora Chefe da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica”. A Subsecretaria de Educação Básica é o coração da Secretaria em termos de política, de realização da política pública, do monitoramento. Fiquei surpresa com a proposta, afinal, minha superintendência teve grande visibilidade e eu era um “rosto” da gestão passada. Mesmo ciente dos desafios, eu aceitei. Conversei muito com a subsecretária, que já era uma colega de trabalho e que foi chamada para assumir esse lugar temporariamente, porque esperávamos alguém que viria do processo seletivo do Transforma Minas⁴. Acabou que a gente deu tão certo que a secretária dispensou o Transforma Minas e permanecemos nesta dupla, de importante atuação, com um corpo de 200 servidores extremamente competentes na Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica.

Os desafios que me atravessam são de várias ordens. Eu sou uma mulher interseccionada, sou uma negra e uma lésbica. E conversei sobre isso ao aceitar o cargo. Também confesso que eu cheguei a pensar assim: “Será que é porque eles querem ter uma ‘cota’ lá no gabinete?” Cheguei a pensar isso. Mas não era, e a Secretária Júlia Sant’Anna me deixou tranquila. De fato, ela tinha feito um mapeamento das pessoas e foi distribuindo de forma estratégica as posições em sua gestão, as que ela achava que funcionariam bem. A gente tem algumas questões políticas postas, é claro, mas tem funcionado; o mais importante, permanece, há escuta.

No campo profissional, para mim está sendo uma experiência interessante, porque é a primeira vez que vivo de perto uma gestão política que não é a que eu tenha afinidade. Descobri que não ter afinidade política não pode inviabilizar a atuação de um servidor público. Retirar a lente romântica sobre as minhas ideologias partidárias foi um crescimento: “Olha, tem coisa interessante acontecendo. Tem uma organização estratégica com definições claras bem bacanas. Assim, acho que estou pronta para as mudanças que vierem, eu consigo fazer isso hoje”. Coisa que, talvez, com imaturidade profissional, eu não conseguiria fazer.

4 Processo seletivo adotado pela gestão do governo Zema, iniciado em 2019, para ocupação de cargos de gestão e assessoramento.

Discriminações sofridas

Na Cidade Administrativa, logo quando assumi o cargo da Superintendência de Modalidades e Temáticas, eu tinha várias agendas, recebia muitas autoridades e, em algumas delas, o racismo foi latente. Eu e a equipe já tínhamos um combinado: quando todos estiverem na sala, a minha secretária me chamava para dar início a reunião, sempre foi assim. Mesmo porque as nossas reuniões têm sempre um volume grande de gestores. Quando eu chego na sala, vou para a mesa para fazer a abertura da reunião e uma pessoa pergunta: “Que horas vamos começar? A Superintendente virá?”. Mesmo estando escrito na pauta o nome *Iara Viana*, no e-mail do convite: “Iara Félix Pires Viana, Superintendente de Modalidades e Temáticas convida para a reunião...”; eu chego, me apresento, meu nome é Iara Viana, sou Superintendente..., e vem a pergunta: “Ah, a Superintendente não vai vir?”. Eram perguntas recorrentes, materializando o racismo institucional.

Outro exemplo também recorrente, é quando vou fazer uma fala institucional, uma palestra ou a abertura de uma formação e digo: “Estou aqui na mesa hoje representando a Secretária de Estado de Educação...”. Quando eu termino a minha fala, as pessoas têm a necessidade de vir até mim para dizer: “Nossa, como você fala bem, que bacana, eu fiquei encantada de ouvir você falar”. É como se a expectativa fosse tão baixa, que qualquer frase que eu falasse certinha já seria uma grande novidade. Então, a gente se torna “a estrela do momento”, mas com esse viés racista. É assim: “É tão impressionante você estar neste lugar e ainda falar bem”. Como se isso não pudessem caminhar junto a cor da pele, o gênero e ainda falar bem. Isso é inaceitável aos olhos racistas.

Esses dois momentos se repetem desde quando eu acesso os altos cargos de gestão. Exceto na escola, quando fui diretora. Mas quando eu adentrei a Cidade Administrativa nesses cargos mais altos, isso foi e é recorrente. Tratamos disso em alguns momentos dentro da equipe, porque quando ela começou a perceber isso, havia um certo incômodo. “Será que a gente avisa as pessoas antes? Será que a gente organiza para a Iara Viana não passar por isso?”. Eu orientei a equipe: “Não dá para silenciar. Não dá para chegar lá e dar um jeitinho: ‘gente, a Superintendente é uma mulher, uma mulher negra, então, não façam pergunta do tipo, ‘a Superintendente vai chegar ou não vai chegar’”. Isso inviabiliza a causa, esconde o problema e vai ficar parecendo que está tudo bem e estaria sedimentando o mito da democracia racial. Quando, na verdade, a pergunta vai ficar na cabeça das pessoas, nos mesmos moldes.

4. *Os caminhos que trilhei até aqui: a construção da identidade individual e coletiva*

Chego a sentir dor física, quando eu falo do que foi preciso abrir mão. Porque é preciso abrir mão para estar no lugar onde estou, no campo da gestão. De algumas coisas, inclusive de alguns valores, talvez. Tem aprendizados, nesse cenário, mas tem dores também. É um mundo muito solitário, porque na hora que você sai do coletivo, do movimento, dessa base, é como se deixasse de pertencer àquele grupo: “Ah, você é uma privilegiada agora”. É tão forte falar disso, quando você faz parte de um coletivo, você está lutando para que as pessoas saiam daquele lugar e alcancem outro, inverter, mudar de lugar na pirâmide social.

Então, você acaba abrindo mão de algumas coisas. Inicialmente, estar em coletivos de movimentos negros era um valor importante para mim. Hoje percebo que onde eu estou consigo fazer muito mais para este coletivo. Se eu tivesse que abrir mão do cargo de gestão para permanecer na base, eu não conseguiria minimamente incomodar as estruturas. Mas não é 100% do movimento que pensa assim. Tem uma parte significativa que concorda comigo e fala: “Iara, vai, independente de qualquer coisa, acho que você tem que aceitar o convite, você tem que estar, continue nos representando e nos auxiliando nesse processo, é mais importante que você esteja lá. Que pessoas assim estejam lá”. E tem aqueles que vão continuar acreditando que você embranqueceu, inclusive. É como se destruísse todo aquele período que você caminhou junto e é muito difícil continuar dizendo para essas pessoas que, ainda assim, estamos juntos. Talvez mais junto agora, porque se eu não estiver lá, não adianta, esse gabinete não vai conversar com a base. Não serão as passeatas na Praça Sete que vão propor, reescrever as alterações nos parágrafos, alíneas e incisos das resoluções e decretos das políticas públicas.

Nesse sentido, da construção da Iara Viana que sou hoje, fica demarcada uma transição de entrada; eu sabia que teria desafios, mas não que seriam tão dolorosos. Mas são dores necessárias. Olho para mim hoje com uma maturidade muito maior e mais segura para falar disso, inclusive, porque eu evitava. No meu *Lattes* está: “Iara Viana, Movimento Social Negro de Minas Gerais”. Eu evitava falar disso, porque pensava que não pertencia mais a um coletivo. Mas não é, eu continuo sendo parte dele. Mesmo porque o que chega primeiro é a minha cor da pele. Eu chego primeiro com a minha cor; antes de abrir a boca, eu sou mulher negra. Querendo ou não, ainda sou desse coletivo e o represento onde estou. Então, entro frágil e me fortaleço no processo. A duras penas. Elaborando e reelaborando estratégias, diariamente. Basicamente, todos os dias uma estratégia.

Vivemos um racismo epistêmico, eu acho que ele é um dos mais graves. É por isso que só agora, há muito pouco tempo, que se consegue conceber a importância e a potência das narrativas

feministas negras. E o quanto esse referencial bibliográfico me fez muita falta. Eu queria, na verdade, ter lido, em épocas anteriores, histórias como a minha, por exemplo. Para que eu pudesse ter exemplos a serem seguidos, para que eu me sentisse um pouco mais amparada, não me sentir sozinha. Se eu não tenho esse amparo, se não sou amparada bibliograficamente, não consigo avançar nos argumentos. É como se a gente tivesse dificuldade de defender uma tese. E essa dificuldade enfraquece a perspectiva de luta, porque é pelo convencimento, não tem outra forma. Eu preciso deixar negritado que existe uma diferença entre brancos e negros, e que é essa diferença que precisa ser visível e respeitada. Não há uma luta por igualdade, ninguém quer ser igual a ninguém. É pela diferença que a gente precisa lutar. Mas, para comprovar isso, eu preciso de ciência, de um referencial bibliográfico, que ampare essas discussões e que não estão nos referenciais canonizados.

E é a narrativa da mulher negra que traz isso para gente; porque é a partir dessa construção coletiva que vão se mostrando os fatos históricos, a vida real. Vou fazer uma comparação que parece que está fora, mas não está. E não serei romântica. Por exemplo, Frantz Fanon, em *Peles Negras, Máscaras Brancas*. Fanon, um homem negro martinicano, ao escrever sobre as mulheres negras, continua



Iara na abertura da Caminhada pela Igualdade Racial, em 2016, na Cidade Administrativa de Minas Gerais.

Crédito: Acervo Pessoal

sendo homem. Tirei dele o recorte racial, porque ele vai falar da mulher com a masculinidade que o atravessa. E é onde Fanon, que foi um excelente escritor e estudioso das relações étnico raciais, que nos ensina muito sobre essas questões raciais, escorrega. Vale a pena essa leitura!

Meu grande desejo era que, de fato, a gente conseguisse romper com o silenciamento dessa discussão nas escolas e nos gabinetes, romper o racismo epistêmico, que esse referencial bibliográfico estivesse disponível a todos e a gente conseguisse fazer a leitura crítica de todos eles. Os sinais de apagamento da produção negra são evidentes. É raro que as bibliografias indiquem mulheres ou pessoas negras.

Que a gente conseguisse fazer uma leitura para além das escrituras, como diz Paulo Freire. Que as pessoas conseguissem perceber as nuances arquitetadas pelo racismo. Enquanto educadora, é tentar desconstruir a formação dessas pessoas. E é um processo mais difícil esse o do convencimento, porque precisamos ter elementos consubstanciais para tal.

Um legado que eu gostaria de deixar seria uma educação que respeitasse e compreendesse a diversidade de verdade. Ter mais pessoas negras e não negras, defendendo a luta antirracista, com argumentos científicos, para desvelar uma pedagogia das ausências e assim, introjetar isso tudo como um ato político emancipatório. E, por último, parafraseando um trecho do poema de Cristiane Sobral⁵, quero deixar provocações, reflexões para nossas jovens, com gritos latentes de “não mais lavar os seus pratos!”. Deve ser paradigmático o anseio por liberdade, por denunciar a opressão de classe, de raça e de gênero. Do mesmo modo que somos rechaçadas toda vez que assumimos papéis que para nós não foram pensados, desejo que essa naturalização seja varrida e que mais meninas e mulheres negras ocupem os lugares de poder.

No campo social e afetivo, desejo ter a minha família socialmente construída. E legitimada judicialmente. Temos uma certidão de casamento, uma certidão da nossa filha Ayala Vitória Pires Viana e do Aile Pires, com as duas mães, o meu nome e o nome da minha esposa, os avós maternos; foi muito significativo para os nossos filhos esse registro. Então, eu acho que verbalizar esse direito e publicizá-lo como fizemos – se tornou até filme, *Encontro das Águas*⁶ – foi e é fundamental.

5 Teatróloga e poetisa negra, foi a primeira atriz negra graduada em Interpretação Teatral pela Universidade de Brasília. Estudou teatro no SESC do Rio de Janeiro, em 1989; montou a peça *Acorda Brasil*, em 1990. Atuou em diversos espetáculos teatrais e no cinema. É mestra em Artes (UnB), tendo publicado inúmeros artigos e livros. Foi crítica teatral da revista *Tablado* e é membro da Academia de Letras do Brasil - seção DF.

6 O documentário *Encontro das Águas* tem a direção do Mestre Negroativo, foi realizado por Flávia dos Santos e Zaíra Pires, produzido por Divindade Cultural e teve o patrocínio da Avon.

8

MARIA DO CARMO FERREIRA DA SILVA

Maria do Carmo Ferreira da Silva
Leticia Godinho
Renata Souza-Seidl

1. Origens: uma família de retirantes

A minha origem é do norte de Minas Gerais, Montes Claros, conhecida, na década de 1950, como a princesinha do Norte de Minas Gerais; lá passei a minha primeira infância, até os 4 anos de idade. Meu pai é de Coração de Jesus, bem próximo a Montes Claros, e minha mãe de Pirapora, também no norte de Minas.

Uma parte de meus avós trabalhava em fazendas, em Pirapora, região de Montes Claros. Eu me lembro que a maioria dessas fazendas era dos Paculdinos, e que inclusive, um deles, era padrinho do meu irmão mais velho. Nós temos fotos de minha avó quando trabalhava ainda nessas fazendas, com lenços estilizados na cabeça. Eram aqueles lenços que amarrava no estilo africano, e ela bem negra, azulada, olhos verdes, aquele verde-escuro.

Segundo alguns dos nossos antepassados, o pessoal mais ligado à minha avó veio da África. Antigamente, as pessoas tinham o hábito de andar muito descalças. E me lembro dela também no pilão, também temos fotos. Com ela, aprendi a pilar arroz. Ainda do lado da minha vó – não sei se o bisavô ou o tataravô – o chamávamos de vovô Felipe. Ele veio de Portugal e, por isso, a gente tem o sobrenome Silva.

Do lado do meu pai, a matriz é indígena; minha bisavó foi apanhada no laço e, ali na região, todos eles eram tidos como *bugres*¹. Minhas primas e primos que moram em Montes Claros são negros, mulatos, com cabelo escorridinho. Em Pirapora muitos eram conhecidos ou chamados de “Roxinhos. Agora, na quinta geração, vieram alguns com a pele mais clara ou a pele mais escura, com o cabelo escorrido e, outras vezes, com os olhos mais claros. É a miscigenação, que era e sempre foi muito comum, principalmente nessa região da Bahia e norte de Minas.

A minha família se mudou para Belo Horizonte nos anos 1950, muito em decorrência, já naquela época, de você ir para cidade grande tentar a sorte, e sair do período de seca. Na época, eu tinha 4 anos de idade. Mas eu ainda tenho parentes tanto em Pirapora quanto em Montes Claros, e na região do entorno, próxima à região de Francisco Sá e Grão Mogol e também São Paulo, Brasília e Portugal. Procuramos manter uma boa relação familiar, apesar da distância física. Eu tenho tios ainda vivos do lado paterno. Do lado materno, não tenho mais nenhum tio ou tia vivos, somente primos. Pode ser que tenha, mas é aquela questão, às vezes o pessoal saía para tentar a vida noutros lugares. Como uma tia minha, irmã mais velha da minha mãe, que foi para Brasília e a gente nunca teve notícias dela. Essa minha tia, que é dada como desaparecida, tinha os olhos cor de folha seca e era chamada de tia Preta. Então, a minha família é um pouco disso aí: os antigos eram o



*Maria no dia da sua primeira posse, com sua mãe, Lucy.
Colégio Nazareth. Araçuaí, janeiro de 1997.*

Crédito: Acervo Pessoal

1 Bugre é uma denominação depreciativa dada a indígenas, por serem considerados não cristãos, não civilizados pelos colonizadores europeus.

pessoal mais da zona rural mesmo e alguns peões e retirantes; da parte mais jovem, hoje, alguns já cursaram universidade, como eu. E alguns primos e sobrinhos, como dentista, médico, geógrafo, professor, biólogo, matemático e historiador e relações humanas.

Meu pai trabalhou, um tempo grande, com exibição de filmes. Ele era operador cinematográfico, então ele andou muito nessas regiões de Minas Gerais, principalmente norte e nordeste de Minas. Tanto é que eu aprendi com ele a fazer reparo nas películas; antigamente, os filmes, para serem exibidos, tinham que ter duas, três máquinas, pois na hora que uma cortava a fita, a gente tinha que dar sequência. Eu me lembro que essa operação era feita com gilete e o durex. Naquela época, não era mais o cinema mudo, já tinha fala, já tinha gravação. Aprendi isso com ele, e aí, vim a tomar gosto por obras cinematográficas. A gente começou também a curtir um pouco de cinema junto com meu pai. Morando em Belo Horizonte, às vezes, quando minha mãe tinha que fazer alguma coisa, ele nos levava para o trabalho. Minha mãe sempre foi do lar, já lavou muita roupa para fora, fazia comidas de encomendas, e sempre nos levava também.

Nós, na época, éramos três irmãos nascidos em Montes Claros e outras duas irmãs nascidas em Belo Horizonte. Aí, em Belo Horizonte, a gente começou a estudar. Foi onde eu fiz o primário.

A capital Belo Horizonte, palco da infância e dos primeiros anos de estudos

Quando a gente veio de Montes Claros para Belo Horizonte, meu pai trabalhava em uma companhia de cinema. Como ele era considerado comerciário, eu fiz o Jardim de infância no Sesc². Então a gente tinha um Jardim de infância, que era até ali na Rua Padre Rolim, próximo à Avenida Brasil. Depois, eu e meu irmão mais velho fizemos o primário no grupo escolar Dom Pedro II, em frente à Faculdade de Ciências Médicas. Ainda me lembro o nome da nossa professora de religião da época, a Dona Esperança.

Nesse período, a gente precisava ajudar na família, cada um tinha que fazer alguma coisa. Eu ajudava a tomar conta de um bebê, filho da minha primeira professora do primário que era vizinho nosso, e a família era de Raul Soares. Então, eu ajudei a tomar conta do filho da minha professora do primário. Eu já estava na faixa de sete para oito anos; o jardim de infância, eu me lembro, foi com 5, 6 anos.

Fiz catecismo na Igreja Santa Efigênia, próxima ali do quartel do BG³. Onde hoje é aquela área hospitalar, ali tinha uma grande praça, a praça 13 de Maio, onde a gente ia todos os dias para

2 Serviço Social do Comércio.

3 Batalhão de Guerra, unidade do exército brasileiro.

brincar. Quando não era lá, era na praça do BG, onde inclusive tinha uns balancinhos para a gente brincar e também no Parque Municipal. A primeira comunhão foi na igreja da Boa Viagem. A minha infância, até os anos 1960, 1965, eu passei aí nessa região.

Quando a gente saiu de Montes Claros para ir para BH, nós moramos por um tempo no bairro São Lucas, também, na região da Santa Casa, com a madrinha do meu irmão. Ela era farmacêutica e funcionária pública e nos acolheu por muito tempo em Belo Horizonte. Aí a gente se mudou para um barracão que era nosso. Em época de chuva, todo mundo tinha que se juntar numa cama só, para poder fugir das goteiras. Mas no tempo de calor era bom, porque você ficava olhando a lua e as estrelas. A partir de 1965, a gente conseguiu comprar a casa onde a família mora até hoje, que é ali entre o Glória e o Alípio de Melo, no bairro São Salvador. Ela foi reformada, já, várias vezes.

Mesmo em Belo Horizonte, a gente teve que ir buscar água em mina. Onde hoje é o Alípio de Melo, na época era uma grande fazenda, onde a gente pegava lenha. Eu me lembro que eu sabia fazer o feixe de lenha, mas na hora de amarrar, não tinha força. Ali onde é o shopping Contagem, era tudo fazenda de gado, Contagem das Abóboras. Na região existiam muitas famílias congadeiras⁴ e folias de reis⁵.

A mina onde a gente buscava água para beber e lavar a roupa era na região da Ressaca, ficava a quase 10 km de onde a gente morava. E era uma festa nesse período, a vizinhança toda se juntava, tinha dia certo para as mulheres irem lavar roupa. Aí você fazia a *rodia*⁶. Com as bacias na cabeça, ia com a trouxa de roupa; tinha que levar comida, água e fazia aquela festa. Eu falo festa, porque tudo para criança é motivo de festa! Na hora de comer era a melhor parte. Eu já comi muito de marmita, e acho que dividir marmita é a melhor coisa que tem, porque um come um pouco da comida do outro. Quando a gente era pequena, tinha as gamelas, da nossa herança de matriz africana e indígena; nas gamelas punha-se a comida e as avós faziam *capitão*⁷. Tinha gente que dizia assim: ai, que nojo! Mas as avós faziam capitão para dar para gente e quando a gente já sabia comer sozinho, tinha as colheres; as mães davam a colher para cada um e dividia a comida na gamela.

4 Congadeiras são as pessoas que dançam e organizam a manifestação cultural do Congado. É uma mistura das festas trazidas pelos africanos escravizados com a religiosidade cristã colonial. Suas origens remontam a um rito africano, no qual os súditos faziam um Cortejo aos Reis Congos, a fim de agradecer os seus governantes.

5 A folia de Reis ou Reisada é uma manifestação festiva, católica, comemorativa da festa religiosa da Epifania do Senhor, que celebra a Adoração dos Reis Magos ao nascimento de Jesus. Nesse festejo, os participantes visitam as casas de porta em porta com sua cantoria, lembrando a viagem dos Reis Magos ao menino Jesus. Tem origem histórica egípcia, e foi adotada na Europa pelos romanos.

6 Apoio feito de tecido ou cipó do mato para a cabeça, escorando feixe de lenha ou bacia com roupas.

7 Forma de amassar a comida com as mãos dando formato de um pequeno bolo, que era dado para as crianças comerem.

No mesmo bairro, nossa “igreja” era debaixo de uma árvore, era nossa capelinha de Santo Antônio, onde a gente fazia de tudo ali: bingo, concurso para poder arranjar dinheiro para construir a igreja e tal. E era um bairro onde todo mundo se conhecia, pelo menos as famílias mais antigas. Quando chegava semana santa e natal, até as comidas eram trocadas, divididas. O que um fazia de diferente, sempre levava para o outro, e até as compras eram coletivas. Quando o Ceasa⁸ foi criado, a gente pegava aquele ônibus da Ressaca; ficava olhando a hora que o ônibus ia passar lá em cima na BR, de onde a gente morava, e falava: “Lá vem o ônibus!”. Aí corria todo mundo com sacos, carrinho, tipo carrinho de pedreiro, que a gente levava – porque, como era tudo muito longe, muito difícil, você fazia a compra para o mês. E aí você juntava, para ficar mais barato para todo mundo. Por exemplo, comprávamos um saco de laranja, depois a gente chegava e fazia as divisões, cada um pagava aquilo que realmente iria consumir. Então, tinha muita coisa boa, mas também muito sofrimento, como a questão da água, que não tinha, nem esgoto. Porque, às vezes, dizem assim: “Moro na capital”. Mas a gente na capital sofre muito. A gente vê isso, inclusive nos noticiários. Ainda tem muita gente que sofre com a questão da falta d’água, da falta de esgoto, de saneamento, apesar de todos os avanços.

A nossa família hoje, em Belo Horizonte, já não temos mais nosso pai e nossa mãe. Somos três irmãos, apenas, meu irmão mais novo, a minha irmã caçula, que também já está com 60 anos, que é a “capitalense”⁹ da família, e eu; e mais duas sobrinhas. A minha irmã e o meu irmão mais velho se casaram, e cada um deles tem uma filha só. Solteiros temos eu e o meu irmão do meio. E a casa é a mesma desde os anos 1960. A caçula da família Deus levou prematuramente com 3 dias de vida. Minha mãe vivia lavando roupa pelas casas e pegava muita friagem na época da gravidez.

A vida escolar e o racismo: *sonhos de infância que foram sofrendo retaliações*

Eu terminei o primeiro grau no grupo escolar São Salvador, no bairro Glória, onde meu irmão mais novo também estudou. A minha irmã caçula já estudou no Colégio Polivalente. Naquela época, a gente fazia o exame de admissão; os pobres tinham que passar por esse processo e você tinha que estudar muito, porque senão não conseguia as bolsas de estudos. Então desde aquela época, você tinha que provar que era bom. E, às vezes, a gente não tinha o dinheiro para poder fazer as provas; às vezes, tinha professores que, quando você se destacava um pouco, te ajudavam nesse sentido. Eu me lembro do meu irmão caçula querer fazer a prova e chorar, porque não tinha como a gente pagar. Eu fiz, depois até do científico, com a ajuda de uma professora, que a gente chamava de Gugu, Maria de Lourdes, que morava em frente. Uma professora negra, que era pianista já naquela época,

8 Ceasa - Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.

9 Nascida em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais.

nos anos 1960. Foi graças a ela que eu consegui fazer o meu exame de admissão, e aí fui seguindo. É sempre uma história assim, de um ajudar o outro, alguém vê uma forma de te ajudar. E me lembro que, ao passar para o científico, quando fiz o curso técnico de práticas comerciais, eu ia muito nas rádios para poder pedir livros, na rádio Inconfidência e na Itatiaia. Nossa, era caro o livro de física da Beatriz Alvarenga! Tinha aqueles livros que você não dava conta nunca de comprar; então ia lá para o Sebo, no Amadeu, ali na rua Tamoios, ou na Galeria do Ouvidor, para poder comprar. E a gente sempre fazia trabalho em grupo, juntava os que menos podiam e comprava os livros. Cada um dava um pouquinho. Quando chegava o final do ano, a gente sorteava o livro, para quem saísse, saiu. Mas era uma forma da gente se auto ajudar para estudar. Eu nunca fui de ficar muito quieta, sempre batalhei, como tantos colegas da minha época, a gente corria muito atrás, era literalmente correr atrás do prejuízo. Se você quisesse vencer, tinha que ter alguém que fosse com sua cara ou alguém que descobrisse que você tinha talento, vamos assim dizer. Aquela questão mesmo da empatia. E a gente precisou de muita ajuda para poder estudar. Tanto é que apenas eu, entre os irmãos, consegui fazer o curso superior.

A minha experiência de racismo nesses espaços não é muito diferente. A gente sofria *bullying* já lá naquela época. Onde tem o ser humano, estão as relações, as confusões, e qual é o menino de escola que fica quieto quando vê que o outro é diferente? É também muito daquilo que eles vivem em casa. Muitas vezes, chegava em casa chorando, mas você tinha que aprender, e os pais eram educadores no sentido literal da palavra. A gente era educado naquela época a não levar nada para casa que não fosse seu, a não levar desaforo. Então a gente também ajudava a fazer *bullying* com os outros. Chamavam a gente de “perna de saracura”, porque as pernas eram muito fininhas; ou “grilo”, “bonequinha preta”, “sai pra lá, mosquito!”, “cabelo de pixaim”, e por aí afora. Aí, às vezes, na hora da comida, quando tinha as sopas e vinham brancas, a gente falava que era “macarrão da Santa Casa”. Era famosa, para quem lanchava na escola, que era pobre – quem tinha mais condição não precisava do lanche da escola, levavam os próprios lanches. Aí, quando tinha algum colega branco, o pessoal ficava dizendo: “olha o ‘macarrão da Santa Casa’”.

Para nós era um orgulho muito grande quando comia o pão com carne moída, pão com “mortandela”, tomava *Crush*¹⁰. Era *chique*, eram coisas que você nem tinha todo dia em casa, só quando era aniversário. Essas coisas de criança que a gente tem uma boa lembrança. Nesse sentido, era assim também inclusive na questão do racismo, porque era uma coisa muito pura, coisa de criança; mas quando você vai crescendo, vai vendo que não é bem assim, aí é diferente.

É depois que você percebe que a forma de tratamento tem um significado, por exemplo, eu era doida para fazer balé e tocar piano. Aí eu recebi toda justificativa para desistir: porque eu

10 Marca de refrigerante.

era muito pequena, ou porque as mãos eram pequenas, que não dava para eu tocar piano, que piano era caro, e que balé era só para os filhos de quem podia. Eram coisas assim, que você fala: são sonhos de infância e que depois, ao longo da vida, você vai vendo o significado desses sonhos ou dessas ações; que você foi tendo retaliações ao longo da vida. Quando são coisas ditas por crianças são “coisas de criança”, é tranquilo. A questão é quando vem dos mais velhos para com os menores, sem a menor preocupação, para de te deixar no seu lugar, te falar: “olha, esse aqui não é o seu lugar”. É aí que você tem amigos de infância que são amigos ricos e brancos, e que tem os amiguinhos pobres e negros. E aí você vai buscando conquistar ou vai provar que você pode estar naquele lugar sim.

2. Trajetória universitária: dois cursos superiores, o trabalho paralelo e outras experiências

Através do emprego do meu pai, que foi também muitos anos jornalista do Diário de Minas, eu consegui bolsa de estudo para fazer o científico integrado. Eu fui fazer um curso no colégio Vila Rica, no bairro Sion, onde já tinha curso preparatório para o vestibular, que era o Promove. Logo em seguida, eu passei no vestibular, fiz um ano de matemática na Fafi-BH¹¹ e depois fui para a PUC Minas¹², antigamente, a Universidade Católica de Minas Gerais.

Por sinal, eu fiz 2 cursos superiores. Já aqui no Vale do Jequitinhonha, eu fiz Direito em Teófilo Otoni. Era aquela saga de sair daqui de Araçuaí no final de semana para Teófilo Otoni no meio da semana, e voltar no sábado. Eu fiz Direito, muito por necessidade, já nos anos 1970, de entender todo aquele processo de “desconstrução de cidadania”, do nosso povo. Foi quando começou a efervescência das Comunidades Eclesiais de Base e de se lutar pelos direitos, da garantia dos direitos das pessoas, principalmente os mais excluídos, e principalmente da zona rural. Então, a gente tinha a necessidade de conhecer um pouco mais. Então Direito, na época com esse intuito, de conhecer um pouco mais a realidade, de saber lidar com as leis e discutir um pouco com mais profundidade a questão dos problemas que a gente vivia. Eu amo a profissão que escolhi, que é Serviço Social. Por mais conflitante e por mais que seja uma profissão em que você não fica “rica”, mas você se realiza enquanto ser humano, enquanto pessoa, enquanto cidadã.

Como eu pagava a faculdade naquela época? Era tudo pago. A gente tinha alguns serviços, que a PUC sempre teve, para atender o aluno mais necessitado. Mas o meu rendimento era tão baixo, tão baixo, que nem se encaixava nos critérios para receber os apoios. Então tinha que estudar como?

11 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafi-BH).

12 Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas ou PUC-MG).

Tomando empréstimo no banco. Os nossos colegas também me ajudaram muito, vários deles me avalizavam para poder pegar empréstimo no banco, porque já conheciam a nossa história.

O que eu aprendi na Fafi-BH serviu de base pra PUC. A gente também encontrou lá pessoas que nos ajudavam. Até, assim, ajudavam levando roupa: eu já usei muita roupa dos outros, sem nenhuma vergonha. A roupa que eu tinha era a que ganhava para poder ir para faculdade. Às vezes, dividia o lanche. Então, me descobriram indo a pé, e falaram: “não, nós vamos ajudar você a ir de ônibus”. Eu me transferindo para a PUC; já tinha passado, também, num processo seletivo do Estado, e essas pessoas me ajudaram. Eu fiz a faculdade de Serviço Social e, na época, era a única negra da turma.

3. Trajetória profissional e caminhada na militância política

Antes de eu ir para a faculdade, por necessidade, eu estava decidida a ir para o corte de cana em São Paulo, onde a gente tem vários conhecidos. Naquele negócio de “vai ou não vai”, eu acabei fazendo um processo seletivo no Estado, na antiga Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos. Tudo funcionava ali na praça da Liberdade. Uma tia minha trabalhava lá, ela falou: “Vai ter vaga lá, você podia fazer. Não vai para São Paulo, não”. E acabou que passei. A prova incluía datilografia, aí eu fiz datilografia pela UMES – BH, a União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte, que tinha uma escolinha de datilografia que funcionava ali no Edifício Maletta¹³. Quando eu fui fazer a seleção nos anos 1970, eu passei em primeiro lugar. Depois, eu trabalhei no curso de supletivo Champagnat, na rua Curitiba. Aí eu me tornei uma das datilógrafas da Secretaria Estadual. Graças a essa entrada na Secretaria, pela minha seleção, já fui trabalhar inicialmente no gabinete do Secretário, ajudando a Chefe de Gabinete. E quando tinha os trabalhos sigilosos, vinha sempre para a gente fazê-los. E, algumas vezes, a gente trabalhava tanto, que passava a noite trabalhando e eu já ia direto para a faculdade de manhã. Quando a secretária precisava de alguém para ajudar, e não tinha auxiliar, eu me oferecia para ficar lá e ia aprendendo o serviço. Eu me lembro que depois fui trabalhar como coordenadora de Centros Sociais e Urbanos, dentro da diretoria da Assistência Social, mexendo exatamente com essas questões das pessoas inseridas das comunidades. Então, minha convivência com o social é desde o início dos anos 1970.

Na época de fazer estágio, foi um problema: como é que você ia trabalhar 8 horas por dia e ainda tinha que fazer estágio? O estágio nem sempre era remunerado, então a gente optava por fazer estágio aos sábados, mas os que tinham no sábado, geralmente eram nos hospitais, sob a forma de plantão. Então é uma área em que eu também tenho muita identidade, a área da saúde.

13 O Conjunto Arcângelo Maletta é um edifício histórico localizado no centro de Belo Horizonte, construído sobre o Grande Hotel, no ano de 1957.

Foi aí que caiu como uma luva para nós que trabalhávamos e estudávamos o projeto Rondon¹⁴, porque a gente tirava um mês de férias no trabalho e ia fazer o estágio. Era a forma que a gente tinha de garantir o emprego e o cumprimento das horas de estágio obrigatório. Então, como nada é por acaso, eu vim parar aqui no Vale do Jequitinhonha, fazendo projeto Rondon.

Foi aí que eu recebi logo a proposta da Cáritas Diocesana¹⁵ para trabalhar aqui no Vale do Jequitinhonha. Então, mais uma vez, nessa vinda pra cá, esses mesmos colegas de trabalho da Coordenadoria de Serviços Sociais Urbanos, me ajudaram a fazer o enxoval para eu vir. Até hoje tenho coisas desse enxoval. Com isso, quero falar das coisas acontecem na vida da gente: você não é sozinho, ou o “eu sozinho”, ele pode, mas ele pode muito pouco. Agora, coletivamente falando, a gente pode muito mais.

A gente sempre trabalhou com aquela convicção de que você não “trabalhava para”, você “trabalhava com e pelas pessoas”, em determinadas situações. A gente levava muito a sério a questão das teorias; então tinha um tal de *Gramsci* que mexia com a cabeça da gente, e que era importante a questão do “intelectual orgânico”. Então, eu comecei a trabalhar com a questão das associações comunitárias rurais, com as associações de bairro. Como eu trabalhava ligada à igreja, com a Cáritas, a gente trabalhava muito também a questão da juventude, mulheres e crianças, clubes de mães e creches. Na época, a igreja tinha feito a opção preferencial pelos pobres, então tinha toda a questão das comunidades rurais, é quando começa a surgir a CPT, a Comissão Pastoral da Terra, a Comissão da Juventude, a Pastoral da Criança. E aí, a gente dava apoio também aos movimentos sindicais. Então, diga-se de passagem, a igreja teve um papel muito significativo na vida do nosso povo, no Brasil como um todo, mas em especial nessa região. E, principalmente, quando começam as primeiras organizações para formar os sindicatos, é também pela ação da igreja. Então, a gente assessorava sindicato, e de certa forma, nos anos 1970, 1980, começa a surgir o PT. A gente ajudou nessa construção, como todo bom intelectual orgânico, que via a necessidade e a importância da transformação das pessoas, e que via a situação que o povo vivia naquela época. Mas a gente fazia isso mais pela causa, não só pelo entusiasmo, mas pela vontade e necessidade da população que era de extrema pobreza e injustiças sociais (muitas famílias agregadas que quando

14 Projeto de extensão do Ministério da Defesa, para instituições de ensino superior. Os extensionistas desenvolvem ações para a produção de benefícios para as comunidades, sobretudo relacionadas à melhoria do bem-estar social e a capacitação da gestão pública. Tem como objetivo também consolidar no estudante universitário brasileiro o sentido de responsabilidade social, coletiva, em prol da cidadania, do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais, e proporcionar-lhe conhecimento sobre a realidade brasileira.

15 A Cáritas Brasileira foi fundada em 1956, a partir da ação de Dom Helder Caâra, então Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Promove ações de solidariedade voltadas ao atendimento a comunidades afetadas por desastres socioambientais ou em situação de vulnerabilidade.

saíam de suas terras, saíam sem direito algum e doentes). Era um compromisso você ajudar, e sem aquela preocupação de ser protagonista.

Quando fazia estágio, você ficava 30 dias; depois podia se inscrever novamente, e eu continuei a vir aqui mais vezes. Porque logo em seguida, eu fiz a *cadeira*¹⁶ de Monitoramento do departamento do Serviço Social aqui. Então, eu vinha praticamente uma vez por mês aqui para acompanhar as nossas colegas, também estagiárias. Essa ligação foi ficando mais forte, e também por causa da igreja, que sempre teve um papel significativo na área social em todos os lugares, seja com a questão das primeiras creches, os primeiros hospitais e primeiras escolas de formação.

Então, com esses projetos, em que eu fiquei fazendo parte da Cáritas, foram 113 projetos realizados, a maioria deles voltados para a questão da agricultura, sobretudo sobre a questão da água na região. Já naquela época eu não me via morando aqui definitivamente e por isso até os anos 1990, eu nunca tive a preocupação de mudar o meu título. Sempre tinha um motivo voltar para casa, em Belo Horizonte, para ver os amigos, para ver os parentes. Você não larga da noite para o dia uma parte de você. Mas aí chega um momento em que você tem que deixar uma parte de você. E conversando com as pessoas, o pessoal vinha falando: “Você tem que se candidatar, a senhora tem que nos ajudar nisso”. Mas, até os anos 1980, eu ainda consegui fazer algumas recusas.

Nos anos 1980, a gente fez a nossa primeira construção, tivemos o nosso primeiro vereador pelo Partido dos Trabalhadores em Padre Paraíso, Zé Gomes. Depois, aqui em Araçuaí, o Manoel Pinheiro, da Comunidade das Tesouras, que deixou como legado a nossa tribuna popular, que existe até hoje na câmara. Depois, vem Itinga, que foi nossa primeira cidade a ter um prefeito pelo partido, meu colega de trabalho Solano de Barros, que trabalhou comigo aqui na escola.

4. Ascensão profissional e superação

A primeira disputa para a Prefeitura de Araçuaí (MG)

A partir de 1990 eu me lancei como candidata a prefeita aqui em Araçuaí. Uma história muito rica de significados. Nós não tínhamos fundo partidário como tem hoje, a gente vendia porco, ovos, tinha gente que dava duas ou três dúzias de ovos para poder fazer a caixinha. A gente tinha a participação de toda a militância. Quem eram os militantes? Eram os trabalhadores, trabalhadoras, a exemplo dos professores; tinha o povo da cultura, que já naquela época, nos apoiava com os movimentos culturais, shows, e os forrós nos comícios. Então a gente tinha o maior prazer nisso tudo, e cada um que ajudou, não pensava no que iria ganhar lá na frente, sempre pensava na melhoria para todos da comunidade.

Então, chega esse momento em que você fica entre a cruz e a espada e você tem que ceder aos anseios do momento. No momento de selar a identidade com o povo do lugar, com o povo local, de trabalhar os compromissos, teve aquele discurso: “você não é desse lugar, você é de fora”. Aí a gente começa também a ter que recompor o pensamento, o jeito de ser, de fazer e de ver o mundo, e começa a se perceber não como cidadão de um lugar, mas do mundo. E é do lugar onde você está nesses momentos, aí percebe que você tem direito de escolher e de estar onde lhe aprouver. Você percebe que, por mais que não tenha o nascimento geográfico, tem a identidade que foi construída. E começa a querer entender o que é ser brasileiro. Ser brasileiro é isso. Então, quando vêm falar comigo que eu não sou daqui, falo: “Eu estou no Brasil, sou brasileira e o território brasileiro é imenso, e se é aqui nesse lugar que eu resolvo minha vida, que eu pago meus impostos, que é onde eu me relaciono enquanto cidadã de direito e de fato... Hoje eu tenho o título de cidadã honorária, que me foi concedido – mas precisaria dela para provar que eu tenho direito a ter direitos? Então, isso gera todo um filosofar e refazer de pensamentos, de conceitos e preconceitos. Então, ao invés colocarem em mim o sentimento de inércia, de não pertença, a gente trabalhou isso pelo lado positivo e chamou as pessoas para começar a ter outro olhar, outro pensamento, outra maneira de ver. São tantas as pessoas que agem como se não fossem do lugar, e que usa o lugar em benefício próprio...!

Em 1992, nós fizemos a disputa para a prefeitura, com 4 candidatos e não fomos eleitos. Porém, há quem diga, que nós tínhamos vencido as eleições, só que não havíamos levado, porque ainda imperava na época o coronelismo e os acordos, e a gente não tinha muita experiência de controle nas eleições. A gente tinha notícias de urnas que subiam e desciam por cordas no prédio do fórum, de título retido para as pessoas pegarem depois das eleições e de benefícios acordados, até na mesa se mudava voto, na hora mesmo da conferência. Nós convivemos na época com jagunços, coisas que nem se ouve mais; já teve tiroteio na cidade, forjado por pessoas para nos intimidar, sem contar questão de bombas que eram atiradas em nossos quintais.

A primeira prefeita, mulher e negra, na princesinha do Vale do Jequitinhonha: as faces do racismo e machismo na vida pública

Da segunda vez que disputamos Prefeitura, já tínhamos adquirido um pouco mais de experiência. Então foi forte o controle junto aos fiscais, e os partidos tinham representantes que se revezavam dia e noite, enquanto estivessem ali. No dia de contar os votos, o juiz fez a seguinte observação: “Qualquer tentativa de mudança na vontade do povo, eu mudo vocês, daqui, para cadeia”. O local estava lotado de pessoas querendo saber a resposta. Cada urna apurada, as pessoas entravam em euforia! Já perto do final, eu praticamente consagrada, o juiz me aconselhou a sair junto com a polícia, porque não tinha como conter o povo. Nesse período todo, a gente sofreu

¹⁶ Termo usado, na época, para se referir a uma disciplina do curso de graduação.

muitas tentativas de agressões físicas, mas a agressão moral e psicológica foi pior e constante. A gente respondia com trabalho, que era coletivo, e buscando o máximo de transparência possível. A gente adotou o orçamento participativo, adotamos um método de prestação de contas “literal” - colocamos em praça pública, usamos a parede do Mercado para fazer isso. Também não adiantava colocar aquela prestação de contas burocrática para quem não sabia ler e escrever. Então, a gente tentou mostrar aquilo que é técnico na linguagem do povo.

Recebi dez processos da oposição, irresponsáveis, e que se arrastaram por um longo período. Por causa dos símbolos, da própria cultura política do Brasil, não se consegue negros na política, principalmente do sexo feminino, que vem do povão, de movimento de igreja e principalmente de partido de esquerda. A gente chegou a denunciar. Há processos de racismo que a gente deu entrada; mas, na época, a “percepção” das autoridades era de que não se configurava racismo. Aí era mais fácil colocar como calúnia, ou arquivar, deixar quieto. Mas teve até o incitamento de

Entrada para Sessão Solene com a Banda Marista de Araçuaí. Maria do Carmo ao centro, ladeada pelo Presidente Lula à direita; pelo Vice-Prefeito de Angra dos Reis, José Antônio Martins Santana, à esquerda; e pelo Prefeito Luiz Sérgio, na retaguarda.

Crédito: Acervo Pessoal



crianças, para que nos apedrejassem. Teve muito de dizer que “lugar de negro é na senzala”, que “lugar de mulher é na cama, na cozinha”. Todos esses conceitos e preconceitos enraizados em nossa sociedade, afloraram nesse período e, principalmente, pelas famílias tradicionais, com exceções. Sempre perguntavam: “cadê o prefeito?” E quando viam, era um “toco preto”, como eles diziam. Também falavam que eu só tomaria posse se não houvesse homem na cidade – foi necessário chamar o reforço policial.

Eu me lembro de um comício que ficou até histórico, na praça do mercado, acho que foi um dos últimos. Recorri à imagem de nossa senhora Aparecida: “Não vim aqui por querer; nós, negros, não estamos aqui por querer, fomos trazidos para cá afinal! Se lugar de negro é na senzala, aqui no Brasil a gente não pode dizer isso. Sei de uma negra que muitos brancos, na hora do aperto, apela para ela, nossa senhora Aparecida”, como forma de neutralizar aquelas violências, pelo fato da sua simbolização como uma santidade negra. A questão é ocupar espaços que tradicionalmente não são espaços destinados a nós, sejamos mulheres, negros, indígenas, crentes de determinada fé. Isso vai nos fazendo maiores e nos fortalecendo.

Os meninos de Araçuaí ganham o país

O fato de Araçuaí estar no centro do Vale do Jequitinhonha, no polígono da seca e ser a cidade de maior expressão, fez os olhares se voltarem para nós. Na época de uma das grandes secas, a gente necessitou de algumas cestas básicas. Uma das parcerias importantes que a gente teve aqui, num primeiro momento, foi com a Natura. Tínhamos o projeto *Ser Criança*, com o Tião Rocha como coordenador. Com o apoio da Natura, nós ensaiamos com os meninos umas músicas, e no Natal, fomos para São Paulo, na fábrica da empresa, para poder agradecer. O impacto foi tão grande que daí surgiu o coral “*Meninos de Araçuaí*”, que rodou o Brasil afora, e estão aí, há mais de 20 anos. Hoje totalmente independentes do poder público local, mas parceiros. A gente sempre acreditou nesses projetos, em que as pessoas se apropriam daquilo que lhes é oferecido, e depois se tornam protagonistas da sua própria história. Hoje o projeto já está na sétima geração e através de recursos do mesmo foi criado o cinema *Meninos de Araçuaí e a Cooperativa Dedo de Gente*, onde eles produzem muita coisa na área de mídia e artesanato.

Uma vez, terminada a gestão dos dois mandatos em Araçuaí, ajudamos na eleição do nosso vice para a sucessão. Eu me dediquei a projetos regionais e políticas do nível federal que aconteciam na região. Sempre me fiz presente como filiada e companheira em todas as disputas eleitorais da região durante esses mais de 30 anos no Partido dos Trabalhadores.

A experiência no Governo Federal

Eu fui convidada pela nossa primeira ex-Ministra da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, para compor os quadros da Seppir, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Foi uma experiência ímpar para mim poder contribuir, no nível nacional, com a conquista do respeito e do direito da nossa população afrobrasileira. Então foram momentos singulares, como, por exemplo, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que ficou mais de 10 anos paralisado no congresso, assim como, a questão do Estatuto do Índio, também sem avanço por mais de 20 anos. A questão emblemática das nossas trabalhadoras domésticas: a maioria da nossa população feminina está nessa categoria e não eram reconhecidas enquanto trabalhadoras sujeitas de direito e de fato. Foram lutas árduas, muito embora a gente saiba da resistência que ainda tem hoje, ao registro das nossas trabalhadoras. Mas também, a inserção delas na vida política do nosso Brasil, da participação nas associações, nos sindicatos; da sua integração às universidades, que naquele momento também estava se abrindo para os seus filhos. Mas principalmente pelo reconhecimento de sua dignidade como trabalhadoras que trabalharam a vida inteira ajudando na construção de muitas famílias, não tendo uma casa para morar, uma escola ou creche para os seus filhos. Não tendo os mesmos direitos trabalhistas que os demais trabalhadores; ou seja, não sendo reconhecidas enquanto profissionais.

Teve o momento da Lei Maria da Penha, como isso mexe com cada uma de nós! A gente sabe das histórias das nossas avós, das nossas bisas, das nossas mães e tias, sobrinhas, amigas, colegas e anônimas. E sabemos também o significado disso. Eu estava ali, frente a frente, com a Maria da Penha no dia em que o Lula sancionou a lei, quanta emoção e orgulho. Outro momento muito importante que eu registro, foi quando a gente trabalhou no projeto que reconhecia as nossas parteiras tradicionais, enquanto profissão; e da resistência inclusive de parte da academia nesse sentido! Impacta a gente saber que, por exemplo, aqui no Vale do Jequitinhonha, nós temos mulheres parteiras, que com o seu saber, trouxeram ao mundo milhares de vidas vivas. Como essa pessoa não pode ser considerada como sábia, como cidadã de direito e, que de fato contribui para a sociedade brasileira, ainda mais num país carente de cuidados médicos? Essas pessoas estão atuando e vem suprimindo uma necessidade da população que é inclusive dever do Estado.

Estou me lembrando desses projetos, porque eles têm um significado muito grande no Brasil inteiro. Na hora que a gente chega nos nossos lugares, aí a preocupação é como tornar isso uma realidade nas nossas pequenas e médias cidades, que é a realidade da maioria dos municípios brasileiros. São projetos que foram importantes para mim no sentido de mexerem comigo enquanto ser humano, enquanto pessoa, enquanto cidadã, enquanto agente pública. Porque a gente não separa essas coisas.

O grande desafio de ser mulher na política, é de continuar sendo você mesma, vivendo tudo isso, sem perder a sua essência. As influências externas positivas e negativas interferem no seu dia a dia. Mas de que forma que você pode continuar sendo mulher?

As cotas na política de ação afirmativa

Realmente foi o boom dentro das políticas públicas no que diz respeito às questões afirmativas. As cotas estão aí hoje para nos levar a refletir inclusive sobre o nosso passado recente no Brasil, em que existiam cotas; mas não eram direcionadas pra negros e excluídos, e sempre foram aceitas naturalmente. Que eram as cotas para os filhos de fazendeiros, inclusive nas universidades, nos principais postos, por serem considerados enquanto tal. E que a eles eram reservados alguns lugares, e ninguém nunca reclamou disso. E era de acordo com o número de cabeças de boi.

As cotas colocaram o nosso mundo acadêmico e profissional em xeque. A nossa academia, que sempre foi tida como espaço da excelência, começa a ser questionada. Porque se este lugar é de excelência e é universal, onde está a maioria dos brasileiros e brasileiras? A academia tem também o desafio constante que é contribuir com o seu pensamento, com a sua ciência, para gerar vida com qualidade para o povo. Então, será que o que é produzido pela academia, vai ter uma aplicabilidade de fato na construção de vida digna para as pessoas? Ou de tirar as pessoas de situações difíceis? Aí a gente muda a pergunta: A academia está preparada para isso? Quem são as pessoas que estão na academia? Então essa é uma discussão que tem que perpassar a questão da gestão pública.

Aqueles que sempre defenderam a supremacia branca, colocaram as cotas como uma coisa negativa, uma mancha no espaço mais nobre da academia. E começou a gerar discussões contrárias, controversas e confusas na cabeça das pessoas. É isso que vai para a sociedade. O importante é você ver que as cotas são um instrumento que está sendo colocado à disposição de pessoas da sociedade para se equiparar condições. E também para corrigir distorções. Seja na oferta de produtos, na oferta de benefícios, que sempre eram canalizados para um mesmo público. As cotas vêm para tentar inserir esse equilíbrio, inclusive no mundo do trabalho. Existe representatividade negra e social na escala de comando das grandes empresas e indústrias e até mesmo nas estatais? E no mundo político?

Agora, como isso não é politicamente conveniente, porque se mexe em privilégios, então foi camuflado e sempre colocado como uma oferta, que na verdade é uma conquista.

Entendo muito a nossa senadora Benedita da Silva, quando, anos atrás, foi uma das primeiras a sair em defesa das cotas. Ela sabia do que estava falando. Não é o ideal, mas neste momento do Brasil, das condições políticas que temos, nessas condições estruturantes, tem que ter uma saída para esta situação. Então as cotas são um instrumento necessário e temporário. E não estou

querendo dizer que vai acabar logo, não. Porque tem caminhadas que a gente caminha uma vida inteira até atingirmos o ideal. O ideal é aquilo que é justo.

É lei hoje no Brasil, a Lei 10.639/2003, a Lei 11.645/2008, as várias resoluções da ONU, nós temos aí a convenção 169 da OIT, que trata das questões das comunidades tradicionais. Por que é tão difícil para as pessoas entenderem que existe a jurisprudência sobre isso? Por que elas não podem acontecer de fato?

Quem é a velha política? A velha política são eles, que não querem deixar que o povo brasileiro assuma a sua história. E a história é dinâmica. Hoje é você, amanhã é outro de forma respeitosa. E os nossos jovens, a academia tem uma responsabilidade nisso, as escolas têm uma responsabilidade nisso também. Quando eu digo responsabilidade, é no sentido de que, desde de criança, assim como nas comunidades tradicionais, o conhecimento deve ser repassado dos mais antigos para os mais novos. De forma a mostrar aos nossos mais novos que eles não devem ter vergonha de serem o que são hoje, do seu passado, e que continuem defendendo bandeiras.

De volta para Araçuaí e para a política

Eu me aposentei em 2012, pelo INSS. Nesse período, eu estava em Brasília, e aí retornei de novo ao Vale. Eu não sou aposentada politicamente falando, porque para mim a política não é profissão, mas é uma prestação de serviços à população, uma missão. Então, mesmo tendo passado oito anos pela prefeitura de Araçuaí, me achei no direito de não fazer aquilo que se chama de “política antiga”, mas de ser e estar política, no sentido literal da palavra, de ser agente político. Não se aposentando pelo cargo.

Então vim parar aqui, onde estou até hoje, quando achei que iria voltar para cuidar só de mim e da minha família. Tem gente que fala assim, que até abusa: “Ah, porque você não é casada, você não tem filho, então você está por conta!”. Não, a gente não está por conta, a gente também tem o direito de estar e ser feliz. Quando a gente veio da universidade, veio com todo aquele gás que te fazia pensar no seguinte: “eu vou casar com a comunidade”. Então foi assim o meu casamento com a comunidade, ele durou mais do que eu pensei. Quando me dei conta, eu já tinha mais de 30 anos de vida no meio deste povo, que não é por acaso, nem para mim, nem com certeza, nem para as pessoas com as quais a gente está no dia a dia.

Religião e ancestralidade

Minha família é católica, principalmente a da época em que já morávamos na cidade; quando vivíamos na zona rural até que não muito. Mas, na minha família, nós temos hoje, uma parte que é evangélica (mais o pessoal que mora em São Paulo), uma parte espírita e a maior parte é católica.

A gente tem uma convivência muito tranquila nesse sentido, de inclusive se fortalecer uns com os outros nas respectivas religiões, quando necessário – é uma questão harmônica. A gente amava acompanhar a Folia de Reis!

Mas a gente também teve oportunidade de conhecer outros cultos, a minha madrinha era descendente de franceses, chamava-se Sophia, mãe da madrinha Minerva que era kardecista. Aí a gente foi tendo contato com outro lado da espiritualidade. E a minha relação com as religiões de matriz africana é algo natural. A minha família, por exemplo, tem um costume de Montes Claros que a gente lembra ainda muito, que se falava assim: “os caboclinhos, cadê os caboclinhos?”. Tem um bairro onde moram uns caboclinhos, é um grupo que desfila com vestimentas indígenas, ao som de violão, viola e rabeca.

A primeira loja em que trabalhei era a loja *Abre Gira*, uma loja que vendia artigos religiosos em Belo Horizonte, no comércio do povão mesmo, ali na rua Caetés, próximo à Praça da Estação. Depois por um tempo, eu estive secretária na Federação Espírita Umbandista de Minas Gerais. A madrinha Minerva era secretária lá de forma voluntária. Quando ficou mais velha, ela me levava para ajudar no trabalho, e eu fazia as atas das reuniões. Porque naquela época havia um rigor muito grande com as religiões de matriz africana; hoje, apesar da chamada “democracia”, da abertura, a gente tem um preconceito, que às vezes se dá com mais intensidade e com muita violência. Então, tinha o rigor do próprio Estado. Por exemplo, era exigido das casas ou dos templos de Umbanda, que fizessem mensalmente relatório ou ata das atividades, e você tinha que mandar isso para a polícia. Então, eu ajudava, fiz várias atas nesse sentido, cada templo, cada terreiro tinha que ter o seu livro de atas e aquilo tinha que ter a abertura e a finalização passada pela polícia, na época, pela polícia Federal, se não me engano. Você tinha que ter autorização do delegado para funcionar, isto era uma condição.

Então, tem todo esse conhecimento que eu adquiri e essa ligação, que mais tarde, já nos anos de 2005 em diante, quando eu fiz parte da Seppir, Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial do governo Lula, enquanto Diretora para Comunidades Tradicionais. Depois enquanto Secretária-Adjunta e também Gerente do FIPIR – Fórum Intergovernamental de Políticas de Igualdade Racial – fui tomando mais conhecimento. Conheci várias dessas pessoas que faziam parte do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, e aí estavam todas as religiões de matriz africana e todas as comunidades tradicionais representadas, em especial os indígenas, ciganos, os quilombolas, árabes, judeus e diversas representações.

6. Feminismo negro e os enfrentamentos da mulher negra

Eu acredito, que o nosso dia a dia é marcado por esse confronto diário. Toda vez que você chegar diante de um espelho, você vai ver a sua imagem tal qual ela é. As vezes não vai conseguir retratar como está por dentro, não naquele dia e hora, mas dependendo do dia, consegue ver isso nitidamente. Ao se olhar no espelho, você tem que procurar verificar se a imagem que você vê no espelho é você realmente, é o que você gostaria de ver. É claro que hoje aos 66 anos, eu tenho uma tranquilidade para isso; eu não diria a mesma coisa se estivesse nos meus 15 anos, que é quando começa todo o embate, seja não só pela questão da negritude ou pelo fato de ser mulher, mas a cultura que já começa a agir sobre você.

Eu me lembro de uma vez, de 8 para 10 anos, no momento que você começa a modificar o corpo, eu estava brincando com meus irmãos no quarteirão de casa, e aí passa um menino maior e falou assim: “Você sabe que você tem uma joia? Quero essa joinha para mim”. Depois, de outra vez a gente começou a perceber que eram as famosas cantadas, traduzidas na linguagem de hoje. Depois a gente lembra de outros momentos, quando eu já fazia o básico, uma vez até coloquei para minha mãe: “mãe, eu não quero mais que a senhora me peça para ir em tal lugar para conversar com tal pessoa”. Porque eu tive experiência negativa com esta pessoa na minha pré-adolescência. Quando uma criança ou uma adolescente sente medo, ele muitas vezes é capaz de várias ações e reações. Eu me lembro que a gente pegou um táxi, a gente ia na mesma direção, eu estava com umas sacolas na mão, tinha espaço no carro e a pessoa veio e não ficou no espaço que lhe cabia. E o motorista de táxi, vendo tudo e não fez nada. E quando a pessoa percebeu que eu queria descer do carro, ela me deu, como se fosse uma compensação, um pacote de uma fruta. Toda vez que eu como dessa fruta, faço essa associação e não tenho aquele tesão para essa fruta.

E isso continua acontecendo até hoje com todas nós mulheres, principalmente pelo fato de historicamente ser concebido que toda mulher negra tem obrigação de estar à disposição de quem quer que seja. Então, muitas vezes o olhar que se tem para conosco não é um olhar de companheiro, de companheira; a primeira impressão é essa, que nós somos objetos de cama e mesa. A gente pode observar isso, tanto com relação as pessoas que estão mais próximas a você, na vida partidária mesmo, ou distantes.

Também tem colegas nossos que às vezes se colocam em sua postura machista: “é o macho que está dizendo, é o superior que está dizendo”. Isso a gente tem no cotidiano da gente. É por isso que a gente abraçou essa causa do combate à violência às mulheres, às crianças, aos mais vulneráveis, porque são situações que envolvem pessoas indefesas, que estão no nosso dia a dia.

No caso de nós, mulheres negras, em especial, que vivem a questão da violência doméstica, a gente sabe de casos terríveis. Essa mulher nem sempre vai denunciar, por vários motivos, seja pela questão do acesso, pela questão de onde vive, pela questão financeira e pelo fato do companheiro também ser negro na maioria das vezes e portanto estará mais exposto à violência também. Muitas vezes parece ser muito simples para nós, mas para quem vive essa situação não é. Ela sai daqui, e em meio metro já está encontrando com as pessoas ou com a pessoa que a violentou. Na cidade grande, com os instrumentos que existem como delegacia de mulheres, casa Benvinda em Belo Horizonte, a gente tem mais oportunidades, inclusive de preservar as pessoas, oferecer uma garantia de sair da sua casa, com a sua criança e seus mais velhos. Mas, na cidade pequena, ela vai para onde? Pois lá todo mundo conhece, todo mundo sabe o nome, sobrenome e endereço.

E na pandemia, aumentou? Aumentou em termos de números estatísticos, mas na verdade, não é que só aumentou, é que se evidenciou, estatisticamente falando. Outra questão é a da violência contra o homem negro, ela é pública e notória.

Eu me lembro também de uma amiga, viramos amigas por uma circunstância da vida, nos anos 1980. Fomos para um encontro de mulheres cristãs na política, que foi em Guayaquil, no Equador. Eu me lembro que ela fez uma fala sobre a situação da mulher negra no Maranhão: “Eu conheço mulheres negras que hoje tem medo de engravidar e não querem engravidar, para não sofrerem, para não verem seus filhos sofrerem, porque ela vê outras sofrendo ou que já tenham passado por isso”.

E também tem a questão da nossa aculturação, que sempre foi tida como uma política para destruir a nossa identidade, no sentido de dizer que o negro é feio. Eu olho no espelho e não vejo isso em mim, nem em várias pessoas da minha família, e colegas. Mas aí tem o padrão global de beleza, dessa beleza dada pelo fenótipo. Então realmente as pessoas que são desprovidas dessa beleza, tira dela o direito à dignidade de ser feliz, de viver com dignidade entre as pessoas?

Então, eu creio que uma coisa que a gente tem que trabalhar muito para não perder o senso de que a diversidade existe, e que tem o seu propósito. E qual é a sua relação ou a sua responsabilidade nisso tudo? Todas essas questões, como a do feminicídio, da prostituição, da gravidez precoce, quando a gente começa a olhar, se não por foco nas coisas, você morre doido. Então eu acho que esses assuntos não podem estar fora das discussões diárias. Nós não podemos negá-los.

A força da mulher negra

A força da mulher vem dessa faculdade que a mulher tem de perceber o mundo de uma forma muito própria. E de se refazer, vem aí o exemplo da fênix. Assim como uma fênix, por mais atribulações e tribulações, nas quais ela vem a ser submetida, ela sempre vai se refazer. Esse olhar que a gente tem para frente, com base no que os nossos antepassados viveram.

Você tem uma origem. Você sabe da sua origem. E há estudiosos que dizem que, é claro, que não é você que escolhe de onde vir, onde estar, há toda uma concertação. Na nossa composição, nós somos místicos também. Então eu acho que a gente tira força disso. E nada melhor do que o aprendizado nu e cru para você se posicionar. Ou seja, esses tapas que você leva, essas bofetadas, essa energia negativa que tentam te colocar. Com isso tudo você aprende e apreende. E aí cabe a você procurar esse discernimento, por conta própria.

7. Como gostaria de ser lembrada

Gostaria de ser lembrada como uma pessoa que sabe que, pela profissão que escolheu, pela condição de vida que tem, seja vida familiar, seja vida social, pelas oportunidades que teve, pelas que não teve e que pode escolher o que fazer, o que continuar. A pessoa que a cada dia percebe, já dizia o filósofo, o grande Sócrates, que pouco sabe. Eu sou uma dessas pessoas que sei que ainda tenho muito que aprender. E que enquanto tiver ânimo, vou ter essa disposição de aprender mais. E se me deixarem, eu quero continuar contribuindo.

Eu não quero jamais impor nada a ninguém, porque a vida não é feita de imposição. A gente sabe a história de tudo aquilo que foi imposto. E dos resultados dessa imposição.



Maria avaliando e discutindo com operário da prefeitura planta de obra no município. Araçuaí, 1998.

Crédito: Acervo Pessoal

9
CLEIDE
BARCELOS

Cleide Barcelos
Sérgio Luiz Felix da Silva
Rosânia Sousa

1. Infância e Adolescência: criação

Eu sou Cleide, tenente coronel da Polícia Militar de Minas Gerais. Tenho três irmãos, sendo duas mulheres e um homem. Sou a mais velha. O meu pai é sargento da Polícia Militar de Minas Gerais e está na reserva há mais de dez anos. Minha mãe se formou em magistério para trabalhar como professora. Ela exerceu a atividade durante algum tempo, mas tão logo se casou com meu pai e parou de trabalhar, passou a se dedicar às tarefas da casa.

A profissão de professor é um sacerdócio. Hoje, eu dou aulas e percebo que muito da gente fica nas pessoas com quem a gente tem contato, principalmente com aquelas que querem realmente aprender. Ao longo da minha trajetória, tive inúmeros professores que realmente deixaram uma marca muito grande na minha vida, pessoas que eram dedicadas, compromissadas, que procuravam ensinar para gente da melhor maneira possível, não só as matérias pelas quais eles eram responsáveis como sobre outros aspectos da vida.

Minha infância e a de meus irmãos foi muito alegre, apesar das dificuldades financeiras. Por diversas vezes, minha mãe precisou fazer comida no fogão de lenha por não ter dinheiro para comprar gás. Às vezes, até mesmo para ir à escola. Por isso, eu levantava cedo, cinco ou cinco e meia da manhã, para poder cozinhar cará ou mandioca. Eram alimentos mais baratos com os quais nos alimentávamos para poder ir estudar.

Em que pesem todas as dificuldades, minha infância e adolescência foram períodos muito bons de estar com meus irmãos, pela educação que nossa mãe e nosso pai nos deram. Na época, a gente achava ruim, mas hoje que a gente tem filho, a visão mudou totalmente.

Minha mãe sempre nos ensinou a sermos fraternos, a dividir as coisas uns com os outros. Ensinou também, desde pequenos, a fazer todas as atividades da casa. Ela sempre falava com a gente que, em sua falta, deveríamos dar conta de fazer tudo. E recomendava: “Vocês, mulheres, vão estudar, vão arrumar um emprego, porque no dia em que vocês se casarem e o homem levantar a mão para bater em vocês, mandem ele ‘sair vazado’, mandem ele embora, porque vocês conseguem sobreviver sozinhas, não precisam dele”. E completava: “Perdeu o respeito, mandem embora!”. Hoje, eu falo com ela: “Mãe, eu estou trabalhando com prevenção à violência doméstica e sempre lembro do que a senhora falava com a gente”.

À medida que a gente foi crescendo, ela nos ensinava a dividir as tarefas. Tínhamos que arrumar a casa, fazer o café da manhã, o almoço, o jantar, lavar roupas, limpar o quintal etc. Existia uma escala. Desde pequenos, nos habituamos, sobretudo eu e meu irmão que é militar, com as escalas de serviços. Em uma semana, um era responsável pelo café da manhã, o outro pelo almoço, um pelo jantar, o outro por lavar roupa, limpar o lote etc. Assim, todos nós tínhamos tarefas, sabíamos fazer alguma coisa, inclusive o meu irmão.

Teve um vizinho que falou para minha mãe que meu irmão se tornaria homossexual porque ele só ficava no meio de mulheres. Olha a mente tacanha dessas pessoas, achando que isso muda a natureza da pessoa. Pensam que homem não tem que fazer certas coisas, principalmente tarefas domésticas.

Na realidade, aprender fazer todo tipo de trabalho doméstico foi muito bom para o meu irmão porque, quando passou no concurso da Polícia Militar¹, ele teve que morar fora, em Ipatinga. E ele não teve dificuldades, pois sabia fazer de tudo. Ele sabia cozinhar, lavar, passar roupas. Certamente, a única dificuldade foi a distância do restante da família. A esposa dele, minha cunhada, às vezes ri muito disso. No resguardo das duas filhas deles, meu irmão fazia tudo dentro de casa, lavava, passava, cozinha. E assim, ela pôde cumprir o resguardo de forma tranquila.

Enfim, a gente cumpria toda uma escala de tarefas. Eu, por exemplo, quando estava responsável por lavar roupas, preferia levantar às 5 horas da manhã, de forma que às 7 horas as roupas já estavam no varal. E olha que, naquela época, lavar roupas não era com máquina de lavar. Era no tanque. A primeira máquina de lavar que a gente comprou foi depois que eu passei no concurso e comecei a trabalhar. Eu e meu irmão, que trabalhava desde os 16 anos de idade, juntamos e compramos, à prestação, uma máquina de lavar para nossa mãe. Eu já estava com 19 anos. Até então, a gente lavava e torcia roupa no tanque e depois estendia no varal de arame farpado.

Às vezes, a gente brincava com nossa mãe argumentando: “Ah mãe! E a senhora vai fazer o quê?”, tentando colocar o nome dela na escala também. Mas quem estava em período de formação éramos nós, quem precisava aprender as coisas éramos nós. E hoje, todos os quatro sabem fazer tudo dentro de casa.

Nossos pais não permitiam que fôssemos sozinhos a festas nos finais de semana. No caso de minha irmã mais nova, por exemplo, mesmo quando já tinha 18 anos, meu pai continuava a levá-la e buscá-la no ponto de ônibus quando ela ia e voltava da escola.

Nós, quando jovens, não conseguíamos perceber a importância desse tipo de preocupação. A gente acha que nossos pais querem tirar nossa liberdade. Mas, hoje, eu agradeço muito a eles. Foi graças a isso que todos os quatro irmãos conseguiram vencer de alguma forma, conseguiram constituir suas famílias. Enfim, isso nos moldou de tal forma, que procuro educar meu filho do mesmo modo. Hoje, todos nós valorizamos os ensinamentos que nossos pais nos deram.

Outra questão na qual minha mãe era sempre incisiva era a questão racial. Para ela, isso conta muito. Ela falava com a gente que o negro precisa se sobressair, e da maneira correta, seja nos estudos, seja no trabalho. Precisa se destacar no que faz. E acredito que isso foi muito importante para a nossa formação. Ela sempre se posicionou dessa forma, procurando nos ensinar, talvez por causa de sua história de vida, sobre as coisas que ela vivenciou. Assim, ela sempre falava para a gente: “Olha, vocês precisam se destacar onde vocês estiverem. Não por vaidade, mas porque vocês têm uma entrega”.

Comemoração da formatura em Psicologia da irmã mais nova, Cleliane. Marido Joaldo; filho Daniel; pais José Teodoro e Maria Geralda; irmãos Cleiderson, Clélia e Cleliane; cunhados Jailda, Célia e César; enteada Caroline e sobrinhas Cecília e Alice.

Crédito: Acervo Pessoal



1 Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG).

Meu pai, por sua vez, por ter sido policial, sempre nos orientou muito, ensinou muito sobre o que fazer, como fazer, como conversar com as pessoas, como ter um poder de resiliência para enfrentar as situações às quais iríamos vivenciar o tempo todo.

Quanto à religião, em que pese não irem à igreja regularmente, meus pais se declaram católicos. Quando nova, eu costumava ir à igreja sozinha aos domingos. Já bem mais velha, quando fui trabalhar em Venda Nova, visitei uma igreja evangélica e me converti. Posteriormente, passei a frequentar a Igreja Batista Central de Venda Nova. Em minha casa, apenas eu frequento essa igreja, há 17 anos. Essa experiência foi um marco na minha vida, porque o Senhor precisa ser colocado no centro de todos os nossos quereres, de toda nossa vontade. Nós não somos perfeitos, erramos o tempo todo, mas até a admissão desses erros é pré-requisito básico para que Ele possa agir nas nossas vidas. É a partir do momento que a gente reconhece que não sabe nada, que a gente não tem o poder sobre todas as coisas, que a gente reconhece que o poder é todo dele, que ele tem essa primazia em nossas vidas!

2. Trajetória escolar

Eu fiz o pré-escolar durante três anos, mas como eu faço aniversário em maio, precisei fazer o terceiro período duas vezes. Depois fiz do primeiro ao quarto ano em uma escola do bairro Jaqueline. Nessa época, eu já sofria com *bullying* por ser muito magra. Além disso, minha mãe fazia tranças no cabelo. E o pessoal ficava *zoando* de minhas tranças, fazendo gracinhas.

Eu me sentia deslocada pelo fato de ser muito magra. Hoje, diferentemente, tento emagrecer, mas não é fácil! Eu era muito magra, muito mesmo! Eu me sentia deslocada e as pessoas, principalmente os colegas de escola, sempre *zoavam*: “Olívia Palito!”. E colocavam um monte de apelidos, faziam um monte de brincadeiras. Isso gerou em mim um complexo tão grande, que por anos eu não usava short, nem bermuda, nem saia, porque eu ficava extremamente estressada com a minha canela, achava muito fina.

Na adolescência, eu me estressava muito mesmo. Tinha um rapaz que estudava na mesma escola que eu e que às vezes ia para a porta da minha casa para fazer esse tipo de brincadeira. Então isso me incomodou durante muito tempo. Hoje, eu vejo que isso me incomodou, porque permiti. Assim, se eu tiver que ir à praia, usar um biquíni, por exemplo, eu não devo nada para ninguém! Foi assim que o Senhor me fez, e eu não tenho que me preocupar com isso. Mas a adolescência foi uma fase em que isso me machucou bastante. Às vezes, as crianças, e até mesmo os adolescentes, fazem esse tipo de brincadeira uns com os outros porque não têm a dimensão dessas coisas.

Até mesmo na época da Academia de Polícia, havia um colega que, pelo fato de eu ser muito magra, achava que eu não ia dar conta. Ele pensava que eu não ia aguentar os quatro anos de Curso de Formação de Oficiais (CFO). Mas ele não falou isso comigo durante o curso, falou muito tempo depois para uma amiga minha. A questão da compleição física gerava uma desconfiança muito grande nas pessoas quanto a minha capacidade, ou não, de conseguir as coisas. Mas, glória a Deus, deu tudo certo.

Eu cursei a quinta série em uma escola no bairro São Benedito. A sexta série, cursei em escola particular. Por causa do valor da mensalidade, não foi possível continuar. A sétima e a oitava séries, estudei na mesma escola que meu irmão. Para ir até essa escola, tínhamos que andar a pé, uma hora para ir, uma hora para voltar. A gente não tinha dinheiro para pagar passagens. Minha mãe conta que se preocupava se a gente ia dar conta de fazer o trajeto. Afinal, eu era muito alta e muito magra. Pesava menos de 50 kg. Um dia, ela chegou a fazer um teste e foi com a gente. Enfim, nunca deixamos de ir à escola, nem por causa de intempérie. Se a chuva pegasse a gente no meio do caminho, por exemplo, não parávamos, continuávamos mesmo debaixo de chuva.

O Ensino Médio foi cursado integralmente no Colégio Tiradentes², Anexo Minas Caixa. Quando eu ingressei, ele havia sido inaugurado há pouco tempo e era próximo da nossa casa. Continuávamos indo e voltando a pé da escola. O tempo de caminhada era menor, uns 40 a 50 minutos.



Cleide com o uniforme da 2ª série.
Crédito: Acervo Pessoal

2 Instituição de ensino, pública e militar, administrada pela PMMG, que tem várias unidades em cidades do estado de Minas Gerais. Seu objetivo é oferecer educação escolar aos militares e seus dependentes.

E eu sempre gostei muito de estudar. Nunca tive dificuldades para aprender as matérias, para fazer as provas. Minha mãe costuma lembrar que quando eu cursava a sétima e a oitava série, ocorreram períodos de greve na escola. E, nessa oportunidade, eu ficava em casa estudando. Se hoje as crianças têm computador, joguinhos, celulares, um monte de coisas, à época, nos períodos de greve, eu estudava. Pegava os livros, fazia os exercícios, adiantava a matéria. Quando voltavam as aulas, eu já tinha feito todos os exercícios, tudo estava copiado nos cadernos. Essa era uma época muito boa, mais tranquila, e eu conseguia canalizar os esforços para o estudo.

Na sétima e oitava série, tive uma professora de História que percebeu meu gosto por leitura. Então, ela pediu que eu lesse um livro e desse uma palestra para a turma. E eu achei aquilo maravilhoso, porque foi um incentivo muito grande para poder ampliar minha visão. No Ensino Médio, também tive outras professoras que acabaram virando referência.

A infância e a adolescência são fases em que você pode ser influenciado de diversas formas. Quando você tem uma pessoa correta que te direciona, ajuda muito. E isso contribuiu muito para minha formação. Então, praticamente todos os professores contribuíram de alguma forma para que eu pudesse ser o que eu sou hoje. Sou muito grata a todos eles, porque a gente via a dificuldade deles também para poder trabalhar, principalmente em escola pública, onde a correria era muito grande. Mas eles superaram todas essas dificuldades para poder, realmente, nos ensinar da melhor forma possível. Foi uma experiência muito boa. À exceção da questão do *bullying* de alguns colegas, o período do Ensino Médio foi uma experiência maravilhosa.

No Colégio Tiradentes, uma escola pública, não havia greves – nem outros problemas que, às vezes, existem em outras instituições públicas. Sempre tive um bom rendimento na escola, mas cheguei a perder média em Inglês. Minha mãe, até hoje, brinca comigo por isso: “Essa menina chorou!”. Chorei mesmo! Quis fazer a recuperação para tirar a nota vermelha do meu histórico, mas não deu. Fiz a recuperação, recuperei a nota, mas a vermelha não foi tirada. Está lá no meu histórico. A única nota vermelha da minha vida está lá. Na época, fiz um propósito: pegava o livro de inglês, traduzia ele todo, fazia todos os exercícios. Quando os professores chegavam na sala, eu já tinha feito os exercícios há muito tempo.

No terceiro ano, quando conclui o ensino médio, desejei fazer as provas para o Curso de Formação de Oficiais (CFO) e para a Academia da Força Aérea (AFA). Eu sempre tive vontade de entrar para a Polícia Militar. Não sei o que chamava a minha atenção. Talvez o fato de meu pai ser militar. Mas ele nunca impôs isso, nem incentivou, nem desmotivou. Ele deixou por minha livre escolha, assim como em relação a meus irmãos.

Na época, por dificuldades financeiras, imaginava que não daria para fazer um curso superior. Eu precisava trabalhar, ajudar meus pais e irmãos, e fazer um curso superior ia me dificultar muito nesse sentido. Estudar seria incompatível com a necessidade de trabalhar. Nós não tínhamos dinheiro para fazer inscrições para o vestibular. Mas aconteceu que uma tia por parte de mãe emprestou o dinheiro para o meu pai fazer minha inscrição, tanto no concurso da polícia quanto no concurso da força aérea. Ao mesmo tempo, uma professora de matemática, sabendo de nossas condições financeiras, fez uma vaquinha e comprou o manual do candidato e me deu. Ela não só comprou o manual do candidato, como fez minha inscrição.

E, ao final, eu consegui passar tanto no CFO quanto no vestibular de Matemática da Universidade Federal de Minas (UFMG). Passei na primeira e segunda etapas. O curioso foi que o dia da última prova da segunda etapa do vestibular da UFMG, prova de Física, coincidiu com o dia da última fase do CFO, o dia da entrevista. Não me recordo se a prova começava às 7h ou 8h da manhã, certo é que às 10h eu tinha que estar na Academia da Polícia Militar de Minas Gerais (APMMG) para me submeter à entrevista com os oficiais. Na época, havia uma entrevista com os oficiais para poder ingressar no CFO.

Então, o que fiz? Quando entrei para fazer a prova, falei com meu pai: “pai, o senhor faz o seguinte: fica com o táxi na porta da faculdade. Eu vou começar a fazer a prova e farei o que for possível. Quando der o horário, eu entrego a prova, saio, entro no táxi e a gente vai para a Academia”. Foi o que fiz.

Quando saiu o resultado da segunda etapa, saiu também o resultado do CFO. Eu passei nos dois. Foi um período que minha mãe ficou muito emocionada. Eu acho que até hoje ela guarda o jornal em que saiu a lista de aprovados. Só que eu não pude fazer o curso superior de matemática na UFMG naquela época, porque no CFO, o primeiro ano de internato é obrigatório. E não era possível fazer a matrícula na UFMG e trancar imediatamente. Então, tive que escolher. E eu escolhi o CFO. Imaginava que tentaria outro curso superior em outra oportunidade, e foi o que aconteceu.

O CFO, que durava quatro anos, tinha inúmeras matérias de Direito. Essas matérias são reconhecidas pela Universidade Cruzeiro do Sul, o que abre a possibilidade de obtenção de novo título. O curso é à distância (EaD) e, glória a Deus, eu acabei me formando em Direito. Não pretendo

atuar na área, mas é um conhecimento extremamente necessário para a execução das minhas atividades. Depois dessas graduações, conclui duas especializações, que são o Cesp e o Cegesp³.

O Cegesp que cursei foi com concurso. Eu passei no concurso e fiz o curso em 2017. Além disso, tenho um MBA pela Estácio de Sá, em Gestão Estratégica de Pessoas; uma especialização em Ciências Militares, pela Universidade Cruzeiro do Sul; e, estou fazendo um curso sobre violência doméstica.

3. Trajetória profissional

Quando entrei para o CFO, um dos objetivos que eu tinha era tirar boas notas para poder escolher para onde ir. Na Polícia Militar de Minas Gerais, a designação para uma determinada cidade é de acordo com sua colocação. Isso, no meu entendimento, é espetacular porque você é valorizado pela sua entrega. O meu objetivo era ficar em Belo Horizonte.

Mas eu morava em Santa Luzia e a Academia de Polícia é no Prado. E, se eu tivesse que pegar ônibus todos os dias para ir e voltar para a Academia, isso prejudicaria meus horários de estudo. Eu não conseguiria estudar, não conseguiria fazer todas as atividades, não conseguiria me dedicar da forma como eu gostaria. E, se meu objetivo era conseguir a classificação para ter o direito de escolher para onde ir, tinha que me dedicar aos estudos. Sabendo dessas dificuldades, minha opção foi, mesmo após o período de internato, ficar os quatro anos alojada na Academia. E foi o que fiz.

Eu queria ir para o 13º. Batalhão de Polícia Militar (13º. BPM). Essa era minha primeira opção. Eu tinha muito carinho pelo 13º BPM, porque meu pai serviu lá por 15 anos. Nessa unidade tinham só duas vagas e eu consegui uma delas com a classificação obtida no CFO. Designada para o 13º. Batalhão, cheguei a trabalhar com meu pai por uns dois ou três anos. Nessa experiência, ele me orientou muito.

No 13º BPM, sempre atuei na atividade operacional, na coordenação do policiamento do turno, sempre na rua em contato com os militares. Fiquei lá, na atividade operacional, por aproximadamente 9 anos. Depois, fui designada para o então criado 49º BPM. Fui trabalhar na comunicação organizacional do batalhão. Fiquei nessa atividade por aproximadamente 10 meses. Mas eu sempre gostei da atividade operacional, de ficar na rua.

3 O Cesp (Curso de Especialização em Segurança Pública) e o Cegesp (Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública) são cursos de especialização *lato sensu* destinados a oficiais intermediários (capitães) e superiores (maiores e tenentes-coronéis), respectivamente. Durante muito tempo, a participação nesses cursos dependia de aprovação em concurso interno à PMMG. A partir de 2006, aboliu-se o concurso e adotou-se o critério da convocação. Em 2016 ocorre outra alteração em favor do concurso. Ambos os cursos são pré-requisito para ascensão na carreira.

Eu já tinha sido promovida a capitão e estava *doida* para voltar a trabalhar na rua. O Batalhão tinha três companhias, e duas eram de responsabilidade territorial. Então, em determinada época, o comandante da unidade estava fazendo alguns remanejamentos e eu imaginei que poderia ser contemplada. Não fui! Pensei: “Oh, Senhor, não fui eu, e agora? Vou ficar aqui. Mas, glória a Deus, vamos seguir em frente”. Até que o comandante da unidade me chamou e falou: “Olha, você vai comandar a Companhia Tático Móvel”⁴. E eu fiquei surpresa. Não tinha outra mulher que tivesse comandado uma companhia do tático móvel. Aliás, oficial mulher não tinha nenhuma no Tático Móvel naquela época. E eu pensei: “Um presente de Deus.”

Aceitei e foi uma experiência maravilhosa. No Tático Móvel, talvez pelo fato de eu já estar no batalhão há tanto tempo, não enfrentei as mesmas dificuldades de quando era aspirante. Como aspirante, em alguns momentos, tive dificuldades com alguns policiais que eram mais antigos de polícia. Às vezes, se eu falava alguma coisa, alguns olhavam para mim por cima, e eu sentia que era não só pela pouca experiência como pelo fato de eu ser mulher. Só que mal sabiam eles que meu pai já tinha me ensinado muita coisa. Às vezes, eu ia tentar corrigir, fazer alguma coisa. Tinha, o tempo todo, que me impor. Mas não de uma maneira autoritária. Dizia: “Olha meu filho, você vai fazer isso aqui é por causa disso, disso e disso”. O desafio era não só ser firme como, ao mesmo tempo, conseguir harmonizar todo o ambiente de modo que as pessoas realmente fizessem aquilo que era necessário, para cumprirmos nossa missão da melhor maneira possível.

Nesse início como aspirante, um dos desafios, senão o maior, foi quebrar esse paradigma: a dúvida de algumas pessoas quanto à minha capacidade, em função de ser nova e mulher. Às vezes, eu ia falar alguma coisa com o militar e ele desdenhava... Por exemplo, era obrigatório usar o colete. Então, eu alertava: “Gente, não pode sair para o turno sem o colete”. Então, teve uma vez que um militar virou para mim e disse: “Ah, senhora! Mas eu era da Rotam⁵ e um colega morreu do meu lado com um tiro na cabeça”. Certamente, em outra situação, dependendo de quem estivesse no comando, ele não questionaria. Na realidade, são testes que as pessoas vão fazendo para verificar qual vai ser sua reação, seu posicionamento. Igual a crianças. Você fala com ela: ‘Não faz isso!’ Aí ela faz e vai olhando, vai dando um passinho, repetindo, para ver até onde ela pode ir, até onde você vai tolerar ou não. Assim, esse foi um dos principais desafios.

4 Tático Móvel é a unidade policial militar (companhia) com objetivo/esforço de recobrimento e intensificação do policiamento de responsabilidade territorial. Ela têm como missão básica atuar na repressão à criminalidade violenta na área da respectiva unidade em apoio às companhias especializadas. Destina-se ao atendimento de ocorrências caracterizadas como crimes violentos.

5 Rotam: a Ronda Tática Metropolitana é definida pela PMMG como uma força policial especializada, de reação, que pode ser acionadas pelo comando-geral em situações consideradas de “grave violação da ordem pública”.

Houve uma ocasião, por exemplo, em que fazíamos uma abordagem em uma *zona quente* de criminalidade. Então, pelo fato de você ser mulher, há o entendimento de que você não conseguirá assumir uma postura firme. Às vezes, as pessoas olham meio que pensando: “E essa mulher aí? Não dá conta de nada não, não vai conseguir fazer nada.” Então, essa quebra de paradigmas, desse tipo de visão inicial, foi um desafio que tive de enfrentar. Eu era recém-saída da Academia, sem experiência profissional, não conhecia os comandados e eles não me conheciam. Angariar esse respeito, fazer com que reconhecessem minha capacidade e soubessem o que é que eu poderia ou não fazer e como fazer, levou tempo.

Mas essa dificuldade que tive em muitas oportunidades durante o aspirantado não foi a mesma dificuldade que enfrentei quando fui comandar o Tático Móvel. Eu não *caí de paraquedas* no Tático, já tinha uma história de vida, conhecimento e experiência. Assim, muitos militares que estavam lá me acolheram muito bem. A gente conseguia aliar tanto a parte profissional quanto a parte de gestão de recursos humanos. Trabalhávamos com os militares a questão do temperamento, do relacionamento interpessoal, aspectos da vida particular deles, tentávamos ajudar da melhor forma possível naquilo que eles precisavam. Foi uma experiência maravilhosa. Ao fim, foram dois anos maravilhosos de trabalho, dois anos com metas batidas sucessivamente, em uma harmonia muito grande na equipe de trabalho.

Em 2013, fiz a primeira especialização pela Polícia. Na época, eu tinha pedido a Deus: “Senhor, eu vou me formar no curso e eu quero que o Senhor me mande para onde acha que eu devo ir”. E quando a gente ora e pede a Deus assim, do fundo do coração, fica aquela esperança de que Ele vai fazer aquilo que você quer. E eu achava, realmente, que talvez eu fosse voltar para o Tático para executar as mesmas atividades.

Mas quando conclui o curso, fui designada para trabalhar na área de comunicação da PMMG. Só que, dessa vez, no cerimonial. E esse foi outro desafio. Imaginei: “Gente, e agora? Como é que eu vou fazer? Era como se eu estivesse entrando para a polícia de novo, em uma atividade totalmente diferente. Eu teria que aprender tudo de novo. Até o uniforme era diferente. Se numa função operacional, eu andava de coturno, agora eu tinha que andar com sapato e farda social. E as atividades? Eram totalmente diferentes. Mas foi uma experiência maravilhosa também, foi muito boa, porque eu tive a oportunidade de conhecer outras pessoas que me ensinaram muito.

Alguns colegas brincavam comigo e falavam assim: “Se você errar no cerimonial, você vai errar com as maiores autoridades da Polícia Militar, com mais ninguém”. E eu falava: “Ótimo, você tá me ajudando demais. Que incentivo!” Mas, felizmente, essas autoridades me ensinaram muito. Às vezes, eu ficava estressada, chateada com alguma coisa que saiu errado em alguma solenidade. Então, eu chegava para eles para falar sobre a solenidade e eles falavam assim: “Muito obrigada!

Parabéns pelo seu serviço.” Eu ficava surpresa: “Como é que pode um negócio desses!”. Enfim, as pessoas vão ensinando muito para a gente. Isso quando a gente está disposta a aprender. Enfim, acabou sendo muito rico.

Trabalhei em vários eventos e, na realidade, algumas vezes as coisas não deram tão certo. Cheguei a errar o nome de autoridades, aconteceu de a bandeira sumir na hora de entregá-la à autoridade, etc. Mas tudo isso contribuiu muito para a minha formação. Antes eu achava que deveria ter tudo sob controle, tudo que acontecia ao meu redor. E acabei aprendendo que não, não só não tenho como não é possível ter controle de tudo. Eu preciso aprender a coordenar bem as coisas. E saber que em algum momento alguma coisa pode dar errado. Eu preciso aprender a conviver com a possibilidade do erro, mas não posso ficar focada nele. Preciso olhar as coisas boas que aconteceram também. Às vezes, durante uma solenidade, nós do cerimonial percebíamos que alguma coisa tinha saído errado, mas quando acabava o pessoal dizia: “Nossa, mas que solenidade espetacular!” E eu pensava assim: “Mal sabem vocês! Houve erros”. Enfim, Deus me ensinou muito durante esse período, foi um período maravilhoso.

Com a criação da Diretoria de Comunicação Organizacional (DCO), meu marido brincou muito comigo destacando que eu chegava nos lugares e as unidades se separavam. Quando cheguei no 13º BPM, uma parte virou 49º. BPM. Quando cheguei no Estado-Maior, na PM 5, foi criada a DCO. Mas aí eu brincava: “Calma gente! É tudo para nosso crescimento”. E na medida em que as mudanças estão aí até hoje, significa que as decisões foram extremamente acertadas.

Quando fui para a DCO, tornei-me responsável pela comunicação interna da PMMG. Como era uma diretoria nova, tivemos que construir toda a doutrina de comunicação organizacional. O primeiro diretor que trabalhou com a gente na época era uma pessoa maravilhosa. Ele conseguiu conduzir todo esse trabalho. Sou muito grata a ele porque se foi um período em que eu trabalhei muito, foi também o período em que recebi as duas maiores comendas da PMMG. Isso foi fruto do trabalho executado na diretoria, reconhecimento desse trabalho.

Permaneci nessa Diretoria até 2017. No final deste ano, eu recebi outro presente: fui designada para comandar, à época, a Companhia de Polícia Militar Independente de Prevenção à Violência Doméstica que, em 2020, tornou-se Primeira Companhia. Só soube desse presente pela publicação. Foi uma surpresa muito grande. Fiquei muito feliz. Um serviço apaixonante. Saí da DCO e vim para a Companhia de Polícia Militar Independente de Prevenção à Violência Doméstica.

Enfim, quando penso nessa questão profissional, gosto sempre de ensinar a meu filho que tudo que a gente faz é preciso que seja feito como se a gente tivesse fazendo para Deus. A gente precisa fazer da melhor forma possível porque nós vamos ser recompensados uma hora ou outra

por aquilo. E, muitas vezes, a gente não precisa associar essa recompensa a algo que é palpável: “Ah, você fez isso, você vai receber a medalha tal; você fez aquilo, você vai receber a promoção tal”. Não! Às vezes, o retorno que a gente vai receber é em outra área.

Meu pai, por exemplo, sempre falou comigo que uma coisa que toca muito o coração dele é chegar lá no 13º BPM e as pessoas o cumprimentarem. Ele fala que as amizades e as marcas que você deixa na vida das pessoas são muito importantes. E não que ele não tenha que ter tomado alguma atitude contra alguma pessoa. Não! Você só precisa ser justo, ser correto. Ao mesmo tempo, precisa deixar uma marca na vida das pessoas. E essa marca do profissionalismo, da entrega, da dedicação, da preocupação, é uma marca extremamente importante, porque isso vai fazer com que essa pessoa possa crescer e evoluir.

Voltando aos cursos, quando estava em vias de fazer o concurso para o Cegesp, eu era major recém-promovida, e via no curso como uma oportunidade. Refleti, conversei com meu marido: “Olha, será que faço ou não o concurso? O que você acha?”. À época, eu estava na Diretoria de Comunicação. Meu marido respondeu: “Se eu fosse você, faria esse concurso. Se for de Deus e se for sua hora, você vai passar. Você se dedica, estuda e, se for a sua hora, você vai passar. Se não for, você tenta de novo depois. Mas você não sabe o dia de amanhã, então tenta!”. Então me decidi, estudei, me dediquei aos estudos, fiz o concurso e passei. E, mais uma vez, compreendi que se Deus abrir uma porta, passa por ela, porque você não vai saber quando é que essa porta vai abrir novamente. Você não sabe se ela vai se abrir novamente. Eu fiz a prova do concurso, passei. “Glória a Deus!”

Na turma do Cegesp tinham vários militares que tinham formado em anos diferentes, o que tornou a experiência muito rica, muito boa. É muito bom quando você reúne, em uma mesma sala, profissionais de diferentes gerações, com visões diferentes, com formas diferentes de pensar. Foi um curso em que a gente teve a oportunidade de aprender muito, de compartilhar muito uns com os outros. E eu consegui ser a terceira colocada da turma. Interessante que essa colocação ocorreu tanto no Cesp quanto no Cegesp. Nos dois cursos, eu consegui ser a terceira colocada na formatura. Foi muito bom!

Enfim, em toda a minha carreira eu me pautei por tentar fazer o melhor, tentar trabalhar da melhor forma possível. Às vezes não da forma como eu gostaria. Afinal, eu me cobro muito. Mas já melhorei muito em relação a isso. Sempre queria poder fazer mais, ir além. A gente precisa aprender a respeitar o momento correto das coisas acontecerem, e isso a vida vai te ensinando.

Quanto ao sentimento de alguma diferenciação na minha trajetória pelo fato de eu ser mulher e negra, eu não senti nada dentro da instituição. Na PMMG, tudo que eu consegui foi pelo

reconhecimento das pessoas, pela entrega, por aquilo que eu apresentava e como consequência direta dos concursos que eu fazia. Sempre fui muito respeitada dentro da instituição.

Quanto aos desafios, estão principalmente relacionados às diferentes formas de gestão ou trabalho ao longo de sua carreira. Trabalhei, por dez meses, na comunicação organizacional. Depois, dois anos na Companhia Tático Móvel. Após isso, na comunicação interna da polícia. E o maior desafio era aprender trafegar entre todos esses diferentes universos. A comunicação organizacional de unidade de execução operacional tem uma forma de gestão e prioridades diferentes. O comando da companhia tático móvel tem outras prioridades. Eu precisava ter todas as orientações do comando da unidade e traduzi-las para os militares de uma forma que fosse possível, que os objetivos fossem alcançados. A gente precisa ter a devida inteligência emocional para poder aprender a receber as informações e passá-las da melhor forma possível, de modo que as pessoas realmente possam compreender aquilo que está sendo pedido. A gente só vai conseguir isso através da legitimidade. Vamos quebrando aquela visão inicial das pessoas de duvidar da nossa capacidade.

Na comunicação interna, eu já era oficial superior, major. O grande desafio foi o desdobramento do plano estratégico da Polícia Militar e a criação dos planos setoriais das diretorias. Parte do desafio foi me adaptar a uma nova linguagem. Mas Deus preparou tudo muito bem, porque eu fui fazendo vários cursos na área de gestão. Fiz o curso de Gestão Estratégica, Gestão por Processo, Gestão Estratégica de Pessoas, Gestão do Conhecimento. Eu realmente consegui juntar tudo isso e harmonizar todo esse conhecimento de modo a aplicá-lo adequadamente. Necessitávamos aplicar da forma mais acertada possível. E hoje, eu agradeço muito a Deus, agradeço a todos os meus comandantes que me permitiram fazer todos esses cursos.

Quando eu assumi a Companhia Independente de Prevenção à Violência Doméstica, tive a oportunidade de aplicar isso tudo, de conseguir fazer o mapeamento do processo, do protocolo. Para poder atualizar o protocolo de prevenção à violência doméstica, nós mapeamos tudo. Se eu não tivesse feito os cursos que fiz anteriormente, eu não saberia como fazer, teria que pedir a outra pessoa. Mas eu mesmo sentei para mapear os processos no “Bizagi”⁶, buscar a efetivação da gestão do conhecimento. Eu falava com meus comandados assim: “Cadê os documentos, cadê a história, cadê a origem da prevenção da violência doméstica?”. Não tem! Então, a gente precisa atuar dentro de uma área da gestão do conhecimento. Precisamos ter isso aqui de forma que quem vier na sequência tenha conhecimento do funcionamento de tudo, no tempo mais curto possível, para encaminhar os aperfeiçoamentos que vislumbrar.

6 Programa para modelar processos.

Assim, cada um desses cursos, cada uma dessas oportunidades me ajudou de alguma forma na trajetória. Ou seja, a gente não pode ficar parada, a gente precisa aproveitar as oportunidades que se apresentam. Esses talvez tenham sido os maiores desafios que eu tenho enfrentado.

Trajetória profissional e maternidade

Sempre que a mulher toma a decisão de se tornar mãe, ela precisa pesar muito quais serão as consequências. Eu tive que fazer várias adaptações. Tanto eu quanto meu marido. Para nós, tudo foi sempre muito planejado. Até nos casarmos, namoramos por dois anos e meio. Até porque, minha mãe falou que não existe noivado “*ad eternum*” na casa dela. Então, tinha que resolver logo. Após casados, fizemos opção por não ter filhos por três anos. A gente precisava ter esse momento do casal, viajar juntos, fazer algumas coisas juntos, consolidar nossa casa. A gente comprou a casa antes do casamento. Quando mudamos para ela, já estava tudo mobiliado.

Eu era tenente quando decidimos tentar um filho. Trabalhava na atividade de execução operacional, diretamente na rua. Durante a gravidez, fui trabalhar administrativamente. Entrei em licença-maternidade. Quando retornei, criaram o 49º BPM. É por isso que falo da questão da adaptação. Tudo tem que ser pensado, bem planejado.

Tanto eu quanto meu marido trabalhávamos na atividade operacional e a gente procurava trabalhar na mesma escala, mas não nos mesmos horários. Não tinha como trabalhar nos mesmos horários. Então, eu trabalhava de 15 às 23 horas e ele pegava das 17 horas às 3 horas da manhã. Dessa forma, tinha um período em que nenhum dos dois estava em casa para poder ficar com meu menino. Assim, eu saía de casa bem mais cedo, deixava meu filho na casa da minha cunhada. Depois, quando saía do serviço às 23 horas, ia buscá-lo.

Às vezes, quando a gente fala de dificuldade e problemas que a gente enfrentou, muitas pessoas pensam assim: “Não, você é tenente-coronel da polícia! Você está numa boa posição! Foi muito mais fácil para você!”. Mas não foi, gente! Não foi, não!

Eu saía do serviço, pegava ele, bebezinho ainda, colocava na cadeirinha e voltava para casa. Meu marido só chegava em casa às 3h da manhã. Isso quando ele não ficava até mais tarde. Ele era do Gepar⁷. Às vezes, eu acordava às 5 horas da manhã e: “Gente! Cadê João?” Eu ligava para ele: “O que aconteceu?”. “Ah, eu ‘estou agarrado’ numa ocorrência. Daqui a pouco eu chego aí! Então, a gente precisou fazer essa construção, de estarmos aliados no cuidado de nosso filho. Ele é uma graça de menino, gosta de estudar. Ele ama Matemática. Parece que isso é de família. Enfim, nós

7 Gepar (Grupamento Especialização de Policiamento em Áreas de Risco) é um grupamento policial militar voltado para a “prevenção e a repressão qualificada aos crimes violentos e promoção social em áreas de risco”. Seu objetivo é reduzir os índices criminais dessas áreas e traçar estratégias para reduzir o envolvimento com a prática de crimes.

fomos nos adaptando ao longo da vida para poder realmente dar as melhores condições de estudo para ele. Precisávamos estar ao lado dele, pois não adianta a gente depois que o menino já está grande querer corrigir as coisas. Isso é um processo. Nós precisamos estar juntos com a criança no caminho, ensinando a ela aquilo que nós achamos importante e aquilo que Deus revela para a gente como importante.

Felizmente, tanto meu filho quanto meu marido têm uma sensibilidade muito grande e me apoiam nas diversas situações. Nós nos apoiamos mutuamente. Quando meu marido fez um curso de formação de sargentos, em 2011, eu ficava com nosso filho. Ele era novinho. Eu ficava com ele para meu marido estudar. Dizia ao meu marido: “Você vai estudar. Deixa que eu cuido dele”. Em 2013, quando fui fazer minha especialização, ele ficou com nosso filho para que eu pudesse estudar. Ele me incentivou a fazer o curso de Direito e me incentivou nas outras especializações. Então, nós estamos juntos no mesmo objetivo e a gente aprendeu a abrir mão, a renunciar a determinadas coisas para que a família crescesse, para que ela permanecesse. E hoje, pelas mãos de Deus, temos uma família saudável.

A família é a nossa base. A gente precisa planejar muito bem todas as nossas ações, conversar muito. Não é o homem, o marido, superior à esposa, ou a esposa superior ao marido. Todos os dois estão juntos debaixo de uma mesma missão. Assim entendo submissão. Não é um ser subserviente ao outro, a submissão é os dois sob uma mesma missão. Assim, precisamos trabalhar juntos para que as coisas evoluam, cresçam. Porque se um pender para um lado e o outro pender para o outro, fatalmente tudo vai ruir. Por isso, minha família é maravilhosa.

4. Gênero, raça e classe

Ser mulher negra? O que significa? Vou usar, como exemplo, a questão do cabelo. Cada uma usa o cabelo da forma como quiser. Então, nós temos mulheres negras e brancas que também fazem progressiva no cabelo para que o cabelo fique mais liso. Eu, em boa parte da minha vida, relaxei meu cabelo. Mas, hoje eu me pergunto: “Gente, por que eu relaxava o cabelo? Era para ficar mais fácil de cuidar porque eu não sabia lidar com meu cabelo afro? Com a maturidade, passei a pensar da seguinte forma: “Vou mudar! Vou deixar meu cabelo natural”. Eu ficava me limitando das coisas, agredindo meu cabelo. Afinal, isso é uma forma de agressão. E por quê? Por que não posso deixar meu cabelo natural?

Com essa mudança, observei, também, que isso mudou a forma das pessoas me verem. Achei isso muito interessante e muito legal. Às vezes, eu chego, principalmente em alguma reunião, e as pessoas comentam: “Nossa, que legal! Seu cabelo está lindo!”.

Isso tem a ver com a forma com que nos identificamos. Eu não posso falar que não existam, ou que não possam existir dificuldades para as outras pessoas no geral por serem mulheres, por serem negras. Cada um vai falar da sua vivência, daquilo que experimentou, daquilo que viveu. Eu me valorizo muito, eu sou negra, sou mulher e aonde eu chego ou que eu precise me apresentar, vejo nas outras pessoas um respeito, um reconhecimento muito grande.

Sobre a ausência de mulheres nos espaços de poder, sinto competência para falar de minha experiência, da instituição em que atuo da qual conheço os critérios utilizados para a escolha das pessoas, para execução das atividades. Na Polícia Militar, hoje, temos uma coronel mulher responsável pela diretoria de finanças da polícia militar. E temos, também, outras mulheres que estão atuando em outras áreas da PMMG.

Com relação a ser mulher negra, especificamente dentro da PMMG, eu me vejo como um exemplo de que se nós nos dedicarmos, se nos aplicarmos naquilo que estamos fazendo, entregando os melhores resultados dentro daquilo que é possível, nós vamos alcançar os nossos objetivos. Essa aplicação vai ser reconhecida de alguma forma, mas isso eu posso falar do universo da PMMG. Eu não tenho como falar dentro das outras instituições, porque aqui os critérios eles são mais objetivos. Comigo, até hoje, foi dessa forma.

O que destaco é que muitas vezes as pessoas não discutem essa questão de ser mulher e ser negra. Elas destacam, muito, o fato de ser uma oficial casada com uma praça. É curioso o que pode chamar a atenção das pessoas. Em alguns casos, pode-se entender isso como um reconhecimento. Há pessoas que destacam isso: “Olha, você mulher negra nessa posição”. Mas eu gosto de destacar para elas: “Dediquem-se, entreguem-se, trabalhe com profissionalismo porque as coisas vão acontecer, uma hora ou outra elas vão acontecer. E nós somos capazes, todas nós somos capazes. Então, por mais que as forças externas a nós tentem nos fazer desanimar, tentem nos fazer parar, tentem nos diminuir de alguma forma, nós precisamos buscar em tudo força para poder enfrentar situações adversas, para nos tornarmos cada vez melhores e fazer com que a nossa história nos fortaleça e a outras pessoas, para que elas possam vencer também. Então assim, me vejo hoje mulher negra e bem-sucedida.

Políticas de cotas

Hoje eu estou aqui não por que essa vaga foi designada para mulheres negras dentro da PMMG. Eu cheguei aqui com ajuda de muitas pessoas, com certeza, principalmente de meus familiares, mas por ter aprendido muita coisa, por ter feito entregas, por ter feito algo, por ter conquistado esse lugar. Eu acredito muito na dedicação e na força do trabalho, e hoje eu me vejo como uma mulher negra bem-sucedida, casada, com filho.

Minha mãe sempre falou com a gente: “Olha, o Brasil tem uma dívida com a população negra, porque nos tirou de nossas casas e nos trouxe para um novo lugar”. E, assim que houve a abolição da escravidão, não houve uma reestruturação da nossa sociedade de modo a absorver essa mão de obra, que foi negligenciada ao longo da história. E a gente ainda não conseguiu que houvesse uma intervenção que fosse específica para igualar as coisas, igualar a situação, igualar em termos de oportunidades.

Eu acho que o ideal seria dar a todos as mesmas condições de disputar vagas no mercado, seja no setor público ou no setor privado e não necessitar de medidas compensatórias. Assim, por mais que tenhamos as cotas hoje, precisamos refletir sobre o porquê serem necessárias. O negro, invariavelmente, está na escola pública e não tem acesso a uma educação de qualidade, em que pese termos escolas públicas boas. Assim, por que eu vou agir na consequência, se posso agir na causa e evitar problemas futuros? Então, eu preciso aprender a trabalhar nas causas, e assim vamos dar condições iguais de oportunidade para todas as pessoas. Essa é a minha visão.

Em síntese: não temos as mesmas condições para poder enfrentar os desafios. Quando falo de condições, falo de educação, de formação. Nós, negros, pobres e mulheres, invariavelmente, não temos oportunidades de ter um ensino de qualidade, uma formação de qualidade, para competir em pé de igualdade com pessoas que tiveram essas condições, a vagas no mercado de trabalho. É essa limitação na formação e na qualificação que prejudica e muito no momento de disputa em um concurso público, de uma vaga de emprego. Assim, o que a gente precisa é trabalhar na uniformização dessas oportunidades, de realmente buscar a qualificação de todas as pessoas, uma melhor qualificação, um ensino que realmente seja efetivo para que todos nós no momento de uma análise, que deve ser objetiva e não subjetiva, realmente tenhamos condições de concorrer a essas vagas em pé de igualdade.

Mito da democracia racial

No caso da prevenção à violência doméstica, por várias vezes nos perguntam: são mais vítimas negras ou são mais vítimas brancas que aparecem para vocês? A nossa seleção como ela é feita sobre os casos mais graves e reincidentes não favorece esse recorte. Atendemos mulheres brancas do mesmo jeito que atendemos mulheres negras. O que inicialmente vai aparecer para gente, no momento da triagem, são as histórias que são retratadas através do boletim de ocorrência. Então, do mesmo jeito que a gente atende pessoas do bairro Buritis, a gente atende nos aglomerados, porque as histórias é que vão contar a real necessidade de intervenção.

Para nós, da área de segurança pública, as situações são sempre muito difíceis sob esse aspecto. Eu, por exemplo, já vi casos de policiais serem acusados de racismo, porque abordaram

uma pessoa negra, sendo que a guarnição era composta só por policiais negros. Como? A farda embranqueceu esse policial? A pessoa foi selecionada pela cor de sua pele?

Quando a gente fala da questão do encarceramento, já me fizeram esta pergunta: por que a nossa população carcerária é majoritariamente negra? Eu questiono se essa seria a pergunta correta. Vamos pensar nos fatos que levaram essas pessoas a serem encarceradas. As perguntas normalmente são: Por que elas estão lá? O fato que levou essas pessoas ao encarceramento, ele ocorreu ou não ocorreu? Elas são autoras de roubo, furto, homicídio ou não? Elas cometeram, ou não, algum crime? “Ah, ok! Elas cometeram um crime”.

Mas essas perguntas não levam ao cerne da questão: o que levou essas pessoas a cometerem esse crime? Falta de oportunidade, falta de caráter, problemas de formação. Como podemos mudar isso? As pessoas encarceradas são oriundas de aglomerados e não foram alcançados pelo Estado, sendo submetidas a uma situação de fragilidade. De que forma que a criminalidade entrou em suas realidades? Ou são pessoas que tiveram todas as oportunidades e fizeram suas escolhas? Percebo que o envolvimento com a criminalidade, e o consequente encarceramento, são consequências de um conjunto de fatores que nós precisamos atacar para colhermos frutos diferentes. Se atuar somente na superfície, eu não vou chegar a lugar nenhum. Eu preciso saber qual que é a origem, o que está fazendo esse gelo surgir, o que está solidificando essa água? Aí sim, eu vou conseguir resolver o problema.

Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras

Muitas vezes, lidar com determinados problemas implica tomar medidas, criar legislações específicas. Por exemplo, a falta de respeito e a violência generalizada do homem para com a mulher demandou que se criasse a Lei Maria da Penha. Não se trata de uma lei só para mulheres. Mas uma lei que aponta para algo óbvio – o que as pessoas, a sociedade, diga-se, principalmente os homens, não conseguem enxergar.

É o mesmo com a questão da cultura afro. Ela deveria ter sido inserida nas escolas há muito tempo. Mas não somente ela, também a cultura indígena. Ou seja, todas as outras culturas que fazem parte da construção do nosso saber, da nossa identidade. Afinal, se eu não sei de onde vim, não consigo identificar quem sou, onde eu estou e não consigo estabelecer para aonde eu quero ir.

As culturas afro, indígena, europeia fazem parte da construção da identidade brasileira. E todos precisam conhecer a fundo sobre isso. Precisamos valorizar uns aos outros e o entendimento mútuo, o conhecimento da história e da cultura do outro. É o que vai possibilitar esse respeito. O conhecimento e o discernimento ampliam horizontes e são antídotos contra o preconceito.

5. Uma mensagem, um legado

Espero ser lembrada como uma mulher negra que conseguiu enfrentar diversos desafios, muitos problemas, vários obstáculos ao longo da vida, mas que não desistiu, continuou em frente. Eu gostaria de ser lembrada como uma pessoa que acredita que com profissionalismo, dedicação e, principalmente, fé, é possível vencer, seguir em frente, alcançar nossos objetivos. Talvez não da forma como a gente gostaria, mas da forma que é melhor para nós naquele momento.

Gostaria, ainda, de deixar uma mensagem para que as pessoas acreditassem em si, principalmente acreditassem em Deus. Que tudo aquilo que fizerem, façam como se fosse para Deus. Não fiquem esperando elogios dos outros, não fiquem esperando parabéns. Porque aquilo que o ser humano vai poder fazer por você é somente isso: parabéns, obrigada pelo seu serviço. Mas a recompensa que Deus vai dar a você por aquilo que você está fazendo vai além do seu ambiente profissional, alcança sua vida pessoal, alcança todas as áreas da sua vida. Se tiver que estudar, estude; se tiver que trabalhar, trabalhe; levante cedo, corra atrás, busque realmente trabalhar com todos os instrumentos que estão à sua disposição para conseguir alcançar seus objetivos. E acredite, firmemente, que você vai alcançar. Você vai conseguir.



Tenente Coronel Cleide Barcelos, Comandante da 1ª Companhia de Polícia Militar Independente de Prevenção à Violência Doméstica.

Crédito: Acervo Pessoal

10

YONE

GONZAGA

Yone Maria **Gonzaga**
Ana Paula **Salej**
Maria Clara **Mendes**

1. Minha origem

Meu nome completo é Yone Maria Gonzaga. As pessoas me chamam de Yone Gonzaga. Nos processos de colonização, uma das coisas que os nossos perderam foram os nomes. Aqui no Brasil viraram: a Maria do fazendeiro X, a Francisca do fazendeiro Y. Apesar dos “nossos nomes” serem os “nossos nomes coloniais”, a gente precisa se afirmar com nome e sobrenome, como dizia Lélia Gonzalez. Então, eu sou Yone Gonzaga, membro de uma grande família negra: pai, mãe e seis filhos, contando comigo.

Meus pais são do interior de Minas. Meu pai, Manoel Raymundo Gonzaga, é da cidade de Curvelo. A minha mãe, Margarida Aparecida Gonzaga, é de uma cidade chamada Rio Espera, perto de Conselheiro Lafaiete. Ambos vieram para Belo Horizonte na adolescência e se conheceram aqui. Minha mãe havia perdido a mãe aos 5 anos de idade. Aos 13, quando perdeu o pai, ela e a minha tia, sua irmã mais velha, resolveram vir para Belo Horizonte trazendo os irmãos. Logo que chegou, minha mãe foi morar na região do bairro Ipanema/Frei Eustáquio, perto da Igreja Dom Bosco. Meu pai também morava mais ou menos na região. Quando foi se casar – casou muito cedo,

aos 17 anos –, ela trabalhava em uma fábrica de pregos e o patrão falou: “olha, quem casa tem que ter casa”. Então, ele a incentivou a comprar um lote na região onde ela já morava. Assim, adquiriu esse lote onde reside até hoje. Eu e todos os meus irmãos nascemos e fomos criados no bairro Ipanema, em Belo Horizonte.

A presença dos meus pais em mim

Minha família é tranquila, de mãe muito próxima, extremamente rígida. Eu entendo o peso de ter que criar bem seis filhos. Tinha um grande medo das filhas engravidarem e dos filhos mexerem com maconha. Falava: “Eu não quero ter filho maconheiro” - isso era pesado na época. Ela insistia: “A gente tem o trabalho e a palavra”. Então, coisas como honestidade, verdade, ser muito sincero no que se fala, minha mãe sempre cobrou muito. Dizia, também, que o estudo era uma possibilidade. A minha mãe trabalhou em várias coisas. Foi doméstica por muito tempo, foi vendedora de verduras, trabalhou em um restaurante. Quando eu já estava no Ensino Fundamental, minha mãe tinha estudado até a terceira série, no interior. Foi só quando eu já estava na juventude que ela voltou a estudar. Na época do meu Ensino Médio, passou em um concurso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para o cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos. Conseguiu ter um emprego público que deu uma melhor sustentação financeira para nossa família. Após ingressar na UFMG, resolveu estudar. Fez o curso de Auxiliar de Enfermagem e depois o curso de Técnico de Enfermagem. Com isso, pode ter uma mobilidade na carreira de técnica administrativa na universidade e, quando se aposentou, ocupava o cargo de Auxiliar de Enfermagem.



Manoel Raymundo Gonzaga e Margarida Aparecida Gonzaga (in memoriam) ao final da graduação da filha Yone Maria Gonzaga.

Crédito: Acervo Pessoal

Meu pai era pedreiro, trabalhava na construção civil. Analfabeto, não tinha essa dimensão formal da escolaridade. Eu digo formal, porque ele sempre foi muito sábio. Lidou com todo mundo, era muito tranquilo de lidar, de conversar com todos. Embora ele não soubesse Durkheim, Marx e tal, ele tinha a leitura e o conhecimento da vida, da oralidade, da tradição. Assim, ele dava conta de transitar em todos os meios. Como diz minha mãe, era muito mais tranquilo com a vida. Isso fez ele ter uma presença diferente na história da gente. Ele faleceu em 2014 e a lembrança que temos dele é de alguém que assobiava, que cantava. Com os netos, então, aí que ele deslanchava com as brincadeiras, as risadas, danças e tal. Com a gente, filho, não era tanto assim. Ele sempre dançou conosco, mas com os netos dançou muito mais. A minha mãe falava: “Na família do seu pai, se cair um garfo vira samba”. Hoje, com mais de 80 anos, minha mãe está adoentada. De vez em quando, para provocar risada dela, eu jogo o garfo no chão. Eu vou todos os dias cuidar dela. Aí eu canto, faço barulho, ponho música. Eu gosto de brincar, de rir e de dançar. Ela fala assim: “Chegou a barulhenta”. Para ela, essa é a dimensão que era do meu pai e não dela. Eu acho que carrego muito da presença dos dois, a seriedade da minha mãe para as coisas que eu pego para fazer e a leveza do meu pai.

Tenho um irmão e uma irmã mais velhos e três irmãos mais novos. Sou a terceira filha. Nossa vizinhança sempre foi bem tranquila e com uma relação muito boa. Como minha mãe era uma pessoa muito rígida, não permitia que a gente fosse para a casa dos vizinhos. Já os vizinhos, podiam ir todos para a nossa casa, então acolhíamos um monte de colegas no quintal para brincar, chupar frutas, coisas assim. Eu tenho muitas lembranças de uma infância materialmente pobre, mas rica de contatos. A gente não tinha televisão em casa. Assistíamos à televisão na casa da vizinha. Era muito interessante. Na casa dela, a sala era muito ampla, a televisão ficava lá no canto da sala apinhada de gente. A vizinhança toda ia para a casa dela.

2. Os estudos

O meu irmão mais velho não se viu muito nos estudos. Ele acabou tendo de ajudar financeiramente a família, pois eram muitos filhos. A minha irmã teve vários problemas de saúde quando pequena. Isso afetou muito as possibilidades dela, só depois de adulta concluiu o Ensino Fundamental. Eu sou a terceira filha, então eu consegui sair desse lugar e ter a possibilidade de estudar.

Lembro-me que ainda, muito pequena eu já pegava as cartilhas da minha irmã, que é um ano e meio mais velha e estava no Ensino Fundamental aprendendo a ler com dificuldades. Eu já lia. Assim, quando ingressei na primeira série, já sabia ler. Recordo-me de as professoras dizerem: “Uai, você já lê!”. Muitas lembranças minhas têm a ver com a escola. Sempre fui muito estudiosa e

me dei bem nas disciplinas, tanto de português quanto de matemática. Queria viajar, sonhava com viagem; sem essa oportunidade, acho que eu viajava pelos livros.

No Ensino Médio, estudei no Imaco¹ e eu era apaixonada por aquela escola que me possibilitava transitar por outros lugares. Lá, eu fiz o curso técnico em Contabilidade. Ao final do 3º ano, eu ia fazer vestibular, mas não tinha muita referência de cursos. Adolescente negra, eu não era estimulada a pensar nesse ingresso em universidade, no curso que iria fazer. Não, eu não tinha esse estímulo e nenhuma referência familiar. Então, quando li o caderno para o vestibular no qual vinha a ementa de cada curso e quais universidades que ofereciam o quê, sabia que na PUC² e outras universidades privadas eu não podia entrar, porque eu não tinha dinheiro; eu teria que entrar na UFMG. Aí, vi que o curso de Letras tinha muitas coisas que eu gostava (sempre gostei de Literatura) e ainda tinha possibilidade de ter aulas à noite (eu tinha que trabalhar, não tinha condição de ficar estudando o dia inteiro). Foi meu primeiro e único vestibular, aos 18 anos, e eu passei.

Em 1981, ingressei na UFMG. Comecei estudando à noite e fui abrindo caminhos. Na universidade, era tudo muito diferente do que eu vivia. Nessa época, tinha o 1º período chamado de “período básico”, que reunia as disciplinas das ciências sociais e a das ciências humanas, e as pessoas desses cursos estudavam na Fafich, na rua Carangola. Para mim, foi muito interessante e desafiador, porque, como eu disse, eu gostava de ler, mas Durkheim, Marx, Weber era um tipo de leitura que eu não tinha. O ciclo básico, com essa mistura, foi um momento de desafio e de nova ampliação de possibilidades. Em seguida, fui para as disciplinas próprias do curso de Letras, o que não era mais tão desafiador, pois eram disciplinas de Literatura, de que eu gostava muito. Eu me saía muito bem nelas. As minhas relações durante a graduação foram bastantes limitadas, já que eu tinha horário a cumprir no trabalho. Não tenho amigas da época de graduação, meu contato com meus colegas se dava quase que estritamente em sala de aula.

Eu sempre quis estudar, fiz a graduação e logo depois a especialização em Gestão de Pessoas, também na UFMG. Mas eu sempre fiz um monte de coisas ao mesmo tempo. Quando eu terminei a graduação, tive atividades profissionais concomitantes. Ocupei o cargo de professora na Educação Básica nas Redes Estadual de Minas Gerais e Rede Municipal de Belo Horizonte) concomitante ao cargo de Assistente em Administração na UFMG. Além disso, aos 33 anos eu me casei. Em 1997, tive meu primeiro filho, Vitor Gonzaga, e o segundo, Tomás Gonzaga, em 2002. Com filhos pequenos, tive que fazer uma opção e deixar uma de minhas atividades profissionais. Mesmo assim, logo ingressei na atividade sindical. Por isso não fiz o mestrado tão rapidamente.

1 Escola municipal, que, na ocasião, ficava dentro do parque municipal; hoje funciona na Rua Gonçalves Dias.
2 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, uma universidade privada.

Mestrado: colaborando para o letramento racial identitário de uma categoria profissional

Em 2006, eu comecei a atuar no Programa Ações Afirmativas na UFMG, que era coordenado pela professora Nilma Lino Gomes. Participei de duas pesquisas coordenadas pela professora Inês Assunção de Castro Teixeira: “Memórias e percursos de estudantes negros e negras na UFMG” e “Memórias e percursos de professores negros e negras na UFMG”. Quando ingressei no mestrado, em 2009, quis pesquisar as memórias e percursos dos trabalhadores técnicos administrativos negros. Se a universidade tem um tripé – docentes, discentes e técnicos – faltava estudar uma dessas bases. Essa foi a minha questão para o mestrado. Fui orientada pela professora Nilma Lino Gomes, que já era uma sumidade na época.

Mas, no meio do caminho, tinham algumas pedras! Não havia informações institucionais sobre pertencimento étnico-racial dos trabalhadores da universidade, então um dos primeiros desafios para minha pesquisa foi construir essa base. Quando fui para o trabalho de campo, uma coisa que apareceu de forma muito intensa foi o questionamento dos trabalhadores brancos. Indagavam porque eu queria dialogar só com os negros. Na universidade, havia outro tipo de discriminação, a discriminação docente-técnico. Infelizmente, o técnico tem um lugar de subcidadania dentro da universidade. Acabei aplicando o questionário para pessoas de todos os pertencimentos raciais. A fala das pessoas brancas, que também se sentiam discriminadas, apareceu com tanta frequência que a professora Nilma disse: “Nós não vamos poder desprezar esse dado, vamos ter que trabalhar com os brancos também”. Assim, minha pesquisa deixou de ser unicamente sobre os trabalhadores negros e passou a ser sobre os trabalhadores técnicos-administrativos³, as relações raciais e a invisibilidade ativamente produzida.

Pensar na categoria técnicos-administrativos era pensar nas relações entre brancos e negros dos mais diversos cargos, nas hierarquias, na invisibilidade ativamente produzida, tanto para os brancos quanto para os negros. Lembra da máxima: “manda quem pode, obedece quem tem juízo”? Os técnicos tinham que obedecer. Mas havia ainda uma diferença nesse processo, os técnicos negros eram muito mais discriminados. Além de serem técnicos, eram negros. Acho que esse processo foi interessante, porque muitos trabalhadores se reconheceram na minha pesquisa. O sindicato se apropriou muito dessa categoria da invisibilidade e do meu texto para pensar e ampliar o seu próprio posicionamento em relação às políticas afirmativas. Gosto muito desse meu trabalho porque, de certo modo, foi uma forma de letramento racial-identitário de uma categoria profissional de trabalhadores. As pessoas falavam da forma como eram tratadas pelos docentes,

3 Esse é o nome da categoria profissional estudada.

mas quando eu consegui categorizar essa forma de discriminação, passamos a trabalhar isso, a pensar nas políticas afirmativas. Acho que o meu trabalho deu subsídios para esse movimento.

Doutorado: refletindo sobre a gestão da diversidade étnico racial

Eu finalizei o mestrado em 2011. Em 2012, participei da seleção para o doutorado, que comecei em 2013 com o objetivo de pensar a gestão da diversidade étnico-racial na UFMG. Meu interesse era saber se a gestão da universidade mudou com a presença de um maior número de estudantes negros. De novo, a questão do racismo institucional acabou aparecendo muito fortemente no doutorado. A gente vai observar que a universidade não se prepara para dar conta dessa presença negra, ela reage à presença dos estudantes negros. Os estudantes negros têm uma demanda maior por políticas de permanência. Então, a universidade “corre atrás” e provê determinadas coisas. Com isso, quero dizer, que ela não se programa para atender as demandas desses corpos, porque não foi pensada para receber esses sujeitos. Por exemplo, é mais comum entre os estudantes negros que logo ao começar precisem e precisa ter acesso imediato ao vale para almoçar. A universidade foi pensada por brancos para atender brancos.

Uma outra observação sobre a questão das cotas é que assim como a universidade não se programa para atender os estudantes, também não se programa para formar seus trabalhadores (docentes e técnicos) para atuar profissionalmente com esses sujeitos que chegam na instituição. Uma coisa é você falar sobre a negritude, outra coisa é você falar com competência técnica sobre as relações étnicos raciais no Brasil, porque as pessoas acham que podem falar qualquer coisa sobre a questão racial, que não precisa se formar. A universidade pactua com esse pensamento ao não preparar político-afirmativamente os seus trabalhadores para lidar com a questão racial.

O desafio de estar em um lugar que os meus não acessaram

Na minha família, tanto paterna quanto materna, nós somos muitos primos. Na minha geração, fui a primeira pessoa a ingressar na universidade. A primeira a fazer graduação, a tirar carteira de motorista, a entrar na pós-graduação, a primeira, primeira, primeira! Isso acaba sendo uma marca que eu carrego, para bem e para o mal.

Minhas conquistas eram vitórias para meus pais, mas também para a família. Quando me formei no Ensino Médio, o Imaco tinha a colação de grau e uma missa de formatura. Lembro da família toda lá. Pelo menos um de cada família foi para a minha formatura. Na graduação, da mesma forma. No mestrado e no doutorado, o núcleo familiar mais próximo estava lá junto comigo. Para minha família, sempre foi motivo de muita alegria ver uma filha, sobrinha chegar nesse lugar de doutora. Papai falava assim: “Minha filha vai ser doutora”, mas ele infelizmente já tinha falecido quando defendi minha tese de doutorado em 2017. A minha mãe esteve em todos esses momentos.

Como ela trabalhava na UFMG, era comum ter pessoas falando que os filhos haviam entrado na universidade. Para ela, era um orgulho responder que a filha também tinha conquistado esse espaço.

Algumas pessoas na família, às vezes, não entendem o tanto que eu insisto para buscarem na educação uma possibilidade diferente. As primas da minha geração se casaram com 18, 20 anos. Aos 40, já estavam todas sendo avós. Tiveram filhos muito novas e as filhas tiveram a mesma trajetória das mães. Não quero dizer que a maternidade não seja uma coisa bacana, mas eu penso que é preciso se estruturar para ser mãe, para ser pai. Ter um emprego, uma profissão, ter o mínimo para oferecer para a criança. À medida que eu ia colocando isso para as minhas primas e depois para as filhas das minhas primas, nem todos entendiam. Não compreendiam a necessidade de construção de outras possibilidades para as mulheres. Minha irmã e meus irmãos não fizeram um curso superior, então sempre foi um desafio de estar em um lugar que os meus não acessaram. Eu tinha que conseguir dar conta da gramática da universidade, do vocabulário e todas as possibilidades que estar na universidade oferecem e, ao mesmo tempo, eu não poderia esquecer de onde vinha. É por isso que brinco que é para o bem e para o mal, porque isso exige muito de mim até hoje. Há uma outra coisa, ser doutora: são poucas as mulheres doutoras, poucas mulheres negras doutoras. Eu estou entre as poucas mulheres negras doutoras, lidar com isso é um permanente desafio.

3. Trajetória profissional

Aos 9 anos, eu já ajudava minha mãe. Ela tinha uma barraquinha de vender legumes e verduras e eu ficava nessa barraca. A gente achava que tinha obrigação de ajudar. Sempre assumi a responsabilidade educacional dos meus irmãos mais novos. Minha mãe trabalhava, não tinha como ir às reuniões de escola, então eu ia, ensinava o dever de casa, levava ao pediatra e para tomar vacina. São lembranças de uma infância de muita responsabilidade.

Quando eu estava no Ensino Médio, minha mãe ainda trabalhava em um restaurante. Estagiei na Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), no setor responsável pelo Código de Posturas. Da PBH fui trabalhar em um escritório de contabilidade, onde fiquei até iniciar a universidade.

Na época em que comecei o Ensino Superior, passei no concurso da UFMG para o cargo de técnico-administrativo. Fui designada para atuar no Hospital das Clínicas da UFMG. Quando terminei a graduação, tornei-me professora da Educação Básica. Mantive o trabalho concomitante ao da universidade por 12 anos. Ao ter o meu primeiro filho, saí da educação básica. Meu salário nessa atividade era menor, então eu tive que fazer uma opção, e optei por continuar na universidade.

Na UFMG, ao sair do Hospital das Clínicas, eu fui para a Pró-Reitoria de Recursos Humanos assessorar a Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo (CPPTA). Trabalhei lá por dois anos e fui em seguida para a Divisão de Recursos Humanos, que era a área central de recursos humanos (RH) da universidade. Fiquei por vários anos e cheguei a ser coordenadora da área de avaliação por um período. Por fim, fui coordenar a área de gestão de pessoas da Faculdade de Odontologia. Nos 14 anos em que fiquei, fui chefe. Como os cargos que ocupei na universidade eram administrativos, eles não eram vistos com relevância dentro da universidade. Lá, os cargos vão sendo ocupados pela pessoa que executa bem suas funções. Acho que por isso cheguei a esses cargos.

Eu ampliei minha atividade sindical no início dos anos 2000. Fui coordenadora de políticas sociais do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (Sindifes/BH) por algum tempo. Quando entrei na universidade, o plano de carreira dos trabalhadores técnicos era da década de 1980. O processo de discussão do plano de carreiras na universidade vinha sendo gestado ao longo de décadas. Com a chegada do Lula ao governo, a aprovação de um novo plano de carreiras se tornou uma coisa mais palpável. Em 2005, foi formada uma Comissão Nacional para discutir o novo plano e eu integrei essa comissão, ia a Brasília e participava dos congressos da Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra)⁴. Na UFMG também havia uma comissão que discutia o plano de carreira dos trabalhadores técnicos da universidade e eu fui eleita pelos trabalhadores técnicos para representá-los. Atuei como subcoordenadora dessa comissão. Quando meu nome saía no boletim da universidade, minha mãe gostava, comentavam com ela: “eu vi o nome da sua filha”, a filha da Margarida.

Eu trabalhei também como docente em cursos de extensão da universidade. Fui professora no curso de Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola⁵, no curso de Formação de Tutores do Juventude Vida e em cursos de capacitação promovidos pela PRORH⁶, nesse último caso atuei por muito tempo como professora formadora na área de Português Instrumental para os trabalhadores técnico-administrativos. A experiência docente nos cursos de extensão e de capacitação da universidade também foi muito interessante. Agora eu sou professora contratada na Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso), onde oriento estudantes de Mestrado do Curso *Estado, Gobierno y Políticas Públicas*.

4 O ano de 2004 foi de grande mobilização e vitórias para a Federação. Depois de uma greve que durou aproximadamente 90 dias, a categoria conquistou o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos das Ifes - Instituições Federais de Ensino Superior, instituído pela Lei nº 11.091/2005.

5 Um projeto da Uniafro em parceria com as universidades.

6 A Pró-reitoria de Recursos Humanos da UFMG oferece aos trabalhadores uma série de formações.

Em 2016, fui liberada pela Faculdade de Odontologia para assumir o cargo de Superintendente de Políticas Afirmativas na Subsecretaria de Promoção da Igualdade Racial (SUPIR), da Secretaria de Direitos Humanos, Participação e Cidadania do Estado de Minas Gerais (Sedpac), onde fiquei até o final do mandato do governador Fernando Pimentel. Voltei para a UFMG e logo me aposentei em 2019.

Hoje eu tenho uma microempresa de consultoria de relações étnicas, raciais e gênero. O trabalho com formação de gestores tem sido uma das nossas atividades. O meu desejo de trabalhar com gestores e gestoras é justamente para produzir uma mudança institucional. Por isso tenho me especializado muito nessa área. Ela tem aspectos do conhecimento técnico, da relação política, da relação dialógica com os vários movimentos sociais. Alguns gestores ficam engessados em suas salas produzindo as legislações e orientações, sem desenvolver o diálogo com o seu entorno.

A atividade de docência na educação básica, um período de muito aprendizado

Logo que me graduei, passei em um concurso da rede de ensino estadual e fui trabalhar em uma escola pequena no bairro de Venda Nova, E.E. Professora Maria Coutinho, que estava iniciando o processo de ampliação. Atuei lá como professora de português, por seis anos. Acompanhei a criação da quinta, sexta, sétima e oitava séries do primeiro grau dos alunos daquela época. Nessa região da periferia de Belo Horizonte, as famílias tinham migrado de outras cidades do interior. As crianças vinham de Santa Luzia, Sete Lagoas, da região metropolitana; para eles, estar em Venda Nova fazia diferença. Era uma ascensão: “eu sai lá de Santa Luzia e agora estou aqui em Venda Nova”. Então, os estudantes e as estudantes tinham uma referência extremamente positiva em relação à escola em Belo Horizonte.

Nessa escola as famílias estabeleceram uma relação muito próxima e como nessa região não havia muitas possibilidades de lazer, aos sábados, na escola, jogavam vôlei, futebol. Tivemos um casal de professores que deram práticas agrícolas e eles fizeram uma horta. Assim, além de ir para brincar nos pátios da escola, nos sábados os alunos também regavam essa horta. Assim foi se criando uma aproximação, fortalecendo vínculos e a rede de proteção da escola. Hoje, a gente observa violências, invasões em escolas. Nos anos em que eu trabalhei lá, não havia essa história de depredação da escola. A comunidade, como participante da escola, via esse como um espaço de possibilidades.

Também foi aí que comecei a introduzir a questão étnica racial nas minhas aulas de Português, trabalhando com alguns textos e músicas. Ainda não havia uma legislação sobre a inserção do tema nos currículos, mas eu já o inseria em um trabalho bastante articulado com a professora de

Geografia e o professor de História, porque havia aprendido na militância no movimento negro essa necessidade. Outra coisa interessante é que alguns estudantes nunca tinham ido ao centro de Belo Horizonte. Fizemos excursão ao campus da UFMG, já que eu também trabalhava na universidade. Os levei para ver os prédios, conhecer a reitoria e entender o que era, conhecer a faculdade de Letras, onde eu tinha estudado, e a biblioteca. Essa experiência de conhecer outro espaço, outra possibilidade, nunca tinha acontecido na minha vivência como estudante, por isso sempre pensei em proporcionar isso para meus alunos.

Eu fiz outro concurso para rede municipal de Belo Horizonte, onde trabalhei por cinco, seis anos. Em uma escola na região noroeste, Escola Municipal Padre Edeimar Massote. Nesse período eu encontrei um grupo de professores que já tinham uma ação mais voltada para a relação étnico-racial, um pensamento mais aberto para educação. Era um grupo mais da esquerda de uma militância política. Nossa escola era referência na prefeitura de Belo Horizonte. Vários professores depois dali foram ser formadores no Centro de Aperfeiçoamento de Professores da rede municipal. Considero que aí pude aperfeiçoar minhas atividades na docência, porque eu já tinha passado por um letramento na escola estadual. Ao saírmos da faculdade encontramos uma gramática do cotidiano, da sala de aula, que a gente não aprende, que o dia-a-dia vai nos ensinar. Nessa escola a experiência foi muito mais proveitosa, no sentido da percepção do que eu poderia fazer, como dialogar com outras instâncias educacionais fora da escola, como o teatro, o cinema, a rede de bibliotecas. Essa escola possibilitava tudo isso e, como professora de Português, eu me apropriava dessas possibilidades. Assim, os 12 anos na educação básica foram um período de muita aprendizagem.

O desafio da gestão na Faculdade de Odontologia

A Faculdade de Odontologia funcionava na Cidade Jardim e nos anos 2000 foi transferida para o Campus Pampulha. Quando eu cheguei, fui bem acolhida pelos meus colegas técnicos, muitos já me conheciam por causa da atuação sindical, mas tive uma rejeição muito grande dos docentes. Além disso, a presença de pessoas brancas em lugares de mando era muito maior. Estavam acostumados a fazer as coisas do jeito que eles queriam. Na gestão de pessoal, uma parte grande das atividades eram normatizadas e muitos não gostavam, achavam que eu que queria mandar e não que aquela era a norma. A leitura que eu fazia desse comportamento era que, como eram em sua maioria homens, brancos e ricos, sempre mandaram. De repente, chega uma mulher, negra e pobre para mandar.

A pessoa que me antecedeu tinha um olhar mais cartorial – abrir o processo, encaminhar, preencher o formulário. Eu queria olhar para além dos processos, por exemplo, dar atenção para as pessoas que estavam insatisfeitas em determinados setores. Resolver essas outras questões era prioritário para mim. O plano de carreira era muito recente e falava sobre a possibilidade de os técnicos também terem melhoria salarial quando fizessem cursos. Então eu tinha muito interesse em possibilitar que os técnicos fizessem os cursos. De certa forma, esse meu interesse quebrou uma lógica que existia na unidade, pois os técnicos chegavam lá às 8 horas da manhã e trabalhavam até 5 horas da tarde para atender às necessidades dos alunos e docentes. A partir do momento que esses técnicos passaram a sair para fazer um curso no RH central ou na faculdade, ficou evidente que os docentes não estavam acostumados a dialogar com os técnicos e compreender que eles tinham direitos. Esse início foi desafiador. Depois, as pessoas foram aprendendo que há uma lei que fala dessas possibilidades para os técnicos e das responsabilidades profissionais. Consegui ir mostrando que, à medida que o técnico aprendia mais, dava melhor retorno no trabalho que desenvolvia.

Acho que, por isso, ao sair da Odontologia, muitos docentes falaram “vou sentir muito sua falta”. Eu já tinha conseguido uma organização do trabalho e uma compreensão da inserção dos trabalhadores como participantes do que se produzia na Odontologia. Eu sempre dizia que Odontologia não pode só tratar de dente, ela é uma unidade vinculada à saúde. Ter essa compreensão maior, de que a pessoa não é só boca, mas um todo, faz parte de uma coisa mais ampla, a saúde, o SUS. Houve gente que foi fazer graduação na Odontologia, Serviço Social, cursos de Gestão em Saúde, entre outros, a partir desse diálogo que eu vinha promovendo sobre as possibilidades que o plano de carreira oferecia e do que era a Odontologia no contexto da universidade.

Compreendendo o funcionamento de uma outra máquina pública

Eu fui indicada para o cargo de Superintendente de Políticas Afirmativas na Subsecretaria de Igualdade Racial (Subir), da Secretaria de Direitos Humanos, Participação e Cidadania do Estado de Minas Gerais (Sedpac) quando essa secretaria foi criada, na gestão do governador Fernando Pimentel, do Partido dos Trabalhadores (PT). A secretaria era coordenada por Nilmário Miranda. Havia o desejo de que a subsecretaria fizesse articulação com a esfera federal que era coordenada pela professora Nilma Lino Gomes, Ministra da Seppir.

Costumo dizer que o desafio da secretaria era de duas ordens. A primeira era compreender o funcionamento dessa máquina pública muito diferente. Como superintendente de políticas afirmativas, eu tinha que dar respostas, tinha que pensar políticas para atender aos segmentos tendo como premissa a gestão étnico-racial, já que nós trabalhávamos não só com negros, mas também com indígenas, ciganos, comunidades tradicionais, ribeirinhos. Pensar possibilidades

de políticas para todos esses segmentos era um desafio, porque até então eu não conhecia o funcionamento da máquina administrativa estatal do poder executivo. Para isso, precisei correr atrás de outros conhecimentos, leituras e de pessoas para pensar projetos, pensar a relação com a Assembleia Legislativa, a relação entre secretarias. Nossa política de promoção da igualdade racial era uma política transversal e intersetorial. Compreender isso e perceber onde e com quem poderíamos dialogar para efetivar uma política de promoção da igualdade racial foi um desafio.

A segunda ordem de desafios estava relacionada ao racismo institucional. Até então, não havia uma subsecretaria ou uma superintendência que tivesse a política de promoção da igualdade racial pensada como política pública. Quando dizíamos: “eu sou da Secretaria de Direitos Humanos”, as pessoas tinham uma noção, ainda que vaga; mas quando falávamos: “eu sou da Subsecretaria de Igualdade Racial”, a pessoa já torcia o nariz. Vinham com aqueles discursos construídos de igualdade, em uma lógica de exclusão das diferenças, como se todo mundo fosse igual e não precisássemos de uma subsecretaria específica para negro. Além disso, as pessoas não compreendem a questão racial para vários sujeitos, elas só pensam no negro e na negra.

Os desafios colocados pelo racismo institucional foram muito intensos. Fazer as pessoas entenderem que nós precisamos de uma política afirmativa porque ela trabalha na lógica da reparação, na lógica da garantia dos direitos humanos, que esses sujeitos são humanos e que indicadores sociais mostram a desigualdade a que essas populações estão sujeitas. Esse discurso precisava ser reiterado inúmeras vezes durante o dia.

Além disso, a nossa articulação ela se dava internamente dentro da secretaria. Então compreender o que se dava dentro de outra secretaria, por exemplo, quais os recursos e as políticas aquela secretaria já tinha e que poderiam ser transversalizados pela questão da igualdade racial, não era fácil. Para isso, nós criamos o Fórum Intergovernamental de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, convidamos todas as secretarias para participar expondo seu objetivo. Assim, fomos localizando em que lugar havia políticas já desenhadas em que a gente poderia atuar para promover a igualdade racial. Por exemplo, uma secretaria tinha um programa que trabalhava com hortas comunitárias, aí mostrávamos que em um quilombo havia uma hortinha que poderia ser potencializada ampliando as possibilidades de consumo próprio, mas também as possibilidades econômicas daquele coletivo – isso é fazer uma política afirmativa. Ter essa leitura, conseguir sensibilizar quem estava em outra secretaria de que aquele quilombola é um sujeito de direito, e que o investimento em uma política afirmativa ali traria retornos significativos tanto para esse sujeito como para o Estado era desafiador e muito interessante e me possibilitou ir conhecendo a estrutura por dentro.

Foram muitos aprendizados. Em algumas secretarias tivemos muitos retornos de gestores que diziam: “nunca fomos indagados/orientados a pensar dessa forma”, a pensar sobre esses sujeitos a partir dessa lógica. A política pública muitas vezes é pensada no território: “o território x tem um número maior de pobres, então temos que ter cisternas na política de saneamento, para esse pessoal”. Nunca pensavam naqueles sujeitos como sujeitos negros ou como sujeitos negros empobrecidos por causa de passado histórico de escravização, de colonização. Por que tem mais territórios quilombolas no norte de Minas? Esses sujeitos saíram dos litorais e adentraram o território para que pudessem ter possibilidades de vida. Pensar isso histórica e politicamente foi algo novo.



Um projeto da Subir que eu gostaria de destacar é o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, no qual trabalhamos com Rede Minas, Copasa, Cemig, BDMG e Codemig, na esfera estadual, e os Correios, da esfera federal. Foi muito interessante quando fomos conversar no BDMG. Uma das coisas que a gente afirmava era necessidade de ter condições diferenciadas de financiamento para esses grupos que constituem um coletivo mais empobrecido da nossa realidade mineira. Sendo o BDMG um banco que pensa no desenvolvimento, era importante agregar esses sujeitos e considerar suas especificidades. A primeira vez que falamos isso o pessoal arregalou olhos, como se dissessem: “Que coisa é essa? Quem é essa louca? ”.

Outro caso interessante no BDMG é que contávamos com uma equipe muito bacana de parcerias dentro do programa. Ao falarmos do projeto de estágio que era oferecido para a PUC e para a UFMG, alertamos que, como as

Em homenagem aos 70 anos de Sueli Carneiro, filósofa, ativista do Movimento Negro Brasileiro e do Movimento de Mulheres Negras. Junho de 2020.

Crédito: Acervo Pessoal

instituições de ensino em que o programa divulgado eram as melhores, o grupo de estagiários era muito homogêneo, jovens brancos e brancas. Insistimos: se o banco é de desenvolvimento, ele tem que ter uma política afirmativa. Aí eles abriram a possibilidade de inscrição para outras faculdades. Em um dos debates que fizemos sobre política afirmativa, uma moça negra que morava em Ribeirão das Neves e fazia o curso de Administração em uma faculdade particular, contou que quando viu a chamada de inscrição para o estágio nunca tinha pensado na possibilidade de atuar no BDMG. Antes de se inscrever, pensou mil vezes, aí foi conversar com uma professora que falou: “inscreva-se, o não você já tem, você pode ter o sim”. E ela teve o sim. Negra, de Ribeirão das Neves, em uma faculdade pequena, em que ela tinha entrado graças à bolsa que conseguiu pelo Prouni. Essa moça já adulta tinha uma filhinha que deixava com a mãe para poder trabalhar e pagar os estudos, entre outras coisas. Ela contou que ser estagiária no BDMG possibilitou ter uma remuneração melhor, assim poder pagar uma pessoa para ficar com a bebezinha um período e não sobrecarregar a mãe. As políticas afirmativas alteram a engrenagem e saber que essas alterações na engrenagem também são resultado de seu trabalho e esforço é muito legal.

Por fim, estar na secretaria me possibilitou conhecer os quilombos fora da região metropolitana de Belo Horizonte – os territórios indígenas, os ciganos e assim saber e falar de uma realidade que vai muito além do que se ouve.

4. Reflexões

Minha construção identitária

Minha construção identitária já vem desde sempre. Por tudo que o racismo produziu, discriminação e medo, na minha casa a minha mãe falava: “vocês são pessoas negras, têm que saber aonde vão, com quem vão, porque com as pessoas negras o peso [da violência policial] é maior”. Ela nos orientou, principalmente os meus irmãos, homens negros. Assim, a gente sempre se entendeu negro. A militância foi me ajudando a compreender politicamente essa forma de estar no mundo. Não porque eu fosse pior, mas porque havia a pressão do racismo, havia uma hierarquização.

Eu só fui fazer uma leitura racial de como a sociedade nos tratava de forma diferente na juventude. Na minha época, quem se destacava em Matemática era o tal da escola. Eu era esse destaque em Matemática. Na minha turma de primeira a quarta série tinha um menino que também era excelente em todas as disciplinas, mas ele tinha uma coisa diferente, a mãe dele era professora. Minha mãe tinha estudado no interior, não tinha tido oportunidades educacionais. Assim, no dia da entrega do diploma na quarta série, ele recebeu uma medalha de honra ao mérito e eu estranhei eu não ter recebido uma medalha também; as notas dele eram iguais as minhas, senti não ter recebido. Minha foto da quarta série com o diploma não foi com a minha professora. Eu tirei foto

com uma professora da terceira série, que era uma pessoa que sempre me valorizava. Essas coisas são marcantes. Eu só fui perceber esse fato como uma questão racial, como uma discriminação sofrida por estudantes negros, a partir da militância no movimento social e depois, enquanto pesquisadora, quando fui investigar as várias violências raciais sofridas pelas crianças negras na escola.

Eu descobri o movimento negro, na adolescência. A bibliotecária do colégio onde eu estudava sempre me via lendo, eu ia muito à biblioteca, um dia ela me perguntou: “por que você não entra para o grupo de jovens?”. Assim, comecei a participar do grupo de jovens na igreja católica. Em um dos encontros de formação, um dos formadores falou de um grupo de consciência negra, fiquei interessada em saber. Ele era seminarista, deixou o telefone para a gente ligar para ele, mas só podia ligar em um determinado horário. Aí eu ligava naquele horário, de ficha, as fichas caíam e eu não conseguia conversar direito. Ele então me convidou para uma reunião. Eu fui a essa reunião e partir daí a outras, assim comecei a participar do Grupo de União e Consciência Negra (Grucon). Um grupo que tinha expressão em nível nacional. Ele era organizado em 13 estados do Brasil e se articulava muito com o Movimento Negro Unificado (MNU), participei de muitas atividades conjuntas em Belo Horizonte. Isso me possibilitou conhecimento político, ampliação de horizontes – tive inclusive a possibilidade de viajar. Conheci de fato o movimento negro em torno dos 22. Essa militância também abriu portas para mim. Hoje, faço parte da Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais. Iniciamos em 2015 organizando a marcha nacional. Em 2018, realizamos a Marcha das Mulheres Negras. A marcha é manifestação de um processo contínuo de reflexão e articulação.

A cosmovisão africana

Com a militância também tive um contato maior com as religiões de matriz africana. Minha mãe era católica, então fomos criados na igreja católica. Sei que meu avô, pai do meu pai, era católico, vicentino e teve um terreiro de umbanda. Mas minha mãe não permitia que fôssemos à casa do meu avô nessas ocasiões. Meu avô era muito conhecido no bairro, lá sempre fomos os netos do José Júlio. No meu bairro tinha Congado e a gente conhecia todo mundo, mas não participava. Quando saíam pelas ruas, passavam pela nossa porta. Na militância conheci a Comunidade dos Arturos, com que tenho uma afinidade muito grande, uma amizade. Lá fui Rainha Festeira em 2007.

Aprendi que para as religiões de matriz africana não há essa cisão das coisas, tudo é uma construção. São vários os caminhos. Muita gente fala que não entende uma pessoa que vai, por exemplo, no Congado e vai também no Candomblé. Isso é possível porque as religiões de matriz africana não são uma caixinha fechada, você pode ter a possibilidade de ser isso e aquilo. A cosmovisão africana te possibilita isso. Como tudo é construção e há vários deuses você não precisa ficar limitado a um espaço ou a uma religião.

Inserção da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos

Eu gosto de pensar que a Lei 10.639/2003 que institui a obrigatoriedade da inserção de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos como resultado da luta da militância negra. Quando a gente pensa o Teatro Experimental do Negro, nos damos conta que Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos já falavam da necessidade de trazer os elementos culturais das africanidades para as escolas. Os movimentos negros foram gestando essas possibilidades. Eu tenho uma carta em minha casa, de 1989, agendando uma reunião do movimento negro para discutir a questão racial na educação. A gente já pensava em educação étnico-racial, embora não nomeasse assim. O movimento negro questionava a ausência dos negros nos livros didáticos e nas disciplinas.

A lei é fundamental, mas as diretrizes curriculares precisam também ser conhecidas. Conhecer as diretrizes e como aplicá-las em todos os níveis de ensino é fundamental. A lei tem potencialidades que precisam ser mais exploradas. Obviamente que se implementada de fato negras e negros terão um fortalecimento, porque suas matrizes serão valorizadas. Infelizmente, ela não tem sido implementada como precisaria e tem vários discursos que justificam isso. Tem professores que falam até hoje: “Não sei o que fazer para implementar”. Por que não agem como no caso de outras legislações, onde são proativos? O que está por trás dessa passividade? Tem professor que fala assim: “Eu não trabalho a lei, porque não tenho material”. Não preciso criar um material, eu preciso ser crítico ao material que tem na sala de aula. Isso de não saber ou de não ter material para implementação da lei faz parte do discurso racista.

Quando meus filhos estavam na educação básica, os professores muitas vezes dialogavam de uma forma muito caricatural ou só falavam sobre o negro na cultura, na dança, na música e no futebol. Não mostravam a verdade, o negro construiu nosso país. Os meus filhos já sabiam disso, mas nem todo o mundo tem essa oportunidade de ter uma mãe que dialoga com eles sobre a questão.

Na primeira infância, meus filhos estudaram em escolas municipais. Mesmo antes da aprovação da lei, a rede municipal já tinha um núcleo de formação étnico-racial. Na PBH, essa disputa já estava posta na Secretaria Municipal de Educação. Patrícia Santana, Maria do Carmo Galdino, Fátima Gomes, Mara Evaristo e sua irmã Macaé Evaristo formavam um núcleo de pessoas que pensavam as relações sociais na educação, que também eram da militância. Uma das primeiras coisas que esse núcleo propôs e a prefeitura encampou foi a elaboração de um *kit* literário. Nesse *kit* eram colocados livros escritos por pessoas negras ou que trouxessem a temática étnico-racial. Assim, meus filhos tiveram a oportunidade de fazer essas leituras, assim como outras crianças que estavam na rede municipal na época.

A luta pelas políticas afirmativas (cotas) na universidade

Eu fui uma das pessoas que lutou pelas cotas. Participei da Marcha Zumbi dos Palmares em 1995, de passeatas em Belo Horizonte, da mobilização dentro da UFMG. A universidade não implementou cotas enquanto não virou lei. A nossa luta na universidade foi muito intensa, mas o racismo institucional fez com que a universidade não fizesse essa opção. Quem me sensibilizou e me politizou para a defesa das cotas também foi o movimento negro, não foi a universidade. Foi no movimento negro que eu comecei a compreender a ausência de corpos negros na universidade, nesse lugar da produção do conhecimento. Comecei a trabalhar muito cedo na universidade e em uma unidade da UFMG que tinha muitos negros, o Hospital das Clínicas. Mas ali os negros ocupavam, e ainda hoje ocupam, lugares determinados: atividades da infraestrutura, do restaurante, do serviço de nutrição, de lavadeira, do serviço de enfermagem e outros. Quero dizer: há uma massa de profissionais negros, mas quem os comandam, em geral, são profissionais brancos. Essa leitura racial de lugares ocupacionais, eu comecei a fazer no movimento negro.

Quando o debate de cotas veio trazido pelos movimentos sociais, logo comecei a fazer esse debate também na universidade. Já compreendia que os trabalhadores negros da universidade estavam em trabalhos mais precarizados dentro do organograma institucional. Percebia a ausência de professoras e professores negros, uma cisão evidente entre estudantes e professores brancos e técnicos negros. Isso fez também com que eu me engajasse nos diálogos pela aprovação das cotas.

No final de 2008, a UFMG aprovou a política de bônus, eu participei desse debate. Em seguida integrei a Comissão de Acompanhamento da Inclusão Social (Cais), durante todo o tempo que ela existiu. A universidade criou uma política de inclusão social, não uma política de cotas. É inegável que a partir da lei 12.711/2012⁷, houve uma inserção muito maior de estudantes negros na universidade, em que pese ela ser uma lei social. Gosto de dar esse destaque, porque muitas vezes, as pessoas esquecem que essa é uma lei de cotas sociais. A nossa demanda enquanto movimento negro era por cotas raciais, cotas para estudantes negros. Na lei em vigor, os negros são beneficiados em uma segunda ou terceira instância, têm que ser negros e pobres, ao passo que a proposta de cotas raciais era pensada para uma reparação histórica, seria para negros, independente de recorte social.

7 A lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012 dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. As instituições federais de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, o percentual mínimo de 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. No preenchimento destas vagas, 50% deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita e também preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência (BRASIL, Lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012).

Como já disse, há uma entrada muito maior de estudantes negras e negros, mas esses estudantes se deparam com o racismo institucional. Ainda é grande a ausência de temas voltados para a questão racial nos cursos. A leitura que eu faço hoje é que, apesar de termos as disciplinas de literatura portuguesa e literatura brasileira, as questões raciais não estavam presentes na minha graduação. Cruz e Sousa, Machado de Assis e tantos outros não eram destacados como autores negros ou autoras negras.

A ausência dos conhecimentos negros nos currículos ainda persiste. Desde 2003, temos a lei 10.639/2003, que fala da obrigatoriedade da inserção de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos e, no entanto, a universidade, que é uma instituição formadora de profissionais continua sem essa referência. Em algumas áreas, há um pouco mais dessa inserção temática, mas em outras não. Por exemplo, na graduação da Faculdade de Educação, onde fiz o mestrado e o doutorado, ainda não há uma disciplina específica de história da cultura africana e afro-brasileira.

A academia e a militância

Eu geralmente indago a forma com a questão da militância é apresentada pela academia. Acho que há um desejo de hierarquizar conhecimentos, distinguindo conhecimento e prática, conhecimento e saber. Entendo que a academia usa dessa forma dicotômica para hierarquizar. Gosto muito do livro *O Movimento Negro Educador*, da professora Nilma Lino Gomes. Nele ela fala muito dessa possibilidade de educação e de reeducação que os movimentos negros trazem para a sociedade brasileira. Não só para o campo acadêmico, mas para a sociedade.

Tanto no mestrado como no doutorado fui perguntada nas bancas se os temas que eu trazia não estavam unicamente relacionados à minha militância. Quando eu entrei para o mestrado, eu queria falar sobre os trabalhadores técnicos, eu era do sindicato, a militância estava ali, mas a militância faz parte da minha vida. Não tem como dissociar a Yone militante e a pesquisadora. Porque a Yone pesquisadora se construiu também a partir dessa militância; foi a militância que ampliou concepções, percepções, valores, em uma instância política e que me deu os conhecimentos que eu tenho para indagar inclusive a academia. Penso que a militância e a resistência por nós mulheres negras periféricas nos ajuda ter um olhar diferenciado na gestão e na sala de aula. Não tenho como fugir da minha corporeidade, da minha ancestralidade, isso está presente em mim.

O racismo na gestão pública

Em todos os lugares a questão racial é uma barreira. Essa coisa de ser chamada de “criolo”, de “macaco”, acontece com todos os negros e as negras. Vivemos em uma sociedade que é racista e que nega o racismo. Essa estória de que no Brasil o racismo é velado é discurso; ele é escancaradíssimo! Por exemplo, eu, uma mulher negra, quando chegava na secretaria, só podia ser da pasta da

igualdade racial. Não pensavam que eu estava lá por competência técnica, mas sim porque era filiada a partido. As pessoas também estranhavam muitíssimo quando eu falava que eu fazia doutorado, algumas pessoas levavam um susto: “o quê, você faz doutorado?”. Conheci mulheres brancas que estavam superintendentes há 14, 15 anos, uma vida construída como Superintendentes; mas que não entendiam quase nada sobre o funcionamento da secretaria em que estavam lotadas. Eu sabia da necessidade de pensar a política, a transversalidade, a intersetorialidade; mas como isso se efetiva no cotidiano, eu fui dialogar. Ao falar disso com essas Superintendentes, elas retrucavam: “Nossa, nunca pensei nisso”. Nunca foi exigido delas pensar nisso, porque eram mulheres brancas, loiras, olho azul.

O cabelo e a cor da pele são uma marca

Nessa coisa de cabelo, eu passei por tudo! Na infância, a nossa mãe trançava os nossos cabelos. Eu ia para a escola com o cabelo trançado. Lembro que os meninos puxavam minhas tranças. Quando entramos na adolescência tem aquela coisa de ficar bonita, sair à noite e precisamos ficar com o cabelo apresentável. Esse “apresentável” era o cabelo alisado. Então minha mãe alisava nosso cabelo. Hoje eu entendo que era uma estratégia dela, para deixar as filhas apresentáveis aos olhos da sociedade racista. Eu sempre tive aversão por essas coisas. Sábado era o dia da tortura, a gente tinha que arrumar a casa de manhã, fazer as atividades, para de tarde ir para o salão para arrumar – alisar – o cabelo e poder sair para dançar a noite. Tinha pelo menos a dança. Eu alisei meu cabelo até os 22, 23 anos.

Quando fui para militância descobri que meu cabelo crespo, meu cabelo afro, era também uma ferramenta de apresentação dessa minha identidade. Encontrei algumas pessoas que já estavam no processo das tranças, aí migrei para elas. Lembro-me que quando eu comecei a trançar o cabelo, na minha família falavam: “nossa que cabelo é esse?”. Usei o cabelo trançadinho em um coquinho por muito tempo. A militância passou por outro momento de corte de cabelo, quadradinho, e também cortei o cabelo assim. Depois, assumi meu cabelo crespo e solto. O cabelo alto, *black*, foi mais desafiador. O *black* faz parte da composição da beleza negra, mas é um processo doloroso, porque a gente é o tempo inteiro estigmatizada, discriminada e violentada por causa do cabelo.

Os olhares falam muito. Por exemplo, ao chegar e me apresentar como Superintendente, havia pessoas que me olhavam de cima a baixo várias vezes. Falavam: “Ah, Superintendente!”. Eu me perguntava: “Ah, por quê? Já sei, não precisa dizer, o olhar já disse”. Uma das coisas que marcam na gestão é a questão da corporeidade negra. Se você pensar em mulheres negras na gestão, vai ver algumas pardas. Quando a pessoa é parda, ainda tem um grau de passibilidade. Comigo não tem isso, eu sou preta. E com uma gestora preta, é outra coisa. Quando a gente chega e falam “essa é a

Superintendente”, o pessoal olha de cima em baixo, olha a cor e olha o cabelo. Não tem jeito, esses dois marcadores eles estão presentes o tempo inteiro.

Éramos cinco mulheres negras, de pele preta, na Subsecretaria de Igualdade Racial. Na Subsecretaria de Políticas para as Mulheres tinham outras quatro. Duas colegas usavam *dread*. As vezes coincidia das demais irem de cabelo solto e as pessoas ao passar pelos corredores do nosso andar, na Cidade Administrativa, olhavam. Superintendente, negra e com o cabelo *black* é muita transgressão para as mentes colonizadas. É um modelo que destoa da ideia concebida de gestora: cabelo liso, salto alto, maquiagem. A gente tinha um outro perfil. Esse nosso perfil foi um processo de ensinamento para as pessoas brancas, de que mulher negra também pode ser gestora.

No Programa Equidade de Gênero e Raça, tivemos vários diálogos durante os períodos em que se discutia a elaboração de políticas para as mulheres. Eu falava com uma colega que atuava com gênero da necessidade de articular gênero e raça. Essa articulação enfrenta desafios o tempo inteiro. Eu, enquanto uma mulher, uma sujeita afirmada como negra, que me posiciono, acabo sendo assustadora para algumas pessoas.

Sobretudo nesse ano eleitoral, é importante pensar a mulher negra e o espaço de poder. Algumas mulheres assumem esses espaços que a gente chama de poder, mas na realidade elas assumem um espaço que até então era interdito às mulheres negras por causa do racismo, mas não necessariamente esses espaços são espaços de poder. A professora Nilma ocupou a Secretaria da Presidência de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), depois o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. A Benedita da Silva vereadora, vice-governadora, governadora, senadora, deputada estadual e deputada federal, a primeira mulher que ocupa esses espaços todos. Gente, é muito pouco! Temos algumas na vereança, muito poucas deputadas aqui em Minas. Na esfera federal, pouquíssimas.

Na gestão pública, as mulheres assumem geralmente aquelas secretarias que são mais voltadas para trabalhar com coletividades, quer dizer, só a esfera de cuidado acaba sendo destinada às mulheres – a Assistência Social, a Educação e algumas vezes a Saúde. São poucas as mulheres que assumem Secretaria de Planejamento, de Economia, essas são áreas tidas como mais masculinas. A gente precisa compreender que, em geral, esses lugares de poder ocupado pelas negras têm um poder muito limitado. São espaços com poucos recursos e o poder está muito ligado à questão econômica, ao orçamento. Os espaços ocupados representavam avanços? Sim! Mas nessa trajetória de mulheres negras a gente ainda precisa indagar que tipo de poder a gente tem.

O letramento racial é fundamental

O letramento racial e a formação de gestores são fundamentais. Há dificuldade de compreender que negro pode falar de outras coisas que não só a questão racial. Quando eu estou falando de questão racial, estou falando da vida, então estou falando de tudo. Quando falo que os negros e as negras têm os piores indicadores sociais, estou falando de economia. Se falo que os negros e negras não foram trazidos da África, eles foram traficados da África, eu falo uma questão histórica e política. Os negros são partícipes da construção da nação brasileira. Para mim, a reeducação para as relações étnico-raciais é um compromisso ético e político, fundamental para que a gente consiga compreender a necessidade das políticas afirmativas enquanto uma política reparatória.

Quando eu trabalhava na Subsecretaria, participamos da disciplina Projeto Aplicado com a professora Aparecida Shikida, na Fundação João Pinheiro. Falávamos muito com os estudantes sobre a necessidade deles se tornarem gestores capazes de ler a pauta racial como uma questão estrutural. Pensar nesses sujeitos como sujeitos de direitos. É muito bacana a potencialidade que essas reflexões tiveram e tem. Tomara que elas deem conta de hoje estar dentro da gestão e pensar isso. Também participei do debate das cotas na FJP.

Na nossa consultoria, eu e uma outra amiga parceira temos trabalhado a discussão do papel das pessoas brancas na questão racial. O racismo foi produzido por pessoas brancas, a construção social e política do racismo é branca. A questão da atuação antirracista passa pelo branco perceber as dimensões raciais, perceber os privilégios brancos, perceber que ele tem que estar nessa luta, porque os seus antepassados estiveram no processo de criação de tudo. As pessoas brancas têm que se haver com os processos de desconstrução e de enfrentamento do racismo e pensar políticas, pois o racismo estrutural impede o funcionamento da sociedade, tanto para branco quanto para negro. O racismo é ruim para todo mundo.

Criar filhos homens e criar filhos homens negros

A conciliação da maternidade e do trabalho foi até tranquila para mim, diante de tantas experiências que eu vejo por aí. Mas só foi tranquila, porque eu sempre tive um suporte muito grande da minha família. Meu filho mais velho e minha sobrinha nasceram com meses de diferença, eram os primeiros netos, primeiros sobrinhos, então houve uma presença intensa da minha mãe e da minha irmã. Depois vieram os outros e a presença também foi muito afetiva. Eu tive muitas mulheres no entorno ajudando nesse processo de educar. A educação dos meus filhos se deve muito a essa presença da minha irmã; ela não tem filhos, mas os meus filhos são meio filhos dela.

Na criação dos meus filhos, destaco duas dimensões. A primeira, de criar filhos homens; e a segunda, de criar filhos homens negros. Criar filhos homens exige da mulher, o esforço de não

reproduzir processos machistas. Eu tenho uma boa referência da minha mãe, ela falava com meus irmãos: “O que você não quer para você, não queira para os outros”. Também falava com meus irmãos: “O que você não quer que aconteça com suas irmãs e suas primas, não faça com a filha dos outros”. E eu tento dizer isso para meus filhos. Passar para eles a importância do respeito e do diálogo. Outra coisa é criar filhos homens negros. Aí há a dimensão do racismo estrutural, que o tempo inteiro abala as mães de meninos negros. Quando você fala dessa presença do racismo, da hierarquização das relações, sinto que esse processo de educar filhos negros é a coisa mais perversa para as mulheres negras. O racismo mostra para ela o tempo inteiro que ele é um jovem negro. Que o cabelo dele é um símbolo, um alvo. Meu filho tem a pele-alvo. Alvo da discriminação, dos olhares, da violência policial, da interpretação. Se ele estiver correndo, pode ser suspeito, pode ser parado, a bala pode feri-lo. Para as mães negras, não tem coisa que dói mais. Criar um filho, homem ou mulher, uma pessoa negra nesta sociedade racista é violentíssimo.

É ter que falar com seu filho: “não sai sem documento”, “se a polícia te parar, fala baixo”, “me fala tudo o que vocês vão fazer”, “não levante os braços”. Meu filho tem quase dois metros de altura, usa *dread*, é afirmadíssimo, tem um discurso político na ponta da língua. É meu filho e filho do pai que ele tem, que são duas pessoas politizadas, militantes. Falar para ele: “Se te pararem fica calado” é uma violência, e mais uma violência comigo, com a história que eu construí.

O grande desafio para as mulheres negras

Acho que o grande desafio para as mulheres negras é ter a possibilidade de viver com dignidade. Ainda tem uma maioria de mulheres negras que não tem o que comer, que não chegam à escola ou que são agredidas, porque são negras. A trajetória educacional é interrompida, e isso vai refletir na sua saúde psíquica, emocional. Vai refletir nas possibilidades de trabalho. O grande desafio que os racismos nos impõem cotidianamente.

Falam que as nossas vidas negras importam. Elas precisam importar em todas as dimensões, principalmente na possibilidade da gente poder viver como ser humano. Quando se fala das dimensões dos direitos humanos, o primeiro é o direito à vida, que tem sido negado cotidianamente. São várias as formas de nos matar, nos matar pelo silenciamento, pelo apagamento de nossas histórias, pelo descrédito das nossas palavras.

5. Pensando nas minhas construções



Palestrando sobre a importância da inclusão da diversidade racial nas empresas. Programa Pró Equidade Gênero e Raça desenvolvido quando atuava como Superintendente de Políticas Afirmativas na Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Sebrae/MG, 2017.
Crédito: Acervo Pessoal

A gente não para e pensa nas construções que vai fazendo. Vai fazendo, mas não tem tempo para ter isso tudo organizado, sintetizado, refletido. As urgências da vida não dão tempo para a gente refletir. Sempre que eu fiz algo, não pensava em deixar legado.

A educação sempre esteve presente na minha vida, foi o que me construiu. Eu acho que sou lembrada como uma professora, embora não tenha chegado a ser professora em uma universidade federal, mas alguns estudantes me veem nesse lugar.

Eu gostaria de ser lembrada como alguém que esteve no processo de luta, de construção histórica, social e política para que as pessoas negras tivessem oportunidades. Penso na luta pelas cotas, na luta por moradia, na luta por representação política... na luta pelas cotas que eu fiz na UFMG, tanto na graduação como na pós-graduação; depois na luta pelas cotas na Fundação João Pinheiro. Eram coisas que apareceram no cenário para mim e que eu fui fazendo, porque achava importante, necessário, estratégico. Hoje, ao olhar isso de fora, pode-se pensar assim: “é um baita de um avanço”. O que significa para a Fundação João Pinheiro ter estudantes negros? Penso na sementinha, nas conversas com os alunos na disciplina da Aparecida Shikida. Hoje tem uma disciplina formal. São coisas que a gente foi semeando e vai vendo alguns frutinhas agora.

11
ELIANE
DIAS

Eliane Dias
Rosânia Sousa
Sérgio Luiz Felix da Silva

1. Minhas Origens

Sou Eliane Dias, nascida em Corinto, interior de Minas Gerais. Corinto é uma cidade que foi muito conhecida na época da Rede Federal Ferroviária Sociedade Anônima (RFFSA), antes de sua privatização. Corinto era uma cidade rica, não somente por esses trabalhos com a ferrovia, mas também por causa da exploração do cristal. O quartzo branco, que apesar de mais escasso devido a alta exploração, ainda é uma fonte de renda que alimenta muitos na cidade. Eu venho dessa cidade que tem um povo muito acolhedor e criativo. Minha família é negra, ex-moradora da roça, da Roça do Brejo distrito de Curvelo, somos pessoas simples. Meu pai foi vaqueiro; minha mãe lavadeira, doméstica, cozinheira e também cuidava e utilizava das pequenas plantações para alimentar a família. Saímos da roça e fomos morar em Corinto, que permanece com seus quase 25 mil habitantes.

Por mais que a cidade tenha maioria negra, o poder está concentrado na mão dos brancos, na mão dos homens. Não tem essa discussão de pauta racial e, com isso, a gente vai ficando ali naquele lugar de subalternidade,

de opressão. Isso caracterizou nossa transição da saída da roça e chegada à cidade, uma família simples, de trabalhadores, pobre e em busca de dias melhores.

Com muita luta, meus pais compraram uma casa. Meu pai precisou trabalhar em serviços insalubres, como metalúrgicas, siderúrgicas e postos de gasolina. A Companhia Mineradora de Metais “roubo”, mais ou menos, 14 anos da convivência da gente, dos filhos com meu pai, porque era o recurso que a gente tinha na época. Minha mãe foi lavadeira de roupa, passadeira, doméstica, ficou por muito tempo cuidando dos filhos, cumprindo de forma muito louvável a função de nos alimentar, de nos orientar, de nos colocar na escola. Tem um momento que atravessou muito a nossa família, e muito a mim também, que foi um período de muitas dificuldades nas relações. Meus pais vivenciaram a conjuntura muito difícil após a ditadura, de falta de trabalho, falta de recursos, de tensões e medos. Isso gerava muitas preocupações e conflitos na família, não foi saudável para a relação dos meus pais. Eles lutaram e caminharam juntos por mais de 30 anos. Hoje, já separados, permanecem sendo meus exemplos, meus guias, meus velhos, meus ancestrais!

Minha mãe tem 70 anos e meu pai tem 80, eles se casaram em dezembro de 1966. Minha mãe tinha 16 anos e meu pai, 26. Em 1968, veio a primeira filha. Em 1969, veio outro filho. Em 1970, veio mais uma. Em 1972, a outra. Não sei o que minha mãe fez, como é que ela se posicionou, mas ela deu um intervalo maior entre as gestações para que, então, eu nascesse em 20 de outubro de 1977. E justamente nesse período em que as mulheres estavam pelo mundo, lutando pelo movimento feminista, ainda branco, mas organizado, lutando pelos direitos das mulheres; só muito tempo depois é que minha mãe conheceu os primeiros métodos anticoncepcionais. Ela foi direto para o processo da laqueadura, no nascimento do último filho, há 33 anos. É um processo extremo, que também pode ser usado para ceifar a população negra, diante da ausência de políticas de saúde. Mas foi o que deu para fazer.

A minha mãe é o meu primeiro e meu maior grande exemplo de luta, coragem e feminismo. Se eu estou aqui, neste momento, foi porque eu tive a minha mãe para falar: “você não vai depender de homens e nem de ninguém”. Então, todas as minhas irmãs são essas mulheres independentes, que não dependem de outras pessoas, que tem suas profissões. Uma é pedagoga e professora, as outras duas atuam na saúde como técnicas de enfermagem nas redes pública, privada e seguem seus caminhos com muita coragem e determinação. Meu pai estava ali como provedor, quem gerava a maior parte dos recursos financeiros, mas era minha mãe que nos orientava de forma mais presente. Então, obviamente, não é só pela questão do cordão umbilical, mas porque *essa foi a pessoa*. Ou seja, não só mãe, ela foi a mulher que nos orientou, que nos colocou para frente. De alguma forma, se a gente não foi para caminhos ruins, se estamos todos ainda convivendo em sociedade, trabalhando, cuidando das nossas famílias, vivendo esses conflitos todos e buscando

nossa felicidade, é porque a minha mãe, Venina, a dona Preta foi, sobretudo, um guia para a gente. Não é clichê, eu reconheço demais o tanto que ela foi e é importante para mim. Por isso, sempre que eu puder trazer essa mulher preta para estar do meu lado, junto comigo, eu vou trazer, como estou fazendo agora.

Na minha casa, somos quatro mulheres e quatro homens, um total de oito filhos. Tenho doze sobrinhos, sempre perco a conta e preciso falar os nomes na ordem para ter certeza: Saulo Rafael, Anna Carolina, Victória, Lucas, Victor, Tamires, JR (Junior), Túlio Henrique, Pedro, Andrew. A Antonella (Tontom) é a primeira bisneta da minha mãe e do meu pai. Em outubro de 2020, chegou mais uma lindeza para a família, a Helena (Leninha). Moramos em três cidades distintas e a maior parte da família está em Corinto: minha mãe Venina de Moura Filha (dona Preta), meu pai Antônio Dias Evangelista (Fogão), meus irmãos Antônio Dias, Aparecida Dias, Warley Elbert e Ueriston Bruno. Tenho um irmão, o Ueniton César que mora com sua família em Itaúna. E aqui em Belo Horizonte, moram os demais: minha irmã Matilde Aparecida e filhos, a Denise Dias, eu, e alguns primos e tias. Importante registrar as cunhadas que fecham com esse clã, a Valderês, Diana, Carla, Walesca e Denise.

Eu não sou mais a jovem daquela época, então tenho orgulho de me posicionar nesse lugar, de falar das minhas origens, de uma família preta, trabalhadora, simples e cheia de ginga. Eu, que já vi minha mãe carregando trouxas de roupa na cabeça para lavar e passar, que já atravessou a cidade para poder comprar sacas de arroz mais baratas, porque não tínhamos dinheiro o suficiente para comprar no supermercado, emociono-me lembrando desses e de tantos outros momentos. Lembro das vezes que ia comprar uma única garrafa de *Baré*¹ no final de semana. Essa garrafa, de um litro, era dividida com os quase oito filhos na época, mais a mãe e o pai. Apesar das lutas, eu me sentia feliz, tenho saudade da minha infância!



Em sentido anti-horário: Eliane, aos 5 anos de idade (1982), no colo da irmã Matilde, à esquerda. No colo da mãe, Venina, o irmão Warley. Ao lado, o pai Antônio. Os demais irmãos, atrás, de pé: Denise, Antônio e Aparecida.

Crédito: Acervo Pessoal

1 Guaraná Baré.

2. Religião e ancestralidade

Falando um pouco de religião, não tem como negar que meu primeiro acesso à religião foi dentro da igreja católica. Fui batizada, fiz primeira comunhão, participei de cursinho, que nem sei se existe ainda, mas era uma reunião dos jovens, e fiz a crisma. Mas neste momento, interessa falar que hoje, conectada no movimento negro, percebo que, mesmo sendo iniciada dentro da igreja católica, já fazia macumbas. A gente já estava conectado com outras religiões, como o espiritismo. Quantas vezes a minha mãe me levou para as reuniões do sábado de manhã, do grupo espírita Alan Kardec, porque ali a gente podia ouvir uma palavra, receber um passe; podíamos receber, também, o alimento físico, a comida, a sopa, o mingau e, principalmente, o alimento espiritual. Então, eu também sou muito grata não só por ter sido acolhida por essa religião, mas também porque eu a carrego, até hoje, em vários outros momentos.

Tanto na minha juventude quanto na fase adulta, eu tive acesso ao espiritismo, que me confortou e me acolheu. Porém, foi há poucos anos, cerca de quatro, que tive contato com o candomblé, com a minha mãe Mametu de Munhadê, que é a dona Efigênia, do Kilombo Manzo. A partir dessa conexão é que eu me encontro de fato, porque reconheço e vivo a minha ancestralidade. É saber que quando a minha mãe queimava incenso em casa, aqueles defumadores para poder aliviar o ambiente, ela estava fazendo macumba também. Ela estava trazendo as origens africanas, os orixás para dentro de casa para nos proteger e guiar. Quando ela levava a gente para ser benzida, e eu lembro desses momentos, eu sentava no colo da vó, ela virava meu pé para cima e batia com o chinelo na mão, passava arruda no corpo, evocava espíritos de luz, santos e toda energia da natureza para nos curar. Isso é ancestralidade, isso é candomblé, isso é umbanda, isso é origem africana, é coisa de preto e de preta.

Neste momento, já na casa dos 40 anos, consigo entender a minha trajetória pela igreja católica, pelas igrejas protestantes como a Batista da Lagoinha e outras – que eu vou me recusar a dizer quais foram, porque eu tenho vergonha, porque são igrejas neoliberais com líderes políticos que estão hoje no poder matando o nosso povo preto. Então, eu vou me ater a essa iniciação na católica. A gente ainda permanece, minha família como um todo, conectado com o catolicismo. Mas todas nós, principalmente as mulheres, tivemos passagem, conexão com o espiritismo. Eu não perco esse lugar. É no meu terreiro, com a minha mãe, que me encontro. Eu não sou iniciada, mas a chamo de mãe, ligo e ela me dá a bênção. É muito bom ter a minha mãe ancestral e a minha mãe biológica no mesmo lugar de afeto, de preocupação, de cuidado e acolhimento. Sempre irei ouvi-las e sempre vou carregá-las comigo, porque eu entendo e reconheço de onde venho. Nesse campo da religião, sinto-me extremamente contemplada. E hoje é um sábado de Iemanjá, sábado da nossa mãe. A força ancestral também encontro nos cortejos de rua, feitos junto ao meu povo do Bloco

Afro Angola Janga, quilombo que fez morada em mim. Através da música, das heranças africanas e dos tambores, encontrei outro lugar de força e axé!

3. Trajetória escolar e a descoberta da sexualidade

Todos nós fomos muito bem orientados por minha mãe e meu pai para que estudássemos para melhorar de vida. Todos concluímos o segundo grau, com exceção de um irmão. Eu fui a primeira a ter acesso à universidade, fui a primeira a ter curso superior. Infelizmente, depois de mim, somente mais uma, dos oito irmãos, concluiu o superior. Eu sou formada em Gestão Pública e estou fazendo uma pós-graduação em Poder Legislativo e Políticas Públicas. Uma das memórias mais antigas que tenho é, justamente, da escola, talvez com cinco ou seis anos. Chamávamos de pré-escola na época, antes do primeiro ano. Eu cheguei para estudar e queria sentar com os meninos, eu achava que era mais interessante estar ali com eles. Lembro que a professora me tirou da mesa dos meninos e me colocou na mesa das meninas. É óbvio que acatei. Também é óbvio que fiquei chateada. Não entendi, mas vivia ali querendo estar naquele lugar de convivência, com aquela forma de brincar, de fazer; mas eu não podia, não me deixavam ser livre. Tudo era muito opressor, muito machista, muito separatista. Menina usa rosa, menino usa azul, meninas separadas de meninos. Que complicado isso.

Na terceira ou quarta série, mais ou menos, eu vivi alguns momentos em que não me sentia incluída, momentos de exclusão, quietude, timidez, medo. Mas de muita admiração aos professores, sobretudo à professora Gildete, uma mulher negra, gorda. Com ela, eu me sentia bem à vontade, gostava da forma que ela dava aula de Português. Talvez, porque, de alguma forma, eu me reconhecesse nela. Nunca tinha parado para pensar nisso, por que de todos os professores, que não eram muitos, eu gostava mais da professora Gildete. Tive, ainda bem, a oportunidade de dizer isso para ela já em uma fase adulta de mais consciência. Entendo que há aí um pouco da questão da representatividade, da importância da gente se ver. Por isso, acontecia essa confiança, esse bem-estar, essa maior participação nas aulas de Português com ela, professora negra. É isso, eu me via nela de alguma forma.

Na quinta e na sexta séries, eu fazia aula de Educação para o Lar. Era péssimo! Olha, eu não tinha consciência política. Que coisa horrível aprender a cozinhar e costurar. Eu queria estar lá fora brincando de bola, soltando pipa. Na minha casa, minha mãe permitia, dava essa liberdade de soltar pipa, jogava bolinha de gude, brincava de bola com os meus vizinhos da rua. (Eu lembro só que, uma vez, eu queria muito uma botinha da Xuxa, mas ainda bem que eu não ganhei). Ademais, eu estava sempre muito envolvida com o quintal da minha mãe, que sempre foi cheio de muitas

frutas e de plantas, árvores diversas. Sempre busco esses cheiros e lembranças quando estou lá. O primeiro lugar que vou sempre é o quintal, porque esse lugar me fortalece.

A partir da quinta e sexta séries, eu já estava mais envolvida com as questões da orientação sexual. Me vi atraída por uma mulher, por uma igual e “tá de boa”. Pronto e acabou, sou sapatão. Mas precisei de algumas sessões de terapia no posto de saúde para dar conta das lesbofobias do dia a dia. Tem toda uma trajetória aí, principalmente quando você não tem orientação sexual como algo prioritário na escola e quando seus pais não têm como te trazer isso. Dentro da escola, eu vivi um pouco esse processo da opressão, do machismo e da própria lesbofobia. Eu não era tão feminina quanto as outras meninas. Não sou uma mulher feminina, não uso vestido, por exemplo. A última vez que eu usei um vestido foi na minha formatura de quarta série, lembro como se fosse hoje, gostei do vestido. Mas só tive quatro! O que eu usei em uma foto aos seis meses de idade, mais ou menos; depois outro, com seis anos. Todas as fotos que eu tenho aos seis ou sete anos, mais ou menos, eram com esse mesmo vestido. E tinham os vestidos que eu usei na minha primeira comunhão e o da formatura da quarta série. Mas por eu não ser essa mulher padrão – já não era branca, não era loira, não tinha o olho verde e ainda usava calça jeans, bermuda e camiseta – aí foi mais difícil. Nesse período, minhas questões eram muito dar conta daquelas responsabilidades de passar de ano, aprender algo e manter a sanidade.

Com 15 anos, fui indicada a melhor goleira de handebol da escola, isso foi em 1992, estudava no Polivalente. Ah, eu tenho duas medalhas: uma de “melhor goleira de handebol de 1992” e a outra de “melhor associação comunitária do ano de 2000”, que presidi. Fui presidenta da Associação Comunitária do Bairro Maciel (Acobam) por dois mandatos seguidos, outro momento muito importante para mim como uma iniciação muito bem-sucedida na militância. Gratidão aos mais velhos que acreditaram que seria possível essa jornada, juntos. Em parceria com a prefeitura da cidade, construímos banheiros, reformamos casas, fizemos campanhas de conscientização, realizamos eventos para aquisição de fundos para construção de sede própria, por exemplo! Eu acho que esses processos foram, para mim, como um combustível, pois eu sempre era a liderança de turma, apesar de ter levado algumas bombas na escola. Eu não tenho vergonha de dizer isso, não dei conta de passar direto, naquela época, de aprender o que precisava, por questões diversas que me atravessavam: a própria orientação, a família, o próprio racismo.

No primeiro ano, eu já era liderança de turma. Fiz o técnico em Contabilidade. Ainda tenho lembranças daquela época, das coisas que fizemos juntos. E essa movimentação na sociedade, em uma cidade pequena, onde todo mundo se conhecia, também me proporcionou outros lugares. Fui aprendendo, enfrentando os desafios e galgando outros espaços a partir dessa formação. Estudei em escola pública durante toda minha vida, estadual e municipal. Chegou um determinado momento

em que eu precisava respirar mais e cuidar um pouco mais da minha mente. Aí fui estudar na cidade vizinha, onde eu paguei um curso por um determinado período, depois obtive uma bolsa. Estudei por, mais ou menos, um ano lá. Então, retornei para minha cidade, fechei o meu curso de segundo grau no Colégio Cristo Rei. Nesse período, já estava trabalhando na prefeitura municipal. Fiz parte da equipe da Secretaria de Assistência Social na área de organização de seminários, conferências, reuniões, cursos de qualificação profissional e outras atividades. Também tive a honra e o presente de trabalhar com alunos e alunas em escola da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). Apreendi muito com todos eles.

Um pouco depois, vim para Belo Horizonte. Eu não consegui estudar logo na chegada, por causa da militância. Retomei os estudos em 2007, no UniBH. Havia começado a militar em 2004 aqui em Belo Horizonte, na Associação Lésbica de Minas (Além) e escolhi meu curso a partir desse lugar. Na Além, eu era uma voluntária muito apaixonada com a causa, fazíamos muito barulho para chamar a atenção das autoridades para nossas demandas. Fazíamos oficinas de batuque com tambores reciclados, palestras, rodas de conversa, seminários, cursos, eventos diversos que evidenciavam a pauta das mulheres lésbicas e visibilizavam a necessidade de políticas públicas específicas para atender às nossas especificidades no campo da saúde, segurança e educação principalmente. Também fazíamos distribuição de material informativo e de camisinhas para a saúde e prevenção da população LGBT e profissionais do sexo que atendiam no baixo meretrício de BH, ou seja, nos hotéis. Nesse momento, queria mudar minha vida e a vida das pessoas que estavam perto de mim, queria construir algo para o mundo. Então, vi no curso de Gestão Pública uma possibilidade, de conhecer a máquina pública, entender por onde passa o dinheiro,



Eliane Dias fazendo fala, em trio elétrico, na Parada LGBT de Belo Horizonte. 2017.

Crédito: Acervo Pessoal

como as coisas são constituídas. No decorrer do curso, fui convidada por um professor para ser gestora de seu escritório de advocacia especializado em direito do servidor público. Essa foi outra grande experiência profissional que durou cerca de quatro anos.

Cheguei ao Centro Universitário de Belo Horizonte e, naquela época, ainda não estava tão difundida a política do ProUni e do Enem². Entrei para o Laboratório de Políticas Públicas, como estagiária, e consegui um pouco mais de flexibilização para pagamento das minhas mensalidades. Eu paguei todas as mensalidades dos anos que eu estudei. Mas considero indiscutível que a política de cotas é extremamente necessária, é uma reparação mínima que, em minha opinião, já está ameaçada na atual conjuntura. Nesta semana, minha namorada e companheira, a psicanalista Cristiane Ribeiro, deu uma entrevista ao jornal *O Tempo*. A pauta do programa era sobre o racismo. Um dos ouvintes fez a seguinte colocação: “política de cotas é errada, não é necessária, isso exclui”. Vou usar as palavras dela, porque ilustra muito bem: “é só olhar para um curso de Medicina em qualquer universidade do Brasil que você vai ver que 99,9% dos alunos são brancos, e olhar para o sistema prisional ou para o sistema socioeducativo, para ver ali só pretos e pardos”. Tem um curso de Medicina com mensalidades caríssimas e aí que é que não tem preto mesmo. Quem é que morre hoje pela violência do estado? Mais de 70% são negros, a grande maioria são homens, isso tudo tem conexão. Na política de extermínio, se mata mais os meninos para não ter mais a presença de pretos. Nos números da violência, as mortes de homens são muito maiores, e assim é tirada a possibilidade de mais pessoas negras nascerem.

Eu participei de uma banca de avaliação das cotas, no campo federal, e você tinha ali gente branca dizendo que era preta. As pessoas ainda usam do argumento: a minha mãe ou a minha avó era preta, o meu avô era preto. Mas, segundo a política de cotas, é a pessoa que está sendo avaliada, não o avô ou a avó. Era ele que estava sendo avaliado, que é branco e o rosto cheio de sarda, cabelo claro e nariz fino. Então, ainda enfrentamos essas dificuldades; além da necessidade de ampliação das políticas afirmativas, ainda tem muita gente que fica tentando roubar isso da gente.

2 O Programa Universidade para Todos (Prouni) do Ministério da Educação, que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais em instituições particulares de educação superior, para estudantes que tenham renda familiar mensal, *per capita*, de até 1,5 salário mínimo. Já o Enem é Exame Nacional do Ensino Médio, que avalia o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica e é utilizado como mecanismo de acesso à educação superior, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

4. Militância e trabalho

A militância é um motor que me tira da cama todos os dias, é o que me motiva e traz movimento. Tudo que eu faço é político, tudo que eu faço é de enfrentamento às opressões, tudo que eu faço tem relação com a luta.

Aos 15 anos, eu já ia para rua entregar santinho de propaganda eleitoral nas portas das casas. Eu também cheguei a fazer programas na Rádio Cidade de Corinto no início dos anos 1990. Lembro que toquei Cyndi Lauper no meu primeiro programa. Era influência americana, o capital na vida da gente. Graças a Deus, hoje eu vou tocar Clara Nunes, Jorge Ben Jor, Tim Maia, Mariene de Castro, Leci Brandão, Elza Soares, vou buscar grandes nomes, principalmente nomes de mulheres pretas para colocar no meu programa de rádio. Trabalhei por alguns anos na Rádio Cidade de Corinto com figuras únicas, como a querida Fátima Lopes. Esse período inicial dos anos 1990 era quando o Skank começava a aparecer para o mundo, eles até fizeram um show lá. Depois, fui buscar outras experiências. E, nesse outro momento, já como liderança da turma de Contabilidade, no segundo, terceiro ano, eu já era mais dona de mim, já tinha mais consciência política e fazia os enfrentamentos de outro lugar. Sabia que era sapatão, que era preta e que tinha condição de estar em lugares diferentes. Então, vamos embora fazer as festas, desfiles, shows com DJ, fazer a primeira exposição de arte contemporânea da cidade. Eu tinha 18 para 19 anos, saí até na televisão de Curvelo. No meu coquetel, da exposição de arte contemporânea, tinha até caipirinha, era outro nível. Eu já era uma pessoa com mais consciência. Eu já sabia que tinha direitos, poderia não saber detalhadamente quais eram, mas sabia que existia um negócio chamado artigo quinto e sexto da Constituição de 1988³ e sabia que aquele era o documento maior que eu tinha para me orientar.

Por volta de 2000-2001, eu cheguei em Belo Horizonte, para trabalhar como produtora cultural de uma banda chamada “*Junke Box*”, que tem hoje na liderança uma das principais cabeças do “Volta Dilma”, do comitê “Anula o impeachment”, que é a cantora Malu Aires. Trabalhei inicialmente em Belo Horizonte com essa cantora. Depois, passei para outros trabalhos subalternos, como de telemarketing, que é um lugar que causa muito adoecimento mental.

Foi nessa chegada aqui em Belo Horizonte, a partir dos movimentos sociais das lutas de rua e de uma edição da parada LGBT de Belo Horizonte, no ano 2000, que eu comecei a me conectar com o movimento LGBT. E me conectei com as pautas feministas, com a marcha mundial das mulheres, passei por alguns caminhos e cheguei ao movimento negro, ao N’zinga, Coletivo de Mulheres Negras, sendo que em paralelo já havia criado junto a outras companheiras a Rede Afro LGBT de MG, em 2013, a Rede de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de MG, em 2015, e a Rede de Mulheres Negras de

3 Artigos que tratam dos direitos e garantias fundamentais.

Minas Gerais, também em 2015. E permaneço nesses lugares entendendo que isso é importante para ampliar os diálogos e sair das caixinhas. Fui do extinto, pelo desgoverno Bolsonaro, Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT/CNCD. Atualmente, represento os pretos LGBTs junto com a companheira Rhany no Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial/COMPIR-BH.

No processo de transição da militância, percebi que o movimento LGBT estava muito limitado, apesar de que a gente já tinha feito uma série de lutas, várias paradas, várias movimentações, marchas em Brasília. Em 2011, teve a conquista da união estável. Também já tínhamos feito uma série de conferências, fóruns e várias campanhas que já tinham avançado um pouco. Eu comecei a buscar outros lugares para entender melhor o meu próprio lugar. Porque eu não sou só uma mulher, eu não sou só lésbica, tem uma série de coisas que me atravessam.

Em 2014, participei de um evento no Mercado Novo. Na época, era um espaço cultural com características bem negras, várias intervenções artísticas culturais negras de periferia, de favela, do plano cultural de Belo Horizonte. Ali tinha, em uma das salas, a sede do N'zinga, que é o Coletivo de Mulheres Negras de MG. Então, participando desse evento com a Benilda Brito, fundadora e ex-coordenadora do N'zinga, eu pensei: “Tenho que estar aqui, eu tenho que estar neste lugar”. E Benilda me chamou para ajudar a construir a Marcha das Mulheres Negras de 2015, que foi uma grande movimentação política nos estados e no país. A gente colocou cerca de 1.200 mulheres na rua, em um 13 de maio, uma quarta-feira, dia de Xangô e Iansã. Aquilo ali mudou totalmente o *time* da militância para mim, porque não eram só mulheres, eram mulheres negras, de terreiro, de ocupações, dos interiores, do Vale do Aço, Ouro Preto, Rota da Lama, mulheres jovens, artistas, indígenas, estudantes, universitárias e LGBTs.

Minha mãe, a mãe Muiandê, mãe Efigênia ou Mameto de Muiãdê, a liderança matriarca do Kilombo Manzo, foi ela que entregou, nas mãos do Secretário de Governo, esse homem branco que estava ali representando o governador da época, naquele dia, uma série de reivindicações do movimento negro. Nada é por acaso, não é? A gente já tinha feito Conferência de Igualdade Racial; então, aquele documento era uma reivindicação legítima e com pontos inegociáveis, extremamente necessários para o povo preto do estado, como o combate ao genocídio da juventude negra e do povo preto, a defesa das cotas, trabalho, enfim, uma série de coisas.

A partir daí, eu continuei cada vez mais conectada com o movimento negro. Participei da criação da Rede de Mulheres Negras de MG, que conecta mulheres negras de várias partes do estado, inclusive candidatas nas eleições de 2020. Mulheres diversas que estão construindo a luta nos seus territórios e que estão conectadas a partir dessa rede. E a gente dialoga nacionalmente, não só com movimento LGBT, feminista, mas também com esse movimento negro aquilombador. Temos feito, desde 2015, uma série de avaliações políticas. Estava acontecendo, naquela época,

a IV Conferência Nacional das Mulheres, antes do golpe. Nós havíamos colocado cerca de 50 mil mulheres negras em Brasília. Foi o grande momento, antes do golpe, do movimento social nas ruas, de reivindicações, de denúncias; e nós fomos hostilizadas pela direita neoliberal em frente ao Congresso Nacional. A marcha das mulheres negras foi em novembro de 2015 e a presidenta Dilma saiu em maio de 2016.

O ano de 2016 passou com uma certa apatia, paralisação. Um momento, espiritualmente falando, muito complicado, porque houve certa paralisia do movimento, na minha opinião. Mas a gente não sabia o que estava acontecendo ao certo, ainda tentávamos entender o cenário político.

Então, só conseguimos voltar a fazer grandes movimentações em 2018, quando retomamos essa conversa nacionalmente com mais força. Em 2018, a Plataforma de Reforma do Sistema Político, que é puxada desde 2004, voltou a se articular. E concluímos, em setembro, grandes encontros de mulheres negras, novamente. Em setembro, fizemos um Encontro Estadual de Mulheres Negras com 150 mulheres, em Belo Horizonte, em que atualizamos uma série de reivindicações e de questões inegociáveis, em uma série de denúncias diante do fato de que Marielle Franco já tinha sido brutalmente assassinada, em março de 2018. Nesse período, tinha acontecido também o Fórum Social Mundial em Salvador. O ano de 2018 foi emblemático nesse sentido, porque, assim como em 2016 e 2017, também houve ali uma série de “paralisias”, e não sabíamos muito bem para onde ia aquela coisa toda, com a perda cotidiana de direitos. Marielle Franco é brutalmente assassinada e planta-se uma semente a partir daí, com várias mulheres começando a se envolver com a plataforma política, várias pessoas que estavam recolhidas voltando às lutas.

E aí tem a ver com a ancestralidade. Porque, em algum momento, eu me recolhi, fiquei quieta, parada. Às vezes, você não consegue seguir na luta, que pode ser solitária, mas é também ancestral. Observar o que está acontecendo à volta, se conectar com outras mulheres que também vão caminhar com você e que vão, a partir dessa religião, fazer uma leitura do cenário. Chegamos em 2018 com essa consciência e realizamos o primeiro grande ato nacional pós-golpe, pós-Bolsonaro, que foi um encontro com 3 mil mulheres negras em Goiânia, nos dias 6, 7, 8 e 9 de dezembro de 2018. É um recorte muito interessante que podemos trabalhar. Não são todas mulheres negras de candomblé, de umbanda, conectadas com religião de matriz africana. São também mulheres evangélicas, protestantes, católicas, católicas pelos direitos de decidir, mulheres espíritas, juventudes, mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, quilombolas, ribeirinhas, da floresta e das águas, entre outras. Mulheres diversas, que podem estar ou não conectadas com a religião de matriz africana, mas, sobretudo, estarão conectadas pela luta contra o racismo, machismos, LGBTfobias e todas as formas de opressão. Então, reunir cerca de 50 mil mulheres marchando em

Brasília antes do golpe, 3 mil mulheres reunidas em Goiânia, muita luta, com muita dificuldade, com muitas questões, isso não é qualquer coisa.

Então, a gente chegou a 2018 com essa certeza, de que as mulheres negras são as que vão alterar a estrutura de fato. Se isso acontecer um dia, vai ser a partir desse lugar, das mulheres negras trazendo essa riqueza da nossa ancestralidade. Entendemos que muito do que está aí na sociedade, das tecnologias, de processos construídos e usados até mesmo pelos nossos opressores, é riqueza nossa, são dos nossos antepassados, vindos de África. Como é que Zumbi e Dandara⁴ conseguem juntar cerca de 30 mil pessoas em quilombos, escondidos na floresta?! A gente precisa olhar para esses lugares que o nosso povo construiu. Não precisamos inventar a roda, precisamos reconhecer isso, que nós giramos a roda há séculos.

Então, quando se elege deputadas pretas em Minas Gerais, depois de 300 anos desse gigantesco estado, e eleva o fenômeno Áurea Carolina a vereadora mais votada de BH; a deputada federal com a quinta maior votação do estado em 2018 – foram cerca de 162 mil votos; e a traz para a candidatura para prefeita de Belo Horizonte, estamos dizendo ao mundo que nós também podemos e queremos estar nos espaços de poder para definir a política!

5. Ser gestora e mulher negra

Cheguei para compor uma equipe do governo do Estado de Minas em 2015. Em março de 2015, foi criada a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac). Eu cheguei em julho de 2015 para ocupar o cargo de Diretora de Articulação Institucional da Subsecretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM). A Sedpac tinha cinco braços, cinco subsecretarias: juventude; promoção e defesa dos direitos humanos; igualdade racial; participação social; mulheres. Foi um período de muito aprendizado, diálogo, tanto com pessoas progressistas quanto com pessoas não progressistas. Foi possível perceber a necessidade de que aquele governo, mesmo sendo de esquerda, tinha de adentrar nas raízes do estado para poder fazer discussões necessárias sobre os direitos humanos. Você não pode construir políticas públicas sem ter alguns entendimentos; logo foi possível perceber que dentro da articulação institucional da SPM, e também da própria Sedpac, havia um caminho longo para conseguir sensibilizar as pessoas, principalmente quem estava ali à frente da constituição das políticas, assessorias de planejamento e os próprios servidores de carreira. Trabalhamos por esse caminho de sensibilizar, de dialogar muito com

4 Líderes do quilombo de Palmares, maior quilombo que existiu na América Latina. Foi construído ao final do século XVI na Capitania de Pernambuco (estava situado em uma região onde hoje é o estado de Alagoas) e chegou a reunir cerca de 30 mil habitantes. Foi um dos grandes símbolos da resistência das pessoas escravizadas no Brasil. Foi destruído em 1694.

setores de comunicação, com secretários, as superintendências, com as outras subsecretarias, nessa tentativa de trazer a parceria para a prática. Nossa subsecretária à época, Larissa Borges, e hoje, amiga, bem sabe das lutas que travamos. Mas também sabemos das vitórias.

Conseguimos executar algumas campanhas. Eu fiquei também feliz, um tempo depois, de ver que saíram campanhas de algumas Secretarias, como a de Esportes, por exemplo, colocando a mulher negra em evidência nos seus materiais. Os servidores da Sedpac foram exonerados em janeiro de 2019 e depois ela deixou de existir. Mas algumas coisas permanecem impregnadas nas pessoas e nas ideias. Eu sei que é uma luta, porque dentro da estrutura que temos hoje há uma série de questões contra as quais você não vai bater de frente por motivos diversos. Mas é importante comemorar as pequenas vitórias.

Acho que um dos grandes produtos que tivemos, para além de conseguir colocar o Ônibus Lilás⁵ para rodar, foi ter cerca de mil mulheres participando da Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres. E quase 3 mil jovens na Conferência de Juventude e na Conferência de LGBTs, que foi um sucesso. Além das outras conferências realizadas em 2015. Conseguimos fazer o diálogo com a sociedade, extremamente importante, para manter esses lugares de participação com a presença do povo. Ele vai alimentando as esperanças, favorecendo a formação política, proporcionando que as pessoas se conectem a você e também se indignem. Eu, na minha indignação, essa revolta é meu combustível para me acordar de manhã sabendo que eu preciso cumprir algumas coisas.

Mas o principal produto que conseguimos entregar na SPM/Sedpac foi o Plano Decenal Estadual de Políticas para as Mulheres 2019/2029, que fizemos em parceria com a Fundação João Pinheiro e com várias outras mãos mineiras. Saber que esse plano ainda é um orientador para atuação da Coordenadoria de Mulheres da Sedese me deixa muito feliz. O Plano é um documento legítimo, construído de forma democrática, em vários momentos com a sociedade. Momentos presenciais com as mulheres e com uma grande preocupação de não ser algo impossível, mas, sim, uma ferramenta de trabalho diário. E tem muita representatividade – por exemplo, você vê várias vezes a palavra “lésbica”, a palavra “bissexual”, a palavra “transexual”. Então, você avança na caminhada, porque o Plano traduz a diversidade, as identidades, as especificidades das mulheres mineiras.

A experiência de quase quatro anos na SPM foi muito produtiva; mas também houve certa frustração, porque não se executa política pública sem recurso. Aí, você vê que não basta ter somente vontade política. Hoje estou como assessora na Gabinetona, no lugar de outros irmãos e

5 Iniciativa que tem como objetivo prestar atendimento, amparo e instrução às mulheres que sofrem e, caso necessário, realizar o encaminhamento para a rede de atendimento.

irmãs, e diante de uma série de milhões de brasileiros que estão sem trabalho – também por causa da pandemia que nos assola todos esses dias.

6. Racismo e ausência nos espaços de poder

No campo da gestão pública, de forma direta, não me lembro de ter sofrido racismo ou LGBTfobia. Até porque, teoricamente falando, você está ali junto com os seus, com a *galera* que está na área dos direitos humanos, todos progressistas, vindos das lutas indígena, negra, feminista, de pessoa com deficiência, LGBT, juventude, diversa. Você parte do pressuposto que está todo mundo dentro do mesmo barco. Mas transitar naquela Cidade Administrativa, na hora do almoço, na hora do lanche, de ir para um outro lugar, é muito difícil. Porque, por exemplo, já cheguei sabendo: “você tem que estar sempre muito bem vestida aqui, porque as pessoas observam muito”. Eu falei: “Ih! Danou”. Não vou abrir mão do meu tênis, da minha sandália, das minhas camisetas de militância, eu nunca me preocupei com isso, nunca andei rasgada. Uai! Eu sou uma mulher preta militante, eu não vou vestir minhas camisetas de luta? Mas o olhar das pessoas é sempre algo que marca muito. Talvez, esse olhar pode ter sido o mais visível que eu tenha percebido. Te olham por uma série de motivos, podem te olhar com admiração, com desejo; mas também te olham condenando, questionando, apontando e, às vezes, querendo te expulsar do seu lugar ou te agredir.

Já na rua, sim, fui vítima de racismo, várias vezes. Passou, uma vez, um cara de carro, ele ali dentro protegido, me mandou pentear o cabelo. Já fui chamada de “sapatão” na rua como forma de agressão. Dentro de lojas, é sempre muito desconfortante... Tem algumas formas de se comportar nesses lugares, que é não ficar pegando muito em coisas pequenas, manter sua mão sempre visível. É muito difícil, muito mesmo, porque a sensação é que a qualquer momento você vai ser acusada de algo que não fez.

Hoje, em 2020, a gente caminha em um momento de pandemia, de governo neoliberal, fascista, genocida, momento em que continuam aumentando as mortes da população negra, das mulheres negras. Não dá para somente para fazer, é preciso pensar, olhar para o passado. Mas é preciso, também, valorizar e reconhecer os lugares pelos quais que já passamos, que os nossos pais, avós, nossos antepassados já passaram, para avançar. Eu não vou nem falar da questão do dinheiro como obstáculo, porque a ausência de recursos sempre é um obstáculo para a família trabalhadora, pobre, negra. Mas nos vemos como sujeitos de direito, capazes, com condição de estar em outros lugares. Acreditar nisso já adianta um caminho. Fui uma jovem que já pensou em não mais existir; e não passei fome, não morei em barraco de lona, não fui estuprada, mas as outras violências que sofri me fizeram ter vontade de não mais viver. Eu acho que ficar bem é um desafio

muito grande hoje, para muita gente, não só pela questão racial, pela questão da orientação, das LGBTfobias de cada dia.

Acho que é extremamente necessário ter mais pessoas negras, mais mulheres negras e mais mulheres nos espaços de poder. Temos um índice em torno de 10%, nos espaços legislativos, não mais, infelizmente. No exemplo de Minas Gerais: entre 77 deputados, há somente 10 mulheres, sendo que depois de 300 anos você tem três negras apenas. Foi preciso 300 anos para se ter três negras como deputadas, olha que coisa absurda. É revoltante. Eu acho que precisamos dar continuidade e ampliar uma série de ações políticas e sociais. Assim, quem sabe, teremos boas surpresas nas eleições futuras, nas eleições municipais, mais mulheres e mais mulheres negras se vendo na possibilidade de ocupar outros lugares, de representar sua comunidade, seu território, abraçar uma pauta em específico ou transitar por vários lugares, com propriedade para poder fazer isso sem medo. Acho que a gente pode ter surpresas boas até mesmo em campanhas coletivas. E até mesmo, com a presença de outros homens, de homens negros. A gente tem aqui, em 2020, as campanhas coletivas do Psol e o Núcleo de Negros e Negras do Psol, por exemplo, trazendo várias lideranças, algo em torno de 15 pessoas, com candidaturas coletivas em várias cidades, como Juiz de Fora, Uberlândia, Sarzedo e BH.

Embora a gente possa ter bons resultados para esta eleição de 2022, acho que vai demorar muito tempo para a gente ver uma mulher presidenta de novo, porque o trabalho que a direita fez de criminalização da própria política, dos movimentos sociais, dos partidos de esquerda, especificamente o PT, e principalmente a criminalização da mulher, infelizmente foi muito bem feito.

Mas, em suma é isso: um número muito baixo de mulheres, e mulheres negras, nesse espaço de poder, não só no legislativo, mas principalmente no executivo. O próprio cenário do estado de Minas: a maior parte das mulheres está na área de educação, em superintendências de educação e dentro das salas de aula; e nessas secretarias que também são um lugar de cuidado, como a área de saúde. Mas elaborando, tomando conta do dinheiro, em espaços de decisão, há um número baixíssimo de mulheres, com certeza. Eu tive acesso a alguns números em 2016/2017, e é realmente baixíssimo o número de mulheres nos espaços do alto escalão. Se essas mulheres podem ter dupla, tripla jornada, por que elas não podem ser presidentas do país, da câmara, do senado? Se eu tomo conta das finanças da casa, o que é tão difícil principalmente com pouco recurso, eu não posso gerenciar outro lugar? A gente pode, nós somos capazes, sim!

7. Identidade Negra

Sou uma mulher preta, lésbica, sapatão. A minha descoberta, acho que foi lenta. Não quero que a minha sobrinha Tamires ou o Junior levem 35 anos para descobrir a identidade negra deles, mas eu levei um tempo para poder perceber isso. A questão da estética, por exemplo, sempre estive mais conectada com a questão da orientação. Eu usei pouco vestido, andava de bicicleta – nunca teve transporte coletivo, ainda não tem, na minha cidade. Então foi bicicleta, moto e carro o tempo inteiro. A minha estética foi sempre masculinizada, porque eu também não tinha essa constituição da identidade. E a cidade é quente, então eu andava muito de bermuda, calça e camiseta mesmo, garrafinha de água do lado.

E eu sempre tive esse contato muito grande com a natureza. Agradeço de novo à minha mãe, minha ancestral. Porque a terra, que é um grande elemento para mim, e esse contato com o cerrado, com mato, foi muito importante para eu poder chegar aqui. Sempre arrumo um jeito para mexer com as plantas, ampliar os vasos de plantas e cuidar do jardim vertical, feito por mim mesma e por minha companheira no início da pandemia de Covid-19.

Aqui em Belo Horizonte, um pouco depois de minha chegada, com meus amigos, que também estavam nessa construção da identidade e de seus lugares, fui me percebendo, identificando meus lugares e enfrentando as LGBTfobias e racismos, assim como meus amigos vindos de outros interiores.

E aí, em um determinado momento, eu me deixo ser experimento dos projetos de cortes de cabelo deles. Primeiro, o Giovanni. Posteriormente, do Weverson. Eles cortaram meu cabelo de um jeito que eu me percebo melhor. Disse a eles: “Poxa, é isso!” Aquele ambiente se tornou um ambiente de autocuidado. O autocuidado pode vir de tantos lugares, mas não tem nada melhor do que estar com os seus, com as pessoas que você confia para ser você mesma e dar um passo à frente. É esse cabelo *black power* minha identidade. Então, de lá para cá, eu só uso minha cabeleira solta, esvoaçante e natural. Penso que chegar nesse ponto de entendimento com o cabelo foi extremamente importante para me fortalecer. Eu vejo várias pessoas fazendo o processo da transição, cabelo cheio de química, cortando curtinho, eu acho isso muito bonito. Porque, para mim, é aquela história da fênix. Em um dado momento, na mitologia, ela renasce das cinzas. Mas ela é a águia que, em um determinado momento, vai despelar toda, perder todas as suas penas, ficar totalmente nua, da mesma forma que veio ao mundo. Ela fica sem nada e renasce. Não sei em qual momento isso acontece, mas acho que nesse processo de construção de identidade, a transição do cabelo é quando você se olha no espelho e fica contente com aquilo que vê.

É uma perspectiva de renascimento mesmo, porque, aí, ninguém mais vai te tirar. Vão te chamar de “macaca”, vão mandar você pentear o cabelo, aquilo vai te chocar, vai te doer, mas você vai processar de um jeito diferente, porque sua autoestima não será abalada. Você vai querer lutar por seus direitos, que aquela pessoa entenda que não é assim e vai tomar medidas legais para se defender do racismo. Quando a gente é olhada pelas pessoas de forma atravessada, essas pessoas é que têm medo de irem para o lugar de subalternidade. Medo de você, mulher negra e homem negro de poder ancestral. Quanto mais fortalecida for a nossa identidade, mais nos vemos nos lugares que são nossos também. E para que possamos ampliar a pauta, a discussão, é melhor que ocupemos outros espaços, que a gente consiga ter mais igualdade social.

8. O feminismo negro

O feminismo negro é muito necessário, porque faz uma série de contrapontos. Ele reconhece a importância da luta das mulheres brancas, as lutas anteriores, o direito ao voto, as lutas iniciadas. Mas também critica, porque as mulheres negras já estavam na luta mesmo antes desse movimento branco se organizar. As mulheres negras já estavam enfrentando as senzalas e as casas grandes, os estupros dos coronéis e dos patrões, já estavam cuidando dos seus na senzala e ajudando nos processos de resistência, haja vista que Zumbi não existiria sem Dandara. Dandara também tem influência na revolução dos quilombos, na organização dos escravizados.

Quando as mulheres brancas vão para rua lutar pelo direito ao voto, as mulheres negras estavam nas casas delas tomando conta dos seus filhos, das casas, da comida. Então, elas tinham suporte e a gente já estava nessa luta sem suporte algum. As mulheres negras já estavam fazendo esse enfrentamento aqui no Brasil desde o início, desde que o nosso povo foi sequestrado e trazido para cá para sermos escravizados.

E tem o olhar para a questão indígena também. Estamos caminhando lado a lado com as mulheres indígenas, que também estão sempre juntas na luta das negras. As mulheres do campo, da floresta, na sua maioria, são negras. Mulheres que estão mais afastadas dos rincões e que não têm nenhuma delegacia por perto para denunciar uma situação de violência, e vai viver naquele lugar podendo até morrer pelo feminicídio. São pouquíssimas delegacias de mulheres e outras estruturas que compõem uma rede de proteção e apoio. E quando tem, às vezes chegam e são extremamente mal atendidas; são olhadas como culpadas, não são consideradas como as vítimas: “O que é que você fez para o seu marido te bater?”

O racismo deveria ser uma bandeira de toda e qualquer luta. Se o racismo não for visto como algo que precisa ser combatido de fato, porque as mazelas que a gente vive hoje estão passando por esse lugar, não adianta muito. Uma coisa muito importante, e que discutimos muito, é justamente

a matança da juventude negra, da população negra como um todo. Tem um projeto muito bonito chamado *Minha Mãe Não Dorme Enquanto Eu Não Chegar*, inspirado no samba de Adoniram Barbosa. É um projeto idealizado por Benilda Paiva Brito, do N’zinga. Hoje, é um projeto executado por outra organização que ela coordena que é o Odara, Instituto da Mulher Negra, que fica em Salvador. Esse projeto foi lançado em Belo Horizonte em 2017. Tentamos colocá-lo em prática aqui, o que ainda não deu certo; mas ele acontece em algumas periferias com alto índice de violência e letalidade juvenil em Salvador, como o Cabula. E ele parte dessa premissa de que a mãe não dorme enquanto ele não chegar, porque o filho da mulher preta, quando sai, não sabe se vai voltar. A mulher preta quando sai, também não sabe se vai voltar. O filho pode ser vítima da violência do Estado, de guerra de facções, da milícia, de um monte de coisas. Esse ponto do enfrentamento do genocídio da juventude negra é o principal.

Outra coisa que a gente tem discutido muito, desde 2015, é ter mais mulheres negras no poder, entendendo que a mudança que precisamos depende de colocar as mulheres em outro lugar na pirâmide social. As mudanças para a dignidade das mulheres negras vão partir das próprias mulheres negras. Mas, para isso acontecer, precisamos alcançar para esses outros lugares. Tivemos vários momentos de formação com mulheres que queriam ser candidatas a vereadoras ou prefeitas no pleito de 2020. Nós fizemos um levantamento para identificar quem eram essas candidaturas negras no estado. E vamos fazer essas campanhas coletivas sem dinheiro, ajudando ali e aqui, na base do aquilombamento, com a comunidade reunida e trabalhando coletivamente.

9. Ser uma pessoa melhor

Queria ser lembrada como uma pessoa que, diante das muitas adversidades que o sistema e a vida trouxeram, caminhou por lugares positivos de aprendizado e evolução. E que contribuiu para melhorar a realidade de algumas pessoas à minha volta. Ajudar a cuidar dos meus pais, cuidar dos meus irmãos, sobrinhos, dos meus amigos e dos que estão mais perto me deixa feliz. É bom saber que, de alguma forma, influenciei na vida de alguém, e que esse alguém também poderá, em algum momento, influenciar positivamente a vida de outro. Acho que a influência que podemos ter, de forma efetiva, é mesmo com as pessoas que estão por perto; que isso vai reverberar para o mundo a partir de nossa base. Então, eu queria que as pessoas pudessem se lembrar de mim como uma camarada, uma companheira, que lutou acreditando nos seus ideais e na força coletiva e organizada do povo. Que aprendeu a olhar para si e a cuidar de si primeiro para ter condições de cuidar dos outros. Que buscou ficar bem, que foi amiga e parceira de verdade dos seus.

Não tenho pretensão de ter um nome em uma placa na rua ou em uma obra, quero outras coisas para minha vida e memória. Quero que sintam que estar em paz com aquilo que você está

construindo, estar em equilíbrio com mente, corpo e alma é revolucionário. Parece muito clichê, mas é essa paz interna, o equilíbrio, que tem feito a diferença para mim, para eu poder seguir meu dia, para não ter medo de pedir desculpas porque errei ou de agradecer quando receber algo de alguém. Para acordar no outro dia sabendo que é mais uma oportunidade única que tenho para poder viver melhor, ser melhor e aproveitar cada suspiro do dia e sendo feliz. Acho que é uma busca ser uma mulher melhor para mim e para o mundo, isso tudo reflete no bem viver. Poder olhar para si e saber o que é preciso mudar, o que é preciso melhorar, é um negócio que eu busco. É fabuloso se conhecer! Eu quero ser agradável com as pessoas nas diversas jornadas da vida, quero aproximá-las e não afastá-las.

Desejo ser vista como uma pessoa que deixou marcada na história não as coisas materiais, mas as que de fato importam e preenchem a alma, o espírito. Ser lembrada pelo afeto, sentimentos, boas energias, pelas trocas, pelo abraço, pelo respeito, cuidado, tipo assim: “nossa, que saudade daquela preta, que saudade de sambar e ir para a balada com ela, saudades daquelas conversas nossas, daquelas trocas e risadas, do companheirismo, do caminhar junto, de confabular com ela e sonhar com um mundo possível e melhor para todas as pretas e todos os pretos”. Ser lembrada com alegria e esperança, e não com a tristeza que traz sofrimento, apenas. Saber que contribuí e que dei o que podia dar, sem medo dos apontamentos ou cobranças. Estou bem com isso, tenho boas sensações com essa possibilidade de memória boa dos meus. É isso! Estou feliz, em paz. Gratidão!



Eliane Dias no trabalho na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Praça da Assembleia. Belo Horizonte, 2020.

Crédito: Mayara Laila.

12

XICA DA SILVA

Francisca Maria da Silva
Maria Clara Mendes
Ana Paula Salej

1. Família e ancestralidade

Eu sou Francisca Maria da Silva. Acho que toda Francisca quando nasce é Chica; no meu caso, eu sou a Xica com X. Tive 12 irmãos, sou uma das filhas mais novas, hoje somos sete. Eu nasci em 1964, numa casa de pau a pique em Laranjeiras, distrito rural do município de Ipanema, região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais.

Minha mãe, Juventina Maria da Silva, casou-se com 14 anos. Conheceu meu pai quando ele foi levar um corte de pano para dar para minha tia em pedido de casamento, mas meus avós falaram pra ele: “Tem que casar com essa aqui, que é mais nova... ela é muito regateira, se ela casar vai quietar”. Logo ela ficou noiva e rapidamente se casou. Minha mãe foi lavradora, costureira, parteira e benzedeira. Meu pai, Gabriel Anselmo da Silva, além de lavrador, era também barbeiro. Nenhum dos dois sabia ler ou escrever.

Considero minha família uma mistura de negro com Puri¹. Os meus pais falavam que o bisavô da minha mãe era índio, que a sua descendência é oriunda de um casal de índios “pegados no laço” e domesticados. Logo, temos esse parentesco bem forte com os indígenas. A família da minha mãe tinha o cabelo liso. Minha mãe era negra com o cabelo totalmente liso. É uma pena que não há fotos daquela época, na roça não tínhamos foto. Já do lado da família do meu pai parece que teve jagunço. Meu pai era negro afro. Eu puxei o lado do meu pai. No meu documento, eu sou negra.

Meu pai trabalhava *a meia* ou *a terça*². Como meeiro de tudo que produzia, metade era do dono da terra. Já quando trabalhou na fazenda de uns japoneses, dividia: duas partes para o dono da terra e uma parte para nossa família. A gente plantava feijão, lavoura de café, arroz. Não comprávamos muita coisa não. Era um lugar de muita fartura, tinha galinha, porco, muita fruta. A gente comia fruta no pé, pegava a melancia e a rachava com a pedra, comia um pedaço e jogava fora. Ia no pé de banana, sacudia, pegava as que estavam mais madurinhas. Minha mãe costurava e cozinhava. Fazia muita quitanda num forno grandão... A maior parte do que a gente fazia, adoçava com rapadura, já que não tinha açúcar. Ela era uma excelente cozinheira, ainda tenho uma vaga lembrança de alguns bolos e broas que ela fazia. Como a gente tinha porco, era ela que matava e limpava, fazia sabão com a banha. Todos os dias bem cedo meus irmãos colocavam pra cozinhar abóbora, inhame rosa e banana verde para alimentar os porcos. Parte desse cozido era o nosso café da manhã, colocávamos melaço e comíamos. Ainda hoje brinco: “Sou forte, porque fui tratada com comida dos porcos!”.

Lembro do dia que eu não comi canjiquinha. Meu pai me deu uma surra de correia de caminhão, porque eu não gostava de canjiquinha com frango. Minha mãe ficou curando as minhas feridas por mais de um mês. Hoje eu adoro canjiquinha. Quando meu pai teve úlcera, teve que “cortar o bucho” e quase morreu, ficou no hospital uns seis meses; também foi ela quem cuidou dele e dos filhos. Mesmo sendo uma analfabeta de ler e escrever tinha um saber popular inabalável. Minha mãe era tudo para gente, era nosso alicerce.

Meu pai ia à cidade de três em três meses e aí comprava chinelo, conga, alpercata³. Quando voltava era uma alegria, porque ele sempre trazia aquela casquinha de sorvete com maria mole e bala *Chita*. Ele colocava a gente em fila e pedia para cada filho abrir a mão. Cada um de nós recebia um tanto de bala na mão; assim, quem tinha a mão maior recebia mais balas, quem tinha a

1 Os Puri são um grupo indígena brasileiro, pertencente ao tronco linguístico Macro-jê, de habitação originária nos quatro estados da região sudeste do Brasil: Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

2 Nessa prática, o agricultor trabalha em terras de outra pessoa e reparte o rendimento da plantação com o proprietário – geralmente metade ou a terça parte.

3 Conga ou alpercata / alpargata: tipo de sapato (tênis) muito usados na época.

mão pequena recebia menos. A gente partia as balas em cinco pedaços enrolava em uma folha de bananeira e ficava quase 3 meses chupando aquela bala melada, cheia de formiga.

Éramos uma família católica, eu me lembro das festas de Congado, Nossa Senhora Aparecida, da Folia de Reis. Inclusive, eu já carreguei a bandeira do Congado. Na época da Folia de Reis, às vezes, os “santos” ficavam lá em casa, depois os foliões pegavam e levavam para outras casas. Minha mãe também fazia aquelas festas de dia das crianças, de Nossa Senhora Aparecida. Então, participávamos ativamente dessas festividades da religiosidade popular. Todas as minhas irmãs têm Maria no nome; eu me chamo Francisca por causa da minha avó. No lado dos irmãos, tem José, Jorge, Antônio... a bíblia toda está lá em casa.

A ida para Ipatinga

No final de 1971, meu pai comprou um lote e mudamos para o bairro Betânia, no município de Ipatinga. Saímos da roça e viemos morar em um terreno pequeno de 360 metros. Vivi lá durante uns 10 anos. Quando nós chegamos não havia uma casa construída, minha mãe fincou alguns pedaços de pau no chão, colocou uma lona preta e entramos debaixo daquela lona. Vivemos desta maneira mais ou menos uns três, quatro meses. A massa de cimento, os tijolos, tudo foi carregado pela minha mãe.

Quando chegamos em Ipatinga, ninguém trabalhava e logo começamos a procurar trabalho. Pouco tempo depois, meus irmãos conseguiram trabalhar em uma das empreiteiras da Companhia Usiminas, naquela época era mais fácil. O que conseguiu uma colocação melhor foi o meu irmão Antônio, com um emprego de soldador e com salário um pouco maior. Os outros irmãos trabalhavam como serventes, o que hoje eles chamam de serviços gerais.

Na cidade, minha mãe entristeceu. Não havia aquela fartura, não tinha terra para plantar. Ela ia para a porta da Usiminas em busca de roupa para lavar. Foi meio que o fim para ela, mas ela tentava nos passar sua fortaleza. Minha mãe é meu exemplo de superação, nos ensinou que é preciso ser forte diante das adversidades.

Eu fui à escola pela primeira vez em Laranjeiras, mas não sabia contar, nem ler ou escrever. Foi em Ipatinga que eu frequentei de fato a escola. Ficamos eu, minha irmã do meio e meu irmão Luís na mesma sala. Eu e minha irmã nos saímos bem, mas meu irmão Luís não conseguia acompanhar direito as aulas e a situação piorou, porque ele ainda respondeu a professora. Minha mãe foi à sala de aula e deu uma surra nele na frente de todo mundo. Minhas irmãs ficaram com muita vergonha e acabaram abandonando a escola. A princípio, ficamos na escola somente eu e meu irmão, depois ele desistiu e fiquei eu. De todos os meus irmãos, eu fui a única que continuou indo para Ipatinga e

conseguiu estudar. Eu tenho boas recordações da escola. Gostava muito de ler romances – Machado de Assis, Cora Coralina, Oswaldo França Júnior.

Em 1982, houve uma história muito triste que abalou a nossa família. Após esse episódio, eu vim para Belo Horizonte, aos 18 anos, para encontrar com a minha irmã, que já morava na cidade. Em 1983, em pleno dia das mães, minha mãe faleceu, acho que tinha 49 anos. Morando em Belo Horizonte, eu nem consegui ver minha mãe viva. A morte dela foi um mistério. Falaram que ela estava ótima, de repente passou mal, foi hospitalizada, teve uma parada cardíaca fulminante. Vários adultos que chegaram ao mundo através das mãos dela prestaram homenagem. Hoje meu pai também já é falecido.

2. O início de uma vida de trabalho

Com seis, sete anos me lembro que a gente acordava às 4h da manhã para ir para o engenho de cana-de-açúcar. Já guiei muito boi na roça. Até os dez, onze anos guiava os bois cheios de cana para levar pro engenho pra gente trabalhar. Quando o feijão secava, nós, as mulheres, batíamos o feijão com aquelas varas compridas que não quebram – vara de marmelo – e separávamos a palha dos grãos. Com o arroz era da mesma forma. Já o café, primeiro tinha que preparar o terreiro, um espaço grande que a gente passava uma mistura de estrume de boi com argila branca para selar o chão. Ali a gente espalhava o café para secar, usando um rodo enorme. Depois de seco, a gente socava o café no pilão, torrava no fogão de lenha e socava de novo. A gente tomava café com garapa, o caldo da cana. Houve uma época em que a gente plantava amendoim preto, tínhamos que fazer isso assobiando para não comer. Se comêssemos meu pai batia na gente. Aquele amendoim era de plantar, era o do patrão, era do dono da terra.

Além de trabalhar na roça, eu e minhas irmãs trabalhávamos como babás dos filhos dos patrões. Eles mandavam um “cavaleiro” que dizia: “Dona Juventina, hoje nós queremos uma das suas filhas para ficar com o filho do fazendeiro”. Eu era uma dessas filhas. Essa função de cuidar dos filhos do patrão não era vista como um trabalho, eles chamavam a gente para brincar com os filhos mais novos. Trabalhar era o trabalho na roça, no engenho, na capina, mexer com o café no terreiro.

Quando mudamos para Ipatinga, eu fui trabalhar como babá e também como arrumadeira. Eu me lembro que sempre comíamos após os patrões e também não sentávamos à mesa. Para nós, era destinado o angu com feijão. Hoje eu amo angu. Quando tinha um prato diferente, esse prato não era servido para a gente. Se estávamos na sala, eramos “convidados” a nos retirar. E se a patroa pedia para comprar um sorvete para o filho dela, para nós era um picolé. Trabalhei em mais de uma casa de família e, do mesmo modo, não me davam valor e era muito mal remunerada.



Xica da Silva grávida da sua filha Paloma Gabriela, 1992.

Crédito: Acervo Pessoal

Eu me desdobrava para conciliar o trabalho nas casas de família com os estudos, mas eu não conseguia parar no trabalho, pois as patroas não queriam me deixar estudar.

Em Belo Horizonte, comecei a trabalhar fazendo faxina, mas não dei conta. O meu primeiro emprego fixo foi no bairro Santo Antônio como faxineira e arrumadeira. Conheci pessoas boas que me ensinaram o ofício, mas eu não gostava de arrumar a casa, eu gostava mesmo era de cozinhar. O meu sonho era fazer um curso na área de Gastronomia! Eu tinha o saber popular, aprendi com minha mãe, que era uma excelente cozinheira.

Pensei em começar a estudar, mas logo consegui fazer um curso gratuito na área de alimentação e arranjei um emprego. Fui trabalhar como “freezeira”: a cada dia, abastecia os *freezers* das casas. Com isso, comecei a viajar para Vitória, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul. Eu conheço boa parte do Brasil. Com 23 anos, uma família me contratou como cozinheira. Fui “a empregada que é quase da família”, que sai com os patrões aos domingos, almoça junto, mas que era a negra que estava no meio dos brancos. Quando chegava visita, eu sabia que eu era a empregada. Um dia, eu dei um presente para a minha patroa e ela falou: “Eu vou levar lá para a roça, porque o povo da roça gosta”. Eu havia dado o presente para ela, mas acabou indo para os empregados. Tem essa mesma cena no filme *Que horas ela volta*.

3. Marcas do patriarcado

Em Belo Horizonte, conheci meu ex-marido, o homem que eu achava que seria meu eterno companheiro, amigo e amante. Ele era administrador do condomínio em que eu trabalhava como cozinheira, em um dos apartamentos. Logo a gente estava morando juntos. Eu tinha 24 anos e não sabia que estava indo para o lugar que quase me tirou a vida. A minha história já tinha marcas do patriarcado. Vim de um espaço em que a violência era visível.

Eu e minhas duas irmãs dormíamos no quarto dos meus pais e assistimos a vida inteira minha mãe sendo estuprada e espancada pelo meu pai. A gente viu isso até meus irmãos crescerem e o enfrentarem no braço. Ainda tinham as traições. Meu pai teve um filho fora do casamento e minha mãe foi madrinha dele. Portanto, crescemos num ambiente em que a violência era bastante vivenciada. Contam que, no início do casamento, minha mãe foi à casa dos meus avós e falou que não gostaria de viver com aquele homem. Aí, meus avós falaram: “Sua lata está cheia? Você está passando fome?” Ela respondeu que não. Minha mãe retornou para a casa, era aguentar ou aguentar.

No engenho, o patrão queria vir passar a mão na gente, nos assediar. Um dia, eu peguei um pedaço grande de cana e falei: “Vem que eu te dou uma ‘canada’ na cabeça”. Nós eramos a escória, eles podiam fazer tudo o que queriam.

Em Ipatinga, no meu primeiro “emprego” como babá fui assediada pelo patrão. Ele gostava muito de ovo mexido e, sempre, quando eu ia prepará-lo, ele chegava e tentava me agarrar por trás. Após 6 meses eu contei para minha mãe e disse que não gostaria de trabalhar mais lá. Ela me aconselhou: “Olha, coloca uma panela de gordura, deixa ela esquentar e quando ele vier queima a mão dele e fala com a mulher dele”. Eu segui o seu conselho, mas a esposa do meu patrão não acreditou em mim e disse que eu era a culpada, que eu dava em cima dele. Acabei saindo do emprego.

Com meu companheiro, os processos violentos e as agressões começaram quando minha filha mais velha, Paula, tinha apenas um ano, hoje ela está com 30. Como eu não podia sair de casa, assistia muito um programa de culinária, chamado *Note e Anote*, com a Ana Maria Braga. Eu escrevia muitas receitas do programa e algumas eu mesma criava. Ele queimava todas. O pouco que consegui salvar foram algumas receitas que enterrei no quintal de casa. Eu não notava as agressões; quando eu ia para o hospital toda machucada, falava que eu havia caído da escada, da cadeira, bati a cabeça no botijão de gás. Fui espancada, tive 88 pontos no rosto e nos olhos, sofri dois abortos, dei luz a um natimorto e tive dois ataques cardíacos. Vivi dez anos em cárcere privado e, desse cárcere, consegui sair após oito denúncias de violência doméstica.

Em 1999, passei pelo Centro Especializado de Atendimento à Mulher – Benvinda – e depois fui abrigada na Casa de Acolhimento Sempre Viva, em Belo Horizonte. Em 2000, consegui me separar do meu ex-companheiro e fui viver minha vida com as minhas três filhas, Paula Gabriela, Paloma Gabriela e Karine Gabriela. Mas ele não aceitava a separação e, entre idas e vindas, jogou o carro comigo e minhas filhas na ponte da Lagoa da Pampulha. Nesta tentativa de homicídio, cortei o rosto todo e meus olhos foram lesionados. Fiquei internada no Hospital João XXIII e passei por duas cirurgias plásticas no rosto. No hospital, tive um encontro comigo: “Que homem é esse que eu amo, que me maltrata, mas que diz que me ama também e que eu sou a melhor mulher do mundo?”. Ali passei a me enxergar e a me amar, agradei por eu não ter morrido. Quando eu me olhei no espelho, vi que o meu rosto estava todo cortado. *Freddy Krueger* era mais bonito do que eu, nem eu mesma tinha coragem de me olhar.

No processo de separação, passamos dificuldades financeiras. Quando eu e minhas filhas íamos para a Santa Casa ou o Hospital João XXIII para a consulta com o oftalmologista e com outros especialistas, geralmente não tínhamos um centavo no bolso. Na época de manga, nós ficávamos embaixo daquelas mangueiras que ficam na rua do hospital para conseguirmos nos alimentar, já que as vezes a consulta era de manhã e à tarde. Em 2003, no momento em que estavam ocorrendo muitas campanhas de denúncia de violência contra a mulher, a TV Record me descobriu. Me descobriu, porque eu retirei o pano do rosto e falei: “Não vou me esconder mais de ninguém. Por que eu vou viver presa, sem poder falar? Eu sei que ele não vai me dar sossego, então eu vou falar!” E foi justamente quando eu decidi falar, que ele me deixou em paz!

Logo, as ONG’s me descobriram e eu comecei a ser convidada para dar palestras e falar sobre a minha história. Não recebia remuneração para isso, mas adquiri muita autoestima, conhecimento e inspiração. Eu viajei para São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Argentina, Paraguai, sem contar a participação em videoconferências. A Cáritas Brasileira, Regional Minas Gerais – Belo Horizonte, sempre me ajudou muito e continua sendo uma importante parceira. Muitas de minhas viagens foram possíveis por causa do apoio deles. Essa fase foi muito importante, porque ali eu comecei a ir para o mundo e consegui tirar de dentro de mim as mágoas, tristezas, rancores.

Eu falo para as minhas amigas que quando a gente tem coragem de colocar para fora dá um alívio, sabe?! Dá uma leveza na gente, porque quanto mais você fica com as coisas “entaladas”, guardadas na garganta, é pior. Quando você consegue falar, tirar esse nó, é muito bom. Por isso eu conto a minha história; ao ajudar quem ouve também estou me ajudando. Tenho certeza que há muitas mulheres que são espancadas a vida toda. A gente não pode deixar essas coisas caírem no esquecimento. Digo que sempre podem contar comigo. Eu acho que isso é muito importante!

4. Da economia solidária à gestão pública

Em 1999, consegui fazer o curso de Chefe de Cozinha pelo SENAC, que na época aceitou inscrição de quem não tinha ensino fundamental nem médio completo. O curso abriu muitas portas para mim, já que eu tinha o saber prático, mas não tinha o certificado.

Entre 2000 a 2003, nos serviços e programas da rede de proteção de enfrentamento à violência contra a mulher, fiquei conhecendo a Economia Solidária. Aí começa a minha trajetória como empreendedora e o aumento da minha autoestima. Participei de um grupo de convivência de mulheres vítimas de violência doméstica. Neste grupo, a gente contava as nossas histórias e pensava como nos apoiar para vivermos longe do agressor, visto que muitas de nós ainda continuávamos sendo perseguidas. Engraçado esse termo, agressor!

Participávamos de oficinas de geração de trabalho e renda na Coordenadoria dos Direitos das Mulheres de Belo Horizonte – Condim/PBH. Em 10 de junho de 2003, dia do meu aniversário, formamos o grupo “Trem Bom”. O grupo atuava na área de Gastronomia, produzíamos alimentos a partir de doações. Nós ganhávamos caixas de tomate, pimentão, abobrinha. Uma parte ficava para a gente comer, outra a gente doava e com a terceira parte produzíamos conservas para vender, que aprendi a fazer assistindo aqueles programas de culinária na TV. Além de serem alimentos saudáveis, gerávamos renda com aquilo que sobrava e que não queríamos jogar fora. Mas, logo de início, percebemos que o “Trem Bom” não vendia muito, logo resolvemos mudar o nome para “Amigos de Xica”.

Naquela época, tinha a Agenda 21, voltada para o combate à miséria e a pobreza, aí consegui ministrar algumas oficinas de reaproveitamento de alimentos em escolas municipais no interior do estado: Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas, Timóteo, Coronel Fabriciano, uma parte da região do Vale do Jequitinhonha e também leste de Minas Gerais. A maioria das pessoas não sabem o que fazer com cascas, sementes e outros restos, isso tudo vai para o lixo. Estão jogando o melhor fora... essas partes têm grande teor de nutrição e eu fui mostrar isso para as comunidades.

Meu primeiro emprego no setor público, não lembro bem quando foi. Um vereador havia me dado uma cesta básica e eu falei com ele: “Eu não quero uma cesta básica, eu quero um emprego”. Logo consegui um emprego na Prefeitura Municipal de Ribeirão de Neves como Ajudante de Serviços Escolares. A minha função era preparar os alimentos para os alunos da rede pública municipal. Os alimentos eram preparados em uma única panela. Eu e uma assistente social falamos: “Vamos mudar isso!”. Aquelas crianças participavam do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), já viviam em situação de extrema vulnerabilidade, de situações de abuso e exploração, de famílias desajustadas e sem acesso a uma alimentação de qualidade. Como eu era

uma mulher obesa e tinha pressão alta, tive um ataque cardíaco e me afastei do cargo. Consegui ficar no emprego somente um ano e pouco.

No final de 2009, eu retornei à prefeitura de Ribeirão das Neves para trabalhar como Gerente de Segurança Alimentar, depois de me candidatar pela primeira vez para vereadora em 2008 pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB. Tinha saído uma emenda parlamentar para a construção de uma cozinha comunitária para os cidadãos do município terem acesso a uma alimentação de qualidade e a uma cozinha-escola. Quando eu fui convidada a estar neste espaço, eu tinha receio de não dar conta, por não ter muita leitura e baixa visão. Assim sendo, eu precisava de uma boa equipe técnica. Não imaginava que não podia contar com isso.

Foi muito difícil me adaptar, pois o poder público é muito cruel. Eu sou muito proativa, enxergo anos-luz à frente, eu venho com o problema e também com a solução. Colocava os problemas embaixo do braço e ia direto despachar com o Prefeito, não sabia lidar com toda aquela hierarquia. Logo o Secretário um dia falou: “Infelizmente, não dá para trabalhar com a Xica, ela não dialoga com a gente, vai direto no Prefeito e ele acaba assinando tudo”. O Prefeito acabou me chamando e disse: “Deixa de ser boba, você é hipertensa, teve ataque cardíaco, vai cuidar da sua saúde”. Em 2009, recebia R\$1.500,00; na época, era muito dinheiro, mas achei melhor sair do que aceitar a proposta que me fizeram.

Em 2010, havia muita campanha para que as mulheres saíssem como candidatas. Fui convidada a candidatar-me por causa da minha história. Achei que conseguiria ganhar e que ia criar muitas emendas e mudar a situação. Por isso, acabei sendo candidata a deputada federal. Pensei que o processo era fácil e que teria muitos votos. Doce ilusão! Assim que eu fiz o registro não tive nenhuma ajuda e também não fiz campanha. Vim para dentro de casa, cruzei os braços, mas, mesmo assim, tive 1084 votos, que não foram suficientes para me eleger, fiquei na lista de suplente⁴. Voltei para minha vida normal!

Após o período eleitoral, me convidaram para voltar para o cargo, mas não aceitei. Fiquei um tempo sem trabalhar no poder público. Dois deputados me procuraram e disseram: “Xica, você tem que retornar para Neves para executar a emenda”. Respondi: “Voltar para não fazer nada? Isso não é da minha índole. Eu já estou com problemas cardíacos e vou acabar morrendo do coração”. Eles me pediram para indicar alguém para o cargo e acabei indicando minha filha, Paula Gabriela. Ela ficou lá até 2012, mas não houve a construção do Restaurante Popular nem das cozinhas comunitárias. Com a mudança de gestão, minha filha acabou sendo exonerada.

Em 2012, fui convidada novamente a candidatar-me para “tapar buraco”, desta vez como vereadora. Do mesmo modo, também não fiz campanha e tive só 133 votos. Mais uma vez fiquei na lista de suplentes. Não tinha trabalho fixo, a minha remuneração vinha do *Buffet Amigos de Xica*, que, em 2013, conseguiu ter aprovado um projeto no Instituto Consulado da Mulher⁵. Com o financiamento, compramos freezer, geladeira, fogão, micro-ondas e utensílios que impulsionaram os trabalhos do empreendimento. Neste ano, fiquei por conta do *buffet*.

Em 2014, saí novamente como candidata a deputada federal pelo PSB. Eduardo Campos havia se comovido com a minha história. Ele me disse: “Xica, você é uma das que vai comigo, onde eu colocar o meu calcanhar, você coloca seu dedão”. Eu acreditei nas promessas, mas Eduardo Campos acabou falecendo. Quando eu fui conversar com a coordenação estadual do partido, o presidente falou: “Tudo que o Eduardo Campos prometeu para você foi para cova com ele”. Consegui 2.392 votos em 119 cidades, mas não consegui vencer as eleições, fui suplente pela terceira vez. Continuei no *buffet* de 2014 até 2016.

Em maio de 2016, fui convidada a assumir um cargo na Secretaria Municipal de Relações Institucionais na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A minha função era auxiliar nos processos de mobilização e de diálogo com as pessoas do interior e na organização de eventos. Eu me lembro da minha contribuição em um evento da Associação Mineira de Municípios (AMM), conseguimos reunir 680 prefeitos em uma reunião. Eu trabalhava na assessoria do Prefeito Márcio Lacerda. Eu costumo brincar que a “razão social” conta muito, não era a Xica que estava ali, era o Márcio Lacerda. Quando eu dizia: “Boa tarde, nós somos da assessoria do Prefeito Márcio Lacerda”, o povo só faltava colocar um tapete vermelho para a gente passar, serviam até café na xícara de porcelana. Fiquei no cargo durante seis meses.

Em 2017, quando entrou o Kalil, ele chamou todo mundo e falou: “Está todo mundo exonerado”. Achei que eu estava exonerada, mas só depois soube que, quando ele viu o meu perfil, não me exonerou. Me mandaram um e-mail, mas eu acabei não vendo. Em Ribeirão das Neves, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, responsável pela área de Assistência Social, me convidou para trabalhar na pasta e eu fiquei trabalhando na Prefeitura de lá, sem saber que eu ainda estava nomeada na Prefeitura de Belo Horizonte.

Fui convidada para duas gerências: a *Gerência de Proteção Básica*, a *Gerência de Economia Solidária e Inclusão Produtiva* e a *Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional – Banco de Alimentos*. Dessas gerências, eu tinha experiência na economia solidária e inclusão produtiva,

4 Essa foi a segunda eleição que se candidatou, sempre como candidata do PSB – Partido Socialista Brasileiro.

5 Ação social da marca Cònsul. O instituto tem por objetivo incentivar o empreendedorismo feminino oferecendo assessoria na gestão de micro negócios e capacitações para que as mulheres empreendam de forma eficiente. Fonte: <https://consuladodamulher.org.br/consuladodamulher/>

mas quando eu olhei para a segurança alimentar, pensei: “Eu deixei isso no meio do caminho”. A proposta inicial era ficar 101 dias como voluntária no período de transição do governo, para depois ser nomeada. Quando fui ver a situação da Gerência de Segurança Alimentar, descobri que nada havia sido executado, daqueles projetos da gerência de 2009. Como isso pode acontecer em uma cidade que tem mais de 4.500 pessoas passando fome?

Nessa gestão, eu tinha carta branca com a Secretária, não precisava passar pelo Secretário-Adjunto, além de ter acesso facilitado com o Ministério Público. Então, eu pegava meus papéis e ia direto em quem podia assinar. Após três meses, surgiu uma oportunidade de ir à Brasília e descobrimos que havia um recurso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o município e o cadastro de 105 agricultores familiares. Assinamos um convênio para comprarmos alimentos produzidos pela agricultura familiar. Logo, a Gerência de Segurança Alimentar começou a alavancar. Montamos uma boa equipe de trabalho e recebíamos no início uns 600 quilos de alimentos perecíveis. Em junho de 2019, já eram umas 22 toneladas. Participamos da montagem da Rede Metropolitana de Banco de Alimentos. Além de comprar alimentos dos agricultores familiares de Ribeirão das Neves e de mais cinco municípios, montava a “cesta verde”. Assim, todas as famílias que eram atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (Cras), recebiam a cesta básica e também a cesta verde.

Também passei muitas dificuldades na Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional – Banco de Alimentos. Como aquele recurso de 2009, oriundo da emenda parlamentar, não pôde ser reconduzido à pasta, porque a equipe do planejamento perdeu o prazo e o prefeito não assinou no tempo adequado, voltamos à estaca zero no projeto de construção das cozinhas comunitárias. Além disso, alguns vereadores me viam com olhos de discriminação e desprezo. Iniciei o meu



Visita de Xica da Silva, Gerente do Banco de Alimentos, à horta comunitária no município de Formiga, em 2018.

Crédito: Acervo Pessoal

trabalho com a remuneração de R\$1.800,00 e depois o Prefeito aumentou o meu salário, passando para R\$3.200,00 devido ao reconhecimento do trabalho que estava sendo desenvolvido. Isso gerou muita polêmica dentro da Prefeitura.

Ribeirão das Neves, que era conhecida pelos presídios, pela cidade que passa fome, “a cidade das trevas”, passou a ser noticiada pela *Rede Minas*, *Globo*, *Record*, *Jornal o Tempo* e até no *Jornal Super*, destacando os avanços na política de segurança alimentar. O Banco de Alimentos do município virou referência para a região metropolitana.

Fizemos um bom trabalho na Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional e esse trabalho foi feito em equipe, da colaboração de cada funcionário: assistentes sociais, equipe administrativa, nutricionista e os próprios colaboradores que carregavam as caixas de alimentos. Agradeço, principalmente ao assistente social e ao motorista do Banco de Alimentos, Senhor Canarinho, pois às vezes o caminhão não tinha *diesel* e ele falava assim: “Vamos dar um jeito”. Tirávamos dinheiro do bolso e íamos buscar quatro toneladas de alimentos em Formiga; o excedente nós mandávamos aos outros bancos de alimentos e vice-versa. A Gerência foi o espaço de conquista de um sonho e o nosso trabalho alcançou 100% de aprovação.

Quando deixei a Gerência, fui convidada a assumir a Assessoria de Políticas Públicas para Mulheres. Esta assessoria estava vinculada ao Gabinete do Prefeito. Assumi a pasta sem infraestrutura e equipe técnica. Disponibilizaram uma sala pequena, cadeira quebrada e uma mesa que tinha que escorar na parede. Dentro da sala, quando chovia, molhava tudo. A minha função era mobilizar as mulheres do município e reverter o quadro político-partidário. No período em que eu fiquei à frente da pasta, consegui fazer um seminário sobre o tema. As estruturas organizacionais hierárquicas eram bastante difíceis de lidar, quando havia qualquer problema de relacionamento, alguns funcionários iam direto ao Prefeito e falavam que eu não conseguiria gerir a pasta. Quando você chega na administração pública, eles falam com você assim: “Cego, você vai caminhar neste túnel e vai encontrar uma luz”. Mas eles se esquecem que no meio do caminho tem uma canaleta, um buraco e, se você não abaixar a cabeça, certamente baterá a cabeça no ferro. Eles não falam isso, só mandam você ir.

Após essa experiência na Assessoria de Políticas Pública para Mulheres, comecei a trabalhar de forma voluntária no apoio às candidaturas de mulheres, pois acredito que é importante cada vez mais mulheres ocuparem esses espaços. Em Ribeirão das Neves, entre os 580 candidatos da base aliada do Prefeito, há 35 mulheres, sendo que uma encontra-se no mandato e a outra é vereadora. Algumas delas se candidatam apenas para composição numérica. Minha função é orientá-las; assim estou tendo a oportunidade de fazer com todas o que não fizeram comigo. A maioria dessas mulheres são negras. Uma delas me disse: “Eu vou fazer escova progressiva para

tirar foto na campanha, porque é mais bonito”. Eu perguntei: “Mas você se sente bonita com o seu cabelo assim?”. Ela respondeu que sim. Falei: “Logo, tire a foto do jeito que é o seu cabelo”. Uma outra também trouxe a mesma questão: “Na comunidade eu sou assim, gosto do meu cabelo preso, mas acho que tenho que mudar para parecer mais bonita e arrumada”. Na hora de tirar a foto, perguntaram para ela: “Mas você não vai soltar o cabelo?”. Ela respondeu: “Eu não, é assim que o povo me vê, então vou tirar a foto do jeito que eu estou agora”. O processo de empoderamento faz parte do trabalho.

Infelizmente, o cabelo foi e é sempre algo problemático para mulheres negras. Sempre nos disseram que o nosso cabelo é ruim, feio e inadequado. Meu cabelo é bem crespo, mas por praticidade sempre usei química e faço a tal da “chapinha”. Estou tentando não usar mais química no cabelo, não porque não pode, mas porque agride bastante o couro cabeludo. E quem disse que só porque eu sou negra tenho que usar o meu cabelo afro? O meu cabelo não me define.

Atualmente, o *buffet Amigos de Xica* está com as atividades um pouco paradas devido à pandemia. No momento, faço parte do “Movimenta Mulheres”, projeto em parceria com a União Europeia – Agenda 2030, que tem o objetivo de qualificar 20 mulheres para geração de trabalho e renda. Este projeto foi escrito junto com a ONG Moradia e Cidadania para o *buffet* comprar equipamentos e realizar oficinas de qualificação profissional. As participantes têm histórico de violência doméstica e a ideia é contribuir para que, por meio do acolhimento, rodas de conversa e de oficinas de qualificação profissional, elas consigam, cada uma a seu tempo, se movimentar. Muitas me procuram buscando orientação de como sair da situação de violência, ajudar a mãe, a irmã, a amiga ou a filha. Às vezes, algumas mulheres me procuram pedindo cesta básica e eu respondo, do mesmo modo que eu respondi lá atrás para o vereador: “Você quer é um trabalho, não é?”. Em alguns momentos, coincide termos algum evento contratado, logo eu pergunto: “O que você sabe fazer? Limpar o chão, cortar uma verdura, lavar louças?”. E é engraçado, algumas dizem saber somente limpar o chão ou lavar vasilha, mas com o passar do tempo percebemos que ela sabe fazer um bolo, um doce, montar uma salada, tirar as fotos e publicá-las nas redes sociais. Outro dia eu acolhi por 30 dias uma menina sem pai e deficiente visual.

Escutar e valorizar são práticas fundamentais no processo de acolhimento dessas mulheres. É tão pouco o que elas precisam! Às vezes, é um abraço, uma conversa, uma influência. Em alguns momentos, eu me sinto constrangida e agradecida ao escutar os seus depoimentos: “Agradeço a Deus e à Xica”; “No dia em que a Xica foi lá em casa eu havia arrumado uma corda para tentar me matar”; “Na minha casa não tinha feijão, olha como eu era antes e olha como eu estou agora”; “Meu filho está trabalhando em tal lugar”; “Eu quero trabalhar com você”.

Assim, quando eu vejo essas mulheres se maquiando e passando a se valorizar, eu fico muito feliz. Inclusive, no dia 30 de outubro, o projeto finalizou e me bateu uma angústia. Oh meu Deus, o que eu vou fazer para essas mulheres continuarem se encontrando? Há mulheres que trabalham na agricultura familiar, professoras, mães com filhos no sistema penitenciário, outras que começaram a conversar com as pessoas, porque não tinham coragem de abrir a boca. Essas mulheres se encontram na minha casa, a minha varanda comporta umas 25.

Por um lado, eu me sinto realizada em ser espelho para elas, fonte de acolhimento; mas, por outro lado, eu me sinto frustrada quando eu não consigo ajudar. Um dia eu escutei de um deputado a seguinte frase: “Xica, você é igual *enxurrada*, você traz tudo para o seu lado, inclusive o lixo”. Escutar esse tipo de coisa me deixa muito triste, mas é o que me dá força para continuar e não parar. Como falar para essas mulheres coisas do tipo: “Por que não pega um balaio de bolo e vai vender na rua para gerar renda?”. Muitas vezes essa mulher não tem nem um fogão de quatro bocas nem alimentos para cozinhar para os seus filhos.

5. Preconceito e discriminação

Quando eu estava na administração pública, percebia, principalmente das pessoas que ocupavam cargos de destaque, olhares tortos. Ouvia frases nos corredores: “Nossa, o que esta mulher está fazendo aqui? Essa mulher é louca? Ela não tem ‘papa’ na língua, será que em uma reunião ela vai saber se comportar?”. Em muitos momentos, eu tive que me moldar e colocar salto alto. A cada momento em que eu escutava frases como essas, eu me erguia um pouco mais, eu brinco que até chute na bunda me manda para frente.

Se eu fosse denunciar a quantidade de situações de racismo ou injúria racial que eu sofri durante a minha trajetória de vida e de trabalho, talvez hoje eu estivesse andando de jatinho de tanto de dinheiro que eu teria ganhado desse povo. Se eu fosse levar a sério tudo que eu já escutei e senti em relação ao racismo, provavelmente teria caído em depressão, como já caí muitas vezes. Houve um período, quando eu saí da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves em 2012-2013, que eu fiquei três meses no escuro, sem sair de casa, pentear o cabelo e conversar com as pessoas.

Lembro que em 2013 eu não me maquiava nem me olhava no espelho, até hoje eu tenho um pouco de receio. Nesse ano, o pessoal do Instituto Consulado da Mulher me levou para Joinville para eu colocar a prótese no meu olho. Quando eu me olhei no espelho e vi que o meu olho não era mais fundo e que haviam dois olhos, eu me empoderei. Quando o meu olho era atrofiado era pior, na maioria dos lugares em que eu passava, eu escutava: “Coitadinha, deixa ela passar, ela não enxerga, ela é cega”. E eu só olhava para o chão, minha cabeça estava sempre voltada para o chão. Hoje, mesmo enxergando somente 16% eu uso salto alto e olho para cima. E eu tenho que

olhar para cima, porque se você chega nos lugares olhando só para baixo as pessoas te pisam e te massacram.

Eu sinto mais discriminação em relação à minha deficiência visual. Quando nós abrimos o empreendimento *Amigos de Xica*, as pessoas falavam: “Coitadinha, vamos comprar dela, ela não enxerga”. No início eu chorava muito, entrava em depressão, depois eu falei: “Quer saber, deixa eles comprarem por piedade”. Quando os clientes passaram a comprar, começaram a perceber que os meus produtos eram de qualidade. Eu comecei a trabalhar internamente as agressões que eu sofria direta e indiretamente. Eu enxergo pouco, mas escuto muito bem, tenho uma excelente percepção do mundo e das pessoas. Na minha opinião, ser rotulada como deficiente é pior do que sofrer discriminação racial ou ser simples.

De fato, eu percebo que a ausência de mulheres negras em cargos de poder e de decisão ocorre por causa ao racismo. A sociedade nos enxerga somente nos bastidores – na cozinha, como benzedeira, na assistência social e nas funções de cuidado e de limpeza. Você vai às Secretarias de governo, dificilmente você vê negros em setores como planejamento e finanças. De dez pessoas em funções burocráticas ou de chefia, somente uma é negra. Na minha primeira equipe, por exemplo, dos dez funcionários da Gerência de Segurança Alimentar, somente eu era negra. Na segunda, acho que já eram seis pessoas negras em dez.

Eu sou uma mulher negra e acho que as dificuldades de negros e negras ocuparem espaços de poder são devidas ao racismo estrutural e ao patriarcado. Historicamente, nós não tivemos as mesmas oportunidades de estudar e de nos qualificar profissionalmente como os brancos. Tenho, como exemplo, a minha família e pessoas negras próximas a mim que não conseguiram estudar, porque trabalhavam na roça, lugares em que não havia muito estudo. E, quando tinha, com certeza, era destinado para homens brancos. Assim sendo, não conseguimos ter as mesmas oportunidades que os nossos patrões brancos.

Eu tive a oportunidade de continuar os estudos somente após adulta. Em 2018, fiz o Encceja Ensino Fundamental e, em 2019, finalizei o ensino médio e fui aprovada no vestibular da UNA em Gastronomia, mas ainda não tive condições de me matricular. Recentemente, cursei Informática Básica e pretendo posteriormente fazer Informática Avançada e estudar Inglês. Eu respeito muito os acadêmicos, eu ainda vou fazer uma faculdade. A academia vem para organizar as palavras, mas eu nunca vou deixar de ser a Xica da roça, que fala “soncê” e “ocê”. Não é um certificado que eu vou colocar debaixo do braço que vai me dizer quem eu sou. O diploma não vai mudar o meu caráter nem minha índole.

Além do racismo, há a desigualdade de gênero, uma vez que os homens sempre estiveram no poder, sempre mandaram. Nós, mulheres, ainda não sentimos a força que temos. Somos 52% da população e por que não ganhamos as eleições? Porque a gente ainda vota em homens. Precisamos ser mais atrevidas a entrar no mundo da política e parar de falar: “Não vou entrar na política partidária, porque é sujo”. Mas enquanto não entrarmos no jogo para mudarmos essa realidade, o poder continuará sendo exercido pelos homens. Temos que ser protagonistas, ao invés de ficar a vida toda batendo palmas e continência para os homens.

6. Sonhos, perspectivas e valorização do caminho trilhado

Eu tenho como sonho ter um espaço de convivência, uma cozinha comunitária para que pudéssemos acolher mulheres e capacitá-las para que sejam protagonistas de si mesmas. Eu fecho os olhos e imagino um espaço amplo, uma mesa bem grande debaixo de uma árvore, em frente a uma rua onde qualquer um que passa pode tomar um copo d’água e comer um pedaço de pão ou uma fruta. A comida, a cozinha aproxima as pessoas e abre portas e perspectivas. Em todos lugares que eu vou, gosto de levar uma garrafa de café, um bolo, um biscoito e em todo lugar terá alguém com fome ou precisando de uma boa conversa.

Eu gostaria de ser lembrada como a Xica: mulher, negra, mãe de três filhas, avó e amiga. Como mensagem, gostaria de falar com cada mulher, que antes de amar alguém, ame a si própria. Faça uma escuta atenta de si mesma. Às vezes, a gente espera muito do outro, mas sem saber o que de fato queremos. A mudança sempre precisa partir de nós mesmas, é preciso que ela ocorra primeiramente em cada uma de nós.

Aniversário da filha Paula Gabriela. Da esquerda para direita, as filhas Paula Gabriela, Paloma Gabriela e Karine Gabriela. 2020.
Crédito: Acervo Pessoal



13

MAGDA ANDRADE NEVES VILAÇA

Magda Andrade Neves Vilaça
Jessyka Martins
Maria José Nogueira

1. História familiar e pessoal: ancestralidade e a ausência de um sobrenome.

Eu tenho muito orgulho da minha ancestralidade. Então, vou contar um pouco da família da minha mãe e um pouco da família do meu pai a partir da minha memória e do que ouvi quando criança. A minha bisavó materna era descendente de portuguesa, muito branca, de olhos azuis e racista. E eu não sei por qual motivo ela se casou com um negro. E aí nasceu a minha avó. A minha avó foi uma mulher de pele clara e de cabelos crespos, racista, e também, não sei por qual razão, casou-se com outro negro. Então, nasceu a minha mãe, também de pele clara e cabelos crespos. Eu não conheci a minha bisavó. A minha mãe conta que muitas vezes ela ria e brincava, porque meu pai também é negro. Falava assim: “Ah, se sua avó visse seu pai ela ia falar muito mal, porque era preto e andava de chinelo de dedo”. E minha avó

NEVES, Magda A.; MARTINS, Jessyka; NOGUEIRA, Maria J.

rebatia: “Mas, engraçado, meu pai era preto!”. Antes, eu não entendia muito isso, esse racismo, várias referências da minha mãe e da minha avó dizendo da minha bisavó, do quanto ela era preconceituosa em relação ao tom de pele. Só depois fui criar essa incógnita. Sobre o racismo da minha avó, a percepção foi minha mesma, de que das minhas primas que se casavam com homens negros a minha avó não gostava. Ela falava abertamente que os bisnetos dela iam nascer todos pretinhos e isso parecia uma insatisfação para ela.

A minha avó materna ficou viúva aos 31 anos de idade, com quatro filhos – um tinha alguns meses e veio a óbito. O marido dela morreu na Mina de Morro Velho, provavelmente de fibrose pulmonar, por conta do pó da mina. Então, a minha avó ficou com os três filhos e foi trabalhar em casa de família, na casa de uns franceses, em Caeté. A minha avó trabalhou na casa dessa família por mais de 30 anos. Essa minha avó materna morreu com quase 100 anos, em 2017.

Os meus avós por parte de pai morreram já há algum tempo. E a referência que eu tenho é de todos eles muito admiráveis. Mas meu avô paterno é uma referência muito forte na minha vida, ele era uma pessoa extremamente doce, chamava todo mundo de “bem”. Onde tinha um grupo de pessoas, de jovens, adultos, velhos, ele estava lá no meio. Chegava e dizia: “Ei moçada!”. Quando meu avô morreu, seu sepultamento estava marcado para as 5 horas da tarde, mas ele foi sepultado quase às 8 horas da noite. A casa ficou lotada, a Igreja também, a capela do cemitério. O padre não conseguia realizar a missa de corpo presente. Daí resolveu fazer na beira da sepultura mesmo. Foi sepultado com os holofotes do cemitério ligados. Ele era uma pessoa muito doce, muito querida.

A minha avó paterna é uma mestiça, descendente do povo que foi escravizado e de alguma etnia indígena. Eu acho estranho falar descendente de escravo! A gente é descendente de um povo livre que foi escravizado e de índios. E o meu avô paterno é descendente direto do povo escravizado. Eles são de Cláudio, Minas Gerais. A cidade foi formada a partir de um quilombo, no ribeirão Cláudio.

Eles tiveram 18 filhos, dos quais 13 sobreviveram. Meu avô, além de trabalhar na roça, era calceteiro. Você conhece essa profissão? Eram aquelas pessoas que calçavam as ruas com pedra. Meu pai é o segundo dentre esses filhos. Estudou só até o ensino fundamental incompleto. Desde criança trabalhava na roça com meus avós e seus irmãos. Com 17 anos, trabalhava nas pequenas fundições da cidade, e foi aí que ele saiu de casa para tentar a vida fora. Teve uma vida muito difícil, dormiu na rua. Foi pra Caeté morar com alguns tios e tentar arrumar um emprego. Lá ele começou a trabalhar na Companhia Ferro Brasileiro e conheceu a minha mãe. Eles se casaram em Caeté, ganharam meu irmão mais velho, o Ricardo, que agora tem 54 anos. Eu tenho 46, o Eduardo está com 40, a Marina com 37. Quando eu tinha 23 anos de idade, a minha mãe adotou a Daniela, nós a adotamos com três dias de nascida. A chegada dela foi uma alegria imensa.

Meu pai trabalhou algum tempo nessa companhia, depois foi para São Paulo com a minha mãe e começou a trabalhar em uma empresa chamada Ottis como auxiliar de montagem de elevadores. Depois de cinco anos, ele se transferiu para uma outra empresa, chamada Elevadores Schindler do Brasil, uma empresa suíça. E no tempo em que ele estava em São Paulo, teve uma úlcera muito forte. O médico disse que só faria a cirurgia se meu pai promettesse que se mudaria de lá, porque aquilo não era lugar para ele e assim a cirurgia não ia resolver. Nessa época, eu já tinha nascido (1974). Em 1979, ele pediu demissão. Mas empresa não o demitiu, preferiu transferir ele pra Belo Horizonte. Então, trabalhou mais 30 anos nessa empresa e saiu de lá como supervisor de montagem. Quando saiu, a vaga foi ocupada por um engenheiro formado, porque o conhecimento do meu pai era todo prático. Desde então a gente mora em Contagem.

Meu nome, meu sobrenome, uma frustração, um sonho.

O meu sobrenome me causa uma certa frustração. A história do meu nome é a seguinte: quando meu pai foi para a companhia Ferro Brasileiro, ele trabalhava com um pessoal descendente de francês e alemão, e a filha de um desses donos se chamava Magda. Meu pai achava esse nome bonito. Quando eu nasci, ele pediu para minha mãe colocar esse nome e ela aceitou. Achei ótimo, porque a minha mãe queria que eu me chamasse Francislaine, então, achei que fiquei “no lucro”. Eu gosto!

E o meu sobrenome? Quando o meu pai foi registrado, houve um equívoco do cartório; o meu avô se chamava José Neves Vilaça, então o nome correto do meu pai teria que ser José Neves Vilaça Filho. Não sei o porquê de o cartório ter colocado José Neves Filho. Algumas vezes, já fiz a juntada de documentos para poder acrescentar o Vilaça no meu nome, porque para mim esse é o sobrenome do meu avô, sabe? E por conta de contingências da vida, ainda não tive oportunidade de colocar, mas é um sonho. Eu quero acrescentar o sobrenome Vilaça no meu nome.

Vilaça, sobrenome que guarda lembranças muito especiais: a infância de Magda Neves, neste livro “Magda Andrade Neves Vilaça”, nossa homenagem.

Nasci em São Paulo, vivi lá até os 5 anos de idade, eu não tenho muita lembrança dessa fase. Eu lembro de coisas que a minha mãe fala, que repercutem até hoje. Ela disse que eu desmamei com dez meses de idade e nunca peguei mamadeira, não bebi leite no copo, não tinha nada que me fizesse tomar leite. Até hoje é assim, eu não gosto de leite, de derivado do leite, não gosto de queijo, de iogurte, sorvete... Uma vez me perderam, eu “fugi” de casa com 3 anos e pouco, fiquei perdida lá na cidade e aí me acharam numa casinha próxima com as filhas de alguém. Mas, de São Paulo, eu não tenho muita lembrança.

Eu lembro a partir do momento que a gente veio para Minas Gerais. A gente foi morar em um bairro em Belo Horizonte, chamado Pirajá, ali perto do trevo de Sabará, depois do bairro São Paulo. Lembro da minha mãe fazendo chá de bonecas com as mães das coleguinhas vizinhas. Meu pai comprou um terreno em Contagem e construiu a nossa casa. Aí, a gente mudou para Contagem. Lembro do nascimento do meu irmão Eduardo e do nascimento da Marina.

Lembro também que eu fui alfabetizada duas vezes, porque a minha mãe ia me colocar direto na primeira série, mas só podia ser matriculado quem faz aniversário até 30 de abril, e eu faço em 19 de maio. Assim, eu não pude ser matriculada, e minha mãe achou por bem me colocar no pré-primário. Fui alfabetizada pelo método fônico. Depois, quando entrei na escola formal, fui alfabetizada de novo pelo método silábico.

Até hoje, tenho contato com meus colegas de infância, de escola. A minha trajetória educacional foi muito marcante em termos de amizade e eu trago muitas delas até hoje. Foi uma infância tranquila. Nunca tive nenhum episódio de violência doméstica nem histórico de abuso. Eu passava as minhas férias de início de ano, desde criança, em Cláudio. E as férias de julho, em Caeté. Sempre tive muito contato com meus familiares. Por parte de pai, tenho mais de 50 primos de primeiro grau. Eu tenho primos que já são avós; então, só de primos, tios, tias, filhos dos primos e netos dos primos, deve ter aí umas 170 pessoas, mais ou menos.



*Magda aos 2 anos de idade, em São Paulo.
Crédito: Acervo Pessoal*

E a gente não faz distinção de quem é primo primeiro, quem é primo segundo, é tudo primo. As esposas dos primos, os maridos das primas, é todo mundo primo. A família da minha mãe é menor, ela só tem dois irmãos, então deve ter por volta de 12 primos, mais ou menos, e eu nunca perdi o contato com eles.

Magda Neves Vilaça fala de família, racismo e machismo

Eu não senti muito o racismo, porque o bairro onde eu morava não era um bairro de pessoas brancas, nem de classe média. Então, eu convivía entre iguais. Até eu sair literalmente para o mundo, não tive essa noção do racismo. E quando eu viajava, estava sempre com os meus primos e nós somos todos iguais. Então, na infância, eu não sofria, não tinha consciência dessa questão.

A minha família era patriarcal mesmo e machista. Mas não é um machismo convicto, é um machismo estrutural. Minha mãe é do lar, sempre foi. E o meu pai sempre trabalhou fora para o sustento da casa. Então, era aquele pai que chegava e a janta tinha que estar pronta, a casa arrumada. Não se envolvia, por exemplo, nas nossas questões escolares, nas tarefas de casa. Isso tudo estava a cargo da minha mãe. O que ficava a cargo do meu pai é aquela coisa bem tradicional de fazer as compras do mês, pagar a conta de água, luz, telefone, cuidar do carro. Comprar roupa, sapato, pagar o curso, quando necessário. Mas não tinha nenhum envolvimento com as tarefas domésticas e coisas afins, porque “isso não é coisa de homem”. Meu pai tinha bem separado o que é para homem e o que é para mulher. Mas, em momento nenhum, ele me criou para o casamento. A vida toda ele tentou pagar uma boa escola, embora ele não entendesse muito bem o que significava uma boa escola.

Eu lembro de um episódio que pra mim foi muito emblemático: eu tinha uns quinze anos, mais ou menos, e tinha passado férias na casa dos meus avós. E a gente, os primos, uma turma toda da mesma idade, todos adolescentes, tinha combinado de acampar na beira do rio em julho. Isso era janeiro. E eu passei o semestre inteiro juntando mesada, sem lanchar, fazendo uma série de coisas para poder ir acampar. E a minha mãe, que é muito mais machista que meu pai, começou a encenar: “Não, você não vai. É muito menino junto”. Então, quando chegou o mês de junho, eu comecei a ficar apertada, precisava dar satisfação aos meus colegas. Precisava arrumar mais dinheiro e falar com meu pai. E a minha mãe fazendo toda aquela pressão. Meu pai chegou do trabalho e eu tomei coragem: “Pai, eu preciso de um dinheiro; eu combinei com uns meninos lá de Cláudio de ir para a beira do rio, agora no mês de julho. A gente vai ficar uns dias lá”. Meu pai falou simplesmente: “Tá.” - sem muita cerimônia. Aí a minha mãe falou: “Você vai deixar ela solta, sozinha, com esse bando de adolescentes na beira do rio? Pode acontecer alguma coisa e a sua mãe (no caso, minha avó), sua família toda vai falar”. Meu pai sentou, parou, ficou pensativo e falou: “Engraçado, eu levanto todos os dias cedo para trabalhar. Eu trabalho, pago as contas, compro comida, pago escola, compro material de escola, ninguém nunca veio aqui me perguntar se eu precisava de alguma ajuda para sustentar os meus filhos. Então, por que as pessoas têm que se achar no direito de interferir na educação deles?”. Lembro disso, e percebo que foi a partir daí que

eu entendi o que é responsabilidade. Eu não poderia trair a confiança, não poderia ser ingrata com a educação que meu pai me deu.

Infância e adolescência: amigos, festas, o pai leitor e a política.

Eu fui uma adolescente precoce, porque meu irmão é oito anos mais velho que eu e os meus primos também têm a mesma faixa etária. Os meus irmãos e os meus primos eram Dj’s, tocavam em clubes lá em Caeté, onde eu ia com as minhas primas que eram dois anos mais velhas que eu. Em Caeté, a gente ia no clube Ferro Brasileiro, que era o clube da Companhia, predominantemente para pretos e pobres, que eram os funcionários do chão de fábrica. E algumas vezes a gente conseguia ir para o Clube dos Funcionários, que era um clube destinado aos funcionários administrativos da empresa. E em Claudio tinha uma danceteria que era o Automóvel Clube, ligada ao *Rotary*. Um dos meus tios trabalhava na portaria e a gente também entrava e participava de toda a noite claudiense...

Meu pai sempre foi um leitor de jornal, muito crítico e eu puxei isso dele. Desde cedo, eu lia muito. Eu lia as crônicas do Caderno Feminino do Jornal Estado de Minas e “plagiava” nas minhas redações escolares. Acompanhei o movimento das Diretas Já, a morte do Tancredo, os diversos planos econômicos (Sarney, Bresser, Real, etc). Com 15 anos, muito por influência, acompanhei o início da redemocratização do país e me envolvi na política. Comecei a trabalhar com política, era cabo eleitoral e fazia campanha. Depois fui “cara-pintada”. Então, na minha adolescência, tinha essa questão de vivenciar as coisas próprias da adolescência, ir pra clube, danceteria, namorar; mas também tinha muita coisa voltada para o estudo e esse envolvimento nas questões políticas.

Onde é o Inferno?

Eu nasci de uma família católica de pai e mãe. Meu problema com a religião começou no batismo. O padre não queria me batizar em Cláudio, onde moravam meus padrinhos, dizendo que nada garantia que já não tinha sido batizada em São Paulo. Meu pai ficou nervoso, perguntou por que iria me batizar duas vezes. O padre disse então que faria o batismo em consideração ao meu avô, “que era conhecido, gente muito devota”. Eu fiz a primeira comunhão porque fui obrigada, porque minha mãe me botou no catecismo.

A religião para mim é muito complicada, traz alguns ressentimentos. Eu sempre fui muito curiosa e muito questionadora. Lembro-me do primeiro embate que eu tive quando fui fazer catecismo. Fui perguntar ao padre onde era o inferno: “Olha, lá em cima não é, porque é o espaço e tal. Embaixo também não é, porque existe a crosta terrestre. Onde é o inferno, então?”. E o padre, *educadíssimo*, falou: “Cê tá curiosa por quê? Você está querendo saber, já está querendo ir para lá?”. Isso para mim foi... ah não! Já fiquei rebelde com aquilo. Abandonei a igreja depois dessa resposta

singela do padre. Quando eu estava com cerca de 15 anos, uma amiga de infância me chamou para crismar e eu fui, muito pelo embalo do grupo de jovens. Então, fui crismada na igreja católica.

Logo depois disso, meu irmão se casou com uma moça evangélica e arrebatou a família toda com esse discurso. E a gente começou a frequentar a religião evangélica. Era uma coisa estranha, eu cheguei a casar em uma igreja evangélica, mais por questão de conveniência do que de ser frequentadora mesmo. Mas eu achava que tinha uma coisa muito estranha, e achava que era comigo, que eu tinha problema com as igrejas, com as religiões.

Continuei me denominando “sem religião”, sem nada. Na igreja evangélica, eu comecei a confrontar o que eu lia com o que era falado, vi que também não dava. Comecei a frequentar a doutrina espírita, ia a algumas palestras. Entretanto, comecei a perguntar coisas que começaram a incomodar, então parei de ir. Eu lembro que tinha aula de religião na escola, mas era muito mais voltada ao catolicismo. A gente não conhecia as religiões. Era uma espécie de doutrinação também. Cheguei à conclusão que meu problema é com as instituições. Então, eu tenho problema com a instituição religiosa, aliás, com quase todas as instituições. Me dei por satisfeita com a conclusão de que a minha relação com o sagrado não dependeria de nenhuma intermediação.

Eu sempre tive uma admiração muito grande com as religiões de matriz africana, mas sempre via como manifestação cultural. Eu tive muito contato com as festas ligadas às religiões de matriz africana, dos ritos que tinham nas igrejas do Rosário. Até hoje eu acho lindíssimas as manifestações: a Folia de Reis, o Congado. Na rua da minha casa tinha um centro de Candomblé e eu ia em todas as celebrações. Eu me sentia parte daquilo ali, mas muito mais culturalmente, do que religiosamente. Eu me sentia bem, gostava, meus olhos enchiam de ver aquilo, mas ainda não estava ligado a uma questão de fé. Não mediava a minha relação com o sagrado.

Até que uma amiga minha me chamou para ir a um ritual Xamânico, com a ministração do Ayahuasca¹. Aí eu fui, passei a fazer uso da Ayahuasca e acho que entendi um pouco que o que gritava em mim, em termos de religiosidade. Em termos da relação com o sagrado, isso tinha muito mais a ver com a ancestralidade da minha avó, que era mestiça com índio, do que com a minha descendência africana. Desde então, eu frequento rituais xamânicos de trabalhos individuais.

Um dos meus primeiros trabalhos acadêmicos de filosofia foi sobre as religiões. Eu estudei, fiz trabalho com mais de 20 páginas de pesquisa, porque queria entender. Fui entender as origens do catolicismo, do protestantismo, das testemunhas de Jeová. Tive contato com o xamanismo, mas sem muita consciência do que era. Hoje, tenho uma certa aversão à igreja evangélica. Como nós

brasileiros abraçamos uma religião que não tem nada a ver com as nossas origens? A gente tem o catolicismo que veio dos colonizadores europeus; tem as religiões de matriz africana, que vieram dos povos africanos; tem o xamanismo, que veio dos índios. E eu não consigo entender como o protestantismo se instalou com tanta força aqui no Brasil. A gente não tem nenhum histórico anglo-saxão que justifique.

2. Escolarização, universidade, desafios, diferencial, acesso.

Eu era leitora, mas também era rebelde; sempre fui muito inquieta e muito encrenqueira.

Fiz o ensino infantil em uma escola particular. Depois, fui da primeira à quarta série em escola pública. Quando eu estava na quinta série, inaugurou uma escola estadual próxima à minha casa e minha mãe me trocou de escola. Não foi bom. Eu lembro que eles davam umas cartelas para vender voto na festa junina e eu não vendia, não conseguia entender que estava vendendo alguma coisa. Para mim, era como se eu estivesse pedindo esmola. Era uma coisa estranha a do vender votos, não entrava na minha cabeça. Quando chegava o dia, eu pedia ao meu pai o dinheiro e entregava a folha. Aí teve um ano que eu pedi ao meu pai o dinheiro e ele falou: “Ó, é a última vez que vou te dar. No ano que vem você não precisa vir com esse negócio”. Isso ficou na minha cabeça, pensei: “Nossa, como vou fazer se meu pai não me der mais o dinheiro?”. E nem sei se ele tinha falado sério ou não. No outro ano, a escola entregou as folhas e eu não peguei. Estava na quinta série. E hoje eu entendo que eu fui assediada pelos professores, porque todo dia na aula eles falavam que tinha um aluno que não ajudava a escola, que não pegava as coisas para vender e essa aluna era eu. Um dia, a professora estava falando isso e eu respondi: “Quer saber, eu não sou obrigada a pedir esmola para vocês fazerem festa no final do ano”. Por que eu fui fazer isso? Chamaram minha mãe na escola, falaram com ela que eu deveria ter escutado aquilo em casa, porque eu não tinha capacidade suficiente para formular uma resposta dessas. Minha mãe falou: “Não, ela tem sim. Eu nem sabia que estava tendo esse negócio”. Quando chegou o final do ano, compraram umas coisas para a escola, umas caixas de som e mandaram me chamar meio que para afrontar, sabe? Falaram: “Isso aqui é o que é feito com o dinheiro dos votos que vocês vendem”. E eu falei: “Vocês não fizeram mais do que a obrigação de vocês”. Aí, dessa vez, não teve jeito, eu fui convidada a me retirar da escola. Fui para uma outra escola pública, municipal, onde fiz até a oitava série.

Quando eu terminei o ano nessa outra escola, meu pai resolveu me colocar em escola particular, em que meu irmão já tinha estudado. Chamava Colégio Brasileiro. Fiz o primeiro ano de Ensino Básico. No segundo ano, comecei a fazer Processamento de Dados e não gostei. Passei para Administração, não gostei. Fui para Contabilidade, não gostei. Quando fui mudar de curso pela quarta vez, a pedagoga chamou meu pai e falou que não tinha mais condições de mudar,

1 Chá feito a partir de uma mistura de ervas amazônicas, utilizado em rituais religiosos dos povos originários brasileiros.

porque já estava no meio do ano e eu já tinha três vezes. Nesse restante de ano, eu saí da escola e comecei a trabalhar, aos 17 anos, na Emoreira Perfumaria. No ano seguinte, eu descobri que queria fazer Magistério, aí entrei para a Fundação de Ensino de Contagem, a Funec. Quando eu estava no terceiro ano do Magistério, briguei com o diretor da escola por conta de questões políticas, faltando dois meses para formar. Saí de novo da escola e fiquei algum tempo fora, mas continuei trabalhando. Fui da Emoreia para o Extra. Depois, para uma empresa de envasamento plástico – e lá eu conheci o racismo. Então, casei e resolvi retomar novamente o magistério. Só que quando eu retomei o curso, tinha passado a duração para quatro anos, então tive que fazer o terceiro ano todo de novo e o quarto.

Eu tinha um ano de casada, quando conheci outra pessoa e resolvi me separar para viver com ela. Falei para o meu pai: “Pai, vou separar”. E lendo jornal ele estava, lendo jornal ele continuou. Eu fiquei na dúvida se tinha ouvido ou não. Falei novamente: “Pai, você escutou o que eu falei?”. Ele abaixou o jornal e disse: “Eu sabia, porque você não foi feita para casar”. E voltou a ler o jornal dele de novo. Embora o relacionamento dos meus pais tenha sido um relacionamento extremamente tradicional – é, ainda, pois eles têm 55 anos de casados –, acho que pelo fato do meu pai trabalhar fora, de ter viajado muito, dele ter convivido com muitas pessoas, acho que ele via em mim um ideal de realização de mulher, como as mulheres fortes que ele conhecia; como, por exemplo, a Magda, filha do antigo chefe dele.

Em 2001, passei no vestibular para Psicologia no Centro Universitário Newton Paiva e foi uma novela, não tinha nem dinheiro para fazer matrícula. Se alguém me perguntar hoje como eu paguei os cinco anos de curso, não sei explicar. Por um bom tempo, durante a faculdade, eu fui representante de turma. Então, eu marcava semana de provas “dia sim” e “dia não”. Aí, no “dia não”, eu dava aula para os meus colegas da matéria da prova do dia seguinte. Eu lembro que eu cobrava dez, quinze reais por aluno. Tinha dia que tinha dezoito, vinte alunos para dar aula particular. Então, eu lembro que, em uma semana, eu conseguia dinheiro para pagar a matrícula e uma mensalidade. Depois, eu ia enrolando e fazendo uma confusão para pagar. E de tanto dar aula para os meus colegas, eu estudava muito, fazia trabalho, revisão de textos, colocava trabalhos nas normas da ABNT, um monte de coisa.

Na época em que eu entrei na faculdade, não existiam as cotas, só tinha o Fies². Mas eu não consegui o Fies. Com relação às políticas afirmativas, elas são importantíssimas! Acho que o Brasil tem uma dívida histórica com a população negra. Não é por acaso que a gente tem – eu trabalho no sistema prisional – 85% da população carcerária preta, pobre e analfabeta. Grande parte dos moradores das periferias, também. Toda política afirmativa, não só a política de cotas, vem

2 Política do governo federal brasileiro de concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores.

para corrigir um *deficit* histórico, uma dívida histórica. Eu acho que é muito importante e necessário. É uma tentativa de resgate social daquilo que ficou, que produziu a subcidadania no Brasil, principalmente a de pretos. Porque a gente tem, também, políticas afirmativas para homossexuais, para mulheres, para deficientes.

Quando formei, fui destaque acadêmico e ganhei uma pós-graduação em Psicanálise e Saúde Mental, na minha área mesmo. Formei-me em setembro, e em janeiro eu comecei a trabalhar no Cras³. Em maio de 2008, passei no concurso para trabalho no estado e fiz outra Especialização na PUC, que o estado pagou. Em 2013, fiz pós-graduação em Direitos Humanos, Criminologia e Segurança Pública, que terminou em 2015. De 2016 em diante, eu fui fazendo matérias isoladas de mestrado no Cefet⁴ e na Fundação João Pinheiro. Eu fiz duas na Fundação e uma no Cefet. E em julho do ano passado (2019), eu passei no Mestrado da Universidade Estadual de Minas Gerais, em Segurança Pública e Cidadania; mas, por conta da pandemia, paralisou e retomou agora no final de julho de 2020.



Em 2006, Magda e seus pais, fotografados na cerimônia de sua colação grau no curso de Psicologia.

Crédito: Acervo Pessoal

3 Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é uma unidade pública da política de assistência social, de base local, integrante do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Os Cras estão localizados em áreas com altos índices de vulnerabilidades e risco social.

4 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

Magda Neves Vilaça e sua primeira vivência de racismo no trabalho

Eu tinha uma amiga de infância que trabalhava em uma empresa de envasamento de plástico e ela falava muito bem dessa empresa, que tinha ótimas condições de trabalho. Ela foi promovida e me indicou para ocupar o lugar dela. Quando fui fazer a entrevista, o pessoal do RH me achou muito competente do ponto de vista da comunicação, da agilidade, do conhecimento. Mas os donos da empresa eram descendentes de alemães e era uma empresa familiar. Não tinha nenhum representante da empresa quando eu fui contratada, eles estavam fazendo uma viagem pela Europa. Quando voltaram, foi muito nítido o incômodo do dono em me ver como secretária na recepção.

Nem ele nem a esposa dele esconderam isso hora nenhuma. Chegou um momento que aquilo ficou tão insuportável para eles, que em questão de meses eu fui *promovida*. O objetivo era me tirar da frente da empresa, da recepção, receber as pessoas. Aí me mandaram para o departamento financeiro. Mas aquilo trouxe um incômodo tão grande, que ficou um clima muito estranho. Nem dois meses depois, demitiram-me.

3. Trajetória no Serviço Público

Magda Neves: Professora.

No ano 2000, eu comecei a trabalhar na prefeitura como professora. Até hoje, eu tenho uma relação de amor e ódio com o serviço público.

Eu dei aula por cerca de 15 anos. Ensinei em todos os níveis de ensino, do ensino infantil ao pós-médio, que são os cursos técnicos. Eu comecei quando estava fazendo Magistério, dando aulas na educação infantil. Depois de formada, fui trabalhar na prefeitura, por contrato, no ensino fundamental e na educação de jovens adultos - EJA. Depois que eu passei para a Psicologia, fui aprovada em processo seletivo da Funec. Então, eu costumo dizer que fui cria da Funec. Trabalhei com muitos daqueles que foram meus professores, dando aula para o ensino médio de Filosofia e Sociologia e para os cursos técnicos de Informática, Enfermagem, Patologia, Química, Química Industrial e Segurança do Trabalho. Nos cursos técnicos que a instituição oferecia, eu dava aula de Relações Interpessoais e de Psicologia. Dei aula no Pronatec⁵, e também no pós-médio de Mineralogia da Cecon⁶. Mesmo depois que eu passei no concurso do estado para a segurança pública, eu continuei dando aula na Funec à noite.

5 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego criado pelo governo federal em 2011.

6 Centro Educacional Conceição Ferreira, estabelecimento de ensino superior e técnico privado, de Belo Horizonte.a Nunes

Era Seds (Defesa Social), e não Sedese (Desenvolvimento Social)

Um dia, uma amiga me ligou e falou assim: “Magda, você está me devendo 60 reais”. Eu falei: “De quê?”. Ela: “Eu fiz sua inscrição no concurso”. “Concurso de quê?”. “Ah, não sei não. Para mexer com uns meninos infratores”. Como eu já trabalhava no Cras e, na época da faculdade, tinha trabalhado no PAI PJ⁷; já tinha feito estágio durante três anos no Hospital Psiquiátrico Galba Veloso; no Instituto Raul Soares, de saúde mental; no Cersam⁸ Oeste e na antiga Febem⁹, estava acostumada com essa área social e não me importei muito. Quando ela falou “Seds”¹⁰, eu entendi “Sedese”¹¹. Eu não estava muito inspirada para fazer o concurso, porque sempre tive uma relação de amor e ódio com o serviço público. Até então, só tinha trabalhado por contrato e tinha muitos atravessamentos políticos. E aí fui, fiz a prova e só fui saber onde ia trabalhar no dia da posse. No dia, cheguei lá e descobri que não era Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social. Era a Secretaria de Estado de Defesa Social – e que eu ia trabalhar nas penitenciárias.

Eu fiz esse concurso de treze vagas, passei em terceiro lugar e eu queria muito trabalhar próximo à minha casa, mas não foi possível. Porque quem ficou em segundo lugar escolheu a única penitenciária que tinha em Contagem, que era a Nelson Hungria. Então, eu tomei posse no presídio Inspetor José Martinho Drummond, em Ribeirão das Neves. Trabalhei lá de novembro de 2008 até novembro de 2011, quando terminou meu estágio probatório. Depois de ter sofrido um episódio severo de assédio moral, fui transferida para a unidade prisional Nelson Hungria.

Eu sofri muito quando eu entrei para a segurança pública, porque é um ambiente extremamente machista, hostil e aversivo. E eu, muito questionadora, muito ativista de direitos humanos. A segurança pública, ainda hoje, não é lugar para mulheres, muito menos para mulheres que questionam. Por causa da defesa das condições humanas e da defesa dos ideais feministas, fui assediada. Eu não consegui, nos primeiros anos, me adaptar à realidade do sistema carcerário. A primeira coisa que fiz quando eu entrei para o sistema carcerário foi adoecer. Eu não conseguia sair para trabalhar em um lugar onde acontecia uma série de violações dos direitos humanos. Eu me sentia impotente e não tinha condições nem de questionar o que acontecia. Isso gerou muitos conflitos, meu estágio probatório foi muito traumático.

7 Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental Infrator, do Tribunal de Justiça.

8 Centro de Referência em Saúde Mental, equipamento da rede pública municipal.

9 Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor, extinta no final dos anos 1990.

10 Secretaria Estadual de Defesa Social, voltada para a pasta da segurança pública.

11 Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social.

Eu fui transferida para a Penitenciária Nelson Hungria, por um acordo. Não havia mais condições de continuar lá no outro presídio, diante de tantos conflitos que eu gerei com os meus questionamentos. Então, vim pra Nelson Hungria em 2011, para trabalhar com um gestor que eu já conhecia, o Danúnzio, que em 2009 tinha sido um diretor interventor lá na José Martinho Drummond. A gente criou uma simpatia um pelo outro, ele gostava do meu trabalho. Eu também tinha uma admiração por ele, pela forma como ele conduzia o trato com os presos. Ele não abria mão da disciplina, de determinadas práticas, mas a gente conseguia conviver um respeitando o outro e ele entendia o meu trabalho.

Pouco tempo depois, houve uma troca na Diretoria de Ressocialização, que era a diretoria à qual eu me reportava diretamente. Uma assistente social passou a ser minha diretora, a Judsônia, que eu também já conhecia, ela também mora aqui em Contagem. Ela trabalhava comigo em Ribeirão das Neves, íamos juntas. E ela conhecia meu modo de pensar, minha forma de trabalhar, então não tive grandes problemas na Nelson Hungria, como eu tive na Drummond – e eu também já estava mais adaptada ao Estado.

Na Nelson Hungria, eu tinha um campo maior de atuação. Comecei a fazer um trabalho com os servidores, para além do meu trabalho com o preso: atendimentos emergenciais com os servidores em situação de sofrimento, de surtos e atendimentos emergenciais. Começou a correr o “boca-a-boca”. Socorre um aqui, apaga outro incêndio ali. Um dia, você chega e tem um servidor com uma arma apontada na cabeça tentando suicídio. Outro dia, um servidor com uma faca na mão dizendo que vai tirar espírito dos presos do PCC¹² dentro do pavilhão. Então, começaram a acontecer uma série de eventos de sofrimento mental emergente, alguns casos de suicídio, outros de alcoolismo, eu fui intervindo, direcionando para a área da Saúde do Servidor. Informalmente, eu acabei virando uma referência em atendimento ao servidor dentro da unidade. É um complexo penitenciário, uma unidade muito grande; na época, deveria ter uns 650 servidores.

Em 2016, a Judsônia, que era Diretora de Ressocialização, saiu da unidade e o diretor me convidou para entrar no lugar dela. Mas é uma coisa muito interessante, porque esse convite veio muito permeado por uma falta de opção. Eles reconheciam a minha capacidade, mas tinham problema com a minha autoafirmação, com os meus questionamentos e com a forma de me posicionar diante das questões arbitrárias da segurança, das atitudes. Então, durante um período, de abril a novembro de 2016, eu fiquei como Diretora Interina – houve algumas questões políticas e eles não me nomearam. Eu fiz todo o papel da diretoria, lidando com as parcerias de trabalho, organizando fluxo de trabalho da unidade, fazendo todas as questões pertinentes à função; mas havia questões políticas, dentro da Secretaria de Defesa Social, que impediam essa nomeação. Em

novembro, a unidade sofreu uma nova intervenção e o Diretor Geral foi retirado. Chegou outro e aí eu me deparei novamente com questões relacionadas ao racismo e ao machismo.

Esse Diretor que chegou me fez um convite para continuar como diretora, mas recusei, porque não o conhecia e eu acredito que a gente só deve trabalhar com quem conhece, independente de ideologias, até para se proteger. A partir dessa recusa, ele passou a me perseguir, assediar moralmente. Tive episódios, por exemplo, de ele entrar na minha sala com dois homens do GIR¹³, que é o grupo de intervenção rápida, armados. Fazia piadinhas, dizia que eu era uma preta do nariz empinado, do cabelo curtinho e do nariz empinado. Nos bastidores, me chamava de Michael Jackson. Fez de tudo para me transferir da unidade. Na época, o Secretário Adjunto, que sabia de toda a situação, se recusava a fazer a minha transferência. Eu também não queria sair de lá. Eu trabalhava a 15 quilômetros da minha casa. Quando esse Secretário Adjunto saiu do cargo, ele conseguiu me transferir; me mandou de volta para a José Martinho Drummond. Tive que travar uma luta no Estado; eu entrei com um processo de assédio moral na Controladoria Geral do Estado e consegui voltar. Ele me transferiu em julho, em outubro foi a audiência e eu consegui voltar no final de novembro.

Foi um período muito difícil, inclusive o período em que eu estava na gestão. É muito difícil para os agentes penitenciários lidarem com uma mulher como chefe. Foi muito desgastante, eu aprendi muito sobre gestão e segurança pública, mas também vi que é muito difícil, para a mulher, ocupar um lugar de gestão em um ambiente predominantemente masculino. Eu tinha toda uma preparação com o que era exigido para o cargo: a formação, as pós graduações necessárias, as outras disciplinas que eu tinha feito no mestrado voltadas para gestão. E a experiência também; em 2016, eu já tinha oito anos de serviço público na área da segurança pública. E já conhecia a unidade, o fluxo do trabalho, os presos, participava ativamente. Então, a gestão em si, os processos administrativos, eles não configuraram um desafio. Desafio mesmo foi lidar com as questões de gênero inerentes ao ambiente da segurança pública. Fui substituída na Direção, à época, por um agente penitenciário sem formação alguma. Mas ele era um homem.

O que a Magda calou? O que foi preciso silenciar?

Eu aprendi a me calar. Agora, agora que eu aprendi. Acho que é a maturidade, também, tanto no serviço quanto a da idade. Ela vai trazendo para a gente uma consciência mais estratégica na forma de lidar com as questões e a gestão da coisa pública. No início, era um ímpeto muito grande, acho que próprio até da juventude, essa coisa de querer fazer acontecer, de ser para ontem. Hoje, eu me sinto mais voltada para as questões acadêmicas, de casar a academia com a prática; e muito

12 Primeiro Comando da Capital, organização ilegal atuante no Brasil e também no exterior.

13 Grupo de intervenção de risco.

mais estratégica, de fazer uma leitura estratégica da realidade antes de agir, comparando com aquilo que eu vejo na academia, nas pesquisas, nas leituras que eu faço.

Eu aprendi muito a observar. E a fazer a leitura da realidade institucional. Muitas coisas aconteceram no Estado e na instituição; a Nelson Hungria, toda hora, está no noticiário, e infelizmente de uma forma negativa. E durante o período de 2017 para cá, a gente já passou por seis gestores. O interessante é que depois que eu saí desse cargo, ele nunca mais foi ocupado por uma mulher – não só esse, como todos os outros cargos dentro da instituição. E nunca mais foi ocupado por pessoas com uma vivência acadêmica ou uma formação sólida. Fui aprendendo que existem questões na administração pública que são tão eminentemente políticas, que se abre mão do conhecimento técnico, muitas vezes, por aspectos políticos. Como venho acompanhando esse histórico desde 2011, consigo perceber uma relação direta entre a precariedade do trabalho e o nível das trocas de gestões que vieram acontecendo ao longo dos anos.

Meritocracia? E o peso do gênero e da cor da pele?

Quando eu trabalhei na Educação e na Saúde, eu via uma certa meritocracia. É um conceito polêmico. Não sei nem se eu concordo com esse conceito, porque acho que não tem meritocracia na nossa sociedade. Vamos a um exemplo: por mais que uma mulher e uma mulher negra se esforcem, por mais competência e formação que tenham, para a negra sempre haverá o peso da cor da pele. Então, como a gente vai falar de meritocracia, sendo que os fatores que pesam não têm nada a ver com mérito, competência, habilidade ou formação acadêmica? Hoje, sou Diretora Sindical do Sindpúblicos¹⁴, representando os analistas, auxiliares e assistentes administrativos. E, em conversa com outros diretores, acompanhando outras carreiras, percebo que, talvez, em outras secretarias, a gente vê alguma coisa mais próxima disso, mas ainda assim um pouco precária.

Eu não vejo meritocracia dentro do sistema prisional. Até 2014, final da gestão do PSDB, a gente ainda via um critério mais técnico para a ascensão de novos cargos. Depois, as coisas foram se perdendo dentro da administração, até que chegou no ponto em que está hoje. Estou dizendo da realidade da Secretaria de Segurança Pública.

Eu sou psicóloga, sou técnica, analista dentro do sistema. Observo que lá dentro temos um número muito grande de agentes femininas com uma formação muito sólida, com competência e habilidade muito grande para cargos de gestão e coordenação. Elas também não têm chances. Há uma série de coisas que não são valorizadas nesse sentido. Acho que alguém que tenha um preparo acadêmico, que tem uma vivência; que leve em consideração o perfil da população carcerária, que é preta, pobre e analfabeta; que saiba de onde essas pessoas vieram e porque elas estão ali; isso faz

toda a diferença na gestão e na construção de políticas para essas pessoas. Quando você conhece e sabe de onde essas pessoas vêm, você consegue dialogar com as famílias e com os presos. Eles veem uma confiança e uma reciprocidade, não sentem que quem está ali é apenas uma figura de autoridade, mas alguém que não está distante deles.

A mulher, seja negra ou não, dentro da segurança pública, toma um choque, principalmente quando entra em uma unidade prisional pela primeira vez. A impressão que eu tenho é que as pessoas (os homens) olham para a gente como se a gente fosse um bife. Eles não olham para a gente pela habilidade, pela competência, pelo trabalho. É uma mulher, é “comível”. É muito machismo. Eu acho isso muito sofrível. Com relação à mulher negra, é ainda pior. É uma luta diária, desde a hora em que a gente abre o portão para sair de casa até a hora que volta. Uma mulher preta, que trabalha, estuda, dirige o próprio carro, que vai a todos os lugares, que não tem filho – eu tenho uma série de coisas fora do padrão que incomoda as pessoas. Mas eu passo mais tempo no meu local de trabalho do que em casa. Agora isso já está mais tranquilo, mas não é fácil. Sobre gênero, sou uma mulher livre. Assumo uma sexualidade diversa, que também incomoda as pessoas. É muita quebra de padrão para estar dentro da segurança pública. E, se você olhar essas questões, de fato é insuportável para um ambiente extremamente machista e corporativista sustentar uma mulher assim em um cargo de gestão.

Os ônus e os bônus desta mulher negra em um cargo de gestão

O bônus é o trabalho que a gente consegue desenvolver. Na minha área, o que me importa, no serviço público, como o próprio nome já diz, é estar ali para servir o nosso público, que é o preso e, conseqüentemente, a sociedade. Então, o bônus é conseguir dialogar e promover políticas de reinserção social, porque o que a sociedade espera da instituição penitenciária é o retorno desse indivíduo à sociedade em condições de não reincidir. Então, a gente está ali com um papel socializador. Quanto mais diálogo com esse público, mais fácil e melhores são as políticas desenvolvidas para eles.

O gestor é um servidor público como qualquer outro. A única diferença é que a gente está em uma posição de organizar o fluxo do trabalho. Mas eu sou tão servidora como qualquer outro colega meu, seja gestor ou não. As pessoas estranharam muito que, durante todo o período que eu fiquei na gestão, eu ia trabalhar em carro próprio, não ia trabalhar com o carro do Estado. Eu passava por todo o procedimento de revista como qualquer servidor. O fato de estar em cargo de gestão não altera o caráter da pessoa. Se você organiza no fluxo de serviço as formas de revista, então nada mais justo do que você se submeter a ela.

14 Sindicato que representa os servidores públicos estaduais de Minas Gerais.

E o ônus, no caso da segurança pública, é toda essa gama de adversidades que a gente tem que lidar por ser mulher e negra. Em um ambiente não só masculinizado e corporativista, mas hostil. Um ambiente aversivo como esse é um ambiente adoecedor. O ônus dessa posição vem das próprias características do ambiente, assediador por natureza. E, para o Estado, a única diferença entre o servidor do sistema e o preso é que o servidor tem *MASP*¹⁵ e o preso tem *INFOPEN*¹⁶. Somos apenas número e recebemos o mesmo tratamento desrespeitoso.

4. *Identidade de gênero e raça? Magda, mulher preta e livre.*

Como falei antes, quando era criança, não tive muita vivência do racismo, porque eu estava no meio dos meus iguais. Fui ter essa experiência, quando eu fui trabalhar nessa empresa.

Eu sempre me considerei uma mulher negra, mas tive alguns problemas dentro do movimento. Antes eu já percebia, mas quando eu comecei a participar das coisas, me inteirar dos assuntos, comecei a perceber algumas coisas que abalaram um pouco a minha identidade. Foi quando as pessoas começaram, de uma certa forma, a falar do meu cabelo e do meu nariz. Eu não tinha prestado atenção nisso! Me causou uma certa estranheza, porque quando eu era pequena, as pessoas brincavam muito com essa coisa do meu nariz arrebitado. E depois que eu fui ficando mais velha, diversas pessoas começaram a me perguntar, e até hoje perguntam (só que hoje eu sei responder); as pessoas me perguntam se eu fiz rinoplastia, plástica no nariz. Não sabia nem o que era isso, não entendia muito bem. Parece que a sociedade tem um estereótipo do negro que é muito específico.

O cabelo não me trouxe nenhum problema de identidade, porque as pessoas sempre achavam que eu passava alguma coisa para relaxar ou alisar, não implicavam muito. As pessoas achavam que eu alisava o cabelo para negar alguma coisa relacionada à minha raça, mas, na verdade, esse cabelo é da minha avó. E eu comecei a reparar em uma série de coisas: que na minha formatura, em uma faculdade particular, só tinha eu e mais uma mulher negra. Fui observando esses espaços. Na posse do cargo, também eram pouquíssimas; no mestrado, menos ainda, menos mulheres – nós somos quinze mestrandos, quatro mulheres e só eu, mulher negra. Quando surge o assunto e eu falo que eu sou negra, as pessoas dizem: “Mas você não é tão preta”. Não existe “tão preta” ou “menos preta”! É uma questão de etnia, eu sou uma mulher negra. Não existe uma disputa de tom de pele. Negro é negro, não importa. Existe um lugar renegado para a gente, socialmente. E existe um custo também para sair desse lugar, para quem se atreve a entrar em um ambiente que

socialmente não foi feito para nós. São questões complicadas para a mulher e para a mulher negra. E como eu trabalho na segurança pública, eu acho que vêm em dose dupla.

Magda em movimento(s)

Por conta do meu envolvimento com os servidores, fui convidada por essa gestão atual do Sindicato dos Servidores Públicos de Minas Gerais, o Sindpúblicos. Nós representamos os servidores administrativos do sistema prisional. Damos apoio aos servidores, participamos das audiências públicas, fazemos articulação junto aos deputados, vamos em busca das políticas. Já teve um tempo em que foi mais fácil. Agora, está mais difícil por conta de toda a conjuntura, não só do estado de Minas Gerais, mas de todo o país, de um enfraquecimento dos sindicatos.

Eu participo de alguns grupos. Tem o de uma professora da UFMG, que mantém um grupo multidisciplinar sobre prisões. Tem um grupo de mulheres em Betim, sobre o feminismo negro. Tem, também, o grupo Autopoesis, em que a gente discute diversos temas sobre o sagrado feminino, desde questões de segurança alimentar, até outras questões existenciais com relação às mulheres. Todos esses grupos são voltados para discussões acerca da condição da negritude da mulher, do jovem, da adolescente negra nos espaços de periferia. Em alguns grupos, são participações pontuais. Em outros, eu me envolvo mais.

Tem o grupo sobre prisões, que é abolicionista. Quando eu entrei nesse, eles tiveram uma resistência muito grande comigo, diziam: “Como pode uma pessoa que trabalha dentro do sistema prisional fazer parte de um grupo abolicionista?”. Aí, eu os lembrava que a luta antimanicomial começou com quem trabalhava dentro dos manicômios. Foi difícil pra me aceitarem lá. Tudo é uma luta. Você tem que ir devagarzinho, posicionando-se, explicando.

5. Mulheres negras, problemas e desafios: *conhecimento x sobrevivência*

O maior desafio das mulheres negras é a falta de oportunidade. E é de oportunidade geral, sabe? A mulher negra tem uma força muito grande, porque a gente luta desde pequena. É falta de acesso a uma educação de qualidade, acesso ao conhecimento. Eu acredito que o conhecimento transforma, mas é muito difícil você ter que lutar pela sobrevivência. Chega um momento em que essa menina tem que escolher entre o conhecimento, o estudo e a sobrevivência. Às vezes, nem tem muito a consciência das escolhas que está fazendo, porque tem as questões de sobrevivência, ela tem que trabalhar. Muitas têm filho cedo, porque acontecem casos, por exemplo, de meninas de 14, 15 anos irem ao posto de saúde pedir anticoncepcional e o médico falar que não tem idade pra isso.

15 Número de matrícula do servidor público estadual.

16 Número que identifica o indivíduo em situação de aprisionamento.

Então, o que falta é oportunidade para desenvolvimento social; mas começando por potencializar essas famílias com políticas afirmativas e com a continuidade dessas políticas. Assim haveria capacidade de realmente resgatar essa dívida histórica que o Brasil tem com mais de 50% da população. A gente carece de mulheres e de mulheres negras no judiciário, no legislativo, no executivo. Ou seja, mulheres e mulheres negras com representatividade, em lugares em que a gente possa realmente fazer política tendo sentido na pele o que é a falta dessa política. Porque não vai haver enquanto tiver homens brancos falando pela gente; não existe nenhuma capacidade de empatia que supere uma vivência.

Eu sou jurada também, atuo no Tribunal do Júri desde 2012. Eu vejo nitidamente a diferença entre o comportamento dos defensores públicos e do corpo de jurados, diante de um réu negro e de um réu branco. Ou diante de uma ré e de um réu. E de uma ré negra. Isso é muito nítido. Então, eu acho que a gente tem que ocupar os nossos espaços. Tenho consciência de que não é fácil; e que há toda uma estrutura social voltada para que isso não aconteça. Mas se a gente não ocupar os nossos lugares, vai estar sempre em condição de submissão e sem lugar de fala. Porque as pessoas falam pela gente. Eu conheço muitas pessoas de classe alta, brancas de diversas classes, que tem uma empatia muito grande, uma simpatia, um engajamento, inclusive no movimento, mas nem toda essa capacidade de empatia vai substituir as questões sensoriais do dia a dia.

Magda e os feminismos: *Elas estão ali porque foi o que sobrou do feminismo.*

Às vezes, as pessoas questionam muito essa coisa do feminismo negro: “Não é tudo feminismo? Não está todo mundo no mesmo barco? A gente vive em uma sociedade que é patriarcal”. Mas não. As lutas feministas têm pontos comuns, mas também têm pontos divergentes. Então, quando a gente fala de feminismo, é sobre o lugar que a mulher ocupa no mercado de trabalho, nas academias e de uma meritocracia que não existe, teoricamente. Quando a gente diz do feminismo negro, a gente está falando o seguinte: que quando as mulheres conseguem ascensão nas academias – e nós já conseguimos muito, já que já somos a maioria nas faculdades – a gente vê as poucas mulheres que estão nos cargos de gestão; e as poucas que estão gerindo são mulheres brancas, enquanto há uma mulher negra que está limpando a casa dela. E isso não tem nada a ver com a questão do tipo do trabalho. Eu acho que a empregada doméstica, as faxineiras, os serviços gerais, as portarias – todos são trabalhos altamente dignos e necessários. Mas essas mulheres não estão ali por opção, foi porque foi o que sobrou do feminismo. Enquanto essa mulher branca vai trabalhar em um banco, tem uma mulher negra que deixa o filho dela na creche, ou com a avó, ou com os irmãos, ou na rua, para cuidar do filho da mulher branca que está trabalhando em postos um pouco melhores, como na academia, ou no serviço público.

Então, existe uma diferença. O racismo existe em todas as classes sociais. A gente pode falar de um “embranquecimento social” quando ocorre ascensão; mas isso, muitas vezes, é ilusório. As pessoas acham que negros que têm dinheiro não são discriminados. São sim! E não é discriminado só naquele meio, não. A pessoa é discriminada socialmente mesmo. Um homem negro em um carro de luxo, por exemplo, é muito mais facilmente confundido com o motorista do que com o proprietário do carro. Então, não é uma questão só financeira, é a questão do racismo. A questão do feminismo precisa englobar as questões do racismo, de classe e existe uma diferenciação, sim. Porque a realidade da mulher negra é muito diferente da realidade da mulher branca. Desde o estereótipo físico até as oportunidades de trabalho, o acesso à escola, o acesso à educação. Por mais feminista que a mulher branca seja, ela não vai entender o que é ser uma mulher negra sem estudo da periferia. O machismo e o patriarcalismo incidem de forma diferente na mulher branca e na mulher preta. A loura é “gostosa e burra”, a negra é “gostosa e guerreira”. Mas guerreira não é propriamente um elogio. Por trás, significa que essa mulher, muitas vezes tem que dar conta de trabalhar, sustentar os filhos sozinha, cuidar dos pais, dos netos, viver a vida difícil...

Mensagem de Magda Neves Vilaça: *a gente tem que raspar o resto das forças*

Eu falo muito, mas ao mesmo tempo não sou muito boa para falar. Eu sou boa para responder. Acho que eu queria muito que as mulheres tivessem mais força ainda, sabe? Eu sei que é difícil falar isso no momento em que a gente está vivendo, mas a gente precisa, principalmente agora, não desistir. Eu sei que é muito frustrante assistir todo o dismantelamento das políticas públicas e o retrocesso social e cultural que a gente está vivendo. Mas é neste momento que a gente tem que raspar o resto das forças que a gente tem nas entranhas e reagir. Porque eu não estou vendo um prognóstico favorável. Se a gente esmorecer, vai ser pior ainda. Mais do que nunca, a gente vai precisar unir forças e conscientizar o máximo de mulheres possível. De angariar, também, os homens, para entender a nossa luta. Não acho



Magda atuando como diretora sindical, em 2019, em uma audiência pública, representando as demandas do sistema prisional.

Crédito: Clarissa Barçante/Almg

que a gente tem que fazer isso sozinhas. E quando eu falo de homens para a nossa luta, temos que angariar eles dentro do ventre. Porque a gente educa.

A vida é cheia de dificuldades, todo dia é um problema para resolver. A gente nasceu lutando pela sobrevivência. E a gente vai ter que lutar para deixar um mundo melhor para os nossos filhos. E também deixar filhos melhores para o mundo. Então, não vai ter jeito, a gente não vai descansar nunca. Não podemos esquecer que não bastam marcos legais para garantir nossos direitos. A gente tem que ser vigilante e fazer eles valerem todos os dias, porque basta a gente piscar, basta vir uma crise, basta acontecer qualquer coisa, para que a gente perca, em um instante, coisas que demoramos décadas para conseguir.

Cleide Hilda de Lima Souza
Maria Clara Mendes
Matheus Arcelo Fernandes Silva

14

CLEIDE HILDA DE LIMA SOUZA

1. Origem familiar

Meu nome é Cleide Hilda. Atualmente tenho cinco irmãos, mas já fomos seis. Meus pais nasceram no município de Conceição do Mato Dentro, região do Serro; mais especificamente no município de Dom Joaquim. Eles vieram para Belo Horizonte, logo após o casamento. Eu nasci no bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte. Fui criada na região Leste; quando eu tinha três anos, meus pais compraram um terreno no bairro Casa Branca, atualmente bairro São Geraldo.

Quando pequena, carreguei muita lata d’água na cabeça. Eu tinha como função encher o filtro de casa antes de ir à escola. Às vezes, o sinal batia e eu ainda estava subindo o morro com a latinha cheia de água na cabeça. Lavei muita roupa na lagoa, não só da minha família, mas também “para fora”, a fim de contribuir com as despesas da casa. Comecei a trabalhar na infância. Eu me lembro que o meu primeiro emprego foi na casa da comadre da minha mãe; eu tinha a mesma idade dos filhos dela e estudávamos na mesma escola. A minha função era “cuidar” desses meninos, mas acho

que fazíamos era mais bagunça, imagina uma criança cuidando de outras crianças! Havia duas biquinhas onde apanhávamos água, e eu adorava tomar banho nela. Sempre fui muito responsável, desde a adolescência.

Mesmo tendo trabalhado bastante durante a infância, brinquei muito nos arredores do bairro. Aqui havia muito mato, flores, água; já nadei com uma jararaca atravessando o rio. No bairro, havia uma pedreira, quase já fomos picados de cobra, pois elas costumavam ficar nas pedras. Tive uma infância linda do ponto de vista do lazer. Brincávamos de esconde-esconde, pega-pega, ciranda, rouba-bandeira, finca, soltar pipa, andávamos de carrinho de rolimã. Havia aquela brincadeira da maçã, em que tínhamos que acertar a boca do “namorado” e eu gostava de fazer piruetas em meio às flores amarelas. Eram muitas aventuras.

Meu pai trabalhava na construção civil, mas devido a uma queda no ambiente de trabalho, adoeceu aos 36 anos; logo, teve que ser afastado. Minha mãe era lavadeira, tenho a nítida lembrança dela com a trouxa de roupa em cima da cabeça para entregar aos clientes. De vez em quando, eu ia com ela. Passamos por “uma magrela lascada”, eram muitas as dificuldades financeiras. Todos os filhos começaram a trabalhar bem jovens, e foi a partir do trabalho que conseguimos sair um pouco daquela miséria em que vivíamos.

Minha mãe prezava muito pela educação dos filhos. Esse incentivo se deu devido à falta de oportunidade que ela teve de estudar. A única escola de primeiro ciclo que havia no interior ficava dentro da fazenda, e as mulheres eram proibidas de estudar. Mesmo assim, ela conseguiu estudar até o segundo ano primário.

Nós estudamos até o ensino fundamental em escola pública, depois fomos para a escola particular, pois não conseguimos vaga na pública. Mas foi a partir daí que se deu o início de uma consciência mais política e crítica em relação à sociedade. No período do regime militar, os professores de Português e de História, ministravam as aulas com as portas fechadas, pois o diretor da escola era militar.

2. Escolarização

Minha mãe sempre nos incentivou bastante a estudar. Como resposta, eu e meus irmãos conseguimos ter uma profissão. Tenho um irmão, administrador de empresa; o outro formado em Ciências Contábeis; algumas irmãs formadas na área do Magistério e eu me formei em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mas eu digo que a trajetória no movimento negro foi a escola da minha vida, foi onde eu me reconheci como uma mulher negra, assumi a minha

negritude, a ancestralidade e o meu cabelo sarará. Foi nesse período, que eu fundei o Coletivo de Mulheres Negras que depois virou o *Nzinga* - Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte.

A partir da inserção no coletivo e em diálogo com outras mulheres negras, começamos a perceber que era necessário, de forma concomitante à militância, a formação acadêmica. Pois havia um hiato entre as mulheres “pensantes”, que elaboravam propostas, e a gente, que só “fazia militância”. Desse modo, começamos a nos fortalecer para que pudéssemos também ocupar o espaço da universidade.

O Nzinga chegou a pagar um mês de cursinho pré-vestibular para mim, depois eu consegui arrumar um emprego e continuei pagando, e assim passei no vestibular. Os anos da graduação me deram um pouco de trabalho, o professor falava assim: “Você detona tudo!” Eu respondia que não, mas de fato eu já tinha uma leitura, um embasamento teórico e um discurso político. Eu não estava nem aí para eles; na verdade, eu só queria formar.

Na formatura, fui oradora da turma, estava linda com uma roupa afro. Foi um caos, porque acabei discursando algo que eles nem imaginavam. Falei o seguinte: “Eu estou saindo daqui e não estou devendo nada para vocês. Vocês que devem ao meu povo, porque se teve uma instituição que assinou o tráfico negreiro e a escravização dos negros foi a igreja católica. Eu aprendi todas as ‘histórias’ do mundo, sobretudo da Europa e da Ásia, mas da história da África não foi ensinada uma linha. Portanto, vocês que continuam me devendo”. Fui a primeira mulher na família a ter um curso superior, isso foi uma glória para os meus parentes. Meu pai fazia questão de falar dentro do ônibus: “Minha filha está formada”!

Eu não fiz mestrado, apenas uma especialização em políticas públicas. Não foi por falta de oportunidade nem de competência, apenas não tive tempo, devido ao excesso de trabalho e de participação nos movimentos e na militância. Não tive tempo nem de ter outros filhos, tive apenas uma menina. Toda vez que eu pensava em engravidar, envolvia-me em mais tarefas, movimentos e lutas. Não dava para estar para lá e cá barriguda, coordenando eleição. Cheguei a passar na primeira etapa do mestrado da Unicamp¹. Após uma viagem de nove horas, tinha que escrever 85 laudas. Até consegui escrever além do número estipulado; mas, infelizmente, não deu tempo para fazer os cortes e ajustes necessários. Faltam dois anos para eu me aposentar, aí pretendo fazer o mestrado. Espero estar mais tranquila, saudável e com a cabeça funcionando, para eu poder garantir a minha qualidade de vida e de leitura, porque, como dizem, “apressado come cru”.

Na educação, tirando a minha mãe, que sempre jogou a gente para cima, as mulheres negras foram a grande influência da minha vida. Foi a formação da minha identidade como mulher negra.

1 Universidade Estadual de Campinas.

E logo já comecei a enxergar o mundo um pouco diferente. Tiveram outras pessoas influentes na minha vida sobre a questão racial, como Marcos Cardoso, Gilberto Leal de Salvador, Sueli Carneiro, Edna Roland, como também outras referências do movimento negro.

3. O início da militância e religiosidade

Ao final dos anos 1970, a partir do trabalho e influência da minha mãe, começo a participar dos movimentos populares, da associação de bairro e da comunidade eclesial de base. Tivemos formação com Frei Beto, Leonardo Boff, conheci essas referências de perto, inclusive o Adolfo Pérez Esquivel, ativista de direitos humanos e ganhador do Nobel da Paz. Em 1980, ele veio até a minha comunidade, eu li uma mensagem e entreguei um presente para ele. Tem até uma foto minha nessa época, eu magrela.

Sempre fui meio saidinha, gostava de falar, de atuar no teatro. Jogava futebol de campo no bairro, disputávamos campeonato com o time do Alto Vera Cruz, já tivemos que sair correndo debaixo de pedradas, porque as meninas não queriam entregar a taça.



Cleide Hilda e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. 2006.
Crédito: Acervo Pessoal

Minha mãe chegou a participar do jornal de bairro em Contagem, dos movimentos das comunidades eclesiais e da criação da associação de bairro. A região do São Geraldo sempre foi rica em termos de participação popular. Vieram muitas pessoas e lideranças de fora para a comunidade; até o Presidente Lula esteve aqui para inaugurar o nosso primeiro núcleo do PT. Participei também do movimento estudantil e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES; nas décadas de 1970, 1980, lutamos pelo passe livre e pela carteirinha de estudante. A educação popular na perspectiva de Paulo Freire também foi e continua sendo até hoje uma base e referencial de luta.

Aos 17, 18 anos entrei para o Partido dos Trabalhadores – PT e na segunda gestão do partido eu já era Secretária de Organização. Confesso que no início eu nem sabia direito o

que era isso. Mas eu sempre fui uma jovem muito “pra frente”, comunicativa, até ganhei um troféu “PT Simpatia”.

O processo de inserção na militância também teve influência no meu processo de construção em relação à religiosidade. Meus pais eram católicos. Depois de algum tempo eu fiquei sabendo que muitas pessoas da minha família já frequentavam a umbanda. Meus tios, irmãos de minha mãe, tinham terreiro de umbanda; mas era tudo muito escondido, devido ao medo da perseguição. Quando fiz meu rompimento com a igreja católica, primeiro passei rapidamente pela religião espírita kardecista. Posteriormente, fui beber na fonte do candomblé, por influência e pela formação que o movimento negro me deu, do grupo de mulheres negras Nzinga e de tantas outras mulheres aqui de Belo Horizonte, de Minas Gerais e do Brasil.

Éramos um grupo muito forte, tínhamos uma leitura diferente daquela apresentada pelo feminismo branco, que não olhava a gente com bons olhos. Discutíamos as especificidades e pautas relacionadas às mulheres negras. Logo, rompemos com o feminismo branco e passamos a organizar o feminismo negro. Queríamos falar da vida da gente, que saíamos às cinco horas da manhã para trabalhar; que várias de nós éramos domésticas. Eu não cheguei a ser doméstica, mas eu trabalhei em casas de família muito jovem. A nossa vida era diferente, trabalhávamos entre 10 e 12 horas por dia, assumíamos uma tripla jornada de trabalho, não tínhamos a mesma formação política nem intelectual. Desse modo, o feminismo branco não conseguia contemplar muitas das nossas pautas; além de todas essas questões, também éramos vítimas de racismo. Então, quando você faz esse recorte – a mulher negra –, tem um hiato que a separa à mulher branca, em relação à leitura do mundo e as experiências de vida.

A origem da mulher negra é matriarcal, somos filhas, netas de grandes matriarcas! A grande maioria das mulheres negras são donas de casa, criam seus filhos sozinhas, são elas que cuidam e que fazem a família avançar. Foi assim na minha casa, a minha mãe que jogou a gente para frente e isso ocorre na grande maioria de famílias negras. Em muitos lugares que eu vou, pergunto às pessoas se elas sabem por que o mundo é redondo, e digo: “É o formato de uma barriga, o mundo é fêmea”.

O nosso olhar de mulher não é horizontal, você olha para frente e para todo o entorno. Você cuida de você, da sua mãe, do seu filho, da vizinha. Enfim, temos essa formação, de olhar o mundo como uma grande fêmea. O primeiro esqueleto humano encontrado foi de uma mulher na África. Então, não há nada que prove o contrário, mas isso é difícil para muita gente romper.

Eu nasci carregando água da mina, minha mãe falava assim: “Cleide, vai pegar água para o café”. E eu saía com o baldinho, esperava a mina encher para tirar a água. Enquanto isso, eu

cantava, sem saber que estava louvando para o meu Orixá. A minha mãe criou a gente muito livre; mas, ao mesmo tempo, ela sempre colocou a gente debaixo das asas dela para nos proteger.

Eu tive muitas oportunidades que muitos jovens da minha época não tiveram. Os movimentos sociais me deram a oportunidade de rodar boa parte do mundo e do Brasil. Hoje eu poderia ser hoje uma mulher cheia de veias arreventadas nas pernas, com sete meninos e ter casado com um cara machista, ignorante que poderia até me bater; mas a minha formação não me permitiu isso.

A minha juventude pode ter sido o momento da minha vida em que fui mais radical. Eu sei que eu era *o capeta*, não dava mole para ninguém; mesmo sendo da esquerda, eu chutava o pau da barraca. Não é que hoje eu não seja mais aquela pessoa, mas você vai amadurecendo e tendo outras narrativas, outras formas de responder; a organização social vai te empoderando. Por exemplo, você não vai para uma reunião com o pires na mão, como a gente já foi muitas vezes. Eu sou da geração que conseguiu as cotas e o Estatuto da Igualdade Racial. Eu discuti o Estatuto da Criança e do Adolescente. Participei de tudo quanto é Conferência que se possa imaginar, de educação à cultura. E essa área da cultura sempre me interessou muito e vai marcar também a minha trajetória profissional.

Neste sentido, tenho paixão pela História da Arte, como uma possibilidade de ressignificação humana. Toda essa parte cultural sempre me atraiu muito e foi por ela que eu entrei em tudo isso, de fazer teatro na rua, na igreja, na associação comunitária. A cultura tem uma capacidade de transformar as pessoas e ressignificar pontos da identidade perdida ou nunca reconhecida, você retoma para aquele lugar em que nunca esteve, mas que faz parte da sua ancestralidade. Você ressignifica tudo aquilo e se transforma.

4. Relações pessoais e maternidade

Meu ex-marido é músico e eu gostava de ouvi-lo tocar. Eu o conheci em um desfile afro de que eu estava participando como dançarina. Achei-o lindo, me apaixonei e, quando gosto, vou atrás, não espero. Quando nos conhecemos, eu estava fazendo vestibular, lembro que ele foi me buscar na porta do cursinho. A partir daí, construímos um relacionamento e nos casamos. Aliás, *eu* casei com ele. Falo isso, porque acho que fui independente demais e esqueci que a outra parte também tinha que se comprometer. Eu assumi todas as funções de grande matriarca da casa.

Depois resolvi que não queria mais ficar casada, acho que porque fiquei muito tempo com ele. Podia ter casado com outros. Inclusive, minha mãe sempre falava que não tinha me criado para casar. Tivemos uma filha, Luana, e acho que só a tive, porque não daria conta de ter mais filhos. Acho que eu fui meio egoísta por pensar muito em mim e na militância. Minhas irmãs me ajudaram

muito, porque eu tinha uma agenda sempre muito cheia. No último período da faculdade, eu estava quase para ganhar a Luana; minha irmã largou a escola para ajudar a cuidar da minha filha, porque ela sabia – por causa da minha agenda – que eu não daria conta.

Casei, engravidei, tive minha filha Luana, ela tem uma pele clara. Eu morava na Serra, bairro burguês branco abaixo da favela da Serra, morei ao lado do Minas Tênis II. Era difícil uma negra morar em um lugar preparado só para brancos. Ao sair com minha filha para passear e tomar sol, algumas vezes fui abordada; perguntavam se eu era a babá dela. Eu tinha que ser a babá para os moradores burgueses da Serra. Imagina, uma negra morar na parte burguesa da Serra! Por essas e outras situações, acabei saindo daquele lugar que me oprimia, que me tratava com racismo. Meu marido, que era músico e foi criado neste meio, até então não percebia que havia racismo. Foi aprendendo comigo, com meus amigos. Voltei à minha origem, quando retornei para meu bairro, onde cheguei aos três anos de idade e estou até hoje.

Quando Luana nasceu, trabalhei na Câmara Municipal, fui Assessora Parlamentar. Nessa época, minha vida era muito turbulenta e eu criei minha filha muito solta, muito livre e independente. Ela já foi para a Venezuela, já sentou na mesa com o Nicolás Maduro, já foi para o Paraguai e o Uruguai. Quando a observo, percebo que ela é muito mais empoderada do que eu, porque o máximo que cheguei foi ser Subsecretaria de Igualdade Racial, no governo do estado, e Secretária de Combate ao Racismo no PT. Ela não, a Luana foi para a chapa disputar a Prefeitura de Belo Horizonte – mas fizeram uma negociação e aí Nilmário ficou como candidato e ela, vice dele, em uma articulação política. Eu fico muito tranquila, porque minha filha está super-bem.

Também preciso falar que tive muitos amores platônicos; embora casada, amava cada um ao meu jeito. Sempre fui apaixonada pela vida; sem amores, a gente não vive. O amor alegre, traz vários cheiros que ficam na



Cleide Hilda e a filha Luana, candidata a vice-prefeita na chapa Nilmário Miranda. Belo Horizonte, 2020.

Crédito: Acervo Pessoal

memória. Sempre fui muito sonhadora, por isso foram amores platônicos. Enfim, a vida é também para quem “ama e dá vexame”.

5. Trajetória profissional

Eu sempre trabalhei a minha vida inteira, seja em loja de roupa, vendendo frango morto, frango vivo, fiz de tudo. Me lembro que, antes de formar, fui ser Assessora Parlamentar na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Trabalhei quatro anos, no início, como Chefe de Gabinete de um vereador. Mas, ao final do mandato dele, eu estava grávida e finalizando o curso de História. Houve uma incompatibilidade de relacionamento devido à temática racial, o que me fez pedir as contas. Após muita reflexão, percebi que havia muito discurso e pouca prática.

Ele era uma pessoa muito bacana, no trato das questões dos movimentos sociais, tinha um histórico de luta contra a ditadura. Mas, infelizmente, quando você toca na questão raça, você amedronta os brancos, é um recorte do poder. Você é ótima enquanto não é vista como ameaça. Acabamos rompendo o nosso relacionamento por muito tempo, depois voltamos à amizade.

Após essa experiência como assessora, fui dar aula. Meu bebê estava novinho, minha irmã largou um pouco da vida dela para cuidar da Luana para mim. E eu fui procurar escola, comecei a trabalhar como professora na Escola Estadual Júlia Lopes de Almeida e na Escola Estadual Amélia de Castro Monteiro. Depois, trabalhei na Escola Estadual Walt Disney, escola em que eu havia estudado no primeiro ciclo. Contudo, não consegui trabalhar muito tempo nessa escola, porque eu havia ganhado uma bolsa na Fundação Ford para participar de uma conferência em Durban, na África do Sul.

Era a III Conferência Internacional contra Discriminações Raciais, Xenofobia e intolerâncias Correlatas da ONU, e eu não ia perder essa oportunidade. Estavam reunidos representantes de todo o movimento negro do Brasil e do mundo. Lembro que estávamos dentro do avião e a comissária pediu para gente passar para frente, se não nós íamos jogar o avião no chão – porque todo mundo foi para trás para fazer samba. Nessa conferência, conseguimos fazer uma grande marcha denunciando o racismo no Brasil, a intolerância religiosa e todas as outras formas de discriminação. Éramos mais ou menos uns 500 delegados do Brasil, muita gente. Foi um movimento muito emocionante e do qual saíram documentos fundamentais para o avanço das pautas raciais.

A gente pressionou o então Presidente, Fernando Henrique Cardoso, lá da África. Fizemos uma enorme marcha às escondidas, a polícia toda na rua. A marcha saiu em vários jornais. Imediatamente o FHC sinalizou a criação de um conselho e um grupo de trabalho. Mas sabíamos que não era somente isso que ia resolver a questão, era necessária a formulação de políticas

reparatórias. Muitos tratados foram assinados na convenção, em seguida era colocar em prática algumas daquelas reivindicações. Toda essa movimentação também influenciou o Presidente Lula, que logo após acabou ganhando as eleições.

Eu vi muita coisa boa nesses meus quase 40 anos de militância. A gente fez o I Encontro Nacional de Entidades Negras, em 1991, e criamos a Coordenação Nacional de Entidades Negras – Conen. Foi nesse momento que a gente começou a fazer uma outra leitura acerca da importância do Estado na implementação de medidas reparatórias e na criação de cotas raciais, que antes éramos contrários. Eram necessárias mudanças estruturais, que deveriam ser refletidas nos próximos 70 - 100 anos e, de fato, tem sido feito, há resultados positivos. Eu sou dessa geração do movimento negro, que viu muita coisa sendo concretizada, mas também muitos retrocessos.

Voltando para esse momento em que passei pelas escolas, dei aula de História e pude desenvolver projetos maravilhosos. Hoje, encontro alunos que falam que fui importante na vida deles: “Você tirava a gente da sala, punha nos corredores para contar história”. Eu levei muita gente bacana para contar história, para fazer oficina de grafite – a escola ficou toda grafitada, grafitaram até a sala dos professores.

Eu me lembro de uma aluna minha, que de tanto a mãe alisar o cabelo dela, o couro cabeludo chegava a ferir. Na quadrilha da escola, ninguém queria dançar com ela. Esse episódio me fez lembrar um pouco de mim, porque foi assim que aconteceu comigo. Além dos meninos não dançarem comigo, eu tinha uma trança muito grande e a professora falava que minha cabeça não tinha formato para colocar chapéu. Então, eu nunca fui escolhida para dançar quadrilha. Ficava morrendo de vontade e não entendia que já era vítima de racismo. Entre as meninas negras, poucas conseguiam ser escolhidas.

Quando eu vi que a aluna também não tinha ninguém para dançar, eu estudei as questões do racismo, da beleza da mulher negra e tudo que vocês puderem imaginar, levei gente de fora. Mas os alunos continuaram sendo muito cruéis com ela. Acabei me aproximando bastante dela e falei: “Vamos dançar, eu vou ser o homem e você vai ser a mulher”. No outro dia, me vesti de homem, foi a “sensação” da escola, porque os meninos adoraram, riam demais da conta e ela toda mulherzinha, toda bonitinha de chapéu. Nós fizemos o maior sucesso dançando assim: fui com um pijama verde do meu pai e ela dançou, feliz da vida.

Um dia eu estava descendo a rua de ônibus e quem eu vejo? Essa aluna, com um coque igual ao que eu usava. Eu sofria muito com o racismo que os alunos traziam de casa. Eu chorei quase o caminho todo. Foi uma alegria muito grande ver a transformação pela qual ela passou, ver ela conseguindo expressar sua identidade racial.

Eu sempre fui muito preocupada com essas questões, porque a grande maioria dos alunos das escolas de periferias são jovens negros e é um lugar em que há muita dor. Por meio das aulas é possível combater o racismo; você consegue formar cidadãos conscientes, mas é um processo longo. E você percebe que a sociedade é muito cruel. Eu tive vários exemplos de alunos que se suicidaram por causa de tráfico; havia momentos em que eu chegava para dar aula e estava tudo fechado, porque fulano estava amarrado no lençol, estava devendo o tráfico. Também tinham alunos que eram traficantes e queriam que eu aceitasse dinheiro para fazer as festas. Eu falava que se ele quisesse participar da festa, a única contribuição era a caixinha de chocolate. E mesmo para quem não tinha condições, eu comprava; mesmo com salário de professor, eu comprava os chocolates de metade da sala.

Nas minhas aulas, havia oficinas práticas de como tirar o chulé dos pés. Para as meninas, eu ensinava a usar absorvente. Então, eu não era só uma professora de História. Mesmo com pouco tempo, essa experiência me trouxe uma forma de ver o mundo um pouco diferente. Eu fui formada assim e percebo a importância da educação popular. Acho que extrapolei o lugar de professora de História e virei contadora de História da Vida para aquelas crianças. Foi um período lindo na minha vida.

Como militante e gestora, também fui presidente da Fundação Centro de Referência da Cultura Negra - FCRCN, entidade na qual aprendi a escrever projetos. A Fundação possuía, além de seu corpo diretor, parceiros e pessoas que iam para ajudar, acabavam ficando e se incorporando em algum dos projetos; projetos esses todos voltados para combater o racismo, com quilombos do Médio do Jequitinhonha, com juventude, crianças, cultura negra entre tantos.

A trajetória na gestão

Nessa época em que eu estava na escola, também trabalhava na Secretaria de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte e dava aula à noite na Escola Estadual Walt Disney. Em 2000, trabalhei ajudando a criar os centros culturais de Belo Horizonte, foi muito bacana. Coordenei vários projetos lindos, como o Circuito Negro, Interação Sociocultural e o Festival de Arte Negra – FAN. E, nesse processo, fui aprendendo a escrever projetos.

Tive muitos problemas dentro da Secretaria por causa do racismo institucional. Todas as vezes em que eu achava que ia melhorar, que ia ganhar um cargo melhor, eles colocavam uma pessoa branca. Em muitos momentos, eu tinha tudo que eles queriam, era formada em História, tinha experiência em educação, trabalhava com periferia e juventude, mas sempre tinha uma mulher branca que entrava no meu lugar, sem experiência nenhuma. É o que eu chamo de

racismo estrutural e institucional. Em todos os lugares que eu passei, vivi e fui vítima do racismo institucional.

Teve um dia que eu *pirei* na Secretaria de Cultura. Fui fazer um curso sobre projetos e comunidades quilombolas em Brasília e sumi por sete dias. Quando voltei, fui chamada à atenção, porque eu não tinha avisado. Argumentei que tinha direito a alguns dias e precisava daquele tempo. Acabei desabafando sobre as oportunidades que me foram negadas, reforçando a minha história de vida.

Meu desligamento na Secretaria Municipal de Cultura ocorreu em 2005. Fiz rompimentos políticos como Assessora Parlamentar, na Escola e na Secretaria de Cultura. Depois desse rompimento, fui trabalhar no Governo Federal, como Assessora Especializada em Igualdade Racial, o que abriu meu currículo para muitas oportunidades e experiências. Como exemplo, na gestão de Barack Obama, eu fui para os Estados Unidos em nome do governo Lula, discutir a questão da igualdade racial do Brasil. Foi um intercâmbio político muito interessante. Falamos sobre saúde da população negra, porque a saúde pública nós temos no Brasil, e os Estados Unidos não tem.

Depois, eu comecei a fazer uma pós-graduação em Administração na Fundação Getúlio Vargas (FGV) voltada para os direitos humanos, devido a um projeto que o Coletivo de Empreendedores e Empresários Negros tocavam junto com a FGV. Nesse momento, eu estava em uma disputa partidária para assumir a Secretaria Estadual de Combate ao Racismo do PT. Ganhei as eleições por seis votos de diferença, sem máquina nenhuma me ajudando. A outra chapa tinha toda a máquina partidária, mas eu tinha a base, o povo, o movimento negro e as pessoas de periferia. E, que felicidade, tremi, foi a primeira vez que eu coloquei de fato meu nome para uma disputa dentro do partido e ganhamos, foi maravilhoso.

Ao assumir essa função no PT, também fui atuar como Assessora Parlamentar do Nilmário Miranda. Coloquei uma condição: “eu vou, só que minha pauta é a pauta racial”. Ele topou. E quando o partido venceu as eleições e assumiu o governo do estado de Minas Gerais, por unanimidade, fui indicada para assumir a pasta da Igualdade Racial. Fui a única Subsecretária do governo do estado, principalmente da pasta dos direitos humanos, para a qual não teve disputa; houve um consenso em relação ao meu nome.

Foi uma gestão de quatro anos, mas sem recurso nenhum. O único recurso que teve foi destinado à III Conferência Estadual de Igualdade Racial. Foi um sucesso, a gente envolveu quase o estado inteiro, com mais de mil delegados, foi a maior conferência da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac). Os resultados foram extremamente positivos, com mais presença da militância do que de figuras políticas. Além da Conferência, a gente

fez muita coisa, mas sem recurso e apoio. Porque, além de ter que tocar a política, era necessário também escrever projetos. Às vezes, era exaustivo dar conta de tantas agendas.

Mas sofri discriminação até do setor de transporte do governo do estado. Nunca tinha carro para mim, o motorista sempre me levava por último. Houve um caso em que perdi uma agenda com a Organização das Nações Unidas (ONU) por causa da administração de carros. Para eles, a nossa pasta da Igualdade Racial não era importante. Eu brigava dentro do carro, ligava, reclamava. Nesse dia, eu voltei chorando no carro, porque eu tinha perdido uma super-agenda. Não por causa do motorista e sim, da gestão do transporte.

Na Sedpac, eu e toda a minha equipe sofremos com racismo. Eu briguei muito, sofri assédio moral, mas pensava assim: “Tenho que tocar, tenho que conseguir ir até o fim”. Nossos projetos ficavam na gaveta, em cima da mesa do setor jurídico, não eram encaminhados. Coisas simples, do tipo, “Dia do Chico Rei”, que foi uma lei que veio da Assembleia, eu não consegui deixar aprovada, porque não era prioridade. Além disso, várias propostas de lei que poderiam contribuir para garantia de direitos da população negra ficaram na gaveta. O único investimento financeiro foi uma emenda que a gente conseguiu no PPAG, de 200 mil reais; foram destinados cento e poucos ao Cenarab² e quase cem para outra instituição. O resto foi todo feito sem orçamento e, quando havia algum financiamento, eu não conseguia fazer tramitar de forma que o dinheiro viesse para a Secretaria.

Era um processo de racismo institucional que eu e a minha equipe vivenciamos na prática. Em coisas mínimas, esbarrávamos em limitações. Elaboramos um plano que ficou na mesa, porque só tinha um advogado. Quase perdemos, juridicamente, a criação da Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais e criação do Plano de Igualdade Racial para Povos e Comunidades Tradicionais. Se não fosse o setor jurídico da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), tínhamos morrido na praia.

Outro episódio foi a comemoração do 20 de novembro no Palácio do Governo, quando foi entregue um documento para a criação da Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais. Eu era provavelmente a única Subsecretária de Igualdade Racial naquele momento, e não tive o direito a ir ao palco, não me convidaram. Eu não entendi, ninguém entendeu e quando me perguntaram, respondi: “A gente continua sendo invisível aos olhos do poder e eles nunca vão achar que nós temos a capacidade e a competência de ocupar qualquer lugar, por mais brilhante que você seja”.

Ao sair do governo do estado, trabalhei em duas consultorias. A primeira, em um projeto chamado “Reconexões Periferia”, da Fundação Perseu Abramo³. Depois dessa experiência, trabalhei em outro projeto com o Geraldinho, na Cabana⁴. Em seguida, fui trabalhar na Associação Estadual de Defesa Ambiental – Aedas, onde estou hoje, trabalhando com as famílias atingidas pelo crime da Vale. Esse é o lugar que eu ocupo no momento, é um projeto maravilhoso, extraordinário e percebemos o quanto o capital é perverso.

6. *Se eu sou, é porque antes de mim vários foram: a construção da identidade individual e coletiva*

Sempre digo que tive dois abortos na minha vida. O primeiro foi romper com o modelo tradicional segundo o qual a mulher negra tem que se comportar e ser de um determinado padrão: cabelo alisado, roupa lisinha – eu quebrei isso logo. O segundo, foi romper com a igreja católica, não com as pessoas, mas com os dogmas e com o cristianismo. Passei a ser bastante crítica à igreja católica, tendo em vista a sua convivência em relação à escravidão.

Esses rompimentos não foram fáceis. Romper com a estética branca é difícil, mas quando você ocupa esse lugar já é uma grande diferença, porque você ocupa com mais força. Claro que, às vezes, eu entro no ônibus e, dependendo do jeito que eu estou vestida, ainda há olhares. Mas, se antes não tinha, agora eu tenho sempre no meu pensamento uma resposta para dar. Não tenho medo de ir em lugar nenhum. Se eu sou convidada para ir ao palácio conversar com o governador, vou conversar no mesmo nível, *tête-à-tête*, sem estremecer as pernas. Hoje, não tenho nenhum problema de frequentar qualquer ambiente, porque tenho muito mais respostas para dar do que perguntas que me possam fazer.

Existem muitos estudos e diagnósticos sobre a relação entre gênero e raça. Quando imaginamos o lugar das mulheres negras, elas estão situadas no último escalão. Quando você pensa em uma pirâmide social, econômica, mercado de trabalho, educação, mesmo tendo conhecimento, capacidade, formação, ela ainda vai estar em quarto lugar. Em primeiro, o homem branco; em segundo, a mulher branca; em terceiro, o homem negro e, em quarto, a mulher negra. Isso significa que a gente lida ao mesmo tempo com o racismo e o machismo. Qualquer mudança nessa estrutura de relações vai gerar outras mudanças. Ou seja, se você não combater essas duas coisas, não promove transformação, não só para a mulher negra como também para as mulheres brancas, que sofrem do mesmo machismo.

² Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro Brasileira.

³ Criada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), para desenvolver atividades políticas e culturais

⁴ Associação de Moradores do bairro Cabana do Pai Tomás, regional oeste de Belo Horizonte

Há estudos que apontam que mesmo a mulher branca tendo o mesmo conhecimento e formação que o homem branco, ela não ocupa esse lugar; nós, mulheres negras, muito menos. O machismo é perverso para ambos os gêneros, não só para a mulher, mas para as pessoas trans, para a comunidade LGBTQIA+. Enfim, o machismo é uma perversidade muito grande e que mata. E as mulheres negras morrem mais; há dados que apontam que são as mulheres negras que estão morrendo mais de feminicídio. A violência doméstica é muito mais presente nas famílias negras, em função inclusive da situação econômica. Muitas dessas mortes ocorrem devido ao racismo e ao machismo, por todo esse preconceito e discriminação que você julga sem conhecer, então é preferível você matar. Claro que o homem não quer uma mulher preta e empoderada; ela vai disputar com ele. Eles não dão conta de imaginar que, talvez, uma mulher seja muito mais capaz que ele em determinada situação.

E nesse sentido, também entra a questão da autoestima. Nem todo dia a gente levanta com a autoestima boa. Você pode vestir a melhor roupa, o melhor sapato, estar com o cabelo mais lindo possível; mas se você não estiver emocionalmente bem, isso não importa tanto. E também tem outra cobrança que é muito cruel, a de estar sempre bem. Eu já tive muitas ocasiões em que estive mal; mas precisava estar bem. Tinha que levantar, tomar meu banho, calçar meu salto, passar meu batom, pôr o meu cabelo *black*. A gente não tem muito tempo para baixa estima. Mulher preta, mesmo sendo linda, não arruma namorado. Existem muitas discussões nesse sentido, sobre a solidão da mulher negra. Ela perpassa todas essas dimensões que aponte, do racismo e do machismo.

Quando comecei a vivenciar todas essas discussões, comecei uma Cleide pequeninha, o que é natural em um processo de crescimento de qualquer ser humano. A questão da identidade racial e de gênero me fortaleceram, me fizeram uma mulher forte. Sou uma caixa de marimbondo, não tenho medo de nada. Tornei-me essa mulher em função da luta, em função dos espaços que coletivamente eu conquistei – nunca é um espaço individual, a luta só é possível se a construção é coletiva. Eu não tive nenhum mérito individual, do tipo “porque sou *fodona*”. Não, foi todo um processo construído coletivamente a minha vida toda. Tenho pessoas para as quais eu tiro o chapéu, por terem passado na minha vida, e algumas permanecem.

E neste sentido, minha mãe é a grande inspiradora, porque foi ela quem me levou para esse lugar no qual estou, assim como vários dos meus irmãos. Além disso, bebi na fonte de Frei Beto e de Paulo Freire, da educação popular. Então se sou, é porque, antes de mim, vários foram. E como eu sou mulher do orixá, eu sou uma semente desse processo que deu certo. Se não fosse a força ancestral, também, eu não existiria. Já tive muitos motivos para não existir. A ancestralidade e a

religiosidade te ressignificam; descobri que não ando sozinha, não estou só. Eu acho que eu plagiei a música da Bethânia, “eu não ando só”.

7. Legados

Eu acho que a gente acaba sendo exemplo para um monte de gente. Não só para a família, mas também para várias coletividades. Não só eu, como vários da minha geração, nós abrimos caminho para muitas coisas. Conseguimos as cotas; aprovamos, mesmo que “manco”, o Estatuto de Igualdade Racial e criamos a Subsecretaria de Igualdade Racial. E há ainda um monte de desafio pela frente.

Este lugar que ocupo é muito bom, o de ter muitas respostas. Mas é também cansativo. Às vezes, você não está bem; há momentos em que você está meio adoecida e frágil, principalmente devido a conjuntura política e social do país. Ou pela condição de desemprego, como a que vivi. Mesmo diante dessas adversidades, tenho que estar sempre pronta para falar. Então, esse lugar da liderança é muito cansativo e solitário, você volta para casa com muitas angústias.

A gestão pública em alguns momentos é um lugar de muita solidão, pela perversidade do racismo, como já disse. Por vezes, você é “muito do movimento” para estar em um lugar que é “de governo”; por outras, você é “muito do governo” para um lugar que é muito “do movimento”. É uma dupla representação, que traz sofrimento. O movimento não entende que o planejado não aconteceu não porque você não quis; mas porque outras pessoas não quiseram! Eu gostaria de ter deixado o governo com muitos Conselhos de Igualdade Racial, com um plano aprovado de Igualdade Racial, entre outras coisas.

Me lembro quando fui em um evento com quase 3 mil pessoas para falar sobre beleza negra. No dia seguinte, ia ter uma manifestação contra o assassinato da juventude negra. Nesse dia, houve somente 30 pessoas na praça, foi uma angústia. Para quem está na linha de frente, isso é sofrimento, a gente pensa: “Nós estamos errando onde? O que a gente tem que fazer para acertar?”

No início dos anos 1980, a gente era contra as cotas, porque havia o receio de formar uma elite negra inconsequente e irresponsável com o seu povo e origem. Hoje, tenho medo de estarmos formando uma elite branca e também uma elite negra, universitária, que não tem nenhum reconhecimento pela luta histórica. Sempre falo isso nas reuniões dos movimentos negros. Temos que conseguir refazer essa conversa, que é uma conquista em termos de política pública. Nós perdemos muitos negros e negras por doença, por questões emocionais, depressão, pelo isolamento que o racismo provoca, para conquistar essa luta.



Cleide Hilda de Lima Souza, década de 1980.
Crédito: Acervo Pessoal

Acho que eu quero ser lembrada pelas coisas boas que eu fiz, mas também pelas coisas que eu não consegui fazer. Pela minha luta e história, pelos meus compromissos e exigência. Sempre fui muito exigente comigo e com quem estava ao meu lado trabalhando. Não sei se é qualidade ou se é defeito, mas eu sou assim, acho que pela mulher negra que eu consegui e tive oportunidade de ser.

Agradeço pela vida, pelos desafios e pela coragem. Porque você pode morrer sem ter tido coragem de fazer nada, não ter vivido. Até para lavar uma roupa, tem que ter coragem porque a roupa tem que ficar bem lavada e estendida para olhar e poder falar: “Olha, está tudo limpinho”.

No meu tempo de infância, havia terreiro de terra para varrer. Quando mamãe estava para chegar do trabalho, eu queria que ela chegasse e encontrasse o terreiro limpinho, o café preparado, porque era uma forma que eu tinha de agradá-la. Ela gostava de tomar um café, de pitar um cigarro escondido, eu sabia que ela ia gostar do que eu fiz. É esse lugar de querer construir agradando, e também sendo agradada – porque quando ela achava bom, era tudo.

Acho que é esse legado que eu deixo. Viver com coragem é uma coisa muito difícil para os negros e negras, sobreviver todos os dias. Então, se a gente conhece a nossa história e a compreende, a nossa identidade e o nosso legado ficam para eternidade.

15

DIVA

MOREIRA

Diva Moreira
Maria José Nogueira
Jessyka Martins

1. Família, infância e ancestralidade: *para me entender, vocês têm que entender a minha mãe.*

Nasci em Bocaiuva, norte de Minas, em 1946. Filha de empregada doméstica que trabalhava em uma pensão e tinha sido trabalhadora rural. Não posso contar a minha história de vida sem falar da minha mãe. Se estamos tratando de ancestralidade, e isso deve ser relevante para pessoas brancas, para nós, negros, é mais decisivo ainda, porque tem muitas pessoas, como eu, filhas de pais que não assumiram seus filhos. A figura materna, a proteção, a influência e o exemplo materno foram decisivos para mim. Para me entender, você tem que entender a minha mãe.

Fomos para Belo Horizonte, em 1950. Qual trabalho uma mulher negra e analfabeta tinha naquele período? Era só trabalho braçal, doméstico, prestação de serviços para uma família branca. Era sempre assim: os patrões brancos, as patroas brancas e as empregadas negras. Fui para uma casa, no bairro da Serra, que ficava dentro da avenida do Contorno. Eu gosto de falar um pouco de geografia, porque a de Belo Horizonte é extremamente

marcada pela exclusão da população negra. Eu morava abaixo da avenida do Contorno, porque trabalhava para uma família branca. E morar nessa localidade serviu para o acesso à escola. Era uma família que não tinha o menor interesse em ver a filha da empregada doméstica estudando: “Uma pessoa negra, basta fazer o primário”. Então, quando terminei o primário, comecei a trabalhar como babá. Gente negra tendo feito o curso primário está de ótimo tamanho. Se ainda hoje existe essa mentalidade, imagina naquele período? Foi muito difícil, estudando na clandestinidade, no escuro, não podia gastar com energia. Era um lugar perigoso, inclusive por causa de assédio sexual. Foi um dos períodos mais difíceis da minha vida. Eu era triste. Sabe aquela história: “Ai, meu Deus, eu podia morrer mais cedo, seria tão bom ficar livre disso tudo”. Porque a gente, claro, não tinha consciência da luta. Não tinha consciência das saídas políticas dos problemas.

Quanto aos meus avós, tenho uma lembrança mais positiva do meu avô do que da minha avó. A pobreza, às vezes, deixa a gente meio cansada, meio áspera, coitadinha da minha avó. Ela era muito impaciente. Tinha muita gente em casa e tinha eu, que ia para lá nas férias, para evitar confusão na casa da família em Belo Horizonte. Minha avó não era exemplo de uma pessoa paciente. Ela era de descendência indígena. E o meu avô era de origem africana. Ele era considerado uma pessoa que dominava saberes ocultos, mágicos. Por exemplo, ele dava conta de dominar bichos peçonhentos. Ele tinha orações que fazia, quando estava chegando um enxame de marimbondos, e os marimbondos voltavam. Foi uma memória perdida que eu lamento muito. Ele certamente conhecia muitas ervas, muitos chás. E essa turma morreu muito nova. A expectativa de vida era muito baixa à época. Mesmo assim, eu me lembro deles muito mais velhos. Meu avô era bem mais velho que a minha avó, ele faleceu bem antes dela. Do lado paterno, são pessoas brancas, com quem não tive relacionamento. Quando eu era pequena, a minha mãe falava assim: “Vamos lá visitar seu pai”. Eu chegava, ela mandava eu tomar a *bença*, eu tomava, era um ritual. Quando eu era um pouquinho mais velha, não dei conta mais. Ele prometia que me ajudaria a estudar, mas nunca me deu nem um lápis.

Divina Moreira, Diva Moreira: Divina não pegou e acabou sendo Diva

O meu nome tem uma história da qual eu gosto. Nasci em junho, que tem festa junina, festa de São João e, na região do norte de Minas, são comuns as festas do Divino. Aí, o meu nome foi Divina, no batistério. Era Divina para lá, Divina para cá. Só fui ser registrada mesmo para entrar na escola primária. Até então, eu não tinha registro civil, o que não era nenhuma novidade naquele período. Mesmo hoje, milhões de pessoas não são documentadas no país, imagina naquele período. O que aconteceu? O pessoal falou: “Vamos colocar Diva?”. Porque já tinha muita gente me chamando de Diva. Divina não pegou, acabou sendo Diva.

“Colocando a Diva no Divã”: o racismo provoca dores impensáveis

Eu tive dificuldades com minha mãe, porque o racismo provoca dores impensáveis. Por exemplo: eu morava em uma casa onde as pessoas eram racistas, tratavam-me com diferença. Aí eu passei a hostilizar a minha mãe, olha que louco! A gente era hostilizado por todo o grupo. Eu interiorizei minha inferioridade, que ser preto não era legal, e eu comecei a hostilizá-la. Era o cruzamento de várias discriminações, não era apenas a racial, a social também. Ser filha de empregada, até hoje, não é fácil; imagina naquele período? Eu me lembro que eu ia varrer as folhas e fazia o mais rápido possível para acabar e poder entrar em casa. Ser filha de empregada doméstica era algo marcado pelo estigma da inferioridade, do fracasso, da pobreza. Então, eu passei a hostilizá-la. Só dei conta de superar isso quando tinha 15 anos. Foi um dos momentos mais inesquecíveis e marcantes da minha vida, vou morrer sem esquecer. Eu estava na busca de uma transcendência. Quando a gente não vê saída coletiva, quando não têm uma teoria revolucionária para explicar aquilo, fica em busca de uma transcendência no campo da espiritualidade.

Não muito longe da casa em que eu morava, tinha um grupo da Logosofia. Eu fui em uma sessão e tive um *feeling*: “Isso aqui não é o meu lugar, isso não tem a ver comigo, não é um espaço para preto”. Eu saí, estava de noite e caindo uma neblina, eu sem sombrinha, sem nada, me deu um *insight*: “Imagina que eu estou contra minha mãe! Isso é loucura! Eu não posso mais”. Ela era extraordinária, nunca reclamou. Nunca falou para mim: “Vem cá garota, vem cá *piveta*. Você está do lado errado, que história é essa? Contra mim, que sou sua mãe?”.

Um divã de analista pode explicar minha hostilidade a ela: “Por que foi me pôr no mundo? Por que me trouxe para cá? Por que estou nessa casa de branco e não no meu lugar de origem?”. Falar sobre isso está levantando uma questão interessante para mim. De repente, pode ter sido a identificação nela das fontes de meu sofrimento. Essa entrevista, pode não valer para registro de vocês, mas está valendo para mim.

2. Escola, universidade e formação: Eu vivi em um mundo de brancas e de brancos.

O nome da minha escola primária era engraçadíssimo, de manhã era “Augusto de Lima”, o curso para a meninada. À noite, era “Adalberto Ferraz”. E era uma escola onde eu fui discriminada também. Por um triz, não parei de estudar no primário. O público que tinha lá é algo que me intriga até hoje. Aquela escola tinha crianças negras, filhas de empregadas domésticas. Tinha a meninada da favela, porque era pertíssimo, a favela do Pendura Saia e do Pau Comeu. Junto conosco, tinham meninas de classe média alta. Eu me lembro de uma coleguinha que era da família Nunes Coelho. O pai dela, na ocasião, era deputado estadual. Eu levanto uma hipótese: Lá pertinho

havia dois colégios católicos cuja clientela era branca. Imagino então que se tratava de famílias não confessionais, não religiosas. Que preferissem colocar esses filhos e filhas em uma escola pública do que em uma confessional.

Quando entrei para a escola primária, já era letrada, sabia muita coisa. Nesse ponto, o racismo era algo que estruturava as relações. E não estou falando do meu olhar de hoje, em que tudo é racismo. Eu me lembro de uma vez em que uma irmã das donas da pensão comentou com a outra: “Nossa, olha a roupa de grupo dela, toda arrumadinha”. A outra disse: “Pois é, a mãe cuida muito e é negra, hein?”. O acoplamento do pertencimento racial de forma negativa se dá o tempo todo. Você vai olhar uma roupa arrumadinha, que minha mãe tinha acabado de secar no varal, passado e posto ali. E você vai associar aquela roupa à negritude?

O passo seguinte foi o ginásio. As patroas da minha mãe não queriam que eu fizesse o exame de admissão, porque tinha que pagar uma taxa. Elas falavam assim: “Oh, Jesus, você vai perder o seu dinheiro”. Minha mãe fez a minha inscrição e eu passei. Tem um escritor norteamericano, o James Baldwin, que dizia que as pessoas negras têm que fazer o dobro do que as pessoas brancas fazem para ser reconhecida a metade. Então eu coloquei isso na minha cabeça. Sempre busquei excelência, mas é muito cansativo e causa alguns contratempos na vida da gente. Um desses foi ter um corpo de uma mulher extremamente tensa. É um desgaste emocional muito forte você tem que provar, o tempo todo, que merece estar ali, que não é um favor que estão te fazendo. Sempre era uma minoria onde quer que estivesse. Eu me lembro de só dois meninos negros no Colégio Estadual. E, assim, eu vivi em um mundo de pessoas brancas todo o tempo. Isso se chama racismo estrutural.

Vejam só, sou uma mulher com 74 anos de vida, você é uma jovem de 30 anos, Jessyka [referência à entrevistadora, que também é negra]. Você fala de experiências semelhantes à minha, e são mais de 40 anos que nos separam. Isso é racismo estrutural. Se não houve mudança entre o meu relato e o seu relato, lamento informar: vivemos no estado de Minas Gerais, que é estruturalmente racista.

Identidade e Racismo: a roda não rodou porque ela estava quebrada em um lugar.

Eu percebia que eu era negra e discriminada, desde pequeninha. Na escola primária, fui discriminada e comecei a matar aula. Olhem o fenômeno de matar aula, a evasão escolar por causa de discriminação racial. Uma vez, estávamos em roda no momento da recreação. Ao meu lado tinha um *guri* branco. Eu tinha que levar minha mão para que ele segurasse e ele não aceitou. E a roda não rodou porque estava quebrada em um lugar. Aí, claro, todo mundo olha e vê uma *guria* negra,

com a mão pendurada, e o *guri* branco, ao lado dela. Mas para ele era um ato vitorioso. Ele sabia, desde pequeno, que seria vitorioso na vida. Essa roda que não se fechou me marcou muito.

Cabelo: “Galinha sureca” - vocês acreditam?

Você não tem a mais pálida ideia do que seja a questão do cabelo para a negritude [dirigindo-se à outra entrevistadora, branca]. Você se acha uma mulher livre com esse cabelo agora, não é, Jessyka? Seu cabelo te deu trabalho, não deu? Deu trabalho para a Jessyka, que nasceu mais de 40 anos depois de mim. Deu trabalho para mim. Passei por aquele esquema de pasta para alisar, aquele negócio horroroso. Um belo dia, cheguei à escola com um cabelo que devia estar meio fora da estética dos cabelos lisos. Aí a professora me premiou com um apelido. Me chamou de “galinha sureca”. Vocês acreditam? E, como vários colegas começaram a me chamar de “galinha sureca”, o que aconteceu comigo? Não voltei mais naquela escola. Eu saía para estudar e ia para casa de umas amigas que eram vizinhas e ficava lá brincando, até o horário da aula passar para eu voltar para casa. O que aconteceu comigo é o que acontece com 90% da meninada negra, talvez até mais. Então, a gente fica em uma zona fronteira entre o fracasso e o sucesso – que é extremamente tênue. Com qualquer coisinha, você pode ir para um lado ou para o outro. Uma coisa é a gente ter consciência da discriminação e da diferença. Eu tive desde pequeninha. O cabelo, a cor, a discriminação racial, o social. A discriminação por não ter pai, isso era muito forte naquele período. Uma coisa é esse tipo de consciência, que é muito preliminar, precária, muito primitiva ainda. Outra coisa, é a consciência política. É um salto, é fantástico! Esse é o papel que eu acho decisivo, muito importante, dos movimentos políticos e sociais negros.

Da Serra à Fundação João Pinheiro, passando pelo cortiço

Minha mãe foi muito sábia. Eu não tinha feito nem 17 anos e ela pensou que já era hora de a gente sair, não tinha mais condição de ficar morando naquela casa. Fomos ter nossa casa, nossa independência. Fomos morar em um cortiço, perto do Convento dos Dominicanos, que foi uma transformação da água para o vinho. Porque, naquele período, estava iniciando na Igreja Católica a Teologia da Libertação. Eu ali, naquele meio totalmente diferente, chiquérrimo. Do ponto de vista de uma menina preta, que está vindo com a mãe empregada doméstica, que mora em um cortiço, aquilo era a maravilha das maravilhas. Comecei a participar do grupo de jovens. Em 1967, fiz vestibular. Estava motivada, rodeada de pessoas, porque no Convento dos Dominicanos tinha a juventude estudantil, juventude universitária e a JOC, juventude operária. Tive o apoio da Igreja (nessa época no Mosteiro das Beneditinas) e fiquei meses a fio estudando para passar no vestibular. Não tinha que me preocupar com comida, porque a gente vivia uma vida de muita pobreza quando fomos morar no cortiço.

Minha mãe conseguiu um emprego de faxineira no Instituto de Educação. Era o governo do Magalhães Pinto e ele ficava sem pagar o funcionalismo durante meses, pagava só duas vezes por ano, pelo que me lembro. Tínhamos que contar com a compreensão do dono do cortiço para pagar os alugueis com atraso. E a compreensão do cara da mercearia, que vendia fiado. Foi um aperto danado. Era dificuldade de faltar comida; não era uma dificuldade metafórica, era concreta. Minha mãe lavava e passava roupa para ter um dinheirinho mais permanente e era muito interessante o respeito que ela tinha, como valorizava a questão do estudo. Nunca falou: “Sinto muito, a situação tá difícil e você vai ter que parar de estudar e trabalhar”.

Em 1967, havia apenas três anos da instalação da ditadura militar, quando entrei para a Fafich¹. Não me lembro de discriminação racial na faculdade, era uma turma de esquerda, com quem eu convivia. Tinha o movimento estudantil, mas eu participei pouco dele, porque senti que o movimento estudantil era branco, a questão racial não era tratada e ali não era o meu mundo. No dia primeiro de maio de 1968, teve uma manifestação magnífica dos trabalhadores e das trabalhadoras contra a ditadura, na Secretaria de Saúde, onde é hoje o Minas Centro. Lá eu conheci a pessoa que seria meu namorado, pai da minha filha, do Partido Comunista. Saímos de lá com bomba de gás lacrimogêneo, correndo, enquanto outros tipos de bombas eram lançadas pela polícia, que também ia pegando as lideranças. E foi a partir daí que entrei para o velho Partidão. Já estava dissociada do Convento dos Dominicanos, meu itinerário estava sendo outro e comecei o ativismo no Partidão, a luta na clandestinidade.

Eu saí do curso de Jornalismo em 1970, não tinha muita faculdade de Jornalismo na época, mas o mercado de trabalho já era muito disputado. Eu pensei: vou morar no Rio, quem sabe assim tenho mais chances? Fui, vi que não era lá que eu queria morar e voltei. Em 1971, uma amiga me falou do curso de Ciência Política. Achei a ideia de fazer jornalismo político muito atraente e fui fazer o exame de seleção. Fiz o que pude para me preparar, porque eu vinha de outro campo. Passei. Eu sempre falo assim: fui uma mulher exitosa na vida. Tenho a maior consciência disso. Sou uma mulher vitoriosa. Fiz o curso e senti que aprendi muito, apesar de ser uma ciência política muito baseada em autores norteamericanos e no funcionalismo. Nem se falava em Marx. Se falava, era para dizer que ele estava totalmente errado.

Um parentese: *eu tive namorados brancos, eu tive namorados pretos.*

Eu percebia que as mulheres negras eram discriminadas, também, no campo afetivo. Eu sabia disso, e acho que isso me retraiu muito em relação aos homens. Eu tive namorados brancos, eu tive namorados pretos. Então, conheci o Zé em 1968, companheiros no Partidão. Somos amigos até hoje,

porque ele é o pai da Ana Tereza. Eu tenho duas filhas, uma biológica e uma afetiva. Foi ótimo, mas havia diferenças de classe e escolaridade no meu caso com ele que intervieram no relacionamento. Ele era liderança sindical; eu tinha outra cabeça, estava lendo, estudando, pesquisando.

Em 1973, ele foi preso e ficou quase três anos no presídio político de Linhares, em Juiz de Fora. Foi um período muito difícil, ia visitá-lo, claro. Quando saiu da prisão, a gente voltou a ficar juntos. Formalizamos o nosso relacionamento com uma reunião com os amigos, um padre veio e abençoou a gente, isso foi em 1976. Participamos das lutas operárias, com panfletagem contra o arrocho salarial e a ditadura militar, e denúncias na imprensa operária. Como eu tinha feito Jornalismo, ficava encarregada de fazer os textos e entrevistar as pessoas. Tínhamos um jornalzinho de imprensa operária, chamava-se União Sindical.

Ana Tereza nasceu em 1983. Logo depois, a gente se separou. É como se eu tivesse querendo encerrar aquele relacionamento com uma filha, porque eu já estava com 37 anos quando ela nasceu. A filha afetiva é mais recente. É uma graça, uma lindeza. E nessa história da filha afetiva, eu ganhei de presente um neto maravilhoso e um genro.

3. Vida profissional

Em 1974, fui trabalhar na Fundação João Pinheiro e fiquei 14 anos. Pensando nesse tempo de FJP, uma coisa que me incomodava profundamente era quando eu saía para fazer entrevistas nos ministérios. Em geral, com uma companheira que era branca. O que acontecia? Não estou exagerando. Eu chegava lá, com essa colega e cumprimentava a pessoa. Era incrível: eu chegava e saía, os únicos momentos que a pessoa olhava para mim rapidinho, era no cumprimento de chegada e de saída. Mas era o tempo todo olhando só para a companheira branca. E ela, era aquela história da branquitude que não tem a menor consciência racial, nunca percebeu aquilo. Eu saía supermal, porque o cara me ignorava o tempo todo. Nunca teve aquela coisa de olhar para mim, explicar, depois olhar para ela e voltar um pouco. Nada. Eu estava e não estava ali. Mas, apesar da dor da discriminação, eu não deixava aquilo me aniquilar e, no geral, me sentia bem de novo.

Eu recordo que, uma vez, surgiu uma oportunidade de um cargo para a coordenação de uma determinada equipe. E eu era uma pessoa que servia para ler os textos. Todo mundo me passava os respectivos textos para ler. Fazia revisão criteriosa, descobria as vírgulas no lugar errado, a lógica que faltava, a falta de consistência, tudo. Então, eu tinha uma cabeça desse porte. Quando teve uma oportunidade, levaram gente de fora e não fui chamada para o cargo.

Mas tinha um aspecto extremamente positivo na Fundação naquele período. Em plena ditadura, era um espaço extremamente autônomo. Para vocês terem uma ideia, iniciei a questão da

1 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

saúde mental na Fundação de maneira totalmente independente. Cheguei lá exatamente quando a Fhemig estava sendo construída. E me passaram a parte que tinha a ver com a Fundação Estadual de Assistência Psiquiátrica (Feap). Eu sempre pensava assim: “A gente não pode fazer de qualquer maneira. Tem que fazer algo com robustez”. Fui estudar, não fiquei só naquela receitinha que tinham me passado. Foi quando descobri Irwing Goffman. Mudou a minha vida. Fiquei tão impressionada com aquele livro *Manicômio, prisões e conventos*, que falei: “A gente podia estudar mais sobre os hospitais psiquiátricos. Não podemos ficar só nesse *modelito* organizacional da Fhemig, a gente pode aprofundar”. E aí a Fundação João Pinheiro, por meio da Diva e do Goffman, inauguraram uma etapa extraordinária da história da psiquiatria em Minas Gerais.

Nós incluímos, também, a temática racial na Fundação. O pessoal achava coisa menor, feita por pessoas que não queriam encarar trabalhos maiores, mais importantes. Mesmo com aquela história e enfrentamos, fizemos um documentário *Dandara, mulher negra*, vocês acreditam? Que foi inclusive premiado pela CNBB.

Depois da Fundação João Pinheiro, comecei a trabalhar na criação de uma entidade do movimento negro, que foi a Casa Dandara. Tinha me dado conta de que naquele período eu tinha empreendido várias lutas: em defesa da criança e do adolescente, da saúde mental, da classe operária, das mulheres. Estava com quase 40 anos e não tinha feito nada pelo meu próprio povo, como podia? Com a experiência que tinha, essa militância estava na hora. Saí da Fundação João Pinheiro, em 1988. Foi uma aposta de total risco financeiro. Minha família voltou a passar dificuldade financeira, mas ninguém reclamou. Pura maravilha. Fui ficar por conta da Casa Dandara durante um bom tempo. Foi assim por oito anos. Durante esse período, eu vivia com bolsas de fundações estrangeiras, sobretudo a Ashoka, da qual eu faço parte até hoje e me valeu muito. Eu fazia projetos de pesquisa, conseguia algum financiamento por um tempo. Depois, ficava sem dinheiro de novo e assim foi. Na Casa Dandara, nossa preocupação era combinar política com cultura e afeto: o encontro e a festa. Foi uma experiência muito rica, na Casa Dandara.

Em 1996, Célio de Castro se torna vitorioso nas eleições para a prefeitura municipal e manifesta-se interessado em me chamar para compor sua equipe. Eu estava fora do país na ocasião, mas para adiantar enviei uma breve proposta a algumas pessoas para que conversassem com lideranças do movimento negro sobre a criação de um órgão, que depois passou a ser chamado SMACON – Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra. Um espaço de não discriminação na prefeitura para fazer a diferença em relação ao nosso povo. O Célio foi extremamente aberto e fomos à luta pela aprovação do projeto de lei, na Câmara. Eu fiquei na prefeitura durante quatro anos, até o final de 2000, quando a Secretaria foi extinta.

A passagem pela Prefeitura: racismo e machismo marcam esse episódio

Na Prefeitura de Belo Horizonte, o Prefeito ficou encantado com o nosso trabalho, mas isso nos deu muito problema interno. Eu era a única secretária negra naquela prefeitura, trabalhando com uma temática que ninguém acreditava que existisse. Teve uma administradora regional que foi me procurar um dia para me convencer que ela representava o prefeito e que tudo que fôssemos fazer na Escola Profissionalizante Raimunda da Silva Soares, na Pedreira Prado Lopes, que estava na área de abrangência dessa regional, tinha que ser encaminhado a ela antes, se não eu estaria desrespeitando o prefeito. Claro que não aceitei e fiquei brava, porque não tinha *eira nem beira* o que ela estava me falando. E como ela insistia, o que aconteceu? Foi a primeira vez na vida que eu dei murro em mesa. Eu fiquei tão indignada que falei: “A gente não vai poder fazer nada na Pedreira sem passar pela regional? Mas é impossível um negócio desse, a gente tem autonomia lá”. Ela respondeu: “Não tem porque é da regional”. Aí eu dei um murro na mesa! Essa mulher foi uma das nossas adversárias e, com certeza, ajudou na destruição da Secretaria.

O prefeito tinha passado a Escola da Pedreira Prado Lopes para nós. Aquilo foi o limite. Sobretudo o pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Social não entendia. Na ocasião, falamos: “O prefeito está apostando na secretaria, vamos tornar a escola um modelo em termos de gestão pública, em termos de ação governamental”.

E tiveram os problemas com os machistas, claro. Uma mulher preta conversando com secretários brancos, querendo mais recursos para a Secretaria. Eu cheguei a uma reunião e, desrespeitosamente, um deles estava lendo alguma coisa e lendo ficou. Escutou alguma coisa que o desagradou e que tinha a ver com o orçamento curto da Secretaria. Ele ficou indignado e deu uma resposta grosseira com o dedo em riste na minha cara. Repito: dedo em riste.



Diva na companhia do ex-prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro – em cujo governo, ela chefiou a Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra – SMACON.

Crédito: Acervo Pessoal

Subir o morro: era uma dedicação extraordinária, coisa que os brancos não faziam, claro!

Alguns poucos secretários brancos gostavam da gente, e eu vou explicar. Conseguíamos entrar em favelas e sair, numa boa, mas eles tinham medo. Então, pediam a gente para mandar alguém com a equipe deles para subir os morros. Tínhamos um núcleo de respeito entre Secretários, porque eles sabiam: “tendo a SMACON, a gente pode ir às favelas e os bandidos não podem nos atacar”. A gente precisava legitimar a existência da Secretaria, então a nossa dedicação foi extraordinária! Às vezes, a gente saía de favela às onze horas da noite. Era uma dedicação extraordinária, coisa que os brancos não faziam, claro! Não tinha sábado, não tinha domingo, não tinha nada, lá estávamos nós. Na entrada da escola da Pedreira, tinha um jardim cheio de flores. Defendia a ideia de que a política pública tinha que ser fundada na ética e na estética, de que o nosso povo sofrido merecia o melhor. Então, a diferença que fizemos teve a ver com a necessidade de respeitar o povo negro e combater o racismo institucional na prefeitura e de legitimação da Secretaria, que nasceu sob ataque e nunca teve legitimidade interna.

Com a extinção da Secretaria, em dezembro de 2000, eu me senti derrotada, *emputecida*. Deixei a Prefeitura de Belo Horizonte e fiquei desempregada, até que alguém descobriu, foi até a uma pessoa do PSB, e me convidou pra trabalhar como assessora de direitos humanos de um deputado do partido, o Edson Rezende². Fui trabalhar com ele e foi ótima a experiência, muita rica; eles tinham muita consideração comigo. Eu gostava do que fazia, apesar do sofrimento nas visitas aos encarcerados. Também atendemos policiais que foram relatar o caso de uma acusação injusta que havia sido feita contra um de seus colegas de corporação. Acho importante fazer este registro, porque a imagem dos direitos humanos ficou muito distorcida pela direita, e isso repercutiu de forma negativa nos quartéis, com o discurso de que “direitos humanos é coisa de bandidos”. Mostramos, na ocasião, que direitos humanos era para todo o mundo.

Eu comecei a ser uma das pessoas mais velhas nas equipes. Estava no mercado de trabalho com uma turma muito mais nova do que eu. Foi assim que passei a ter amigas e amigos, que me tratam com o maior carinho e consideração, tem jovens que podem ser meus netos, pela grande diferença de idade. Fiquei pouco tempo trabalhando na Assembleia Legislativa, porque soube de um programa focalizado em *Raça, Direitos e Recursos nas Américas*, na Universidade do Texas, em Austin. Participei do processo de seleção e fui aprovada. Em agosto de 2001, estava no Texas participando do programa. Foi uma experiência muito rica, muito interessante. Estava lá quando o 11 de setembro aconteceu, e as versões oficiais despertaram sentimentos de patriotismo que

² Médico, professor universitário e político brasileiro – foi vereador e deputado estadual, ambos por duas vezes. Também presidiu a Ceasa Minas.

nunca tinha visto antes, até em brasileiras que lá moravam. Da Universidade do Texas, passei em outra seleção para um programa de verão sobre a temática racial e me mudei para a capital do país, Washington. Estava em um *think tank*, o *Woodrow Wilson International Center*. É um pessoal extremamente conservador, de direita, mas era mais uma oportunidade de me aprofundar na questão racial e, enquanto isso, eu contaria com o dinheiro da bolsa para sobreviver. Permaneci lá até início de 2003, quando voltei para o Brasil, mais uma vez desempregada.

Eu me sinto uma pessoa muito abençoada e sempre dou graças a Deus, à minha galera espiritual, bem como à vida, “que me há dado tanto”. Um dia, eu me encontrei na rua com um ex-colega de trabalho que não via há anos, o Zé Antônio, e falei que estava desempregada. Gente, ele sabia que o Roberto Martins, a quem conhecia há anos, estava procurando uma mulher negra para indicar ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Pnud. Lá fiquei por uns 3 anos, foi a minha última experiência profissional. Fiz amizade com várias pessoas, trabalhei com a temática racial e de gênero, conheci um pouco as entranhas das relações de poder na burocracia federal. O salário era ótimo, mas foi o único lugar de onde saí de forma melancólica. Minha mãe tivera um AVC e tinha que arcar com os custos de cuidadoras 24 horas por dia. De novo desempregada, entrei numa espiral de endividamento do qual não saí até hoje.

Entre nós, a mobilidade social descendente é muito mais frequente do que entre as pessoas brancas.

Então, é isto: tem esse *sobe e desce*, porque as profissões estão reservadas para as pessoas brancas, formadas em universidades de ponta, com tempo e dinheiro para se prepararem para os concursos públicos. A isso a ideologia individualista chama de mérito. Por isso que lutamos por ações afirmativas, nas universidades e nos órgãos públicos. Outra forma de acessar espaços no mercado de trabalho, sobretudo no setor privado, nas empresas, é por indicações, o famoso *QI* (“quem indica”). Sabemos que as pessoas negras vieram de famílias pobres e suas redes não têm a mesma capilaridade e influência das redes dos profissionais brancos.

Não me lembro de como eu fiquei sabendo desse curso na Universidade do Texas. Já existia a internet, devo ter recebido algum e-mail. Na prefeitura, claro, eu conhecia o Célio de Castro, da luta pela reforma sanitária no país que resultou na criação do SUS. Quando a Secretaria foi extinta, e eu voltei também para a estaca zero. Posteriormente, ao sair do Pnud, não caí “para cima”, eu caí para baixo. Meu contrato foi encerrado em 2006. Foi um encerramento traumático, agravado pelo falecimento de minha mãe. Eu me senti muito injustiçada, e com a ajuda de uma amiga do movimento negro procurei pessoas para fazer uma carta de denúncia, tive apoio de lideranças nacionais do movimento, mas não adiantou nada. Veja só, quando eu saí do Pnud, já tinha experiência profissional louvável. Eu tinha 60 anos. Procurei pessoas amigas que davam

aula em faculdades particulares, já que muitas precisavam de gente com titulação de mestre e de doutor para melhorar sua pontuação no MEC. Mas ninguém me indicou para nada. Até conseguir me aposentar por idade, em 2006, passei muito aperto financeiro.

No ano passado, aconteceu outra bênção em minha vida: fui procurada por um professor já aposentado, o Walter Andrade Parreira. Ele me falou: “Eu conheço você do seu livro, da sua luta em defesa dos internos em hospitais psiquiátricos, a gente está criando um curso e construímos uma disciplina para você”. Vocês acreditam que aconteceu isso comigo? Um cara branco, que não me conhecia, ele sabia do livro, sabia que existia uma tal de Diva Moreira, mas ele nem sabia como me localizar. Ele me telefonou, um telefonema longo e maravilhoso de reconhecimento e de valorização. Falando da minha importância na história da Psicologia do Brasil. Nunca tinha visto tamanho reconhecimento. E o que aconteceu? Essa pessoa me convida para dar aula na Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) no Departamento de Psicologia. Tinha mais de 70 anos de idade e fui ser professora das Ciências Médicas, o que eu achei totalmente insólito.

Aí, aconteceu um episódio impressionante de racismo de uma amiga branca. Tem coisas muito ofensivas para nós negras, mas para as pessoas brancas não são nada. Falei assim: “Vou avisar para essa minha amiga, que também dá aula exatamente na Psicologia, nas Ciências Médicas, que estarei lá. Ela vai me ver e achar estranho, então vou avisar para ela”. Tive esse cuidado. Mande uma mensagem de *Whatsapp* falando que eu ia começar a dar aula. Ela me perguntou: “Para o primeiro período?”. É isso que vocês estão entendendo. Uma mulher com a minha trajetória, com a minha experiência, toda essa bagagem e essa minha amiga acha que, se eu estou lá, devo estar dando aula para as turmas iniciais. Não que isso seja uma desonra, mas a pergunta dela foi desastrosa. Então, a vida profissional de gente preta em uma sociedade de hegemonia branca é isso. A vida é de altos e baixos.

“O problema do pobre é que ele só tem amigo pobre”, e é isso mesmo, ele tem toda razão.

Sobre a mobilidade descendente das pessoas pretas, eu me lembrei de uma outra coisa. No nosso caso, em geral, somos as pessoas mais endinheiradas da família. E aí, o que acontece com o dinheiro da gente? Tem que ser distribuído. Distribuição não é da renda, que infelizmente não existe no nosso país, distribuição da minha aposentadoria e dos salários de quem está na ativa. Eu me lembro, também, de uma frase do Amartya Sen que eu acho muito interessante: “O problema do pobre é que ele só tem amigo pobre”, e é isso mesmo, ele tem toda razão. A família da gente é pobre e os amigos em geral. Ou tem amigos que não são pobres, mas você não tem a liberdade de chegar e falar: “Você pode me passar um dinheiro?”. Eu, às vezes, tomo dinheiro emprestado, mas é chato ficar devendo. Quando vou pagar, a pessoa fala: “Não precisa”. São situações pelas quais nós

não deveríamos passar, mas é claro a gente passa, porque isso é algo também que é específico da situação de mulheres negras em ascensão. A gente experimenta uma situação pendular, ora está bem, ora está em dificuldade.

4. Políticas afirmativas, movimentos e a política de cotas

Eu lutei pelas políticas afirmativas, pelas políticas de cotas, defendi ardorosamente. Escrevi sobre isso, “bati” nos intelectuais brancos, muitos de origem estrangeira, que eram contra as cotas. Questionei, participei de polêmicas nas palestras que eu dava e nos meus escritos, que estou resgatando – eu estou fazendo livros, no plural. Não estou escrevendo um só.

Eu falava, naquela época, o seguinte: “Nós não estaríamos reivindicando políticas de ação afirmativa se tivesse havido política universalista, de fato. Na teoria, era tudo maravilhoso. Os que batiam contra as cotas falavam que nós estávamos ferindo princípios republicanos, como se a gente vivesse em uma república maravilhosa. Eu entrei para a universidade em um período em que sequer existiam cotas. Mas para eu ter entrado, quantas e quantas pessoas negras ficaram de fora? Eu saí da universidade em 1970. Cinquenta anos atrás. Se tivessem mais Divas Moreiras nas faculdades, naquele período, cinquenta anos depois ou trinta, quarenta anos depois, quanta diferença faria! Eu virei este ser meio exótico, por causa de uma sociedade racista. Se não fosse isso, a minha trajetória não seria tão rara. Teríamos mais mulheres negras que deram certo na sociedade mineira, como eu. Mas porque que eu virei uma peça tão exótica? Porque vivemos em uma sociedade racista.

As cotas nas universidades abriram processos para uma série de mudanças na sociedade brasileira. Temos pessoas negras na academia, não no número que seria proporcional ao que deveria ser, mas temos. Hoje, temos pessoas negras na área da Ciência, da Tecnologia, da Medicina. Existe um diretor negro na Faculdade de Medicina, em mais de cem anos. Olha o imobilismo da sociedade brasileira! Por isso, há necessidade de políticas de ação afirmativa. Não tivemos políticas abrangentes, universalistas, pelo contrário! Tivemos políticas deliberadas de exclusão da população negra do projeto de modernidade do estado de Minas Gerais. Os indicadores sociais negativos da população negra não são nada casuais. Tipo assim: “Oh, meu Deus, aconteceu isso? Mas eu queria do outro jeito”. Não. Aconteceu assim, porque as elites mineiras planejaram para que fosse assim.

Vocês vão ler em meu livro, em breve, como isso foi planejado. A exclusão da população negra do projeto da Minas Gerais moderna, higiênica. Em Belo Horizonte, a situação foi ainda pior em termos de exclusão, porque a capital foi criada em um momento histórico de influência da ideologia do eugenismo, do racismo científico. Os esforços dos movimentos sociais negros geraram muitos

frutos. Tudo o que conquistamos na sociedade brasileira foi fruto de nossa luta. A moçada de hoje fala em “meter o pé na porta” e com razão. Falando das consequências dessas lutas, hoje temos empresas com programas de bolsas para oferecer oportunidades para *trainees*, inclusive na mais científica. Isso não existiria se não fosse a luta pelas cotas nas universidades. Elas desencadearam outras consequências que mudaram a cara deste país. Hoje, a presença negra nas universidades já supera, em uma proporção pequena, os 50%. Veja só, a gente fala da rigidez da estrutura racial em Minas Gerais e no Brasil, mas eu fico feliz de ver isso. Porque teve gente que morreu antes de mim sem ter visto nada disso!

Temos que organizar o nosso povo para transformações mais profundas

Eu acho que os movimentos sociais são decisivos na história de nossas conquistas de direitos. Por exemplo, quando chego no Centro de Referência da Juventude eu fico encantada. É cheio de grupos de jovens fazendo reuniões, e fazendo aulas de dança, é teatro, circo, *hip hop*, capoeira. Ou seja, o que eu tenho visto ali é um protagonismo negro que não tinha na minha época de jovem. Eu fiquei décadas sem ouvir falar de teatro negro. Sabia do TEN – Teatro Experimental do Negro, criado pelo grande Abdias do Nascimento? E agora? Está cheio de teatro negro. Eu estou achando espetacular tudo isso. Ver as mulheres negras se organizando, têm grupos de psicólogas negras, de arquitetas, de professoras, nem se fala! Eu fico encantada. Então, essa questão da articulação e da visibilidade da nossa luta tem atraído uma quantidade extraordinária de pessoas para os movimentos. Essas pessoas levam a temática do racismo para os seus territórios, para os quilombos, os terreiros. Trata-se de um momento histórico muito rico, apesar das estatísticas de violência policial e do clima de ódio em que vivemos, desde 2018.

A questão da educação, para mim, é fundamental. Na formação educacional, a moçada tem lido muito pouco, tem que ler. E, hoje, a produção editorial sobre racismo e a história da escravização vem se expandindo. Livros de escritores negros têm sido reeditados e outros traduzidos para o português. Tem mais editoras negras, no país. Antigamente, em Belo Horizonte, só tinha a editora da Mazza³. Hoje, tem a editora Nandyala... Ou seja, esse protagonismo negro, que se verifica em todas as áreas, é porque a gente está na luta, não está *dando boeira*. O Frei Davi⁴ foi um dos pioneiros e *cutucou* muito a questão das cotas. Depois, das vagas no mercado de trabalho. Mais recentemente, foi mais ousado e interpelou a Bolsa de Valores de São Paulo. Porque você vai formar

uma galera negra que vai ficar extremamente frustrada se não conseguir ocupar espaço no mercado de trabalho. A questão da organização é muito importante. Mas, para mim, é muito importante enfrentar o problema que é o mais grave, o mais crucial: a violência policial. Ontem, recebi o recado de um pai que está com o filho arrasado, um filho negro que é músico, artista e foi grosseiramente abordado por um policial militar. Ele processou o policial, mas o juiz deu ganho de causa para o agressor. E o condenou a pagar uma indenização para o policial de mais de 30 mil reais. O pai ligou para mim desesperado, e eu falei: “Antes, a gente não tinha para onde recorrer. Hoje, a gente já tem a Comissão de Igualdade Racial da OAB, todo o trabalho é de graça, é só ir atrás”. Tem o pessoal da Defensoria Pública de Minas Gerais que também está atenta à questão do racismo.

Então, são várias questões que demandam a construção de sujeitos coletivos e a constituição de novas institucionalidades. Temos que organizar o nosso povo para transformações mais profundas. Como defender o SUS, que é uma experiência magnífica? Como defender a escola pública de qualidade? Como impedir que a nossa meninada seja expulsa da escola por causa do racismo institucional? Como impedir que as nossas mulheres morram por violência doméstica, policial, negligência no atendimento médico? Os dados de mortalidade materna, neonatal e perinatal, devido à violência obstétrica são maiores entre as mulheres negras. Como impedir isso sem organização, sem a construção de novas ações e institucionalidades?



Diva em campanha de apoio ao Instituto Pauline Reichstul, associação sem fins lucrativos, que tem como foco a promoção da justiça social. Belo Horizonte, 2014.

Crédito: Acervo Pessoal

3 A editora Mazza foi fundada em Belo Horizonte por Maria Mazarello Rodrigues, que também foi uma das fundadoras da Editora do Professor e da Editora Vega, nos anos 1960 e 70. Fez mestrado em Editoração realizado em Paris, e por meio da Mazza publica autoras e autores negros e livros que abordam temas em torno da cultura afro-brasileira.

4 Frei David Raimundo dos Santos, presidente da Educafro, criada há mais de três décadas e uma das protagonistas da luta pelas cotas nas universidades.

Feminismo negro e feminismo branco

Quando entrei para o movimento feminista, eu não tinha consciência dessa transversalidade racial. Mas eu sempre tive aquele *feeling*, aquele sentimento de impasse. As feministas brancas não aceitavam que a questão racial fosse exposta, porque elas só percebiam a opressão de gênero que se abatia igualmente, segundo elas, sobre as mulheres negras e as mulheres brancas. Quando a gente alcança outro patamar de organização das mulheres negras feministas, a gente sai do movimento de mulheres brancas. Porque passamos a perceber que a temática racial não era acolhida e era, inclusive, fator de constrangimento. As mulheres negras falavam: “Sabe por que vocês estão no movimento feminista? Estão na rua rasgando sutiã? Porque tem as mulheres pretas, dentro de casa, cuidando dos filhos e da casa de vocês”.

Isso ficou muito claro no caso das empregadas domésticas. Vocês viram como uma parcela da classe média se voltou contra a Dilma quando o Estatuto das Empregadas Domésticas foi aprovado. Mesmo aquelas patroas brancas, que tinham poder aquisitivo para pagar todos os direitos previstos, não estavam acostumadas com isso. Se não tivessem que pagar, seria muito melhor. Eu conheço empregadas domésticas, minhas amigas, algumas são minhas inquilinas. Tem uma que está em uma casa deve ter 30 anos, nunca pagaram nenhum benefício para ela, somente o salário. Falo para ela: “isso é um absurdo”, mas não adianta. Todas elas são prejudicadas pelo desrespeito aos direitos. Daí a necessidade da consciência política. Eu sou marxista, não acredito que a gente vai ter uma percepção espontânea da luta de classe, das lutas contra o racismo. Se não tiver organização, não avança.

Silencieei algumas coisas: a gente tinha medo de não ter oportunidade se reclamasse

Eu silencieei algumas coisas para não ficar chata, toda hora falando, reclamando. E, às vezes, a gente tinha medo de não ter oportunidade se reclamasse. Eu falei com vocês sobre minhas viagens com a colega branca da Fundação João Pinheiro. Eu silencieei, minha colega nunca soube disso. Por que silencieei? Por uma questão de ordem econômica familiar, para ajudar as pessoas, para ter um pouco mais de dinheiro, ter uma margem, que era o dinheiro das viagens. Hoje, eu sou cuidadosa. Tem coisas tão simples, mas importantes. Vocês não sabem o cuidado que eu tenho, por exemplo, com a maneira de colocar as cadeiras. Se estou sentada em um lugar e a pessoa está se direcionando mais para mim, mas tem uma pessoa ao lado dela, eu chamo a pessoa para ficar sentada do meu lado, para evitar isso.

A gente é invisível, a nossa invisibilidade é muito grande, isso eu tive que silenciar, porque senão eu não viajaria, seria vista como a “chata” e ficaria muito isolada. Não havia, entre as pessoas

brancas, essa consciência. Crescemos, em termos de consciência racial. As pessoas brancas também cresceram, mas não tanto quanto nós. O Professor Aluísio Pimenta foi presidente da Fundação João Pinheiro e Ministro da Cultura. Ele gostava de afirmar que se fosse convidado para uma mesa de debate, dizia: “Eu não aceito sentar em uma mesa se não tiver uma mulher do meu lado”. Ele tinha consciência da dimensão de gênero, mas não tinha consciência da racial. Você já imaginou se as pessoas brancas, quando fossem convidadas para algo, perguntassem: “Olha, alguma mulher negra vai ser convidada? Sou homem, vai ser convidada alguma mulher trans? Isso faria uma colossal diferença. Não sei se foi só impressão minha, mas eu tenho tido um olhar agudo em relação às imagens dos convidados nas *lives*. Estou vendo muito mais pessoas negras nas *lives* hoje. Eu acho que houve uma *turbinada* depois do assassinato do George Floyd.

A questão do racismo tem um impacto devastador sobre a população negra, mas não acredito que a população branca fique a salvo. Não pensem os brancos que, “está tudo bem comigo”; não está, seguramente não está. Eu fico vendo que os americanos e as americanas negras avançaram mais nos estudos sobre a branquitude, do ponto de vista da Psicologia. A chefe negra chega para se reunir com os seus subordinados, fala mas não é ouvida. Ela pode perguntar: “O que eu acabei de falar?”. E a pessoa não é capaz de responder. Ela *desplugou*. Está com o fone de ouvido ligado, não escutou o que a mulher negra falou. O que significa isso para aquela pessoa? Eu acho que a Psicanálise e a Psicologia nos devem estudos sobre isso. Ano passado, comecei a dar aula em uma faculdade particular e “bati” nisso. Aproveitei que me deram a oportunidade, que criaram uma disciplina para mim, coloquei bem forte a questão racial. Teve aluno que saiu impactado, era de doer, de dar bolo na garganta, tinha gente que chorava. É um processo.

Vou falar uma coisa parcialmente desanimadora: para nós, que temos uma perspectiva histórica e adotamos a esperança como um valor político transcendental, não podemos desaminar, mas o racismo é uma construção. É uma construção secular, está quase no DNA. Talvez, se estivesse, os biólogos poderiam programar um novo DNA. Tanto para os pretos não nascerem com complexo de inferioridade quanto para os brancos não nascerem com complexo de superioridade, porque ambos desumanizam.

Qual o sentido da minha vida? Quem pode conferir sentido à minha vida?



Diva na Igreja Jesus Crucificado, participando de festividades do Rosário. Belo Horizonte, 2016.

Crédito: Acervo Pessoal

O fenômeno religioso sempre me tocou muito. Há muitas décadas, meu irmão se tornou um iniciado no Candomblé. Eu também sou próxima ao Candomblé e assessoro o Cenarab, que é o Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira, que reúne o povo de santo no Brasil. Eu não sou iniciada nem pretendo ser, mas sinto-me muito ligada às religiões de matriz africana e reconheço o papel delas na resistência negra durante todo o período de escravização e depois. Por isso, consigo entender o porquê de elas serem alvo de tanto ódio, de tanta intolerância religiosa no Brasil de hoje.

Em ternos de outras religiões, primeiro eu gostaria de dizer que me considero uma pessoa internacionalista, o mundo é meu limite. Em qualquer lugar do mundo, e eu já visitei vários países, eu nunca me senti mal. Morei fora e ouvia: “Você está sentindo falta do Brasil?”. Eu: “Não, estou bem”. Se eu me sinto acolhida naquele lugar, então está ótimo para mim. Essa visão de mundo me ajudou a desenvolver um respeito muito grande por todas as religiões, por todas as conexões com o sagrado. Claro que, por algumas, tenho que dizer que tenho meu pacote de preconceito também.

Eu já estive na Índia uma vez, e estava em uma cidade no dia da festa do Senhor Ganesha. Foi ótimo estar com o pessoal, deram-me comida no jornal e eu comi numa boa. É um pouco como São Paulo falava: “Eu me passo por grego entre os gregos, romano entre os romanos”. Sou facilmente adaptável e o fenômeno religioso me encanta muito. Primeiro, no nosso caso de povo negro, fico pensando o seguinte sobre o período de escravização em nosso país: as religiões, o fenômeno da fé, do sagrado, foram aquela oportunidade mínima de transcendência. Porque aquela imanência

deles era brutal, era cruel. Eu tenho uma amiga que é ateia militante. Um dia, ela falou assim para mim: “Você falou em seu texto sobre a mulher negra, que as pessoas podem substituir Deus por Buda, por Alá, por não sei quem. Por que não substituir Deus por processos evolutivos?”. Então, eu pensei em uma escrava ou um escravo sendo levado para a força e segurando na mão dos processos evolutivos... Ah, é impensável isso. Eles estariam segurando na mão dos Orixás deles, na mão de Santa Efigênia, São Benedito ou de Nossa Senhora do Rosário. Ontem foi dia da Nossa Senhora do Rosário e eu coloquei isso na minha página do *Facebook*. Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos é uma tradição fantástica deste país, desde o século XVIII. Mesmo estando fora do catolicismo, não ter a menor ligação com a igreja católica, eu tenho que respeitar esse catolicismo popular. Eu vou às festas das irmandades do Rosário e, chego lá, é Guarda de Moçambique, é Congado, não sei mais o quê. Me cumprimentam: “Salve Maria”!. “Salve, Maria”!, respondo. Eu ganhei até um rosário enorme da turma, tenho em casa. Eu acho que o fenômeno religioso é fundamental para a gente ser dotada de uma perspectiva transcendente, de uma utopia, porque as esquerdas deixaram de oferecer ao nosso povo uma utopia, na medida que fizeram pacto com o centrão, com a direita e ficou tudo a mesma coisa para a maioria das pessoas.

5. Mulheres negras, desafios: a única condição para acessar a renda básica universal é estar vivo.

Vocês fiquem atentas a algumas questões que são cruciais. Uma delas, tem a ver com a robótica, a automação nas fábricas. O que nós vamos fazer com a população descartável que cresce de maneira exponencial? Quem conhece essa população? Adoraria ficar em dúvida. Será que é o branco de olhos azuis? O ruivo? Será que é o moreninho? Será que sou eu?

Um outro tema, que eu acho que a gente precisa abraçar, é a questão da renda básica universal. Não a renda básica universal para pobre, mas a renda básica universal que não discrimina. Tem autores defendendo que se o Bill Gates entrar na fila para pegar a renda básica universal, ele vai ser aceito: “a única condição para acessar a renda básica universal é estar vivo”. Não tem nada de assistente social ir na casa para ficar olhando: “Será que não tem nada escondido?”, vendo a renda, os recibos dos gastos... é uma humilhação para as pessoas. Uma pessoa que recebe uma renda mensal vitalícia por velhice ou invalidez, ao ouvir a pergunta: “Quantas pessoas tem em sua casa?” não vai ser obrigada a mentir, a falar que mora sozinha para conseguir aquela rendinha de merreca, igual ao BPC⁵. A renda básica é fundamental, pois não tem nem vai ter trabalho renumerado, com carteira assinada, para a maioria da população economicamente ativa. Se nós, povo preto, nos

⁵ Benefício de Prestação Continuada.

períodos de altos índices de emprego no nosso país ainda ficamos para trás, imagine agora? O Brasil vai ter o menor crescimento do mundo em 2021. Como é que será a vida da população negra?

Diva, Divina, Shiva: vários nomes e um sobrenome.

Quais são os meus legados? Por quais gostaria de ser lembrada? Isso varia conforme o público. Pelos chamados de loucos, gostaria de ser lembrada pela luta da humanização dos hospitais psiquiátricos. Em relação às mulheres negras, pelo trabalho da Casa Dandara, que é uma experiência fantástica. Eu recebi uma mensagem extraordinária do Adelson, um garoto que tinha tudo para dar errado se não tivesse ido para a Casa Dandara. Por que eu falo que tinha tudo para dar errado? Menino negro, expulso da escola, ninguém queria saber dele. E ele foi parar nas mãos da Casa Dandara, nas minhas mãos. Quando foi colocado um documentário sobre mim no *Facebook*, ele mandou uma mensagem linda de reconhecimento. Mandou porque está fora do país, chiquérrimo. Um tanto de gente que dava aula de capoeira para nós está fora do Brasil, alguns alunos também fizeram carreira internacional com a capoeira, inclusive o Adelson. Ele aprontava e a gente tinha a maior paciência com ele.

Para falar a verdade, eu tive vários braços, como Shiva. Vou ser lembrada dependendo do campo em que as pessoas estejam. Vou ser lembrada de maneiras diferentes pelas mensagens que recebo: “Eu não conheço a senhora, mas a senhora é referência na minha vida”. Mulheres negras, adultas, um negócio tão bonito, comovente, que nutre a gente. Esse carinho e afeto me ajudam a viver. A dimensão da minha fala, da minha história, da minha produção teórica que tem sido espalhada por esse Brasil, graças a Deus. Tenho falado que eu não posso morrer por enquanto e que tenho que cuidar da minha saúde. Eu tenho que tratar da minha pressão arterial, pois ainda quero deixar livros de legado. Tenho muitos escritos, totalmente desorganizados. Estou pensando em deixar uma série de livros publicados. Uma mão de Shiva vai escrever um livro sobre isso, outra vai escrever um livro sobre aquilo e outras áreas. Eu tenho um domínio muito bom da escrita, que foi identificado quando eu tinha uns 12 anos, em uns exames psicotécnicos no Instituto de Educação. Eu tive a oportunidade de fazer um psicotécnico seríssimo, com uma psicóloga dedicada, que fazia muito mais do que as suas funções requeriam. E foi identificado, naquele período, o domínio verbal. Quero aproveitar e escrever. Além disso, fiz Latim e Lógica. A Lógica deixa a gente com um ouvido... Igual tem ouvido para a música, eu tenho ouvido para a lógica da fala da pessoa. Por exemplo, dar conta de perceber que a pessoa falou uma coisa, mas está deduzindo outra. Penso: “Uai, isso aí não está na premissa do *cara*”. O meu legado será pegar toda a experiência que tenho acumulado em várias áreas ao longo das décadas. Em todas eu me tornei – aí eu ponho aspas – “especialista” em praticamente tudo que seja do campo das políticas sociais e das questões raciais. Sou chamada para falar na área da saúde mental, da saúde em geral, da educação, da violência, dos

direitos humanos. Tem uma jovem pesquisadora brasileira na França fazendo um estudo sobre as mulheres negras na luta contra a ditadura. No livro dela tem a experiência da Diva. São múltiplas as experiências, serão múltiplos os legados canalizados para um rio único, que é a libertação do povo negro. Isso, para mim, significa a libertação da humanidade.

É possível pensar em um mundo novo, em uma sociedade fraterna, justa, igualitária, com o povo negro para trás? Com o povo indígena para trás? O único povo para o qual eu não trabalhei foram os indígenas. Mas sou amiga de uma liderança indígena espetacular, o Ailton Krenak, e dei para ele a tarefa de fazer o prefácio do meu livro. Eu não tive experiência nem sei falar sobre os povos indígenas, então a escolha do Ailton, é uma maneira singela de fazer a minha homenagem aos primeiros habitantes deste país, vítimas de um sistemático genocídio desde sempre.

Considero-me uma pessoa vitoriosa, que deu certo na vida. Uma mulher negra que deu certo. Quero deixar esse legado em várias áreas do conhecimento, para a luta contra o racismo.

Eu gosto muito de poesia revolucionária, mas de vez em quando, eu gosto de umas poesias mais suaves. Eu tenho aberto minhas falas, com frequência, com um poema de Bertolt Brecht: “Nós vos pedimos com insistência, nunca digam: isso é natural”. Então, que todas as pessoas possam ter dúvida em relação a essa realidade que está aí e não achar que ela é natural, que foi uma obra criada por Deus, que não tem jeito de mudar. Sim, tem jeito de mudar. Se cada um de nós fizer um esforço mínimo que seja, no lugar do seu trabalho, no conselho municipal, estadual, onde participar, na sua casa, na família. Em qualquer espaço que seja, você pode e deve fazer diferença, mesmo que seja pequena, sem perder *la ternura*, sem perder *la esperanza*.

16

ALGUMAS
NOTAS
CONCLUSIVASRenata Souza-Seidl
Letícia Godinho

As memórias particulares, trazidas em cada uma das biografias deste livro, desvelam, em seu conjunto, uma pequena parte da memória social da população negra feminina brasileira. As similaridades que nelas podemos observar mostram que seus percursos são fruto de suas relações sociais e, assim, são atravessados pelos marcadores de raça, classe e gênero, retratando experiências de vida e trabalho de outras mulheres negras do país.

O objetivo destas notas conclusivas, ainda que parciais e incompletas, é indicar as principais regularidades observadas. Entender de que modo testemunham o enfrentamento de dificuldades e obstáculos que, guardadas suas especificidades, corroboram com a existência de fatores estruturantes de discriminação sobre a mulher negra, não apenas no trabalho e no contexto da administração pública.

Antes de nos focarmos no objetivo geral da pesquisa – entender o impacto da participação das mulheres negras no interior da administração pública na promoção da diversidade, evidenciando suas contribuições para o Estado e a sociedade em geral e, sobretudo, a busca de políticas públicas voltadas à população negra – precisamos compreender as condições que tornam possíveis as trajetórias das biografadas. É importante notar que buscamos aqui apontar para as regularidades desses itinerários, percorridos no contexto de uma sociedade estruturada para seu fracasso enviesado por um regime de desigualdade racial. Tal regime que, ainda que velado, se desenvolve mesmo após ter abolido a escravização da população preta, acarreta ao longo de todo o século XX uma política de branqueamento e hierarquização social, e impede o acesso dessa população a processos de escolarização de qualidade e às universidades; por fim, comprime a chegada de mulheres negras em posições socialmente valorizadas no mercado de trabalho, incluindo o trabalho na administração pública.

Também buscamos as condições ou acontecimentos que lhes tornaram capazes de superar tais estruturas. Dito de outro modo: como essas mulheres negras rompem com a corrente de imobilidade estrutural, aquela que as tenta manter todo o tempo em condições de submissão e subalternidade? Seguindo o roteiro de nossa investigação, começamos pelas origens.

16.1. As origens sociais e familiares

Nas histórias das mulheres biografadas, lemos como as origens sociais denunciam a vulnerabilidade familiar em prover as condições de vida e acesso aos processos iniciais de escolarização fundamental. Para a superação das diversas limitações, ressalta a atuação de personagens que se tornam centrais nessas histórias: mães e avós, obstinadas em alcançar de melhores condições de vida para suas filhas. São delas que vêm as estratégias iniciais de resistência, no contexto familiar. Tais estratégias atualizam os recursos e resistências colocadas em marcha pelas gerações anteriores, que atuaram de forma na promoção de projetos de liberdade para o povo negro desde o período colonial.

A biografia dessas personagens, mães e avós, são caracterizadas pelas entrevistadas a partir das diversas formas de violência sofridas, que incluem desde terem sido vítimas da prática da

“doação”¹, comum no período posterior à abolição da escravidão negra, à sua inclusão precária e superexplorada no trabalho doméstico:

A minha mãe nasceu em 1938. Ela é filha de um pai retirante nordestino, que veio do interior de Pernambuco no pau-de-arara. Naquela época, nas grandes secas do Nordeste, as famílias tinham o hábito de doar os filhos para outras famílias, para tentar garantir a sua sobrevivência. Meu avô não aceitou aquela situação e acabou fugindo, bem rapazinho. Foi andando por vários lugares até chegar aqui em Minas Gerais (Patrícia).

Minha mãe é uma mulher muito sofrida, não conheceu pai e mãe. Ela é órfã e veio para Belo Horizonte aos seis anos de idade. [...] Ela vivia nos fundos de uma igreja, num orfanato masculino. Ela se recorda que morava no fundo dessa igreja com uma senhora, que chamava de mãe, e era essa senhora quem limpava a igreja, ou seja, era a faxineira². [...] Foi doada, por um padre, a uma família da elite belo-horizontina, que vivia na Avenida Augusto de Lima e eram um dos donos do late clube (Iara).

Minha mãe chegou em Belo Horizonte com sete anos. Ela vinha de uma família muito pobre, que vivenciava a questão da seca, e minha avó mandava as filhas para trabalhar em casa de família. Ela tentava protegê-las da violência, da fome. [...] Quando minha mãe chegou na capital, foi trabalhar em uma casa de uma família bem rica, que tinha muitos filhos e boa parte das terras de Belo Horizonte; ela era pequena e tinha que fazer o serviço todo (Larissa).

Esse primeiro marcador trazido da biografia das mães, a necessidade de trabalhar desde a infância, repete-se entre parte das biografadas. Ainda crianças, ajudam nos afazeres da casa; muitas acordavam bem cedo para terminar as tarefas antes de ir à escola.

Por diversas vezes, minha mãe precisou fazer comida no fogão de lenha por não ter dinheiro para comprar gás. Às vezes, até mesmo para ir à escola. Por isso, eu levantava cedo, cinco ou cinco e meia da manhã, para poder cozinhar cará ou mandioca. Eram alimentos mais baratos com os quais nos alimentávamos para poder ir estudar (Cleide Barcelos).

O trabalho para ajudar nas tarefas de casa, pedagógico, aqui se configura como necessidade, que se mantém no percurso das mulheres já adolescentes e adultas – em sua grande maioria, vão para a escola ou para a universidade, depois do trabalho. Há relatos graves de inserção no trabalho

infantil, em que a ajuda nas tarefas domésticas se torna obrigação de trazer recursos financeiros para casa, como nos exemplos abaixo:

Com seis, sete anos me lembro que a gente acordava às quatro da manhã para ir para o engenho de cana-de-açúcar. Já guiei muito boi na roça. Até os dez, onze anos guiava os bois cheios de cana para levar para o engenho pra gente trabalhar. [...] [Também] trabalhávamos como babás dos filhos dos patrões. Eles mandavam um “cavaleiro” que dizia: ‘Dona Juventina, hoje nós queremos uma das suas filhas para ficar com o filho do fazendeiro’ e eu era uma dessas filhas” (Xica).

Nesse período, a gente precisava ajudar na família, cada um tinha que fazer alguma coisa. Eu ajudava a tomar conta de um bebê, filho da minha primeira professora do primário que era vizinho nosso, e a família era de Raul Soares. Então, eu ajudei a tomar conta do filho da minha professora do primário. Eu já estava na faixa de sete para oito anos; o jardim de infância, eu me lembro, foi com 5, 6 anos (Maria do Carmo).

Um dos elementos característicos das biografias é a luta de mães e avós para garantir condições para a mobilidade social de suas filhas e netas. Trabalharam para criar condições para que as gerações seguintes pudessem romper com sua própria trajetória, marcada pela subalternidade. Constroem, então, para suas filhas, segundo as palavras de Macaé - “*planos de emancipação*”, os quais se mostram a estratégia principal para superar as situações completamente desfavoráveis vividas pelas famílias:

Minha mãe desenhou uma trajetória de estudo para as filhas (Nila).

Minha mãe sempre achou muito importante a gente estudar. Ela sempre diz: “São as mulheres é que vão mudar o mundo”. Por isso, ela sempre procurou boas escolas, na medida do possível. [...] Quantos ônibus lotados minha mãe pegou para eu conseguir acabar de estudar (Larissa).

Minha mãe nos incentivou muito a não depender de ninguém. Ela falava: “Não dependam de ninguém, muito menos dos homens para sobreviver, para comprar um shampoo, um absorvente. Então, estude, faça um concurso público” (Patrícia).

Mesmo com todas as dificuldades que a gente tinha para estudar, minha mãe sempre que pôde tentou me colocar em escola particular. Mas depois acontecia que não tinha jeito de pagar, aquela coisa toda. Por isso, mudei muito de escola ao longo da vida estudantil, mas sempre com essa perspectiva de que eu ia fazer faculdade. Acho que isso fez toda a diferença. Fico relembrando as pessoas com quem eu convivia, que tinham como horizonte se formar no segundo grau, no máximo. E para mim, não era o suficiente (Daniela).

[Minha mãe] recomendava: “Vocês, mulheres, vão estudar, vão arrumar um emprego, porque no dia em que vocês se casarem e o homem levantar a mão para bater em vocês, mandem ele ‘sair vazado’, mandem ele embora, porque vocês conseguem sobreviver sozinhas, não precisam dele”. E completava: “Perdeu o respeito, mandem embora!”. Hoje, eu falo com ela: “Mãe, eu estou trabalhando com prevenção à violência doméstica e sempre lembro do que a senhora falava com a gente” (Cleide Barcelos).

A educação é o meio vislumbrado pelas mães para superar os destinos sociais impostos à população negra e, portanto, objeto central de seus planos. Além disso, parece-nos relevante

1 Nesses casos, as mulheres negras pobres eram instigadas a serem “doadas” para outras famílias, geralmente brancas, em função da pobreza e das dificuldades familiares. São processos conhecidos como “**adoção de má fé**”, em que se “pega a criança para criar” para proporciona-lhe “um lar”, mas na realidade escondem o oportunismo de adquirir meninas e adolescentes, normalmente negras, para a exploração do seu trabalho. Segundo Rousiley Maia e Daniela Cal (2012), esse “cuidado em troca de trabalho” tem valor instrumental para as patroas, no sentido de que as liberaria da realização das tarefas domésticas sem valor social. Além do trabalho doméstico, também era comum agregar às responsabilidades das meninas o cuidado de crianças e bebês. Por fim, além das meninas realizarem o trabalho doméstico, em alguns casos, tem-se a expectativa de que satisfaçam os desejos sexuais dos homens da casa, em que força de trabalho e corpos são entendidos como propriedades particulares – uma mentalidade que sobrevive no século XXI.

2 Depois de muitos anos se descobriu que a faxineira era, na verdade, sua mãe, e o padre, seu pai.

também o papel jogado pelos diferenciais cognitivos que muitas dessas mães possuíam. Face às limitações que as afetam, promovem o acesso a livros e ao conhecimento, recursos fundamentais.

Quando eu já estava no Ensino Fundamental, minha mãe tinha estudado até a terceira série, no interior. Quando eu já estava na juventude, ela voltou a estudar. Na época do meu Ensino Médio, passou em um concurso da Universidade Federal de Minas Gerais para o cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos. Conseguiu ter um emprego público que deu uma melhor sustentação financeira para nossa família. Após ingressar na UFMG, resolveu estudar. Fez o curso de Auxiliar de Enfermagem e depois o curso de Técnico de Enfermagem. Com isso, pôde ter uma mobilidade na carreira de técnica administrativa na universidade e, quando se aposentou, ocupava o cargo de Auxiliar de Enfermagem (Yone).

Minha mãe, Maria Antônia Cesária Evaristo, é professora formada no Magistério de nível médio. Estudou com muita dificuldade. Encontramos uma foto dela na escola primária; é a única menina negra da turma. Ela fez o magistério em Pará de Minas, único lugar onde foi aceita - porque, naquela época, mesmo que meus avós estivessem pagando seus estudos, algumas escolas não aceitavam pessoas negras. Minha mãe persistiu muito e nós todas estudamos. Todas têm formação de nível superior, e duas, mestrado. Cumprimos o roteiro que a minha mãe planejou para nós, de termos nosso trabalho, sermos donas do nosso nariz, tocar nossa vida (Macaé).

A figura do pai possui características menos estanques nas biografias estudadas. Em parte delas, a luta das mães pela educação das filhas se dá contra sua vontade; em outras, contudo, aparece não apenas o fomento aos estudos, mas também é evidente o papel que joga na formação de uma consciência política precoce em boa parte das filhas:

Meu pai também só estudou até o quarto ano “de grupo”, mas gostava muito de ler. Lia livros e jornais todos os dias, inclusive aos domingos. Naquela época, tinha o Jornal Diário da Tarde e, aos finais de semana, o Estado de Minas, que líamos juntos. Ele é um dos responsáveis pelo meu hábito de leitura. Falava uma coisa da qual eu nunca me esqueci: que se pudesse, teria estudado Geografia. Até hoje, ele lê muito e tem um conhecimento do mundo, uma posição política que construiu por si próprio (Patrícia)

De certa forma, também seguimos a tradição do meu pai, de ter um engajamento na luta antirracista. Para a gente, esse sempre foi um debate fundamental. Meu pai, Osvaldo Catarino Evaristo, era autodidata, aprendeu várias coisas sozinho: lia muito, pintava e fazia esculturas. Participou das aulas de artes livres dentro do parque municipal e também chegou a escrever no Jornal Estado de Minas. [...] Foi militante do movimento negro em Belo Horizonte, participou da Associação Cultural José do Patrocínio, uma das primeiras associações negras daqui (Macaé).

A minha família, especialmente meu pai, mas a minha mãe também, era muito engajada no quesito conhecimento, reforçando a necessidade de estudar. E era, muito marcadamente, verbalizado com relação à cor da pele. Meu pai não dizia com todas as letras sobre a questão do racismo, ou do racismo estrutural, mas ele dizia: “Você precisa se achar bonita e você precisa estudar. Porque você precisa ser melhor do que qualquer pessoa. A concorrência está dada e você será muito cobrada”. Ele estava tentando me dizer que eu ia enfrentar uma série de racismo ao longo da vida. (Iara).

16.2. O percurso escolar

O percurso escolar é marcado por dimensões que se interseccionam. Na escola, o racismo estrutural, antes não percebido de forma explícita, agora é sentido na pele, e demanda outros esforços materiais: não apenas para comprar livros, passagem, lanche, mas também para “adequar” suas roupas e cabelos – investimentos caros, feitos em situações precárias. A dificuldade para as crianças negras e pobres de entrar na escola pública, explorada no relato de Macaé Evaristo, entre outros, constitui importante limitação ao processo de democratização não só do sistema de ensino, pois restringe o acesso a outras esferas sociais. O depoimento de Maria do Carmo traz elementos importantes nesse sentido:

Naquela época, a gente fazia o exame de admissão; os pobres tinham que passar por esse processo e você tinha que estudar muito, porque senão não conseguia as bolsas de estudos. Então, desde aquela época, você tinha que provar que era bom. E, muitas vezes, a gente não tinha o dinheiro para poder fazer as provas. Às vezes, quando você se destacava um pouco, tinha professores que te ajudavam nesse sentido. Eu me lembro do meu irmão caçula querer fazer a prova e chorar, porque não tinha como a gente pagar. Eu fiz com a ajuda de uma professora. Uma professora negra, que era pianista já naquela época, nos anos 1960. Foi graças a ela que eu consegui fazer o meu exame de admissão. É sempre uma história assim, de um ajudar o outro [...]. Me lembro que, ao passar para o científico, eu ia muito nas rádios para poder pedir livros [...]. Tinham aqueles livros que você não dava conta nunca de comprar [...] Sempre batalhei, como tantos colegas da minha época, a gente corria muito atrás do prejuízo. Se você quisesse vencer, tinha que ter alguém que fosse com sua cara ou alguém que descobrisse que você tinha talento. [...] E a gente precisou de muita ajuda para poder estudar. Tanto é que apenas eu, entre os irmãos, consegui fazer o curso superior (Maria do Carmo).

Para várias dessas mulheres, a vaga para estudar estava disponível somente à noite, por imposição das instituições, revelando uma segregação racial mascarada, a exemplo desta passagem na história de Patrícia Santana: “Quando fiz 13 anos, fui transferida equivocadamente para o turno da noite. Não era para estar na escola à noite com 13 anos de idade, era para estar de manhã”. Outro exemplo do racismo nas instituições é sublinhado por Maria do Carmo:

Quando você vai crescendo, você vai vendo que não é bem assim. Você percebe que a forma de tratamento tem um significado [...]. Eu era doida para fazer balé e tocar piano. Aí recebi toda forma de desistir: que as mãos eram pequenas, que não dava para eu tocar piano; que piano era caro; que balé era só para os filhos de quem podia. [...] São sonhos de infância, que depois, ao longo da vida, você vai vendo as retaliações [ao longo da vida]. [...] “Olha, esse aqui não é o seu lugar” (Maria do Carmo).

Apesar de alavanca fundamental para a mobilidade social, a escola é também um espaço tradicional, de manutenção das estruturas. Os relatos indicam a solidão da criança negra ao acessar as escolas, sendo esse mais um marcador no percurso das meninas negras:

Da mesma forma que minha mãe, minha vivência escolar foi bastante solitária, do ponto de vista da presença negra na escola. A maioria das crianças que frequentava a escola era de famílias brancas. Ser uma criança negra na escola é difícil. Você vai ser chamado de “cabelo de bombril” (Macaé).

Eu percebia que era negra e que era discriminada, desde pequenininha. Na escola primária fui discriminada, e comecei a matar aula. Olha o fenômeno de matar aula, a evasão escolar, por causa de discriminação racial. Uma vez estávamos em roda, no momento da recreação; ao meu lado tinha um guri branco, e eu tinha que levar minha mão para que ele segurasse na minha e ele não aceitou. E a roda não rodou, porque ela estava quebrada num lugar. Aí, claro, todo mundo olha e vê uma guria negra com a mão pendurada e o guri branco ali ao lado dela. Para ele era um ato vitorioso. Ele sabia desde pequeno que seria vitorioso na vida. Isso me marcou muito, essa roda que não se fechou (Diva).

Eu me lembro de uma aluna minha, que de tanto a mãe alisar o cabelo dela, o couro cabeludo chegava a ferir. Na quadrilha da escola, ninguém queria dançar com ela. Esse episódio me fez lembrar um pouco de mim, porque foi assim que aconteceu comigo. Além dos meninos não dançarem comigo, eu tinha uma trança muito grande e a professora falava que minha cabeça não tinha formato para colocar chapéu. Então, eu nunca fui escolhida para dançar quadrilha. Ficava morrendo de vontade e não entendia que já era vítima de racismo. Entre as meninas negras, poucas conseguiam ser escolhidas (Cleide Hilda).

Os relatos destacam o papel importante das professoras – sobretudo em sua identificação com aquelas que eram negras:

Eu adorava a professora da primeira série. Era uma professora branca que recebia todas as crianças na porta da sala e dava um beijo e um abraço [...]. Também me lembro de outra professora à qual tinha uma admiração muito grande, de Português, negra e casada com um intervenor da escola. Ela foi a responsável pelo meu gosto pela leitura, incentivava-me a ler (Patrícia).

Contudo, um traço também evidenciado foi o posicionamento de parte das professoras, ao contribuir para a naturalização do racismo entre as crianças:

No geral, as professoras não faziam nenhuma intervenção. E quando faziam, diziam assim: “Por que você está achando ruim? Você é nega mesmo!”, legitimando o algoz. É um processo difícil para uma criança operar isso, dar conta de elaborar essas situações (Macaé).

O racismo na escola está relacionado à formação da autoestima das mulheres, de suas identidades. Uma das dimensões mais simbólicas do racismo, para além da cor da pele, é o cabelo das pessoas negras. No ambiente da escola, o cabelo está relacionado a vivências muito peculiares, que negam a natureza humana da pessoa negra. Transformar os cabelos, na tentativa de pertencer ao ideal da branquitude implica introjetar o racismo, inferiorizar o cabelo natural crespo.

Nesse período, eu alisava o meu cabelo e ele, os fios começaram a cair. Com isso, minha mãe me levou para cortar o cabelo. Só que a pessoa que cortou, fez uma coisa que deixou ele ainda mais estranho do que estava. E depois do corte, eu fui para a aula, mas quando cheguei na escola, o professor foi o primeiro a fazer piada do meu cabelo, e foi assim, devastador. Depois disso, após o episódio, eu saí da aula e raspei a cabeça, e fiquei muitos anos usando o cabelo raspado (Larissa Borges).

A escola é a porta da inserção social para o mundo do trabalho e, como tal, o estereótipo vai se verberar no ambiente do trabalho. A adoção do padrão de beleza branco é condição para a aceitação social e inserção nas organizações de ensino e também do mercado de trabalho, como veremos adiante. A aparência se torna mais um recurso de poder e de dominação, que inferioriza o fenótipo negro – tema que comparece em todas as biografias deste livro.

16.3. A formação universitária: o sonho, o racismo profundo e a transformação

O desejo e a perspectiva de estudar esteve presente em todas as narrativas das mulheres da biografia: o sonho é expresso na chegada bem cedo à escola primária, em tirar as melhores notas para se sentir pertencente e mostrar seu valor, tornar-se líder da turma e movimentar os estudantes. A universidade é o lugar de chegada do percurso escolar. Para muitas, a universidade foi um universo a ser descoberto, dado que não vivido pelos seus próximos:

Antes de ir para faculdade, eu estava decidida, por causa da necessidade, a ir para o corte de cana em São Paulo, onde a gente tinha vários conhecidos (Maria do Carmo).

Chegar à universidade foi um divisor de águas para mim, devido a tudo que ela proporcionou e eu aproveitava tudo: debates, cursos. Fui monitora de Sociologia do ciclo básico, uma oportunidade acadêmica boa. Depois, engajei-me no projeto de educação para adultos na Faculdade de Engenharia, que tinha bolsas, tudo para complementar a renda (Patrícia).

O curso em si, me atendia pouco; então, fui fazer estágio fora, iniciação científica, vários projetos de extensão, para tentar entender como a Psicologia poderia me ajudar para além daquilo que me estava sendo apresentado, para além do Freud, do Skinner e do Lacan. E foi muito bom, acho que fez uma grande diferença uma formação que extrapolava um pouco o currículo (Daniela).

No final do 3º ano, eu ia fazer vestibular, mas não tinha muita referência de cursos. Adolescente negra, a gente não era estimulada a pensar nesse ingresso na universidade, no curso que ia fazer. Não tinha esse estímulo e não tinha nenhuma referência familiar. [...] Em 1981, eu ingressei na UFMG. Comecei estudando à noite e fui abrindo caminhos. Na universidade, era tudo muito diferente do que eu vivia. [...] Para mim, foi muito interessante e desafiador, porque eu gostava de ler, mas Durkheim, Marx, Weber era um tipo de leitura que eu não tinha (Yone).

As narrativas trazem também os sentimentos da dúvida, e apresentam o momento do encontro da mulher negra com as ideias protegidas pelas redomas da classe média branca:

Estar numa faculdade pública era a coisa mais fenomenal do mundo. Eu não queria luxo nenhum! [...] Eu tinha um amigo na universidade, o Cris, que falava que queria ser doutor. Eu não entendia o que era ser doutor. Quando entrei para a faculdade, não sabia que existia mestrado e doutorado. Minha questão era formar rápido e começar a trabalhar, porque sempre tive muita consciência de que o que vivia já era muito, em termos de poder (Daniela).

Nos relatos de grande parte das mulheres negras aqui biografadas, acessar o ensino superior significou ser a primeira ou a única de uma geração. Nesse sentido, o diploma simbolizava a chegada de toda a família, de toda uma linhagem desprovida dessa conquista – pois esse era o lugar do patrão, dos brancos.

Fui a primeira mulher na família a ter um curso superior, isso foi uma glória para os meus parentes, meu pai fazia questão de falar dentro do ônibus: minha filha está formada! (Cleide Hilda)

Eu entrei para universidade em um período em que sequer existiam cotas. Mas para eu ter entrado, quantas e quantas pessoas negras ficaram de fora? Eu saí da universidade em 1970. Cinquenta anos atrás. Se tivessem mais Divas Moreiras na faculdade, naquele período, cinquenta anos depois, ou trinta anos depois, que diferença faria! Eu virei este ser meio exótico por causa de uma sociedade racista. Não fosse isso, minha trajetória não seria tão rara. Teríamos mais mulheres negras que deram certo na sociedade mineira (Diva).

Na minha geração, fui a primeira pessoa a ingressar na universidade. A primeira a fazer graduação, a primeira a tirar carteira de motorista, a primeira a entrar na pós-graduação, a primeira, primeira, primeira! Isso acaba sendo uma marca que eu carrego, para bem e para o mal. Minhas conquistas eram vitórias para meus pais, mas também para a família. Quando me formei no ensino médio [...] Me lembro da família toda lá. [...] Na graduação, da mesma forma. No mestrado e no doutorado, o núcleo familiar mais próximo estava lá junto comigo. Para minha família sempre foi motivo de muita alegria ver uma filha, sobrinha chegar nesse lugar de doutora (Yone).

Fui a primeira da minha família a fazer uma faculdade pública, eu tive essa sorte. Na época, tinha que ser universidade pública mesmo. Não tinha Fies [financiamento público]; a universidade particular era muito distante para mim. Entrei na UFMG em 1999 e não havia cotas ainda. [...] Na minha sala, éramos 4 alunos negros, sem nenhum debate racial, durante todo o meu curso, muito diferente do que é hoje (Daniela).

Contudo, para além da capacidade intelectual, são muitos os percalços até a obtenção do diploma. Após o acesso à universidade, são necessários muito investimento e estratégias para sobreviver e concluir o curso:

Me mudei para o São Gabriel, um bairro de difícil acesso e eu já estava no curso superior, no período noturno, muito pesado e difícil. Tinha que trabalhar de dia para pagar os xerox e as passagens (Patrícia).

Eu estava estudando, fazendo a faculdade, meu curso demorou muitos anos para acabar. Como não tinha dinheiro, fazia um semestre e trancava o outro, e eu fui vivendo de estágios (Larissa).

Como eu pagava naquela época? [...] Tomando empréstimo no banco. Me avalizavam para poder pegar empréstimo no banco. [...] A roupa que eu tinha era a roupa que eu ganhava para poder ir para faculdade. Aí, quando eu já fazia faculdade, às vezes, dividiam comigo o lanche. Então me descobriram indo a pé e falaram: não, nós vamos ajudar você a ir de ônibus (Maria do Carmo).

O enfrentamento não é apenas contra as próprias inseguranças, mas também contra a naturalização das expectativas do grupo sócio racial ao qual pertencem, como exemplifica Nila:

Quando eu e minha irmã fomos para o cursinho, algumas pessoas falavam assim: “Olha, isso não é para gente igual nós, que nascemos nesse bairro. A gente tem que trabalhar. Tal pessoa ganha muito bem, trabalha na padaria. Eu parei de estudar. Cê vai fazer vestibular?!” (Nila).

Muitas das mulheres desta biografia se engajam em movimentos políticos, sobretudo o movimento negro e o movimento de mulheres negras, sendo esse um processo ocorrido junto com a vivência com a universidade e transformador:

Uma coisa é a gente ter consciência da discriminação e da diferença. Eu tive desde pequeninha. O cabelo, a cor, a discriminação racial, o social. A discriminação por não ter pai, isso era muito forte naquele período. Uma coisa é esse tipo de consciência, que é muito preliminar, precária, muito primitiva ainda. Outra coisa, é a consciência política. É um salto, é fantástico! Esse é o papel que eu acho decisivo, muito importante, dos movimentos políticos e sociais negros (Diva).

A afirmação da identidade da mulher negra é um processo complexo, cujo início pode ocorrer dentro da própria família, constituidora das primeiras formações cognitivas sobre as pessoas, a comunidade e o mundo. Algumas famílias negam o racismo, como forma de romper o pertencimento a um grupo inferiorizado e alcançar alguma mobilidade social. Contudo, a convivência social e inter-racial, em lugares predominantemente ocupados por pessoas brancas, como o ambiente universitário brasileiro, revela o racismo de maneira chocante para muitas delas, conforme defende Nila: “Eu me identifico como mulher negra, e o que me fez ser uma foi o racismo. Na escola, foi lá que me disseram que eu não era branca”.

Daniela e Magda tocam no tema do colorismo, ou do lugar fluido ocupado pela mulher negra mestiça, dado que seu estereótipo decepçiona o imaginário da mulher negra:

Eu sempre me considerei uma mulher negra, mas tive alguns problemas dentro do movimento. Antes eu já percebia, mas quando eu comecei a participar das coisas, me inteirar dos assuntos, aí comecei a perceber algumas coisas que abalaram um pouco a minha identidade [...] quando as pessoas começaram, de uma certa forma, a falar do meu cabelo e do meu nariz” (Magda).

Sou filha única de uma mulher negra e de um homem branco. Isso é algo importante da minha trajetória, porque o lugar da mestiçagem me confundiu, muito, sobre a relevância da pauta racial em minha vida (Daniela).

Ao se aproximar dessa identidade, as gestoras expressam a dor da consciência desse lugar, mas também do encontro com sua autoestima, o processo de empoderamento, a alegria de se libertar dos estereótipos da branquitude:

Eu e minhas irmãs paramos de alisar e fomos ao salão *black* para fazer cortes diferentes. Começamos a gostar e não nos víamos mais de cabelo alisado. Pouco depois, comecei a participar do movimento negro e encontrei um espaço de reafirmação de tudo aquilo que já estávamos vivendo sozinhas. Tinham as tranças, os coques para cima e tive a possibilidade de ser assim também. Nas oficinas, a gente conversava muito sobre autoestima e a importância de se assumir como é (Patrícia).

Quando batizei [no candomblé], tive que ficar certo tempo usando só branco, Ojá na cabeça, ficar de Guia, de Contraegum, um monte de coisas. E lá vou eu para Assembleia Legislativa, onde trabalho, toda parafernada de coisas. Para mim não teve nada melhor, mas se fosse há um tempo, talvez sentiria constrangimento. Hoje me dá uma satisfação e orgulho de falar: “Eu posso estar nesse espaço. Mereço estar neste espaço e não quero esconder nada”. Mas também entendo que é um privilégio, pois se tivesse outra formação, não poderia fazer isso. [...] não poderia sequer ir com uma conta dos meus guias para o trabalho (Daniela).

O desenvolvimento desse processo perpassa o perfil e a formação para a vida profissional: tem a ver com “aprender a ler o ambiente”, estar à espreita de qualquer oportunismo, de se defender com palavras e inteligência, e de propor a defesa de seus próximos. No contexto dessa discussão, a condição da mulher negra relativiza a ideia de uma pauta feminista universal capaz de abarcar as necessidades de mulheres brancas e negras ao mesmo tempo. As narrativas a seguir resumem essa perspectiva, que alcança o mundo do trabalho, que trataremos na seção a seguir:

Às vezes, as pessoas questionam muito essa coisa do feminismo negro: “Não é tudo feminismo? Não está todo mundo no mesmo barco? A gente vive em uma sociedade que é patriarcal”. Mas não. Porque as lutas feministas têm pontos comuns, mas também têm pontos divergentes. Então, quando a gente fala de feminismo, é sobre o lugar que a mulher ocupa no mercado de trabalho, nas academias e de uma meritocracia que não existe, teoricamente. [...] As poucas que estão gerindo são mulheres brancas, enquanto há uma mulher negra que está limpando a casa dela. E isso não tem nada a ver com a questão do tipo do trabalho. Eu acho que a empregada doméstica, as faxineiras, os serviços gerais, as portarias todos trabalhos altamente dignos e necessários. Mas essas mulheres não estão ali por uma opção, mas porque foi o que sobrou do feminismo. [...] O machismo e o patriarcalismo incidem de forma diferente na mulher branca e na mulher preta. A loura é gostosa e burra, a negra é gostosa e guerreira. Mas guerreira nesse sentido não é propriamente um elogio. Por detrás significa que essa mulher, muitas vezes, tem que dar conta de trabalhar, sustentar os filhos sozinha, cuidar dos pais, dos netos, viver a vida difícil (Magda).

Fui me identificando primeiro a partir da literatura, ao ler Conceição Evaristo, Toni Morrison, Alice Walker... Lembro que quando li “O Olho Mais Azul”, falei: “gente, ela está perto de mim!”. Fui lendo mulheres que falavam de uma complexidade, dos atravessamentos de gênero e raça, e da relação com os homens negros também. É como se eu fosse descobrindo a minha comunidade. Aí descobri bell hooks, parece que eu sou amiga da bell hooks! E ela tem uma escrita que não é rebuscada por academicismos, é supercriticada por falar da experiência dela o tempo todo. Mas quando fala, eu penso: “é isso!” O conceito de ser insubmissa é tão interessante, me deu uma série de recursos que, aí, me fizeram aproximar de um feminismo, que é o feminismo negro. Mas também não acho que o feminismo negro seja universal. Tem que existir o feminismo negro e tudo o mais! (Daniela).

16.4. Vida profissional

Como já argumentamos, o traçado dessas trajetórias profissionais implicou, quase que invariavelmente, em conciliação entre o trabalho diurno e o estudo durante a noite. A grande maioria das mulheres desta biografia coletiva forjaram suas primeiras experiências profissionais aliadas à formação universitária e continuada. Além disso, é presente a dupla ou mesmo a tripla jornada, pois não são apenas delas o esforço, mas também de outras mulheres da família – irmãs ou mães – para garantir o cuidado de suas filhas e filhos. Por fim, boa parte delas se envolve na militância, justamente para lutar por melhores condições de vida e dignidade para si e seus pares.

Ressaltamos também o fato de possuírem variadas formações: todas possuem graduação, e várias o mestrado e o doutorado. Acumularam experiências profissionais diversificadas e vastas. Portanto, se considerarmos seus atributos individuais, fundamento da ideia de meritocracia, o acesso aos postos de trabalho na gestão pública não deveria demandar percorrer trajetos tão insólitos, tais como os recontados. No entanto, nem mesmo o fato de possuir qualificações extras ao exercício da função ou, muitas vezes, superiores à de seus pares profissionais, livraram-nas de sofrer discriminação no emprego e constrangimentos cotidianos nas relações de trabalho.

Tais situações envolveram, por exemplo, preconceitos e estigmas associados à condição de mulher, como nas recontadas por Magda e Patrícia:

É muito difícil, para a mulher, ocupar um lugar de gestão em um ambiente predominantemente masculino. Eu tinha toda uma preparação com o que era exigido para o cargo: a formação, as pós-graduações necessárias, as outras disciplinas que eu tinha feito no mestrado voltadas para gestão. E a experiência também; já tinha oito anos de serviço público na área da segurança pública. Já conhecia a unidade, o fluxo do trabalho, os presos, participava ativamente. Então, a gestão em si, os processos administrativos, eles não configuraram um desafio. Desafio mesmo foi lidar com as questões de gênero inerentes ao ambiente da segurança pública. Fui tirada da direção, à época, e substituída por um agente penitenciário sem formação alguma. Um homem. [...] Dentro da segurança pública, os homens olham para a gente como se a gente fosse um “bife”. É uma mulher, é “comível” (Magda).

Eu resolvi me candidatar à diretoria da escola, junto com outra colega, uma professora negra. Foi um processo bem difícil, a gente sofreu racismo e toda forma de preconceito e discriminação. Sobre essa colega que se candidatou comigo, até o fato de ela ter cinco filhos foi levado para os debates: “Como uma mãe de cinco filhos daria conta de ser diretora de uma escola?” (Patrícia).

Aparece como um traço comum a naturalização do “ser mulher”, relatada por Patrícia, de seus atributos e de suas (in)capacidades para o trabalho. Decorrente dos estigmas concatenados ao feminino, os trabalhos mais valorizados socialmente são “naturalmente” associados não a esse gênero, mas ao masculino. As biografadas também relatam com frequência o não reconhecimento

de suas potencialidades, o que é reforçado por uma prática corriqueira nas relações de trabalho, em que um homem lhe rouba o crédito de uma ideia³, como no relato a seguir:

A gente está falando e os homens passam por cima. Primeiro você fala, ninguém dá ouvidos. Passam dois minutos, um homem fala e: “Nossa que ideia original!”. Ou a pessoa vem contar para você a ideia que você mesma deu, como se fosse dela, achando o máximo (Macaé).

A ausência de legitimidade nos espaços não ocorre apenas porque são tradicionalmente masculinos, mas brancos, o que leva, inclusive, à necessidade de trabalhar mais e melhor para obter legitimidade. As narrativas ainda deixam evidente quão corriqueiras são as situações e o modo como não apenas os homens, mas as pessoas brancas em geral, buscam ocupar os espaços na organização. A dominação branca e masculina no cotidiano do trabalho assume variadas formas de manifestações e privilégios, sendo suas formas de agir as normalizadas:

[Eu era] uma mulher preta conversando com secretários brancos, querendo mais recursos para a secretaria. Cheguei a uma reunião e, desrespeitosamente, um deles estava lendo alguma coisa e lendo ficou. Escutou alguma coisa que o desagradou, que tinha a ver com o orçamento curto da secretaria. Ele ficou indignado e deu uma resposta grosseira, com o dedo em riste na minha cara. Repito: dedo em riste! (Diva).

[Quando assumi a prefeitura] Teve casos de dizer que “lugar de negro é na senzala”, que “lugar de mulher é na cama, na cozinha”. Todos esses conceitos e preconceitos enraizados a floraram nesse período e, principalmente, pelas famílias tradicionais. Sempre perguntavam: “cadê o prefeito?”. Quando me viam, era um “toco preto”, diziam. Também falavam que eu “só tomaria posse se não houvesse homem na cidade” – para isso, foi necessário chamar o reforço policial (Maria do Carmo).

Quando cheguei, fui bem acolhida pelos meus colegas técnicos, muitos já me conheciam por causa da atuação sindical; mas tive uma rejeição muito grande dos docentes. Além disso, a presença de pessoas brancas em lugares de mando era muito maior. Estavam acostumados a fazer as coisas do jeito que queriam. Na gestão de pessoal, uma parte grande das atividades eram normatizadas; muitos não gostaram [que eu aplicasse as regras], achavam que eu que queria mandar e não que era a norma. A leitura que eu fazia desse comportamento era que, como eram em sua maioria homens, brancos e ricos, sempre mandaram. E, de repente, chega uma mulher, negra e pobre para mandar (Yone).

A prerrogativa branca e masculina se relaciona a outro aspecto importante, o de estar à vontade com relação à sua aparência. As narrativas mostram como as mulheres negras são mais cobradas tanto esteticamente quanto em termos de atitude e postura; e, portanto, como essa consciência e construção é árdua e exaustiva para grande parte delas:

3 Essa prática é conhecida pelo termo em inglês *bropropriating*, que em tradução livre, significaria apropriação por um “cara”.

Na minha trajetória profissional, tive três promoções em três anos. Foi tudo muito rápido. Mas comecei, nesse movimento de ascensão, a viver muitos conflitos. As pessoas falavam que eu era muito brava, que era muito nervosa, muito isso, muito aquilo. “Você é competente, *mas...*” e eu não entendia o que era aquilo. Então comecei a ler livro de gestão, de como evitar conflitos, aquelas coisas de autoajuda. E continuava sem entender. Foi quando assumi um [outro] cargo [...] [e] ocupei o lugar de uma mulher branca. Quando foram dar a notícia para ela, na minha frente, ela me olhou de um jeito... do tipo: “Não acredito que é você que vai me substituir”. Acho que ficou ofendida. A maneira como essa mulher me olhou deu uma sensação muito literal de que vários dos conflitos e do mal-estar que eu vivia tinham a ver com estar ocupando lugares que não atribuíam a mim. Que as pessoas não queriam estar subordinadas a mim (Daniela).

Assim, a vivência cotidiana do racismo no ambiente da gestão é profundamente marcada pela questão da corporeidade negra: “Corpos negros não pertencem à paisagem” (Macaé). Ser “a única pessoa sem um cargo de chefia naquele departamento” (Nila) é algo trivial. A invisibilidade e o não reconhecimento de seu *status* profissional se manifestam, assim, de modo tão explícito quanto velado. “Ausência na paisagem”, versão de expectativas muito baixas ou estereotipadas, esses racismos explícitos são algumas das formas exemplificadas nas narrativas abaixo:

A sociedade nos enxerga somente nos bastidores – na cozinha, como benzedeira, na assistência social e nas funções de cuidado e de limpeza. Quando você vai às secretarias de governo, dificilmente vê negros em setores como planejamento e finanças. De dez pessoas em funções burocráticas ou de chefia, somente uma é negra. Na minha primeira equipe, dos dez funcionários da Gerência de Segurança Alimentar, somente eu era negra (Xica).

Eu era a única pessoa sem um cargo de chefia naquele departamento [...]. Em muitos momentos, eu tinha tudo que eles queriam: era formada em História, tinha experiência em educação, trabalhava com periferia e juventude... mas sempre tinha uma mulher branca que entrava no meu lugar, sem experiência alguma (Cleide Hilda).

Não pensavam que eu estava lá por competência técnica, mas sim porque era filiada a partido. Estranhavam muitíssimo quando eu falava que fazia doutorado, levavam um susto: “o quê, você faz doutorado?” (Yone).

Quando assumi o cargo de Superintendência, eu tinha várias agendas na Cidade Administrativa, recebia muitas autoridades e, com algumas delas, o racismo foi latente [...] Chegava na sala, ia para a mesa para fazer a abertura da reunião e uma pessoa perguntava: “Que horas vamos começar? A Superintendente virá?”. Mesmo estando escrito na pauta da reunião o meu nome, “Iara Viana”, no e-mail do convite [...], eu chego, me apresento, “Meu nome é Iara Viana, sou Superintendente...”, [mesmo assim] vinha a pergunta: “A Superintendente não virá?”. Eram perguntas recorrentes, materializando o racismo institucional. [...] [Depois], quando termino a minha fala, as pessoas têm a necessidade de vir dizer: “Nossa, como você fala bem, que bacana, fiquei encantada de ouvir você falar”. É como se a expectativa fosse tão baixa, que qualquer frase que eu falasse certinha já seria uma grande novidade. É assim: “É tão impressionante você estar neste lugar e ainda falar bem”. Como se não pudessem caminhar junto a cor da pele, o gênero e o falar bem – isso é inaceitável aos olhos racistas (Iara).

Os excertos acima assinalam a existência de impedimentos variados não só no acesso ao trabalho e à alçada de posições mais altas nas organizações, mas a um exercício íntegro e não

violento de suas funções no cotidiano do trabalho. Tais barreiras são constituídas, em grande parte, de práticas visíveis e concretas, somadas àquelas impalpáveis e naturalizadas pelo racismo institucional. Essas barreiras estão configuradas de tal modo que quanto mais prestigiosas sejam as posições que elas pretendam ocupar, tanto menores se tornam as chances de as ocuparem.

O racismo institucionalizado se concretiza nos próprios mecanismos que existem para reagir a ele, tais como denúncias e processos judiciais já previstos formalmente na legislação, de forma que não sejam levados às vias de fato:

A gente chegou a denunciar; há processos de racismo a que deu entrada. Mas, na época, a “percepção” das autoridades era de que não se configurava racismo. Era mais fácil colocar como calúnia, ou então arquivar, “deixar quieto” (Maria do Carmo).

O caráter racista das estruturas burocráticas está imbricado, ainda, nas decisões sobre o destino dos serviços públicos, e fica evidente em experiências emblemáticas vivenciadas pelas mulheres, a ocorrência de sabotagem às políticas de enfrentamento ao racismo propostas por elas:

Enfrentei uma situação muito emblemática. Uma das coisas que conduzimos como política pública foi a composição de um conjunto de obras teóricas e literárias chamadas de *Kit* de Literatura Africana e Afro-brasileira, a partir de 2004. [...] Tem duas questões sobre esse *kit*: a primeira, é que eles chegavam em muitas escolas e as diretoras falavam que queriam devolver, porque as professoras delas não iriam ler aquele tipo de material. Ou ficavam empoeirando em um canto das salas das direções, sendo que o lugar deles deveria ser as bibliotecas. Descobrimos que muitos ficavam encaixotados (Patrícia).

O enfrentamento do racismo é diferente na burocracia. Porque, na burocracia, o racismo e o machismo não estão somente te atingindo; estão atingindo milhares de pessoas. [...] Por exemplo: foi feito um concurso público para as professoras das Umeis [Unidades Municipais de Educação Infantil de Belo Horizonte, algumas construídas nas periferias, dentro das vilas e favelas]. Os primeiros aprovados são, em geral, pessoas portadoras de uma melhor formação, que vêm das universidades públicas. Então, as primeiras professoras de educação infantil das Umeis, aprovadas nesse concurso, são mulheres brancas, que, pela primeira vez, vão para as unidades municipais de educação infantil para serem professoras de crianças negras. Nesse contexto, o primeiro grande dilema instaurado foi um drama em relação ao número de luvas que as professoras precisavam usar: "Como vou pegar nessa criança?". É óbvio que você precisa de luvas para trocar uma criança. Mas o problema foi tão superdimensionado que foi preciso prover uma infinidade de luvas! A gente não estava vivendo em época de pandemia, não tinha nada; sempre houve creches comunitárias e nunca tinha tido esse debate no ambiente educacional. Mas era a primeira vez que havia mulheres não negras cuidando de crianças negras. Então, a situação ganha relevância, porque se tratava de pegar no corpo negro, no cabelo das crianças negras. Nosso cabelo e nossa pele eram tidos como coisas sujas. É esse nível de enfrentamento, que acontece quando a gente está fazendo as políticas públicas, que me atinou. A gente precisa fazer uma reprogramação para não entrar em depressão. E, às vezes, a gente entra mesmo, adoece, porque é muito duro (Macaé).

Em coisas mínimas, esbarrávamos em limitações. Elaboramos um plano que ficou na mesa, porque só tinha um advogado. Quase perdemos, juridicamente, a criação da Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais e a criação do Plano de Igualdade Racial para Povos e Comunidades Tradicionais. Se não fosse o setor jurídico da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), tínhamos morrido na praia. Outro episódio foi a comemoração do 20 de novembro no Palácio do Governo, quando foi entregue um documento para a criação da Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais. Eu era provavelmente a única Subsecretária de Igualdade Racial naquele momento, e não tive o direito a ir ao palco, não me convidaram. Eu não entendi, ninguém entendeu e quando me perguntaram, respondi: "A gente continua sendo invisível aos olhos do poder e eles nunca vão achar que nós temos a capacidade e a competência de ocupar qualquer lugar, por mais brilhante que você seja" (Cleide Hilda).

16.5. No interior da burocracia: atuação e construção de políticas de igualdade racial e de gênero

Muitas das gestoras biografadas neste livro pertencem a gerações que se sucederam às das mulheres que trabalharam e lutaram para que tivessem acesso à escola e à universidade. Essa consciência é, em parte, responsável por buscarem contornar a vivência habitual dessas agressões (“racismo, pessoa negra toma uma dose todo dia”, segundo Macaé Evaristo). Também aproveitar as oportunidades de vocalização, de criação de ações e políticas fundamentais. De se posicionar e legitimar sua fala a partir da explicitação de suas capacidades; de encontrar formas de pautar suas demandas na agenda pública – pautas negligenciadas da igualdade racial e de gênero, que provavelmente não teriam encontrado expressão se não estivesse no interior da gestão pública.

Com efeito, a criação de políticas públicas com recorte racial é evidência de como essas mulheres contornaram as restrições para construir um espaço de liberdade, e do constituir-se como sujeitas capazes de influenciar diretamente na definição de seus destinos sociais e da população negra.

Os projetos e políticas criadas pelas biografadas, ou para as quais contribuíram, envolveram questões como: a política de educação, incluindo a educação para a população pobre e para os povos tradicionais, história e cultura negra, igualdade racial, promoção da autonomia das mulheres, sistema prisional e segurança pública, segurança alimentar, direitos da população LGBTQIA+, entre tantos outros. São temas periféricos. O ambiente de trabalho no qual esses projetos são implementados e é ocupado pelas mulheres negras, ao menos em parte de sua trajetória, não se incluem nas instituições tidas como centrais na sociedade tradicional, no *establishment*.

No caso da educação, há biografadas que atuaram em escolas de periferia, frequentadas por maioria de crianças negras, com mães chefes de família. Espaços muitas vezes caracterizados por violência, insegurança pública e precariedade em suas estruturas. Em outros casos, seu trabalho

envolveu repensar a cultura de uma cidade ou estado para incluir o ponto de vista de uma população que ainda ocupa um lugar social subalterno, como a juventude negra.

Todas essas situações compreenderam ambientes, organizações e políticas que demandaram sensibilidade para o problema – que já possuíam, seja por sua própria história de vida; ou que adquiriram, dado o contexto em que atuaram. Essa característica foi fundamental para o papel que desempenharam. A partir de suas narrativas, é possível perceber que suas passagens nesses contextos contribuíram para reinventar e reforçar pontos de vista singulares e, ao mesmo tempo, abrangentes, da sociedade e das instituições, incluindo as da própria administração pública. Foram fundamentais para a ampliação do acesso a direitos e à cidadania; contribuíram para que o Estado e sociedade ampliassem o cumprimento de suas atribuições constitucionais e sobretudo éticas em relação à mitigação das vulnerabilidades sociais, não apenas sociorraciais e de gênero.

A maioria dessas gestoras entra na gestão pública com o intuito de lutar contra o racismo por meio de projetos e políticas públicas de combate às desigualdades sócio raciais. Mas o significado de participar da gestão pública é ampliado, pois tem efeitos também em seu interior. Em primeiro lugar, significa, com a afirmação de seus corpos, desestabilizar a paisagem construída à imagem e semelhança da branquitude:

Éramos cinco mulheres negras, de pele preta, na Subsecretaria de Igualdade Racial. Na Subsecretaria de Políticas para as Mulheres tinham outras quatro. Duas colegas usavam dread. Às vezes coincidia das demais irem de cabelo solto e as pessoas ao passar pelos corredores do nosso andar, na Cidade Administrativa, olhavam. Superintendente, negra e com o cabelo *black* é muita transgressão para as mentes colonizadas. É um modelo que destoa da ideia concebida de gestora: cabelo liso, salto alto, maquiagem. A gente tinha um outro perfil. Esse nosso perfil foi um processo de ensinamento para as pessoas brancas, de que mulher negra também pode ser gestora (Yone).

Compreendem também o incidir sobre o racismo epistêmico no interior das organizações públicas; contribuir para desnaturalizar as relações desiguais; convencer acerca da importância do enfrentamento do racismo e das políticas afirmativas; desconstruir rotinas racistas; contribuir para que as pessoas brancas assumam seu papel na luta antirracista; integrar saberes e transpor limites. Com isso, buscam inverter:

[...] os discursos construídos de igualdade, em uma lógica de exclusão das diferenças, como se todas as pessoas fossem igual e não precisássemos de ações específicas para a população negra [...]. Meu grande desejo era que, de fato, a gente conseguisse romper com o silenciamento dessa discussão nas escolas e nos gabinetes, romper o racismo epistêmico. [...] Fazer as pessoas entenderem que nós precisamos de uma política afirmativa porque ela trabalha na lógica da reparação, da garantia dos direitos humanos, que esses sujeitos são humanos e

que indicadores sociais mostram a desigualdade a que essas populações estão sujeitas. Esse discurso precisava ser reiterado inúmeras vezes durante o dia. [...] As pessoas brancas têm que se haver com os processos de desconstrução e de enfrentamento do racismo e pensar políticas, pois o racismo estrutural impede o funcionamento da sociedade, tanto para branco quanto para negro (Yone).

Suas trajetórias lhes fornecem estofos para construir suas formas de resistência ao racismo. As experiências na militância contribuem para integrar saberes e borrar limites; usam a bagagem trazida do movimento social para ajudar a traduzir as demandas dos segmentos de onde provêm em políticas públicas, como explica Larissa Borges:

Percebi que [a gestão pública] é um lugar diferente da militância, que exige um conhecimento técnico, conhecimento político, exige articulação e, também, uma sagacidade de integrar vários saberes e limites. Essa decisão foi se consolidando ao pensar: “Como a bagagem que eu tenho do movimento social pode ajudar a traduzir nossas demandas em políticas públicas? Eu posso mesmo colaborar nessa tradução?”. Sinto que foi muito positivo esse caminho (Larissa).

Os relatos abaixo exemplificam esse aspecto:

As pessoas encarceradas são oriundas de aglomerados e não foram alcançados pelo Estado, sendo submetidas a uma situação de fragilidade. De que forma que a criminalidade entrou em suas realidades? Ou são pessoas que tiveram todas as oportunidades e fizeram suas escolhas? Percebo que o envolvimento com a criminalidade e o consequente encarceramento são consequências de um conjunto de fatores que nós precisamos atacar para colhermos frutos diferentes. Se atuarmos somente na superfície, eu não vou chegar a lugar nenhum (Cleide Barcelos).

Acho que alguém que tenha preparo, que tem uma vivência; que leve em consideração o perfil da população carcerária, que é preta, pobre e analfabeta; que saiba de onde essas pessoas vieram e porque elas estão ali; isso faz toda a diferença na gestão e na construção de políticas para essas pessoas. Quando você conhece e sabe de onde essas pessoas vêm, você consegue dialogar com as famílias e com os presos. Eles veem uma confiança e uma reciprocidade, não sentem que quem está ali é apenas uma figura de autoridade, mas alguém que não está distante deles (Magda).

Na entrada da escola da Pedreira, tinha um jardim cheio de flores. Defendia a ideia de que a política pública tinha que ser fundada na ética e na estética, de que o nosso povo sofrido merecia o melhor. Então, a diferença que fizemos teve a ver com a necessidade de respeitar o povo negro e combater o racismo institucional na prefeitura e de legitimação da Secretaria [...]. Alguns poucos secretários brancos gostavam da gente, e eu vou explicar. Conseguíamos entrar e sair em favelas, numa boa, enquanto eles tinham medo. Então, pediam a gente para mandar alguém com a equipe deles para subir os morros. Tínhamos assim um núcleo de respeito entre Secretários (Diva).

16.6. E se fosse diferente...

O preconceito racial, em um país que se autoafirma democrático sociorracial, aparece de forma sutil e naturalizado pelas pessoas que reproduzem, mas também pelas que o sofrem. As mulheres, ao terem clareza da identidade étnica e cultural de suas atuações na gestão pública, contribuíram para desnaturalizar relações de desigualdades. Porém, como bem expressa Larissa Borges:

Se não tivéssemos que enfrentar o racismo, como a nossa vida estaria melhor! Porque iríamos gastar energia com outras coisas. Mas antes de fazer qualquer outra coisa, nós precisamos enfrentar o racismo para sobreviver, enfrentar o machismo para sobreviver. Além de todas as coisas, a gente precisa antes garantir que sobrevivamos, tanto materialmente quanto simbolicamente. Porque tem uma violência simbólica que tenta me destruir o tempo inteiro, então você tem que lidar com isso tudo antes, para depois fazer outras coisas. As pessoas brancas já partem para fazer outras coisas. Quando eles chegam na corrida, a gente já está cansado. Por isso há tanta desigualdade. Se não tivéssemos que enfrentar tanta desigualdade, estaríamos em outro patamar (Larissa).

Como vimos, as biografias contadas neste livro evidenciam diferentes mecanismos que se encontram articulados na “matriz de dominação”, para usar o conceito de Patrícia Hill Collins (2019). O racismo institucional nos ajuda a entender o que está em jogo no caso das mulheres negras, que nas palavras de Jurema Werneck ([2013]), é um dos modos de organização e “operacionalização do racismo patriarcal heteronormativo [...] para atingir as coletividades”, priorizando-se os interesses dos mais claros e negligenciando as necessidades dos mais escuros.

Ele está ancorado no “pacto narcísico da branquitude”, ideia formulada por Maria Aparecida Bento (2002) acerca da rejeição à abertura e à diversidade existente nas instituições:

[...] a branquitude enquanto lugar de poder se articula nas instituições – que são por excelência conservadoras, reprodutoras e resistentes às mudanças – e constitui um contexto propício à manutenção do quadro das desigualdades (BENTO, 2002, p. 166).

Trata-se de um pacto tático e indiscutível, cujo objetivo é manter os privilégios do grupo dominante. Segundo a autora, a expressão do amor a si mesmo, ao mesmo tempo em que gera aversão ao outro, funciona, na dimensão coletiva, para evocar laços unificadores entre aqueles considerados iguais. Em suma, o pacto tem função ideológica de identificar quem são os “nós” e os “eles”, e ocultar o conflito e a dominação.

branquitude é o território do silêncio, da negação, da interdição, da neutralidade, do medo, do privilégio; enfatizamos que trata-se de uma dimensão ideológica, no mais sentido pleno da ideologia: com sangue, calor, entusiasmo, veneração, porta-voz, emblemas, iconografia, com seus santos e seus heróis. E igualmente nas falsas representações, nas armadilhas em que todos caem e se debatem, na ânsia de sair justamente do calor e do sangue com os quais temos de viver cotidianamente (BENTO, 2002, p. 167).

Por isso, uma biografia sobre mulheres negras na administração pública não poderia se ancorar nos fundamentos das teorias “teto de vidro”, típicas do feminismo liberal. Não se trata de defendermos que algumas mulheres alcem o topo das organizações, públicas e privadas, “rompendo o teto de vidro, enquanto uma vasta maioria é deixada limpando os cacos” (Cinzia ARRUZZA, Tithi BATTACHARYA, Nancy FRASER, 2019, p. 13, tradução nossa). Ao focarmos sobre os cursos de vida como um todo, revelam-se os atravessamentos presentes desde o nascimento; ao tratarmos as histórias de forma coletiva, explicitam-se as características estruturais.

É disso que se trata: não de trajetórias individuais, mas de um grande segmento social colocado à margem pelas políticas coloniais de sujeição e exploração, atualizadas no contexto pós-abolição e reatualizadas pelas estratégias do capitalismo recente, com suas necropolíticas (Achile MBEMBE, 2016). É com tudo isso que precisamos romper. Para tanto, é fundamental o trabalho das mulheres, negras, no Estado, na sociedade, em todos os lugares. É essencial mudar a paisagem.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminism for 99%: a manifesto**. New York: Verso Books, 2019. 192 p.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. 176 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf. Acesso em: 13 abr. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019. 480 p.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; CAL, Danila Gentil Rodriguez. Reconhecimento como ideologia e democracia: o trabalho infantil doméstico. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA*, 8, 2012, Gramado. **Anais [...]**. Gramado: ABCP, 2012. p. 1-25. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/02/reconhecimento-como-ideologia-e-democracia-trabalho-infantil.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 9 abr. 2021.

WERNECK, Jurema *et al.* **Racismo institucional: uma abordagem conceitual**. São Paulo: Geledés – Instituto da Mulher Negra, [2013]. 54 p.

INTEGRANTES DA EQUIPE DE PESQUISA



ANA PAULA SALEJ

Professora e pesquisadora da FJP, doutora e mestre em ciência política e especializada em administração pública. Em 2014, fundou o Grupo de Estudos “Estado, Gênero e Diversidade” (Egedi), na Fundação João Pinheiro, do qual já foi coordenadora. Desde 2007, seus estudos focam a presença das mulheres no serviço público, políticas públicas para as mulheres e mulheres do campo. No último dedicou-se também ao estudo do antifeminismo de estado.



JESSYKA MARTINS

Mestranda em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Especialista em Gestão Pública Municipal e também bacharel em Direito pela UFMG. Estuda políticas públicas com recorte de gênero, raça e classe.



LETÍCIA GODINHO

Pesquisadora e professora da Fundação João Pinheiro, é membro do corpo docente do Programa de Mestrado em Administração Pública daquela instituição. Possui mestrado (2005) e doutorado (2011) em ciência política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Coordena atualmente o Grupo de Estudos “Estado, Gênero e Diversidade” (Egedi - FJP) e atua principalmente nas temáticas de gênero, teoria política e segurança pública.



MARIA CLARA MENDES

É mestre e graduada em Ciências Sociais pela PUC-Minas. Possui experiência como pesquisadora, analista e técnica de programas e políticas sociais e na área de segurança pública. Atualmente trabalha como coordenadora de cursos da Gerência de Capacitação e Treinamento da Escola de Governo “Professor Paulo Neves de Carvalho” da Fundação João Pinheiro.



MARIA NOGUEIRA

Sou uma mulher branca, casada, sem filhos, servidora pública. Aprendi com meus pais de origem simples a importância do conhecimento e o amor pelos livros. Graduei em Ciências Sociais pela UFMG e sou Doutora em Ciências da Saúde pela Fiocruz Minas. Realizo estudos e pesquisas nas temáticas de Saúde e Gênero, Políticas Públicas de Saúde e Divulgação Científica. Acredito no poder transformador de todas as formas de conhecimento. Que saibamos sempre usá-lo para o bem da humanidade.



MARINA ALVES AMORIM

É pesquisadora da Fundação João Pinheiro. Possui o título de doutora em história pela Universidade Federal de Minas Gerais, e doutora em letras pela Université Rennes 2 – Université d'Haute Bretagne (França). Há mais de 20 anos, interessa-se pela história das mulheres e os seus percursos de formação em uma perspectiva ampla, trabalhando com a história oral como método de produção de fontes históricas.



MATHEUS ARCELO FERNANDES SILVA

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atuando na Fundação João Pinheiro (FJP). Mestre em Administração pela UFMG. Membro do Grupo de Estudos Estado, Gênero e Diversidade da Fundação João Pinheiro (Egedi) e do Observatório das Desigualdades da FJP.



MÔNICA DE CÁSSIA COSTA SILVA

É mestranda em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro; bacharel em Comunicação Social com especializações em Gestão Social e Gestão de Programas e Projetos Sociais. Possui experiência profissional em instituições do terceiro setor e empresas privadas, nas áreas de planejamento, gestão da qualidade e projetos.



ROSÂNIA RODRIGUES DE SOUSA

Doutora em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (2009), mestrado em Psicologia Social pela UFMG (1999) e graduação em Psicologia pela FUMEC (1985). Pesquisadora da Fundação João Pinheiro, docente e Gerente de Ensino e Pesquisa da Escola de Governo/FJP.



RENATA APARECIDA DE SOUZA SEIDL

Co-organizadora desta obra. Doutora em sociologia e geografia (Université Paris Nanterre e UFMG). Mestra e graduada em Administração Pública pela FJP e graduada em Geografia pela UFMG. Gestora pública no governo de Minas Gerais desde 1999. É pesquisadora associada do Ladyss.fr na França e coordenadora de GT na Rede brasileira de pesquisadores em segurança alimentar.



SÉRGIO LUIZ FELIX DA SILVA

Nascido em Belo Horizonte. Graduado em Ciências Sociais (UFMG), especialista em Teoria Política (UFMG), mestre em Administração Pública (FJP). Trabalha/atua em projetos de pesquisas na área de segurança pública. Participa do Grupo de Estudos “Estado, Gênero e Diversidade” (Egedi). É coordenador e professor em cursos da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro.

Em 2020, a TAXA de
HOMICÍDIOS
de **NÃO-**
mulheres NEGRAS
CAIU 11,7%

No mesmo período, a taxa de
HOMICÍDIOS
de **MULHERES**
NEGRAS
au
men
tou 12,4%



Às mulheres, sobretudo às mulheres negras, tem-se negado sistematicamente o direito de escrever e fazer parte da “História” – essa, que pretensamente universal, foi e é efetivamente escrita a partir de mãos e olhares masculinos, brancos e eurocêntricos. O presente livro aborda o tema das mulheres negras no seu percurso de vida, de ascensão social e de trabalho na administração pública. Escrito com base em entrevistas realizadas no ano de 2020, com 14 mulheres que ocuparam posições de destaque na gestão pública, o livro busca compartilhar suas histórias particulares de enfrentamento, superação, derrotas e conquistas. Partindo dessas trajetórias individuais, o objetivo é construir, ao mesmo tempo, uma biografia coletiva que retrata questões comuns enfrentadas pelas mulheres negras em sua luta por um lugar na administração pública brasileira e, afinal, pela igualdade racial.

Realização:

